

O CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER

Comentado por Johannes Geerhardus Vos

*Editado por G. I. Williamson
Introdução de W. Robert Godfrey*



Copyright © 2002 by G. I. Williamson

Originally published in English under the title “The Westminster Larger Catechism: A Commentary” by Johannes Geerhardus Vos — Presbyterian and Reformed Publishing Company, P.O.Box 817, Philipsburg, New Jersey 08865-0817. All rights reserved. Used by permission through the arrangement of Presbyterian and Reformed Publishing Company.

A série de 191 lições de Johannes Geerhardus Vos sobre o Catecismo Maior foram publicadas na revista Blue Banner Faith and Life (janeiro de 1946 a julho de 1949).

A introdução de W. Robert Godfrey foi publicada com o título de “The Westminster Larger Catechism”, no capítulo 6 de To Glorify and Enjoy God: A Commemoration of the 350th Anniversary of the Westminster Assembly, orgs. John L. Carson e David W. Hall (Edimburgo: Banner of Truth, 1949), 127-42.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em sistema de recuperação nem transmitida de nenhuma forma por nenhum meio — eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou qualquer outro — exceto em breves citações com o propósito de resenhas ou comentários, sem a permissão prévia do editor.

CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER COMENTADO – Johannes Geerhardus Vos

© 2007 – Projeto Os Puritanos/CLIRE — 1ª Edição em Português – julho de 2007
ospuritanos@uol.com.br

Traduzido do inglês: The Westminster Larger Catechism: A Commentary — Presbyterian and Reformed Publishing — Editor G. I. Williamson

Editor Responsável: Manoel Sales Canuto

Tradução: Marcos Vasconcelos

Revisão: Márcio Santana

Projeto Gráfico: Heraldo Almeida — heraldoa@gmail.com

Editora Os Puritanos

Rua Canguaretama, 181 – Vila Esperança

CEP 03651-050 – São Paulo– SP

Fone/Fax: (11) 6957-1111 / (11) 6957-3148 / (81) 3223-3642

facioli@facioli.com.br; www.puritanos.com.br

Impressão: Facioli Gráfica e Editora Ltda

SUMÁRIO

<i>Prefácio do Editor</i>	ix
<i>Introdução ao Catecismo Maior de Westminster</i>	xi
<i>Esboço do Catecismo Maior de Westminster</i>	xxiii

Parte 1 — Acerca do Que o Homem Deve Crer

<i>1 – Doutrinas Fundamentais</i>	31
<i>2 – Deus</i>	47
<i>3 – Os Decretos de Deus</i>	61
<i>4 – A Criação</i>	69
<i>5 – A Providência de Deus</i>	77
<i>6 – O Pacto de Vida ou de Obras</i>	87
<i>7 – O Pacto da Graça</i>	109
<i>8 – O Mediador do Pacto da Graça</i>	123
<i>9 – A Obra do Mediador</i>	145
<i>10 – Os Benefícios da Obra do Mediador</i>	169

Parte 2 — O Que Deus Requer do Homem

<i>11 – Obediência à Vontade Revelada de Deus</i>	269
<i>12 – A Vontade de Deus com Referência Direta a Si Mesmo</i>	305
<i>13 – A Vontade de Deus Expressa em Nosso Dever para com o Próximo</i> ..	395
<i>14 – A Nossa Condição Perdida</i>	467
<i>15 – O Arrependimento, a Fé e a Palavra de Deus</i>	491
<i>16 – O Uso dos Sacramentos</i>	521
<i>17 – O Uso da Oração</i>	575

PREFÁCIO DO EDITOR

OUVI certa feita o falecido Professor John Murray descrever a revista *Blue Banner Faith and Life* como o melhor periódico do seu tipo no mundo inteiro. Tornei-me um seu fiel leitor, e assim fazendo tomei ciência da alta qualidade do trabalho de seu editor, o Rev. Johannes Geerhardus Vos. Uma das melhores coisas que ele escreveu para aquela revista, na minha opinião, foi a sua série de estudos no Catecismo Maior da Assembléia de Westminster.

Exige-se dos oficiais das igrejas presbiterianas conservadoras, como eu mesmo, que “recebam e adotem” esse Catecismo como um dos três documentos “que contêm o sistema de doutrinas ensinadas nas Sagradas Escrituras”. No entanto, é amplamente sabido que o Catecismo Maior tem recebido bem menos atenção que o Catecismo Menor ou a Confissão de Fé. Uma das razões disso é a escassez de bom material de estudo que o exponha. Uma reimpressão da obra de Thomas Ridgeley, publicada originalmente em 1731, é o único outro estudo de que tenho conhecimento e que, por várias razões, não é nem de longe tão útil quanto este estudo do Dr. Vos.

Estou, portanto, felicíssimo porque a Sra. Marion Vos — viúva do Dr. Vos — me animou a editar esta obra e porque o Conselho Editorial da Igreja Presbiteriana Reformada da América do Norte autorizou a sua publicação.

Que o nosso Soberano Senhor possa abençoar o presente estudo para que sirva de professor a muitos dos que não puderam vislumbrá-lo nas páginas originais da *Blue Banner faith and Life*.

INTRODUÇÃO AO CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER

W. Robert Godfrey

EM 1908 B. B. Warfield mostrou ser um mestre do discernimento ao comentar que “na história recente dos documentos de Westminster, o Catecismo Maior tem tido uma espécie de posição secundária”.¹ Comparado à proeminência e influência do Breve Catecismo nos círculos presbiterianos, o Catecismo Maior está mesmo num distante segundo lugar. Nos Estados Unidos, pelo menos, o Catecismo Maior é raramente mencionado e muito menos estudado como parte viva da herança presbiteriana. Essa situação não é nova. Desde o século 17 o Breve Catecismo tem recebido muito mais atenção que o Catecismo Maior. Francis Beattie comentou há mais de um século: “quando tão poucas obras tratam diretamente do Catecismo Maior, merece atenção a Coletânea Teológica (*Body of Divinity*) de Ridgeley, como exposição individual desse catecismo”.² Os dois volumes da obra de Thomas Ridgeley impressos em 1731~1733 parecem ser de fato a única grande obra que trata do Catecismo Maior.

Tamanha negligência para com o Catecismo Maior é justificável? Há algum benefício em renovar o mérito de um Catecismo escrito há mais de 350 anos? Com toda a certeza, a resposta é sim. O Catecismo Maior é uma mina do mais puro ouro teológico, histórico e espiritual. O presente estudo se aprofundará nessa mina ao considerar resumidamente a preparação do Catecismo, o seu propósito final e o seu valor permanente para a igreja hoje.

Catecismo Maior, Preparação e Propósito

OS ANSEIOS catequéticos da Assembléia de Westminster tinham por base A *Liga e o Pacto Solenes* assinados entre Irlanda e Inglaterra em 1643. O primeiro artigo dessa aliança declarava “que nos esforçaremos para trazer as igrejas de Deus dos três reinos (Inglaterra, Escócia e Irlanda) à mais aproxi-

¹B. B. Warfield, *The Westminster Assembly and its Work* (Nova Iorque, Oxford University Press, 1931), 64.

²Francis R. Beattie, “Introduction”, *Memorial Volume of the Westminster Assembly, 1647~1897*, 2ª ed. (Richmond, Va.: Presbyterian Committee of Publication, 1897), xxxvi.

mada conjunção e uniformidade na religião, confissão de fé, forma de governo eclesiástico, diretório de culto e catequização; que nós, e a nossa posteridade possamos, como irmãos, viver em paz e amor e que o Senhor compraza-se em habitar em nosso meio”.³ A preparação do Catecismo era, claramente, um objetivo importante da aliança.

A Assembléia levou muito a sério a responsabilidade de preparar um catecismo, elegendo um comitê para cumprir a tarefa.⁴ Embora não seja possível reconstruir a maior parte dos trabalhos do comitê, temos conhecimento de alguns dos assuntos que foram debatidos. O comitê propôs uma linha de catequização⁵ e avaliou diversas maneiras de fazer um catecismo. Herbert Palmer elaborou o rascunho de um catecismo, mas mesmo sendo reconhecido como o melhor catequista da Inglaterra o seu esboço não foi aceito pela totalidade do comitê. O comitê também discutiu se deveria ou não incluir uma exposição do Credo Apostólico, que era historicamente uma das principais características dos catecismos;⁶ mas, não sendo o Credo Escritura inspirada o comitê decidiu-se definitivamente por não incluir a sua exposição.

Uma mudança chave para que o trabalho do comitê progredisse veio em janeiro de 1647 com a decisão de se escrever dois catecismos e não apenas um.⁷ Ao que parece, essa decisão iluminou e simplificou a tarefa do comitê; depois disso os trabalhos progrediram rapidamente. Em 14 de janeiro de 1647 a Assembléia aprovou uma moção para que “o Comitê do catecismo prepare o esboço de dois catecismos: um maior e um mais resumido, que tenham em vista a Confissão de Fé e o material do catecismo já começado”.⁸ George Gillespie ressaltou que o Catecismo Maior deveria visar “àqueles com entendimento” e outros delegados escoceses referiram-se a ele como um catecismo “mais

³ Citado da Confissão de Fé (Glasgow: Free Presbyterian, 1966), 359.

⁴ Para os membros do comitê e os detalhes de como o comitê funcionava e mudava, veja Alexander F. Mitchell, *The Westminster Assembly: its History and Standards* (Filadélfia: Presbyterian Board of Publications, 1884), 409ss.; Warfield, *The Westminster Assembly*, 62ss.; e Givens Strickler, “*The Nature, Value, and Special Utility of Catechisms*”, *Memorial Volume*, 121ss.

⁵ Robert Baillie, *The Letters and Journals of Robert Baillie*, ed. David Laing (Edinburgh: Robert Ogle, 1841), 2:148. “Quanto ao nosso Diretório, a questão da pregação que submetemos, foi ratificada no Comitê. A parte do Sr. Marshall, sobre a Pregação, e a do Sr. Palmer sobre a Catequização, embora este seja o melhor pregador e aquele o melhor catequista na Inglaterra, mesmo assim não as apreciamos de maneira nenhuma: seus papéis, portanto, foram passados às nossas mãos para moldá-los segundo a nossa mente”.

⁶ Mitchell, *The Westminster Assembly*, 416.

⁷ O Catecismo Maior começou a ser discutido em meados de abril, e em meados de outubro a obra foi concluída (exceto pelas provas da Escritura). Para a reconstrução do esforço original para se produzir um único catecismo, veja Wayne R. Spear, “*The Unfinished Westminster Catechism*”, apêndice A em *To Glorify and Enjoy God: A Commemoration of the 350th Anniversary of the Westminster Assembly*, ed. John L. Carson and David W. Hall (Edinburgh: Banner of Truth, 1994), 259~266.

⁸ Citado em John Murray, “*The Catechism of the Westminster Assembly*”, *Presbyterian Guardian*, 25/12/1943, 362.

exato e compreensível”. A Assembléia admitiu que estava sendo uma tarefa “muito difícil (...) servir leite e carne num único prato”.⁹ O Catecismo Maior era claramente voltado para os mais amadurecidos na fé.

Como deveria ser usado o Catecismo Maior? Ele deveria seguramente ajudar no estudo e no crescimento dos crentes em Cristo que já estavam prontos, no âmbito da fé, para se alimentarem de carne. Ao aprovar o Catecismo Maior em 1648, a Assembléia Geral da Igreja da Escócia chamou-o de “uma diretriz para catequizar aqueles que têm progredido no conhecimento dos fundamentos da religião”.¹⁰

Philip Schaff sugere que a Assembléia tinha em mente um outro propósito para o Catecismo Maior. Ele escreveu que a Assembléia preparara “um [catecismo] maior para a exposição pública, no púlpito, segundo o costume das igrejas reformadas do continente”.¹¹ É curiosa a sugestão de Schaff, mas não se sustenta em suas próprias notas de rodapé nem em nenhuma outra evidência. Como a intenção da Assembléia era conformar as igrejas britânicas à prática reformada do continente, é provável que Schaff tenha raciocinado que a Assembléia também iria promover o mesmo tipo de pregação do catecismo que havia nas igrejas reformadas de Genebra, Alemanha e Holanda. Sem nenhuma evidência clara que o sustente, esse raciocínio vai notoriamente na contra-mão de outras decisões da Assembléia. Por exemplo, a deliberação de não ministrar a exposição do Credo Apostólico no Catecismo, por não ser inspirado por Deus, torna improvável que a Assembléia esperasse que um catecismo não-inspirado fosse pregado nas igrejas. Além disso, no *Diretório Para o Culto Público a Deus* a declaração sobre a pregação opõe-se patentemente a Schaff: “O tema do seu sermão deve ser, ordinariamente, algum texto da Escritura que trate de princípio ou aspecto principal da religião, ou seja apropriado a alguma ocasião urgente especial, ou que discorra sobre algum capítulo, salmo ou livro da Sagrada Escritura, que ache apropriado”.¹² Ao escrever que “o *Catecismo Maior* foi planejado principalmente como um roteiro do ministro para o ensino da fé reformada de domingo a domingo”,¹³ T. F. Torrance expressa, provavelmente melhor do que Schaff, a finalidade do Catecismo para os pregadores.

⁹ Citações de Mitchell, *The Westminster Assembly*, 418.

¹⁰ Citado da *Confissão de Fé*, 128.

¹¹ Philip Schaff, *Creeds of Christendom*, 3 vols. (Grand Rapids: Baker, 1977), 1:784.

¹² Citado da *Confissão de Fé*, 379.

¹³ Thomas F. Torrance, *The School of Faith* (Nova Iorque: Harper, 1959), 183. Frederick W. Loester fez observação semelhante: “[O Catecismo Maior foi] planejado principalmente como uma adaptação da Confissão de Fé para as funções didáticas do pregador e do pastor”. “*The Westminster Formularies: A Brief Description*”, in *The Westminster Assembly* (Department of History, Office of the General Assembly of The Presbyterian Church in the U.S.A., 1943), 17.

O Valor do Catecismo Maior

SE O PROPÓSITO do Catecismo Maior era catequizar aqueles que já tinham sido apresentados à verdade cristã, é importante saber como o catecismo pode cumprir ainda esse propósito. Que valor permanente tem ainda para a igreja hoje?

Primeiro, o valor do catecismo pode ser constatado por alguns dos notáveis resumos de doutrina nele encontrados. Por exemplo, as perguntas 70~77 apresentam uma excelente declaração das doutrinas reformadas da justificação e santificação. A pergunta 77 mostra a relação que há entre essas duas verdades de maneira muito sucinta e poderosa:

Em que diferem a justificação e a santificação?

R. Embora a santificação esteja inseparavelmente unida à justificação, elas são, contudo, diferentes nisto: Deus, na justificação, imputa a justiça de Cristo; na santificação o Seu espírito infunde a graça e dá o poder de exercitá-la. Na primeira o pecado é perdoado; na outra é subjugado. Uma liberta igualmente todos os crentes da ira vingadora de Deus — e isso nesta vida, para que jamais sejam condenados; a outra não é igual em todos nem é perfeita em ninguém nesta vida, mas progride para a perfeição.

Segundo, alguns expositores do catecismo afirmam que o Catecismo Maior tem, em alguns pontos, formulações superiores às da Confissão de Fé de Westminster. John Murray, por exemplo, defende que a declaração acerca do Pacto da Graça no Catecismo Maior, perguntas 30~32, é superior ao capítulo VII, seção III da Confissão. Afirmar também que a respeito da imputação do pecado de Adão o Catecismo Maior, pergunta 22, vincula a imputação ao Pacto de Obras com maior clareza que a Confissão de Fé, capítulo VI, seção III.¹⁴

Terceiro, o Catecismo Maior apresenta uma exposição dos Dez Mandamentos particularmente completa e rica. A escritura dessa seção do Catecismo está especialmente associada ao nome de Antony Tuckney, notável teólogo moral Puritano. Muitos consideram essa parte do catecismo como uma considerável introdução ao pensamento ético dos Puritanos.

Nem todos os eruditos, porém, consideram essa seção como uma expressão proveitosa do pensamento reformado a respeito da lei. Philip Schaff co-

¹⁴ Murray, "The catechism of the Westminster Assembly", 363. Essa parte do artigo de Murray foi reimpressa na Presbyterian Reformed Magazine 8 (Spring 1993): 14.

mentou: “também serve em parte como valioso comentário ou suplemento à Confissão, especialmente quanto ao aspecto ético da nossa religião, mas é extremamente detalhista ao especificar o que Deus ordenou e proibiu nos Dez Mandamentos, perdendo-se numa floresta de minúcias”.¹⁵ T. F. Torrance é ainda mais crítico e sugere que o catecismo genebrino de Calvino é “mais evangélico” acerca da lei, ao passo que o Catecismo Maior é “altamente moralista”.¹⁶

Apesar dessas críticas, outros comentadores fazem uma avaliação mais positiva. Frederick Loetscher, por exemplo, escreveu: “A exposição da lei é particularmente admirável. Sem dúvida há aqui a tendência para uma elaboração exagerada ao se especificar o que os mandamentos ordenam ou proíbem, mas nenhuma outra obra desse tipo oferece tratamento mais sugestivo e útil sobre os ensinamentos éticos e sociais do Novo Testamento”.¹⁷

As críticas a essa seção do Catecismo se justificam? Uma resposta possível é que o Catecismo Maior dedica uma porcentagem significativamente menor às perguntas sobre a lei do que o Breve Catecismo (veja a Tabela 1 no final dessa introdução).¹⁸ Se a acusação de moralismo fosse minimamente verdadeira, seria mais aplicável ao Breve Catecismo do que ao Catecismo Maior.¹⁹

Mais digno de nota é que, apesar de ser detalhada e arguta, a exposição dos Dez Mandamentos no Catecismo Maior não se precipita em questões superficiais ou obscuras, tampouco adota um tom moralista. A exposição segue a prática de Calvino ao enxergar nos Dez Mandamentos o resumo de todas as responsabilidades morais do homem. Muitas respostas dessa seção do Catecismo são longas, mas todos os mandamentos, exceto dois deles, são tratados em apenas três ou quatro perguntas. Não surpreende que o quarto mandamento tenha uma exposição mais extensa — sete perguntas — à vista da sua importância para os Puritanos e da natureza controversa do *sabatarianismo* no século 17. Talvez surpreenda que 11 perguntas sejam dedicadas ao quinto mandamento. Um tratamento tão dilatado reflete as circunstâncias sociais e políticas da Inglaterra nos dias da Assembléia e da necessidade de tratar-se amplamente da questão da obediência aos superiores. A exposição da lei no

¹⁵ Schaff, *Creeds of Christendom*, 1:786.

¹⁶ Torrance, *The School of Faith*, xviii.

¹⁷ Loetscher, “*The Westminster Formularies*”, 17.

¹⁸ Veja a Tabela 1. Embora se encontre uma porcentagem mais alta de perguntas sobre a lei no Breve Catecismo, o total do espaço dado à exposição da lei é cerca de 33% no Breve e de 35% no Maior.

¹⁹ Torrance acusa mesmo o Breve Catecismo de ser moralista (*The School of Faith*, xvi). Ele, contudo, não especifica as bases para tal acusação senão a observação de que uma proporção substancial de ambos os catecismos é dada para a exposição da lei. O moralismo é normalmente definido nos termos da maneira que a lei se relaciona com a justificação, não em termos do total de atenção dispensada a ela.

Catecismo Maior é de fato uma base útil para a meditação e o auto-exame e verte luz sobre o que os mandamentos significam para o crente que procura viver uma vida piedosa.

David Wells enalteceu recentemente o tipo de integração que há entre vida e teologia cristãs expostas no Catecismo Maior. Wells escreveu que no passado a teologia tinha “três aspectos essenciais”: “(1) um elemento confessional, (2) a reflexão quanto a essa confissão e (3) o cultivo de um conjunto de virtudes fundamentadas nos dois primeiros elementos”.²⁰ Acrescenta ele que “o terceiro elemento, as virtudes da vida, nem sempre tem sido visto como central para o trabalho do teólogo como *teólogo*. O que vez por outra tem sido uma fraqueza significativa da teologia protestante, se comparada à católica; mas o puritanismo é um lembrete de que esse elemento não precisa ser excluído dos benefícios de uma teologia genuinamente protestante”.²¹ A discussão da lei no Catecismo Maior procura cultivar a virtude de uma forma mais aguda e provê um encorajamento vital para o teólogo e o crente.

Em quarto lugar, o valor do Catecismo Maior assenta-se na sua apresentação da doutrina da igreja, desenvolvendo-a de modo pleno e completo — assunto quase totalmente ausente do Breve Catecismo. Alexander Mitchell observou o seguinte quanto ao Breve Catecismo:

*Embora (...) seja um catecismo totalmente calvinista, nada tem de censuras, tribunais e oficiais eclesiásticos, como os têm muitos produtos semelhantes. Não, não contém sequer uma definição da igreja, visível ou invisível, como o Catecismo Maior e a Confissão de Fé; faz somente uma referência incidental à igreja, associada à pergunta: A quem deve ser ministrado o batismo?*²²

Mitchell afirma que isso é um ponto forte, não uma fraqueza, e escreveu:

Parece que neste símbolo mais simples [o Breve Catecismo], porém mais nobre, eles desejassem, até onde seria possível a calvinistas, eliminar de suas declarações tudo o que fosse secundário e não-essencial; tudo relacionado à organização de cristãos como comunidade exterior; aquilo que os diferenciava dos protestantes episcopais

²⁰ David Wells, *No Place for Truth* (Grand Rapids: eerdmans, 1993), 98.

²¹ Ibidem, 99n.4.

²² Mitchell, *The Westminster Assembly*, 432. Outros também notaram isso. Thomas Ridgeley pôs a seguinte observação no começo da sua obra sobre o Catecismo Maior: “É o maior defeito que temos tentado explicar e pelo qual regulamos o nosso método; porque contém vários tópicos de teologia, não tratados no breve”. Thomas Ridgeley, *A Body of Divinity*, ed. J. M. Wilson (Nova Iorque: Carter, 1855), 1:2. Torrance chama a atenção para a ausência absoluta da doutrina da igreja no Breve Catecismo. *The School of Faith*, xvi.

*ortodoxos, por um lado, e dos sectários inortodoxos, pelo outro, num esforço supremo de oferecer um catecismo valioso no qual toda a juventude protestante do país pudesse ser treinada.*²³

A doutrina da igreja, porém, não pode ser vista como “secundária e não-essencial”. Nenhum teólogo da Assembléia de Westminster consideraria a doutrina da igreja como matéria insignificante. A ausência da doutrina da igreja no Breve Catecismo reflete tão-somente o seu propósito, que era, segundo definiu Torrance, auxiliar o “inquiridor”²⁴ na “apropriação da salvação e na vida cristã”.²⁵ A Assembléia tencionava que o Catecismo Maior suplementasse o Breve Catecismo, tratando alguns tópicos não abordados por esse — como o da igreja.

Essa intenção pode ser claramente vista ao se compararem, nos dois catecismos, as seções que vêm imediatamente antes da exposição da lei.²⁶ As perguntas 37 e 38 do Breve Catecismo falam dos benefícios derivados da morte e da ressurreição de Cristo, ao passo que as perguntas 82~90 do Catecismo Maior falam, não desses benefícios, mas da “comunhão em glória” com Cristo. O impactante é que enquanto o Catecismo Maior fala da comunhão em glória da “igreja invisível”, o Breve Catecismo fala dos “benefícios” dos “crentes”. O Breve Catecismo enfoca deliberadamente os indivíduos, enquanto o Catecismo Maior enfoca muito mais a comunidade dos crentes.

A Doutrina da Igreja no Catecismo Maior

A DECISÃO de eliminar a doutrina da igreja do Breve Catecismo fazia sentido num contexto em que se sabia que os catecúmenos prosseguiriam para a instrução mais completa do Catecismo Maior. Onde o Catecismo Maior não funciona mais assim, existe uma séria omissão. A doutrina da igreja é um elemento integral do verdadeiro calvinismo.

Na verdade, a doutrina particular da igreja é a própria essência do calvinismo. O calvinismo é uma forma de cristianismo que evita dois extremos no entendimento do que é a igreja. Ele rejeita, por um lado, uma forma de cristianismo sacramental que enxerga os ofícios e os sacramentos como se portassem, inevitável e automaticamente, a graça de Deus; e rejeita, por outro

²³ Mitchell, *The Westminster Assembly*, 432.

²⁴ Torrance, *The School of Faith*, 262.

²⁵ Ibidem, xvi.

²⁶ O Catecismo Maior está dividido em duas metades, uma sobre a fé (perguntas 6~90) e uma sobre o dever (91~196). O Breve Catecismo não está explicitamente dividido desse modo, mas segue a mesma sequência do Maior.

lado, uma forma interior e mística do cristianismo, que enxerga os meios de graça externos como irrelevantes. A instituição da igreja como a mãe do fiel é essencial ao calvinismo genuíno.

João Calvino torna a centralidade da igreja muito clara nas *Institutas da Religião Cristã*. Em termos gerais, o Livro 1 é sobre o Pai e a criação; o Livro 2, o filho e a consumação da redenção; o Livro 3, o Espírito Santo e a aplicação da redenção ao indivíduo; e o Livro 4, o Espírito Santo aplicando a redenção através da igreja. Calvino começa o Livro 4 com estas palavras:

*(...) pela fé no evangelho Cristo se faz nosso e nós nos tornamos participantes da salvação e da eterna bem-aventurança trazidas por ele. Mas, visto que nossa obtusidade e indolência (adiciono também a fatuidade do espírito) têm necessidade de subsídios externos com os quais a fé em nós não só seja gerada, mas também cresça e avance gradualmente até a meta, Deus adicionou também esses meios para que [Ele] sustentasse nossa fraqueza. E, para que a pregação do evangelho florescesse, depôs esse tesouro com a Igreja: instituiu “pastores e mestres” (Ef 4.11), por cujos lábios ensinasse aos seus, investiu-os de autoridade, enfim, nada omitiu que contribuísse para o santo consenso da fé e a reta ordem.*²⁷

O Livro 4 é, na verdade, o mais volumoso livro das *Institutas* (mais de um terço de toda a obra) e é quase totalmente dedicado à igreja e aos sacramentos.²⁸

O compromisso de Calvino com a centralidade da igreja é mantido nos diversos padrões reformados. Por exemplo, a Confissão Belga afirma que a igreja é necessária para a preservação da verdadeira religião.²⁹ A Confissão de Fé de Westminster declara que fora da igreja visível não há “possibilidade ordinária de salvação”.³⁰

A doutrina reformada da igreja está plenamente desenvolvida no Catecismo Maior, nele aparecem referências à igreja em muitos contextos diferentes. Ao discutir a obra de Cristo, menciona a igreja como objeto do Seu amor. Cristo é “Rei da Sua igreja” e profeta “para a igreja”. Cristo “congrega e defende a Sua igreja” e é “o Salvador somente do Seu corpo, a igreja”.³¹ A exposição

²⁷ João Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, (São Paulo: Ed. Cultura Cristã, 2003, 2ª ed.),

²⁸, 4.I.1, Trad. Rev. Dr. Waldyr Carvalho Luz.

²⁹ Somente a última parte do capítulo 4 sobre o governo civil não trata especificamente da igreja nem dos sacramentos.

³⁰ *Confissão Belga*, artigo 30. Veja Tabela 1, “Sobre a igreja”.

³¹ *Confissão de Fé de Westminster*, xxv.ii.

³² *Catecismo Maior*, perguntas 42-43, 54, 60.

da lei também contém referências à igreja. O segundo mandamento demanda pureza no culto e no governo da igreja.³² O quinto mandamento exige correta obediência às autoridades da igreja.³³ A reflexão num resumo sobre a lei chama a atenção de que o pecado torna-se mais grave se cometido contra as censuras da igreja.³⁴ Seis perguntas sobre os sacramentos mencionam a igreja, acentuando que os sacramentos são instituídos na e para a igreja, sendo ministrados sob a sua autoridade.³⁵ A seção do Catecismo sobre a oração faz três convocações para que se ore em favor da igreja.³⁶

O elemento chave na definição da igreja no Catecismo Maior é a diferença entre a igreja visível e a igreja invisível.³⁷ A igreja visível são todos os que professam a Cristo com os seus filhos; a igreja invisível são todos os eleitos que gozam ou gozarão da união e comunhão com Ele.

Essa distinção entre a igreja visível e a invisível, exprime a diferença que há entre os meios externos, pelos quais Deus age para salvar, e a realidade interior da salvação fruída pelo salvo. A igreja visível goza do privilégio da proteção especial de Deus e tem o privilégio “de gozar da comunhão dos santos, dos meios ordinários de salvação e das ofertas da graça feitas por Cristo a todos os membros dela, no ministério do evangelho, testificando que todo o que nEle crer será salvo, sem excluir a ninguém que queira vir a Ele”.³⁸ A igreja invisível inclui aqueles que verdadeiramente participam da salvação proclamada na igreja visível.

Na teologia reformada os “meios ordinários de salvação” são elementos cruciais na economia salvadora de Deus. Tanto o Breve Catecismo quanto o Catecismo Maior deixam isso claro. O Breve Catecismo fala enfaticamente: Deus exige de nós “o uso diligente de todos os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica as bênçãos da redenção”.³⁹ O Catecismo Maior fala da mesma maneira ao se referir aos meios externos como os “meios ordinários de salvação”.⁴⁰

O Breve Catecismo trata com relativa brevidade os meios de salvação; fala da importância do culto e das ordenanças, ao expor o segundo mandamento;⁴¹

³² Ibidem, pergunta 108.

³³ Ibidem, pergunta 124.

³⁴ Ibidem, pergunta 151.

³⁵ Ibidem, perguntas 162, 164~166, 173, 176.

³⁶ Ibidem, perguntas 183~184, 191.

³⁷ Veja especialmente o *Catecismo Maior*, perguntas 61~65.

³⁸ *Catecismo Maior*, pergunta 63.

³⁹ *Breve Catecismo*, pergunta 85; veja também a pergunta 88.

⁴⁰ *Catecismo Maior*, perguntas 153, 63.

⁴¹ *Breve Catecismo*, pergunta 50.

lista também como meios a Palavra (especialmente a pregação), os sacramentos e a oração.⁴² Não surpreende que o Catecismo Maior descreva esses meios de modo muito mais pleno nas suas perguntas. O Catecismo Maior é também mais específico a respeito das ordenanças de Deus. Ao discutir o segundo mandamento, por exemplo, ele menciona o culto e as ordenanças e declara: “especialmente a oração e a ação de graças em nome de Cristo; a leitura, a pregação e o ouvir da Palavra; a administração e a recepção dos sacramentos; o governo e a disciplina da igreja; o ministério e a sua manutenção; o jejum religioso; o jurar pelo nome de Deus e Lhe fazer votos”.⁴³

Embora todos os dois catecismos discutam os meios externos de salvação, no Catecismo Maior eles estão claramente amarrados à igreja, mas não no Breve Catecismo. Por exemplo, o papel do ministério é mencionado várias vezes no Catecismo Maior,⁴⁴ mas é deixado apenas implícito nas referências do Breve Catecismo à pregação.⁴⁵ É evidente que o Catecismo Maior tem para oferecer ao Breve Catecismo um suplemento necessário e vital sobre a doutrina da igreja e os meios externos de salvação.

Amadurecida Síntese da Fé

UM MÉRITO final e importantíssimo do Catecismo Maior é que ele é um resumo pleno, equilibrado e edificante da fé evangélica; socorro útil e valioso para o crente na medida em que progride no conhecimento da verdade de Deus. O Catecismo não é, de jeito nenhum, difícil de ler e entender. Na verdade, as suas declarações são mais simples que as da Confissão de Fé — compare, por exemplo, a discussão dos decretos de Deus onde a Confissão (III.I) menciona “a liberdade ou contingência das causas secundárias” e o Catecismo Maior não o faz (pergunta 12). A dificuldade em usar o Catecismo Maior acha-se principalmente na extensão das suas sentenças, que podem desanimar o leitor contemporâneo. Na verdade, será fácil entendê-lo pegando-se uma cláusula de cada vez.

A Assembléia de Westminster foi notável de várias maneiras. Os padrões que ela produziu estão entre os grandes tesouros da igreja de Cristo. O Catecismo Maior é parte crucial desse tesouro, e as igrejas da tradição reformada — e especialmente as igrejas presbiterianas — empobrecem a si mesmas se deixam de usá-lo.

⁴² *Breve Catecismo*, pergunta 88. Esses três meios são examinados nas perguntas 89–107: 2 perguntas sobre a Palavra, 7 sobre os sacramentos e 10 sobre a oração.

⁴³ *Catecismo Maior*, pergunta 108.

⁴⁴ *Ibidem*, perguntas 108, 156, 158, 176, 191.

⁴⁵ *Breve Catecismo*, pergunta 89.

Como perguntou Givens Strickler há um século na homenagem a Westminster: “Por que não conseguem os ministros e oficiais da nossa denominação instruir o nosso povo nessas doutrinas, de modo que em todas as igrejas haja um número mínimo deles que saiba como resguardá-las do assalto dos modismos que lhes sobrevêm com tanta freqüência hoje? Jamais prevaleceremos como podemos e devemos, até que isso seja feito”.⁴⁶

As igrejas enfrentam hoje uma tarefa educacional muitíssimo maior que a de séculos atrás. A ignorância doutrinária é ampla e generalizada. Os pastores e mestres estão sempre procurando por materiais de estudo úteis e eficazes. Em resposta a essa necessidade a igreja tem a obrigação de resgatar os seus grandes recursos educacionais do passado. O Catecismo Maior é um instrumento negligenciado que a igreja necessita hoje para auxiliar os crentes a desenvolverem uma fé e uma vida equilibradas e vigorosas.

CATECISMOS REFORMADOS	Catecismo Genebrino de Calvino (374 pergs.)	Catecismo de Heidelberg (129 pergs.)	Breve Catecismo de Westminster (107 pergs.)	Catecismo Maior de Westminster (196 pergs.)
ASSUNTOS TRATADOS				
Sobre a pessoa e a obra de Cristo	59 (15,8%)	31 (24,0%)	11 (10,3%)	27 (13,8%)
Sobre a lei	102 (27,1%)	24 (18,6%)	43 (40,0%)	59 (30,0%)
Sobre a oração	64 (17,0%)	14 (10,9%)	10 (9,3%)	19 (9,6%)
Sobre os sacramentos	78 (20,7%)	17 (13,2%)	7 (6,5%)	17 (8,7%)
Referência explícita ao Espírito Santo	34 (9,1%)	30 (23,3%)	10 (9,3%)	36 (18,4%)
Uso da palavra e a igreja	22 (5,9%)	6 (4,7%)	1 (0,9%)	26 (13,2%)

Tabela 1. O número de questões de vários assuntos tratados em 4 catecismos reformados

⁴⁶ Memorial Volume, 136~137.

ESBOÇO DO CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER

Jeffrey K. Boer

1 A. “O fim supremo e principal do homem é glorificar a Deus e gozá-lo para sempre!” (Catecismo Maior, Resposta 1)

2 A. Então, a revelação de Deus materializou tudo. (2~196)

1 B. Comparação entre a manifestação geral e a revelação especial (2)

(A manifestação geral de Deus doravante não será mais estudada no Catecismo).

2 B. Exposição da revelação especial (3~196)

1 C. De que se constitui a revelação especial de Deus? (3~4)

2 C. O que as Escrituras principalmente ensinam? (5~196)

1 D. O que o homem precisa crer sobre Deus (6~90)

1 E. Que é Deus? (7)

2 E. As Pessoas da Divindade (8~11)

3 E. Os decretos de Deus (12~13)

3 E. A execução dos decretos de Deus (14~90)

1 F. A criação de Deus (15~17)

2 F. A providência de Deus (18~90)

1 G. A providência de Deus para com os anjos (19)

2 G. A providência de Deus para com o homem (20~90)

1 H. A providência de Deus para com o homem antes da queda (20)

2 H. A queda do homem (21~22)

3 H. A providência de Deus para com o homem depois da queda (23~90)

1 I. O estado do homem depois da queda (23~29)

1 J. A pecaminosidade do estado do homem (24~26)

2 J. A miséria do estado do homem (27~29)

1 K. O castigo do pecado no mundo presente (28)

2 K. O castigo do pecado no mundo por vir (29)

2 I. A graça de Deus depois da queda (30~88)

1 J. O Pacto da Graça de Deus (30~32)

2 J. A administração do Pacto da Graça de Deus (33~35)

1 K. A administração no Velho Testamento (34)

2 K. A administração no Novo Testamento (35)

- 3 J. O Mediador do Pacto da Graça (36~45)
 - 1 K. Como Cristo, o Filho de Deus, tornou-se homem (37)
 - 2 K. Porque o Mediador tinha de ser Deus (38)
 - 3 K. Porque o Mediador tinha de ser homem (39)
 - 4 K. Porque o Mediador tinha de ser Deus e homem (40)
 - 5 K. Porque o Mediador foi chamado "Jesus" (41)
 - 6 K. Porque o Mediador foi chamado "Cristo" (42~45)
 - 1 L. Como Cristo é Profeta (43)
 - 2 L. Como Cristo é Sacerdote (44)
 - 3 L. Como Cristo é Rei (45)
- 4 J. A obra do mediador (46~56)
 - 1 K. A Sua obra de humilhação (46~50)
 - 1 L. Humilhação na concepção e no nascimento (47)
 - 2 L. A humilhação na Sua vida (48)
 - 3 L. A humilhação na Sua morte (49)
 - 4 L. A humilhação após a Sua morte (50)
 - 2 K. A Sua obra de exaltação (51~56)
 - 1 L. Exaltado na Sua ressurreição (52)
 - 2 L. Exaltado na Sua ascensão (53)
 - 3 L. Exaltado ao sentar-se à mão direita de Deus (54)
 - 4 L. A Sua interseção pelos crentes (55)
 - 5 L. A Sua volta para julgar (56)
- 5 J. Os benefícios da mediação de Cristo no Pacto da Graça: Recipientes (57~88)
 - 1 K. Como nos tornamos recipientes (58)
 - 2 K. Quem são os recipientes? (59~88)
 - 1 L. Os benefícios da igreja visível (62~63)
 - 2 L. Os benefícios da igreja invisível (64~88)
 - 1 M. A chamada eficaz à união com Cristo (65~69)
 - 2 M. A justificação (70~73)
 - 3 M. A adoção (74)
 - 4 M. A santificação (75~78)
 - 1 N. A santificação definitiva (76)

- 2 N. A santificação comparada à justificação (78)
- 3 N. A santificação progressiva (78)
- 5 M. A perseverança dos verdadeiros crentes (79)
- 6 M. A certeza da salvação (80~81)
- 7 M. A comunhão na glória de Cristo (82~88)
 - 1 N. A comunhão nessa vida (83)
 - 2 N. A comunhão na morte em si (84~85)
 - 3 N. A comunhão imediatamente após a morte (86)
 - 4 N. A comunhão na ressurreição (87)
 - 5 N. A comunhão imediatamente após a ressurreição (88)
- 3 I. O juízo final (89~90)
 - 1 J. O julgamento dos ímpios (89)
 - 2 J. O julgamento dos justos (90)
- 2 D. O dever que Deus requer do homem: Obediência à Sua vontade revelada (91~196)
 - 1 E. A vontade revelada de Deus antes da queda era a lei moral (92)
 - 2 E. Definição da lei moral (93)
 - 3 E. O uso da lei moral desde a queda (94~97)
 - 1 F. O uso da lei moral para todos os homens (95)
 - 2 F. O uso da lei moral para os homens não-regenerados (96)
 - 3 F. O uso especial da lei moral para os homens regenerados (96)
 - 4 E. A lei moral está resumida e contida nos Dez Mandamentos (98~148)
 - 1 F. Regras para compreender-se corretamente os Dez Mandamentos (99)
 - 2 F. A exposição dos Dez Mandamentos (100~148)
 - 1 G. O prefácio (101)
 - 2 G. O resumo dos 4 primeiros mandamentos (102~121)
 - 1 H. O primeiro mandamento (103~106)
 - 1 I. Deveres exigidos (104)
 - 2 I. Pecados proibidos (105)
 - 3 I. O significado particular de “diante de mim” (106)
 - 2 H. O segundo mandamento (107~110)
 - 1 I. Deveres exigidos (108)
 - 2 I. Pecados proibidos (109)
 - 3 I. Razões anexas que para reforçá-lo (110)

- 3 H. O terceiro mandamento (111~114)
 - 1 I. Deveres exigidos (112)
 - 2 I. Pecados proibidos (113)
 - 3 I. Razões anexas ao mandamento (114)
- 4 H. O quarto mandamento (115~121)
 - 1 I. Deveres exigidos (116~118)
 - 1 J. Como santificar o dia do Senhor (117)
 - 2 J. A responsabilidade especial dos superiores (118)
 - 2 I. Pecados proibidos (119)
 - 3 I. Razões anexas que servem para reforçá-lo (120)
 - 4 I. A importância da expressão *lembra-te* (121)
- 2 G. O resumo dos 6 últimos mandamentos (122~148)
 - 1 H. O quinto mandamento (123~133)
 - 1 I. “Pai” e “mãe” incluem todos os superiores (124~125)
 - 2 I. Deveres e pecados de inferiores, superiores e iguais (126~132)
 - 1 J. A honra que os inferiores devem aos seus superiores (126~127)
 - 2 J. Os pecados dos inferiores contra os seus superiores (128)
 - 3 J. O que se exige dos superiores para com os seus inferiores (129)
 - 4 J. Os pecados dos superiores (130)
 - 5 J. Os deveres dos iguais (131)
 - 6 J. Os pecados dos iguais (132)
 - 3 I. Razões anexas que servem para reforçá-lo (133)
 - 2 H. O sexto mandamento (134~136)
 - 1 I. Deveres exigidos (135)
 - 2 I. Pecados proibidos (136)
 - 3 H. O sétimo mandamento (137~139)
 - 1 I. Deveres exigidos (138)
 - 2 I. Pecados proibidos (139)
 - 4 H. O oitavo mandamento (140~142)
 - 1 I. Deveres exigidos (141)
 - 2 I. Pecados proibidos (142)
 - 5 H. O nono mandamento (143~145)
 - 1 I. Deveres exigidos (144)
 - 2 I. Pecados proibidos (145)
 - 6 H. O décimo mandamento (146~148)
 - 1 I. Deveres exigidos (147)
 - 2 I. Pecados proibidos (148)
- 5 E. Ninguém pode guardar perfeitamente os mandamentos de Deus (149)
- 6 E. Alguns pecados são mais hediondos que outros (150~151)
- 7 E. Todos os pecados merecem a ira de Deus (152)

- 8 E. O que Deus exige de nós para que escapemos à Sua ira (153~196)
 - 1 F. Arrependimento (153a)
 - 2 F. Fé (153b)
 - 3 F. Uso diligente dos meios externos de graça (153c~196)
 - 1 G. O uso da Palavra (155~160)
 - 1 H. Leitura da Palavra (156~157)
 - 1 I. Quem deve ler a Palavra? (156)
 - 2 I. Como a Palavra deve ser lida? (157)
 - 2 H. Pregando a Palavra (158~160)
 - 1 I. Quem deve pregar a Palavra? (158)
 - 2 I. Como deve ser pregada a Palavra? (159)
 - 3 I. O que se exige de quem ouve a Palavra pregada (160)
 - 2 G. O uso dos sacramentos (161~177)
 - 1 H. Como os sacramentos se tornam meios eficazes de salvação (161)
 - 2 H. Definição do sacramento (162)
 - 3 H. Partes do sacramento (163)
 - 4 H. A revelação do número de sacramentos (164)
 - 5 H. O sacramento do batismo (165~167)
 - 6 H. A Ceia do Senhor (168~175)
 - 1 I. O significado da Ceia do Senhor (168~170)
 - 2 I. A correta celebração da Ceia do Senhor (171~175)
 - 7 H. Em que concordam e diferem o batismo e a Ceia do Senhor (176~177)
 - 3 G. O uso da oração (178~196)
 - 1 H. Explicação dos princípios da oração (178~185)
 - 2 H. Regra especial de direção: A Oração do Senhor (186~196)
 - 1 I. Como deve ser usada a Oração do Senhor (187)
 - 2 I. Explicação das partes da Oração do Senhor (188~196)
 - 1 J. O prefácio (189)
 - 2 J. A primeira petição (190)
 - 3 J. A segunda petição (191)
 - 4 J. A terceira petição (192)
 - 5 J. A quarta petição (193)
 - 6 J. A quinta petição (194)
 - 7 J. A sexta petição (195)
 - 8 J. A conclusão (196)

PARTE 1

***ACERCA DO QUE O HOMEM
DEVE CRER***



CAPÍTULO 1

Doutrinas Fundamentais

Pergunta 1. *Qual é o Fim Supremo e Principal do Homem?*

R. O fim supremo e principal do homem é glorificar a Deus e gozá-lo para sempre.

Referências bíblicas

- Ap 4.11. Tudo foi criado para o gozo de Deus.
- Rm 11.36. Todas as coisas existem para Deus.
- 1Co 10.31. É nosso dever glorificar a Deus em tudo o que fazemos.
- Sl 73.24-28. Deus nos ensina como O glorificar, e que devemos gozá-lo para sempre.
- Jo 17.21-24. O nosso supremo destino é gozar a Deus em glória.

Comentário

1. Qual é o significado da palavra “fim” nessa pergunta?

Significa o propósito para o qual algo existe.

2. Seria possível algum evolucionista coerente concordar com a resposta do catecismo à pergunta 1?

Não. Um evolucionista coerente não concordaria que o fim supremo e principal do homem seja glorificar e gozar a Deus, porque ele precisa defender que a raça humana evoluiu de um ancestral primitivo mediante um processo do acaso. Por isso ele tem de sustentar que a raça humana não pode existir com nenhum outro propósito fora dela mesma. Existem os “evolucionistas teístas” que acreditam que a evolução foi o método de criação de Deus, mas não são coerentes porque a criação diz respeito à origem das coisas, ao passo que a evolução começa assumindo que as coisas já existiam e procura mostrar o de-

envolvimento delas em outras formas. Um evolucionista coerente não pode crer numa criação do puro poder de Deus, e por isso não pode crer que a raça humana exista não para si mesma, mas para Deus.

3. Qual é o erro da seguinte declaração: “o fim supremo e principal do homem é buscar a felicidade”?

Essa afirmação faz do propósito da vida humana algo voltado para o próprio homem. Isso não se harmoniza com o ensino da Escritura de que todas as coisas existem para Deus, pois foram criadas por Deus para a Sua própria glória. Dizer que o fim principal do homem é buscar a felicidade é o contrário de crer no Deus da Bíblia. A verdadeira felicidade do homem, é óbvio, resulta de reconhecer e buscar o seu verdadeiro propósito, a saber, glorificar e gozar a Deus, o seu Criador.

4. Qual é o erro da seguinte declaração: “o fim supremo e principal do homem é buscar o melhor para a maioria”?

Essa declaração envolve o mesmo erro da afirmação discutida antes, pois faz do propósito da vida humana algo voltado para o próprio homem. A diferença é que esta afirmativa faz da felicidade ou bem-estar da raça humana em geral o propósito da vida, enquanto que a afirmativa anterior fez da felicidade individual o seu propósito. Ambas são contrárias ao ensino bíblico sobre Deus como o Criador e o Fim de todas as coisas. Ambas são em essência a mesma coisa, como a idéia pagã de que “o homem é a medida de todas as coisas”. A vida moderna, por estar amplamente dominada por essa falsa idéia, é essencialmente pagã e não cristã. Até mesmo algumas igrejas absorveram esse ponto de vista pagão e falam de Deus como “um Deus democrático”.

5. Por que é que o catecismo põe glorificar a Deus antes de gozar a Deus?

Porque o componente mais importante do propósito da vida humana é glorificar a Deus, ao passo que gozar a Deus está estritamente subordinado ao glorificar a Deus. Na nossa vida religiosa deveríamos colocar sempre a ênfase maior no glorificar a Deus. Quem assim o faz irá gozar a Deus em verdade, tanto aqui quanto no porvir. Mas quem pensa que pode gozar a Deus sem O glorificar corre o risco de supor que Deus existe para o homem, e não o homem para Deus. Enfatizar o gozar a Deus mais do que o glorificar a Deus resultará num tipo de religião falsamente mística ou emocional.

6. Por que a raça humana, ou qualquer um de seus membros, jamais poderá alcançar a verdadeira felicidade sem que tenha de glorificar a Deus?

Porque a verdadeira felicidade depende do nosso objetivo consciente de servirmos ao propósito para o qual fomos criados, isto é, glorificar e gozar a Deus. Servir conscientemente ao propósito para o qual Deus o criou é a glória do homem, e fora da consagração consciente de si mesmo a esse propósito não pode haver felicidade real, profunda e satisfatória. Conforme disse Agostinho em suas *Confissões*: “Tu nos criaste para Ti mesmo, oh Deus, e o nosso coração não descansa até que repousa em Ti”.



Pergunta 2. *Como podemos saber que há um Deus?*

R. A própria luz da natureza no homem, e as obras de Deus, claramente testificam que existe um Deus; porém, só a Sua Palavra e o Seu Espírito o revelam de um modo suficiente e eficaz, aos homens, para a salvação.

Referências bíblicas

- Rm 1.19-20. Deus revelado pela luz da natureza e por Suas obras.
- Rm 2.14-16. A lei de Deus revelada no coração do homem.
- Sl 19.1-3. Deus revelado pelo céu.
- At 17.28. A vida humana depende totalmente de Deus.
- 1Co 2.9-10. A revelação natural de Deus não é suficiente nem igual à Sua revelação especial, dada por Seu Espírito.
- 2Tm 3.15-17. A Sagrada Escritura é revelação suficiente para a salvação.
- Is 59.21. O Espírito e a Palavra de Deus foram dados ao Seu povo do pacto, diferentemente da Sua revelação natural, que foi dada a toda a humanidade.

Comentário

1. O que significa “luz da natureza no homem”?

Significa a revelação natural de Deus no coração e na mente do homem. Essa “luz da natureza” é comum a todo o gênero humano. Os pagãos que jamais receberam a revelação especial de Deus, a Bíblia, possuem por natureza um certo conhecimento de Deus e têm em seus corações uma certa consciência

da lei moral (Rm 2.14-16). Crer em Deus é natural para o homem; somente o “nécio” diz em seu coração que não há Deus.

2. Qual o sentido de “as obras de Deus”?

Essa expressão significa a revelação de Deus na natureza exterior à natureza humana. Inclui todo o reino da natureza, grande e pequeno. O céu estrelado, visto pelo mais possante dos telescópios, e a menor partícula de matéria que possa ser fotografada pelo microscópio eletrônico, tudo revela o Deus que os criou e governa. As obras de Deus também incluem todas as criaturas vivas e todas as obras de Deus no curso da história humana. Tudo dá testemunho do Deus invisível que criou, preserva e tudo controla.

3. Qual é a mensagem que a luz da natureza e as obras de Deus trazem à humanidade?

A luz da natureza e as obras de Deus trazem à humanidade uma mensagem sobre a existência de Deus, Seu eterno poder e divindade (Rm 1.19-20), Sua glória (Sl 19.1), e Sua lei moral (Rm 2.14-16). Essa revelação natural de Deus e de Sua vontade é suficiente para deixar os homens sem desculpas pelos seus pecados (Rm 1.20-21).

4. Por que é que essa mensagem da luz da natureza e das obras de Deus não é apropriada para as necessidades espirituais da humanidade?

Essa revelação natural de Deus e da Sua vontade é insuficiente para as necessidades espirituais da humanidade, em sua presente condição decaída e pecaminosa, por duas razões: (a) Quando a humanidade caiu no pecado a sua necessidade espiritual mudou, e é agora maior do que quando a humanidade foi criada. Agora o homem precisa da salvação do pecado pela graça de Deus através de um Mediador, no entanto a luz da natureza e as obras de Deus nada têm a dizer sobre a salvação do pecado; não revelam nenhum evangelho ajustado às necessidades do pecador. (b) A queda do homem no pecado alterou a sua capacidade de receber e entender até mesmo a mensagem que a luz da natureza e as obras de Deus lhe manifestam. O coração e a mente do homem se tornaram obscurecidos pelo pecado (Rm 1.21-22). O resultado disso foi que a revelação natural de Deus foi interpretada erroneamente e corrompida em idolatria (Rm 1.23). Esse mergulho na falsa religião resultou, por sua vez, em terrível corrupção e degradação morais (Rm 1.24-32). Mas apesar de tudo isso, a revelação natural de Deus e da Sua vontade ainda deixa os homens indesculpáveis, porque a modificação da sua necessidade e a sua presente in-

capacidade para compreender a revelação natural de Deus é culpa do próprio homem. A humanidade é responsável não apenas por ter caído em pecado, mas também por todas as consequências de ter caído em pecado.

5. Que revelação integral temos de Deus e da Sua vontade?

Temos, além da revelação natural de Deus, a Sua revelação sobrenatural, que existe hoje somente na forma das Sagradas Escrituras do Velho e do Novo Testamentos. Essa revelação sobrenatural de Deus é às vezes chamada de Sua revelação especial. É dita sobrenatural porque foi dada ao homem não pela atuação das leis da natureza, mas pela operação milagrosa de Deus o Espírito Santo (2Pe 1.21).

6. Quais são as principais diferenças entre a revelação natural de Deus e a Sua revelação na forma da Sagrada Escritura?

(a) A primeira é dada sem exceção a todos os homens; a última limita-se àqueles a quem a Bíblia alcança. (b) A primeira é suficiente para deixar os homens inescusáveis; a última é suficiente para a salvação. (c) A revelação de Deus na forma da Sagrada Escritura é mais clara e mais definida do que a Sua revelação natural. (d) A revelação de Deus na forma da Sagrada Escritura comunica verdades sobre Deus e sobre a Sua vontade que estão além das que podem ser conhecidas por Sua revelação natural.

7. Para que a revelação de Deus na forma da Sagrada Escritura possa nos tornar sábios para a salvação, que mais é necessário além da Bíblia?

Para que a Sagrada Escritura torne alguém sábio para a salvação exige-se, além da Bíblia, uma fé verdadeira (2Tm 3.15; Hb 4.2). Essa fé verdadeira é um dom de Deus (Ef 2.8; At 16.14) operada no coração do pecador pelo Espírito Santo de Deus (Ef 1.17-19). Portanto, além da Bíblia requer-se a iluminação da mente pelo Espírito Santo de modo a que o pecador possa entender e apropriar-se da verdade para a sua salvação. O Espírito Santo, em Sua obra de iluminação, não revela nenhuma outra verdade além da que está revelada na Escritura, mas somente capacita o pecador para ver e para crer na verdade já revelada na Bíblia.



Pergunta 3. O que é a Palavra de Deus?

R. As Escrituras Sagradas — o Velho e o Novo Testamentos — são a Palavra de Deus, a única regra de fé e obediência.

Referências bíblicas

- 2Tm 3.16. Toda a Escritura é divinamente inspirada.
- 2Pe 1.19-21. A Escritura não se origina do homem, mas é produto do Espírito Santo.
- Ef 2.20. Os apóstolos (Novo Testamento) e os profetas (Velho Testamento) constituem o fundamento da igreja cristã.
- Ap 22.18-19. Sendo a Escritura de origem, caráter e autoridade divinas nada se lhe pode acrescentar ou retirar.
- Is 8.20. A Escritura é o padrão de fé e de obediência.
- Lc 1.8-9. Tudo o que for contrário à Escritura deve ser rejeitado, não importa quão sedutor possa ser.
- 2Tm 3.15-17. A Escritura é a perfeita regra de fé e de vida.

Comentário

1. Por que é correto chamar as Escrituras de “Sagradas”?

Porque são a revelação de um Deus santo; porque estabelecem um santo ensinamento; e porque, sendo recebidas com fé verdadeira, conduzem a uma vida de santidade.

2. Em que sentido é verdade que as Escrituras são a Palavra de Deus?

As Escrituras são a Palavra de Deus no sentido pleno e literal do verbo “ser”. Elas são a Palavra de Deus na forma escrita, sem nenhum outro tipo de limitação, seja qual for. Isso quer dizer que a Bíblia é em si mesma, como um livro, a Palavra de Deus, e que as legítimas palavras escritas desse livro são palavras do próprio Deus.

3. Em que sentido é verdade que a Bíblia “contém” a Palavra de Deus?

A Bíblia “contém” a Palavra de Deus no sentido de que a Palavra de Deus forma o conteúdo da Bíblia, assim como também é acertado dizer-se que a Bíblia contém dois Testamentos, ou que a Bíblia contém sessenta e seis livros.

4. Em que sentido não é verdade que a Bíblia “contém” a Palavra de Deus?

(a) Não é verdade que a Bíblia “contém” a Palavra de Deus no sentido de que a Palavra de Deus constitui apenas uma parte do conteúdo da Bíblia, sendo o restante apenas palavras de homens. (b) Não é verdade que a Bíblia “contém” a Palavra de Deus no sentido de que existe uma diferença entre as verdadeiras palavras escritas na Bíblia, por um lado, e a Palavra de Deus nelas “contida”,

por outro. Não é possível conciliar essa distinção, que tem sido popularizada pelo teólogo suíço Karl Barth e seus seguidores, com as declarações da própria Bíblia, nem com a doutrina da Escritura assentada nos Padrões de Westminster. Se as palavras escritas na Bíblia não forem de fato a Palavra de Deus, então a Bíblia não pode ser infalível.

5. Se as Escrituras em sua inteireza são a Palavra de Deus, como podemos explicar o fato de que contêm as palavras de Satanás e de homens ímpios?

As palavras de Satanás e dos ímpios estão incluídas na Palavra de Deus como citações, para que possamos aprender as lições que Deus nos quer dar. A declaração: “*não há Deus*” é uma impostura humana, mas a declaração: “*Diz o insensato no seu coração: Não há Deus*” (Sl 53.1) é uma verdade divina. As palavras: “*não há Deus*” são as palavras do néscio, mas a sentença completa, que inclui a citação das palavras do néscio, é a Palavra de Deus. “*Pele por pele, e tudo quanto o homem tem dará pela sua vida*”, foi a mentira do maligno, mas a sentença completa: “*Então, Satanás respondeu ao SENHOR: Pele por pele, e tudo quanto o homem tem dará pela sua vida*”, é a Palavra de Deus, registro inspirado e infalível do que disse Satanás. Ao afirmarmos que a Bíblia em sua inteireza é a Palavra de Deus, isso não quer dizer que qualquer verso ou porção da Bíblia pode ser retirado do seu contexto e interpretado como se estivesse sozinho.

6. Quais são as duas coisas em que as Escrituras são a nossa regra?

As Escrituras são a nossa regra de fé e de obediência.

7. Por que é que as Escrituras são a nossa única regra de fé e de obediência?

As Escrituras são a nossa única regra de fé e de obediência porque como Palavra de Deus escrita ela é ímpar e infalível, e, portanto, nenhuma outra regra de fé e de obediência pode se equiparar a ela. É claro que esse princípio não exclui os padrões subordinados como o Catecismo Maior, que não apresenta nenhuma outra regra além da Escritura senão um mero resumo sistemático daquilo que as Escrituras ensinam. O Catecismo Maior, por exemplo, é uma legítima regra de fé e de obediência somente porque é — e até onde for — fiel ao ensino das Escrituras. Ele não tem nenhuma autoridade em si mesmo.

8. O que há de errado em dizer que a consciência é o nosso guia de fé e de conduta?

A consciência humana não tem a capacidade de dizer a ninguém o que deve crer ou como viver; não tem como dizer o que é certo ou errado, apenas pode dizer se alguém está agindo ou não conforme aquilo que acredita ser o certo. Se um selvagem acredita que seja certo praticar o canibalismo, a sua consciência não o reprovará por comer carne humana. Se alguém acredita, de algum modo, que seja errado consultar um médico, tomar remédios ou usar óculos a sua consciência o reprovará quando fizer tais coisas. A consciência só é capaz de dizer se a conduta de alguém está de acordo com as suas crenças; não pode lhe dizer se as suas crenças são verdadeiras ou não. É por isso que não se pode considerar a consciência como regra de fé e de vida.

9. Se acrescentarmos alguma outra regra paralela à Bíblia, que efeito isso terá sobre a autoridade da Bíblia para nossa fé e vida?

O resultado inevitável é que a Bíblia ficará em segundo lugar, e que alguma outra coisa se tornará a nossa autoridade verdadeira para a fé e a vida. Em nenhuma área é possível ter duas autoridades supremas, nem é possível que haja duas autoridades iguais sem que uma delas se torne o padrão para a interpretação da outra.

10. Que grande igreja faz da tradição a regra de fé e de conduta juntamente com a Escritura?

A Igreja Católica Romana. É claro que o seu objetivo é esvaziar a Palavra de Deus por meio da tradição da igreja, pois a Bíblia é interpretada de acordo com a tradição e não a tradição de acordo com a Bíblia.

11. Como é que os seguidores de Mary Baker Eddy violam o princípio de que as Escrituras são a nossa única regra de fé e vida?

Quando colocam o livro da Sra. Eddy, *Ciência e Saúde com Chave das Escrituras*, no mesmo nível de autoridade da Bíblia, com o resultado inevitável de que, para eles, o livro dela é a real autoridade, ficando a Bíblia invalidada. A “Ciência Cristã” não pode se sustentar somente na Bíblia como livro-guia, mas precisa dos escritos da Sra. Eddy, que são totalmente contrários à Bíblia, para lhe darem sustentação.

12. Como é que os “Amigos” ou “Quakers” violam o princípio de que as Escrituras são a nossa única regra de fé e vida?

Pela ênfase na mística “luz interior” como o seu guia de fé e de vida. Há muitas facções entre os Quakers, nem todas parecidas, mas historicamente o mo-

vimento dos “Amigos” tem enfatizado a “luz interior” e tendido a subordinar a Bíblia a ela.

13. Seria o Novo Testamento uma Palavra de Deus mais completa ou mais verdadeira do que o Velho Testamento?

Não. O próprio Novo Testamento mostra que o nosso Senhor Jesus Cristo e os Seus apóstolos consideravam o Velho Testamento como a Palavra de Deus em seu sentido mais completo e mais estrito, e ensinaram coerentemente esse modo superior de ver o Velho Testamento.

14. As palavras de Cristo, que em algumas Bíblias vêm impressas em vermelho, são mais verdadeiramente Palavra de Deus do que as outras partes da Bíblia?

Não. A Bíblia toda, do Gênesis ao Apocalipse, é a palavra de Cristo. O Velho Testamento é a Palavra de Cristo através de Moisés e dos profetas; o Novo Testamento é a Palavra de Cristo através dos apóstolos e evangelistas. O Novo Testamento inclui o registro dos ditos de Cristo durante o Seu ministério terreno, mas esses ditos, embora falados por Deus mais diretamente do que a maior parte do restante da Bíblia, mesmo assim, não são Palavra de Deus mais verdadeira do que as outras partes das Escrituras. Vide II Samuel 23.1-2; I Coríntios 14.37; Apocalipse 1.1; 22.16.

15. Se imaginarmos a nossa fé cristã como um edifício, que parte dele seria a resposta à pergunta 3 do Catecismo Maior?

O fundamento, sobre o qual se edifica todo o resto. Algumas vezes tem-se contestado essa afirmação com base no fato de que a Bíblia apresenta a Cristo como o único e legítimo fundamento. Essa objeção não tem consistência, pois procura empregar uma metáfora — a idéia do fundamento — sem analisar o seu sentido. Cristo é, através do Seu sangue e da Sua justiça, o fundamento da nossa reconciliação com Deus. Cristo é, por Sua obra consumada de redenção e Sua presente exaltação em glória, o fundamento da Igreja. No entanto, o reconhecimento de que as Escrituras são a Palavra de Deus e a única regra de fé e de obediência tem que ser o fundamento de qualquer formulação legítima da doutrina cristã.



Pergunta 4. *Como podemos saber se as Escrituras são a Palavra de Deus?*

R. Podemos saber que as Escrituras são a Palavra de Deus, pela sua majestade e pureza, pela harmonia de todas as suas partes e pelo propósito do seu conjunto, que é dar a Deus toda a glória; pela sua luz e poder para convencer e converter os pecadores e para edificar e confortar os crentes para a salvação. O Espírito de Deus, porém, dando testemunho, pelas Escrituras e juntamente com elas, no coração do homem, é o único capaz de nos persuadir plenamente de que elas são a própria Palavra de Deus.

Referências bíblicas

- Os 8.12; 1Co 2:6-7, 13; Sl 119.18, 129. A majestade das Escrituras.
- Sl 12.6; 119.140. A pureza das Escrituras.
- At 10.43; 26.22. A harmonia de todas as partes das Escrituras.
- Rm 3.19, 27. O propósito do conjunto das Escrituras.
- At 18.28; Hb 4.12; Tg 1.18; Sl 19.7-9; Rm 15.4; At 20.32; Jo 30.31. O poder das Escrituras para converter os pecadores e para edificar os crentes.

Comentário

1. Qual o significado da “majestade” das Escrituras?

A “majestade” das Escrituras é o seu caráter sublime e maravilhoso, que as coloca infinitamente acima de todos os escritos humanos. Nas Escrituras se encontram de fato coisas que os olhos não viram, que os ouvidos não ouviram nem jamais entrou no coração dos homens, mas que Deus revelou pelo Seu Espírito, que é Quem perscruta todas as coisas, até mesmo as profundezas de Deus (1Co 2.9-10).

2. Que posição ocupa a Bíblia entre os livros do mundo?

A posição da Bíblia entre os livros do mundo é totalmente única. Tem sido traduzida em mais línguas do que qualquer outro livro; já circularam mais exemplares seus do que de qualquer outro livro. Do ponto de vista literário, é tida como a maior de todas as obras do mundo. Mas a Bíblia é ímpar especialmente quanto aos seus ensinamentos. Dentre os livros sagrados das religiões do mundo não existe nenhum que se possa comparar à Bíblia por sua majestade sublime e inerente.

3. Qual o significado de a “pureza” das Escrituras?

A “pureza” das Escrituras significa o seu caráter de verdadeira Palavra de

Deus completamente livre de todas as impurezas do erro e de assuntos estranhos a ela.

4. Por que outros livros não se podem equiparar em pureza à Bíblia?

Porque a Bíblia é o único livro cujas palavras são em si mesmas produto da inspiração sobrenatural de Deus, e é, por isso, o único livro infalível e completamente isento de erros.

5. Por que acreditamos de fato que as Escrituras são totalmente livres de erros?

Creemos que as Escrituras são totalmente livres de erro, não porque não encontramos erros aparentes na Bíblia, pois não se pode negar que se apontam nela uns poucos desses erros, mas porque a própria Bíblia assim o afirma. A nossa fé nas Escrituras não pode jamais ser inferência dos fatos das nossas próprias experiências, mas a formulação dos ensinamentos das próprias Escrituras acerca de si mesmas. Se acharmos alguns erros aparentes na Bíblia, isso é decorrente da nossa própria experiência como descobridores. Mas se levarmos em conta que a Bíblia apresenta a si mesma como livre de erros, essa é uma cogitação que decorre do ensinamento da própria Bíblia. Temos que aceitar o ensinamento da Bíblia sobre o inferno e outras matérias. O fato é que a Bíblia ensina que a Bíblia é inerrante. Conquanto possamos ter alguns problemas sem solução sobre os aparentes erros da Bíblia, isso, no entanto, não basta como justificativa para se desconsiderar o ensinamento da Bíblia sobre ela mesma; a não ser que fique provado que a Bíblia contenha erros e que eles existam nos textos genuínos dos originais hebraico e grego. Se fosse possível provar isso, a credibilidade da Bíblia como a mestra da verdade para tudo seria, em decorrência disso, destruída. Se confiamos no que a Bíblia afirma sobre Deus e o homem, pecado e salvação, temos também que confiar na Bíblia sobre aquilo que ela afirma sobre a sua própria infalibilidade.

6. Qual o significado de “harmonia de todas as suas partes”, da Escritura?

Pela “harmonia de todas as suas partes” a Escritura quer dizer: (a) que não existem na Bíblia contradições verdadeiras; (b) que todas as partes da Bíblia formam uma unidade, um organismo, um todo harmonioso, não uma mera coleção de escritos isolados com idéias e pontos de vista diferentes. A beleza da harmonia de todas as partes da Bíblia é uma comprovação de que por trás dos autores humanos havia um autor divino, o Espírito de Deus, controlando-os de sorte que se produzisse um todo harmonioso.

7. Quantos livros tem a Bíblia? Por quantos autores humanos foram escritos? Quantos séculos foram necessários para escrevê-los?

A Bíblia tem sessenta e seis livros. Esses livros foram escritos por cerca de quarenta autores diferentes. O trabalho de escrevê-los levou cerca de quatorze séculos, de Moisés ao apóstolo João.

8. Como se pode explicar a ausência de contradições na Bíblia?

A ausência de contradições na Bíblia não pode ser explicada pela teoria de que ela é uma mera coleção de escrituras humanas. Quarenta homens ao escreverem uma coleção de sessenta e seis livros ao longo de 1.400 anos jamais poderiam evitar uma enorme quantidade de contradições. A falta de contradições na Bíblia só se pode explicar pelo fato de que todos os escritores humanos foram controlados sobrenaturalmente pelo Espírito de Deus de tal modo que o produto final é verdadeiramente a Palavra de Deus, e por isso mesmo totalmente livre de erros e contradições.

9. Qual é o “propósito” da Bíblia como um todo?

O propósito da Bíblia como um todo é dar toda a glória a Deus. Nesse ponto a Bíblia é contrária ao espírito do paganismo, tanto o antigo quanto o moderno, que é o de dar toda a glória ao homem.

10. Por que tem de ser genuíno um livro que dá toda a glória a Deus?

Tem de ser genuíno, isto é, tem de ser aquilo que alega ser, a Palavra de Deus, porque ninguém a não ser Deus teria motivos para o escrever. Homens ímpios não escreveriam um livro que condena as suas próprias perversidades e dá toda a glória a um Deus santo que odeia o pecado. Homens bons não poderiam escrever um livro por iniciativa própria e apresentá-lo falsamente como a Palavra de Deus, pois se assim o fizessem seriam enganadores e, por isso, não seriam homens bons. Pela mesma razão nem os demônios nem os santos anjos poderiam tê-lo escrito, portanto, somente Deus é o único *ser* que poderia ser o verdadeiro autor da Bíblia.

11. Que frutos ou resultados da Bíblia mostram que ela é a Palavra de Deus?

Onde quer que se conheça e se creia na Bíblia a perversidade e o crime são refreados, assegura-se a vida humana e preserva-se a propriedade, a educação formal é ampla e difundida, criam-se instituições para cuidar de enfermos, desafortunados e de doentes mentais, e honra-se e defende-se a liberdade civil.

12. Quais são as condições da sociedade humana em lugares onde a Bíblia é total ou praticamente desconhecida?

“Os lugares tenebrosos da terra estão cheios de moradas de crueldade” (Sl 74.20, ACF). Onde a Bíblia é desconhecida ou quase desconhecida, a vida humana é barata e insegura; a desonestidade é quase universal; os homens vivem presos a superstições e temores; abundam corrupção moral e degradação.

13. Além dos fatos mencionados, o que mais é necessário para nos dar a total convicção, ou certeza, de que a Bíblia é a Palavra de Deus?

Além dos fatos já discutidos, faz-se necessária a obra poderosa de Deus o Espírito Santo em nossos corações para nos dar a total convicção de que a Bíblia é a Palavra de Deus. *“Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente”* (1Co 2.14). Os aspectos já discutidos são válidos por si mesmos e podem levar à convicção da probabilidade de que a Bíblia é a Palavra de Deus. Mas essa operação do Espírito Santo pelo e com o testemunho da Palavra no coração resulta na plena convicção ou certeza de que a Bíblia é a Palavra de Deus.

14. Por que razão muitas pessoas altamente instruídas e inteligentes se recusam a crer que a Bíblia é a Palavra de Deus?

A primeira carta aos Coríntios, citada anteriormente, dá a resposta dessa pergunta. Falta a esses incrédulos altamente instruídos o testemunho do Espírito Santo em seus corações. Eles são aquilo que Paulo chama de “homem natural”, isto é, que não nasceram de novo. É, por serem cegos espirituais, que não podem ver a luz.

15. Por que inteligência e instrução não são o bastante para se crer com certeza que a Bíblia é a Palavra de Deus?

Porque há no coração humano pecaminoso um forte preconceito contra Deus e a Sua verdade. Os indícios comuns seriam suficientes para convencer a um inquiridor neutro e sem preconceitos de que a Bíblia é a Palavra de Deus, no entanto, o fato é que não existem inquiridores neutros e sem preconceito. A raça humana toda está caída no pecado; o coração humano foi obscurecido; o “homem natural” é presa de um tremendo preconceito contra a aceitação da Palavra de Deus. Sem a operação especial do Espírito Santo nos corações dos homens não haveria um único e verdadeiro crente na Palavra. É claro que existem pessoas não convertidas que assentem prontamente à declaração de que a Bíblia é a Palavra de Deus, por mero costume ou tradição e não por con-

vicção pessoal. Essas pessoas não estão verdadeiramente convencidas de que a Bíblia seja a Palavra de Deus, elas apenas ouviram dizer ou possuem uma fé de segunda-mão que imita a verdadeira fé espiritual de outros.



Pergunta 5. *O que as Escrituras principalmente ensinam?*

R. As Escrituras ensinam, principalmente, o que o homem deve crer sobre Deus, e o dever que Deus requer do homem.

Referência bíblicas

- 2Tm 1.13. A Escritura é palavra sã para o que crer.
- Dt 10.12-13. Aquilo que Deus requer do Seu povo.
- Jo 20.31. A Escritura é para ser crida, é o caminho da vida.
- 2Tm 3.15-17. A Escritura é uma completa e perfeita regra de fé e de vida.

Comentário

1. Quais são as duas partes principais do ensinamento da Bíblia?

As duas partes principais do ensinamento da Bíblia são (a) uma mensagem verdadeira na qual se deve crer, e (b) uma mensagem de dever à qual se deve obedecer.

2. Por que cita-se *crer* antes de *dever*?

Cita-se *crer* antes de *dever* porque na vida cristã, assim como no mundo natural, a raiz deve vir antes do fruto. “*Como [o homem] imagina em sua alma, assim ele é*” (Pv 23.7). Crer é a raiz e o condutor da vida. É por isso que a verdade a ser crida tem de ser estabelecida antes que se considerem os deveres exigidos.

3. O que há de errado com o chavão popular de hoje que diz: “O cristianismo não é doutrina, mas, vida”?

Esse ditado é uma das sutis meias-verdades de nossos dias. O correto seria dizer: “O cristianismo não é só doutrina, é também vida”. Não é uma questão de “um *ou* outro”, mas de “um *e* outro”. Quando se diz que o cristianismo não é doutrina, mas, vida, coloca-se doutrina e vida em oposição mútua. Essa é uma tendência extremamente perversa, é uma característica absoluta do preconceito antidoutrinal de nossos dias. É claro que o cristianismo segundo a

Bíblia é um sistema de doutrina e de vida. Além disso, doutrina e vida estão organicamente relacionadas e a vida não pode existir nem crescer sem a doutrina. Afinal de contas, raízes são coisas importantes.

4. O que é mais importante na vida cristã, fé ou conduta? Ou será que deveríamos dizer que ambas são igualmente importantes? Qual é a parte mais importante de um edifício, o alicerce ou o telhado?

Não há dúvida de que cada uma delas é igualmente importante de acordo com os seus próprios propósitos. O que é mais importante em um automóvel, o motor ou as quatro rodas? Sem dúvida cada um deles é igualmente importante de acordo com os seus próprios objetivos. O nosso Senhor disse: *“Respondeu-lhe Jesus: Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento”* (Mt 22.37-28). Desde que amar ao Senhor nosso Deus com todo nosso entendimento é exigência do primeiro grande mandamento, podemos dizer com certeza que nada é mais importante do que a fé da verdade. De igual importância em seu próprio âmbito é adornar a verdade com uma vida piedosa e consistente.



Acabamos de estudar as cinco primeiras perguntas do catecismo que constituem O Fundamento e tratam do propósito da vida humana, da existência de Deus e da Palavra de Deus. Havendo completado essa seção introdutória, chegamos agora à primeira das duas grandes divisões do material que o Catecismo Maior contém, a saber, o que o homem deve crer a respeito de Deus. As perguntas de 6 a 90 tratam do assunto que iremos estudar doravante.



CAPÍTULO 2

Deus

Pergunta 6. *O que as Escrituras revelam sobre Deus?*

R. As Escrituras revelam o que Deus é, quantas pessoas há na Divindade, os seus decretos e como Ele os executa.

Referências bíblicas

- Hb 11.6; Jo 4.24. O que é Deus.
- 1Jo 5.7; 2Co 13.14. As pessoas na Divindade.
- At 15.14-15, 18. Os decretos de Deus.
- At 4.27-28. A execução dos decretos de Deus.

Comentário

1. Quais são as quatro partes em que podemos dividir aquilo que a Bíblia revela acerca de Deus?

(a) O ser de Deus, ou o que Deus é; (b) as pessoas na Divindade, ou o que a Bíblia revela sobre o Pai, o Filho, e o Espírito Santo; (c) Os decretos de Deus, ou os planos de Deus elaborados na eternidade antes que houvesse o universo; (d) a execução dos decretos de Deus, ou a realização dos Seus planos por meio da criação e da providência.

2. Como poderíamos dividir essas informações acerca de Deus em duas partes?

(a) Informações acerca do próprio Deus; (b) informações acerca das obras de Deus.

3. Por que é que a Bíblia não apresenta nenhum argumento que prove a existência de Deus?

A Bíblia menciona o fato de que Deus revelou-se ao mundo através da natureza e no coração do homem, e que essa revelação natural testemunha a Sua existência (Sl 19.1; Rm 1.20). Mas, além dessas referências da revelação de Deus na natureza, a Bíblia não procura provar a Sua existência. A Bíblia não apresenta em nenhuma parte nenhum argumento formal que prove a existência de Deus. Em vez disso, ela já começa em seu primeiríssimo versículo assumindo a existência de Deus, e vai adiante falando sobre a Sua natureza, caráter e obras. Por causa da revelação de Deus no mundo na natureza e no coração do homem, é natural que a humanidade creia na existência de Deus. Ao começar já considerando que Deus existe, a Bíblia apresenta, na verdade, o maior dos argumentos em prol da existência de Deus. Pois essa admissão da existência dEle é a chave que abre os incontáveis mistérios da natureza e da vida humana. Vamos supor que fizéssemos a admissão contrária, de que Deus não existe — imediatamente o universo, a vida humana, as nossas próprias almas, tudo fica soterrado sob trevas insondáveis e mistério. Aquele que não está disposto a já começar reconhecendo que Deus existe, tem a responsabilidade de comprovar que a sua teoria da não existência de Deus ofereça uma explicação melhor e mais crível sobre o universo e a vida humana, do que a apresentada na Bíblia. É óbvio que nem os ateus, nem os agnósticos são capazes de o fazer. Quando seguimos a Bíblia e já começamos reconhecendo a existência de Deus como a Bíblia o faz, então todos os fatos do universo convertem-se em argumentos em prol da existência de Deus, pois não existe um único fato em lugar nenhum que possa ser melhor explicado pela negação da existência de Deus, do que pelo reconhecimento de que Ele existe.

4. Que tem a bíblia a dizer sobre o caráter dos ateus?

“Diz o tolo em seu coração: Deus não existe!” (Sl 53.1, NVI). Quem nega a existência de Deus é um tolo porque insiste em continuar negando o maior de todos os fatos. Precisamos entender que na Bíblia o termo “tolos” envolve a idéia de perversão moral assim como de fraqueza intelectual. Imagine alguém que viveu a vida toda no Brasil, que negue a existência do governo do Brasil e alegue que não tem nenhuma obrigação para com esse governo porque nega a sua existência. É claro que alguém assim seria considerado não apenas como falto de juízo mas também como incapaz de ser um bom cidadão para o seu país. No entanto, mais absurda ainda é a atitude do ateu que deve a sua própria vida a Deus e, contudo, nega que Ele existe e isenta-se de qualquer responsabilidade para com Deus.



Pergunta 7. *Que é Deus?*

R. Deus é um Espírito, em Si e por Si mesmo infinito em Seu ser, glória, bem-aventurança e perfeição; Todo-Suficiente, eterno, imutável, incompreensível, onipresente, Todo-Poderoso, onisciente; sapientíssimo, santíssimo, justíssimo, misericordioso e cheio de graça, longânimo e pleno de toda bondade e verdade.

Referências bíblicas

- Jo 4.24. Deus é Espírito.
- Êx 3.14; Jó 11.7-9. Deus é infinito.
- At 7.1. A glória de Deus.
- 1Tm 6.15. A bem-aventurança de Deus.
- Mt 5.48. A perfeição de Deus.
- Gn 17.1. A suficiência de Deus.
- Ml 3.6; Tg 1.17. Deus é imutável.
- Sl 90.1-2. Deus é eterno.
- 1Rs 8.27. Deus é incompreensível.
- Sl 139.7-10. Deus é onipresente.
- Ap 4.8. Deus é Todo-Poderoso.
- Hb 4.13; Sl 139.1-14; 147.5. Deus sabe todas as coisas.
- Rm 16.27. A sabedoria de Deus.
- Is 6.3; Ap 15.4. A santidade de Deus.
- Dt 32.4. A justiça de Deus.
- Êx 34.6. Deus é misericordioso, etc.

Comentário**1. Que significado há em dizer que “Deus é Espírito”?**

Isso significa que Deus é um ser que não possui corpo material.

2. Por que devemos dizer “Deus é um Espírito” em vez de “Deus é Espírito”, como dizem os adeptos da Ciência Cristã?

Podem-se dar duas razões para isso: (a) Deus não é o único espírito que existe; Ele pertence a uma classe de seres denominados de “espíritos”, a qual inclui também anjos e espíritos malignos; por causa disso é que dizemos que “Deus é um Espírito”, da mesma maneira que dizemos: “Brasília é uma cidade”, querendo dizer que não é ela a única cidade do mundo, mas um elemento da classe das cidades. (b) Por ser Deus uma pessoa dizemos: “Deus é um Espírito” em vez de “Deus é Espírito”, porque essa última forma de falar parece indicar

a incredulidade na individualidade de Deus e, portanto, a incredulidade na Sua personalidade.

3. Qual é a falsa religião — originária dos Estados Unidos — que ensina que Deus tem um corpo material?

O Mormonismo, ou a “Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias”.

4. Por que é que a idolatria, ou a adoração a Deus por meio de imagens, é sempre errada e pecaminosa em si mesma?

Como a idolatria é claramente proibida nos Dez Mandamentos, não pode existir nenhuma dúvida da sua pecaminosidade. A razão por trás do Segundo Mandamento é, sem nenhuma dúvida, a verdade de que Deus é puramente Espírito e, por ser Ele puramente Espírito, qualquer objeto material ou imagem acaba passando uma falsa idéia de Deus.

5. Qual o significado da palavra “infinito”?

Literalmente, significa sem limites ou termos e portanto refere-se àquilo que não pode ser medido.

6. Quais são os quatro aspectos dos quais se declara que Deus é infinito?

Em Seu ser (que significa existência), glória, bem-aventurança, perfeição.

7. Por é que a idéia de Deus ser infinito perplexa as nossas mentes?

Porque somos seres finitos, e o finito não pode compreender o infinito. Não podemos conhecer toda a verdade sobre Deus, nem compreender totalmente a mínima parte ou detalhe da verdade sobre Ele.

8. Se as nossas mentes pudessem compreender a Deus, e compreender como Ele pode ser infinito, que significaria isso?

Significaria que nós mesmos também seríamos infinitos, e igualáveis a Deus.

9. Por que é que as nossas mentes levantam instintivamente a pergunta: “Quem fez Deus?”.

Por termos sido criados, tendemos naturalmente a assumir que todos os outros seres devem ter sido criados também. Porém, é claro que um Deus que foi criado não seria Deus de jeito nenhum, mas apenas mais uma criatura, e nós teríamos de pensar em um outro Deus que o houvesse criado.

10. Que sentido há em dizermos que Deus é eterno?

O primeiro sentido é o de que Deus jamais teve um princípio; o segundo é que Deus jamais terá um fim; e o terceiro é que Deus está acima das distinções temporais: passado, presente e futuro são, para Deus, todos igualmente presente; para Ele um dia é como mil anos, e mil anos, como um dia.

11. Como poderemos representar a idéia de que Deus está acima das distinções temporais?

Essa idéia pode ser representada por um círculo. Um círculo tem um centro e uma circunferência. O centro dista igualmente de todo e qualquer ponto da circunferência, no entanto os pontos da circunferência não guardam a mesma distância um do outro. Se pensarmos na circunferência como a representação das eras da história do mundo, e no centro do círculo como a representação da posição de Deus em relação às eras da história, pode ser que isso nos ajude a compreender que todas as eras da história — passado, presente e futuro — são igualmente presente para Deus.

12. Que significado há em dizer que Deus é incompreensível?

O catecismo usa essa palavra no sentido de I Reis 8.27: *“Eis que os céus e até o céu dos céus não te podem conter”*, significando que todo o universo criado não pode “compreender” ou conter Deus; embora a Bíblia fale de Deus como Aquele *“que a tudo enche em todas as coisas”* (Ef 1.23) e embora Deus esteja em toda parte do universo criado, Ele é ainda tão grandioso que nem todo o universo seria capaz de O “conter” — ainda haveria muito mais.

13. Se Deus é imutável, então por que a Bíblia fala que Ele “se arrependeu” ou que mudou de idéia, como por exemplo no caso da cidade de Nínive (Jn 3.10)?

Deus mesmo jamais muda. As criaturas de Deus mudam, e o resultado disso é que a relação entre elas e Deus muda. No caso de Nínive, por exemplo, Deus verdadeiramente não mudou a Sua mente. Foi o povo de Nínive que mudou de verdade; eles se converteram dos seus maus caminhos. Deus não mudou de idéia, porque toda a seqüência de eventos, inclusive a pregação de Jonas, a mudança de atitude dos ninivitas ao se voltarem de suas impiedades, e o arrependimento de Deus “do mal que tinha dito lhes faria”, foi tudo parte do plano original de Deus.

Noutras palavras, mesmo antes de Jonas chegar em Nínive, Deus tinha planejado e pretendia “mudar a Sua mente” após os ninivitas terem mudado

de conduta. Mas quando Deus “muda” a Sua mente segundo o planejado, está claro que Ele na verdade não mudou a sua mente, mas apenas mudou o modo de tratar as Suas criaturas.

14. Se Deus é Todo-Poderoso, como diz o catecismo, existe contudo alguma coisa que Ele não possa fazer?

A Bíblia nos fala de algumas coisas que até mesmo Deus não pode fazer. Uma delas é que Deus não pode mentir (Tt 1.2). Somos informados também que Deus não negar a Si mesmo (2Tm 2.13). Podemos sintetizar esses ensinamentos ao dizer que Deus não pode negar a Sua própria natureza — Ele não pode negar a Sua natureza moral ao dizer uma mentira ou ao cometer algo injusto, e não pode negar a Sua natureza racional ao fazer qualquer coisa que a contrarie em si mesma. Por exemplo, Deus não pode criar um círculo quadrado, ou fazer dois mais dois igual a cinco. À parte das coisas que não contrariem a Sua própria natureza, não existe absolutamente nada que Deus não possa fazer.

15. Qual é a importância da verdade que Deus sabe todas as coisas?

Sem essa verdade as profecias da Bíblia seriam impossíveis. É tão-somente porque Deus sabe todas as coisas que os acontecimentos podem ser preditos, centenas e milhares de anos antes de ocorrerem. Há também a verdade prática de que nada pode ser escondido de Deus, pois Ele vê e sabe tudo. Por isso, porque Deus sabe tudo, podemos ter a certeza de que Ele tratará de todas as impiedades dos homens no Dia do Juízo.

16. Qual é o significado da declaração de que Deus é “santíssimo”?

Isso significa (a) que Deus está muitíssimo acima de todos os seres criados; (b) que Deus está infinitamente longe de todo pecado e não pode ter comunhão com seres pecadores, a não ser que tenha havido expiação por seus pecados.

17. Que sentido há em dizer que Deus é “justíssimo”?

Significa que faz parte da natureza ou caráter de Deus tratar com todas as Suas criaturas racionais exatamente de acordo com a posição deles quanto à Sua lei moral.

18. Qual a diferença de significado entre “misericordioso” e “gracioso”?

O termo *graça* significa qualquer favor imerecido que Deus concede a todas as Sua criaturas, a despeito de serem ou não pecadoras. Mas o termo *misericórdia* significa favor imerecido concedido a criaturas pecadoras, que não somente não os merecem, mas que também são indignos deles. Assim, por

exemplo, foi um ato de graça da parte de Deus firmar o pacto de obras com Adão, pois Deus não tinha a obrigação de fazer isso, embora Adão ainda não houvesse pecado. Deus não devia nada a ele. No entanto, quando Deus firmou o Pacto da Graça, foi um ato de graça muito maior do que o ato de graça de Deus ao firmar o Pacto de Obras, porque o Pacto da Graça significou a concessão do favor de Deus a criaturas pecadoras, e, portanto, um tal pacto, manifesta tanto a graça quanto a misericórdia de Deus. Podemos dizer que a misericórdia de Deus é a concessão da Sua graça a criaturas pecadoras.

19. Que sentido há em dizer que Deus é “longânimo”? Que exemplos disso podem ser tirados da Bíblia?

Quando se diz que Deus é “longânimo” significa que Deus em Sua misericórdia geralmente espera muito tempo antes de exercer juízo contra o pecado, concedendo ao pecador tempo para que se arrependa. A Bíblia está cheia de exemplos do caráter longânimo de Deus. Pode-se citar Apocalipse 2.21, assim como Gênesis 15.16. É fácil o estudante se lembrar de outros exemplos.

20. O que significa a “bondade” de Deus?

“Bondade” é um termo mais genérico do que “graça” ou “misericórdia”. A bondade de Deus, algumas vezes chamada de “benevolência”, é o atributo de Deus que O leva a propiciar o bem-estar geral de todas as Sua criaturas, com exceção das que foram legalmente condenadas por causa do pecado. A bondade de Deus, portanto, inclui não apenas anjos e homens, mas também a criação animal. Pode-se exemplificar a bondade de Deus não apenas com o plano da salvação, mas também com as obras da criação e a providência em geral. Por exemplo, o fato de que existem milhões de toneladas de carvão mineral subterrâneo, disponíveis ao uso da humanidade, o que torna a vida possível nos climas frios, manifesta a bondade de Deus. Para exemplos da bondade de Deus para com os animais vide Jonas 4.11 e Gênesis 9.9-10, 16.

21. O que se pretende dizer com a verdade como atributo de Deus?

A verdade de Deus é um atributo que afeta o Seu conhecimento, sabedoria, justiça e bondade. (a) O conhecimento de Deus sobre todas as coisas é perfeito e totalmente verdadeiro e preciso. (b) A sabedoria de Deus é verdadeira porque é totalmente isenta de qualquer preconceito ou paixão. (c) A justiça e a bondade de Deus são verdadeiras porque são perfeitamente fiéis à Sua própria natureza ou caráter. A Escritura expressa o atributo da verdade de Deus ao dizer que *“Ele permanece fiel, pois de maneira nenhuma pode negar-se a si mesmo”*

(2Tm 2.13). Mais particularmente, Deus é verdadeiro em toda Sua revelação à raça humana, inclusive em toda a Escritura do Velho e do Novo Testamentos, e Deus é fiel no cumprimento de todas as Suas promessas e pactos.



Pergunta 8. *Há outros deuses além de Deus?*

R. Só existe um único e verdadeiro Deus, que é o Deus vivo e verdadeiro.

Referências bíblicas

- Dt 6.4. A unidade de Deus declarada no Velho Testamento.
- 1Co 8.4-6. Só há um único e verdadeiro Deus, todos os demais são falsos.
- Jr 10.10-12. O verdadeiro Deus tudo criou e a tudo governa.

1. Que nome se dá ao sistema religioso que crê em um único Deus?

Monoteísmo.

2. Qual é o oposto do monoteísmo?

O politeísmo, ou a crença na existência de muitos deuses.

3. Qual é a idéia de desenvolvimento da religião que é normalmente defendida pelos evolucionistas?

A religião se desenvolveu gradualmente, começando com o animismo, ou a crença em espíritos; alcançou mais tarde o estágio do politeísmo, ou a crença na existência de muitos deuses; e depois finalmente atingiu o estágio mais alto, o do monoteísmo, ou a crença em um único Deus.

4. O que se pode pensar dessa teoria da evolução da religião?

Em primeiro lugar ela é francamente contrária à Bíblia que, na criação, mostra que a humanidade adorava somente a um Deus, mas que mais tarde, por causa da queda e subsequente corrupção do coração humano, começaram a crer em muitos deuses. Vide Romanos 1.21-23. Em segundo lugar, a teoria da evolução da religião é contrária aos fatos conhecidos da história das religiões. Não somente a Bíblia — a história comum também — prova que o monoteísmo veio primeiro e que depois degenerou em politeísmo. Na China, por exemplo, a forma de religião mais antiga era monoteísta; era assim a religião dos chineses milhares de anos atrás, hoje, no entanto, os chineses são politeístas ao extremo, adorando incontáveis deuses e espíritos.

5. Qual dos Dez Mandamentos proíbe o pecado do politeísmo?

O primeiro mandamento: “*Não terás outros deuses diante de mim*” (Êx 20.3).

6. Que diferença há entre politeísmo e idolatria?

Politeísmo é a crença em muitos deuses; idolatria é a adoração a qualquer deus, verdadeiro ou falso, por meio de imagens ou de figuras. Os pagãos, com os seus muitos deuses, são politeístas, mas também são idólatras porque usam imagens e figuras para os adorar; o que pode se converter tanto na mera adoração à própria imagem ou figura, quanto numa adoração mais racional através da imagem ou da figura, utilizando o ídolo como um “auxílio à adoração”. Aqueles que adoram ao Deus verdadeiro por meio de imagens ou de figuras são idólatras, mas não, politeístas. A Igreja Católica Romana elabora uma distinção sutil entre a adoração que é devida a Deus somente e a honra que se dá a Maria e aos santos. Não há dúvida que multidões de católicos romanos não assimilam essa sutileza, e concedem a Maria e aos santos o equivalente à honra divina, o que os torna, na prática, politeístas e idólatras.

7. Que grave pecado de transigência monoteísta foi cometido pelas igrejas cristãs no Japão e na Ásia sob domínio japonês antes e durante a Segunda Guerra Mundial?

Sob forte opressão de um governo totalitário, essas igrejas toleraram e praticaram o politeísmo dando honra divina à deusa-sol e ao imperador japonês. Em alguns casos isso chegou ao ponto de se colocarem miniaturas de altares xintoístas dentro dos templos cristãos e de se curvarem diante dele imediatamente antes do início do culto público a Deus. Desde que a guerra acabou algumas pessoas têm se arrependido publicamente do seu envolvimento em tais práticas, outras, porém, não.



Pergunta 9. *Há quantas pessoas na Divindade?*

R. Há na Divindade três Pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo; e essas três são um único Deus, verdadeiro e eterno, de mesma substância e iguais em poder e glória; são, contudo, diferenciadas por Suas peculiaridades individuais.

Referências bíblicas

- Mt 28.19; 2Co 13.14. Os nomes das três pessoas divinas mencionados juntamente.
- 1Co 8.6. A declaração de que o Pai é Deus.
- Jo 1.1; 10.30; 1Jo 5.20 (última parte). A declaração de que o Filho é Deus.
- At 5.3-4. A declaração de que o Espírito Santo é Deus.
- 1Co 8.4; Êx 20.3. Embora existam três pessoas, há, contudo, um único Deus.
- Mt 11.27; Hb 1.3. As pessoas divinas são de mesma substância.
- Jo 1.18; 15.26. As pessoas divinas distinguem-se por suas peculiaridades individuais.

Comentário

1. Por que é que a doutrina da Trindade é uma pedra de tropeço para tanta gente?

Porque é um mistério que a razão humana não consegue explicar.

2. Que sistema religioso nega a doutrina da Trindade?

O Unitarismo, que ensina que só existe uma Pessoa na Divindade: o Pai, e que por isso o Filho e o Espírito Santo não são pessoas divinas.

3. Não seria a doutrina da Trindade contrária à razão?

Não. Ela não é contrária à razão, mas acima da razão humana.

4. A doutrina da Trindade não contraria a si mesma?

Não, ela não se contradiz; embora os seus oponentes jamais se cansem de chamá-la de “contraditória”. A doutrina ensina que, num certo sentido, Deus é *um* e que, num outro sentido diferente, Ele é *três*. Ele é *um* em substância, e *três* em pessoas. Conquanto podemos admitir abertamente que isso é um mistério que perplexa a mente humana, mesmo assim não envolve ainda uma contradição. Seria contraditória se afirmássemos que Deus é um e três num mesmo sentido, isto é, se disséssemos que só existe uma única pessoa na Divindade e que ao mesmo tempo existem três pessoas na Divindade. Isso seria um absurdo. Nenhum credo cristão propõe um tal entendimento sobre essa questão.

5. Quais são algumas das ilustrações que se têm proposto para ajudar as pessoas a entenderem a doutrina da Trindade?

Uma mesma substância química em diferentes estados: líquido, sólido e gaso-

so; a relação que existe entre fogo, luz e calor; e muitas outras comparações semelhantes.

6. Por que é que todas essas ilustrações não possuem nenhum valor para explicar a Trindade?

Porque é um mistério divino, a Trindade não possui paralelo no reino natural e não foi revelada na natureza, mas somente na Escritura. Além disso, todas as ilustrações sugeridas valem-se de diferenças físicas o que, devido à natureza do caso, não consegue representar as relações entre as pessoas. Além disso, a mesma substância é num dado momento água, gelo num outro instante, e vapor ainda num outro momento e não água, gelo e vapor ao mesmo tempo; enquanto que as três pessoas da Divindade são o mesmo Deus e pessoas distintas em um mesmo momento.

7. Qual é a expressão na resposta 9 que é muito importante como teste da verdadeira crença na doutrina da Trindade?

A frase “de mesma substância”. Muitos hoje dizem acreditar na “divindade de Cristo”, por exemplo, mas não estão dispostos a dizer que Cristo é o mesmo em substância com Deus o Pai.

8. Qual é a importância prática da doutrina da Trindade?

Isso está muito longe de ser uma mera teoria técnica, ou uma doutrina abstrata. O cristianismo ou se mantém em pé ou cai junto com a doutrina da Trindade. A Bíblia apresenta o plano da salvação como um pacto ou aliança entre as pessoas da Trindade. Quando se abre mão da doutrina da Trindade, todo o ensinamento bíblico do plano da salvação também tem de descer com ela pelo ralo.



Pergunta 10. *Quais são as peculiaridades individuais das tres pessoas na Divindade?*

R. É inerente ao Pai gerar o Filho, e ao Filho ser gerado pelo Pai, e ao Espírito Santo proceder do Pai e do Filho, desde toda a eternidade.

Referências bíblicas

- Hb 1.5-6, 8. O Pai gera o Filho.
- Jo 1.14, 18; 3.16. O Filho é gerado pelo Pai.

- Jo 15.26; Gl 4.6. O Espírito Santo procede do Pai e do Filho.
- Jo 17.5, 24. Essas três peculiaridades individuais existem desde a eternidade.

Comentário

1. Qual sentido tem a palavra *gera* em se falando da Trindade?

Na linguagem humana essa é a palavra mais aproximada para denotar a relação entre Deus o Pai e Deus o Filho.

2. Como é que Hebreus 1.5-8 pode demonstrar que o Filho não é um ser criado, mas foi gerado eternamente pelo Pai?

A expressão “*hoje te gerei*” no versículo 5 não implica que antes daquele momento o Filho não existisse; ao contrário, “*hoje*” é o dia da eternidade, como mostra o versículo 8, o qual chama ao Filho de “*Deus*” e afirma que o trono dEle “*é para todo o sempre*”. Se o Filho tivesse um começo, Ele não seria chamado de “*Deus*”.

3. Por que ao falarmos das três pessoas da Trindade sempre colocamos o nome do Pai em primeiro lugar, o do Filho em segundo, e o do Espírito Santo em terceiro?

Porque a Bíblia fala do Pai enviando uma operação através do Filho e do Espírito Santo; a Bíblia fala também do Filho como operando uma obra através do Espírito Santo. Na Bíblia essa ordem nunca está invertida, nem jamais se fala do Filho operando através do Pai, nem do Espírito Santo enviando o Filho ou operando por meio dEle.

4. Qual deveria ser a nossa atitude para com as verdades da Trindade?

Deveríamos aceitá-las reverentemente, entendendo que são mistérios divinos muito além da nossa capacidade de explicar ou compreender.



Pergunta 11. Como se infere que o Filho e o Espírito Santo são Deus, tal qual o Pai?

R. As Escrituras manifestam que o Filho e o Espírito Santo são Deus tal qual o Pai, quando Lhes confere nomes, atributos, obras e adoração tais que só são adequados para Deus.

Referências bíblicas

- Is 6.3-8 comparado com Jo 12.41. Nomes divinos conferidos ao Filho.
- Is 6.8 comparado com At 28.25. Nomes divinos conferidos ao Espírito Santo.
- 1Jo 5.20. Nomes divinos conferidos ao Filho.
- At 5.3-4. Nomes divinos conferidos ao Espírito Santo.
- Jo 1.1; Is 9.6; Jo 2.24-25. Nomes divinos conferidos ao Filho.
- 1Co 2.10-11. Nomes divinos conferidos ao Espírito Santo.
- Jo 1.3; Cl 1.16. Nomes divinos conferidos ao Filho.
- Gn 1.2. Obras divinas conferidas ao Espírito Santo.
- Mt 28.19; 2Co 13.14. Culto divino prestado ao Filho e ao Espírito Santo.

Comentário

1. Quantos Deuses existem, segundo a Bíblia?

Apenas um. Esse é o ensino coerente de toda a Bíblia.

2. Quantas pessoas distintas a Bíblia chama de divina?

Três: o Pai, o Filho, e o Espírito Santo.

3. Qual é a única conclusão lógica que se pode tirar desses fatos?

A única conclusão a que se pode logicamente chegar a partir dos dados da Bíblia é a de que só há um Deus, que subsiste em três pessoas distintas, sendo cada uma delas verdadeiramente Deus, tal qual as outras duas.





CAPÍTULO 3

Os Decretos de Deus

Pergunta 12. *O que são os decretos de Deus?*

R. Os decretos de Deus são os atos sábios, livres e santos do conselho da Sua vontade, pelos quais, desde toda a eternidade, Ele, para a Sua própria glória, preordenou imutavelmente tudo o que acontece no tempo, especialmente o que diz respeito a anjos e homens.

Referências bíblicas

- Ef 1.11. Deus, que faz todas as coisas segundo o conselho da Sua própria vontade, predestina os homens segundo o Seu próprio propósito.
- Rm 11.33. Os planos e os propósitos de Deus não podem ser explicados nem descobertos pelos homens.
- Rm 9.14-15, 18. Os decretos de Deus não o tornam o autor do pecado, pois os Seus decretos são segundo o conselho da Sua própria vontade e, portanto, livres de qualquer fonte de interferência exterior ao próprio Deus.
- Ef 1.4. Os decretos de Deus, inclusive aqueles relativos ao destino eterno dos homens, foram estabelecidos na eternidade, antes da criação do mundo.
- Rm 9.22-23. Deus predestinou alguns homens para a ira e outros para a glória.
- Sl 33.11. Os planos e os propósitos de Deus são imutáveis.

Comentário

1. Que grande verdade está declarada na resposta à pergunta 12?

A verdade de que Deus tem um plano abrangente e exato para o universo que Ele criou.

2. De acordo com a Bíblia, quando foi feito o plano de Deus?

Na eternidade, antes da criação do mundo.

3. Quais são os três adjetivos utilizados para descrever o caráter dos decretos de Deus?

Sábios, livres e santos.

4. Qual o sentido de se afirmar que os decretos de Deus são “sábios”?

Isso quer dizer que os decretos de Deus estão em perfeita harmonia com a Sua perfeita sabedoria, que dirige o uso dos meios corretos para atingir os fins corretos.

5. Qual o sentido de se afirmar que os decretos de Deus são “livres”?

Isso quer dizer que os decretos de Deus não sofrem a pressão nem a influência de nada alheio à própria natureza de Deus.

6. Qual o sentido de se afirmar que os decretos de Deus são “santos”?

Significa que os decretos de Deus estão em perfeita harmonia com a Sua perfeita santidade, e por essa causa, totalmente isentos de pecado.

7. Podemos considerar os decretos de Deus como decisões arbitrárias, como as idéias pagãs de “destino” e “sorte”?

Não. Os decretos de Deus não são “arbitrários” porque foram traçados segundo o conselho da Sua vontade. Por trás deles subjazem a mente e o coração do Deus infinito e pessoal. É por isso que os Seus decretos são completamente diferentes de “destino” ou “sorte”.

8. Qual é o alvo ou propósito dos decretos de Deus?

O alvo ou propósito dos decretos de Deus é a manifestação da Sua própria glória.

9. É egoísmo ou errado que Deus procure, acima de tudo, a Sua própria glória?

Não, pois Deus é o autor de todas as coisas e tudo existe para a glória dEle. Egoísmo ou errado é os seres humanos buscarem, acima de tudo, a sua própria glória. No entanto, por ser Deus o mais sublime dos seres e por não existir nada mais elevado que Ele, é natural que busque a Sua própria glória.

10. Qual é a natureza dos decretos de Deus?

Os decretos de Deus são imutáveis. Não podem ser modificados e, por isso, serão cumpridos com toda certeza (Sl 33.11).

11. Qual a abrangência dos decretos de Deus?

Os decretos de Deus abrangem todas as coisas, abrangem tudo o que acontece.

12. Prove pela Bíblia que os decretos de Deus abarcam as ocorrências que são vulgarmente chamadas de acidentais ou “casuais”.

Pv 16.33; Jn 1.7; At 1.24, 26; 1Rs 22.28, 34; Mc 4.30.

13. Prove pela Bíblia que os decretos de Deus abrangem até mesmo os atos pecaminosos dos homens.

Gênesis 45.5, 8; 50.20; I Samuel 2.25; Atos 2.23. Ao afirmarmos que a Bíblia ensina claramente que os decretos de Deus abrangem até mesmo os atos pecaminosos dos homens, temos que nos guardar cuidadosamente de dois erros: (a) os decretos de Deus não O tornam o autor do pecado nem O fazem responsável por ele; (b) o fato de que a preordenação de Deus não isenta o homem da responsabilidade de seus pecados. A Bíblia ensina tanto a preordenação de Deus quando a responsabilidade do homem. Portanto, devemos crer e afirmar a ambos com firmeza, embora reconheçamos sinceramente que não somos capazes de harmonizar os dois completamente. Se deixarmos de crer na preordenação de Deus ou na responsabilidade do homem, caímos de imediato em erros absolutos que contradizem os ensinamentos da Bíblia em muitos pontos. É melhor e mais sábio, através de uma fé singela, aceitar o que a Bíblia ensina e confessar uma “ignorância santa” dos segredos dos mistérios que não foram revelados, tais como a solução do problema da preordenação divina e da responsabilidade humana.

14. Qual é a diferença entre preordenação e predestinação?

Preordenação é um termo que se aplica a todos os decretos de Deus referentes a tudo o que acontece no universo criado; predestinação denota os decretos de Deus referentes ao destino eterno dos anjos e dos homens.

15. Por que as pessoas se opõem à doutrina dos decretos de Deus?

A maioria das objeções a essa doutrina baseia-se não na Escritura, mas no raciocínio humano ou na filosofia. É comum os que se opõem à doutrina fazerem uma caricatura absurda dela para logo depois a demolirem com exagerada mos-

tra de indignação. Ao se tratar de uma questão desse tipo, nenhum argumento que não considere detalhadamente as diversas passagens da Escritura sobre as quais se assenta essa doutrina não tem nenhum peso contra a doutrina dos decretos de Deus. Opiniões humanas, arrazoados e filosofia não têm o mínimo peso contra as declarações da Palavra de Deus. Algumas objeções levantadas contra a predestinação, ou doutrina da eleição, serão consideradas na próxima lição.



Pergunta 13. *O que decretou Deus especialmente quanto aos anjos e aos homens?*

R. Deus, por um decreto eterno e imutável, somente por causa do Seu amor e para o louvor da Sua gloriosa graça a ser manifestada em tempo oportuno, elegeu alguns anjos para a glória e, em Cristo, escolheu alguns homens para a vida eterna, e também os meios para alcançá-la. Da mesma forma, segundo o Seu poder soberano e o inescrutável conselho da Sua própria vontade (por meio dos quais concede ou nega favor conforme Lhe apraz) preteriu e preordenou o restante deles à desonra e à ira, que lhes serão infligidas por causa dos seus próprios pecados, para o louvor da glória da Sua justiça.

Referências bíblicas

- 1Tm 5.21. Anjos eleitos para a glória eterna.
- Ef 1.4-6; 1Ts 2.13-14. Homens escolhidos em Cristo para a vida eterna.
- Rm 9.17-18, 21-22; Mt 11.25-26; 2Tm 2.20; Jd 4; 1Pe 2.8. A rejeição do restante da humanidade.

Comentário

1. Qual é o significado da palavra “imutável”?

Significa aquilo que não muda, que não se pode modificar.

2. Qual é a primeira razão por que Deus elegeu alguns dos anjos para a glória?

“Somente por causa do Seu amor”.

3. Por que se incluiu a palavra “somente” nessa declaração?

Porque Deus não tinha nenhuma obrigação de eleger nenhum dos anjos para a glória. Foi somente o amor de Deus que O levou a eleger.

4. Qual é a segunda razão por que Deus escolheu alguns dos anjos para a glória?

Para manifestar o louvor da Sua gloriosa graça.

5. Que diferença há, da parte de Deus, entre a eleição dos homens e a eleição dos anjos?

No caso dos homens Deus os escolheu “em Cristo”, isto é, foram redimidos através da expiação de Jesus Cristo, e revestidos com a Sua justiça. A salvação, porém, nada tem a ver com os anjos, pois Deus simplesmente os escolheu para glória e os guardou de caírem em pecado.

6. Além de eleger os homens para a vida eterna, para que mais foi que Deus os escolheu?

Ele também os escolheu para “alcançar os meios”. Aqueles que foram escolhidos por Ele para a vida eterna, também foram escolhidos para receberem os meios de obterem a vida eterna. Quer dizer, se Deus preordenou que alguém receba a vida eterna, ele também preordenou que ele ouça o evangelho, se arrependa dos seus pecados, creia em Jesus etc., para que a pessoa possa receber, com certeza e sem falhar, a vida eterna.

7. O que se quer dizer quando se fala no “poder soberano” de Deus?

Essa expressão refere-se à verdade de que Deus é supremo. Não há autoridade nem lei mais alta a quem o próprio Deus tenha de responder. Ninguém tem o direito de dizer a Deus: “Que fazes?”.

8. No caso daqueles a quem Deus “preteriu”, qual a razão para que Ele os rejeite e não os escolha para a vida eterna?

A Bíblia descreve esse ato de “preterir” como fundamentado na soberania de Deus, isto é, não se baseia em nada do caráter, das obras ou da vida da pessoa em questão, mas procede da autoridade suprema que Deus possui. Isso não significa que Deus não tenha razões para “preterir” àqueles a quem Ele rejeitou; significa apenas que essas razões são do conselho secreto de Deus, não reveladas a nós, nem se baseiam no caráter, obras ou conduta humanas. Vide Romanos 9.13, 15, 20-21.

9. No caso daqueles a quem Deus soberanamente “preteriu”, qual a razão para também os ordenar à desonra e à ira?

A razão para os ordenar à desonra e à ira é o próprio pecado deles. Notem-se

as palavras: “infligidas por causa dos seus próprios pecados”. Portanto, Deus ao preordenar alguns homens para o castigo eterno não leva em conta apenas a Sua soberania (assim como faz ao “preterir” essas mesmas pessoas), mas baseia-se no atributo da Sua perfeita justiça. Eles são castigados porque, como pecadores, merecem ser castigados, e não porque Deus os rejeitou. No inferno, os ímpios reconhecerão que estão sofrendo um castigo merecido e que Deus tratou com eles estritamente segundo a justiça.

10. Suponha que alguém diga: “Se eu for predestinado para a vida eterna, eu a receberei não importa se eu creia ou não em Cristo. Por isso, não preciso me preocupar em ser ‘cristão’”. Como é que se deveria responder a essa pessoa?

A objeção levantada baseia-se numa compreensão equivocada da doutrina da eleição. Deus não elege ninguém para a vida eterna sem o uso dos meios para alcançá-la. Quando alguém é eleito para a vida eterna, é também preordenado a crer em Cristo como o seu salvador.

11. Suponha que alguém diga: “Se Deus, desde toda a eternidade, me designou para a desonra e a ira por causa dos meus pecados, então de nada adianta eu acreditar em Cristo, pois não serei salvo não importa quão bom cristão eu possa vir a ser. Não me adianta nada acreditar em Cristo”. Como é que se poderia responder a essa réplica?

De nada nos serve um atalho para tentar bisbilhotar o conselho secreto de Deus e descobrir se estamos ou não entre os eleitos. As coisas ocultas são de Deus e as reveladas são para o nosso conhecimento. Se alguém deseja real e ardentemente crer em Cristo para ser salvo, isso é um bom sinal de que Deus o escolheu para a vida eterna. A única forma por meio da qual podemos descobrir os decretos de Deus é vir realmente a Cristo e receber, no tempo oportuno, a certeza da nossa salvação. Depois, e só depois, é que poderemos dizer com confiança que sabemos que estamos entre os eleitos.

12. Que dificuldade particular a doutrina da eleição envolve?

A dificuldade é: Como que se pode harmonizar o decreto da eleição de Deus com a livre agência humana? Se Deus preordenou tudo o que acontece, inclusive o destino eterno de todos os seres humanos, como é que podemos ser livre agentes responsáveis pelo que fazemos? Não podemos solucionar esse problema porque é um mistério. Só podemos afirmar que a Bíblia ensina claramente os dois: a preordenação soberana de Deus e a responsabilidade humana. Rejeitar qualquer

uma dessas verdades bíblicas é rejeitar o claro ensinamento da Palavra de Deus e se envolver em dificuldades teológicas até mesmo maiores.

13. Como deveríamos responder à objeção: “não seria *injusto* da parte de Deus eleger alguém para a vida eterna e ao mesmo tempo preterir um outro?”?

Essa objeção baseia-se na suposição de que Deus está obrigado a tratar a todos os homens com igual favor, a fazer a todos tudo aquilo que fizer a um único. A resposta bíblica a essa objeção encontra-se em Romanos 9.20-21. Tal contestação envolve, na verdade, a negação da soberania de Deus, pois assume que Deus deve satisfação das Suas decisões à raça humana, ou ainda que existe alguma lei ou poder superiores aos quais Deus deve satisfação e pelos quais deve ser julgado. A verdade é que (a) Deus é soberano e não deve satisfação de Seus atos a ninguém, exceto a Ele mesmo; (b) Deus não tem a obrigação de eleger ninguém para a vida eterna, ser-Lhe-ia perfeitamente justo deixar toda a humanidade perecer em seus pecados; (c) embora Deus eleja a alguém para a vida eterna, Ele não tem nenhuma obrigação de eleger a todos, pois a eleição de alguns decorre da Sua graça, e, por isso, ninguém que tenha sido “preterido” não a pode reivindicar como direito. É verdade que a Bíblia mostra Deus lidando com os homens de modo diferenciado, isso é, dando a alguns aquilo que Ele negou a outros. Isso, contudo, não é “injusto” pois não envolve injustiça. Ninguém tem razão nenhum para alegar que Deus o tratou com injustiça.



Pergunta 14. *Como é que Deus executa os Seus decretos?*

R. Deus executa os Seus decretos nas obras da criação e da providência conforme a sua presciência infalível e o conselho livre e imutável da Sua própria vontade.

Referências bíblicas

- Ef 1.11. (Mais referências bíblicas virão nas questões a seguir que tratam das obras da criação e da providência de Deus. A presente *Pergunta 14* é um sumário ou esboço que divide as obras de Deus em duas grandes partes: criação e providência. As questões que se seguem tratarão desses dois assuntos: de 15 a 17, tratam da criação; de 18 a 20, da providência).

Comentário

1. Qual é o tipo de presciência que Deus tem de todas as coisas?

Presciência infalível. A Sua presciência é exata, detalhada e envolve todas as coisas.

2. Que significado há em dizer que o conselho da vontade de Deus é “livre”?

Significa que Deus agiu segundo a Sua própria natureza, sem a coação de nenhuma fonte exterior a Si mesmo.

3. Que significado há em dizer que o conselho da vontade de Deus é “imutável”?

Significa que os propósitos de Deus não podem ser modificados nem “por acaso” nem por quaisquer de Suas criaturas. Aquilo que Deus decretou, haverá de se cumprir com certeza.





CAPÍTULO 4

A Criação

Pergunta 15. *Que é a obra da criação?*

R. A obra da criação é aquilo que Deus realizou no princípio, pela palavra do Seu poder, ao fazer do nada o mundo e tudo o que nele há, para Si mesmo, no intervalo de seis dias, e tudo era muito bom.

Referências bíblicas

- Gn 1.1 e todo o primeiro capítulo de Gênesis. A narrativa da obra da criação.
- Hb 11.3. O universo criado do nada; não formado de matéria preexistente.
- Pv 16.4. Deus fez todas as coisas para Si mesmo.
- Ap 4.11. Deus criou todas as coisas para o Seu próprio deleite.

Comentário

1. Que verdade está implícita no uso das palavras “no princípio”?

Essas palavras implicam que o mundo, ou o universo, não é eterno. Ele nem sempre existiu, teve um começo. Deus, porém, é eterno; sempre existiu; nunca teve um princípio.

2. Que importância têm as duas primeiras palavras da Bíblia?

Essas palavras (“No princípio”) provam que o universo teve um começo: portanto, o universo não existiu por si mesmo; portanto, o universo deve a sua existência a Deus; portanto, o universo é dependente de Deus; portanto, todas as tentativas de homens ou de nações para viverem independentemente de Deus são tolas, pérfidas e, no fim, destinadas ao fracasso.

3. O que ensina a doutrina da criação a respeito da natureza de Deus?

Que Deus é totalmente independente do mundo; que Ele é um ser onipotente, possuidor de poder sobrenatural e infinito pelo qual pode fazer tudo que não contradiga a Sua própria natureza.

4. Qual o objetivo de Deus com a obra da criação?

Deus criou todas as coisas para Si mesmo, isto é, para manifestar a Sua própria perfeição e glória.

5. Qual era o caráter do universo criado quando saiu da mão de Deus?

Ele era “muito bom”, isto é, era completamente livre de qualquer tipo de mal, tanto do mal moral quanto do mal físico. O mal que hoje existe é, portanto, anormal e estranho ao universo, conforme criado por Deus.

6. Qual é o sentido da expressão “no intervalo de seis dias”?

O sentido mais natural dessa frase é o de seis dias literais, de vinte e quatro horas cada um deles. Todavia, alguns estudantes ortodoxos da Bíblia defendem que a palavra *dia* é algumas vezes usada para designar um longo período de tempo. Diz-se que para o Senhor um dia é como mil anos, e que mil anos é como um dia, etc. Contudo, o sentido mais natural e provável em Gênesis 1 é, literalmente, o de seis dias.

7. Quando é que o mundo foi criado?

Podemos apenas dizer que foi “no princípio”, conforme nos diz a Bíblia. Não nos é informado quando ocorreu esse “no princípio”.

8. Como surgiu a idéia de que o mundo foi criado no ano 4004 a.C.?

O Arcebispo Usher, estudioso erudito de cerca de 300 atrás, produziu cálculos sofisticados da cronologia e da genealogia da Bíblia e com base neles concluiu que 4004 a.C. foi o ano da criação.

9. Que devemos pensar da idéia de que o mundo foi criado em 4004 a.C.?

(a) Podemos ter a certeza de que o mundo foi criado no mínimo a tanto tempo, senão a muito mais tempo. (b) Os cálculos de Usher não são uma declaração da Palavra de Deus, mas apenas uma opinião humana em que se pode ou não confiar. (c) A conclusão de Usher considera que as genealogias dadas pela Bíblia estão completas, sem que nenhum elo tenha sido omitido. Contudo, pode-se comprovar pela comparação da Escritura com a Escritura que as ge-

nealogias na Bíblia são omitidas algumas vezes. Por exemplo, quando se diz que um neto é filho do filho de alguém, etc. Por essa causa é impossível calcular com precisão a data da criação do mundo a partir das genealogias.

10. O que devemos pensar das declarações dos cientistas que dizem que o mundo tem milhões e até bilhões de anos?

(a) Tais declarações não passam de especulação sem nenhuma prova real. Comprovada pelo fato de que os cientistas não concordam entre si nem mesmo sobre a idade aproximada do mundo. (b) A idéia de que o mundo tem milhões ou bilhões de anos é sustentada normalmente pelos evolucionistas que precisam de milhões ou bilhões de anos para terem as condições para um suposto processo de evolução de uma célula simplória até à complexa forma de vida que existe hoje. Esses evolucionistas não crêem na narrativa bíblica da criação. É tolo e inútil tentar conciliar a opinião de tais homens com detalhes do registro do Gênesis. A verdadeira divergência entre criacionistas e evolucionistas não é questão de uns poucos detalhes insignificantes, mas trata-se da concepção básica da natureza e da origem das espécies vivas. Tentar conciliar a evolução com a criação pela acomodação de detalhes é tão fútil quanto seria tentar conciliar a teoria de que o mundo é achatado com a de que o mundo é redondo por meio de um acordo entre as partes.

11. Qual é a idade da raça humana?

A Bíblia não nos diz. Mas é possível provar a partir das genealogias da Bíblia que a raça humana tem pelo menos 6.000 anos. É claro que pode ser mais velha do que isso. A Bíblia deixa espaço suficiente para uma antiguidade razoável da raça humana. A humanidade não tem milhões de anos, mas, alguns milhares de anos.

12. Por que é que a Bíblia não nos informa a data exata da criação e a idade exata da raça humana?

Se precisássemos realmente saber dessas coisas, Deus no-las teria revelado na Bíblia. Mas, como Ele não o fez, só podemos concluir que não precisamos realmente saber disso. Devemos nos lembrar sempre que a Bíblia não foi escrita para satisfazer a nossa curiosidade, mas para nos mostrar o caminho da salvação.

(Nota: Uma discussão completa da teoria da evolução, do ponto de vista do cristianismo ortodoxo, exigiria muito mais espaço do que se pode dar aqui a

essa importante questão. O leitor pode remeter-se aos seguintes e excelentes livros sobre o assunto: *Evolution in the Balances*, por Frank E. Allen. Nova Iorque, Fleming H. Revell Company, 1926; *After Its Kind*, por Byron C. Nelson. Minneapolis, Augsburg Publishing House, 1940).



Pergunta 16. *Como foi que Deus criou os anjos?*

R. Deus criou todos os anjos como espíritos imortais, santos, excelentes em conhecimento, poderosos, para executarem os Seus mandamentos e louvar o Seu nome, estando, contudo, sujeitos a mudanças.

Referências bíblicas

- Cl 1.16. Todos os anjos foram criados por Deus.
- Sl 104.4; Hb 1.7. Os anjos são espíritos.
- Mt 22.30. Os anjos são imortais.
- Jd 6. Os anjos foram criados santos.
- 2Sm 14.17; Mt 24.36. O conhecimento dos anjos.
- 2Ts 1.7. O poder dos anjos.
- Sl 103.20; Hb 1.14. A função dos anjos.
- 2Pe 2.4; Jd 6. Os anjos estão sujeitos à mudanças.

Comentário

1. Qual a importância de crer que todos os anjos foram criados por Deus?

Pelo fato de que se qualquer um deles não tivesse sido criado por Deus, eles seriam divinos, existindo em eternidade assim como Deus.

2. Qual é a diferença importante que existe entre anjos e homens?

Os anjos são espíritos e não possuem corpos, o homem, por outro lado, é um ser composto que consiste de dois elementos — corpo e alma — unidos misteriosamente numa única personalidade.

3. Que outra diferença importante existe entre os anjos e a raça humana?

Os anjos são simplesmente uma grande hoste de seres individuais, não relacionados biologicamente uns com os outros nem descendentes de um ancestral comum; ao passo que a raça humana é uma unidade orgânica, estando todos os membros dela mutuamente relacionados por laços biológicos, sendo

todos a posteridade de um único e primeiro ancestral, Adão. Não existe entre os anjos um equivalente a Adão.

4. Se os anjos são puro espírito sem corpo, como é que eles podem aparecer em forma humana conforme se relata várias vezes na Bíblia?

Os anjos são puramente espírito e não possuem corpo próprio. Eles se manifestam em forma humana quando Deus os envia para aparecerem aos homens. A forma corpórea é assumida apenas com o propósito de aparecerem aos homens, e logo são deixadas quando eles completam suas incumbências.

5. Que há de errado com o hino que diz: “Eu quero ser um anjo, e com os anjos estar”?

Tal sentimento baseia-se na má compreensão do ensino bíblico sobre o destino eterno dos remidos. Jamais poderemos ser anjos, nem ficaríamos satisfeitos nem felizes se o pudéssemos, pois a alma humana não está completa nem é auto-suficiente sem o corpo humano. Jesus disse que na ressurreição os ressuretos seriam como os anjos em um aspecto, a saber, que eles não se casariam nem se dariam em casamento; mas isso é muito diferente de se afirmar que os redimidos se tornarão anjos.

6. Qual foi a verdade maravilhosa que o nosso Salvador falou sobre o trabalho dos anjos relativo às criancinhas?

Vide Mateus 18.10.



Pergunta 17. Como foi que Deus criou o homem?

R. Depois que Deus fez todas as outras criaturas, Ele criou o homem macho e fêmea. Formou o corpo do homem do pó da terra, e a mulher da costela do homem. Dotou-os de almas viventes, racionais e imortais. Ele os fez segundo a Sua própria imagem em sabedoria, justiça e santidade, com a lei de Deus gravada em seus corações e capacidade para a cumprirem, com poder sobre as criaturas, contudo sujeitos a cair.

Referências bíblicas

- Gn 1.27. A raça humana foi criada como macho e fêmea.
- Gn 2.2. O corpo de Adão foi feito do pó.

- Gn 2.22. Eva foi feita da costela de Adão.
- Gn 2.7. A raça humana foi criada com alma vivente.
- Jó 35.11. A raça humana foi criada com alma racional.
- Ec 12.7; Mt 10.28; Lc 23.43. A raça humana foi criada com alma imortal.
- Gn 1.27. A raça humana foi criada à imagem de Deus.
- Cl 3.10. A imagem de Deus compreende a sabedoria.
- Ef 4.24. A imagem de Deus compreende a justiça e a santidade.
- Rm 2.14-15. A raça humana foi criada com a lei moral escrita em seu coração.
- Ec 7.29. A raça humana foi criada com a capacidade de cumprir a lei de Deus.
- Gn 1.26; Sl 8.6-8. A raça humana recebeu o domínio sobre todas as criaturas.
- Gn 3.6; Rm 5.12. A raça humana foi criada com a possibilidade de cair em pecado.

Comentário

1. Qual é a importância do fato de o corpo de Adão ter sido feito do pó da terra?

Isso mostra a verdade de que os nossos corpos físicos compõem-se dos mesmos elementos químicos da terra, um fato demonstrável pela análise química.

2. Por que foi que Deus formou Eva da costela de Adão e não do pó da terra como ele?

Foi necessário, para a unidade orgânica da raça humana, que o corpo de Eva derivasse do de Adão e não fossem eles criados separadamente de elementos inanimados. Caso contrário não seria verdade que Deus fizera de um único sangue todas as nações dos homens (At 17.26). Conforme o plano de Deus a raça humana deve ter uma única e singular origem, não duas.

3. Qual a importância de crer que a raça humana foi dotada de almas imortais na criação?

Porque algumas das seitas de hoje ensinam que ninguém possui naturalmente uma alma imortal, mas somente quando crê em Cristo para a salvação. Tais seitas ensinam essa falsa doutrina como um modo conveniente de se livrarem da idéia do inferno. Se os incrédulos e os perversos não tiverem uma alma imortal, então, é claro que não podem sofrer o castigo eterno no inferno, e se

não têm almas imortais, a morte deve ser, portanto, o fim da existência deles. O entendimento correto da doutrina da Escritura sobre a criação da raça humana combaterá e neutralizará essa heresia perigosa.

4. Que erro comum temos de evitar quando dizemos que a raça humana foi criada à imagem de Deus?

Temos que nos resguardar do erro comum de afirmar que a imagem de Deus consiste na semelhança física com Deus. A religião falsa do Mormonismo ensina algo parecido. No entanto, como Deus é puramente espírito e não tem corpo, isso é totalmente impossível.

5. Se a “imagem de Deus” não é uma semelhança física com Ele, então, o que é?

A própria Bíblia dá a chave para o entendimento dessa questão em Colossenses 3.10 e Efésios 4.21. A “imagem” de Deus consiste em sabedoria, justiça e santidade. Expressando a mesma verdade de outra forma: a imagem de Deus no homem consiste da natureza racional, moral e espiritual do homem, ou podemos dizer que o homem tem mente, consciência e capacidade para conhecer e amar a Deus.

6. Será que a raça humana tem essa “imagem de Deus” hoje?

Sim. A “imagem de Deus” permanece no homem, mas não perfeita como era na criação. Ela está maculada e esfalecada por causa da queda no pecado; seus cacos fragmentados, contudo, ainda permanecem em cada ser humano mesmo hoje.

7. O que implica a declaração de que a raça humana foi criada “com poder sobre as criaturas”?

Essa comissão divina dada ao homem na criação, conforme registra Gênesis 1.28, abrange o relacionamento total da raça humana com o mundo natural, inclusive a ciência, as invenções e a arte. As invenções científicas e as descobertas fazem parte do cumprimento dessa comissão. Vide Salmo 8.5-8. Não devemos pensar que “criaturas” significa apenas os animais, pássaros e peixes, mas, na realidade, todas as coisas criadas nesse mundo abaixo do próprio homem.

8. Que elemento de total perfeição faltava à condição de ser humano na criação?

Do modo como Deus o criou, o ser humano estava “sujeito a cair”, isto é, ele

tinha a possibilidade de cair em pecado. Assim, a condição do ser humano na criação não era a mais alta possível, que seria o estado de glória no qual é impossível que o redimido peque.

9. Que erro sério, contrário à doutrina da criação, é hoje prevalecente?

A teoria da evolução, que nega que a humanidade foi uma criação especial de Deus e defende que a raça humana desenvolveu-se gradualmente a partir de um ancestral irracional, isto é, de animais inferiores.

10. Que devemos pensar da teoria da evolução humana?

(a) Até mesmo do ponto de vista científico ela é uma mera teoria, e carece de prova conclusiva que a valide. (b) É completamente contrária ao ensinamento da Bíblia que apresenta a humanidade como uma criação especial de Deus, completamente separada dos animais. (c) É verdade que a aceitação da teoria da evolução como verdadeira quase sempre, senão sempre, leva ao amortecimento gradual da consciência e ao enfraquecimento do senso de responsabilidade moral. É a pura verdade que a II Guerra Mundial foi, em seu sentido mais profundo, uma das conseqüências da aceitação irrestrita da doutrina da evolução humana como verdadeira, acompanhada de uma gradual e real rejeição da Bíblia, pelas pessoas mais instruídas, como o padrão de fé e de vida. Uma vez aceita a suposição da evolução humana, a lógica envolvida nesse declínio moral é inevitável. Se não formos criados por Deus, então não Lhe devemos satisfação de nossas crenças e atitudes. Se não respondemos diante de Deus por nossas crenças e atitudes, então só temos satisfação a dar aos nossos semelhantes e a nós mesmos. Nesse caso, não existe um padrão moral absoluto e permanente. O certo e o errado mudam conforme o tempo e as circunstâncias. Desse ponto em diante basta só mais um passo para a ideologia nazista e materialista-comunista. A aparentemente inocente teoria da evolução tem produzido um grande estrago na vida humana. Precisamos entender sempre que a evolução não é uma mera teoria biológica, é também uma filosofia de vida assumida por muitos.





CAPÍTULO 5

A Providência de Deus

Pergunta 18. *O que são as obras da providencia de Deus?*

R. As obras da providência de Deus são os Seus mui santos, sábios e poderosos governo e preservação de todas as Suas criaturas, ordenando-as, e a todas as suas ações, para a Sua própria glória.

Referências bíblicas

- Sl 145.17. A providência de Deus é santa.
- Sl 104.24; Is 28.29. A providência de Deus é sábia.
- Hb 1.3. A providência de Deus é poderosa.
- Mt 10.29-31. Deus governa todas as Suas criaturas.
- Gn 45.7-8. Deus controla as ações das Suas criaturas.
- Rm 11.36; Is 63.14. Deus controla tudo para a Sua própria glória.

Comentário

1. Qual a relação todas as coisas criadas têm com Deus?

Todas as coisas criadas dependem totalmente de Deus para que existam. Nada que foi criado jamais pode ser independente de Deus.

2. Qual é o sistema religioso que nega a doutrina da providência de Deus?

O deísmo, que alega que Deus primeiro criou o universo e depois o deixou a cargo do destino que o próprio universo produzisse. Conforme o deísmo o universo é como um relógio: Deus fez o universo e deu corda nele, depois o largou sozinho para que ao seu próprio modo fosse perdendo a corda, de acordo com as leis naturais e sem o controle Divino.

3. Por que a doutrina do deísmo é um erro grave?

Porque o deísmo nega que Deus tenha qualquer coisa a ver com o mundo no qual vivemos hoje. Segundo o deísmo Deus e o mundo apartaram-se há muitas eras e por isso não podemos entrar em contato com Ele. Ele não pode responder às nossas orações, nem podemos ter comunhão com Ele.

4. Que organização hoje, conhecida e importante, se alicerça grandemente na doutrina do deísmo?

A Maçonaria e algumas outras ordens “fraternais”, que falam de Deus como o “Grande Arquiteto do Universo”, estão grandemente alicerçadas na concepção deísta da pessoa de Deus.

5. Por que é que os cristãos não devem se associar a essas lojas ou ordens “fraternais”?

Há muitas razões pelas quais o cristão não deve pertencer a nenhuma ordem secreta que o compromete com juramentos. No entanto, a razão mais importante é talvez que essas ordens, especialmente a maçônica, se alicerçam no entendimento deísta de Deus e são, na verdade, falsas religiões. O cristão que se apega à doutrina bíblica de Deus não deve associar-se com eles.

6. O que aconteceria a todo o universo criado, inclusive à raça humana, se a obra da providência de Deus fosse retirada ou suspensa por um único minuto?

O universo todo, e a raça humana, deixaria de existir instantaneamente. É a providência de Deus que, a cada momento, sustenta a existência do universo criado.

7. Prove pela Bíblia que a providência de Deus controla aquilo que se considera comumente como acidentes do “acaso”.

Mateus 10.29.

8. Prove pela Bíblia que os livres atos dos homens estão sob o controle da providência de Deus.

Gênesis 45.8.

9. Prove pela Bíblia que até mesmos os atos pecaminosos dos homens estão sob o controle da providência de Deus.

Atos 2.23.

10. Como é que as profecias da Bíblia demonstram que a providência de Deus controla todas as coisas que acontecem?

A Bíblia contém muitas profecias já cumpridas e outras que ainda aguardam cumprimento no futuro. Se a providência de Deus não controlasse tudo o que acontece, sem exceção, a profecia prenunciadora seria impossível. Se Deus não tivesse o controle de tudo, seria impossível que Ele revelasse com antecipação o que ainda vai ocorrer, porque as forças que estivessem fora do Seu controle poderiam mudar tudo e a profecia não se realizaria. Somente um Deus que controla absolutamente tudo pode realmente prever o futuro com certeza, precisão e detalhe.

11. Qual é o fim ou propósito da providência de Deus?

O fim ou propósito da providência de Deus é a manifestação da própria glória de Deus.

12. Que idéia falsa é hoje comum sobre o fim ou propósito da providência de Deus?

Muitas pessoas dizem hoje que querem acreditar em um “Deus democrático” que faz as coisas, não para a Sua própria glória, mas para o benefício da maioria das Suas criaturas, ou em função do bem do maior número de pessoas.

13. Que devemos pensar sobre essa idéia de um “Deus democrático”?

(a) Que é contrária à doutrina de Deus, revelada em Sua Palavra. (b) Que é idolatria, pois estabelece um deus feito à imagem do homem como objeto de culto. (c) Que ignora intencionalmente a verdade de que a glória de Deus inclui o bem das Suas criaturas em geral; não o bem de todas as criaturas individualmente, mas das Suas criaturas em geral. O ponto de vista não-teísta que hoje predomina no mundo faz do bem das criaturas, ou da humanidade, o fim ou propósito de todas as coisas. O ponto de vista teísta da Bíblia, pelo contrário, considera a glória de Deus como o objetivo ou propósito maior de todas as coisas. De acordo com a Bíblia, o bem das criaturas (inclusive da humanidade) não é o principal, mas é antes a consequência da glorificação de Deus.

14. Se é a providência de Deus que controla as ações dos seres humanos, isso não destrói o livre-arbítrio do homem?

Não. Conquanto seja verdade, como ensina claramente a Bíblia, que a providência de Deus controla todos os atos dos seres humanos, isso ainda não destrói o livre-arbítrio do homem (mais corretamente chamado de livre-agência)

porque Deus não controla os atos das pessoas pela força, levando-as a agir contra a vontade delas, mas é pela ordenação dos fatos e circunstâncias das suas vidas, e do estado moral dos seus corações, que elas voluntariamente e por disposição própria, sem nenhuma coação, fazem sempre exatamente aquilo que Deus preordenou que fariam.

15. Se até mesmo os atos pecaminosos dos homens maus são controlados pela providência de Deus, isso não tornaria Deus o responsável pelos pecados deles?

Não, porque pecam pelo seu livre-arbítrio; não é o controle da providência de Deus que os força a pecar. Compreende-se melhor essa verdade ao se considerar um fato verdadeiro, por exemplo, a crucificação de Cristo. Vide Atos 4.27-28: *“porque verdadeiramente se ajuntaram nesta cidade contra o teu santo Servo Jesus, ao qual ungiste, Herodes e Pôncio Pilatos, com gentios e gente de Israel, para fazerem tudo o que a tua mão e o teu propósito predeterminaram”*. Herodes, Pilatos e os outros agiram conforme os seus próprios desejos e livre-arbítrio. Deus não os forçou a cometerem esse pecado, todavia quando o cometeram espontaneamente, tudo se realizou exatamente conforme o plano de Deus. Vê-se o mesmo princípio na história de José, vendido ao Egito por seus irmãos. Eles agiram livremente de acordo com os seus próprios desejos e intenções malignas, todavia tudo o que fizeram, mesmo sendo maligno, comprovou ser exatamente o plano de Deus.

16. Como é que pode Deus preordenar e controlar os atos pecaminosos dos homens e ainda assim não ser o responsável pelo pecado?

Esse é um mistério que não podemos compreender em sua totalidade, no entanto, a Bíblia ensina com clareza que é assim.



Pergunta 19. Qual é a providencia de Deus para com os anjos?

R. Deus, pela Sua providência, permitiu que alguns dentre os anjos, voluntária e irremediavelmente, caíssem no pecado e na perdição; limitando e ordenando isso, e todos os pecados deles, para a Sua própria glória; e estabeleceu o restante em santidade e felicidade, usando-os todos, conforme Lhe apraz, na dispensação do Seu poder, misericórdia e justiça.

Referências bíblicas

- Jd 6; 2Pe 2.4. Deus permitiu que alguns dos anjos caíssem em pecado.
- Hb 2.16. Deus não providenciou nenhum meio de salvação para os anjos que pecaram.
- Jo 8.44. Esses anjos pecaram espontaneamente.
- Jó 1.12; Mt 8.31. Deus impôs limites aos pecados deles para a Sua própria glória.
- 1Tm 5.21; Mc 8.38; Hb 12.22. Deus firmou os demais anjos em santidade e felicidade.
- Sl 104.4; 2Rs 19.35; Hb 1.14. Deus usa os Seus anjos como Seus servos.

Comentário

1. Qual a grande diferença entre a queda dos anjos malignos e a queda da raça humana no pecado?

No caso da raça humana, o pecado de um único homem causou a queda de toda a raça (Rm 5.12). No caso dos anjos, como eles não são uma raça aparentada, vinculados biologicamente uns aos outros, mas um número incontável de indivíduos isolados e sem vínculos, todos tiveram de passar por suas provações individualmente e caíram em decorrência de seus atos pessoais.

2. Que outra grande diferença existe entre a queda dos anjos e a queda da raça humana?

Somente parte dos anjos caiu em pecado, mas no caso da raça humana, a raça, como um todo, caiu em perdição.

3. Que atividades especiais dos anjos caídos, ou demônios, ocorreram associadas ao ministério terreno do nosso Salvador?

Nos dias do ministério de Jesus Cristo, quando Deus estava numa atividade maior para pôr em andamento os Seus planos de resgatar a raça humana de seus pecados, Satanás e os demônios encetaram uma contra-ofensiva ativa e desesperada. Muitas pessoas eram possuídas pelos demônios, isto é, demônios, ou anjos caídos, entravam nelas e se apossavam das suas personalidades, usando-as com propósitos malignos. Há um caso (Mt 8.31) em que lemos de uma grande multidão de demônios que possuía um homem. Cristo, pelo Seu poder Divino, expulsou os demônios como um sinal da chegada do reino de Deus.

4. Que atividades especiais têm os anjos santos associadas ao povo cristão?

Vide Hebreus 1.14.

5. Que verdade a carta aos Hebreus ensina sobre os anjos com relação a Cristo?

Vide Hebreus 1.4-6. Cristo é maior do que os anjos, porque eles são apenas servos de Deus, ao passo que Cristo é o Filho de Deus. Quando Cristo veio ao mundo os anjos O adoraram, indicando que Ele é maior do que eles. Os anjos são seres criados, Cristo é o Divino criador deles.



Pergunta 20. *Qual foi a providencia de Deus para com o homem no estado em que foi criado?*

R. A providência de Deus para com o homem no estado em que foi criado, foi a de colocá-lo no paraíso para que o cultivasse e cuidasse, dando-lhe a liberdade de comer do fruto da terra; submeteu as criaturas ao seu domínio e instituiu o casamento para a sua ajuda; propiciou-lhe a comunhão com Ele mesmo; estabeleceu o dia de descanso; fez com ele um pacto de vida na condição de obediência pessoal, perfeita e perpétua, da qual a árvore da vida era o testemunho; e o proibiu de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, sob a pena de morte.

Referências bíblicas

- Gn 2.8; 15-16. O homem foi colocado no paraíso, etc.
- Gn 1.28. As criaturas foram submetidas ao domínio do homem.
- Gn 2.18. O casamento foi instituído para a ajuda do homem.
- Gn 1.28; 3.8. O homem usufruiu originalmente de comunhão com Deus.
- Gn 2.3. A instituição do dia de descanso, ou sábado.
- Gl 3.12; Rm 10.5; 5:14. A instituição do Pacto de Obras.
- Gn 2.9. A árvore da vida.
- Gn 2.17. A árvore do conhecimento do bem e do mal.

Comentário

1. Em que parte do mundo localizava-se o “paraíso” ou Jardim do Éden?

Embora não seja possível determinar a sua localização exata, contudo não há dúvidas de que era no Oriente Médio. Muitos estudiosos crêem que ficava na

Armênia, perto das nascentes dos rios Tigre e Eufrates. Outros defendem que ficava provavelmente perto da cabeça do Golfo Pérsico.

2. Dos quatro rios citados em Gênesis 2.10-14, quais deles ainda hoje são conhecidos pelos mesmos nomes?

O rio Eufrates e o rio Tigre, também chamado Hidequel.

3. Por que não é mais possível identificar com certeza os outros dois rios?

Provavelmente porque o grande dilúvio dos dias de Noé alterou a geografia da região.

4. Que providências tomou Deus para o bem-estar físico da humanidade antes da queda?

(a) Deus providenciou uma residência para o homem, o Jardim do Éden; (b) providenciou-lhe trabalho salutar no jardim; (c) providenciou os alimentos apropriados à raça humana; (d) submeteu as demais criaturas ao domínio do homem.

5. Qual foi a providência de Deus para o bem-estar social da humanidade antes da queda?

Pela instituição do casamento, constituindo assim o lar ou família, a instituição social fundamental da raça humana.

6. Que providências tomou Deus para o bem-estar espiritual da raça humana antes da queda?

(a) Concedeu ao homem comunhão com Deus; (b) estabeleceu um dia de descanso na semana, ou sábado; (c) firmou, entre Deus e o ser humano, o pacto de obras ou pacto de vida.

7. Por que foi este primeiro pacto um pacto de vida?

Porque a raça humana obteria a vida eterna por meio dele, se Adão tivesse obedecido a Deus.

8. Por que é que este mesmo pacto é às vezes chamado de pacto de obras?

Porque era um plano pelo qual a raça humana haveria de alcançar a vida eterna por meio das obras, isto é, pela perfeita obediência à vontade de Deus.

9. Quem eram os pactuantes do pacto de obras?

Os pactuantes eram Deus, quem estabeleceu o pacto, e Adão, cabeça e representante de toda a raça humana.

10. Qual era a condição imposta pelo pacto de obras?

A condição era a perfeita obediência à vontade revelada de Deus.

11. Que forma específica assumiu essa condição no pacto de obras?

Assumiu a forma do mandamento para não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal.

12. Por que foi que Deus ordenou a Adão e a Eva que não comessem do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal?

Foi um puro e simples teste de obediência à vontade de Deus. Em si mesmo, o fruto da árvore era bom; não era um fruto venenoso nem maléfico. A única razão por que Adão e Eva não deveriam comê-lo era somente porque Deus havia dito: “*da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás*”. Era, portanto, um puro e simples teste de obediência à vontade de Deus.

13. Qual era o tipo de fruta da árvore do conhecimento do bem e do mal?

Não o sabemos, porque a Bíblia não o diz. A idéia de que era uma maçã é apenas uma lenda popular, sem qualquer fundamentação.

14. Qual teria sido o resultado se Adão e Eva tivessem obedecido a Deus?

Haveria de chegar o momento em que lhes seria dado o direito de comer do fruto da árvore da vida, quando receberiam a vida eterna e jamais lhes seria possível cometer pecado ou morrer.

15. Quanto tempo durou esse teste ou prova de Adão e Eva no pacto de obras?

Ele durou do instante em que Deus deu o mandamento, até o instante em que Adão comeu do fruto da árvore.

16. Quanto teria durado essa prova se Adão e Eva tivessem obedecido a Deus?

Não sabemos, pois a Bíblia não nos diz. No entanto, como era um teste ou prova, não poderia durar para sempre. A própria natureza da prova é temporária, não permanente. Haveria de chegar a hora em que Deus anunciaria a Adão e

Eva que eles haviam passado com sucesso pelo teste e que haviam alcançado o direito de comerem do fruto da árvore da vida.

17. Quanto tempo viveram Adão e Eva no Jardim do Éden antes de terem comido do fruto proibido?

Não sabemos. A Bíblia não diz nada sobre isso. Mas a idéia comum de que foram poucos dias não tem fundamento. Por Gênesis 5.3 sabemos que Adão tinha 130 anos quando Sete nasceu. É bem possível que Adão e Eva possam ter vivido no Jardim do Éden por vários anos.

18. Qual era o castigo associado ao pacto de obras?

O castigo associado ao pacto de obras era a morte.

19. Que significava a morte como o castigo do pacto de obras?

A morte tem que ser compreendida em seu sentido mais amplo e completo, incluindo não apenas a morte do corpo, mas também a morte espiritual ou alienação de Deus: a morte eterna, que a Bíblia chama de “inferno” ou “a segunda morte”.

20. Se Adão e Eva tivessem obedecido a Deus perfeitamente, quanto tempo teriam vivido?

Eles e todos os seus descendentes teriam vivido eternamente sem jamais morrerem.

21. Como se pode provar isso pela Bíblia?

Romanos 5.12.

22. Se a morte não tivesse entrado no mundo e a raça humana continuasse a se multiplicar sem que ninguém jamais morresse, como é que o mundo suportaria tanta gente?

Não há dúvida de que chegaria o momento em que Deus haveria de levá-los para o céu sem que morressem, do modo como Ele fez com Enoque e Elias.

23. Como podemos responder às pessoas que dizem que Deus não foi justo quando fez de Adão o representante de toda a raça humana?

Devemos fazer como Paulo ao responder, em Romanos 9.20, a uma contestação semelhante: “*Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim?*”. Seres

humanos pecadores não têm o direito de decidirem o que era ou não justo que Deus fizesse. Deus como o Criador da raça humana é soberano e tem o direito de fazer o que quiser com todas as Sua criaturas.

24. Por que esta doutrina do pacto de obras é tão importante para nós como cristãos?

Porque é paralela ao modo de salvação através de Jesus Cristo. Assim como o primeiro Adão trouxe o pecado ao mundo, o segundo Adão trouxe-nos justiça e vida eterna. Adão foi o nosso representante no pacto de obras; Jesus, o nosso representante no pacto da graça. Aqueles que rejeitam a doutrina do pacto de obras, não têm o direito de reivindicarem as bênçãos do pacto da graça, porque os dois são paralelos, e juntos ou se mantêm de pé ou caem, como prova Romanos 5.





CAPÍTULO 6

O Pacto de Vida ou de Obras

Pergunta 21. *Permaneceu o homem naquele estado em que Deus o criou no princípio?*

R. Os nossos primeiros pais, deixados à liberdade da sua própria vontade, quando comeram o fruto proibido, por causa da tentação de Satanás, transgrediram o mandamento de Deus e por isso caíram do estado de inocência em que foram criados.

Referências bíblicas

- Gn 3.6-8, 13. A narrativa histórica da queda da raça humana.
- Ec 7.29. O ser humano foi criado reto, mas depois caiu em pecado.
- 2Co 11.3. A queda ocorreu pela tentação de Satanás.
- Rm 5.12. A queda foi um evento indisputável que envolveu um agente específico.
- 1Tm 2.14. Eva foi enganada, mas Adão pecou sem ser enganado.

Comentário

1. Porque foi possível que Adão e Eva pecassem contra Deus?

Deus os deixou à liberdade da sua própria vontade, em vez de usar da Sua onipotência para impedi-los de pecar. Por ser onipotente, Deus com certeza poderia ter impedido a raça humana de cair em pecado. Mas em Sua sabedoria não escolheu impedir a queda. Como Deus conteve a Sua onipotência e deixou Adão e Eva à própria vontade deles, foi-lhes plenamente possível optarem por cometer pecado.

2. Qual foi a diferença entre o pecado cometido por Adão e o pecado cometido por Eva?

Vide I Timóteo 2.14. Eva foi enganada por Satanás e por isso pecou. Adão não foi enganado, mas assim mesmo desobedeceu a Deus.

3. Qual foi o pior pecado, o de Adão ou o de Eva?

Não há dúvida que o pecado de Adão foi pior que o de Eva. É péssimo pecar quando se é enganado por Satanás, mas é muito pior cometer o mesmo pecado sem ter sido enganado, isto é, com a plena consciência de que é contrário à vontade de Deus.

4. Qual foi o resultado de nossos primeiros pais terem comido do fruto proibido?

Eles compreenderam imediatamente que haviam se alienado de Deus. Ao invés de fruírem da comunhão com Deus, eles passaram a ter medo de Deus e tentaram fugir dEle porque as suas consciências lhes dizia que haviam pecado.

5. Que grande mistério envolve a narrativa bíblica da queda?

O problema da origem do mal na raça humana. Desde que Adão e Eva foram criados em um estado de sabedoria, justiça e santidade, não havia em suas naturezas nenhum mal ao qual a tentação pudesse recorrer. Como foram criados em justiça, o mal só poderia entrar em suas vidas a partir de uma fonte exterior. Mas, como é que uma tentação pecaminosa haveria de apelar a um ser sem pecado? Que motivo superior ao de obedecer a Deus poderia influenciar alguém sem pecado?

6. Qual deveria ser a nossa atitude para com esse mistério?

Deveríamos, com uma fé singela, aceitar aquilo que a Bíblia ensina sobre isso e reconhecer que o problema psicológico da origem do mal na raça humana é um mistério sem solução. A informação que a Bíblia nos dá pode ser resumida da seguinte maneira: (a) Os nossos primeiros pais, quando saíram das mãos de Deus, não tinham pecado; (b) o pecado entrou na raça humana a partir de uma fonte externa que foi a tentação de Satanás; (c) quando Satanás tentou a Eva apelou para desejos que não são pecaminosos em sua essência, mas moralmente indiferentes (Gn 3.6), no entanto é pecado satisfazê-los quando desobedecem frontalmente o mandamento de Deus; (d) a tentação chegou até Adão não diretamente pela serpente, mas através de Eva, que já havia pecado; (e) embora não exista solução para o problema psicológico, não existe a menor dúvida sobre o fato de que a humanidade, embora criada em santidade, foi tentada por Satanás e, em decorrência disso, caiu em estado de pecado.

7. Que falsa interpretação da narrativa da queda (Gn 3) que é comum hoje?

É a interpretação mítica que afirma que a narrativa da queda não é o registro dos fatos históricos, mas um mito que se desenvolveu na antiguidade para explicar a presença do pecado e da morte no mundo. Segundo essa interpretação Adão e Eva não foram personagens históricos, nem existiu literalmente uma árvore da vida nem uma árvore do conhecimento do bem e do mal. Tudo foi produto da fantasia poética, uma bela história, mas não verdadeira.

8. Que razões temos para sustentar que a narrativa da queda de Gênesis 3 é o registro histórico dos fatos e que deve ser interpretada literalmente?

(a) O próprio registro, por fazer parte de um livro de história, é mais naturalmente compreendido como sendo histórico; (b) o nosso Senhor Jesus Cristo considerava-o como histórico e, a Adão e Eva como personagens reais — conforme se vê em Mateus 19.4-6, quando Ele cita Gênesis 2.24 como tendo sido falado realmente por Deus que “*desde o princípio, os fez homem e mulher*”; (c) se a narrativa da queda em Gênesis 3 não for um fato histórico literal, então o argumento do apóstolo Paulo em Romanos 5.12-21 não tem sentido nem valor, pois ele admite o caráter histórico do registro da queda. Como Romanos 5.12-21 constitui uma parte essencial do argumento do apóstolo no todo da epístola, não podemos deixar de considerar que, por ser a epístola aos romanos Escritura inspirada e infalível, o registro da queda em Gênesis 3 não pode deixar de ser obrigatoriamente um registro de um fato histórico.



Pergunta 22. *Caiu todo o genero humano na primeira transgressão?*

R. Como o pacto foi feito com Adão como representante oficial não apenas de si mesmo mas da sua posteridade, todo o gênero humano que descende dele por geração ordinária pecou nele e com ele caiu na primeira transgressão.

Referências bíblicas

- At 17.26. A unidade orgânica da raça humana; todos foram feitos de “um só”, daí todos serem filhos de Adão.
- Gn 2.16-17, comparado a Rm 5.12-21. Adão foi constituído por Deus como o cabeça ou representante federal de toda a raça humana, de modo que a sua atitude foi determinante para todos.

- 1Co 15.21-22. Adão é, como Cristo, o cabeça federal ou o “representante oficial”.

Comentário

1. Qual foi a posição oficial que Deus designou para Adão no pacto de obras?

Deus o pôs como “cabeça” ou representante da raça humana para se submeter à probatória do pacto de obras em lugar de toda a raça humana.

2. Que passagem da Escritura mostra mais claramente que Adão representou a sua posteridade no pacto de obras?

Romanos 5.12-21.

3. Que quer dizer a expressão: “todo o gênero humano que descende dele por geração ordinária”?

Isso que dizer todo o gênero humano, exceto Jesus Cristo. É verdade que Jesus Cristo descende de Adão, mas não por geração ordinária, porque Jesus nasceu da Virgem Maria e não tinha pai humano. Todo o gênero humano pecou e caiu em Adão na primeira transgressão, à exceção de Jesus. O pecado do primeiro Adão causou a ruína de todo o gênero humano, exceto do segundo Adão.

4. Por que se menciona de modo especial a primeira transgressão de Adão?

Porque foi apenas a primeira transgressão de Adão que afetou todo o gênero humano com a violação do pacto de obras. Somente o primeiro pecado de Adão é que é imputado ou atribuído a toda a raça humana por conta do pacto de obras. Os demais pecados que Adão cometeu ao longo da sua vida foram cometidos por ele como indivíduo e não como o “cabeça” ou o representante da raça humana. Os demais pecados de Adão nada têm a ver conosco hoje, por isso a Bíblia nem sequer os menciona.

5. Como devemos responder a quem contesta o ensinamento bíblico de que Adão, como representante do gênero humano, trouxe pecado e sofrimento a todos nós?

Quer gostemos ou não, a Bíblia ensina que Deus trata com a humanidade na base do princípio da representação, tanto no pacto de obras quanto no pacto da graça. O princípio da representação funciona constantemente na vida humana

comum e ninguém o contesta. O Congresso dos Estados Unidos declara guerra, e a vida de todos os habitantes do país é afetada por isso. Os pais decidem onde é que devem viver, e isso determinará a nacionalidade de seus filhos. Se se alegar que o povo elege os seus representantes no Congresso, mas que nós não escolhemos Adão como o nosso representante, a resposta é: **(a)** as decisões de um representante legal são obrigatórias, quer os seus representados o tenham, ou não, escolhido por seu representante. Os atos do Congresso afetam milhões de pessoas que são jovens demais para votar. Uma criança não escolhe os seus próprios pais, no entanto a sua vida é grandemente afetada pelas atitudes e decisões deles; **(b)** é verdade que não escolhemos Adão como o nosso representante, mas Deus o escolheu. Quem seria capaz de fazer uma escolha mais sábia, melhor e mais justa do que Deus? Opor-se à designação que Deus fez de Adão como nosso representante no pacto de obras é não somente negar a soberania de Deus, é também nos colocarmos numa posição mais sábia e mais justa do que a de Deus.



Pergunta 23. *Em que estado a queda deixou a humanidade?*

R. A humanidade, por causa da queda, foi deixada em estado de pecado e de miséria.

Referências bíblicas

- Rm 5.12. Morte, a consequência do pecado.
- Rm 6.23. Morte, a condenação do pecado.
- Rm 3.23. O pecado é universal à raça humana.
- Gn 3.17-19. Por causa do pecado humano a natureza do mundo foi amaldiçoada.

Comentário

1. Como denominamos o estado da humanidade antes da queda?

(a) Estado de inocência; **(b)** estado de justiça original.

2. Por que ao se descrever o estado em que a humanidade caiu cita-se “pecado” antes de “miséria”?

Porque primeiro veio o pecado e a miséria foi o resultado decorrente dele. O pecado é a causa da miséria. A miséria é o efeito do pecado.

3. O que causa mais preocupação à raça humana, miséria ou pecado?

Exceto pelos cristãos, a raça humana está bem mais preocupada com suas misérias e sofrimentos, e bem menos, com os seus pecados. Até mesmo os cristãos ficam quase sempre mais preocupados com a miséria das suas condições do que com os seus pecados.

4. Qual é o erro básico de muitas religiões não-cristãs, sistemas ou filosofias e projetos humanos para a melhoria do mundo?

Todos eles procuram descobrir meios de amenizar o sofrimento da humanidade, sem primeiro proporcionar um modo de a libertar do pecado, que é a causa do sofrimento. Todos os esquemas humanos de melhoria que não se fundamentam na remissão do pecado através de Cristo estão fadados ao fracasso. Não é possível alcançar alívio permanente tratando-se apenas dos sintomas e ignorando-se a causa do problema.

5. Que falsa religião, tão em voga hoje, nega as realidades do pecado e da miséria?

O Edyísmo, vulgarmente conhecida como Ciência Cristã.

6. Qual é o erro da visão científica moderna sobre a humanidade, quanto à condição da raça humana?

De modo geral os cientistas modernos consideram o homem, conforme existe hoje, como normal, e decidem pela média dos seres humanos contemporâneos o que é normal em qualquer área específica, seja ela física ou psicológica. A saúde normal, a inteligência normal, o crescimento normal, etc., são todos determinados nessa base. Considerar a “média” da humanidade dos dias presentes como normal é contrário ao ensino bíblico da queda do gênero humano na condição de pecado e de miséria. Segundo a Bíblia, o homem era normal no Jardim do Éden ao ser criado por Deus. O homem tornou-se anormal quando caiu no pecado; por isso, não existe hoje no mundo um único ser humano normal. A média dos seres humanos contemporâneos, em qualquer área particular, é anormal, isto é, diverge da perfeição do homem ao ser criado por Deus. A ciência considera a velhice e a morte, em particular, como experiências normais aos seres humanos, mas do ponto de vista da Bíblia ambas são absolutamente anormais e estranhas à humanidade criada por Deus.



Pergunta 24. *O que é pecado?*

R. Pecado é a falta de conformidade com a lei de Deus ou a transgressão de qualquer lei por Ele determinada como regra à criatura.

Referências bíblicas

- 1Jo 3.4. O pecado é definido como a transgressão da lei.
- Gl 3.10, 12. A falta de conformidade é tão pecado quanto a transgressão deliberada.
- Rm 3.20. A lei de Deus fixa na mente e na consciência a impressão do pecado.
- Rm 5.13. Sem a lei não poderia haver pecado imputado ao homem.
- Tg 4.17. O mero deixar de fazer o bem é pecado.

Comentário**1. Que parte da Bíblia mais se aproxima de dar uma definição formal de pecado?**

I João 3.4: “o pecado é a transgressão da lei”, ou, como dizem outras traduções: “o pecado é iniquidade”.

2. Que diferença há entre pecado e crime?

Rigorosamente falando, pecado é a violação da lei de Deus; crime é a violação da lei do Estado.

3. Pode um único ato ser ao mesmo tempo crime e pecado?

Sim. Por exemplo, assassinato, roubo e perjúrio.

4. Pode um ato ser pecado sem ser crime?

Sim. Odiar o irmão é pecado contra Deus mas não viola a lei do Estado, que não tem jurisdição sobre os pensamentos do homem.

5. Pode um ato ser um crime, mas não um pecado?

Sim. Por exemplo, na Escócia há 250 anos muitos pactuantes foram postos na prisão e até mesmo mortos porque reuniam-se para adorar a Deus sem o consentimento do rei. Isso foi crime porque eles violaram a lei do Estado (uma lei injusta e ímpia, nesse caso), mas não era pecado porque eles, ao fazerem isso, estavam obedecendo à lei de Deus.

6. Para que tipos de criaturas Deus estabeleceu leis?

Para as suas criaturas inteligentes (ou racionais), isto é, aos anjos e aos homens.

7. Quais são os dois tipos de pecado dos quais fala o catecismo?

(a) do pecado negativo, ou, noutras palavras, da falta de conformidade com as leis de Deus; (b) do pecado deliberado, ou, noutras palavras, da transgressão das leis de Deus.

8. O que se precisa fazer para ser um pecador?

Nada. Mesmo se existisse alguém que jamais transgrediu nenhuma das leis de Deus, assim mesmo essa pessoa seria pecadora pois ainda estaria marcada pela pecaminosa falta de conformidade com a santa lei de Deus.

9. Que resumo da lei de Deus enfatiza de modo específico o pecado da transgressão deliberada?

Os Dez Mandamentos (Êx 20.1-17), oito dos quais começam com a palavra “Não...”.

10. Que resumo da lei de Deus enfatiza de modo especial o pecado negativo de falta de conformidade?

A lei moral foi resumida por Jesus (Mt 22.37-40). *“Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas”*.

11. Que definição imprópria é quase sempre dada por aqueles que crêem na santificação total na vida presente?

Eles quase sempre definem o pecado como “uma transgressão voluntária da lei conhecida”.

12. Por que uma tal definição de pecado é inadequada?

Porque desconsidera duas formas de pecado: (a) O pecado original, pecado com o qual nascemos em nossa natureza; (b) o pecado negativo da falta de conformidade com aquilo que Deus requer.



Pergunta 25. *Em que consiste a pecaminosidade do estado em que o homem caiu?*

R. A pecaminosidade do estado em que o homem caiu consiste da culpa do primeiro pecado de Adão, da falta da retidão em que fora criado e da corrupção da sua natureza, pelo que se tornou total e continuamente indisposto, incapaz e contrário a tudo o que é espiritualmente bom, e totalmente inclinado para o mal; o que se denomina geralmente de pecado original, fonte de todas as nossas próprias transgressões.

Referências bíblicas

- Rm 5.12, 19. A culpa do primeiro pecado de Adão foi imputada a todo o gênero humano.
- Rm 3.10-19. A humanidade está universalmente e totalmente corrompida em pecado.
- Ef 2.1-3. A humanidade está morta no pecado e é totalmente incapaz de agradar a Deus.
- Rm 5.6. A humanidade é espiritualmente fraca e ímpia.
- Rm 8.7-8. A humanidade está em inimizade com Deus e é incapaz de agradá-lo.
- Gn 6.5 A humanidade é pecaminosa naquilo que imagina, pensa, e faz.
- Tg 1.14-15. O pecado original é a fonte das transgressões que existem.
- Mt 15.19. As obras pecaminosas procedem de um coração corrupto e pecaminoso.

Comentário

1. Quais são os dois tipos principais de pecado?

(a) O pecado original, ou o pecado da natureza com a qual nascemos; (b) as transgressões deliberadas, ou o pecado resultante de nossas atividades.

2. Por que somente a culpa do primeiro pecado de Adão foi imputada à sua posteridade?

Adão agiu como nosso representante só até o instante em que violou o pacto de obras. Depois que cometeu o seu primeiro pecado deixou de ter qualquer outro vínculo pactual conosco que pudesse nos afetar ainda mais. No entanto, ele ainda tinha (e tem) um vínculo natural com a raça humana como primeiro ancestral de todos os seres humanos.

3. Que retidão foi essa que a humanidade perdeu com a queda?

A retidão em que ela foi criada, a retidão original.

4. Além da culpa do primeiro pecado de Adão e da perda da retidão original, que outro mal resultou da queda?

A natureza do homem corrompeu-se, de maneira que o seu coração degenerado passou a amar o pecado.

5. Qual é a magnitude da corrupção da natureza que resultou da queda?

A magnitude da corrupção da natureza é completa ou total, sendo algumas vezes chamada de “depravação total”.

6. A depravação total da natureza implica que o não-salvo não pode fazer nada de bom?

Não. O não-salvo, por meio da graça comum (ou poder restritivo) de Deus, pode fazer coisas consideradas boas na esfera civil ou humana. Por exemplo: uma pessoa não-salva pode salvar outra de afogar-se, arriscando a própria vida. No entanto quem não está salvo nada pode fazer que seja espiritualmente bom, quer dizer, nada verdadeiramente bom e agradável à vista de Deus. Pode fazer coisas que são por si mesmas boas, mas nunca as faz pelo motivo certo que é amar, servir e agradar a Deus; assim, até mesmo as “boas” obras do não-salvo estão arruinadas e corrompidas pelo pecado.

7. Qual é a atitude moderna com relação à doutrina da depravação total?

Aqueles que se orgulham de ter espírito “moderno” ridicularizam e zombam dessa verdade da Palavra de Deus.

8. Que lição prática pode-se aprender das doutrinas do pecado original e da depravação total?

Devemos aprender dessas doutrinas que os pecados da vida exterior têm origem no pecado do coração; por essa causa devemos compreender que a reforma da vida exterior sem a limpeza do coração não pode levar a uma vida verdadeiramente boa.

9. Seria possível alguém salvar a si mesmo dessa condição de pecado original e depravação total?

Não. Jeremias 13.23 prova que modificar a natureza está além da nossa capacidade, pois não estamos meramente enfermos, mas mortos em nossos delitos

e pecados; somos espiritualmente impotentes e incapazes de salvar a nós mesmos (não somos nem capazes de começarmos essa salvação). Alguém pode reformar a sua vida exterior até certo ponto, mas não pode dar a si mesmo um novo coração; pode ser capaz de modificar a sua conduta em alguns aspectos, mas não pode ressurgir dos mortos por si mesmo (Ef 2.1-10).



Pergunta 26. *Como é que o pecado original tem sido transmitido dos nossos primeiros pais à sua posteridade?*

R. O pecado original tem sido transmitido dos nossos primeiros pais à sua posteridade através da geração natural, de sorte que todos os que deles assim procedem são concebidos e nascidos em pecado.

Referências bíblicas

- Sl 51.5. Somos concebidos e nascidos em condição pecaminosa.
- Jó 14.4. Se os nossos primeiros pais foram pecadores, a posteridade deles é também obrigatoriamente pecadora.
- Jó 15.14. Todo ser humano nasce com uma natureza pecaminosa.
- Jo 3.6. A geração natural produz tão-somente a natureza humana pecaminosa; o novo nascimento produz uma nova natureza.

Comentário

1. Além de ser o nosso representante no pacto de obras, que outro relacionamento Adão tinha conosco?

Além do relacionamento federal e pactual, que acabou quando ele cometeu o primeiro pecado, Adão, como o nosso primeiro ancestral, tinha também conosco um relacionamento natural. Relacionamento que perdurou enquanto ele viveu.

2. O que é que nos tem sido imputado por causa da relação pactual de Adão conosco?

A culpa do primeiro pecado de Adão tem sido imputada a todos os da sua posteridade (noutras palavras, a todos os seres humanos, exceto Jesus Cristo).

3. O que recebemos de Adão em função do seu relacionamento natural conosco?

Derivamos de Adão a nossa vida física ou corporal por meio de nossos pais e de nossos ancestrais mais distantes, que descendem dele.

4. Qual foi o efeito do primeiro pecado de Adão nele mesmo?

Como punição judicial por ter violado o pacto de obras, Deus tirou de Adão as influências doadoras de vida do Espírito Santo. O resultado foi, inevitavelmente, a morte física e moral. No momento em que comeu do fruto proibido, Adão tornou-se morto em delitos e pecados; naquele mesmo instante o princípio de morte começou a operar em seu corpo físico, garantindo que ele, no final, retornaria ao pó.

5. Que comparação há entre os efeitos do primeiro pecado de Adão nele mesmo, com os efeitos nos seus descendentes?

Todo ser humano já nasce com a culpa do primeiro pecado de Adão atribuída ou imputada a si. Devido à quebra do pacto de obras, todo ser humano vem à existência moral e espiritualmente morto, privado das ações doadoras da vida do Espírito Santo. Quanto ao nosso corpo físico, o princípio de morte entra em ação quando somos concebidos, daí o seu retorno ao pó; embora possa, pela graça de Deus, ser retardado, não pode, contudo, ser permanentemente impedido.

6. Qual é o resultado de já começarmos a nossa existência moral e espiritualmente mortos?

O resultado de já começarmos a existir com uma natureza corrompida e pecaminosa (ou moral e espiritualmente morta) é que os nossos próprios pecados e transgressões ocorrem inevitavelmente no curso da existência.

7. Seria correto dizer que “herdamos” a natureza pecaminosa de Adão?

Depende do que queremos dizer com a palavra “herdamos”. Se queremos dizer que nascemos com uma natureza pecaminosa por causa do nosso vínculo com Adão, nosso primeiro ancestral, então é certo dizer que “herdamos” a natureza pecaminosa de Adão. Se queremos dizer com isso que herdamos a natureza pecaminosa do mesmo modo que herdamos as nossas características físicas, então não é certo afirmar que “herdamos” a natureza pecaminosa de Adão. Embora tenhamos de reconhecer que o problema da transmissão do pecado original seja muito difícil, ainda assim é seguro dizer que a Bíblia não oferece nenhuma possibilidade de se crer que a natureza pecaminosa é transmitida pelo mecanismo da hereditariedade biológica assim como as características físicas são transmitidas de geração a geração. O pecado é um fato espiritual, não uma propriedade nem uma característica física. Se o pecado original fosse transmitido aos filhos pelos pais através de hereditariedade biológica, nós o

receberíamos dos nossos pais imediatos e não de Adão. Nesse caso, os filhos dos crentes também viriam ao mundo na condição de regenerados. Mas o fato é que os filhos dos crentes vêm ao mundo mortos no pecado. Assim, podemos concluir: (a) que a natureza pecaminosa nos afeta por causa do nosso nascimento natural como descendentes de Adão; (b) que nos alcança através de Adão, e não dos nossos pais imediatos; (c) que “herdamos” a natureza pecaminosa de Adão da mesma forma que alguém pode “herdar” dinheiro ou propriedade do seu pai ou do seu avô, e não como alguém poder “herdar” as características físicas dos seus pais. (Para uma discussão completa desse assunto tão difícil vide a “Confissão de Fé de Westminster – Comentada por A. A. Hodge, Editora Os Puritanos, 1ª Ed., 1999, p.149~165).

8. Qual é o sistema doutrinário que nega o ensinamento bíblico do pecado original?

O sistema doutrinário chamado de pelagianismo, por causa de Pelágio, seu fundador, um monge britânico que viveu no IV século depois de Cristo. Pelágio negava que nascemos com uma natureza pecaminosa e ensinava que os bebês nasciam sem pecado e que se tornavam pecadores somente porque imitavam os pecados dos outros homens. A heresia de Pelágio foi combatida com a defesa da doutrina bíblica do pecado original por Agostinho, eminente pai da igreja. Depois de uma disputa prolongada a igreja condenou o pelagianismo como falso e a doutrina bíblica do pecado original foi provada e mantida. Durante a Idade Média, contudo, uma forma modificada do pelagianismo, chamada de semipelagianismo, tornou-se a doutrina dominante na igreja.



Pergunta 27. *Qual foi a desgraça que a queda trouxe à humanidade?*

R. A queda trouxe à humanidade a perda da comunhão com Deus, Sua reprobção e maldição; por isso é que somos por natureza filhos da ira, escravos de Satanás e dignos de toda a sorte de castigos neste mundo e no que há de vir.

Referências bíblicas

- Gn 3.8-10, 24. Por causa da queda o homem perdeu a comunhão com Deus.
- Ef 2.2-3. Somos todos, por natureza, filhos da ira.
- 2Tm 2.26. Somos todos, por natureza, escravos de Satanás.

- Gn 2.17; Lm 3.39; Rm 6.23. Por causa da queda somos todos merecedores dos castigos de Deus neste mundo.
- Mt 25.41, 46; Jd 7. Por causa da queda somos todos merecedores dos castigos de Deus no mundo porvir.

Comentário

1. Qual foi a primeira desgraça que a queda trouxe sobre a raça humana?

A perda da comunhão com Deus.

2. Depois que pecaram, quanto tempo levou para que Adão e Eva perdessem a comunhão com Deus?

Imediatamente após haverem pecado.

3. Como foi que souberam que tinham perdido a comunhão com Deus?

As suas próprias consciências, contaminadas pelo pecado, os fizeram entender que uma barreira se havia interposto entre eles e Deus (Gn 3.7).

4. Pode o perdido ter hoje comunhão com Deus?

Absolutamente não. Somente através da obra reconciliatória de Cristo é que a barreira entre Deus e os pecadores pode ser removida para que possam ter comunhão com Deus.

5. Como foi que a reprovação e as maldições de Deus caíram sobre Adão e Eva?

(a) Deus condenou Adão a trabalhar penosamente pela sua subsistência a vida inteira, até que seu corpo morra e seja reclamado pelo pó de onde foi tirado; (b) Deus disse a Eva que a sua vida seria uma vida de sofrimento grandemente aumentado; (c) Deus expulsou Adão e Eva do Jardim do Éden impedindo-os de se aproximarem da árvore da vida e lhes designou um conflito perpétuo contra Satanás e o reino do mal (Gn 3.15-20, 22-24).

6. Qual a semelhança da nossa experiência com a de Adão e Eva depois que pecaram?

(a) Eles perderam a comunhão com Deus; nós viemos ao mundo alienados de Deus. (b) Os aís pronunciados sobre Adão e Eva ainda são a experiência comum da humanidade. (c) Eles perderam o acesso à árvore da vida, embora o seu fruto estivesse quase ao alcance de suas mãos; nós já viemos ao mundo

apartados da árvore da vida, e nenhum ser humano pode jamais receber a vida eterna senão através de Jesus Cristo. **(d)** Enfrentaram uma vida de inimizade permanente entre eles e Satanás; nós também temos que enfrentar uma vida inteira de lutas contra Satanás e seus aliados: o mundo e a carne.

7. O que significa “que por natureza somos filhos da ira”?

Essa expressão, tirada de Efésios 2.3, significa que viemos ao mundo com uma natureza que é pecaminosa, e que é, portanto, alvo da ira de Deus, isto é, a Sua justa indignação contra o pecado.

8. O que significa dizer que os perdidos “são escravos de Satanás”?

Significa que Deus, de modo justo, permitiu que Satanás exerça uma certa medida de poder e domínio sobre todos os perdidos, razão por que não são espiritualmente livres mas escravizados ao pecado e a Satanás que tiraniza as suas vidas e os aflige duplamente no corpo e na alma. As atividades de Satanás, no entanto, são rigidamente limitadas por Deus. O crente em Cristo, conquanto seja influenciado ou tentado por Satanás, não é mais seu escravo, pois foi libertado pelo Filho de Deus (Jo 8.34-36).

9. Que verdade está implícita na declaração de que os pecadores são, com justiça, dignos de toda a sorte de castigos neste mundo e no que há de vir?

Essa declaração embute a verdade de que o pecado incorre em culpa, pois torna o pecador sujeito a castigos. O pecado, portanto, não é uma mera desdita nem uma calamidade digna da compaixão de Deus; nem uma mera doença que necessite de cura; nem uma sujeira moral que precise ser limpa; é culpa que merece castigo e necessita de perdão.

10. Qual é a atitude “liberal” moderna quanto às doutrinas enunciadas nesta pergunta do catecismo?

A moderna teologia “liberal” nega cada uma das verdades expostas na resposta à pergunta 27. **(a)** O “Liberalismo” Moderno ensina que todos os seres humanos são por natureza filhos de Deus, e por isso qualquer um pode ter comunhão com Ele pela simples compreensão de que já é um filho de Deus. **(b)** O “Liberalismo” fala somente do amor de Deus, e se opõe à idéia da Sua reprovação e maldição. **(c)** O “Liberalismo” é seguidor de Pelágio e nega que nascemos com uma natureza que seja alvo da ira Divina por conta da sua pecaminosidade. **(d)** O “Liberalismo” não crê no maligno como uma pessoa, e por isso não pode aceitar a idéia de que somos escravos de Satanás. **(e)** O “Liberalismo” define o pecado

em termos humanos e sociais, e portanto rejeita a doutrina de que o pecado é, diante de Deus, culpa merecedora de castigo Divino.



Pergunta 28. *Quais são os castigos do pecado neste mundo?*

R. Os castigos do pecado neste mundo — além da própria morte — tanto são interiores (como a cegueira da mente, a corrupção dos sentidos, as grandes ilusões, a dureza de coração, o horror à consciência e as paixões infames) quanto exteriores (como a maldição de Deus sobre as criaturas por nossa causa e todos os outros males que nos acometem em nossos corpos, reputação, posição social, relações e ocupação).

Referências bíblicas

- Ef 4.18. A cegueira de coração e mente como castigo pelo pecado.
- Rm 1.28. Uma mente reprovável como castigo pelo pecado.
- 2Ts 2.11. Fortes ilusões enviadas por Deus como castigo pelo pecado.
- Rm 2.5. Coração duro e impenitente.
- Is 33.14; Gn 4.13; Mt 27.4. Os horrores da consciência é um dos modos que Deus usa para castigar o pecado.
- Rm 1.26. Pecadores castigados com a entrega de si mesmos a paixões infames.
- Gn 3.17. Maldição de Deus sobre o mundo natural, castigo pelo pecado do homem.
- Dt 28.15-68. Todas as calamidades, sofrimentos e males são castigos por causa do pecado.
- Rm 6.21, 23. A morte mesma é o salário, ou o castigo do pecado.

Comentário

1. Qual é a condição espiritual do perdido?

É um estado de morte espiritual que o catecismo chama de “cegueira de mente”.

2. É o perdido responsável por sua própria cegueira mental?

Sim, pois tal cegueira é em si mesma um castigo pelos pecados cometidos.

3. Qual é o significado da expressão “corrupção dos sentidos”?

Essa expressão implica numa total e voluntária rendição ao pecado, com pouca ou nenhuma restrição.

4. Que significa “grandes ilusões”?

Essa expressão significa uma fé sólida e confiante em algo que não é verdadeiro, mas falso. Por exemplo, a fé do mundo moderno na teoria evolucionária da origem da raça humana é uma grande ilusão; a crença nazista (durante a Segunda Guerra Mundial) de que os alemães eram uma “super-raça” de natureza superior a todas as outras raças humanas era uma grande ilusão.

5. Por que a certeza de que Deus envia “grande ilusões” às pessoas, conforme II Tessalonicenses 2.11 afirma que Ele o faz?

(a) É comum que a Bíblia fale de Deus como fazendo coisas que Ele propriamente não faz, mas que é realizada por outros. Por exemplo, Deus retirou a influência da Sua graça de sobre faraó; o resultado é que o coração de faraó — seguindo a sua inclinação natural — tornou-se cada vez mais duro contra Deus, daí a Escritura dizer que Deus endureceu o coração de faraó. Se Deus entregar as pessoas aos seus próprios caminhos elas escolherão a mentira ao invés da verdade, e nesse sentido pode-se dizer que Deus lhes envia “grandes ilusões”. Tiago 1.13-14 ensina que Deus mesmo não tenta ninguém ao pecado, mas que Ele permite que as pessoas sejam tentadas e seduzidas pelas suas próprias concupiscências. (b) Deus não enviou “grandes ilusões” para enganar pessoas inocentes ou justas, tais como eram Adão e Eva antes da queda, mas somente àqueles que corromperam a si mesmos ao optarem pelo pecado. Vê-se, por toda a Bíblia, que Deus pune o pecador abandonando-o ao seu pecado, o que sempre resulta em pecado ainda maior e pior.

6. Que significa “dureza de coração”?

Significa uma condição de indiferença moral e espiritual, de um modo tal que a consciência não está mais sensível nem ativa, e que a pessoa não é afetada por chamadas ao arrependimento nem pelo convite do Evangelho. Aquele que cometeu o pecado contra o Espírito Santo está entregue à mais extremada dureza de coração.

7. Dá a Bíblia alguns exemplos de pessoas que foram entregues à “dureza de coração”?

(a) Faraó: Êx 14.4, etc. (b) Rei Saul: 1Sm 16.14, etc. (c) Judas Iscariotes: Jo 13.26-27.

8. Qual é o sentido de “horror à consciência”?

A Bíblia ensina que existem os pecadores endurecidos que se assombram ante a perspectiva dos castigos do pecado, ainda assim são condescendentes demais com a pecaminosidade do pecado. O fato de ofenderem a Deus não os incomoda, mas se aterrorizam diante do juízo de Deus, que sabem, lhes sobrevirá de súbito. Há histórias de ímpios famosos que se encheram do assombro e do terror do inferno em seus leitos de morte.

9. Como Paulo explica, em Romanos 1.28, a existência de pecados infames e obscenos no mundo?

Tais “paixões infames” resultam do abandono ao qual Deus relegou as pessoas às suas próprias naturezas e tendências pecadoras, como castigo *“por haverem desprezado o conhecimento de Deus”*.

10. Como devemos considerar a presente condição do mundo natural?

Todo o mundo natural está sob a maldição de Deus, segundo lemos em Gn 3.17-19 e em outras partes da Escritura. Enchentes, tempestades de areia, calamidades de todo tipo, assim como climas inóspitos, intempéries extremas, cardos e abrolhos, tudo isso faz parte da maldição. Precisamos entender que o mundo originalmente criado por Deus era bem diferente do mundo que hoje conhecemos. Vivemos em um mundo anormal, nos destroços de um mundo devastado e amaldiçoado pelo pecado. Colocando de lado o testemunho da Bíblia, modernas investigações científicas revelam que havia um clima ameno ao norte do Alasca e em outras regiões mais extremas ao norte. Fósseis de folhas de palmeiras e de outras plantas tropicais foram encontradas entre as rochas.

11. Em que sentido a maldição sobre o mundo natural é um castigo pelo pecado?

No caso dos pecadores perdidos, a maldição sobre a natureza é pura e simplesmente um castigo pelo pecado. No caso dos cristãos, a maldição sobre a natureza não é um mero castigo pelo pecado, pois foram libertados disso pela expiação de Cristo. No caso deles, pelo contrário, a maldição sobre a natureza deve ser considerada como uma consequência do pecado e uma parte da punição ou disciplina paternal de Deus pelos quais Ele os prepara para a vida eterna.

12. Em que sentido a morte física é um castigo pelo pecado?

A morte é chamada de *“o salário do pecado”* (Rm 6.23). Salário é “aquilo que recebemos” ou “aquilo que merecemos”. No caso do pecador perdido a morte

é simplesmente a paga pelo pecado, uma sentença judicial. No caso do cristão, porém, Cristo já sofreu a morte como seu substituto. É claro que o cristão ainda deve morrer, mas nesse caso, o pecado não é mais um castigo. A morte continua nossa inimiga, mas não é mais uma sentença judicial. Antes, para o cristão, a morte é uma mudança por meio da qual Deus o transporta à região e à condição de perfeita santidade. A morte física, portanto, é para o cristão uma parte da disciplina paterna de Deus. No caso do cristão ela procede não da ira de Deus, mas do Seu amor.



Pergunta 29. *Quais são os castigos do pecado no mundo porvir?*

R. Os castigos do pecado no mundo porvir são a separação eterna da presença consoladora de Deus, e os mais terríveis tormentos de corpo e alma no fogo do inferno, continuamente e para todo o sempre.

Referências bíblicas

- 2Ts 1.9. A separação eterna da presença de Deus.
- Mc 9.44-48. Os tormentos terríveis de corpo e de alma.
- Lc 16.24. Os tormentos do fogo do inferno.
- Ap 14.9-12. Os contínuos tormentos do inferno.
- Mt 5.29-30. O inferno abrange o sofrimento do corpo.
- Mt 25.41, 46. A punição do inferno é igualmente eterna à bênção do céu.

Comentário

1. Quais são as três heresias que negam a doutrina da condenação eterna pelo pecado?

(a) O Aniquilacionismo ensina que, no caso do perdido, a morte põe fim à sua existência, ou ainda, que depois de sofrer um certo tempo pelo pecado eles serão aniquilados e deixarão de existir. (b) O Universalismo ensina que todos os seres humanos serão finalmente salvos. (c) O Restauracionismo ensina que depois da morte o ímpio terá uma “segunda oportunidade” de aceitar a salvação, e assim será salvo.

2. Como podemos responder aos que dizem que a palavra *eterna* no Novo Testamento significa “duradouro” e que por isso o castigo eterno, na verdade, não é para sempre?

Não há como deturpar o texto de Mateus 24.46: *“irão estes para o castigo eterno, porém os justos, para a vida eterna”*. O texto grego desse verso usa exatamente a mesma palavra para qualificar o castigo tanto quanto a bem-aventurança. Portanto, se o castigo do inferno não for realmente para sempre, a felicidade celestial também não o será. O mesmo adjetivo grego é utilizado para descrever a ambos.

3. No mundo porvir, qual será o principal castigo contra o pecado?

Não há dúvida que o principal e maior castigo contra o pecado no mundo porvir é a separação eterna da presença consoladora de Deus. A presença de Deus é o que fará do céu um lugar de bem-aventurança, e a separação de Deus é o que fará do inferno um lugar de desgraça.

4. Qual foi a parábola narrada por Cristo que demonstra que a lembrança da vida na terra permanece no inferno?

A parábola do rico e de Lázaro, Lucas 16.19-31, especialmente o versículo 25: *“Disse, porém, Abraão: Filho, lembra-te de que recebeste os teus bens em tua vida, e Lázaro igualmente, os males; agora, porém, aqui, ele está consolado; tu, em tormentos”*.

5. Como é possível provar pela Escritura que o castigo do inferno inclui corpo e alma?

Mateus 5.29-30: *“pois te convém que se perca um dos teus membros, e não seja todo o teu corpo lançado no inferno”*. Apocalipse 20.13-15: *“Deu o mar os mortos que nele estavam. E, se alguém não foi achado inscrito no Livro da Vida, esse foi lançado para dentro do lago de fogo”* (os mortos no mar significa os seus corpos, não as suas almas). Mateus 10.28: *“Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; temeí, antes, Aquele que pode fazer perecer no inferno tanto a alma como o corpo”*.

6. Como podemos responder aos que dizem que Deus é bom e amoroso demais para lançar qualquer uma das Suas criaturas no inferno?

Como é que sabemos que Deus é, ou não, bom e amoroso? O único modo de conhecermos sobre a bondade de Deus e sobre o Seu amor é pela Palavra escrita, a Bíblia sagrada. De acordo com a Bíblia, o amor é apenas um dos atributos de Deus. Deus é amor, mas isso não implica que Deus não seja nada além de amor. A Bíblia ensina que Deus é também Deus de absoluta justiça. É o atributo da absoluta justiça de Deus que se manifesta no castigo eterno dos pecadores.

7. Como podemos responder a quem diz que a doutrina do inferno é contrária ao “espírito de Cristo”?

Não temos o direito de definir o “espírito de Cristo” de acordo com as nossas próprias imaginações, idéias ou preferências. Só podemos conhecer algo dos ensinamentos de Jesus Cristo pelo registro daquilo que Ele disse, no Novo Testamento. Já se observou que há mais sobre o inferno nos ensinamentos de Jesus do que em todo o restante da Bíblia. Aquele que diz que o “espírito de Cristo” é contrário à doutrina do inferno não quer aceitar todo o ensinamento de Cristo como seu padrão (e muito menos quer aceitar toda a Palavra de Deus como seu guia); quer apenas selecionar dentre os ditos de Cristo, colhendo o que lhe agrada e desconsiderando todo o resto. Desse processo resulta que o ensinamento de Cristo é desviado e distorcido para se ajustar às próprias idéias e preconceitos da pessoa.

8. Qual é a característica que as muitas religiões falsas dos dias presentes têm em comum?

A doutrina de que não existe inferno. Tudo que satanás mais quer é que os homens creiam na doutrina de que não existe o inferno.

9. Seria errado premir as pessoas com o temor do inferno como razão para crerem em Cristo como seu Salvador?

Certamente que o temor do inferno não é a única nem a maior razão para ser crente. Mas a Bíblia a apresenta enfática e repetidamente, especialmente nos ensinamentos do próprio Jesus Cristo; concluímos que é pertinente. É verdade que lemos em I João 4.8 que *“No amor não existe medo; antes, o perfeito amor lança fora o medo. Ora, o medo produz tormento; logo, aquele que teme não é aperfeiçoado no amor”*, mas há um estágio na experiência do crente onde a razão do temor encontra acolhida e pode ser usada pelo Espírito Santo para levar o não-salvo a Cristo.





CAPÍTULO 7

O Pacto da Graça

Pergunta 30. *Deixa Deus que todo o genero humano pereça no estado de pecado e miséria?*

R. Deus não deixa que todos os homens pereçam no estado de pecado e miséria em que caíram ao violarem a primeira aliança, chamada comumente de “Pacto de Obras”; antes, unicamente pelo Seu amor e misericórdia, Ele livra os Seus eleitos desse estado e os traz a um estado de salvação mediante a segunda aliança, chamada comumente de “Pacto da Graça”.

Referências bíblicas

- 1Ts 5.9. Deus determinou que os Seus eleitos recebam a salvação mediante Cristo.
- Gl 3.10-12. O gênero humano está em pecado e miséria pela violação do Pacto de Obras.
- Tt 3.4-7. Os eleitos são salvos do pecado pela bondade, amor e misericórdia de Deus.
- Gl 3.21. Não há esperança de salvação com base em nossas próprias obras.
- Rm 3.20-22. Sendo impossível a salvação por meio de obras, Deus proporcionou uma outra maneira através da justiça de um substituto.

Comentário

1. Que dois nomes são dados à primeira aliança que Deus fez com o gênero humano?

(a) O Pacto de Vida; (b) o Pacto de Obras.

2. Por que uma mesma aliança pode ser chamada tanto de “Pacto de Vida” quanto de “Pacto de Obras”?

Porque a primeira aliança foi um concerto feito por Deus tendo por base que o homem poderia receber a vida eterna pela obediência a Deus.

3. Por que não deixou Deus que todos os homens perecerem em seu estado de pecado e miséria?

Tão-somente por causa do Seu amor e misericórdia. Isso é, nada obrigava Deus a salvar nenhum parte da raça humana, mas Ele, na verdade, por causa do Seu amor e misericórdia, desejou e planejou a salvação de alguns deles.

4. Que parte da raça humana Deus salva do pecado e da miséria?

Deus salva os Seus eleitos, isto é, aqueles a quem Ele escolheu desde a eternidade para que fossem os herdeiros da salvação e da vida eterna.

5. Não seria parcial e injusto Deus salvar apenas os Seus eleitos e deixar de lado todo o restante da raça humana?

Não. Não há parcialidade nem injustiça nisso, pois Deus não deve a salvação a ninguém. Todos pecaram contra Ele, perderam todo direito e Ele nada deve a ninguém senão condenação. Quando Deus escolhe salvar a alguns não o faz por obrigação, mas como um dom gratuito. É certo que Ele faz distinção ao salvar a uns e preterir a outros, mas isso não é injusto nem iníquo pois Deus não tem nenhuma obrigação de salvar a ninguém que pecou contra Ele.

6. Como podemos saber se estamos ou não entre os eleitos?

Não há atalhos para a certeza de que somos eleitos. Jamais o saberemos ao tentar esmiuçar os planos e os propósitos secretos de Deus, que Ele não nos revelou. O único modo de saber disso é crer em Jesus Cristo como nosso Salvador, arrependermo-nos dos nossos pecados e fazer uso fiel dos meios de graça que Deus designou. Assim fazendo, cedo ou tarde alcançaremos a plena certeza da nossa própria salvação, ao que logo poderemos concluir acertadamente que estamos de fato entre os eleitos de Deus.

7. Qual é o nome da segunda aliança que Deus fez com o homem?

O Pacto da Graça.



Pergunta 31. *Com quem foi firmado o Pacto da Graça?*

R. O Pacto da Graça foi firmado com Cristo como o segundo Adão e com todos os eleitos, nEle firmados, como Sua semente.

Referências bíblicas

- Gl 3.16. O Pacto da Graça firmado com Cristo, semente de Abraão.
- Rm 5.15-20. Cristo, o segundo Adão.
- Is 53.10-11. Os eleitos, como “semente” de Cristo, são representados por Ele no Pacto da Graça.

Comentário

1. Quais eram as partes envolvidas no Pacto de Obras?

Uma das partes foi Deus, quem firmou o pacto. A outra parte foi Adão, como o representante de todos os seus descendentes, de toda a raça humana.

2. Por que Cristo é chamado de “segundo Adão”?

Porque no Pacto da Graça Ele assume o lugar que Adão assumiu no Pacto de Obras.

3. A quem é que Cristo representa no Pacto da Graça?

Ele representa a “todos os eleitos”.

4. Por que é errado dizer que Cristo representa toda a raça humana?

(a) As próprias palavras de Cristo se opõem a um tal entendimento dessa questão, como podemos ver, por exemplo, em João 17.9: *“É por eles que eu rogo; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são Teus”*. Cristo aqui fala sobre um certo grupo de pessoas que Lhe fora dado por Deus o Pai; Ele orava por esses, e não de um modo geral por todas pessoas do mundo. (b) Se Cristo no Pacto da Graça representa toda a raça humana, então toda a raça humana será salva. Porém a Bíblia ensina que somente uma parte da raça humana será salva. Assim, pois, se dissermos que Cristo representa todo o mundo, então seremos forçados a dizer que Ele, na verdade, não salva ninguém, mas somente que dá a todos uma “chance” de serem salvos e que “depende de cada um pegar ou largar essa chance”. Essa crença é hoje muito difundida, mas a Bíblia se opõe a ela. Cristo não sofreu para dar a todo mundo, ou a ninguém, uma “chance” de ser salvo; Ele sofreu e morreu para realizar a salvação dos eleitos.

5. Quando foi firmado o Pacto da Graça?

Foi firmado na eternidade, antes da criação do mundo, entre Deus o Pai e Deus o Filho. Leia-se Efésios 1.4. O Pacto da Graça foi firmado antes do Pacto de Obras, mas só foi revelado à humanidade depois que o Pacto de Obras foi quebrado.

6. Quando é que o Pacto da Graça foi revelado pela primeira vez à raça humana?

Imediatamente após a queda, nas palavras de Deus à serpente quando Ele prometeu que o “descendente da mulher” — isto é, Cristo — destruiria finalmente a serpente — isto é, a Satanás e ao seu reino (Gêneses 3.15).



COMO O PACTO DA GRAÇA MANIFESTA A GRAÇA DE DEUS

Pergunta 32. De que modo a graça de Deus se manifesta no segundo pacto?

R. A graça de Deus no segundo pacto manifesta-se em que Deus provê e oferece gratuitamente um Mediador aos pecadores, e a vida e a salvação por meio dEle; em que Deus ao exigir a fé como condição para os fazer participar nEle, promete e dá o Seu Espírito Santo a todos os Seus eleitos para produzir neles essa fé, como todas as demais graças salvadoras; em que Deus os capacita a toda obediência santa, como testemunho da veracidade da fé e da gratidão deles para com Deus, e como o caminho que Ele lhes designou para a salvação.

Referências bíblicas

- Gn 3.15. A promessa do Redentor do pecado.
- Is 42.6. Cristo é prometido como o “mediador da aliança com o povo”.
- Jo 6.27. Cristo é designado por Deus Pai para conceder a vida eterna aos homens.
- 1Jo 5.11-12. A vida eterna é dada no Filho de Deus.
- Jo 3.16. A fé é a condição necessária para se poder participar de Cristo.
- Jo 1.12. A fé é a condição necessária para se tornar filhos de Deus.
- Pv 1.23. O Espírito Santo de Deus é prometido ao Seu eleito.

- 2Co 4.13. O Espírito Santo produz, no eleito, a fé.
- Gl 5.22-23. O Espírito Santo produz outras graças diversas no eleito.
- Ez 36.27. O Espírito Santo é quem capacita o eleito à obediência.
- Tg 2.18, 22. As boas obras do eleito dão testemunho da sua fé.
- 2Co 5.14-15. O eleito demonstra a sua gratidão a Deus ao viver uma vida de retidão.
- Ef 2.10. As boas obras do crente foram preparadas de antemão por Deus, para que ele andasse nelas.

Comentário

1. Qual é o significado da palavra *graça* quando falamos da “graça de Deus”?

A graça de Deus é o amor e o favor que Ele concede aos que são dignos da Sua ira e da Sua maldição por causa do pecado.

2. De que modo Deus proveu e ofereceu um Mediador para o Seu povo?

Deus proveu e ofereceu um Mediador gratuitamente, isto é, como um dom *gratuito*.

3. O que significa a palavra *Mediador*?

Um Mediador é aquele que reconcilia duas partes em inimizade uma contra a outra.

4. Por que é que para serem salvos os pecadores precisaram de um Mediador?

Os pecadores não podiam se reconciliar com Deus, por isso foi necessário um Mediador.

5. O que é que Cristo, o nosso Mediador, proporciona?

Aqueles que O receberam, Ele proporciona a salvação do pecado e a vida eterna.

6. Que exigência se acrescenta ao Pacto da Graça?

A fé em Jesus Cristo; é essa a exigência que se acrescenta ao Pacto da Graça.

7. Que significado tem a palavra *participar* nessa pergunta?

Aqui, a palavra *participar* indica a certeza de que os eleitos irão partilhar dos benefícios proporcionados pelo Mediador.

8. Como alcançamos a fé em Jesus Cristo?

A fé salvadora em Jesus Cristo é um dom de Deus. Não a temos por nós mesmos, nem pela nossa natureza. Ninguém pode verdadeiramente acreditar em Cristo se Deus não lhe conceder o dom da fé.

9. Como é que Deus nos concede o dom da fé em Jesus Cristo?

Deus nos concede o dom da fé em Jesus Cristo por meio da operação especial do Espírito Santo em nossos corações.

10. Por ser a fé um dom de Deus, será que precisamos nos esforçar para acreditar em Cristo, ou deveríamos tão-somente esperar até que Deus nos conceda esse dom?

Conquanto seja verdadeiro que a fé é um dom de Deus e que não a obtemos por nossa própria capacidade, ainda assim é nosso dever nos empenharmos para crer em Cristo. Se quisermos realmente crer em Cristo, isso é uma indicação de que Deus nos está concedendo o dom da fé.

11. Além da fé, que outras coisas o Espírito Santo opera em nossos corações?

Ele produz “todas as demais graças salvadoras”, inclusive o arrependimento e a santificação com tudo aquilo que os caracteriza.

12. Qual é o resultado dessa operação do Espírito Santo em nossos corações?

O resultado dessa operação do Espírito Santo em nossos corações é que Ele nos capacita a obedecer à lei de Deus, o que não seríamos capazes por nós mesmos devido à nossa condição pecaminosa e impotente por natureza.

13. Por que é que o crente deveria querer obedecer à lei de Deus?

O crente deveria querer obedecer à lei de Deus como um testemunho da verdade da sua fé e da sua gratidão a Deus.

14. Há alguma outra razão pela qual o crente deva querer obedecer à lei de Deus?

O crente deveria querer obedecer à lei de Deus porque ela é “o caminho que Ele lhes designou para a salvação”. Isso não significa que a obediência à lei de Deus tenha qualquer parte na base da nossa salvação, mas que, uma vez salvos do pecado para a justiça, a obediência à lei é o caminho

determinado por Deus para que o salvo ande por ele, e aquele que foi realmente salvo vai querer abandonar o pecado e seguir a justiça cada vez mais.



A DISPENSAÇÃO DO PACTO DA GRAÇA

Pergunta 33. *O Pacto da Graça foi sempre administrado de uma forma única e exclusiva?*

R. O Pacto da Graça nem sempre foi administrado de uma forma única e exclusiva, mas as suas administrações no Velho Testamento eram diferentes das do Novo Testamento.

Referências bíblicas

- 2Co 3.6-9. Contraste entre a velha e a nova dispensação do Pacto da Graça.

Comentário

1. Quando foi que o Pacto de Obras chegou ao fim como uma maneira pela qual os homens poderiam obter a vida eterna?

O Pacto de Obras, como possível maneira de se obter a vida eterna, teve o seu fim quando os nossos primeiros pais comeram do fruto proibido. Embora o Pacto de Obras ainda esteja em vigor hoje, de sorte que os pecadores perdidos jazem debaixo da maldição do pacto rompido, ainda assim ninguém hoje está capacitado a alcançar a vida eterna por meio do Pacto de Obras.

2. Quando foi que o Pacto da Graça começou a vigorar como a maneira pela qual os pecadores recebem a vida eterna?

Imediatamente depois da queda, quando os nossos primeiros pais foram expulsos do Éden (Gn 3.15).

3. Por que é errado dizer que o Pacto da Graça começou quando Cristo foi crucificado?

Porque a Bíblia ensina claramente que o povo de Deus em todas as eras, depois da queda, foi salvo pela graça e por nenhum outro modo.

4. Hoje, qual é o erro mais difundido sobre essa questão?

É muito comum se afirmar hoje que os judeus foram salvos pelas obras, mas que os crentes são salvos pela graça. Aqueles que defendem essa posição dizem que o Pacto de Obras, como maneira de se obter a vida eterna, só terminou no Calvário.

5. Que princípio o catecismo contrapõe a esse erro comum?

O catecismo ensina a univocidade do Velho Testamento e do Novo Testamento quanto a um único Pacto da Graça. De acordo com o catecismo, depois da queda de Adão só existiu um único meio de salvação: pelo Pacto da Graça. É totalmente errado e prejudicial pôr um Testamento em conflito com o outro como se ensinassem diferentes modos de salvação. A verdade é que ambos os testamentos ensinam um único e exclusivo meio de salvação.

6. Como é que podemos justificar as muitas e óbvias diferenças entre o Velho Testamento e o Novo Testamento?

A única forma de salvação, ou o Pacto da Graça, foi administrada de modos diferentes nos dois Testamentos. Podemos ilustrar isso com a história dos Estados Unidos. Ao longo da sua existência como nação só tem havido nesse país uma única constituição, mas essa mesma constituição tem sido administrada algumas vezes por um partido e outras vezes por outro. Embora a administração democrática seja em alguns aspectos diferente da administração republicana, a Constituição administrada é única e exclusivamente a mesma.



Pergunta 34. *Como foi administrado o Pacto da Graça no Velho Testamento?*

R. O Pacto da Graça foi administrado no Velho Testamento através das promessas, das profecias, dos sacrifícios, da circuncisão, da Páscoa e de outros tipos e ordenanças. Todos eles representavam antecipadamente o Cristo vindouro e foram, àquela época, suficientes para edificar os eleitos na fé no Messias prometido, por quem obtinham a total remissão dos pecados e a salvação eterna.

Referências bíblicas

- Rm 15.8. Cristo, ministro da dispensação do Velho Testamento.
- At 3.20, 24. Cristo, a verdadeira mensagem do Velho Testamento.

- Hb 10.1. A lei tem a sombra dos bens vindouros.
- Rm 4.11. Abraão foi salvo pela justiça imputada recebida mediante a fé.
- 1Co 5.7. Cristo, o verdadeiro significado da Páscoa.
- Hb 11.13. Os santos do Velho Testamento viram e abraçaram “de longe” as promessas do evangelho de Cristo.
- Gl 3.7-9, 14. O evangelho foi preanunciado a Abraão; a sua fé era essencialmente a mesma fé dos crentes do Novo Testamento.

Comentário

1. Onde está o primeiro registro da promessa de um Redentor no Velho Testamento?

Gêneses 3.15.

2. Dê exemplos de outras promessas ou profecias relativas a um Redentor vindouro.

Promessas: (a) dos livros de Moisés; (b) dos livros dos Salmos; (c) dos livros proféticos do Velho Testamento. Profecias: (a) Gêneses 49.10; Números 24.17; Deuteronômio 18.15. (b) Salmos 2, 22, 45, 110. (c) Isaías 9.6-7; Isaías 11.1-5; Zacarias 9.9-10; Malaquias 3.1. (Será fácil para o estudante apresentar um número muito maior dessas profecias).

3. Como é que a Páscoa e os outros sacrifícios apontam futuramente para Cristo?

A morte do cordeiro e o derramar do seu sangue ensinavam ao povo a verdade de que sem derramamento de sangue não há remissão de pecado; e que o Redentor por vir teria obrigatoriamente que sofrer e morrer como o substituto de pecadores.

4. Que significado tem a palavra “tipos”?

Um “tipo” é uma espécie de amostra ou exemplo de algo dado previamente em menor escala ou em plano mais baixo. Assim, pois, podemos dizer que Davi é um tipo Cristo, o Rei vencedor; Salomão é um tipo do Cristo que reina em paz eternal; Melquisedeque é um tipo de Cristo, como Sumo Sacerdote; Moisés é um tipo de Cristo, como Profeta; e assim por diante.

5. Qual é a diferença entre “tipo” e “símbolo”?

Um símbolo é um sinal arbitrário empregado para denotar uma outra coisa. É por isso que dizemos que o óleo, na cerimônia da unção do Velho Testamento,

representava o Espírito Santo; que o pão e o vinho na Santa Ceia são símbolos do corpo e do sangue de Cristo; que o arco-íris, após o dilúvio, é um símbolo da promessa e da aliança de Deus. É comum, na Bíblia, que o número 7 seja usado como símbolo para a perfeição, e que o número 10 seja para a completude. No capítulo 13 do Apocalipse o número 666 é um símbolo da Besta. Um tipo é diferente de um símbolo por não ser usado para denotar arbitrariamente uma outra coisa, pois há uma semelhança real e mais ou menos explícita entre o tipo e o antítipo (que é a realização do tipo). Assim, existe uma semelhança óbvia entre Melquisedeque e Cristo e entre Moisés e Cristo nos modelos tipificados, no entanto não há semelhança visível entre o óleo e o Espírito Santo, nem entre o arco-celeste e a promessa de Deus não mais destruir a terra com um dilúvio.

6. Qual era o propósito dos sacrifícios, dos tipos, das ordenanças, etc., do Velho Testamento?

O propósito de todos eles era apontar adiante para Cristo, o Redentor que viria. Isso não significa que toda ordenança, etc., apontasse diretamente para o Cristo mesmo, mas significa que cada tipo, ordenança, etc., apontava adiante para algum aspecto do caminho da salvação mediante Cristo. A doença da lepra, por exemplo, é claramente tratada no Velho Testamento como um símbolo do pecado. Assim, as várias leis e regras sobre a lepra, sobre a sua imundícia, etc., tinham a intenção de enfatizar a sujeira e a maldade do pecado e de mostrar ao povo a própria necessidade do livramento divino desse mal. As leis sobre a lepra, portanto, apontavam adiante para Cristo.

7. Qual era a eficácia das promessas, profecias, tipos, sacrifícios e outras ordenanças do Velho Testamento?

Eram, àquela época, suficientes para desenvolver o eleito na fé no Redentor prometido. Podemos comparar essas ordenanças do Velho Testamento aos livros escolares para crianças. Esses livros são normalmente cheios de figuras. As crianças de fato logo compreendem o que elas significam, mas é difícil compreenderem descrições por escrito ou discussões abstratas. Contudo, depois que crescem as figuras deixam de ser necessárias e os livros comuns são os apropriados. No período do Velho Testamento o povo de Deus era tratado como crianças, essa era a sua condição espiritual. Deus lhes providenciou “figuras”, isto é, as verdades da redenção eram representadas diante de seus olhos por uma multidão de sacrifícios, ordenanças e símbolos repetidos sempre. Podemos dizer que serviam para lhes sustentar a fé até a

vinda pessoal do Redentor. Depois que Ele veio essas “figuras” não são mais necessárias.

8. Que benefícios os crentes do Velho Testamento receberam de Cristo?

Eles possuíam a completa remissão dos pecados e a vida eterna, já àquele tempo. É um erro ensinar, como o fazem alguns, que os santos do Velho Testamento só receberam a completa remissão de pecados quando Cristo foi crucificado. Hebreus 11.39-40 ensina que eles em seus dias não alcançaram plena e total redenção — isto é, a ressurreição dos seus corpos — porque terão que esperar por isso até o fim dos tempos, quando os crentes do Velho e do Novo Testamento a receberão juntos e num mesmo instante. Contudo não ficaram esperando pela remissão de pecados porque já a receberam quando creram. Isso, necessariamente, não quer dizer que alcançaram em suas mentes o mesmo grau de certeza que os crentes do Novo Testamento obtiveram. A remissão de pecados, à vista de Deus, é uma coisa; a certeza da remissão, na mente do próprio crente, é outra.



A NOVA DISPENSAÇÃO DO PACTO DA GRAÇA

Pergunta 35. *Como é administrado o Pacto da Graça no Novo Testamento?*

R. No Novo Testamento — quando Cristo, a substância representada, foi manifesto — o mesmo pacto da graça foi e continua a ser administrado na pregação da Palavra e na celebração dos sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor, nos quais a graça e a salvação são anunciadas com mais plenitude, evidência e eficácia a todas as nações.

Referências bíblicas

- Mc 16.15; Mt 28.19-20. No Novo Testamento o Pacto da Graça deverá ser administrado por todas as nações, com o batismo em nome do Deus Trino.
- 1Co 11.23-25. A Ceia do Senhor, uma ordenança do Pacto da Graça do Novo Testamento.
- 2Co 3.6-9. Como a administração do Pacto da Graça no Novo Testamento é superior à administração no Velho Testamento.
- Hb 8.6, 10-11. A superioridade da administração do Pacto da Graça no Novo Testamento sobre a administração do Velho Testamento.

Comentário

1. Que outro nome é usado para “Novo Testamento”?

A “Nova Aliança”. A mesma palavra grega pode ser traduzida tanto por “testamento” quanto por “aliança”, dependendo do contexto em que é usada.

2. Que relação há entre o Novo Testamento ou a Nova Aliança e o Pacto da Graça?

O “Novo Testamento” ou a “Nova Aliança” é a nova dispensação do Pacto da Graça. É a segunda dispensação em que o Pacto da Graça tem sido administrado. A primeira dispensação começou imediatamente após nossos primeiros pais haverem pecado contra Deus, e terminou quando Cristo foi crucificado. A segunda dispensação começou no Calvário e continuará até o fim dos tempos, determinado pelo Dia do Juízo.

3. Que três significados tem a expressão “o Novo Testamento”?

(a) Essa expressão é utilizada para denotar um certo período da história sagrada que vai da crucificação de Cristo ao Dia do Juízo, ou fim do mundo. Esse mesmo período de tempo é às vezes chamado de a era do evangelho. (b) A mesma expressão é usada para denotar um sistema de operações religiosas e ordenanças sob as quais Deus administra o Pacto da Graça. (c) A mesma expressão, “o Novo Testamento”, é empregada para descrever uma porção da Bíblia, a saber, os vinte e sete livros escritos depois da vinda de Cristo, que descrevem a natureza e a constituição da “Nova Aliança”.

4. Por que é que este catecismo fala de Cristo como “a substância”?

Essa expressão é empregada em contraste com as promessas, profecias, tipos, ordenanças, etc., por meio das quais Cristo e a Sua salvação eram prefigurados no período do Velho Testamento. Cristo é a substância, ou a realidade, ao passo que os tipos, sacrifícios, etc., do Velho Testamento são apenas sombras que apontavam para Cristo.

5. Quais são as principais diferenças entre as ordenanças do Velho Testamento e as do Novo Testamento?

(a) As ordenanças do NT são em menor número que as do VT e são principal e simplesmente a pregação da Palavra, o batismo e a Ceia do Senhor; no VT havia um grande número de ordenanças. (b) As ordenanças do NT são de natureza mais simples que as do VT. O batismo, a Ceia do Senhor e a pregação da Palavra são de natureza muito simples, ao passo que as ordenanças do VT

eram muito complicadas e muito mais difíceis e trabalhosas de serem obedecidas do que as ordenanças do NT. Pense, por exemplo, na complexidade do ritual da Páscoa; nas cerimônias complicadas do Dia da Expição; em todos os detalhes das leis cerimoniais sobre impureza, alimentação, sacrifícios e ofertas. Para nós que vivemos no NT, Deus simplificou grandemente a administração do Pacto da Graça. (c) As ordenanças do NT são mais espirituais que as do VT. No VT havia muito apelo aos sentidos da visão e da audição, e, até mesmo a queima de aromas suaves que apelava ao olfato. O tabernáculo, e o templo mais tarde, eram estruturas magníficas e gloriosas que apelavam grandemente aos sentidos. Toda essa exuberância exterior ajustava-se bem à infantil condição espiritual do povo de Deus naqueles dias. O povo de Israel, do ponto de vista espiritual, era criança e Deus os ensinava, podemos dizer, por meio de “livros ilustrados”. No NT, contudo, o povo de Deus chegou à idade adulta e à maturidade, e Deus por isso providenciou uma administração mais espiritual do Pacto da Graça. Como disse Jesus à mulher no poço de Samaria: *“a hora vem, quando nem neste monte, nem em Jerusalém adorareis o Pai Mas vem a hora, e já chegou, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque são estes que o Pai procura para seus adoradores”* (Jo 4.21, 23). (d) As ordenanças do NT são mais eficazes que as do VT. É claro que as ordenanças do VT eram eficazes para os adoradores que tinham fé; mas as ordenanças do NT são ainda mais eficientes, porque nelas *“a graça e a salvação são anunciadas com mais plenitude, evidência e eficácia a todas as nações”*. (e) As ordenanças do NT são mais universais que as do VT, que se limitavam unicamente à nação do povo de Israel. No NT o evangelho deve ser pregado, e o Pacto da Graça administrado, entre *“todas as nações”*, isto é, à raça humana independente de fronteiras nacionais.

6. Qual é a principal semelhança entre as ordenanças do Velho e do Novo Testamento?

A principal semelhança é que os dois Testamentos são as dispensações ou administrações de uma única e mesma aliança de graça. Ambas manifestam a mesmíssima “graça e salvação”. O sentido essencial das duas é exatamente o mesmo; diferem apenas nos detalhes e aspectos externos; o sentido e a natureza verdadeira de ambas é idêntico. O Rei Davi adorou a Deus por meio de tipos e de sacrifícios, mas recebeu exatamente a mesma salvação (embora não necessariamente o mesmo grau de certeza e de consolação em sua mente) que nós recebemos pela pregação da Palavra e pelo uso do batismo e da Ceia do Senhor.

7. Quantas dispensações há na Bíblia?

A conhecida *Bíblia de Referência de Scofield* (ou *Bíblia de Scofield*) ensina que o modo de Deus lidar com a raça humana divide-se em sete diferentes dispensações. Isso com certeza está errado se definirmos uma “dispensação” como a Bíblia de Scofield a define, i.e., como um período de tempo durante o qual o modo como Deus se relaciona com a raça humana caracteriza-se por algum princípio operacional válido apenas para aquele espaço de tempo. Só há no máximo três dispensações, uma no Pacto de Obras e duas no Pacto da Graça. Assim, a primeira dispensação (o Pacto de Obras) foi da criação do homem à queda de Adão no pecado; a segunda dispensação (o Velho Testamento) foi da queda do homem à crucificação de Cristo; a terceira dispensação (o Novo Testamento) vai da crucificação de Cristo ao fim dos tempos.





CAPÍTULO 8

O Mediador do Pacto da Graça

Pergunta 36. *Quem é o Mediador do Pacto da Graça?*

R. O único Mediador do Pacto da Graça é o Senhor Jesus Cristo, que, sendo o eterno Filho de Deus, da mesma substância do Pai e igual ao Pai, fez-se homem na plenitude do tempo e assim foi e continua a ser para sempre Deus e homem, em duas naturezas plenas e distintas, numa única pessoa.

Referências bíblicas

- 1Tm 2.5. Cristo, o único Mediador entre Deus e os homens.
- Jo 1.1. A divindade de Cristo, eterna e verdadeira.
- Jo 1.14; 10.30; Fp 2.6. Cristo é igual a Deus Pai.
- Gl 4.4. Na plenitude do tempo o Filho de Deus se fez homem.
- Lc 1.35; Rm 9.5; Cl 2.9. As naturezas divina e humana de Cristo estão unidas em uma única Pessoa Divina.
- Hb 7.24-25. Cristo continuará para sempre como Deus e homem.

Comentário

1. Quantos mediadores existem entre Deus e os homens?

Só existe um único Mediador entre Deus e os homens.

2. Como a Igreja Católica Romana nega na prática esta verdade da Bíblia?

Ao considerar Maria e os santos como mediadores e ao dirigir-lhes súplicas na esperança de que intercedam a Deus em favor dos pecadores.

3. Que significa a afirmação de que Cristo é o eterno Filho de Deus?

Ao afirmarmos que Cristo é o eterno Filho de Deus queremos dizer que Ele

sempre foi o Filho de Deus, a segunda Pessoa da Trindade divina, desde toda a eternidade. Ele não se tornou o Filho de Deus ao se fazer homem, nem em nenhum outro momento da história do universo criado.

4. Que significa a afirmação de que Cristo é da mesma substância do Pai?

Ao afirmarmos que Cristo é da mesma substância do Pai queremos dizer que só existe um único Deus e que Jesus Cristo é este único Deus, tão verdadeiramente como o Pai é este único Deus. Como cristãos não cremos em três Deuses, mas em um Deus que subsiste em três Pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Por isso Jesus Cristo não é semelhante a Deus; Ele é Deus, o único Deus que existe. Nele não habita corporalmente apenas parte da plenitude de Deus, mas toda a plenitude da Divindade (CI 2.9).

5. Que significa a afirmação de que Cristo é igual ao Pai?

Ao afirmarmos que Cristo é igual ao Pai, queremos dizer que, quanto à Sua natureza, Ele não está subordinado ao Pai. Em função da Sua auto-humilhação, durante a Sua vida na terra, Ele estava em posição subordinada ao Pai, porque assumiu a condição de servo. Mas em Sua natureza, mesmo durante a Sua vida na terra, Ele era, e é hoje, completamente igual a Deus Pai.

6. Como é hoje negada a doutrina da divindade de Cristo?

(a) A doutrina da divindade de Cristo é negada pelos que dizem que Cristo é Divino porque todos os homens são divinos. Se todos os homens forem divinos, então não há nada de extraordinário em Cristo ser Divino. (b) A doutrina da divindade de Cristo é negada pelos que, mesmo chamando a Cristo de “o Filho de Deus”, ainda assim se recusam a dizer que Ele é da mesma substância do Pai e igual ao Pai. Tais pessoas consideram que adorar a Jesus Cristo seja pecado. (c) A doutrina da divindade de Cristo é negada pelos que aceitam a Sua Divindade apenas como um “conceito-limite”. Isto é, quando dizem que Cristo é Divino, ou quando O chamam de “Filho de Deus”, não pretendem que isso seja a verdade absoluta a Seu respeito, antes, apenas que a “divindade” de Cristo é um rótulo temporário para O classificar; quando chamam Cristo de “Deus”, não estão dizendo que Ele seja Deus real e autêntico, mas somente que Ele é “Deus” para nós como seres humanos: para que Ele possa ter o lugar de Deus em nosso pensamento nos dias presentes. É óbvio que essa idéia da divindade de Cristo como um “conceito-limite” é algo bem diferente da fé do cristianismo histórico na natureza divina de Cristo.

7. Quando foi que o eterno Filho de Deus se tornou homem?

Num ponto exato da história ao qual as Escrituras denominam de “plenitude do tempo” ou “plenitude dos tempos”, isto é, no tempo designado por Deus nos conselhos da eternidade, sendo também o tempo em que se completaram todas as preparações eternas da encarnação de Cristo.

8. Por quanto tempo o Filho de Deus continuará a ser homem?

Cristo, o eterno Filho de Deus, se fez homem em Sua encarnação, foi Deus e homem durante toda a Sua vida terrena, é Deus e homem no Céu, e continuará a ser Deus e homem para sempre, por toda a eternidade. A idéia de que Cristo só foi humano durante o tempo da sua vida terrena é contrária ao ensinamento bíblico a esse respeito. Apocalipse 5.6, por exemplo, ensina que no Céu permanecem não apenas a natureza humana de Cristo, mas também os sinais que comprovam a Sua crucificação. Ao ministério sumo-sacerdotal de Cristo no Céu é necessário que Ele tenha também lá uma natureza humana verdadeira: Hebreus 7.25; 5.1-5.

9. Qual é a importância da palavra “plenas” nesta resposta do catecismo?

A palavra “plenas” enfatiza a verdade de que Cristo não é apenas verdadeiro Deus, mas plenamente Deus e plenamente homem, tanto na terra quanto no Céu. Nada falta da Sua divindade nem da Sua humanidade. Quanto à Sua natureza humana, Cristo possui tanto um corpo quanto uma alma humanas, além do Seu Espírito Divino. Isso é quase sempre esquecido e Cristo é apresentado erroneamente como tendo um Espírito Divino em um corpo humano. Um Cristo assim não seria plenamente humano. Em razão da Sua natureza divina, não é possível considerá-LO como menos do que Deus, nem de forma nenhuma como subordinado a Deus Pai senão posicionalmente, devido à condição de servo que Ele assumiu de forma voluntária, enquanto esteve na terra.

10. Qual é a importância da palavra “distintas” nesta resposta do catecismo?

A palavra “distintas” ensina a verdade de que as duas naturezas de Cristo, conquanto estavam e estão unidas misteriosamente em uma única Pessoa Divina, ainda assim não são de modo algum misturadas, amalgamadas nem indiscerníveis. Cada uma delas permanece distinta e conserva a sua identidade separadamente. Em Cristo, a Sua natureza divina continua a ser divina, e a Sua natureza humana continua a ser humana, jamais podem se misturar. O

ser de Cristo não é um meio-termo entre Deus e o homem, mas é alguém que é Deus e homem ao mesmo tempo; Ele é verdadeiramente Deus, como se nada tivesse de homem, e verdadeiramente homem, como se nada tivesse de Deus. Nas crônicas da vida do nosso Senhor sobre a terra, um lugar onde se manifesta a Sua divindade é quando Ele afirma: “*antes que Abraão existisse, Eu Sou*”; e um lugar onde a Sua humanidade se revela é quando Ele clama: “*tenho sede*”. As Suas duas naturezas, contudo, jamais se misturam nem são indistinguíveis.

11. Qual é a importância da declaração de que Cristo é uma “única pessoa”?

Essa declaração impede o erro dos que acham que Cristo é uma Pessoa Divina unida a uma pessoa humana, de sorte que Ele tem dupla personalidade. Devemos compreender que, segundo o ensinamento da Escritura, Cristo foi uma única pessoa, embora possuísse duas naturezas. Depreende-se daí que Cristo, embora sendo um ser humano, não é uma pessoa humana. Desde toda a eternidade Ele é uma Pessoa Divina. Num ponto exato da história, essa Pessoa Divina tomou para si, não uma pessoa humana, mas uma natureza humana desprovida de personalidade. Cristo, portanto, era e é uma Pessoa Divina com uma natureza humana. Precisamos compreender que a natureza humana é aquilo que todos os membros da raça humana possuem em comum (isto é, um corpo humano e uma alma humana), ao passo que personalidade é aquilo que distingue, na raça humana, um membro dos demais. Quanto à natureza humana, todos os membros são exatamente iguais. Quanto à personalidade, de todas as pessoas que já viveram, jamais existiu duas delas iguais; cada indivíduo é diferente de todos os outros. Devemos ter sempre o cuidado de evitar o erro comum e a compreensão erroneamente difundida que considera a Cristo como uma pessoa humana. Se Cristo fosse uma pessoa humana, então, com certeza, adorá-lo seria idolatria. Mas, por ser uma Pessoa Divina, embora possuidora de uma natureza humana, não é idolatria adorá-lo, como sempre o fez a igreja cristã.



Pergunta 37. Como foi que Cristo, o Filho de Deus, se fez homem?

R. Cristo, o Filho de Deus, fez-se homem ao tomar para Si um corpo verdadeiro e uma alma racional, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo

no ventre da Virgem Maria, da substância dela e dela nascido, mas sem pecado.

Referências bíblicas

- Jo 1.14. O Filho de Deus se fez homem, com um corpo humano.
- Mt 26.38. Cristo possuía uma alma humana passível de entristecer-se.
- Lc 1.27, 31, 42; Gl 4.4. Cristo nasceu da Virgem Maria.
- Hb 4.15; 7.26. Cristo era e é sem pecado.

Comentário

1. De que partes ou elementos é composta a nossa natureza humana?

A nossa natureza humana compõe-se de duas partes ou elementos: corpo e alma. O corpo compõe-se de substâncias físicas, isto é, de elementos químicos como o oxigênio, o hidrogênio, o cálcio, o carbono etc. A alma, também chamada de espírito, difere totalmente do corpo, por não ser feita de substâncias físicas. O corpo e a alma são unidos misteriosamente em uma única personalidade individual. Cristo, contudo, não era uma pessoa humana; Seu corpo e a Sua alma, juntos, foram unidos à Sua Pessoa Divina.

2. O que a Bíblia ensina a respeito do corpo humano de Cristo?

A Bíblia ensina que o corpo humano de Cristo era e é real; não era uma simples ilusão ou aparência, mas, um corpo verdadeiro, composto de substâncias físicas, exatamente como os nossos próprios corpos.

3. Que erro sobre o corpo de Cristo era defendido por alguns da igreja em seus primórdios?

Alguns deles afirmavam que o corpo de Cristo não era real, mas apenas imaginário ou ilusório. Eles tinham por verdadeiro que Cristo parecia ter um corpo humano, mas negavam que pudesse ser real.

4. Além do corpo humano, que outro elemento da natureza humana Cristo tomou para Si?

Conforme já dissemos, além do Seu corpo humano Ele tomou para Si uma alma humana, sem a qual não poderia ser verdadeiramente um ser humano.

5. Que significa quando se diz que Cristo tomou para Si uma alma racional?

A palavra “racional” significa ter a capacidade de pensar e de raciocinar.

6. Que natureza espiritual Cristo possuía além da alma humana?

Além de ter uma alma humana Ele era Espírito Divino, Deus Filho, a Segunda Pessoa da Trindade divina.

7. De que modo o nascimento de Cristo foi uma exceção ao nascimento comum dos seres humanos?

Cristo não teve pai humano. Ele foi concebido milagrosamente pelo poder do Espírito Santo e nasceu da Virgem Maria. O poder do Espírito Santo realizou uma obra sobrenatural e Jesus, contrariamente às leis da natureza, nasceu de uma virgem, sem a participação de um pai humano.

8. Que falsa idéia é muito defendida hoje com respeito a Cristo?

É muito comum dizer-se hoje que José era o verdadeiro pai de Jesus.

9. Que devemos pensar de uma tal idéia?

Dizer que José era o verdadeiro pai de Jesus é uma blasfêmia porque (a) implica que Maria, a mãe de Jesus, era uma pessoa imoral; (b) implica que a narrativa do nascimento de Jesus segundo a Escritura é falsa, e que a Palavra de Deus é, portanto, uma mistura de verdade e de erro e indigna de crédito.

10. Como devemos responder aos que dizem que o nascimento virginal de Cristo só é ensinado em dois dos quatro evangelhos e que por isso não precisamos crer nele?

(a) Se isso só fosse ensinado em um único versículo de um único evangelho, estaríamos obrigados a crer nele em razão da autoridade da Palavra de Deus.

(b) Na verdade, Mateus e Lucas — os únicos Evangelhos que registram o nascimento de Jesus — afirmam que Jesus nasceu da Virgem Maria. Mas como os outros dois Evangelhos, Marcos e João, não falam nada do nascimento, da infância, nem da vida de Jesus como criança, é óbvio que não se pode esperar que apresentem a verdade de Cristo haver nascido da Virgem Maria.

11. Embora tenha Jesus participado da nossa mesma natureza humana, constituída de corpo e alma, que grande diferença havia entre a Sua natureza e a nossa?

A nossa natureza humana é pecaminosa. Nascemos em delitos e pecados, com um coração pecaminoso e inclinado à prática do pecado. Jesus, contu-

do, pela poderosa e milagrosa operação do Espírito Santo, nasceu com uma natureza sem pecado (observe Lc 1.35: “*o Santo, que de ti há de nascer*”, ARC). Ele nasceu sem a mácula do pecado original e jamais cometeu pecado.

12. Sendo Maria, a mãe de Jesus, pecadora como todo mundo, como é que Jesus, seu filho, poderia ter nascido com uma natureza humana sem pecado?

Esse foi um milagre especial realizado pelo onipotência do Espírito Santo. É indubitável que Maria, embora salva pela graça divina, era pecadora. Ela possuía um coração pecaminoso da mesma maneira que todos nós. Foi somente pelo poder sobrenatural de Deus que o seu filho, Jesus, nasceu com um coração e uma natureza perfeitos e sem pecado.

13. Que importância tem hoje a doutrina do nascimento virginal de Jesus Cristo?

Essa doutrina é um importante marco na controvérsia entre o modernismo teológico e o cristianismo histórico. Talvez nenhuma outra doutrina da fé cristã tenha estado mais sujeita ao ridículo e à zombaria do ela. Quando se descarta a doutrina do nascimento virginal de Cristo, a fé na total inspiração e autoridade da Escritura vai junto com ela, e, normalmente, não demora muito para que a maior parte das demais doutrinas do cristianismo sejam também descartadas.



Pergunta 38. *Por que era indispensável que o Mediador fosse Deus?*

R. Era indispensável que o Mediador fosse Deus para que Ele pudesse sustentar a natureza humana e guardá-la de ser subvertida pela ira infinita de Deus e pelo poder da morte; para que pudesse tornar válidos e eficazes o Seu sofrimento, obediência e interseção; e para que pudesse satisfazer a justiça de Deus, obter o Seu favor, adquirir um povo exclusivo, conceder a este povo o Seu Espírito, derrotar todos os seus inimigos e conduzi-los à salvação eterna.

Referências bíblicas

- At 2.24-25; Rm 1.4 comparado a Rm 4.25; Hb 9.14. O Mediador tinha de ser Deus para que Ele pudesse sustentar a natureza humana e guardá-la de ser subvertida pela ira infinita de Deus e pelo poder da morte.

- At 20.28; Hb 9.14; 7.25-28. O Mediador tinha que ser Deus para que pudesse tornar válidos e eficazes o Seu sofrimento, obediência e interseção.
- Rm 3.24-26. O Mediador tinha de ser Deus para que pudesse satisfazer a justiça de Deus.
- Ef 1.6; Mt 3.17. O Mediador tinha de ser Deus para que pudesse obter o Seu favor.
- Tt 2.13-14. O Mediador tinha de ser Deus para que pudesse adquirir um povo exclusivo.
- Gl 4.6. O Mediador tinha de ser Deus para que pudesse conceder o Seu Espírito ao Seu povo adquirido.
- Lc 1.68-69, 71, 74. O Mediador tinha de ser Deus para que pudesse derrotar todos os inimigos do Seu povo adquirido.
- Hb 5.8-9; 9.11-15. O Mediador tinha de ser Deus para que pudesse conduzir o Seu povo adquirido à salvação eterna.

Comentário

1. Por que um ser humano normal — como Moisés, Davi, ou Paulo — não poderia ser o Mediador e salvar a raça humana do pecado?

Todos os seres humanos normais são pecadores por natureza, e por isso não estariam qualificados para a obra de salvar outros do pecado. Aqueles que em si mesmos carecem de salvação não podem realizar a salvação de outros.

2. Por que é que Deus não poderia, por meio de um milagre, providenciar um ser humano sem pecado, assim como foi Adão antes da queda, para atuar como Mediador e nos reconciliar com Ele?

Mesmo um ser humano sem pecado, se meramente humano, não seria capaz de suportar a ira e a maldição de Deus como Cristo o fez. Era necessário que o Mediador fosse Deus para que pudesse sustentar e apoiar a Sua natureza humana em suas tentações e sofrimentos.

3. Como poderia Jesus Cristo, que era apenas uma única pessoa, “*dar a Sua vida em resgate por muitos*” (Mc 10.45) e receber o castigo pelos pecados de muitas pessoas?

Se Jesus Cristo tivesse sido apenas um ser humano — inda que sem pecado — Ele só serviria, no máximo, como o substituto de uma única pessoa. Assim, seria necessário que houvesse tantos Salvadores quantos fossem os pecadores. Se Deus estivesse disposto a conceder uma tal providência, talvez uma vida

pudesse ser dada em troca de outra. Mas, como Jesus Cristo não era exclusivamente um ser humano, mas era também verdadeiramente Divino, foi-Lhe possível “*dar a Sua vida em resgate por muitos*”, tornando-se o legítimo substituto de todo o povo de Deus. A Sua natureza divina deu à Sua natureza humana um valor infinito, de modo que Ele pudesse sofrer e morrer por muitos a um só tempo.

4. Quando Jesus foi tentado pelo Maligno, era possível que Ele cometesse pecado?

Sendo Jesus Cristo verdadeiramente Deus, somos obrigados a concluir que na verdade era impossível que Ele cometesse pecado. Ainda assim a Bíblia ensina que Ele experimentou tentação real. Mas como a tentação era real se ao mesmo tempo Lhe era impossível pecar, isso é um mistério que não temos a esperança de compreender.

5. Como o fato de Jesus Cristo, o Mediador, ser verdadeiramente Deus assegura o sucesso de um plano de salvação?

Se Jesus Cristo tivesse sido apenas um ser humano — inda que sem pecado — seria possível que Ele falhasse na realização dessa obra, cedendo à tentação e caindo em pecado. Assim, o segundo Adão teria sido um fracasso, exatamente como o primeiro ao desobedecer à vontade de Deus. Mas Jesus Cristo não era apenas humano, era também verdadeiramente divino; Ele era e é onipotente. Por isso o Seu sucesso é uma certeza, porquanto Ele não pode falhar em Sua obra nem cair em pecado.



Pergunta 39. *Por que era indispensável que o Mediador fosse homem?*

R. Era indispensável que o Mediador fosse homem para que Ele pudesse resgatar a nossa natureza, para que pudesse se submeter à obediência da lei, para que pudesse compadecer-se e interceder em nosso favor — em nossa natureza — e compreender as nossas fraquezas; para que pudéssemos receber a adoção de filhos, ser consolados e, confiadamente, ter acesso junto ao trono da graça.

Referências bíblicas

- Hb 2.16. Cristo não tomou para Si a natureza dos anjos, mas a natureza humana.

- Gl 4.4. O Mediador tem de ser homem para poder estar sob o jugo da lei.
- Hb 2.14; 7.24-25. O Mediador tem de ser homem para poder compadecer-se de nós e interceder em nosso favor, em nossa natureza.
- Hb 4.15. O Mediador tem de ser homem para poder compreender as nossas fraquezas.
- Gl 4.5. O Mediador tem de ser homem para que possamos receber a adoção de filhos.
- Hb 4.16. O Mediador tem de ser homem para que possamos ter acesso ao trono da graça.

Comentário

1. Por que o anjo Gabriel, ou algum outro anjo, não poderia se tornar num Mediador para salvar a raça humana do pecado?

Os anjos não são membros da raça humana; eles não têm uma natureza humana; por isso nenhum deles estaria qualificado para ser o segundo Adão e desfazer o erro cometido pelo primeiro.

2. Por que é necessário que o Mediador tenha “*participação comum de carne e sangue*”, isto é, que tenha uma natureza humana?

Para ser o Redentor da raça humana, o Mediador tem que atuar como o representante legal dos seres humanos, e para que isso seja possível, ele precisa, antes de mais nada, ser um membro da raça humana. Até mesmo em organizações humanas ordinárias ninguém as representa oficialmente se antes não se fizer membro delas. Cristo não poderia ser o Redentor da raça humana se, antes de tudo, não fosse membro dessa raça. Da mesma forma que o pecado e a destruição vieram por intermédio do homem, assim também a redenção tem que vir obrigatoriamente por meio do homem (1Co 15.21: “*visto que a morte veio por um homem, também por um homem veio a ressurreição dos mortos*”).

3. Por que é que o Mediador tem que “se submeter à obediência da lei”?

Adão e toda a sua posteridade viveram quebrando e até hoje quebram a lei de Deus. Era necessário que o Segundo Adão guardasse perfeitamente a lei de Deus. Deus não está sujeito à lei; Ele é o legislador, é quem faz a lei. Jesus Cristo tinha que ser verdadeiramente humano para que pudesse estar verdadeiramente debaixo da lei de Deus, e obter sucesso onde Adão fracassou no cumprimento da condição do Pacto de Obras, isto é, na perfeita obediência à lei de Deus.

4. Por que era indispensável que o Mediador fosse verdadeiramente humano para ser o nosso Sumo Sacerdote?

Um sacerdote de verdade, de acordo com a determinação de Deus, tem que ser escolhido de entre os homens e deve ser capaz de compreender e se compadecer dos sofrimentos e angústias dos seres humanos, por haver ele mesmo passado por sofrimentos e angústias. Observe que os versículos de Hebreus 5.1-2 não tratam especificamente de Cristo, mas apenas consideram genericamente a natureza do ofício sacerdotal: as qualidades necessárias a qualquer sacerdote. Como Jesus Cristo seria o nosso Sumo Sacerdote, Ele também teria de atender a essas qualificações.

5. Não poderia o próprio Deus se compadecer e compreender os nossos sofrimentos humanos?

Deus sabe tudo sobre os nossos sofrimentos humanos, e apieda-se ou se compadece deles. Podemos dizer que Ele se compadece dos nossos sofrimentos humanos, mas não que Ele sente conosco esses sofrimentos. Como Deus é um Ser infinito e o sofrimento implica em limitação, então, Deus, por Sua própria natureza, não pode sofrer e por isso não pode ter a compreensão real, empática, dos nossos sofrimentos. A palavra *empática* dá a idéia de alguém que se “sente como se fosse o outro”, isto é, que se coloca na mesma situação ou condição do outro, e Deus não pode se colocar na nossa própria condição. Muitas das pessoas que falam irrefletidamente no “sofrimento” de Deus deveriam compreender que isso é contrário à verdade de que Deus é infinito e imutável. O sofrimento, por sua própria natureza, pressupõe limitação e mudança; um Ser infinito e imutável, portanto, não pode sofrer. Deus sabe tudo a respeito dos nossos sofrimentos, mas, apesar disso, não os pode experimentar na Sua própria natureza. O único modo por que Deus poderia sentir os nossos sofrimentos humanos foi tornando-se homem, como Ele fez. O Filho de Deus, uma Pessoa Divina, tomou para Si a natureza humana, e assim Deus experimentou o sofrimento humano, não na Sua própria natureza, mas na natureza humana que adotou.



Pergunta 40. *Por que era indispensável que o Mediador fosse Deus e homem em uma única pessoa?*

R. Era indispensável que o Mediador, que haveria de reconciliar Deus e o homem, fosse ele mesmo duplamente Deus e homem — e isso numa única

pessoa — para que as obras peculiares a cada uma dessas duas naturezas pudessem ser aceitas por Deus em nosso favor, e para que confiássemos nelas como obras de uma única pessoa.

Referências bíblicas

- Mt 1.21, 23. O Mediador, Deus e homem numa única pessoa.
- Mt 3.17; Hb 9.14. As obras de cada uma das duas naturezas do Redentor são aceitas por Deus em nosso favor como obras de uma única pessoa.
- 1Pe 2.6. Devemos crer no Mediador e na Sua obra, como um todo, para a nossa salvação.

Comentário

1. Por que é que Deus não poderia providenciar dois Mediadores, um divino e o outro humano, para salvarem o Seu povo do pecado?

Porque a relação que há entre as obras de cada uma dessas duas naturezas exigia que as duas naturezas fossem unidas em uma única pessoa. Um Mediador divino não poderia provar do sofrimento, senão mediante uma natureza humana; um Mediador humano não poderia suportar os sofrimentos necessários, senão pelo amparo e fortalecimento de uma natureza divina. Portanto, era necessário não apenas que o Mediador fosse Deus e homem a um só tempo, mas que as Suas duas naturezas fossem unidas em uma única pessoa para que a Sua obra fosse una.

2. A que obra da natureza divina de Cristo a Escritura se refere como parte da obra realizadora da nossa salvação?

Hebreus 9.14. Foi pelo Espírito eterno que Cristo a Si mesmo se ofereceu como sacrifício a Deus pelos nossos pecados. Isso pode ser traduzido como “através do Espírito eterno”. De qualquer forma, o sentido provavelmente não é “através do Espírito Santo”, mas antes, “através da Sua natureza divina”; isto é, foi através da Sua natureza divina que Cristo ofereceu a Si mesmo como sacrifício a Deus pelos pecados do Seu povo; a Sua natureza divina deu exatidão de sentido e eficácia ao sacrifício e aos sofrimentos da Sua natureza humana.

*Vide NT Interlinear – Waldyr Carvalho Luz – Ed. Cultura Cristã, 2003.

3. A que obra da natureza humana de Cristo a Escritura se refere como parte da obra realizadora da nossa salvação?

A Escritura se refere à obediência à lei e a todos os Seus sofrimentos, especialmente à Sua morte. Tudo isso é obra da Sua natureza humana e parte essencial da obra realizadora da nossa salvação.

4. Como podemos explicar os textos da Escritura que usam a propriedade de uma natureza para se referir à outra?

A unidade da pessoa de Cristo é que ampara a verdadeira explanação desses textos. Por exemplo, Atos 20.28: “*a igreja de Deus, a qual ele comprou com o seu próprio sangue*”. Aqui vemos o sangue, que é uma das partes da natureza humana de Cristo, associado ao substantivo *Deus*, que pertence à Sua natureza divina. E João 6.62: “*Que será, pois, se virdes o Filho do Homem subir para o lugar onde primeiro estava?*”. Aqui o título “o Filho do homem”, que está associado à natureza humana de Cristo, é usado com referência a um fato concernente à natureza divina de Cristo, isto é, a Sua preexistência eterna no Céu, anterior à Sua encarnação neste mundo. Nessas e em muitas outras passagens semelhantes a explicação é que a unidade da pessoa de Cristo permite a referência a qualquer uma das Suas naturezas nos termos que, falando estritamente, se aplicam à outra natureza.



Pergunta 41. Por que razão o nosso Mediador recebeu o nome de Jesus?

R. O nosso Mediador recebeu o nome de Jesus porque Ele salvou o Seu povo dos pecados deles.

Referência bíblica

- Mt 1.21. A ordem divina para nominar o filho de Maria de “Jesus” e a justificativa para esse nome.

Comentário

1. Qual é o significado literal do nome *Jesus*?

O nome *Jesus* é uma forma grega que corresponde ao hebraico *Josué* ou *Jesua* que significa “Jeová é salvação”.

2. Quem foi que decidiu que o nosso Salvador deveria ser chamado de “Jesus”?

Essa decisão foi tomada pelo próprio Deus e foi anunciada a José por um anjo que o Senhor lhe enviara em sonho.

3. Que grandes verdades da nossa fé estão envolvidas pela declaração: “Ele salvará o seu povo dos pecados deles”?

As grandes verdades da nossa fé, envolvidas na grandiosa declaração que o anjo do Senhor revelou a José, são as seguintes: **(a)** A salvação dos pecados realiza-se por meio de um Redentor providenciado divinamente; não é algo que podemos fazer por nós mesmos. **(b)** O nosso Redentor salva verdadeiramente o Seu povo dos pecados deles; Ele não dá apenas uma “chance” de salvação nem somente “oferece” a salvação, mas salva-os de fato e de verdade; realizando, inclusive, tudo aquilo que é necessário para garantir que eles sejam finalmente salvos. **(c)** O nosso Redentor salva um grupo particular de seres humanos, os eleitos de Deus, aos quais esse texto se refere como “Seu povo”. Ele não foi enviado ao mundo para salvar a todas as pessoas nem para tentar salvar a todos, mas para salvar o “Seu povo”.

4. “Jesus” é um nome próprio ou é um título?

“Jesus” é o nome próprio do nosso Salvador.



Pergunta 42. Por que razão o nosso Mediador recebeu o nome de Cristo?

R. O nosso Mediador recebeu o nome de Cristo porque foi ungido sobre medida pelo Espírito Santo, e assim separado e plenamente investido de total autoridade e capacidade para exercer os ofícios de profeta, sacerdote e rei da Sua igreja, tanto no estado da Sua humilhação quanto no da Sua exaltação.

Referências bíblicas

- Jo 3.34. O nosso Salvador recebeu, do Espírito Santo, unção sem limite.
- Sl 45.7. O nosso Salvador recebeu o Espírito Santo em medida superior à dos Seus companheiros.
- Jo 6.27. Deus Pai “selou” o nosso Salvador, isto é, Ele foi separado para a Sua obra redentora.
- Mt 28.18-20. Deus Pai investiu o nosso Salvador de total autoridade e capacidade para consumir a obra que Lhe fora determinada.
- At 3.21-22. Deus Pai levantou o nosso Salvador para profeta.

- Hb 5.5-7; 4.14-15. Deus Pai chamou o nosso Salvador para sumo sacerdote; e a obra sacerdotal em favor do Seu povo.
- Sl 2.6; Mt 21.5; Is 9.6-7. Deus Pai constituiu o nosso Salvador como Rei; e as glórias do Seu ofício monárquico.
- Fp 2.8-11. Cristo cumpre os Seus ofícios tanto no estado da Sua humilhação quanto no da Sua exaltação.

Comentários

1. “Cristo” é um nome próprio ou é um título?

“Cristo” não é um nome próprio, mas um título que acompanha o nome próprio “Jesus”. Isso fica evidente pelo uso do artigo definido com “Cristo”, que ocorre em alguns trechos da Escritura como em Mateus 16.16: “*Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo*”.

2. Qual é o significado literal da palavra “Cristo”?

“Cristo” é a forma adotada em português para a palavra grega *Christos*, que significa “Ungido”. Logo, tanto faz que digamos que Jesus é o Cristo, ou o Messias, ou o Ungido; é só uma questão de linguagem, não de sentido. Essas palavras significam todas a mesma coisa. Em passagens do Velho Testamento em que ocorrem a palavra *ungido* com referência ao Redentor vindouro, como no Salmo 2.2: “*os príncipes conspiram contra o SENHOR e contra o seu Ungido*”, a palavra hebraica *Messiah*, traduzida por *Ungido*, poderia ser igualmente vertida pela palavra *Cristo*, pois o sentido é o mesmo.

3. Que idéia básica subjaz ao título “Cristo”?

A idéia básica subjacente ao título *Cristo* é a idéia da unção. No período do Velho Testamento os reis e os sacerdotes eram ungidos com óleo para serem separados para seus ofícios especiais. Esse óleo da unção era um símbolo do Espírito Santo que entraria em seus corações para os investir de sabedoria e de capacidade para o exercício dos seus deveres como sacerdotes e reis. Vemos, assim, que a idéia da unção no VT era a da separação de alguém para o exercício de um ofício especial, acrescida de um símbolo da obra do Espírito Santo na vida daquela pessoa. No entanto, todos os reis e sacerdotes do VT eram apenas tipos e sombras que apontavam para Jesus, o verdadeiro e definitivo rei e sacerdote. Jesus é aquele que, acima de todos os demais, foi ungido pelo Espírito Santo para estar qualificado como o nosso profeta, sacerdote e rei. Em vez de ser ungido com o óleo (o símbolo), como no período do VT, Jesus recebeu o Espírito Santo em forma de pomba vindo sobre Ele (Mt 3.16).

4. Por que Jesus recebeu o Espírito Santo na forma de pomba?

Embora não seja possível dar uma resposta exata a esta pergunta, já se sugeriu que a forma de pomba representasse a totalidade do Espírito Santo, pois Jesus recebeu o Espírito sem medida. Os crentes no Pentecostes receberam o Espírito na forma de línguas de fogo, algo divisível, do qual cada um dos presentes recebeu uma parte; mas no caso de Jesus a forma de uma pomba pode sugerir a idéia de totalidade e de indivisibilidade (vide Gn 15.10: “*não partiu as aves*”).

5. Quando é que Cristo exerce os Seus ofícios de profeta, sacerdote e rei?

Cristo, nosso Salvador, exerce os Seus ofícios de profeta, sacerdote e rei tanto no estado da Sua humilhação (isto é, durante a Sua vida na terra) quanto no estado da Sua exaltação (isto é, desde a Sua ressurreição, e especialmente na Sua vida gloriosa no Céu). Isso quer dizer que Cristo foi profeta, sacerdote e rei quando estava na terra, e que Ele é profeta, sacerdote e rei hoje, no Céu!



Pergunta 43. Como exerce Cristo o Seu ofício de profeta?

R. Cristo exerce o Seu ofício de profeta ao revelar à Sua igreja — em todas as eras, pelo Seu Espírito, pela Sua Palavra e por diversos modos de administração — toda a vontade de Deus sobre todas as coisas necessária à sua edificação e salvação.

Referências bíblicas

- Jo 1.18. Cristo como profeta é o grande revelador do Pai.
- 1Pe 1.10-12. O Espírito de Cristo revelou a verdade divina aos profetas do VT.
- Hb 1.1-2. Cristo como profeta traz a revelação final de Deus aos homens.
- Jo 15.15. Cristo revelou aos apóstolos a verdade do Pai.
- At 20.32. A natureza edificadora da obra profética de Cristo.
- Ef 4.11-13. A obra profética de Cristo edifica ou constrói o Seu corpo, a igreja.
- Jo 20.31. As palavras de Cristo estão registradas na Escritura para que por meio da Sua obra como profeta os homens possam vir a crer e a ter vida.

Comentário

1. Qual é o verdadeiro significado da palavra “profeta”?

O profeta fala aos homens como representante oficial de Deus, é o Seu porta-voz, o Seu intermediário.

2. Por que pensamos normalmente no profeta como alguém que prevê o futuro?

Porque muitos dos profetas, especialmente no Velho Testamento, recebiam diretamente de Deus revelações que continham predições de eventos futuros. Há tantas dessas predições nos livros proféticos do VT que chegamos a pensar no “profeta” como um “pressagiador do futuro”. Apesar disso, muitas mensagens dos profetas diziam respeito ao seu próprio tempo e o sentido real da palavra *profeta* não é o de pressagiador o futuro, mas o de um homem que entrega a mensagem de Deus ao povo.

3. Em que período da história exerceu Cristo o ofício de profeta?

“Em todas as eras”.

4. Como exerceu Cristo o ofício de profeta no período do Velho Testamento?

Cristo exerceu o ofício de profeta no Velho Testamento mediante o Seu Espírito, ao revelar a Sua verdade através de diversos profetas, salmistas e outros escritores das Escrituras do VT.

5. Como exerceu Cristo o ofício de profeta durante o Seu ministério terreno?

Cristo exerceu o ofício de profeta durante o Seu ministério terreno: (a) ao pregar ao povo judeu; (b) ao ensinar e pregar aos Seus próprios seguidores, ou discípulos, que criam nEle; (c) ao treinar e instruir os doze apóstolos, que seriam as Suas testemunhas oficiais depois da Sua ascensão ao Céu.

6. Como exerce Cristo o ofício de profeta hoje?

Cristo exerce o Seu ofício de profeta hoje: (a) através da Sua Palavra escrita, a Bíblia Sagrada; (b) através do Seu Espírito Santo, a quem Ele enviou, o qual ilumina os nossos corações e as nossas mentes para que possamos receber e entender a verdade revelada nas Escrituras.

7. Ao exercer o ofício de profeta, que mensagem Cristo revelou à Sua igreja?

Ele revelou uma mensagem completa, que contém toda a vontade de Deus quanto a todas as coisas necessárias à nossa salvação e à nossa edificação.



Pergunta 44. *Como exerce Cristo o ofício de sacerdote?*

R. Cristo exerce o ofício de sacerdote ao oferecer a Si mesmo a Deus como sacrifício sem mácula de uma vez para sempre, para ser a propiciação pelos pecados do seu povo; e ao interceder continuamente em favor desse povo.

Referências bíblicas

- Hb 9.14. Cristo exerce o ofício de sacerdote ao oferecer a Si mesmo como sacrifício a Deus.
- Hb 9.28. Cristo ofereceu a Si mesmo de uma vez para sempre pelos pecados de muitos.
- Hb 2.17. Cristo ofereceu a Si mesmo para reconciliar o Seu povo com Deus.
- Hb 7.25. Cristo, como sacerdote, intercede continuamente pelo Seu povo.

Comentário

1. Qual é a diferença entre profeta e sacerdote?

O profeta fala aos homens como representante legal de Deus; o sacerdote é o representante legal dos homens ao se aproximarem de Deus.

2. Quais as qualificações necessárias ao ofício sacerdotal?

Estas se encontram em Hebreus 5.1-2, e são: **(a)** O sacerdote tem que ser obrigatoriamente um membro da raça humana, isto é, escolhido de entre os homens. Um anjo não pode exercer o ofício sacerdotal para representar os homens diante de Deus. **(b)** O sacerdote precisa ser “*capaz de condoer-se dos ignorantes e dos que erram, pois também ele mesmo está rodeado de fraquezas*”. **(c)** O sacerdote não pode de modo nenhum tomar para si mesmo este ofício, mas tem que ser chamado por Deus para o exercer, assim como foi Aarão (Hb 5.4).

3. Quais são as funções do ofício sacerdotal?

Estas também se encontram em Hebreus 5.1-4, e são: **(a)** O sacerdote tem que

representar os homens nas coisas concernentes a Deus. (b) O sacerdote tem que oferecer dons e sacrifícios pelos pecados. (c) O sacerdote tem que interceder em favor do povo (Hb 7.25).

4. Que livro da Bíblia discute de maneira mais completa o ofício sacerdotal de Cristo?

Conquanto as funções do ofício sacerdotal de Cristo sejam discutidas amplamente em muitos livros da Bíblia, o seu ofício sacerdotal em si é discutido com mais profundidade na epístola aos Hebreus. No Velho Testamento, o Salmo 110.4 é, talvez, a declaração mais direta sobre o ofício sacerdotal de Cristo.

5. De que modo Cristo possui as qualificações para o ofício sacerdotal?

(a) Através da encarnação — por tomar para Si mesmo a natureza humana — Ele se tornou em ser humano, e ao se tornar num membro da raça humana estava qualificado para ser escolhido de entre os homens para o ofício sacerdotal. (b) Porque Ele estava “*rodeado de fraquezas*”, e suportou as aflições e os sofrimentos da vida humana; como “*homem de dores e que sabe o que é padecer*”, Ele podia se compadecer dos ignorantes e dos que erram. (c) Ele mesmo não tomou para Si o ofício sacerdotal, mas foi chamado por Deus, assim como o fora Aarão (Hb 5.4-5).

6. De que modo exerce Cristo as funções do ofício sacerdotal?

(a) Como o segundo Adão — o Mediador do Pacto da Graça — Cristo é o representante legal de todos os eleitos de Deus; Ele atua como o representante legal do homem nas coisas concernentes a Deus. (b) Cristo entregou a Sua vida no Calvário como sacrifício pelos pecados do Seu povo, cumprindo assim a função sacrificial do ofício sacerdotal. (c) Ele intercedeu pelo Seu povo quando ainda na terra (Jo 17), e continua a interceder em favor dele ao ministrar à mão direita de Deus no Céu.

7. Qual é a importância relativa do ofício sacerdotal de Cristo?

O ofício sacerdotal de Cristo — dentre os Seus três ofícios de profeta, sacerdote e rei — é o mais central e de maior importância. Embora tenhamos que considerar o todo da Sua obra salvadora como uma unidade e devamos compreender que nenhuma das suas partes seja dispensável, ainda assim o Seu sacerdócio é o próprio coração e ponto central da Sua obra como nosso Redentor!

8. Qual é o erro comum do “Liberalismo” moderno quanto aos ofícios de Cristo?

O “Liberalismo” moderno, ao mesmo tempo em que procura conservar a doutrina do Seu ofício de rei, despreza ou corrompe a doutrina do ofício sacerdotal de Cristo. É assim que os conhecidos e famosos mestres “liberais” jamais se cansam de falar sobre “o Reino de Deus”, enquanto negam ou deturpam a expiação substitutiva de Cristo. Obviamente esses “liberais” revestem as suas próprias idéias de termos como “o Reino de Deus”, mas não atribuem a essa expressão o sentido que o cristianismo ortodoxo histórico sempre lhe deu. Pelo contrário, eles tentam preservar algum tipo de fé no ofício monárquico de Cristo, ao passo que descartam ou desprezam o Seu ofício sacerdotal. Temos que entender que a obra de Cristo é uma unidade e que na nossa teologia nenhum dos Seus três ofícios se sustenta sem os outros dois. A Escritura só conhece um Cristo que é Profeta e Sacerdote e Rei. Esse é o único Cristo verdadeiro, todos os outros cristos parciais são apenas fruto das idéias humanas.



Pergunta 45. *Como exerce Cristo o ofício de rei?*

R. Cristo exerce o ofício de rei em chamar do mundo um povo para Si mesmo, estabelecendo sobre ele oficiais, leis e censuras, pelo que o governa visivelmente; em conceder a graça salvadora aos Seus eleitos, recompensá-los por sua obediência, corrigi-los por seus pecados, preservá-los e sustentá-los em todas as suas tentações e sofrimentos, em reprimir e subjugar todos os seus inimigos, e em ordenar poderosamente todas as coisas para a Sua própria glória e o bem deles; e também em tomar vingança sobre o restante, que não conhece a Deus e não obedece o evangelho.

Referências bíblicas

- At 15.14-16; Is 55.4-5; Gn 49.10; Sl 110.3. Cristo exerce o ofício de rei em chamar do mundo um povo para Si.
- Ef 4.11; 1Co 12.28. Cristo exerce o ofício de rei em estabelecer oficiais sobre o Seu povo.
- Is 33.22. Cristo exerce o ofício de rei em firmar leis para o Seu povo.
- Mt 18.17-18; 1Co 5.4-5. Cristo exerce o ofício de rei em proporcionar ao Seu povo as censuras da disciplina da igreja.
- At 3.31. Cristo exerce o ofício de rei em conceder a graça salvadora aos Seus eleitos.

- Ap 22.12; 2.10. Cristo exerce o ofício de rei em recompensar a obediência dos Seus eleitos.
- Ap 3.19. Cristo exerce o ofício de rei em corrigir os Seus eleitos por causa dos seus pecados.
- Is 63.9. Cristo exerce o ofício de rei em sustentar e guardar o Seu povo nas suas tentações e sofrimentos.
- 1Co 15.25; Sl 110.1-2. Cristo exerce o ofício de rei em refrear e subjugar os inimigos do Seu povo.
- Rm 14.10-11. Cristo exerce o ofício de rei em ordenar poderosamente todas as coisas para a Sua própria glória.
- Rm 8.28. Cristo exerce o ofício de rei em ordenar poderosamente todas as coisas para o bem dos Seus eleitos.
- 2Ts 1.8-9; Sl 2.8-9. Cristo exerce o ofício de rei em tomar vingança contra os Seus inimigos, os quais não conhecem a Deus nem obedecem ao Seu evangelho.

Comentário

1. Quais são as três esferas em que o catecismo divide a ação do ofício real de Cristo?

As três esferas são: **(a)** a esfera da igreja visível; **(b)** a esfera da igreja invisível; e **(c)** a esfera do mundo.

2. Qual é a mais importante das três esferas em que Cristo exerce o Seu ofício real?

A esfera da igreja invisível, ou a união dos eleitos, é a mais importante porque é em favor dela que Cristo exerce o Seu ofício real **(a)** na própria igreja invisível, e **(b)** no mundo, ou universo.

3. Que elementos fazem parte do governo real de Cristo na igreja visível?

Os seguintes elementos: **(a)** o chamar do mundo pessoas que serão membros da igreja visível; **(b)** o constituir oficiais sobre elas, como indicado nas Escrituras e realizado na vida real; **(c)** o estabelecer-lhes leis e censuras, pelas quais Ele a governa de modo visível, isto é, mediante a estrutura de governo e de disciplina da igreja.

4. Que elementos fazem parte do governo real de Cristo na igreja invisível?

Os seguintes elementos: **(a)** O conceder a graça salvadora aos Seus eleitos através da operação do Espírito Santo em seus corações e vidas, para que, na

vocação eficaz deles, sejam unidos a Cristo. (b) O recompensar a obediência do Seu povo — tanto agora, por Sua providência, quanto no dia do juízo, pelo Seu poder sobrenatural — e o discipliná-lo por causa dos seus pecados, mediante a Sua disciplina providencial na vida presente. (c) O preservar e sustentar os Seus eleitos em todos os seus sofrimentos e tentações, para não serem jamais arrasados pelos problemas, mas para que estejam sempre guardados do desespero.

5. Que elementos fazem parte do governo real de Cristo no mundo, ou universo?

Os seguintes elementos: (a) O refrear e subjugar todos os inimigos dos Seus eleitos. (b) A poderosa ordenação de todas as coisas para a Sua própria glória e para o bem do Seu povo, de modo que até mesmo as más obras dos ímpios cooperam para o verdadeiro bem dos eleitos. (c) O exercer a vingança contra os ímpios, os quais rejeitam a Deus e não se submetem ao Seu evangelho. Tal vingança é em parte na vida presente, por causa das dispensações providências de Cristo, e principalmente no dia do juízo, no fim dos tempos.

6. Em que esfera se inclui o governo real de Cristo sobre as nações?

O governo real de Cristo sobre todas as nações inclui-se na terceira esfera, isto é, no exercício do Seu ofício real no mundo ou universo.

7. Cristo é rei hoje?

Cristo é rei hoje, com toda a certeza. A Bíblia ensina que Ele era rei quando estava na terra, é rei hoje e será rei para todo o sempre.

8. Será que Cristo está hoje reinando sobre as nações do mundo?

Sim. Embora seja verdade que as nações do mundo desprezam ou se rebelam contra o governo real de Cristo, Ele ainda assim reina sobre todas elas e cumpre os Seus propósitos apesar do desprezo e rebelião delas.





CAPÍTULO 9

A Obra do Mediador

Pergunta 46. *O que foi o estado da humilhação de Cristo?*

R. O estado da humilhação de Cristo foi aquela condição inferior em que Ele, por nossa causa, esvaziando-se da Sua glória, tomou para Si a forma de servo da Sua concepção e nascimento — vida, morte e após a morte — até a Sua ressurreição.

Referências bíblicas

- Fp 2.6-8. A humilhação voluntária de Cristo.
- Lc 1.31. A humilhação de Cristo ao nascer como ser humano.
- 2Co 8.9. A auto-humilhação de Cristo ao trocar o gozo das riquezas celestiais por uma vida de pobreza na terra.
- At 2.24. A ressurreição de Cristo e o fim da Sua humilhação.

Comentário

1. Que condição Cristo tomou para Si ao realizar o plano da salvação?

Uma condição inferior.

2. Por que foi que Cristo tomou para Si uma condição inferior?

Por nossa causa.

3. Qual era a condição de Cristo antes que Ele viesse a este mundo?

Um estado de glória divina infinita que a Bíblia descreve como “sendo rico”.

4. Como é possível traduzir também a expressão “*aniquilou-se a si mesmo*” (Fp 2.7 ARC)?

Essa expressão significa literalmente que Ele “*a Si mesmo se esvaziou*”.

5. De que foi que Ele “se esvaziou” quando se tornou homem?

Ele se esvaziou do gozo da Sua glória celestial.

6. Que grave erro se tem alegado quanto ao “se esvaziou” de Cristo?

Alguns afirmam que essa expressão no texto grego de Filipenses 2.7 significa que Cristo se esvaziou da Sua divindade. Segundo essa interpretação, Cristo era Divino quando estava no Céu, mas pôs a Sua Divindade de lado e enquanto esteve sobre a terra foi somente homem. Mas, como muitos outros textos no Novo Testamento ensinam que Cristo era verdadeiramente e totalmente Deus enquanto esteve na terra, tal interpretação só pode estar errada. O sentido verdadeiro é que Cristo se esvaziou a Si mesmo do gozo da Sua glória divina, assumindo em lugar dela a forma de servo. A Sua natureza ainda era a mesma, mas a Sua posição era diferente.

7. Qual foi a posição de Cristo durante a Sua vida terrena?

A “forma”, posição ou condição de servo.

8. Que trecho do VT profetizou que o Redentor seria “o servo do Senhor”?

Isaías 53. Todo esse capítulo fala do estado de humilhação de Cristo. O versículo 11 chama-O de “*meu Servo, o Justo*”.



Pergunta 47. Como foi que Cristo se humilhou na Sua concepção e nascimento?

R. Cristo se humilhou na Sua concepção e nascimento, em que, sendo o Filho de Deus no seio do Pai desde toda a eternidade, aprouve-Lhe tornar-se, na plenitude do tempo, no filho do homem feito e nascido de uma mulher de condição humilde, sob diversas circunstâncias bem mais degradantes que o normal.

Referências bíblicas

- Jo 1.14, 18. Cristo, que tornou-se homem, era desde toda a eternidade o Filho de Deus.
- Gl 4.4. Cristo, na plenitude do tempo, tornou-se homem e nasceu como uma criança.

- Lc 2.7. O nosso Salvador nasceu de uma mulher de condição humilde, e sob circunstâncias bem mais degradantes que o normal.

Comentário

1. Desde quando era Cristo o Filho de Deus?

Desde toda a eternidade.

2. Que significa a declaração de que Cristo estava “no seio do Pai”?

Isso significa que Cristo, o Filho eterno, é um único Deus com o Pai. O Pai e o Filho são da mesma substância, embora sejam pessoas distintas da Trindade.

3. Por que o Catecismo diz que “aprove” a Cristo tornar-se o filho do homem?

Essa expressão expõe a verdade de que Cristo tornou-se homem voluntariamente, por Sua livre vontade, não porque fora obrigado a isso.

4. Quando foi que Cristo se tornou homem?

“Vindo, porém, a plenitude do tempo” (Gl 4.4).

5. Que quer dizer a expressão “a plenitude do tempo”?

Quer dizer o tempo designado por Deus desde toda a eternidade para que Cristo nascesse como um ser humano; é também o tempo em que se completariam as preparações de longo prazo e em que as profecias estavam na iminência de se fazerem cumprir.

6. Por que se diz que Maria, a mãe de Jesus, era “uma mulher de condição humilde”?

Isso fundamenta-se nas próprias palavras de Maria sobre si mesma, como se encontra em Lucas 1.48. Ela não se refere ao seu caráter, mas à sua condição econômica e social entre os judeus daqueles dias.

7. Que “circunstâncias bem mais degradantes que o normal” cercaram o nascimento e a infância de Jesus Cristo?

Ele nasceu numa estrebaria, por não haver lugar para Ele nas estalagens. Foi necessário que fosse levado repentinamente a um país estrangeiro para que escapasse do plano de Herodes para o assassinar.



Pergunta 48. *Como foi que Cristo se humilhou na Sua vida?*

R. Cristo humilhou-se em Sua vida terrena ao se sujeitar à lei, à qual cumpriu perfeitamente, e ao lutar de contínuo contra o opróbrio do mundo, as tentações de Satanás e as fraquezas da Sua carne — fossem elas comuns à natureza humana ou acompanhassem de modo peculiar àquela Sua condição humilde.

Referências bíblicas

- Gl 4.4. Cristo nasceu sob a lei.
- Mt 5.17; Rm 5.18. Cristo cumpriu perfeitamente a lei de Deus.
- Sl 22.6; Hb 12.2-3. Cristo enfrentou continuamente o opróbrio do mundo.
- Mt 4.1-12; Lc 4.13. Cristo enfrentou continuamente as tentações de Satanás.
- Hb 2.17-18; 4.15; Is 52.13-14. Cristo enfrentou continuamente as fraquezas da Sua carne, normais à humanidade ou peculiares à Sua condição humilde.

Comentário

1. Porque era necessário que o nosso Salvador se sujeitasse à lei de Deus?

Era preciso que o nosso Salvador se submetesse à lei de Deus para que Ele a cumprisse como o nosso representante legal, prestando uma perfeita obediência à vontade de Deus naquilo em que Adão fracassou no Pacto de Obras. Cristo, o segundo Adão, tinha que ser bem-sucedido nessa realização para que a Sua justiça pudesse ser reconhecida em nosso favor.

2. Como foi que o nosso Salvador se sujeitou à lei de Deus?

O nosso Salvador sujeitou-se à lei de Deus pela Sua própria e voluntária decisão de se tornar homem, de acordo com os termos do Pacto da Graça firmados entre Ele e o Pai na eternidade, antes da criação do mundo.

3. A que lei sujeitou-se o nosso Salvador?

Ele se sujeitou a toda a lei de Deus, tanto à lei moral quanto à lei cerimonial.

4. Como foi que Cristo cumpriu a lei de Deus?

Cristo cumpriu perfeitamente a lei de Deus. Ele obedeceu tanto os seus mandamentos positivos quanto os seus mandamentos negativos, i.e. proibitivos: Ele cumpriu cabalmente tudo o que a lei exigia e jamais quebrou um único mandamento da lei.

5. Por que ao se submeter à lei Cristo se humilhou?

Porque Ele, como Deus, estava por natureza acima da lei; não estava debaixo da lei, antes era o seu Autor. Ao se tornar homem Ele pôs de lado a Sua glória celestial e assumiu a condição de servo, submisso à lei.

6. Por que os opróbrios do mundo foram uma humilhação para o nosso Salvador?

Porque eles se opunham à Sua natureza santa e eram contrários à paz, à ordem e à reverência do Céu, de onde Ele veio.

7. Por que as tentações de Satanás foram uma humilhação para o nosso Salvador?

Porque foi um insulto ao Seu caráter santo ser tentado por Satanás, que não é somente maligno e mentiroso, mas que também está em rebelião contra Deus. O Senhor da glória foi interpelado e tentado pelo rebelde mais sem-lei e mais vil do universo.

8. Quais foram algumas das “fraquezas da Sua carne” que o nosso Salvador sofreu durante a Sua vida terrena?

O cansaço, a fome, a sede, a pobreza, “nenhum lugar onde repousar a cabeça”, o ser mal interpretado e duramente censurado pelos parentes mais próximos, etc.

9. Qual deve ser o nosso comportamento diante do modo como o nosso Salvador se humilhou na Sua vida na terra?

(a) Devemos estar cheios da mais profunda gratidão a Ele, que suportou tais aflições e duras provações por nossa causa. (b) Devemos resistir à tentação de nos rendermos ao desânimo e ao desespero quando formos confrontados por problemas e aflições na nossa peregrinação terrena, lembrando-nos de que o nosso Salvador, o Senhor da glória, suportou problemas e provações muito mais duras pelo Seu grande amor para conosco.

**Pergunta 49. Como foi que Cristo se humilhou na Sua morte?**

R. Cristo humilhou-se em Sua morte, em que — sendo traído por Judas, abandonado pelos Seus discípulos, escarnecido e rejeitado pelo mundo,

condenado por Pilatos e maltratado pelos Seus perseguidores; havendo também lutado contra os terrores da morte e os poderes das trevas, e sentindo e recebido sobre Si o peso da ira de Deus — entregou a Sua vida como oferta pelo pecado, suportando a dolorosa, vergonhosa e maldita morte de cruz.

Referências bíblicas

- Mt 27.4. Cristo foi traído por Judas.
- Mt 26.56. Cristo foi abandonado pelos Seus discípulos.
- Is 53.2-3. Cristo foi escarnecido e rejeitado pelo mundo (especialmente pela falsa igreja).
- Mt 27.26-50; Jo 19.34. Cristo foi condenado por Pilatos e maltratado pelos Seus perseguidores.
- Lc 22.44; Mt 27.46. Cristo lutou contra os terrores da morte e os poderes das trevas, e provou do peso da ira de Deus.
- Is 53.10. Cristo deu a Sua vida como oferta pelo pecado.
- Fp 2.8; Hb 12.2; Gl 3.13. A dolorosa, vergonhosa e maldita morte de cruz.

Comentário

1. Por que ser traído por Judas foi uma humilhação especialmente dolorosa para o nosso Salvador?

Porque Judas não era um desconhecido nem um inimigo declarado, mas alguém que havia partilhado de privilégios especiais e da amizade com Jesus no grupo dos doze discípulos (Sl 41.9; 55.12-14).

2. Por que foi difícil para Jesus suportar o abandono dos Seus discípulos?

Porque a conduta dos discípulos mostrou que, pelo menos àquela época, eles estavam mais preocupados com a segurança deles do que com a lealdade ao seu Senhor. O medo individual foi, nas mentes deles, um motivo mais forte do que o amor por Cristo.

3. Por que sofrer o escárnio e a rejeição do mundo foi uma humilhação para Cristo?

Porque Ele era o Criador e o Senhor de todo o mundo, e o mundo deveria recebê-LO com reverência e alegria. *“Veio para o que era Seu, e os Seus não o receberam”* (Jo 1.11).

4. Por que ser condenado por Pilatos foi uma humilhação especial para Cristo?

Porque a Sua condenação foi contrária à justiça. Pilatos, o governador romano, assentava-se como juiz, como o representante oficial de uma instituição divina na sociedade humana: o Estado. Aquele que fora designado para administrar justiça condenou Cristo injustamente, isto é, contra as provas do caso.

5. Como Cristo foi maltratado pelos Seus perseguidores?

Vide Mateus 27.26-50.

6. Quando foi que Cristo entrou em luta contra os terrores da morte e os poderes das trevas?

No jardim do Getsêmani, na noite do dia anterior à Sua crucificação.

7. Quando foi que Jesus sentiu sobre Si o peso da ira de Deus?

Jesus sentiu e suportou o peso da ira de Deus contra o pecado da humanidade ao longo de toda a Sua vida na terra, mas especialmente ao final dela, no jardim do Getsêmani e principalmente durante as três horas de escuridão em que pendeu da cruz, da hora sexta à hora nona, terminando com o Seu clamor: *“Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?”*.

8. Qual foi a peculiaridade da morte do nosso Salvador?

O nosso Salvador ofereceu a Sua própria vida como sacrifício a Deus para a expiação dos pecados dos homens. Por isso a Sua morte foi única e inigualável à morte de outros homens. Jesus não morreu de doença, acidente ou velhice; não foi uma vítima qualquer da injustiça e da opressão; nem foi um mero mártir de uma causa nobre; mas morreu como uma oferta pelo pecado, um substituto por pecadores.

9. Por que a morte por crucificação era particularmente amarga?

A morte por crucificação era uma morte especialmente amarga por ser vergonhosa, dolorosa e maldita.

10. Por que a morte por crucificação era dolorosa?

Porque como nenhum órgão vital do corpo era atingido diretamente, a vítima da crucificação quase sempre pendia e sofria por muitas horas, ou mesmo dias, até que a morte ocorresse; a perda de sangue e a exposição ao calor do sol também causavam exaustão e sede extremadas.

11. Por que a morte por crucificação era vergonhosa e maldita?

No império romano a morte por crucificação era reservada aos escravos e aos criminosos mais vis. Mais importante ainda é o fato de que a Palavra de Deus declarara esse tipo de morte como maldita: “*o que for pendurado no madeiro é maldito de Deus*” (Dt 21.23; Gl 3.13).

12. Como morreu afinal o nosso Salvador?

O nosso Salvador entregou voluntariamente a Sua vida, no momento apropriado, segundo apreendemos pelo registro dos seguintes fatos: (a) “*E Jesus entregou o espírito*”, Mateus 27.50. (b) Em João 19.28 é-nos dito que “ *vendo Jesus que tudo já estava consumado, para se cumprir a Escritura, disse: Tenho sede!*”, isto é, Ele pediu água para beber para clarear a Sua mente para o Seu ato final sobre a cruz, o que ocorreu imediatamente em seguida: “*Quando, pois, Jesus tomou o vinagre, disse: Está consumado! E, inclinando a cabeça, rendeu o espírito*”. (c) Em João 10.17-18 Jesus disse: “*porque eu dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou*”. (d) Jesus morreu depois de haver estado na cruz por cerca de seis horas. Os dois ladrões ainda estavam vivos ao fim desse tempo. Em Marcos 15.44 lemos que “*Pilatos admirou-se de que ele já tivesse morrido*”. Isso evidencia que Jesus rendeu a Sua vida por um ato da Sua própria vontade, e não pelo esgotamento do limite da Sua resistência física.

13. Qual é a importância da morte de Jesus Cristo?

A morte de Jesus Cristo é o centro da Bíblia, o ponto focal da história do mundo, o fato principal da mensagem do Evangelho e o alicerce da nossa esperança de vida eterna.



Pergunta 50. Em que consistiu a humilhação de Cristo após a Sua morte?

R. A humilhação de Cristo após a Sua morte consistiu em ser Ele sepultado e em continuar na condição dos mortos e debaixo do poder da morte até ao terceiro dia; o que se tem dito de outro modo com as palavras: Ele desceu ao *Hades* (inferno).

Referências bíblicas

- 1Co 15.3-4. O sepultamento de Cristo é um fato indispensável ao Evangelho.

- Sl 16.10 comparado com At 2.24-31. Cristo continuou no estado dos mortos e sob o poder da morte até ao terceiro dia.
- Rm 6.9; Mt 12.40. O poder da morte sobre o corpo de Cristo foi temporário, limitado ao espaço de três dias.

Comentário

1. Onde estava a alma de Cristo (ou o espírito humano) durante o tempo em que o Seu corpo esteve sepultado?

No Céu ou Paraíso, como mostra Lucas 23.43.

2. Por que foi humilhante para Cristo ter o Seu corpo sepultado e sob o poder da morte por um tempo?

Porque “*o salário do pecado é a morte*” (Rm 6.23). Cristo era “*o Santo de Deus*”, não tinha pecados próprios. A morte jamais teria poder sobre Ele exceto pelo fato de nossos pecados terem sido postos sobre Ele, que morreu e foi sepultado como o substituto que carregou os nossos pecados. Como o Seu sepultamento era parte do salário do pecado, isso foi um elemento da humilhação do nosso Salvador.

3. Por que o corpo de Cristo só poderia ser mantido sob o poder da morte por um curto espaço de tempo?

Porque a punição pelo pecado havia sido totalmente paga e a culpa do pecado do Seu povo completamente cancelada. Se o corpo de Cristo houvesse permanecido permanentemente sob o poder da morte isso indicaria que a punição pelo pecado não havia sido plenamente paga.

4. Que significa a expressão do Credo Apostólico: “desceu ao *Hades* (inferno)”?

Essa expressão tem sido entendida de várias maneiras. Alguns afirmam que Cristo desceu literalmente ao inferno, não ao inferno do diabo e dos anjos maus, mas a um lugar onde se achava que os santos do Velho Testamento aguardavam. Lá, dizem eles, Ele pregou àqueles espíritos e abriu o caminho para que entrassem no Céu. Essa interpretação, defendida pela Igreja Católica Romana e por alguns protestantes, é nociva e baseia-se na má compreensão (numa interpretação errada) de 1 Pedro 3.18-20. Alguns protestantes defendem que as palavras “desceu ao Hades” se referem aos sofrimentos de Cristo na cruz, isto é, que Ele desceu ao inferno, não como lugar, mas como uma experiência de sofrimento. Embora essa idéia não seja doutrinariamente noci-

va não é historicamente sustentável pois a palavra traduzida por “inferno” no Credo Apostólico não é *geenna* (o lugar de castigo), mas *Hades* (o reino dos mortos). O nosso catecismo ensina que as palavras “desceu ao *hades* (inferno)” referem-se ao sepultamento de Cristo e à Sua permanência sob o poder da morte por um tempo, entendendo-se a palavra *Hades* (inferno) como o “reino do poder da morte”.



Pergunta 51. *O que foi o estado da exaltação de Cristo?*

R. O estado da exaltação de Cristo compreende a Sua ressurreição, a Sua ascensão, o sentar-se à direita do Pai e a Sua segunda vinda para julgar o mundo.

Referências bíblicas

- 1Co 15.4. A ressurreição de Cristo.
- At 1.9-11. A ascensão de Cristo ao Céu.
- Ef 1.20. Cristo assentado à direita do Pai.
- At 1.11; 17.31. Cristo virá outra vez para julgar o mundo.

Comentário

1. Quais são os quatro elementos incluídos no estado de exaltação de Cristo?

(a) A Sua ressurreição. (b) A Sua ascensão ao Céu. (c) O Seu assentar-se à direita do Pai. (d) A Sua segunda vinda para julgar o mundo.

2. Quais desses elementos são passados, quais são presentes e quais são futuros?

Dois são passados: a Sua ressurreição e a Sua ascensão. Um é presente: Ele está assentado à destra de Deus o Pai. Um ainda está no futuro: a Sua segunda vinda para julgar o mundo.



Pergunta 52. *Como foi Cristo exaltado na Sua ressurreição?*

R. Cristo foi exaltado na Sua ressurreição em que sem se sujeitar à corrupção da morte (pois não era possível que Ele fosse retido por ela) ressuscitou dos

mortos ao terceiro dia, por Seu próprio poder, com o mesmo corpo com que sofrera unido verdadeiramente à Sua alma — o mesmo corpo com as suas propriedades essenciais, mas sem a mortalidade e as demais fraquezas comuns a esta vida; pelo que, tendo satisfeito a justiça divina e subjugado a morte e aquele que dominava sobre ela, Ele mesmo se declarou Filho de Deus para ser o Salvador dos vivos e dos mortos. Tudo isso Ele fez como representante legal, como Cabeça da Sua igreja, para a sua justificação e o seu crescimento em graça, para a amparar contra os seus inimigos e lhe garantir a ressurreição dos mortos no último dia.

Referências bíblicas

- At 2.24, 27. O corpo de Cristo, na sepultura, não esteve sujeito à corrupção.
- Lc 24.39. Cristo ressuscitou com o mesmo corpo com que sofreu.
- Rm 6.9; Ap 1.18. Cristo ressuscitou corpo imortal.
- Jo 10.18. Cristo ressuscitou por Seu próprio poder.
- Rm 1.4. Cristo, por Sua ressurreição, é designado o Filho de Deus.
- Rm 8.34. Cristo, por Sua ressurreição, satisfaz a justiça de Deus.
- Hb 2.14. Cristo, por Sua ressurreição, subjugou a morte e a Satanás, quem tinha o poder da morte.
- Rm 14.9. Cristo, por Sua ressurreição, provou ser o Senhor dos vivos e dos mortos.
- Ef 1.20-23; Cl 1.18. Cristo, por Sua ressurreição, agiu como o cabeça da Sua igreja.
- Rm 4.25. Cristo ressuscitou dos mortos para a nossa justificação.
- Ef 2.1, 5-6; Cl 1.18. Cristo ressuscitou dos mortos para dar vida ao Seu povo em graça.
- 1Co 15.25-27. Cristo ressuscitou dos mortos para conquistar os inimigos do Seu povo.
- 1Co 15.20. Cristo ressuscitou para garantir que o Seu povo também ressurgirá dos mortos.

1. Como podemos saber que o corpo de Cristo não apodreceu no período em que esteve sepultado?

O Salmo 16.10, comparado a Atos 2.27 demonstra isso.

2. Por que não foi possível que Cristo ficasse para sempre sob o poder da morte?

(a) Por causa da Sua divindade Ele não poderia permanecer debaixo do poder da morte, porque era o Filho de Deus. (b) O castigo pelo pecado havia sido completamente pago e cancelado, por isso a morte perdera o direito sobre Ele.

3. Com qual corpo Cristo ressuscitou ao terceiro dia?

Com o mesmo corpo com que sofrera, mas glorificado.

4. Que significa a expressão “o mesmo corpo com as suas propriedades essenciais”?

Significa as propriedades ou características que o identificavam como o verdadeiro corpo humano de Cristo. Vide Lucas 24.39.

5. Quais eram as diferenças entre o corpo glorificado de Cristo e o Seu corpo antes de ser crucificado?

O Seu corpo glorificado é “sem a mortalidade e as demais fraquezas comuns a esta vida”.

6. Quais são as diferenças entre a ressurreição de Cristo e o milagre da ressurreição de Lázaro, registrado em João 11?

(a) Cristo ressuscitou por Seu próprio poder; Lázaro foi ressuscitado pelo poder de outro. (b) Cristo ressuscitou como imortal, que não pode morrer novamente; Lázaro ressuscitou como mortal e, por fim, morreu de novo. (A Tradição afirma que ele se mudou para Chipre depois da ascensão de Cristo, onde mais tarde morreu).

7. Que cinco grandes verdades a ressurreição de Cristo demonstrou?

(a) Que Ele é o Filho de Deus. (b) Que Ele satisfaz plenamente a justiça de Deus quanto aos pecados do Seu povo. (c) Que Ele venceu a morte. (d) Que Ele venceu Satanás, o Maligno. (e) Que Ele é o Senhor dos vivos e dos mortos.

8. Que quer dizer a expressão “representante legal”?

Significa alguém com poderes individuais para agir, não em favor de si mesmo, mas como o representante oficial de um grupo de pessoas. É o oposto da cidadania individual e isolada. Os grandiosos atos redentores de Cristo tinham natureza oficial.

9. A quem Cristo substituiu como “representante legal”?

Ele representou o Seu povo, a Sua igreja, da qual é o cabeça.

10. Que benefícios a igreja obteve da ressurreição de Cristo?

- (a) A justificação. (b) A graça vivificadora. (c) O amparo contra os inimigos. (d) A certeza da nossa ressurreição no Último Dia.

**Pergunta 53. Como foi Cristo exaltado na Sua ascensão?**

R. Cristo — que depois de ressurreto apareceu e conversou diversas vezes com os Seus apóstolos, falando-lhes das coisas concernentes ao Reino de Deus e comissionando-os a pregarem o evangelho a todas as nações — foi exaltado na Sua ascensão quando Ele, em nossa natureza e como nosso cabeça, triunfante sobre os inimigos, após quarenta dias da Sua ressurreição, ascendeu visivelmente aos mais altos céus para lá receber dons para os homens, para despertar os nossos afetos pelas coisas do alto e para nos preparar um lugar onde Ele mesmo está e permanecerá até a Sua segunda vinda, no fim do mundo.

Referências bíblicas

- At 1.3-4. Cristo, depois de ressurreto, apareceu aos Seus apóstolos.
- Mt 28.19-20. A grande comissão para pregar o evangelho a todas as nações.
- Hb 6.20. Cristo ascendeu aos céus como o nosso cabeça.
- At 1.9-11; Ef 4.10; Sl 68.18. O registro da ascensão de Cristo: o Seu propósito em ascender para receber dons para os homens.
- Cl 3.1-2. O propósito de Cristo em ascender para despertar os nossos afetos pelo céu.
- Jo 14.3. Cristo ascendeu ao céu para preparar um lugar para o Seu povo.
- At 3.21. Cristo deverá permanecer no céu até à Sua segunda vinda.

Comentário**1. Quanto durou o intervalo entre a ressurreição e a ascensão de Cristo?**

Quarenta dias.

2. Como foi que Cristo se relacionou com os Seus discípulos nesse intervalo?

Ele não permaneceu constantemente com eles, mas lhes apareceu repetidamente.

3. Que grande mandamento Cristo deu ao Seu povo neste intervalo?

A grande comissão de pregar o evangelho a todas as nações, como registra Mateus 28.18-20, Marcos 16.15-18, Lucas 24.47 e Atos 1.8.

4. Por que se usa a expressão “em nossa natureza” para descrever a ascensão de Cristo?

Porque não foi apenas como Deus que Ele ascendeu ao céu, mas como ser humano, com corpo e alma humanas. A natureza *humana* de Cristo deixou a Terra e entrou no reino para além do véu.

5. Por que se usa a expressão “como nosso cabeça” para descrever a ascensão de Cristo?

Porque a Sua ascensão foi um *ato oficial* em que Ele procedeu como o nosso representante, o Segundo Adão, o cabeça da raça humana redimida. No céu, hoje, Jesus Cristo Deus-homem é o representante ou o cabeça do povo de Deus.

6. Como foi que Cristo, na Sua ascensão, triunfou sobre os inimigos?

Os Seus inimigos o rejeitaram e o crucificaram, mas agora — apesar do ódio e da oposição deles — Ele ascendeu ao céu para ser proclamado Rei dos reis e Senhor dos senhores!

7. Como podemos saber que o nosso Salvador ascendeu *visivelmente*?

Atos 1.9-11: “Ditas estas palavras, foi Jesus elevado às alturas, à vista deles, e *uma nuvem o encobriu dos seus olhos*. E, estando eles *com os olhos fitos no céu, enquanto Jesus subia*, eis que dois varões vestidos de branco se puseram ao lado deles e lhes disseram: Varões galileus, *por que estais olhando para as alturas?* Esse Jesus que dentre vós foi assunto ao céu *virá do modo como o vistes subir*”.

8. Por que a visibilidade da ascensão de Cristo ao céu é tão fortemente enfatizada na narrativa de Atos 1.9-11?

A forte ênfase na visibilidade é sem dúvida para evitar a idéia de que a ascensão de Cristo foi uma mera visão ou alucinação, ou apenas uma ascensão *espiritual*. O registro não deixa nenhuma dúvida de que os discípulos estavam totalmente despertos e de que viram realmente a forma humana de Cristo elevar-se e deixar esta Terra.

9. Qual é o entendimento moderno da ascensão de Cristo?

Como o liberalismo religioso moderno não crê na ressurreição corporal de Cristo, é claro que também não é capaz de crer numa Sua ascensão literal. Os Modernistas descrevem desses dois grandes fatos do evangelho e os descartam como mitos ou lendas.

10. É difícil crer que Cristo, em Seu corpo humano, ascendeu literalmente dessa Terra ao céu?

Tudo vai depender do tipo de Cristo em quem cremos. Se Jesus fosse um *mero* ser humano, seria extremamente difícil, se não impossível, acreditar que Ele realmente ascendeu ao céu. Mas se cremos no Cristo das Escrituras, o qual primeiramente desceu do céu, não é jamais difícil crer que, depois de realizar a Sua obra na Terra, Ele voltasse para o céu. Se não tivesse subido ao céu, Ele ainda estaria visível em algum lugar da Terra, porque ressuscitou dos mortos. É claro e plenamente óbvio que o Cristo ressurreto, neste momento, não está corporalmente presente em nenhum lugar do mundo. Por isso concluímos que a narrativa bíblica da Sua ascensão é perfeitamente plausível e digna de crédito, além de ser a única possibilidade, uma vez que se admita a Sua ressurreição dos mortos, literalmente.

11. Que significa dizer que Cristo ascendeu ao céu para receber dons para os homens?

“*Dons para os homens*” é uma expressão retirada do Salmo 68.18 (ARC), e citada em Efésios 4.8. Pode-se descobrir quais são estes dons em Efésios 4.11-12, isto é, os vários tipos de funções oficiais na igreja como os ofícios de apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres. O propósito desses diversos dons está expresso no versículo 12: “*o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para edificação do corpo de Cristo*”.

12. Por que a ascensão de Cristo deveria despertar os nossos afetos pelo céu?

O fato do nosso Salvador estar no céu deveria nos fazer pensar no céu e valorizá-lo muito mais do que a todas as nossas possessões neste mundo “*porque, onde está o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração*” (Lc 12.34).

13. O que é que Cristo está fazendo no céu neste momento?

De entre as outras coisas que a Bíblia cita, Ele está preparando um lugar para ser o eterno lar do Seu povo na glória celestial. João 14.1-3.

14. Como podemos saber que o céu é um *lugar* e não apenas um *estado* ou *condição* espirituais?

O corpo humano de Cristo está lá, portanto o céu tem de ser um lugar. Além disso, a Sua promessa em João 14.3 de “*vos preparar lugar*” indica certamente que o céu é um lugar. Devemos resistir a toda tendência de “espiritualizar” ou de desconsiderar o sentido objetivo e simples da promessa de Cristo, e nos apegarmos ao realismo claro e insofismável das Escrituras. Não sabemos *onde* é que fica o céu, mas cremos de fato que seja realmente um *lugar*. A doutrina da ressurreição corporal implica e requer que se creia no céu como um lugar.



Pergunta 54. De que modo é Cristo exaltado ao assentar-se à destra de Deus?

R. Cristo é exaltado ao assentar-se à destra de Deus, em que, como Deus-homem, está elevado ao mais alto favor de Deus o Pai com toda a plenitude de alegria, glória e poder sobre todas as coisas no céu e na terra; em que reúne e defende verdadeiramente a Sua igreja e subjuga os seus inimigos; em que concede dons e graças a Seus ministros e a Seu povo e intercede por eles.

Referências bíblicas

- Fp 2.9. Cristo exaltado por Deus o Pai.
- Sl 16.11 comparado a At 2.28. Cristo recebeu de Deus toda a plenitude de alegria.
- Jo 17.5. O Pai dá glória a Cristo.
- Ef 1.22; 1Pe 3.22. Deus o Pai dá poder supremo a Cristo.
- Ef 4.10-12; Sl 110.1-2. Cristo, à destra de Deus, reúne e defende a Sua igreja, subjuga os inimigos de ambos e concede dons e graças a Seus ministros e a Seu povo.
- Rm 8.34. Cristo, à destra do Pai, intercede em favor do Seu povo.

Comentário

1. O que significa dizer que Cristo assenta-se à destra de Deus no céu?

Obviamente, esta é uma linguagem figurada. Deus, por ser Espírito, não tem corpo e não tem literalmente uma destra, i.e. a mão direita. O sentido é que Cristo como Mediador, sendo Deus e homem em uma única pessoa, ocupa o mais alto lugar no céu imediato a Deus o Pai. Cristo, como Deus, é totalmente

igual ao Pai em todas as coisas; como Deus-homem, Ele está elevado ao mais alto lugar no céu imediato a Deus.

2. Por que é que Cristo foi exaltado à destra de Deus no céu?

Tal honra Lhe foi concedida como recompensa por Sua obediência, sofrimento e morte de acordo com os termos do Pacto da Graça. Vide Filipenses 2.8-11.

3. Que poder exerce Cristo à destra de Deus no céu?

“Todo o poder no céu e na terra” (Mt 28.28, ARC). *“Todas as coisas sujeitou debaixo de seus pés”* (1Co 15.27, ARC). Deus O ressuscitou dentre os mortos e O fez assentar-se à Sua destra nos lugares celestiais, acima de todo principado, e potestade, e poder, e domínio, e de todo nome que se possa referir, não só no presente século, mas também no vindouro, e pôs todas as coisas debaixo dos Seus pés (Ef 1.20-22). O poder atribuído a Cristo é absolutamente universal e inclui todo o universo criado. I Coríntios 15.27-28 mostra que somente Deus o Pai está excluído do domínio de Cristo.

4. Quanto tempo durará o domínio de Cristo sobre todo o universo criado?

Estender-se-á por toda a era presente até a Sua segunda vinda no fim dos tempos. *“Porque convém que Ele reine até que haja posto todos os inimigos debaixo dos pés. O último inimigo a ser destruído é a morte”* (1Co 15.25-26). A esse tempo, quando a morte — o último inimigo — for destruída pela ressurreição dos mortos, Cristo abdicará do seu domínio mediador sobre o universo, conforme I Coríntios 15.24: *“E, então, virá o fim, quando Ele entregar o reino ao Deus e Pai, quando houver destruído todo principado, bem como toda potestade e poder”*, e o versículo 28 completa: *“Quando, porém, todas as coisas Lhe estiverem sujeitas, então, o próprio Filho também se sujeitará Àquele que todas as coisas Lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos”*. Cristo, contudo, jamais abdicará do Seu ofício como Rei, *como o cabeça da raça humana redimida*, segundo mostra Lucas 1.33: *“Ele reinará para sempre sobre a casa de Jacó, e o Seu reinado não terá fim”*.

5. Qual é o propósito ou o alvo do domínio de Cristo sobre todo o universo?

O propósito ou a meta do domínio de Cristo sobre todo o universo é o *benefício da Sua igreja*, como mostra Efésios 1.22: *“E pôs todas as coisas debaixo dos pés, e para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja”*. Esse texto

é sempre mal compreendido como se dissesse “cabeça sobre todas as coisas *na* igreja”, isto é, como se significasse apenas que Cristo é *o* cabeça da igreja. Mas deve-se observar que aquilo que o texto na verdade diz é “cabeça sobre todas as coisas para a (ou pela) igreja”, isto é, *cabeça sobre todo o universo para o benefício da igreja*.

6. Como o domínio universal de Cristo pode beneficiar a igreja?

(a) Ao congregar os Seus eleitos trazendo-os para dentro da Sua igreja. (b) Ao defender a Sua igreja contra os inimigos dela. (c) Ao aperfeiçoar a Sua igreja pela concessão de dons e graças aos ministros e ao povo. (d) Ao interceder em favor do Seu povo.

7. Que erro é hoje comum sobre o domínio de Cristo como Rei?

Um erro muito comum afirma que Cristo não é mais rei hoje, e que não exercerá o Seu poder de rei senão após a Sua segunda vinda quando, segundo se alega, Ele reinará por mil anos em Jerusalém. I Coríntios 15.23-28 ensina acertadamente que Cristo reina *agora* (v. 25), e que a Sua segunda vinda marcará o *fim*, e não o começo, do Seu domínio sobre todo o universo.



Pergunta 55. De que modo Cristo faz interseção?

R. Cristo faz intercessão comparecendo, em nossa natureza, continuamente diante do Pai no céu, pelo mérito da Sua obediência e sacrifício na terra, declarando ser Sua vontade que o Seu mérito seja aplicado a todos os crentes; respondendo a todas as acusações contra eles e obtendo para eles, apesar dos seus fracassos diários, consciência tranqüila, acesso com confiança ao trono da graça e a aceitação das suas pessoas e serviços.

Referências bíblicas

- Hb 9.12, 24. Cristo comparece diante de Deus em nosso favor.
- Hb 1.3. A intercessão de Cristo no céu fundamenta-se nos méritos do Seu sacrifício e obediência na terra.
- Jo 3.16; 17:9, 20, 24. É vontade de Cristo que os méritos da Sua obediência e sacrifício sejam aplicados a todos os crentes.
- Rm 8.33-34. Cristo, mediante a Sua intercessão no céu, responde a todas as acusações contra o Seu povo.

- Rm 5.1-2; 1Jo 2.1-2. Cristo, mediante a Sua intercessão no céu, obtém paz de consciência para o Seu povo, a despeito dos seus fracassos diários.
- Ef 1.6. Cristo obtém para o Seu povo a aceitação das suas pessoas.
- 1Pe 2.5. Cristo obtém para o Seu povo a aceitação dos seus serviços.
- Hb 7.25. Cristo intercede continuamente em favor do Seu povo, salvando-os “totalmente”.

Comentário

1. A qual dos três ofícios de Cristo pertence a obra de interseção?

Ao ofício de sacerdote (Hb 7.24-25).

2. Qual é o livro da Bíblia que mais trata do sacerdócio de Cristo?

A epístola aos *Hebreus*.

3. Onde se encontra na Bíblia a grande “oração sacerdotal” de Cristo?

João 17.

4. A quem Cristo faz intercessão pelo Seu povo?

A Deus o Pai.

5. Com base em que, ou com que direito, Cristo faz interseção pelo Seu povo?

“Pelo mérito da Sua obediência e sacrifício na terra”, isto é, ao interceder no céu Cristo apresenta a Sua obediência e sacrifício na terra como razão suficiente para que os pecados do Seu povo devam ser perdoados, bênçãos lhes sejam concedidas, seus serviços aceitos, etc.

6. Segundo a vontade e o propósito de Cristo, a quem se aplica o mérito da Sua obediência e sacrifício?

A todos os crentes em Cristo.

7. Quem a Bíblia apresenta como o acusador dos filhos de Deus?

A Satanás, ou o Maligno. Vide Jó 1.9-11; 2.4-5; Apocalipse 12.9-10; e Zacarias 3.1-2.

8. De que poderia Satanás acusar o povo de Deus?

De ser indigno das bênçãos e favores de Deus por causa dos seus pecados.

9. De que modo Cristo pode responder às acusações de Satanás contra os crentes?

Mostrando que, embora o povo de Deus seja pecador e indigno, o próprio Cristo sofreu o castigo devido ao pecado deles e providenciou uma justiça perfeita que é contada em favor desse povo. Satanás não tem como os acusar, pois para cada acusação de pecado que use contra um crente Cristo pode dizer: “Meu sangue foi derramado para remover este pecado”, o que o deixa sem nenhum fundamento válido para os acusar.

10. O que na vida dos crentes tende a lhes inquietar a consciência?

As faltas diárias em pensamentos, palavras e obras.

11. Como podemos gozar de real paz de consciência, apesar das nossas faltas diárias?

“Onde abundou o pecado, superabundou a graça” (Rm 5.20). A justiça e a expiação de Cristo, aplicadas em nosso favor, são maiores do que todos os nossos pecados e faltas. Assim, por causa da Sua interseção no céu, os crentes em Cristo recebem paz de consciência. Isso não quer dizer que estejam livres para cometer pecados diariamente, antes pelo contrário, têm que lutar permanentemente contra o pecado. O crente, contudo, pode ter a certeza de que os seus pecados são perdoados e que não o podem levar à condenação. *“Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus”* (Rm 8.1).

12. Como é que nós, cheios de pecados e faltas, podemos nos chegar com confiança ao trono da graça de Deus em oração?

Se fosse só por nós mesmos não poderíamos ter tal confiança, porque Deus é santo e nós somos pecadores. Contudo, mediante a intercessão celestial de Cristo, pois Ele é o nosso Mediador e Sumo Sacerdote, podemos, confiantemente, nos chegar a Deus em oração, como os filhos se chegam ao pai. Vide Hebreus 4.15-16.

13. Por que os serviços, ou “as boas obras”, do povo de Cristo são aceitáveis a Deus?

Não por causa de alguma coisa em nós mesmos, pois somos pecadores por natureza; nem por causa da qualidade ou do caráter das nossas “boas obras”, pois são imperfeitas e manchadas pelo pecado; mas tão-somente por causa da interseção celestial de Cristo, o nosso Mediador.



Pergunta 56. *Como Cristo será exaltado ao vir de novo para julgar o mundo?*

R. Cristo será exaltado ao vir de novo para julgar o mundo em que Ele, que foi injustamente julgado e condenado por homens malignos, virá no Último Dia com grande poder e na plena manifestação da Sua própria glória e da glória do Seu Pai, com todos os Seus santos anjos, dada a sua palavra de ordem, ouvida a voz do arcanjo e ressoada a trombeta de Deus, para julgar o mundo com justiça.

Referências bíblicas

- At 3.14-15. Cristo foi injustamente julgado e condenado pelos ímpios.
- Mt 24.30. Cristo virá de novo, visivelmente, com poder e muita glória.
- Lc 9.26; Mt 25.31. Cristo virá novamente em Sua própria glória e na glória do Pai com todos os Seus santos anjos.
- 1Ts 4.16. Cristo virá quando for dada a sua palavra de ordem, ouvida a voz do arcanjo e ressoada a trombeta de Deus.
- At 17.31. Na Sua segunda vinda, Cristo julgará o mundo com justiça.
- At 1.10-11. A segunda vinda de Cristo será um evento definitivo e visível.
- Ap 1.7. Quando Cristo vier “todo olho O verá”.
- Ap 20.11-12. O grande julgamento do Último Dia.

Comentário

1. Que grande evento acontecerá imediatamente à segunda vinda de Cristo?
O juízo.

2. Quando ocorrerá a segunda vinda de Cristo?

No fim dos tempos; no Último Dia.

3. Quando é que será o fim dos tempos, ou o Último Dia?

Não é possível responder à essa pergunta porque a Palavra de Deus não a revela. Mateus 24.36: “*Mas a respeito daquele dia e hora ninguém sabe, nem os anjos dos céus, nem o Filho, senão o Pai*”. Todas as tentativas para se calcular a data da segunda vinda de Cristo são inúteis e antibíblicas. Devemos nos guardar contra aqueles que dizem saber antecipadamente “*daquele dia e hora*”, ao mesmo tempo em que devemos nos lembrar que a segunda vinda de Cristo é um evento

claramente definido, isto é, que ocorrerá num mês, dia e hora específicos. Num dia determinado, conhecido unicamente por Deus, a história humana chegará subitamente a um fim com a segunda vinda e o juízo.

4. É possível saber que a segunda vinda de Cristo se aproxima ou está perto de ocorrer?

Sim. Embora seja impossível calcular a data do retorno do nosso Senhor, ainda assim é possível saber se este abençoado evento está perto de ocorrer. Alguns sinais foram profetizados como antecedendo o retorno do Senhor. A manifestação de todos estes sinais demonstra que o Seu retorno está próximo. Mateus 24.33 (ARC): *“Igualmente, quando virdes todas essas coisas, sabeí que Ele está próximo, às portas”*. A versão americana revisada traduz assim este versículo: *“Assim também, quando vires todas essas coisas, sabeí que Ele está próximo, está mesmo às portas”*.

(Por mais que me ressinta da necessidade de discordar do Dr. Vos neste ponto, penso que seja meu dever fazê-lo. Creio que o texto citado acima refere-se só e exclusivamente aos eventos que estavam certos de ocorrer no primeiro século, no tempo dos apóstolos. Jesus estava falando para pessoas que viviam naquela época. Quando Ele disse “quando virdes todas essas coisas”, se referia às pessoas com quem falava. Contrastando com eles e com o tempo em que viviam — quando essas coisas estavam prestes a ocorrer (vide v.34) — vivemos numa época mais comparável com a de Noé, como o ladrão que vem à noite ou como o relâmpago que vai do oriente ao ocidente. Todas essas três figuras são usadas por Jesus para nos alertar sobre “aquele dia”, para o qual não haverá sinais. A próxima pergunta do Dr. Vos demonstra isso. [Se quiser saber mais queira por gentileza ler o meu estudo da escatologia do Novo Testamento] — Comentário de G. I. Williamson, editor da versão americana desta tradução).

5. Como crentes, como devemos nos preparar para a segunda vinda de Cristo?

Mateus 24.44: *“Por isso, ficai também vós apercebidos; porque, à hora em que não cuidais, o Filho do Homem virá”*. Mateus 25.13: *“Vigiai, pois, porque não sabeis o dia nem a hora”*. Vide também Lucas 12.35-40.

6. Qual deve ser a nossa atitude para com a segunda vinda de Cristo e o dia do juízo?

Devemos aguardar esses grandiosos eventos redentores com expectativa e alegre antecipação, compreendendo que eles serão a concretização da nossa

redenção, a nossa total e permanente libertação do pecado, da morte e das suas demais conseqüências. Tito 2.13: “*aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus*”. I Pedro 1.13: “*Por isso, cingindo o vosso entendimento, sede sóbrios e esperai inteiramente na graça que vos está sendo trazida na revelação de Jesus Cristo*”. Lucas 21.28: “*Ora, ao começarem estas coisas a suceder, exultai e erguei a vossa cabeça; porque a vossa redenção se aproxima*”. Apocalipse 22.20: “*Aquele que dá testemunho destas coisas diz: Certamente, venho sem demora. Amém! Vem, Senhor Jesus!*”.

7. De que maneira acontecerá a segunda vinda de Cristo?

Muitas são as perguntas que, vindas à nossa mente, não podem ser respondidas. Temos sempre de nos lembrar que a Bíblia foi dada para atender às nossas necessidades, e não para satisfazer às nossas curiosidades. Não devemos permitir que a nossa imaginação vá além daquilo que está claramente revelado nas Escrituras. Quanto à *maneira* como ocorrerá a segunda vinda de Cristo, a Palavra de Deus ensina claramente o seguinte: (a) A segunda vinda de Cristo será uma vinda *em pessoa*; Atos 1.11 (NVI): “*Este mesmo Jesus*”. (b) A segunda vinda de Cristo será um evento *visível*; Atos 1.11: “*há de vir assim como para o céu o vistes ir*”. Apocalipse 1.7: “*Eis que vem com as nuvens, e todo olho o verá*”. (c) A segunda vinda de Cristo será um evento miraculoso, ou uma vinda *sobrenatural*, que arrebeará a ordem da natureza pelo poder onipotente de Deus; I Coríntios 15.22; I Tessalonicenses 4.16: “*Porquanto o Senhor mesmo, dada a Sua palavra de ordem, ouvida a voz do arcanjo, e ressoada a trombeta de Deus*”. Mateus 24.27: “*Porque, assim como o relâmpago sai do oriente e se mostra até no ocidente, assim há de ser a vinda do Filho do Homem*”. (d) A segunda vinda de Cristo será repentina, num momento determinado e específico, o qual é referido como aquele dia e hora; vide I Coríntios 15.52: “*num momento, num abrir e fechar de olhos*”, etc.

8. De que modo Cristo julgará o mundo na Sua segunda vinda?

Em justiça, isto é, de acordo com justa lei de Deus. Pela primeira vez em toda a história da humanidade se dispensará *justiça absoluta* à raça humana.

9. Quem é que será julgado na segunda vinda de Cristo?

Apocalipse 20.11-15 mostra que o grande julgamento incluirá todos os que já houverem morrido; também serão julgados todos quantos estiverem vivos na volta de Cristo.

10. Os crentes em Cristo serão julgados na Sua segunda vinda?

Serão julgados, mas não serão condenados. Eles, nesse caso, obterão o perdão como sentença por causa do sangue e da justiça de Cristo imputados ou reconhecidos em favor deles. II Coríntios 5.10: *“Porque importa que todos nós compareçamos perante o tribunal de Cristo”*; Romanos 14.10: *“Pois todos compareceremos perante o tribunal de Deus”*; Romanos 8.1: *“Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus”*.

11. Como serão julgados os pagãos que viveram e morreram sem a luz da Escritura?

Serão julgados segundo a luz da natureza escrita em seus corações e consciências. Em Romanos 2.12-16 está a explicação de Paulo sobre isso.

12. O que o Catecismo Maior diz sobre o milênio?

Absolutamente nada. Nenhum dos Padrões de Westminster mencionam um “milênio” ou o reinado de mil anos de Cristo.

13. Nos anos recentes, qual tem sido a atitude prevalecente nas igrejas ortodoxas para com a doutrina da segunda vinda de Cristo?

Essa doutrina — da qual não há a menor dúvida de que esteja revelada na Escritura como uma das grandes verdades da fé cristã e que tem sido sempre mantida como uma das doutrinas essenciais do cristianismo — tem sido grandemente negligenciada pelas igrejas cristãs ortodoxas; tanto que muitos de seus ministros quase nunca, ou nunca, pregam sobre ela, e muitas pessoas quase nada sabem a seu respeito. O resultado dessa ampla e generalizada negligência é que certas denominações e seitas têm se apossado dela e a levado a extremos absurdos e fanáticos, muito além do que nos asseguraria o sóbrio estudo da Escritura. Deveríamos desaprovar com veemência tais estudos fantasiosos sobre “profecia” evitando ao mesmo tempo o extremo oposto de negligenciarmos essa doutrina a ponto de praticamente a esquecer. Podemos crer total e completamente na segunda vinda de Cristo — real, visível e sobrenatural — sem que aceitemos as concepções fantasiosas de tantos supostos especialistas em profecias, tão populares hoje.





CAPÍTULO 10

Os Benefícios da Obra do Mediador

Pergunta 57. *Quais foram os benefícios que Cristo obteve pela Sua mediação?*

R. Cristo, pela Sua mediação, obteve a redenção com todos os demais benefícios do Pacto da Graça.

Referências bíblicas

- Hb 9.12. Cristo, com Seu próprio sangue, obteve a redenção para o Seu povo.
- Mc 10.45. Cristo entregou a Sua vida em resgate de muitos.
- 1Tm 2.6. Cristo entregou a Si mesmo em resgate por todos.
- Jó 19.25. Jó, muito tempo atrás, esperava por Cristo como o seu redentor.
- Rm 3.24. Somos justificados mediante a redenção que há em Cristo.
- 1Co 1.30. Cristo se fez redenção para o Seu povo.
- Ef 1.7. A redenção é mediante o sangue de Cristo.
- Cl 1.14. O perdão de pecados fundamenta-se na redenção mediante o sangue de Cristo.
- 2Co 1.20. Todos os benefícios do Pacto da Graça alcançam os crentes através de Cristo.

Comentário

1. Qual é o significado da palavra *mediação*?

Mediação significa agir como *Mediador*, ou intermediário, na reconciliação de partes que estavam em inimizade entre si.

2. Qual é o sentido fundamental da palavra *redenção*?

Redenção significa recuperar de volta uma propriedade mediante o pagamento do preço de resgate.

3. No Novo Testamento, a que se refere primariamente a palavra *redenção*?

Refere-se ao resgate de pecadores do pecado e da morte, realizado por Cristo, o qual conquistou a salvação e a vida para eles mediante o pagamento do Seu precioso sangue como o preço do resgate.

4. Que outro uso se dá à palavra *redenção* no Novo Testamento?

Ela é também usada para se referir à *ressurreição do corpo*, que é o último quinhão dos benefícios da redenção. Vide Romanos 8.23; Efésios 1.14; Lucas 21.28.

5. Por que foi necessário que Cristo pagasse um preço de resgate pela nossa redenção?

Porque toda a raça humana era culpada diante de Deus e, de acordo com o Seu justo juízo, merecedora da morte eterna.

6. A quem foi que Cristo pagou o preço do resgate?

Cristo pagou a Deus o preço do resgate. A idéia de que Ele pagou o resgate a Satanás é um velho erro que reaparece de tempos em tempos, mas não se baseia na Palavra de Deus. É verdade que Cristo veio para destruir as obras de Satanás, mas *não* por lhe pagar o preço de resgate; Ele as destruiu ao pagá-lo a Deus.

7. Se Deus é amor, como diz a Escritura, por que não poderia Ele perdoar pecadores sem o pagamento do resgate?

A Bíblia nos ensina que Deus é amor, mas ensina também que Ele é Deus de justiça e de santidade e que não pode negar a Si mesmo. Se Ele simplesmente perdoasse os pecados sem expiação, negaria a Sua justiça. Era indispensável que um substituto levasse a culpa do pecado, de outro modo Deus não poderia perdoar os nossos pecados.

8. Além da redenção, ou do sofrimento e da morte como resgate pelos nossos pecados, que outros benefícios do Pacto da Graça Cristo obteve para o Seu povo?

A justificação, a adoção, a santificação e os demais benefícios que nesta vida tanto acompanham quanto brotam desses benefícios, inclusive a certeza do amor de Deus, a paz de consciência, o gozo no Espírito Santo, o crescimento em graça e a perseverança neles até o final; também todos os benefícios que

alcançam o crente em Cristo na morte e na ressurreição. Vide as perguntas 32 e 36 a 38 do Breve Catecismo de Westminster.



Pergunta 58. *Como nos tornamos participantes dos benefícios que Cristo conquistou?*

R. Tornamo-nos participantes dos benefícios que Cristo conquistou pela aplicação deles em nós; o que é especialmente a obra de Deus o Espírito Santo.

Referências bíblicas

- Jo 1.11-12. Os benefícios de Cristo aplicados a nós.
- Tt 3.5-6; Jo 3.1-10. A regeneração pelo Espírito Santo é indispensável para a salvação.

Comentário

1. Qual é a diferença entre a obra de Cristo e a obra do Espírito Santo?

Cristo *conquistou* a redenção para nós; o Espírito Santo a *aplica* em nós, para que experimentemos verdadeiramente os seus benefícios.

2. Por que é necessário que o Espírito Santo aplique em nós a redenção de Cristo?

Porque nós, por nós mesmos, somos tão maus e pecadores que jamais poderíamos fruir dos benefícios da redenção de Cristo, se isso só dependesse de nós mesmos. É somente pela operação onipotente do Espírito Santo, que muda os nossos corações e nos conduz ao arrependimento e à fé, que podemos receber de fato os benefícios daquilo que Cristo realizou por nós.

3. É verdade que no fim das contas a nossa salvação depende totalmente do nosso livre-arbítrio humano, pelo qual tanto aceitamos quanto rejeitamos o evangelho?

Uma afirmação desse tipo só será verdadeira se for compreendida de modo apropriado. Poderíamos expressar toda a questão da seguinte maneira: (a) A nossa salvação depende de aceitarmos ou de rejeitarmos o evangelho. (b) Ao aceitarmos ou rejeitarmos o evangelho, sempre agimos conforme o nosso livre-arbítrio. (c) Sem a operação do Espírito Santo, o nosso livre-arbítrio nos faria *rejeitar* o evangelho. (d) Quando os nossos corações são mudados pelo

Espírito Santo, o nosso livre-arbítrio nos faz *aceitar* o evangelho. (e) Portanto, no fim das contas, tudo depende da ação do Espírito Santo em nossos corações.

4. A obra de aplicação da redenção de Cristo pelo Espírito Santo está sujeita ao controle humano?

Não. Ela é obra soberana de Deus. Ele é o oleiro; nós, o barro. A Sua obra não está sujeita ao nosso controle; isso não quer dizer que o Espírito Santo não aja em resposta às orações dos crentes; Ele age.



Pergunta 59. *Quem, por meio de Cristo, torna-se participante da redenção?*

R. A redenção é seguramente aplicada e eficazmente comunicada a todos aqueles para quem Cristo a adquiriu; estes, no devido tempo, são habilitados pelo Espírito Santo a crerem em Cristo segundo o evangelho.

Referências bíblicas

- Ef 1.13-14; Jo 6.37, 39; 10:15-16. A redenção é eficazmente comunicada a todos para quem Cristo a adquiriu.
- Ef 2.8; 2Co 4.13. Aqueles para os quais Cristo obteve a redenção são capacitados no tempo apropriado a crerem nEle segundo o evangelho.
- Jo 17.9. Cristo ora em favor daqueles para quem Ele adquiriu a redenção.
- At 2.47. Aqueles para os quais Cristo adquiriu a redenção são acrescentados à igreja no devido tempo.
- At 16.14. Para que alguém seja convertido pelo evangelho se faz necessário que o seu coração seja “aberto” pelo Senhor.
- At 18.9-11. Deus sabe com exatidão quem são os Seus eleitos, aqueles para quem adquiriu a redenção, aos quais, no tempo apropriado, ser-lhes-á devidamente aplicada.

Comentário

1. Para quem Cristo adquiriu a redenção?

Para um grupo de pessoas descrito na Escritura por termos como “Seu povo”, “Suas ovelhas”, “Sua igreja”, “Seu corpo”, “os eleitos”, “aos que de antemão conheceu”, etc.

2. Quantos são os incluídos no grupo daqueles para quem se adquiriu a redenção?

“Uma multidão, a qual ninguém podia contar, de todas as nações, e tribos, e povos, e línguas” (Ap 7.79, ARC). A Escritura ensina que os eleitos são: (a) Um número definido e pessoas específicas, não toda a raça humana, mas uma parte dela. (b) Uma multidão tão grande que excede à capacidade de contar do homem. (c) Um número desconhecido pelos homens, mas sabido por Deus e por Ele determinado antes da criação do mundo.

3. Cristo não adquiriu a redenção para todo mundo?

Embora esta seja hoje uma idéia muito comum, ela é contrária ao que a Bíblia ensina e é acertadamente rejeitada pela nossa Confissão de Fé e catecismos. A Bíblia, em vez disso, ensina que Cristo adquiriu a redenção para “os Seus”, para “as Sua ovelhas”, para “o Seu povo”, etc.

4. Como podemos explicar os textos que dizem que Cristo morreu por todos?

Quando a Bíblia diz que “Cristo morreu por todos”, isso não quer dizer toda a raça humana, mas todos os crentes em Cristo, ou todos os eleitos. Alguns textos semelhantes significam que Cristo morreu por todo tipo de pecador, sem considerar raça ou nacionalidade, se é judeu ou gentil (I João 2.2). Na Bíblia, palavras como “todos”, “mundo”, etc., não significam *toda e cada uma pessoa no mundo*, como pode-se ver facilmente pela consulta de Lucas 2.1, Atos 19.27, Marcos 1.32, Atos 4.21 e João 12.19.

5. É certo afirmar que “Deus dá a cada um uma *chance* para que se salve. É pegar ou largar”?

Não existe esse negócio de *chance* no plano de salvação revelado na Bíblia. A redenção de Cristo é *seguramente aplicada e eficazmente comunicada* a todos aqueles para quem Cristo quis.

6. Como é que o Espírito Santo aplica a redenção de Cristo aos eleitos?

Capacitando-os, num momento específico de suas vidas, para que creiam em Cristo de acordo com o evangelho.



Pergunta 60. *Aqueles que jamais ouviram o evangelho, e por isso não tomaram conhecimento de Jesus Cristo nem creram nEle, podem ser salvos por viverem segundo a luz da natureza?*

R. Aqueles que jamais ouviram o evangelho, os quais não puderam tomar conhecimento de Jesus Cristo nem nEle crer, não podem ser salvos por mais que se esforcem em moldar as suas vidas à luz da natureza ou às leis de qualquer religião que professem; nem há salvação em mais ninguém, senão exclusivamente em Cristo, que é o único Salvador do Seu corpo: a Sua igreja.

Referências bíblicas

- Rm 10.14. A mensagem do evangelho é imprescindível para a salvação.
- 2Ts 1.8-9; Ef 2.12; Jo 1.10-12. Aqueles que não conhecem a Jesus Cristo estão debaixo da condenação divina por causa do seu pecado.
- Jo 8.24; Mc 16.16. A fé em Jesus Cristo é indispensável para a salvação.
- 1Co 1.20-24. Não existe o verdadeiro conhecimento de Deus, ou a salvação, à parte da pregação da cruz de Cristo.
- Jo 4.22; Rm 9.31; Fp 2.4-9. Viver cuidadosamente segundo a luz da natureza ou de qualquer outro sistema religioso que se professe não é o suficiente para a salvação.
- At 4.12. Não há salvação senão unicamente em Cristo.
- Ef 5.23. Cristo é o único Salvador do Seu corpo: a igreja.

Comentário

1. Por que os pagãos que nunca ouviram o Evangelho serão condenados no dia do juízo?

Não porque deixaram de crer em Cristo, mas por causa dos seus pecados. Vide Romanos 1.12.

2. Por que os pagãos não podem ser salvos por se esforcarem em ajustar as suas vidas segundo à luz da natureza?

Porque toda a raça humana está debaixo da queda e todos nascem com coração pecaminoso, que se inclina para fazer o mal. Por isso todos pecam, até mesmo os que sabem o que é certo à luz da natureza, e como o salário do pecado é a morte, todo aquele que peca foi sentenciado à morte.

3. Por que os pagãos não podem ser salvos por se esforçarem em ajustar as suas vidas às leis da religião que professam?

Porque as religiões dos pagãos são predominantemente falsas. Embora todas possam conter elementos de verdade, ainda assim, *como sistema*, são falsas. Nenhuma delas contém as verdades indispensáveis aos pecadores: a verdade sobre o meio da salvação do pecado através de um salvador Divino-humano. Por isso não importa quanto zelo tenham pelas obrigações da sua própria religião, isso não poderá salvá-los. Se o grande zelo de Paulo quando fariseu não o pôde salvar, muito menos pode o zelo ou o sincero empenho dos pagãos operar a salvação deles.

4. Se os pagãos são sinceros em suas crenças pagãs, não deveriam ser salvos por causa dessa sinceridade?

O sentimento moderno inclina as pessoas a acharem que isso seja verdade, contudo o veredicto da Escritura é o contrário disso. Vide Atos 4.12. *Nada vale a sinceridade sem a verdade*. Quanto mais sincero se é numa religião falsa, mais certamente se vai no caminho da destruição. Não há dúvida de que os japoneses na II Guerra Mundial criam sincera e fervorosamente que o seu imperador fosse divino, mas isso não o tornava divino, nem os absolvía da culpa.

5. Não seria injusto Deus condenar quem jamais ouviu o evangelho?

Se Deus *devesse* a salvação, ou “uma chance de salvação”, a todos os seres humanos, então seria injusto condenar quem nunca ouviu o evangelho; mas Deus não deve nada disso a ninguém. Ele não tem nenhuma obrigação de proporcionar a salvação, ou uma oferta de salvação, a quem quer que seja. Por isso não há nenhuma injustiça quando Ele salva alguns e pretere outros.

6. Mas ao condenar quem nunca ouviu o evangelho Deus não estaria sendo parcial com a raça humana?

Com certeza há nisso uma dose de *parcialidade*, isto é, Deus dá a alguns aquilo que — na Sua providência divina — nega a outros. O que é verdade também quando Ele concede saúde, inteligência, prosperidade e todas as demais bênçãos comuns da vida. Deus, em Sua providência, concede a uns aquilo que nega a outros; isso com certeza é parcialidade. Deus não trata todo mundo da mesma maneira. Contudo não há nisso nenhuma injustiça, pois Deus não deve nada a ninguém; nem é por causa da própria pessoa, porque, sejam quais forem as razões de Deus, *elas não estão no caráter ou na justiça daqueles que*

recebem a salvação. Antes, é tudo por uma questão de pura e imerecida graça que os eleitos são salvos do pecado para a vida eterna.

7. Que esperança há para a salvação dos pagãos?

O evangelho de Cristo, publicado ao redor do mundo pelos missionários, é a mensagem de salvação completa e gratuita para todo aquele que crer.

8. À parte da fé na mensagem do evangelho, que esperança podemos ter quanto à salvação de parte do mundo pagão?

Embora não seja possível provar conclusivamente pela Bíblia, muitos estudantes ortodoxos da Palavra de Deus têm por opinião a esperança de que todas as crianças que morrem na infância sejam salvas. Quanto a isso, veja-se a Confissão de Fé de Westminster, 10.3 (primeiro período). Faz-se necessário o cuidado de notar que a Confissão de Fé não declara se há ou não crianças não-eleitas que morrem na infância. Ela apenas diz: *“As crianças eleitas que morrem na infância”*. O contraste implícito *não é* o de “crianças não-eleitas que morrem na infância”, mas o de “crianças eleitas que *não* morrem na infância”. Quer dizer, há um contraste implícito entre *as crianças eleitas que morrem na infância* e *as crianças eleitas que vivem para chegar à idade de discernimento*.

9. Que esperança ainda podemos ter quanto à salvação de alguns de entre os pagãos?

Veja-se a Confissão de Fé, 10.4 (segundo período), que se refere a *“outras pessoas eleitas, incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da Palavra”*. Isso diz respeito às pessoas que nascem com deficiência mental. É certamente possível que algumas delas, ou mesmo todas elas, estejam entre os salvos, embora não sejam capazes de chegarem ao entendimento e à fé do evangelho.

10. Que devemos pensar sobre a doutrina do Universalismo (a crença de que todos os seres humanos serão salvos no final)?

(a) Choca-se claramente com vários textos da Escritura. (b) Fundamenta-se na falsa idéia de que Deus nada é senão amor. (c) Põe completamente por terra toda missão estrangeira e todo o evangelismo. Se todos no final serão salvos, então por que pregar o evangelho, seja em casa ou no estrangeiro?



Pergunta 61. *Todo aquele que ouve o evangelho e vive na igreja, será salvo?*

R. Nem todo o que ouve o evangelho e vive na igreja visível será salvo; só serão salvos aqueles que são membros verdadeiros da igreja invisível.

Referências bíblicas

- Jo 12.38-40; Rm 9.6; Mt 7.21; Rm 11.7. Há uma diferença entre o grupamento do povo de Deus externamente observável e que se supõe professar a verdadeira religião, e o grupamento daqueles que conhecem verdadeiramente a Deus e que são salvos.

Comentário**1. Por que ouvir o evangelho e ser membro da igreja visível não é o suficiente para assegurar a nossa salvação?**

Somos salvos mediante a fé pessoal em Jesus Cristo como o nosso Salvador; mas é possível que alguém ouça o evangelho e se filie a uma igreja sem, contudo, possuir a fé pessoal em Cristo como o seu Salvador.

2. Quais são as duas categorias de pessoas que se acham no seio da igreja visível?

(a) A categoria dos que são verdadeiramente salvos por terem a fé autêntica em Jesus Cristo. (b) A categoria dos que não são verdadeiramente salvos, porque só abraçam a fé cristã de modo formal, sem o seu poder e realidade espirituais.

3. Quem pode determinar com certeza quais membros da igreja visível são verdadeiramente salvos e quais são os que meramente professam a fé cristã?

Somente Deus é quem pode saber disso com certeza absoluta. Mas é possível a alguém alcançar a convicção absoluta da *própria* salvação. Não podemos, no entanto, falar com certeza absoluta da salvação, ou não, de alguém que professou a fé em Jesus Cristo.

4. Qual é a condição ideal da igreja visível?

A condição ideal seria a de uma congregação totalmente regenerada (composta de pessoas verdadeiramente salvas). Mas por ser a ideal, não pode ser alcançada neste mundo. Exatamente como havia Judas entre os doze apóstolos, assim também sempre haverá pessoas não salvas como membros da igreja visível na

presente era. Nem os ministros nem os presbíteros devem ser acusados de serem os culpados dessa situação, a menos que resulte da negligência deles. Eles têm o dever de excluir da igreja visível os que são espiritualmente ignorantes ou escandalosos, isto é, os que não professam a fé de modo apropriado, ou aqueles cujas vidas impossibilitam a aceitação da legitimidade da sua profissão de fé. Mesmo pondo à parte os evidentemente escandalosos e ignorantes das coisas espirituais, há muitos que professam a fé cristã e são membros da igreja visível sem serem verdadeiramente salvos. Essa é uma condição inevitável e que precisa ser reconhecida, embora deva ser deplorada. A tentativa de se ter uma igreja absolutamente pura sempre levou a males piores do que o que se pretendia remediar.

5. Será que o candidato a membro de uma igreja visível tem que provar aos oficiais da igreja que nasceu de novo?

Certamente que não. Os oficiais da igreja deverão aceitar a profissão de fé do candidato como verdadeira, na impossibilidade de se provar o seu descrédito. Não é dever de ministros e de presbíteros tentar examinar o coração das pessoas para ver se elas realmente nasceram de novo. A base para ser membro da igreja visível é *uma profissão fé verossímil e obediência*, não a *demonstração de regeneração*. A aceitação de um candidato a membro fundamenta-se na *suposição*, e não na *comprovação*. Ele não tem que provar que seja convertido. *Supõe-se* que ele saiba do que está falando e que esteja dizendo a verdade ao fazer a sua profissão de fé, a não ser que haja sinais tão evidentes que impossibilitem uma tal *suposição*.

6. Qual deveria ser o alvo particular de cada um dos membros da igreja visível?

Todo membro da igreja visível deveria almejar não apenas a plena certeza de ser um membro dessa igreja, mas também a de ser alguém verdadeiramente salvo pela fé individual em Jesus Cristo como o seu Salvador.



Pergunta 62. O que é a igreja visível?

R. A igreja visível constitui-se da sociedade de todos quantos, em todas as eras e lugares do mundo, professam a verdadeira religião, juntamente com os seus filhos.

Referências bíblicas

- 1Co 1.2; 12.13; Rm 15.9-12; Ap 7.9; Sl 2.8; 22.27-31; 45.7; Mt 28.18-20; Is 59.21. A igreja visível se constitui daqueles que em todos os tempos e lugares professam a religião verdadeira.
- 1Co 7.14; At 2.39; Rm 11.16; Gn 17.7. Os filhos daqueles que professam a religião verdadeira são, juntamente com os seus pais, membros da igreja visível, porque, juntamente com eles, estão incluídos nas promessas do pacto de Deus.

Comentário

1. Por que a igreja visível é chamada de “visível”?

Porque é possível vê-la como uma reunião de pessoas. Não podemos ver quantas são as pessoas regeneradas, ou verdadeiramente salvas, de uma congregação; mas podemos ver quantos são os membros daquela igreja. É possível, por exemplo, verificar e saber que uma determinada congregação possui 100 membros, ou 450 membros; mas não é possível saber quantos deles são verdadeiramente regenerados no coração. Só Deus é quem pode saber disso.

2. Quantas igrejas visíveis existem no mundo?

Só existe uma igreja visível no mundo; mas ela inclui muitas ramificações (chamadas geralmente de denominações) e se constitui de um grande número de congregações características. É necessário observar que o catecismo não fala que “a igreja visível é uma organização”, antes diz que “a igreja visível constitui-se de uma sociedade”. É uma única sociedade, embora inclua muitas organizações particulares.

3. Qual denominação é a verdadeira igreja visível?

Nenhuma denominação pode dizer com justiça que seja *a verdadeira* igreja visível. Cada uma das denominações (e congregações) leais à verdade do evangelho segundo a Palavra de Deus é uma *ramificação* (ou parte) da igreja visível. Quando qualquer denominação alega ser *a verdadeira* igreja visível, isso implica necessariamente que todas as demais são falsas; tal alegação é arrogante e pecaminosa. Precisamos entender que a igreja visível é maior que qualquer uma denominação. Conquanto creiamos que a nossa própria denominação detenha um testemunho da verdade mais abrangente e mais consistente do que outras (o que é a própria razão de sermos membros dela), devemos reconhecer abertamente que a igreja visível inclui muitas ramificações que abraçam o evangelho com um maior ou menor grau de consistência.

4. Qual o alcance da igreja visível com relação ao tempo?

A igreja visível inclui os crentes de todas as épocas da história do mundo, desde Adão e Eva até o fim do mundo. Todas as pessoas de todas as épocas que professaram a fé na verdadeira religião estão incluídas na igreja visível.

5. Qual o alcance da igreja visível com relação ao lugar?

A igreja visível compreende os crentes de todos os lugares do mundo; todo aquele lugar em que a luz do evangelho invadiu as trevas do mundo e alguns tenham professado a verdadeira religião.

6. O que faz de alguém um membro da igreja visível?

A profissão pública da verdadeira religião, isto é, uma pública declaração da sua fé em Jesus Cristo e da obediência a Ele.

7. Qual é o sinal de admissão à igreja visível?

O sacramento do batismo.

8. Qual é o mais alto privilégio de ser membro de uma congregação particular da igreja visível?

A participação no sacramento da Santa Ceia do Senhor.

9. Existem pessoas não-convertidas e hipócritas como membros da igreja visível?

Sim. Em nenhum lugar a Escritura promete que possa existir, na presente era, algo como uma igreja visível perfeita e pura, em que nenhum inconverso seja membro. Até mesmo entre os doze apóstolos existiu Judas. De modo semelhante, evidencia-se pelo livro de Atos — e pelas epístolas do Novo Testamento — que havia hipócritas ou pessoas não-convertidas nas primeiras igrejas fundadas pelos apóstolos. Algumas dessas pessoas foram por fim suspensas da comunhão ou excomungadas pela disciplina eclesiástica (vide I João 2.19).

10. Será que se expulsarmos os membros não nascidos de novo poderemos ter uma igreja perfeitamente pura?

Isso já foi tentado em épocas diversas por algumas seitas, o que sempre foi um desastre. A verdade é que somente Deus é quem sabe com certeza quem são os regenerados. É possível ter-se a certeza da *própria* salvação, mas não da salvação alheia; é possível, em alguns casos, se afirmar quase com certeza que alguém nasceu de novo, ou não, mas não é possível declarar isso com certeza

absoluta. Como é somente Deus que sabe com absoluta certeza quem são os hipócritas, é-nos impossível purificar a igreja lançando-os fora. A igreja visível não é a sociedade daqueles que podem *provar* que nasceram de novo, mas a daqueles que *professam* a verdadeira religião e aparentam vivê-la segundo o que professam.

11. Além dos que *professam* a verdadeira religião, que outra classe de pessoas se inclui na membresia da igreja visível?

Crianças, ou menores de idade, filhos dos que professam a verdadeira religião.

12. Que denominações negam que os filhos dos crentes devam ser incluídos como membros da igreja?

Os Batistas, e outras denominações que defendem a mesma doutrina, alegam que os filhos de pais crentes não estão qualificados para serem membros da igreja visível até que atinjam a idade da razão e façam a sua pública profissão de fé, quando então serão batizados.

13. Que selo ou sinal é necessário aos filhos dos crentes em Cristo para serem membros da igreja visível?

O batismo, que também deve ser aplicado aos filhos dos crentes.

14. Ao atingirem a idade da razão, que dever têm para com a membresia da igreja aqueles filhos de pais crentes, que foram batizados na infância?

Têm o dever de professarem publicamente a fé e de procurarem admissão à Ceia do Senhor.

15. Por que não é certo dizer que esses jovens se “juntaram” à igreja?

Porque já estão incorporados à membresia da igreja pelo seu batismo.



Pergunta 63. *Quais são os privilégios especiais da igreja visível?*

R. A igreja visível tem o privilégio de estar debaixo do cuidado e do governo especiais de Deus; de ser protegida e preservada em todas as épocas, apesar da oposição de todos os inimigos; de gozar da comunhão dos santos, dos meios ordinários de salvação e das ofertas da graça feitas por Cristo a todos os mem-

bro dela, no ministério do evangelho, testificando que todo o que nEle crer será salvo, sem excluir a ninguém que queira vir a Ele.

Referências bíblicas

- Is 4.5-6; 1Tm 4.10. A igreja visível está sob o cuidado e o governo especiais de Deus.
- Sl 115.1-2; Is 31.4-5; Zc 12.2-9. A igreja visível é protegida e preservada por Deus a despeito da oposição dos inimigos.
- At 2.39, 42. A igreja visível goza da comunhão dos santos e dos meios ordinários de salvação.
- Sl 147.19-20; Rm 9.6; Ef 4.11-12; Mc 16.16. A igreja visível goza da livre oferta do evangelho.
- Jo 6.37. O ministério do evangelho na igreja visível não exclui a ninguém que venha a Cristo.

Comentário

1. Que quer dizer “A igreja visível tem o privilégio de estar debaixo do cuidado e do governo especiais de Deus”?

Com isso queremos dizer que além da providência ordinária de Deus, mediante a qual Ele controla tudo o que acontece, Deus cuida da segurança e do bem-estar da Sua igreja de modo especial, fazendo com que diversas circunstâncias e atos humanos cooperem para o benefício da Sua igreja.

2. Que promessa fez o Salvador a respeito da proteção e da permanência da Sua igreja?

Mateus 16.18: “*as portas do inferno não prevalecerão contra ela*”. Isso significa que ainda haverá uma igreja de Cristo visível e verdadeira no mundo até a Sua segunda vinda.

3. De que modo foi essa promessa de proteção e preservação cumprida nas épocas passadas?

Podemos pensar em muitos exemplos. Primeiro, a igreja primitiva foi protegida do ódio dos judeus, que teriam extinguido a luz do evangelho se neles houvesse poder para tal. Deus usou o poder do império romano para proteger a igreja nascente da perseguição dos judeus. A destruição de Jerusalém em 70 d.C. marcou o fim do poder dos judeus de perseguirem o cristianismo em qualquer parte do mundo. A isso seguiu-se a perseguição romana que durou cerca de 250 anos, até que o imperador Constantino exarou o seu Decreto de

Tolerância em 313 d.C. Durante os 250 anos de perseguição Deus protegeu e preservou a Sua igreja principalmente de três maneiras: (a) O sangue dos mártires se tornou a semente da igreja; quantos mais cristãos eram assassinados, maior se tornava o número deles! (b) Houve intervalos de paz e tranquilidade em que a igreja esteve livre de perseguição e pôde levar avante a sua obra sem grande impedimento; se não fossem esses períodos de alívio a igreja dificilmente teria sobrevivido. (c) Na maioria dos casos existiam lugares livres da perseguição para onde os cristãos podiam fugir em busca de refúgio. Isso aliviou um pouco as coisas e impediu a total extinção do cristianismo. Seria uma longa história falar do cuidado especial de Deus por Sua igreja durante a Idade Média, o período da Reforma e mais recentemente no nosso século XX. A providência especial de Deus atua em todas as épocas em favor da Sua igreja.

4. De que modo essa promessa de proteção e defesa especiais tem se realizado em nossa própria época?

Pela queda de estados totalitários como o Japão, a Alemanha e a uma vez poderosa União Soviética, os quais constituíam uma ameaça para o evangelho tão grande quanto a do império romano, senão maior!

5. Que significa dizer que a igreja visível goza da comunhão dos santos?

Significa que os membros da igreja visível recebem encorajamento e ajuda espiritual uns dos outros, na comunhão uns com os outros. É extremamente difícil viver a vida cristã isolado de outros crentes em Cristo, com a amizade, o encorajamento e o apoio de outros crentes é mais fácil.

6. Quais são esses “meios ordinários de salvação” de que goza a igreja visível?

A pregação e o ensinamento da Palavra de Deus; a administração dos sacramentos do batismo e da Santa Ceia; a disciplina eclesástica; e o cuidado pastoral na supervisão dos membros.

7. Qual é a principal responsabilidade da igreja visível?

A oferta da graça de Cristo mediante o ministério do evangelho. Graça que é continuamente ofertada a todos os membros da igreja visível, inclusive às crianças, que não são ainda membros comungantes, e também a todos os congregados e aos que assistem os cultos de adoração, ou que de outro modo estejam sobre a influência da igreja visível.

8. Qual é o alcance do convite do evangelho que foi confiado à igreja visível?

O seu alcance é universal e inclui a todos quantos possam ser alcançados pela mensagem; anuncia que todo aquele que crer em Cristo será salvo; e não deixa de fora ninguém que queira vir a Cristo.

9. As missões, tanto locais quanto estrangeiras, são obras da responsabilidade da igreja visível ou deveriam ser realizadas por associações voluntárias fora da igreja?

As missões, tanto locais quanto estrangeiras, são, com certeza, obras específicas da igreja visível. Atualmente* muito do trabalho missionário no estrangeiro é conduzido por organizações não-eclesásticas. A Missão do Interior da China com seus mais de dois mil missionários, por exemplo, não é uma igreja, mas uma associação voluntária de crentes. Cremos ser essa uma tendência errada e que as associações voluntárias não deveriam assumir a obra que Deus atribuiu à igreja. Contudo, sob circunstâncias excepcionais — ou quando a igreja negligencia ou se recusa a realizar o trabalho missionário divinamente ordenado — as associações voluntárias podem assumir o trabalho de modo apropriado, mas temporariamente.

10. Que importância tem a igreja visível?

Não há a menor dúvida de que a igreja seja muito importante. Nesse mundo existem três instituições divinas: a igreja, o estado e a família. Cada uma delas é de suprema importância em suas próprias esferas de ação. Deveríamos apoiar fielmente a igreja visível porque ela é uma instituição divina, e não uma mera organização humana.



Pergunta 64. O que é a igreja invisível?

R. A igreja invisível é o número total dos eleitos que foram, são ou ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, o Cabeça.

Referências bíblicas

- Ef 1.10, 22-23; Jo 10.16; 11.52. A igreja invisível compõe-se de todos os eleitos de Deus, e inclui todos os verdadeiramente salvos do passado, presente e futuro.

* Aproximadamente entre 1946 e 1949, período da publicação da obra original em inglês pela revista *Blue Banner Faith and Life*. (N. do T.)

- At 18.9-10. Os eleitos que ainda não vieram a Cristo fazem parte da igreja invisível.
- Jo 17.20. Cristo, em Sua oração sacerdotal, intercedeu pelos que haveriam de crer nEle no futuro, reconhecendo-os então como parte da igreja invisível.

Comentário

1. Por que a igreja invisível é assim denominada?

Porque não podemos ver exatamente quem são os seus membros, nem quantos eles são. Somente Deus é quem conhece o seu número exato e a identidade de cada um deles.

2. Quando a igreja invisível se completar, no fim dos tempos, será grande ou pequeno o número dos seus membros?

Vide Apocalipse 7.9-10.

3. Onde, neste instante, se encontram os membros da igreja invisível?

Os mortos estão no céu com Cristo. Os vivos ainda estão no mundo.

4. Além dos que estão no céu e dos estão vivos neste mundo, que grupo de pessoas precisa ser incluído na igreja invisível?

Aqueles que ainda estão vivos neste mundo, mas que ainda haverão de crer antes de morrerem; e também aqueles que ainda não nasceram, os quais no tempo que lhes foi designado crerão em Cristo e receberão a Salvação.

5. Que nome às vezes se dá à parte da igreja invisível que está agora com Cristo no céu?

A igreja triunfante.

6. Que nome às vezes se dá à parte da igreja invisível que está agora sobre a Terra?

A igreja militante. É chamada de “militante” porque está empenhada numa luta contra o mundo, a carne e o diabo.

7. Os santos do Velho Testamento que morreram na fé, de Abel ao tempo de Cristo, são membros da igreja invisível?

Sim. Cristo possui um único corpo espiritual e os remidos de todas as épocas — tanto judeus quanto gentios — são membros seus.

8. É possível ser membro da igreja invisível sem pertencer a nenhuma ramificação específica da igreja visível?

Sim, é *possível*; mas é com certeza numa condição *irregular*. Por exemplo, um condenado que se converte enquanto cumpre pena numa prisão é, portanto, um membro da igreja invisível, mas pode lhe ser impossível unir-se a uma denominação específica da igreja visível (pelo menos por enquanto). Todo crente em Cristo tem o dever de se unir a alguma denominação da igreja visível, a não ser que esteja provisoriamente impedido.

9. É possível ser membro da igreja visível sem pertencer à igreja invisível?

Sim. Infelizmente é *possível*, e o fato deplorável é que tem havido muitos nessa condição, mas só Deus é quem pode saber infalivelmente quem são. Não há dúvida de que muita gente que teve os seus nomes inscritos nos róis de membros das igrejas, não tem os seus nomes inscritos no Livro da Vida do Cordeiro.

10. De que modo podemos ilustrar a relação que há entre a igreja invisível e a igreja visível?

Uma das ilustrações sugeridas é a analogia com o corpo e a alma. Obtém-se uma ilustração mais apropriada pelo desenho de um diagrama com dois círculos parcialmente sobrepostos numa intersecção. Um deles representa a igreja visível — aqueles que professam fé em Cristo. O outro círculo representa a igreja invisível — aqueles que foram verdadeiramente remidos e unidos com Cristo. A parte em que os dois círculos se interseccionam representa aqueles que são membros de ambas as igrejas, a visível e a invisível; quer dizer, estão incluídos nos dois círculos, pois tanto professam a fé em Cristo quanto estão verdadeiramente unidos com Ele.



Pergunta 65. Quais são os benefícios especiais que os membros da igreja invisível gozam, por meio de Cristo?

R. Os membros da igreja invisível gozam, por meio de Cristo, da união e da comunhão com Ele em graça e glória.

Referências bíblicas

- Jo 17.21; Ef 2.5-6. A união e a comunhão do crente com Cristo em graça.
- Jo 17.24. A união e a comunhão do crente com Cristo em glória.

Observação: A Pergunta 65 é como uma introdução ou resumo das Perguntas de 66 a 90, as quais discorrem todas sobre a doutrina sintetizada pela Pergunta 65.

Comentário

1. Por que os benefícios citados nesta pergunta são ditos “benefícios especiais”?

Porque não são concedidos a todos os membros da igreja visível, mas somente àqueles que são também membros verdadeiros da igreja invisível.

2. Quais são as duas palavras que incluem todos aqueles benefícios que os crentes recebem de Cristo?

União e comunhão. As questões que se seguem (66-90) explicitarão as diferenças de sentido entre essas duas palavras.

3. Quais são as duas esferas ou estados da existência nos quais os crentes recebem benefícios de Cristo?

Na esfera da graça, ou da vida cristã aqui na terra; e na esfera da glória, ou da vida porvir.



Pergunta 66. *Que união é esta que os eleitos têm com Cristo?*

R. A união que os eleitos têm com Cristo é a obra da graça de Deus mediante a qual eles são espiritual e misticamente — mas verdadeira e inseparavelmente — unidos a Cristo como seu cabeça e esposo; obra realizada na sua vocação eficaz.

Referências bíblicas

- Ef 1.22; 2:6-8. A união que os eleitos têm com Cristo resulta exclusivamente da graça de Deus e se realiza por Seu poder divino.
- 1Co 6.17; Jo 10.28. Os eleitos são verdadeira e inseparavelmente unidos a Cristo.
- Ef 5.23, 30. Cristo é o cabeça e o esposo dos eleitos.
- 1Pe 5.10; 1Co 1.9. Os eleitos são unidos a Cristo pela vocação eficaz deles.

Comentário

1. O que significa dizer que a união dos eleitos com Cristo “é a obra da graça de Deus”?

Isso quer dizer que a união com Cristo é um dom de Deus obtido pela obra onipotente do Espírito Santo; não é nada que conseguimos ou conquistamos por nosso esforço.

2. O que significa dizer que nós somos “espiritual e misticamente” unidos a Cristo?

Essa expressão impede a idéia de que estamos literalmente unidos a Cristo como se Ele fosse alguém terreno. A igreja é o corpo de Cristo e os crentes são os Seus membros, mas isso se dá apenas no sentido espiritual, não no sentido físico ou material da palavra.

3. Por que o Catecismo acrescenta as palavras “mas verdadeira e inseparavelmente”?

Porque os relacionamentos espirituais, embora misteriosos e invisíveis, são verdadeiros e genuínos. Temos a tendência natural de considerarmos aquilo que não pode ser visto ou que não pode ser compreendido como imaginário e ilusório. A nossa união com Cristo é invisível e misteriosa, o que não significa que seja ilusória. As coisas espirituais, no âmbito delas mesmas, são tão autênticas quanto as coisas materiais. Além disso, a nossa união com Cristo é também indestrutível e permanente. Quem já foi verdadeiramente unido a Cristo estará, para sempre, unido a Ele. É por isso que o Catecismo acrescenta a palavra *inseparavelmente*.

4. O que significa dizer que Cristo é o “cabeça e esposo” dos eleitos?

Isso envolve duas figuras de linguagem, ambas proeminentes no Novo Testamento. A primeira delas é a figura do corpo humano. O corpo humano tem uma cabeça, e também membros, como as mãos e os pés. Segundo essa ilustração Cristo é a cabeça e os eleitos são os membros do Seu corpo espiritual. A segunda figura é a do casamento, nela Cristo é representado pelo esposo ou noivo porque é Ele quem supre, ama e defende a Sua igreja. A igreja, ou a totalidade dos eleitos, é representada como a noiva de Cristo, porque goza da Sua proteção, provisão e cuidado, e busca honrá-lo e servi-lo.

5. De que modo são os eleitos ligados a Cristo?

Mediante a vocação eficaz deles, que será explicada na próxima lição.



Pergunta 67. *O que é a vocação eficaz?*

R. A vocação eficaz é a obra da onipotência e da graça de Deus, mediante a qual (tão-somente por Seu livre e especial amor pelos eleitos, sem que nada neles O movesse a isso) Ele, no tempo que Ele mesmo designou, os convida e atrai para Jesus Cristo, pela Sua Palavra e pelo Seu Espírito; iluminando as suas mentes de modo salvador, renovando e poderosamente determinando as suas vontades para que assim (mesmo mortos em si mesmos por causa do pecado) se tornem desejosos e capazes de livremente responderem à Sua vocação e de aceitar e abraçar a graça que lhes é oportunamente ofertada e transmitida.

Referências bíblicas

- Jo 5.25; Ef 1.18-20; 2Tm 1.8-9. A vocação eficaz é operada pela graça e onipotência de Deus.
- Tt 3.4-5; Ef 2.4-9; Rm 9.11. A vocação eficaz origina-se no amor livre e imerecido de Deus pelos Seus eleitos, e em nada depende das obras ou caráter deles.
- 2Co 5.20 comparado a 2Co 6.1-2. Aqueles que são eficazmente chamados são unidos a Cristo no tempo designado por Deus.
- Jo 6.44. Os eleitos não são meramente convidados ou levados, mas trazidos a Cristo eficazmente.
- 2Ts 2.14-14. Os eleitos são unidos a Cristo pela Palavra e pelo Espírito de Deus.
- At 26.18; 1Co 2.10-12. Na vocação eficaz, o Espírito Santo ilumina a mente para que a pessoa conheça e aceite a verdade.
- Ez 11.19; 36.26-27; Jo 6.45. Na vocação eficaz, o Espírito Santo renova e determina eficazmente a vontade para que a pessoa queira vir a Cristo.
- Ef 2.5; Fp 2.13; Dt 30.6. Na vocação eficaz, aqueles que estão em si mesmos mortos em pecado tornam-se desejosos e capazes de atenderem ao chamado, para que recebam verdadeiramente a Cristo e à Sua salvação.

Comentário

1. Quais são os dois modos pelos quais Deus chama os pecadores a Cristo?
Primeiro, pela chamada exterior da mensagem do evangelho, dirigida indiscriminadamente a todas as pessoas. Somente essa chamada exterior não é su-

ficiente para salvar os homens, porque é sempre resistida e rejeitada pelos pecadores. Segundo, pela operação do Espírito Santo no coração das pessoas. Essa obra do Espírito Santo é chamada de vocação eficaz porque sempre cumpre o seu propósito de trazer a pessoa a Cristo. Quando a vocação eficaz do Espírito Santo é acrescentada à chamada exterior da mensagem do evangelho a pessoa vem infalivelmente a Cristo.

2. A obra da vocação eficaz de Deus é dirigida a todos os homens?

Não. Se assim fosse, todos os homens, sem exceção, seriam salvos. De fato, a vocação eficaz de Deus não se destina a todas as pessoas, mas apenas aos eleitos, a quem Deus escolheu desde a eternidade.

3. Por que é que a vocação eficaz sempre cumpre o seu propósito?

Porque é realizada não por um poder limitado, mas pela onipotência de Deus.

4. Deus ama todos os homens com a mesma medida e da mesma maneira?

Não. A Bíblia fala de dois tipos de amor divino. Primeiro, há o amor geral de Deus que é concedido a todos os homens; esse amor traz consigo muitas bênçãos, mas não lhes outorga a salvação. Segundo, há um amor especial de Deus que não é dado a todos, mas está reservado para os eleitos; esse amor opera a salvação eterna daqueles a quem é outorgado. A prova bíblica do amor especial de Deus pelos eleitos está em Romanos 9.13, João 17.9, Jeremias 31.3.

5. Não seria injusto para Deus amar alguns mais que a outros?

Não. Se Deus fosse lidar com a raça humana apenas segundo a justiça, todos, sem exceção, seriam condenados. A matéria que estamos considerando não é uma questão de justiça, mas de misericórdia. A misericórdia não pode ser administrada nem na mesma proporção nem imparcialmente. Como Deus não deve a ninguém o Seu amor especial e salvador, Ele é livre para o dar ou o preterir conforme Lhe aprouver. Vide Romanos 9.14-18, onde o apóstolo Paulo responde a essa pergunta que era feita até mesmo em seus dias.

6. O que significa dizer que o amor de Deus é “livre”?

Significa que Deus ama os homens por Sua livre vontade, e não por estar sob a obrigação ou a necessidade de o fazer.

7. Por que razão Deus concede o Seu amor salvador especial a uma pessoa e o nega a outra?

Não há dúvida de que Deus tem uma boa razão para tudo o que faz, mas as Suas razões nem sempre nos são reveladas. Sabemos apenas que seja qual for a razão de Deus, ela não se deve ao fato de que as obras, a natureza ou o caráter de alguém sejam melhores que o de outrem. O catecismo deixa isso claro ao acrescentar as palavras “*sem que nada neles O movesse a isso*”. Essa expressão elimina o erro comum de que Deus concede o Seu amor especial a certas pessoas porque Ele sabia de antemão que elas se arrependeriam dos seus pecados e creriam no evangelho exatamente *porque o amor salvador especial de Deus lhes tem sido dado*.

8. Quando é que Deus traz os eleitos a Jesus Cristo?

“No tempo que Ele mesmo designou”, isto é, no tempo específico que Deus estabeleceu para cada um. Para algumas pessoas pode ser na infância ou na juventude; ou até mesmo na primeira infância (vide Lucas 1.15). Para outras pode ser nos anos da maturidade ou da velhice; e em outros pode ainda ser imediatamente antes da morte, como no caso do ladrão na cruz. Mas todos os casos ocorrem durante a vida de cada um dos eleitos na terra.

9. De que modo Deus convida e traz os eleitos a Jesus Cristo?

Pela ação conjunta da Sua Palavra e do Seu Espírito Santo.

10. Por que as mentes dos pecadores têm que ser iluminadas para que venham a Cristo?

Porque, por causa do pecado, as suas mentes estão entenebrecidas e obscurecidas pelo pecado e são, portanto, totalmente predispostos contra Deus e o evangelho.

11. Por que as suas vontades precisam ser renovadas e poderosamente determinadas para que venham a Cristo?

Porque estão por natureza mortos em pecados e as suas vontades são obstinadamente predispostas contra Deus.

12. Deus, na Sua obra de vocação eficaz, força os eleitos a virem a Cristo quer queiram ou não?

Certamente que não. Deus trata os eleitos como pessoas e não como se fossem paus ou pedras. O Espírito Santo renova e modifica o coração deles de tal modo que por sua própria vontade querem vir a Cristo. Se alguém quer realmente vir a Cristo de todo o coração, isso é uma demonstração clara de que o Espírito Santo a levou a querer isso ao modificar o seu coração.

13. Se não fosse pela operação onipotente do Espírito Santo modificando o coração, quantos dos eleitos viriam a Cristo?

Nenhum deles, porque em suas naturezas não o desejam nem são capazes de virem a Ele.

14. Qual é a diferença entre a vocação exterior e a vocação eficaz do Espírito Santo?

Na vocação exterior do evangelho a graça é ofertada aos pecadores; na vocação eficaz do Espírito Santo a graça é de fato concedida aos pecadores para que respondam com a aceitação da oferta. A vocação exterior é uma oferta; a vocação eficaz é uma operação.



Pergunta 68. *É somente os eleitos que são eficazmente chamados?*

R. Todos *os* eleitos — e somente eles — é que são eficazmente chamados. Embora outros possam ser chamados exteriormente pelo ministério da Palavra, e muitas vezes o são, e tenham algumas operações comuns do Espírito Santo; esses, pelas suas próprias disposições em negligenciar e desprezar a graça que lhes é oferecida, são, com justiça, abandonados à sua incredulidade sem que jamais venham verdadeiramente a Cristo.

Referências bíblicas

- At 13.48. Todos os eleitos são eficazmente chamados e vêm finalmente a crer em Cristo.
- Mt 22.14. Embora muitos sejam chamados exteriormente pelo evangelho somente uma parte desses é que é eficazmente chamada pelo Espírito Santo.
- Mt 7.22; 13.20-21; Hb 6.4-6. Quase sempre aqueles que só são chamados exteriormente pelo evangelho podem participar e partilhar das operações comuns do Espírito Santo.
- Jo 12.38-40; At 28.25-27; Jo 6.64-65; Sl 81.11-12. É inevitável que aqueles que só possuem a chamada exterior do evangelho e as operações comuns do Espírito e carecem da vocação eficaz negligenciem a graça que lhes é ofertada, e sejam, com justiça, deixados na incredulidade sem que jamais venham de fato a Cristo e se percam.

Comentário

1. Qual é o único tipo de pessoa que é eficazmente chamada pelo Espírito Santo?

Os eleitos de Deus.

2. Que outros nomes a Bíblia usa para essa categoria de pessoas?

As “ovelhas” de Cristo, aqueles que o Pai deu a Cristo, os que foram eleitos em Cristo antes da fundação do mundo, cujos nomes estão escritos no livro da vida do Cordeiro, que foram predestinados para serem conforme à imagem do Filho de Deus.

3. Que outro tipo de vocação ocorre além da vocação eficaz operada pelo Espírito?

A chamada exterior do ministério da Palavra, isto é, a oferta do evangelho.

4. Qual é o maior grupo: o dos que são chamados pelo Espírito, ou o dos que são chamados exteriormente pelo ministério da Palavra?

O dos que são chamados exteriormente pelo ministério da Palavra. Vide Mateus 22.14: *“Porque muitos são chamados, mas poucos, escolhidos”*. Aqui, os “chamados” são aqueles que são chamados exteriormente; os “escolhidos” são aqueles que são eficazmente chamados pelo Espírito Santo.

5. A operação do Espírito Santo no coração dos seres humanos limita-se somente aos eleitos?

Não. As operações salvadoras do Espírito Santo limitam-se apenas aos eleitos, mas além desses atos salvadores do Espírito há as operações ordinárias, ou comuns, do Espírito, que podem ser, e quase sempre o são, experimentadas por outros além dos eleitos.

6. Qual é a natureza das operações comuns do Espírito?

As operações comuns do Espírito podem convencer do pecado, podem levar a uma reforma exterior da vida num maior ou menor grau, podem refrear o pecado e o mal, podem levar pecadores a produzirem atos de bondade ou de misericórdia na esfera humana, etc. Contudo, as operações comuns do Espírito não podem salvar, não podem fazer ninguém se unir a Cristo como seu salvador pelo arrependimento e fé reais.

7. Por que as ações comuns do Espírito Santo não são suficientes para a salvação?

Porque se alguém não nascer de novo pelo Espírito Santo, negligenciará ou fará mau uso das operações comuns do Espírito Santo. Nada que não possa produzir um novo nascimento poderá produzir a fé salvadora em Cristo.

8. Para Deus, é justo conceder a uns apenas a operação comum do Espírito Santo e lhes negar as Suas operações salvadoras?

A salvação é uma questão de graça, não de débito. Deus não tem nenhuma obrigação de salvar ninguém. Se Ele decide salvar a uns e não a todos, isso não envolve injustiça da Sua parte. Como Deus não deve a salvação a ninguém, Ele é totalmente livre para concedê-la como dom gratuito a alguns e não a outros.



Pergunta 69. *O que é a comunhão em graça que os membros da igreja invisível têm com Cristo?*

R. A comunhão em graça que os membros da igreja invisível têm com Cristo é que eles participam da virtude da Sua mediação, na justificação, adoção, santificação e em tudo aquilo que nessa vida manifesta a união deles com Cristo.

Referências bíblicas

- Rm 8.30. Os eleitos, ao experimentarem a justificação, participam das virtudes da mediação de Cristo, tendo por isso comunhão com Ele em graça.
- Ef 1.5. Os eleitos, ao experimentarem a adoção na família de Deus, participam das virtudes da mediação de Cristo, tendo por isso comunhão com Ele em graça.
- 1Co 1.30. Os eleitos, ao experimentarem a santificação e outros benefícios recebidos nesta vida, participam das virtudes da mediação de Cristo, tendo por isso comunhão com Ele em graça.

Observação: Essa pergunta resume o conteúdo das perguntas 70 a 81, por isso vamos considerá-la brevemente e passar logo à pergunta 70.

Comentário

1. Qual é o significado da palavra *virtude* nessa pergunta?

Ela significa o “poder” ou a “eficácia” para a realização de um propósito específico.

2. Qual é o significado da palavra *mediação* nessa pergunta?

Ela descreve a obra de Cristo em reconciliar Deus e o homem, os quais estavam alienados um do outro por causa do pecado. Cristo, como Mediador, os une novamente.

3. Qual é o caráter da obra mediatória de Cristo?

Ela possui a “virtude” ou o poder de realizar aquilo a que se propõe. A obra mediatória de Cristo é agora um fato histórico realizado e acabado, embora, é claro, a sua aplicação a pessoas específicas não esteja ainda completada e continue nos dias presentes. O poder da obra mediatória de Cristo durará para sempre.



Pergunta 70. *O que é a justificação?*

R. A justificação é um ato da livre graça de Deus em favor de pecadores pelo qual Ele lhes perdoa todos os pecados, aceita-os e considera-os justos à Sua vista, não por causa de alguma coisa operada neles ou por eles, mas tão-somente pela perfeita obediência e plena satisfação de Cristo, que lhes é imputada por Deus e recebida pela fé somente.

Referências bíblicas

- Rm 3.22-25; 4.5. A justificação é um ato da livre graça de Deus para com os pecadores.
- 2Co 5.19-21; Rm 3.22-28. Na justificação Deus não apenas perdoa todos os pecados de alguém, mas também o aceita como plenamente justo à Sua vista.
- Tt 3.5-7; Ef 1.7. A justificação não se fundamenta no caráter ou nas obras de quem foi justificado, nem mesmo na obra do Espírito Santo no seu coração, mas é exclusivamente “segundo Sua misericórdia” e baseia-se na justiça de Cristo e na “redenção pelo Seu sangue”.
- Rm 4.17-19; 4.6-8. Na justificação, o mérito da justiça e da obediência de Cristo é “imputado” ou creditado em favor do justificado, que recebe essa justiça “imputada” como um dom gratuito de Deus.
- At 10.43; Gl 2.16; Fp 3.9. A fé é o meio da justificação, ou o elo entre o pecador e a justiça de Cristo.

Comentário

1. Em qual livro da Bíblia a doutrina da justificação pela fé está mais amplamente explicada?

Na Epístola aos Romanos.

2. Em qual livro da Bíblia o erro da justificação pelas obras está mais claramente refutado?

Na epístola aos Gálatas, a qual mostra que somos justificados somente pela fé, sem as obras da lei.

3. A epístola de Tiago não ensina que somos justificados pelas obras?

Sim, mas isso não contradiz os ensinamentos de Romanos e de Gálatas. Tiago apresenta as boas obras como frutos ou sinais evidentes da nossa justificação, e não como a base ou razão dela. Somos justificados unicamente pela fé, mas a fé que justifica nunca vem sozinha; não somos salvos com base nas boas obras, mas se somos realmente salvos, elas hão de nos acompanhar como frutos da nossa salvação.

4. Qual é o significado da palavra *justificar* no Novo Testamento?

Esse é um termo legal, ou forense, que significa declarado ou pronunciado juridicamente justo diante de Deus, conforme o padrão da lei moral de Deus.

5. Quando alguém é justificado, o que acontece com os seus pecados?

Eles são gratuitamente perdoados ou absolvidos, sendo cancelados pela expiação de Cristo.

6. Por que o perdão dos nossos pecados não bastaria para nos salvar e nos dar a vida eterna?

Porque Deus requer de nós mais do que só estarmos livres de pecado. Nós não somente temos de estar sem pecado como também temos de ter uma justiça explícita, como se por toda a nossa vida — em toda e qualquer ocasião — sempre tivéssemos amado o Senhor nosso Deus com todo nosso coração, com toda nossa alma, com toda nossa mente e capacidade, e ao nosso próximo como a nós mesmos. Se Deus só perdoasse os nossos pecados ainda continuaríamos não-salvos porque nos faltaria essa justiça explícita, sem a qual ninguém entrará no céu nem receberá a vida eterna. Suponha que alguém foi preso e multado por dirigir descuidadamente, e aí se descobre que essa pessoa também não tem carteira de motorista. Um bom amigo, então, levanta-se e

paga a multa cancelando assim esse débito, mas só pagar a multa não dá àquela pessoa o direito de dirigir o carro, para isso ele vai precisar ter uma autorização explícita na forma de uma carteira de motorista. De modo semelhante, o fato de Cristo cancelar a culpa dos nossos pecados pela Sua expiação ainda não nos dá o direito de entrar no céu, para isso temos de ter uma justificação explícita outorgada em nosso favor.

7. Além de perdoar os nossos pecados, o que mais Deus faz por nós na justificação?

Ele nos aceita, ou nos considera, como justos diante dos Seus olhos.

8. Qual é a única base para o ato de justificação de Deus?

A única base é a justiça de Cristo — a sua “perfeita obediência e plena satisfação” — que Deus “imputa” ou credita em favor do pecador. Os sofrimentos e a morte de Cristo na cruz cancelam a culpa dos nossos pecados. A plena justiça de Cristo, pela qual Ele obedeceu ativa e perfeitamente a toda a lei de Deus por toda a Sua vida terrena, é o fundamento ou a base para que Deus nos aceite como justos diante de Seus olhos. Cristo não apenas morreu por nós, Ele também viveu por nós uma vida de obediência perfeita, total e imaculada a toda a lei de Deus, e sem isso não seria possível a nenhum ser humano receber a vida eterna.

9. Quais são as duas bases falsas para a justificação que o Catecismo rejeita?

(a) “alguma coisa operada neles...”, isto é, a mudança de caráter operada em alguém pelo Espírito Santo. É claro que todo crente em Cristo tem uma tal mudança de caráter, mas isso não é a base para a sua justificação diante de Deus. (b) Alguma coisa operada “... por eles”, isto é, boas obras de qualquer tipo, assim como as que católicos e outros dizem ser uma base de salvação. O Catecismo, portanto, rejeita em primeiro lugar o erro do Modernismo, ou a salvação pelo caráter; e, em segundo lugar, o erro do catolicismo e de todas as outras formas de moralismo, a saber, a salvação pelas obras humanas.

10. Qual é o significado da palavra *imputada* usada em associação com a justificação?

Essa palavra, que ocorre repetidamente na discussão do apóstolo Paulo sobre o assunto, significa “atribuída” ou “creditada”. Os nossos pecados são atribuídos a Cristo; a justiça de Cristo é atribuída ao crente, ou creditada em seu favor.

11. Qual é o papel da fé com relação à nossa justificação?

A fé não é, de nenhum modo, a base ou a razão para a nossa justificação. Mas é, contudo, o meio ou o instrumento pelo qual recebemos a graça da justificação. Somos justificados mediante a fé, por conta da justiça de Cristo.

12. Por que o Catecismo acrescenta a palavra *somente* depois de *fé*?

Porque a Igreja Católica Romana e outros mais ensinam que somos salvos por uma combinação de fé com obras. Isso contraria o ensinamento da Escritura de que a única base de justificação é a justiça de Cristo, e de que o único meio de justificação é a fé pessoal em Jesus Cristo.



Pergunta 71. *Como a justificação é um ato da livre graça de Deus?*

R. Apesar de Cristo ter satisfeito a justiça de Deus de modo apropriado, real e pleno por Sua obediência e morte em favor dos que são justificados, a justificação deles é um ato da livre graça de Deus, uma vez que Deus aceita a satisfação de um fiador — que poderia ter exigido deles mas que Ele providenciou em Seu Filho Unigênito — e imputa-lhes a justiça de Cristo sem nada lhes exigir além da fé, que também é dom de Deus, para que sejam justificados.

Referências bíblicas

- Rm 5.8-10, 19. Cristo proporcionou a real satisfação da justiça de Deus em favor dos que são justificados.
- 1Tm 2.5-6; Hb 10.10; Mt 20.28; Dn 9.24-26; Is 53.4-6, 10-12; Hb 7.22; Rm 8.32; 1Pe 1.18-19. Quanto aos que são justificados, Deus aceita a satisfação da Sua justiça divina da mão de um “fiador” ou substituto, que Ele poderia ter exigido de cada um deles. Esse “fiador” é o próprio Filho de Deus, dado como substituto por Deus mesmo.
- 2Co 5.21. A justiça de Cristo é imputada ao justificado.
- Rm 3.24-25. A fé em Cristo é a única condição para a justificação.
- Ef 2.8. A fé em Cristo é um dom de Deus para o crente.
- Ef 1.7. A redenção e o perdão decorrem da livre graça de Deus, isto é, são dons gratuitos e imerecidos do amor de Deus.

Comentário

1. O que significa a expressão “livre graça de Deus”?

Significa o favor de Deus concedido como um dom gratuito àqueles que não apenas não o merecem, mas que são indignos dele.

2. Por que parece contraditório afirmar que a justificação é um ato da livre graça de Deus?

Declarar isso parece ser contraditório porque a nossa justificação foi comprada por preço; se foi comprada e paga, como poderia ser ela, no mesmo instante, um dom gratuito? Essa pergunta do Catecismo esclarece esse problema.

3. Como é que a nossa justificação pode ser ao mesmo tempo uma compra e um dom gratuito?

Ela foi comprada por Jesus Cristo e é, para nós, um dom gratuito. A salvação é gratuita para os pecadores, mas para que pudéssemos tê-la gratuitamente isso custou o sangue precioso de Cristo.

4. Por que era preciso que a nossa justificação fosse comprada por Cristo?

Porque a justiça de Deus, que fora violada pelo pecado humano, precisava ser satisfeita para que os pecadores pudessem ser salvos. Deus não pode negar a Si mesmo; por ser absolutamente justo não pode condescender com o pecado humano. O pecador não pode ser justificado sem que primeiro a justiça de Deus seja cumprida.

5. Não foi injusto da parte de Deus impor sobre o Cristo inocente os pecados de seres humanos culpados?

Essa solução teria sido injusta somente se Deus Pai tivesse coagido Jesus Cristo a levar a contragosto os pecados dos eleitos. Mas não foi assim. Cristo não foi obrigado a sofrer e morrer por pecadores; Ele sofreu e morreu por eles voluntariamente. Já que Cristo sofreu voluntariamente pelos nossos pecados esse acordo não comete injustiça.

6. Qual o significado da palavra *fiador*?

Fiador é quem nos garante ou substitui, cumprindo por nós aquilo que deixamos de fazer em nosso próprio favor e pagando a nossa dívida para com a justiça de Deus, que nós não poderíamos pagar.

7. Onde no Novo Testamento Jesus Cristo é chamado de “fiador”?

Hebreus 7.22.

8. Como devemos responder a quem diz que um Deus de amor estaria disposto a perdoar pecadores sem a necessidade de nenhuma expiação e que o Deus que só perdoará pecadores se o Seu Filho for crucificado é um Deus duro e vingativo?

Em primeiro lugar, essas pessoas devem ser lembradas de que não têm o menor direito de falar de “um Deus de amor” como se Deus só fosse amor. O Deus revelado na Bíblia é Deus de justiça tanto quanto é Deus de amor. Em segundo lugar essas pessoas só estão vislumbrando um dos lados do problema. O Deus que exige a expiação é o mesmo que providenciou a expiação; o Deus que disse: *“quando eu vir o sangue, passarei por vós”*, é o mesmo que também providenciou o Cordeiro para o sacrifício. O Deus que dá aquilo que Ele mesmo exige não pode ser chamado de duro e desamoroso.

9. O que é que Deus exige dos pecadores para que sejam justificados?

A simples fé em Jesus Cristo como o Salvador deles. O sentido exato disso está explicado a seguir, na pergunta 72.

10. Além de dar o Seu Filho para morrer pelos nossos pecados, que mais providenciou o Senhor para que pudéssemos ser salvos?

A mesma fé mediante a qual cremos em Cristo é um dom de Deus.

11. Onde está ensinado na Bíblia que a fé salvadora é um dom de Deus?

Eféios 2.8 e Atos 11.18, como também em outros lugares.

12. Que sentido há em dizer que “a fé é um dom de Deus”?

Isso quer dizer que se Deus só tivesse dado o Seu Filho para morrer por pecadores e deixado que os homens aceitassem ou rejeitassem a oferta da salvação na base do “pegar ou largar” o resultado é que nenhum ser humano jamais seria salvo; todos estão tão escravizados pelo poder do pecado que ninguém haveria de crer em Cristo. É por isso que Deus em Sua misericórdia também muda o coração das pessoas pela operação do Seu Espírito Santo para que elas se tornem capazes e desejosas de crerem em Cristo, o Salvador delas.

13. Se a fé é um dom de Deus, isso significa que Deus faz com que as pessoas creiam em Cristo quer elas queiram quer não?

Deus não obriga ninguém a crer em Cristo contra a própria vontade. Ele muda, mediante a Sua onipotência, o coração ou a natureza da pessoa de modo que ela voluntária e alegremente receba a Cristo.

14. Qual é o histórico da doutrina da justificação pela livre graça de Deus?

Essa doutrina está implícita e sugerida no Velho Testamento e foi claramente revelada no Novo Testamento, especialmente nas epístolas de Romanos e Gálatas. Em Atos 15 lemos do concílio apostólico em Jerusalém quando a doutrina da justificação pela livre graça prevaleceu contra a falsa doutrina que acrescentava as obras da obediência à lei como parte da base necessária à salvação. Com o passar dos séculos, a doutrina da justificação pela livre graça foi praticamente esquecida e o seu lugar foi usurpado pelo sistema católico romano de salvação da “graça mais as obras”. Nos dias da Reforma, nos primeiros anos do século XVI, a verdade gloriosa da justificação pela livre graça foi redescoberta por Martinho Lutero e foi amplamente proclamada por ele e outros reformadores, resultando no maior avivamento que a igreja já conheceu. No protestantismo moderno a doutrina da justificação pela livre graça foi quase totalmente abandonada. O “liberalismo” ou “modernismo” prega uma doutrina de salvação pelas obras, ou de salvação pelo caráter. O resultado é que o protestantismo “liberal” moderno já perdeu a sua força e está gradualmente perdendo a maior parte da sua influência no mundo. Os seus adeptos contam-se aos milhões, mas estão minimamente interessados em religião.

15. Que objeção se levanta contra a doutrina da justificação pela livre graça?

Objeta-se que, se os pecadores são justificados pelo dom gratuito de Deus, a despeito de suas obras ou caráter, então não sobra nenhuma razão para se viver justa e piedosamente e que também podemos fazer segundo o que desejarmos.

16. Que resposta se pode dar a essa objeção?

Antes de qualquer coisa, é preciso entender que essa objeção não é nova em nada; ela já era levantada nos dias do apóstolo Paulo. Romanos 6.1: “*Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante?*”. Romanos 6.15: “*Havemos de pecar porque não estamos debaixo da lei, e sim da graça?*”. Paulo responde negativamente a essas duas perguntas: “*De modo nenhum!*”. Em segundo lugar, aqueles que assim objetam falam como se só a justificação fosse o todo da salvação, como se Deus só justificasse pecadores e nada mais fizesse por eles. Contudo, não podemos olhar para a justificação em si mesma. Quem é justificado é também regenerado, ou nascido de novo; receberá um novo coração que buscará a santidade; é gradualmente santificado pelo Espíri-

to Santo, isto é, o seu caráter é modificado e tornado santo. A justificação não vem sozinha, mas é o elo de uma corrente. Quem foi justificado está também no processo de ser santificado, essa regra não tem exceções.

17. Mas se não temos que fazer as boas obras para salvar as nossas almas, que motivo, então, tem o crente para praticar a justiça?

O motivo correto para se viver retamente é a devoção e a gratidão a Deus por nos criar e nos remir do pecado como um dom gratuito. Devemos praticar a justiça não para que sejamos salvos, mas porque é nosso dever e porque amamos a Deus.

18. Prove pela Bíblia que as boas obras são o fruto e não a base da nossa salvação.

Efésios 2.8-10: *“Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie. Pois somos feitura dEle, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas”*. Filipenses 2.12-13: *“desenvolvei a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a Sua boa vontade”*. Note que não somos ordenados a produzir por nós mesmos a nossa salvação, antes somos ordenados a desenvolvê-la. Nós a recebemos como um dom gratuito para depois produzirmos as suas conseqüências em nossas vidas.

19. Por que tantas pessoas se opõem amargamente à doutrina da justificação pela livre graça?

Porque essa doutrina lança humilhado no pó o orgulho humano e dá toda glória e crédito pela salvação do homem a Deus somente. Na verdade, até mesmo a fé é dádiva de Deus. Disso resulta que, como apontou Paulo em Romanos 3.27, não há lugar para a “jactância”. Os pecadores dariam alegremente a Deus uma parte do crédito pela salvação e tomariam o restante desse crédito para si mesmos, mas a doutrina da justificação pela livre graça dá somente a Deus todo o crédito e nada atribui, por mínimo que seja, ao pecador. O orgulho humano ergue-se obstinadamente contra uma doutrina assim. Somente quando o coração já foi modificado pelo Espírito Santo é que alguém pode aceitar sinceramente essa doutrina, e ter por isso um *“coração compungido e contrito”* (Sl 51.17).

20. Por que se faz necessária hoje uma nova Reforma?

Porque em nossos dias a doutrina da justificação pela graça está quase com-

pletamente esquecida. Embora a grande maioria das principais denominações a registre em seus credos oficiais, na verdade não crêem mais nela nem a proclamam com coerência. Em muitos casos as igrejas Protestantes que alegam defendê-la demonstram pouco ou nenhum zelo ou entusiasmo em pregá-la. Não seria exagerado afirmar que o crente mediano da igreja protestante pouco ou nada sabe dessa doutrina, ao passo que a Igreja Católica Romana, que se opõe fortemente a ela, ganha terreno diariamente.



Pergunta 72. *O que é fé justificadora?*

R. A fé justificadora é uma graça salvadora produzida no coração do pecador pelo Espírito e pela Palavra de Deus, pela qual ele — convicto do seu pecado e miséria e da incapacidade de ser restaurado da sua condição de perdido, tanto por si mesmo quanto pelas demais criaturas — não apenas crê na verdade da promessa do evangelho como também recebe e descansa em Cristo e na Sua justiça, ali ofertada, para o perdão dos pecados e para ser aceito e considerado justo à vista de Deus, para a salvação.

Referências bíblicas

- Hb 10.39. A fé justificadora é uma graça salvadora.
- 2Co 4.13; Ef 1.17-19. O Espírito Santo de Deus produz a fé justificadora no coração do pecador.
- Rm 10.14, 17. O Espírito Santo usa a Palavra de Deus, isto é, a mensagem do evangelho, para produzir a fé justificadora.
- At 2.37; 16.30; Jo 16.8-9; Rm 5.6; Ef 2.1; At 4.12. Aquele em quem operou a fé justificadora reconhece que é incapaz de salvar a si mesmo e que ninguém mais o pode salvar, exceto Cristo.
- Ef 1.13. Crer na verdade da promessa do evangelho é um elemento da fé justificadora.
- Jo 1.12; At 16.31; 10.43. É pela fé justificadora que se recebe e se descansa em Cristo e na Sua justiça como a base para o perdão de pecados.
- Fp 3.9; At 15.11. É pela fé justificadora que se recebe e se descansa em Cristo e na Sua justiça como a base para ser aceito e considerado justo à vista de Deus, para a salvação.

Comentário

1. O que quer dizer “a fé justificadora é uma graça salvadora”?

Isso significa que a fé justificadora produz em alguém a salvação eterna. Quem possui esse tipo de fé será salvo com certeza, e receberá a vida eterna.

2. Como é que alguém consegue obter a fé justificadora?

Não é pelo poder da vontade do próprio homem, mas por uma dádiva especial de Deus.

3. Como é que Deus concede a alguém o dom da fé justificadora?

Ele produz essa fé no coração da pessoa pela Palavra de Deus e pela operação do Espírito Santo

4. Pode a Palavra, ou o Espírito, produzir sozinha a fé justificadora no coração de alguém?

Não. A fé justificadora só pode ser produzida pela ação conjunta da Palavra e do Espírito. A mensagem da Palavra, ou do evangelho, sem o Espírito Santo pode resultar em algum tipo de fé, mas não na fé justificadora. Onde a Palavra não é conhecida, como entre os pagãos que jamais ouviram o nome de Cristo, o Espírito Santo não realiza obra de salvação (exceto, talvez, no caso dos que morrem na infância etc.).

5. Quando Deus produz a fé justificadora no coração do pecador, quais são os quatro fatos dos quais ele se convence?

(a) Ele se convence da sua condição pecaminosa. (b) Ele se convence da sua miséria. (c) Ele se convence da impossibilidade de salvar a si mesmo do pecado e miséria. (d) Ele se convence da incapacidade de qualquer um outro, exceto o Deus onipotente, salvá-lo do pecado e miséria.

6. Quando Deus produz a fé justificadora no coração de alguém, qual será a atitude dessa pessoa para com a promessa do evangelho?

Ela abandonará a sua dúvida e incredulidade naturais e reconhecerá alegremente que a promessa do evangelho é verdade.

7. Quando alguém nega a veracidade da Palavra de Deus, no todo ou em parte, o que isso demonstra sobre o estado do coração dessa pessoa?

Esse tipo de incredulidade indica normalmente que a pessoa não tem a fé salvadora, nem é um filho de Deus. A única exceção a isso seria o caso daque-

le em cujo coração o Espírito Santo operou a fé justificadora, mas que ainda, pela fraqueza do intelecto, nega a veracidade ou a autoridade de algumas porções da Bíblia sem compreender que isso é inconsistente com a fé justificadora e que desonra Deus.

8. É suficiente aceitar-se a promessa do evangelho como verdadeira?

Não. Pode-se aceitar a promessa do evangelho como verdadeira e ainda não ser um cristão salvo. Temos indispensavelmente que “receber e descansar em Cristo e na Sua justiça” etc.

9. Que quer dizer “recebe e descansa em Cristo e na Sua justiça”?

Significa, em primeiro lugar, abandonar toda e qualquer esperança de ser salvo de outro modo senão pelo dom gratuito mediante Cristo. Precisamos abandonar toda a alegação de boas obras, de bom caráter ou de qualquer outra coisa em que depositamos a nossa confiança. Em segundo lugar, temos de pedir a Deus que nos salve gratuitamente por amor a Cristo, pelo mérito da Sua expiação e justiça. Terceiro, temos de confiar que Deus fará conforme prometeu, confiando-nos a Cristo como nosso Salvador, tanto nessa vida como na eternidade.

10. Além de perdoar os pecados, que mais faz Deus por aquele que tem a fé justificadora?

Além de perdoar os pecados dessa pessoa, Deus a aceita e a considera como justa. Diz-se que “*justificado* significa ‘como se eu fosse’”, embora, é claro, a palavra não derive disso. Mas é verdadeiro dizer que *justificado* significa como se eu sempre tivesse vivido uma vida perfeita; não apenas como se eu nunca tivesse cometido nenhum pecado, mas, na verdade, como se eu sempre tivesse amado ao Senhor meu Deus com todo meu coração, com toda a minha alma, com toda a minha mente, com todo o meu poder e ao meu próximo como a mim mesmo. O sangue derramado por Cristo não apenas remove a culpa dos nossos pecados, mas a vida perfeita, inculpável e justa de Jesus Cristo, que cumpriu toda a lei de Deus, é “imputada” ou creditada em favor daquele que possui a fé justificadora.

11. Que outros tipos de fé existem além da fé justificadora?

Além da fé justificadora há também (a) a fé histórica e (b) a fé temporária.

12. O que é a “fé histórica”?

É apenas crer em Jesus Cristo como uma personagem histórica, exatamente

como acreditamos em Pedro Álvares Cabral ou em Dom Pedro II. Quem tem fé histórica acredita que Jesus Cristo viveu, disse, fez algumas coisas e foi crucificado; pode até acreditar que Ele ressuscitou dos mortos e subiu ao céu, mas para ele isso não passa de informação acumulada, pois não deposita nenhuma confiança pessoal em Cristo como o seu Salvador.

13. Só a “fé histórica” pode salvar?

Não. Lemos em Tiago 2.19 que os demônios possuem esse tipo de fé, mas que isso não os salva; fá-los apenas tremer de medo.

14. O que é a “fé temporária”?

Esse é um tipo de fé que, a primeira vista, se assemelha à verdadeira fé salvadora, mas é apenas temporária e logo desaparece por não estar radicada num novo coração. Tomamos conhecimento desse tipo de fé pela parábola do semeador. É muito comum a fé temporária resultar de “avivamentos” onde há muita agitação e provocam-se ao extremo as emoções das pessoas que se “convertem”, mas que depois retornam ao seu modo pecaminoso de vida e perdem o interesse na religião.

15. Como é possível distinguir entre a “fé temporária” e a fé justificadora?

O único modo correto de se distinguir entre as duas é pela prova do tempo. Com o passar do tempo a fé verdadeira vigora e cresce, a fé temporária murcha e morre. Quando a fé de alguém parece surgir em sua maior parte da empolgação emocional, é possível compreendermos que ela talvez não seja a verdadeira fé salvadora, mas apenas a fé temporária.



Pergunta 73. Como é que a fé justifica o pecador diante de Deus?

R. A fé justifica o pecador diante de Deus não por causa das demais graças que sempre a acompanham, nem por causa das boas obras que dela resultam, nem como se a graça da fé, ou qualquer ação dela decorrente, lhe fosse imputada para a justificação, mas apenas como o instrumento pelo qual ele recebe e aplica Cristo e Sua justiça a si mesmo.

Referências bíblicas

- Gl 3.11; Rm 3.28. A Escritura contrasta a fé com “a lei” e “as obras”;

não somos, portanto, justificados por aquelas graças que acompanham a fé, ou pelas boas obras que são frutos da fé.

- Rm 4.5 comparado a Rm 10.10. Crer em Cristo para a justificação é comparado a trabalhar pela salvação; a fé não é, portanto, uma obra do crente, mas o aceitar da obra de Cristo. Por isso a fé em si mesma não é imputada ao crente como a base da sua justificação.
- Jo 1.12; Fp 3.9; Gl 2.16. Na justificação a fé é apenas e simplesmente um instrumento pelo qual o crente entra em contato com a justiça de Cristo para a salvação.

Comentário

1. A fé é o meio ou a base da nossa justificação? Ou é ambos?

A fé é o meio da nossa justificação, e não a base. De acordo com a linguagem da Escritura, somos justificados pela fé ou mediante a fé, mas não por causa da fé.

2. Qual é o único fundamento da nossa justificação?

O único fundamento da nossa justificação é a expiação e a justiça do nosso Salvador Jesus Cristo. Somos salvos pela graça, mediante a fé, por conta da justiça de Cristo. A fonte da nossa salvação é a graça, o meio da nossa salvação é a fé e o fundamento da nossa salvação é a obra consumada de Cristo.

3. A Bíblia considera a fé como uma “boa obra” do crente?

Não. A fé é, da parte do crente, o ato de crer e confiar em Cristo como o seu Salvador. Na Bíblia, contudo, isso não é considerado como uma “obra”, antes, pelo contrário, é explicitamente contrastado com as “obras”, como em Efésios 2.8-9: *“Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie”*. Se a fé fosse considerada como uma “obra” isso daria espaço para que o crente se vangloriasse da sua fé, mas está explicitamente declarado que a salvação pela fé é *“não de obras, para que ninguém se glorie”*. Assim, a fé não é considerada como uma “obra”, não traz nenhum mérito em si mesma e não pode ser, em nenhum sentido, a base da nossa salvação. Considere, também, que o catecismo, em harmonia com a Bíblia, fala das “boas obras” como frutos da fé, pois a fé em si mesma não pode ser uma boa obra do crente, mas, pelo contrário, uma boa obra de Deus no crente.

4. Qual é o erro que às vezes se sustenta quanto ao lugar da fé na nossa salvação?

O erro de que a salvação pela fé representa uma vida eterna em condições inferiores às declaradas originalmente no Pacto de Obras. Segundo esse falso ensinamento, como nós pecadores não temos nenhuma justiça adequada, Deus graciosamente baixa o nível das Suas exigências e concorda em aceitar a fé no lugar da justiça. Tal doutrina fundamenta-se num entendimento equivocado de Romanos 4.3: “*Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça*”, onde Paulo cita Gênesis 15.6. Esse falso ensinamento interpreta tal texto assim: “Abraão não tinha uma justiça perfeita, como a que Deus exigiu originalmente dos homens, mas tinha fé, e por isso Deus aceitou graciosamente essa fé como um substituto para a justiça”. Essa interpretação contraria todo o ensinamento de Romanos e Gálatas, sem falar em outras partes da Bíblia, quanto à base da nossa justificação. Em Romanos 5.12-21 há um primoroso paralelo entre Adão e Cristo, que ensina que Cristo cumpriu o Pacto de Obras e que a justiça de Cristo é o fundamento da nossa justificação. O contexto de Romanos 4 demonstra que a interpretação de Romanos 4.3, acima citada, está errada porque no versículo 2, e de novo nos versículos 4 e 5, declara-se abertamente que Abraão não foi justificado pelas obras; a fé, por isso, não poderia ser considerada como uma “obra” ou uma substituição para a justiça, no caso de Abraão. Comparando-o com outras partes da epístola evidencia-se que o verdadeiro significado de Romanos 4.3 é o seguinte: “Abraão creu em Deus, e mediante essa fé nas promessas de Deus, a perfeita justiça de Cristo lhe foi imputada como se fosse exatamente a sua própria e pessoal justiça”. Deus jamais aceita nada que seja inferior à perfeita justiça, mas Ele aceita graciosamente a justiça de Cristo, em lugar da nossa própria justiça.

5. O que significa dizer que a fé é “apenas um instrumento”?

Isso que dizer que toda a justiça, e também todo o poder, envolvidos em nossa salvação são total e completamente de Deus; a fé é somente um vínculo, um canal, um caminho para se receber a graça de Deus.

6. Qual é o erro da Igreja Católica Romana quanto à fé?

A Igreja Católica Romana ensina que a fé é uma graça que envolve mérito, isto é, é uma forma de “boas obras”. Um conhecido catecismo Católico fala de “fé”, “esperança” e “caridade” como “graças ou dons de Deus”, mas acrescenta, que “a graça é necessária à salvação, porque sem a graça nada podemos fazer para merecer o céu”*. Em síntese, isso quer dizer que embora não possa-

* O “Catecismo da Igreja Católica” registra: “Sob a moção do Espírito Santo e da caridade, podemos

mos salvar a nós mesmos sem a ajuda de Deus, podemos, contudo, nos salvar com o auxílio que procede de Deus. Todavia, a verdade é que a fé é uma graça ou dom de Deus por meio da qual recebemos como dom gratuito, sem que haja nenhum mérito da nossa parte, o Céu que Cristo mereceu por nós.

7. Qual é o erro dos Protestantes “liberais” quanto à fé?

O Modernismo ou Liberalismo inclina-se a considerar a fé como alguma coisa que tem valor intrínseco, algo como o “entusiasmo” ou a “autoconfiança” que salva a pessoa do desânimo, em vez de considerar a fé como o vínculo com a justiça de Cristo. O Liberalismo enxerga a fé na perspectiva psicológica e a considera como útil e valiosa por causa da disposição mental que ela produz em alguém, ao invés de considerá-la do ponto de vista teológico (e da Escritura), onde a expiação e a justiça de Cristo são os objetos da sua atenção. De acordo com o Liberalismo o que importa não é o que cremos nem em quem cremos, mas o ato e a atitude de crer. Não é necessário dizer que essa moderna idéia “liberal” de fé destrói totalmente, não apenas a doutrina da justificação pela livre graça, mas todo o ensino bíblico sobre fé e salvação; isso quer dizer que a idéia “liberal” sobre a fé destrói o cristianismo.



Pergunta 74. *O que é a adoção?*

R. A adoção é uma ato da livre graça de Deus pelo qual — em e por meio do Seu único Filho Jesus Cristo — todos os que são justificados são contados entre Seus filhos, recebem o Seu nome, é-lhes dado o Espírito de Seu Filho, estão sob o Seu cuidado e providências paternas, são admitidos a todas as prerrogativas e privilégios dos filhos de Deus, são feitos herdeiros de todas as promessas e co-herdeiros com Cristo na glória.

Referências bíblicas

- 1Jo 3.1. A adoção é um livre ato da graça de Deus, isto é, uma dádiva imerecida do amor de Deus.
- Ef 1.5; Gl 4.4-5. O ato de adoção da parte de Deus é “em e por meio do

em seguida merecer para nós mesmo e para os outros as graças úteis para a nossa santificação, para o crescimento da graça e da caridade, e também para ganhar a vida eterna”. Ênfase acrescentada (“O Catecismo da Igreja Católica”, ed. bolso, Ed. Vozes/ Edições Loyola, 1993, Cap. III, Art. 2, “III. o mérito”, pág. 530, §2010). (N. do E.)

Seu único Filho Jesus Cristo”.

- Jo 1.12. Todos os crentes em Cristo, isto é, todas as pessoas justificadas, são também adotadas como filhos de Deus.
- 2Co 6.18; Ap 3.12. O crente recebe sobre si, na adoção, o nome de Deus.
- Gl 4.6. Juntamente com a adoção o cristão recebe o Espírito Santo.
- Sl 103.13; Pv 14.26; Mt 6.32. Aqueles que foram adotados como filhos de Deus estão sob o Seu cuidado e providências paternas.
- Hb 6.12; Rm 8.17. Aqueles que foram adotados como filhos de Deus são feitos herdeiros de todas as Suas promessas e co-herdeiros com Cristo em glória.

Comentário

1. Qual a diferença entre a justificação e a adoção?

A justificação muda a nossa condição legal; a adoção muda a nossa condição pessoal. A justificação nos torna justos diante de Deus; a adoção nos torna filhos de Deus. A justificação faz-nos cidadãos do reino de Deus; a adoção faz-nos membros da família de Deus. Na justificação Deus age como juiz; na adoção Deus age como Pai.

2. Por que se diz que a adoção é um “ato”?

Porque ela ocorre instantaneamente num momento específico.

3. A adoção vem antes ou depois da justificação?

Numa ordem lógica, conforme apresenta o catecismo, a justificação vem primeiro e a adoção segue-se a ela. Na experiência cristã, contudo, esses dois atos de Deus acontecem ao mesmo tempo.

4. É possível que alguém seja justificado sem ser adotado, e seja adotado sem ser justificado?

Não. Esses dois atos de Deus sempre ocorrem conjuntamente. Podem ser diferenciados porque têm significados distintos, mas não podem ser isolados. Quem é justificado é no mesmo instante adotado na família de Deus. Aquele que é realmente um filho de Deus, no sentido religioso do termo, é também alguém justificado.

5. Por que é que a doutrina da adoção é quase sempre negligenciada ou negada nos dias presentes?

Por causa do predomínio da doutrina da “Paternidade Universal de Deus”. Se

Deus é o Pai de todos, então, obviamente, todos já são filhos de Deus e a doutrina da adoção não faz o menor sentido. Se cada pessoa no mundo já é um filho de Deus, então não há a necessidade de adoção na família de Deus. Muitos dos cristãos não conseguem compreender que essa concepção da “Paternidade Universal de Deus” (no sentido religioso) é uma doutrina falsa e sem sustentação bíblica.

6. De que modo podemos saber pela experiência pessoal que fomos adotados como filhos de Deus?

Gálatas 4.6; Romanos 8.15-16.

7. Quais bênçãos especiais a adoção abrange?

(a) Relação íntima e especial com Deus, como Seus filhos; (b) o Espírito Santo é-nos dado para habitar em nossos corações; (c) o direito a todas as promessas de Deus na vida presente; (d) a garantia de sermos co-herdeiros com Cristo na glória eterna.

8. Quantas vezes alguém pode ser adotado na família de Deus?

Assim como a justificação, a adoção só pode ocorrer uma única vez na vida de alguém.

9. É possível perdermos ou sermos confiscados da nossa adoção na família de Deus?

Não. Uma vez recebidos na família de Deus somos Seus filhos para sempre.

10. É possível perdermos ou sermos privados dos sentimentos ou da consciência de que somos filhos de Deus?

Sim. Quando caímos em pecado e entristecemos o Espírito Santo podemos perder a nossa segurança ou a nossa consciência de que somos filhos de Deus. Esse assunto será discutido mais amplamente na Pergunta 81: “Todos os crentes verdadeiros têm sempre a certeza de que agora vivem no estado de graça e de que serão salvos?”. Não é possível perder-se a salvação, mas é possível perder a nossa certeza dela até certo ponto e por certo tempo. Não é possível perdermos a nossa adoção, mas é possível sermos preteridos do seu deleite por certo tempo.

11. Que dever especial nos impõe a nossa adoção na família de Deus?

O dever de vivermos como filhos e filhas do Deus vivo. Vide II Coríntios 6.14-18.



Pergunta 75. *O que é a santificação?*

R. A santificação é uma obra da graça de Deus, pela qual aqueles a quem Ele escolheu antes da fundação do mundo para serem santos são, no tempo devido — pela operação poderosa do Seu Espírito ao aplicar-lhes a morte e a ressurreição de Cristo — renovados em toda a sua humanidade à imagem de Deus; têm as sementes do arrependimento para a vida e recebem em seus corações todas as demais graças salvadoras que são estimuladas, aumentadas e fortalecidas para que eles morram mais e mais para o pecado e ressuscitem em novidade de vida.

Referências bíblicas

- Ef 1.4; 1Co 6.11-12; 1Ts 2.13. Aqueles a quem Deus escolheu antes da fundação do mundo para serem santos são, no tempo devido, santificados pela operação poderosa do Seu Espírito Santo.
- Rm 6.4. O Espírito Santo aplica a morte e a ressurreição de Cristo aos crentes para sejam santificados.
- Ef 4.23-24. A santificação abrange a renovação integral do homem à imagem de Deus.
- At 11.18; 1Jo 3.9. Na santificação, as “sementes” ou as raízes do arrependimento e todas as demais graças salvadoras são plantadas no coração do crente.
- Jd 20; Hb 6.11-12; Ef 3.16-19; Cl 1.10-11. Na santificação, as graças que foram plantadas no coração do crente são estimuladas, aumentadas e fortalecidas.
- Rm 6.4, 6, 14; Gl 5.24. A santificação faz o crente, cada vez mais, morrer para o pecado e viver em justiça.

Comentário

1. Por que se chama a santificação de uma obra, e não de um ato, da livre graça de Deus?

Porque, diferentemente da justificação e da adoção, a santificação não é um ato, mas um processo. A justificação e a adoção são atos instantâneos, realizados de uma vez para sempre num ponto do tempo, mas a santificação é um processo para a vida inteira; inicia-se na hora em que a pessoa é rege-

nerada e vai até o momento da sua morte, quando a alma adentra o estado de glória.

2. Quem é que será santificado?

Os eleitos; aqueles a quem Deus, antes da fundação do mundo, escolheu para que fossem santos.

3. Qual o significado da palavra *santificar*?

Significa fazer santo.

4. Quais são os dois tipos de santificação de que fala o Novo Testamento?

(a) Ele fala daquilo que se pode chamar de uma santificação de posição ou de privilégios externos. Esse tipo de santificação é mencionado em I Coríntios 7.14 e compreende certas bênçãos e privilégios espirituais, mas não abrange necessariamente a salvação de quem está assim “santificado”. (b) Ele fala da santificação pessoal, ou da santificação de um caráter transformado e piedoso. Essa santificação pessoal é mencionada em I Coríntios 6.11. Quem é assim santificado é salvo e herdeiro da vida eterna.

5. Qual desses dois tipos de santificação estamos discutindo na questão que ora estudamos no Catecismo Maior?

O segundo tipo, ou a santificação pessoal de vida e de caráter.

6. Qual é o poder que está envolvido na obra da santificação?

O poder onipotente de Deus Espírito Santo.

7. Que sentido há em dizer que o Espírito Santo aplica a morte e a ressurreição de Cristo àqueles que estão sendo santificados?

Isso significa que os benefícios conquistados por Cristo para o eleito pelos Seus sofrimentos e morte, e que foram garantidos pela Sua ressurreição, são verdadeiramente concedidos ao crente pela operação do Espírito Santo. Deus Pai planejou a nossa redenção; Deus Filho adquiriu a nossa redenção; Deus Espírito Santo aplica a nossa redenção para que possamos experimentar realmente os seus benefícios.

8. Que sentido há em dizer que os santificados são “renovados em toda a sua humanidade”?

Isso quer dizer, antes de tudo, que a santificação envolve o corpo e a alma,

como mostra I Tessalonicenses 5.23. Segundo, que a santificação não se limita a uma única função ou parte da vida da alma, mas abrange tudo: a mente, ou intelecto; as emoções, ou sentimentos; e a vontade, ou poder de decisão.

9. Qual é o padrão ou o ideal pelo qual o Espírito Santo conduz a sua obra de santificação?

O padrão é “a imagem de Deus”. O homem foi criado à imagem de Deus, mas quando ele caiu em pecado essa imagem de Deus nele foi quebrada e maculada. Ela, contudo, não foi completamente destruída; os seus fragmentos se acham em todos os seres humanos no mundo. Por meio da santificação, a imagem de Deus no homem é restaurada, e consiste principalmente de conhecimento, justiça e santidade.

10. Qual é a figura de linguagem que o Catecismo, imitando o Novo Testamento, utiliza para descrever o processo de santificação?

A figura da morte e ressurreição, ou morrer para o pecado e ressurgir em novidade de vida.

11. Que lições relativas à vida cristã podemos aprender dessa figura?

Primeiro, podemos aprender que não devemos tolerar o mínimo pecado em nossas vidas. Temos de morrer para o pecado, crucificar o pecado. Segundo, podemos aprender que o nosso crescimento em santidade não é algo que podemos alcançar por nós mesmos. Assim como os mortos não conseguem ressuscitar a si mesmos, nós também para ressurgirmos em novidade de vida dependemos do poder de Deus.

12. Quais são hoje os dois erros comuns relativos à santificação?

(a) O erro denominado de antinomianismo, que nega que o crente esteja obrigado a observar a lei moral de Deus. Esse erro, obviamente, torna a santificação desnecessária. (b) O erro chamado de perfeccionismo, também denominado de “santificação total” e de “perfeição sem pecado”, o qual ensina que a santificação não é um processo, mas um ato que pode ser consumando num momento exato do curso da vida presente, após o qual a pessoa está “totalmente santificada”.

(Nota: a questão do perfeccionismo, ou da “santificação total”, será discutida mais profundamente na Pergunta 78: “Qual é a causa da santificação imperfeita dos crentes?”).

13. Qual deve ser a nossa atitude para com a questão da santificação?

Devemos não somente procurar compreender com clareza a doutrina bíblica da santificação, mas também procurar a sua realidade e poder em nossas vidas pessoais.

**Pergunta 76. *O que é arrependimento para a vida?***

R. O arrependimento para a vida é uma graça salvadora operada no coração do pecador pelo Espírito e pela Palavra de Deus, pelos quais, ele, ao ver e sentir não somente o perigo mas também a imundície e a odiosidade dos seus pecados e ao compreender a misericórdia de Deus em Cristo para com os que se arrependem, aflige-se pelos seus pecados e os abomina de tal modo que os deixa totalmente e volta-se para Deus, esforçando-se e propondo-se constantemente a andar com Deus em todos os caminhos da nova obediência.

Referências bíblicas

- 2Tm 2.25. O arrependimento para a vida é uma graça salvadora ou um dom de Deus.
- Zc 12.10; At 11.18-21. O arrependimento para a vida é operado no coração do pecador pelo Espírito Santo e pela Palavra de Deus.
- Ez 18.28-32; Lc 15.17-18; Os 2.6-7. No verdadeiro arrependimento o pecador tem plena consciência do perigo do seu pecado.
- Ez 36.31; Is 30.22. O pecador verdadeiramente arrependido não está apenas consciente do perigo, mas também da imundície e da odiosidade dos seus pecados.
- Jl 2.12-13. No verdadeiro arrependimento há sempre uma compressão da misericórdia de Deus, que perdoa em Cristo aos que se arrependem.
- Jr 31.18-19. O verdadeiramente arrependido sente profunda tristeza por causa do pecado.
- 2Co 7.11. Quem se arrepende verdadeiramente detesta de fato os seus pecados.
- At 26.18; Ez 14.6; 1Rs 8.47-48. O verdadeiro arrependimento faz o pecador abandonar os seus pecados e voltar-se para Deus.
- Sl 119.6, 59, 128; Lc 1.6; 2Rs 23.25. O arrependimento autêntico envolve o propósito sincero de uma nova obediência à vontade de Deus.

Comentário

1. Por que o Catecismo diz “arrependimento para a vida” e não, simplesmente, “arrependimento”?

Porque existe um outro tipo de arrependimento que não é para a vida. Lemos que “*Judas, (...) arrependido (...) retirou-se e foi-se enforcar*” (Mt 27.3-5, ARC). Esse falso arrependimento é também chamado de “*a tristeza do mundo*” (2Co 7.10) em contraste com o verdadeiro arrependimento, ou a “*tristeza segundo Deus*”. Lemos nesse texto que “*a tristeza do mundo produz morte*”, isso significa que não é “arrependimento para a vida”, mas “arrependimento para a morte”, porque dele resulta não a vida eterna, mas a morte eterna.

2. Por que o arrependimento para a vida é chamado de “uma graça salvadora”?

É dita “salvadora” porque resulta em salvação ou vida eterna. É chamado de “graça” porque é algo que recebemos por dádiva de Deus, e não que tenhamos naturalmente em nós.

3. De acordo com o ensinamento da Bíblia, quem precisa se arrepender?

Todos, sem exceção, precisam se arrepender. Note-se que na Bíblia a ordenança ao arrependimento é universal. João Batista e Jesus, por exemplo, diziam em suas pregações, “arrependei-vos”, sem fazer distinção entre bons e maus, religiosos ou indiferentes, incultos ou letrados etc. Eles não diziam: “Arrependei-vos, vós os que tendes praticado feitos dignos de arrependimento”; nem: “Arrependei-vos, vós os que sois pecadores”; mas simplesmente e sem fazer qualificações, diziam: “Arrependei-vos”.

4. Como se opera no coração do pecador o arrependimento para a salvação?

Pelo Espírito e pela Palavra de Deus. Aqui, o termo *Palavra de Deus* não significa apenas a Bíblia, mas a mensagem da verdade salvadora contida na Bíblia, isto é, o evangelho de Jesus Cristo, seja ele lido, pregado ou proclamado de alguma outra maneira. O arrependimento para a vida não é produzido pelo Espírito Santo sozinho sem a Palavra, nem pela Palavra sozinha sem o Espírito, mas pelos dois em conjunto, o Espírito Santo usando e aplicando a verdade da Palavra. Isso implica que onde o evangelho ainda não foi proclamado o Espírito Santo não opera para trazer as pessoas à salvação. Ele opera onde a Palavra tem sido proclamada e conhecida.

5. É bastante para alguém compreender o perigo dos seus pecados?

Não. É claro que o temor do castigo de Deus tem parte em trazer pessoas à salvação por Cristo, mas temor somente não basta. Quem crer só por causa do medo do inferno jamais será um verdadeiro crente. Devemos lamentar os nossos pecados não apenas por causa dos sofrimentos e miséria que eles trazem sobre nós; temos de abandonar os nossos pecados porque é errado pecar, não apenas porque é perigoso.

6. Além do perigo dos nossos pecados, o que mais precisamos compreender sobre eles?

Temos de entender a “imundície e a odiosidade” dos nossos pecados. Isso quer dizer que precisamos compreender que os nossos pecados são totalmente contrários à santidade e ao caráter de Deus, e por isso são imundos e devem ser abominados.

7. Por que precisamos ter também a compreensão da misericórdia de Deus em Cristo?

Sem a compreensão da misericórdia de Deus em Cristo, o arrependimento nos levaria ao desespero e não à salvação, pois quando compreendêssemos que os nossos pecados merecem a ira de Deus e a maldição por toda a eternidade não enxergaríamos nenhuma maneira de nos livrarmos deles. O arrependimento só se torna uma experiência cristã quando acompanhado pela fé em Cristo como salvador. Registra-se que certa instituição hindu da cidade de Nova Iorque tomou a definição do Breve Catecismo de Westminster de “arrependimento para a vida” e modificou-a para fazê-la ajustar-se à sua religião hindu, excluindo as palavras “compreender a misericórdia de Deus em Cristo”. Ao excluí-las ela eliminou tudo o que é distintamente cristão dessa definição, que resultou no seguinte: “O arrependimento para a vida é uma graça salvadora, mediante a qual o pecador, pela verdadeira consciência do seu pecado, com angústia e ódio por ele, deixa-o e volta-se para Deus, com propósito e esforço plenos para andar em nova obediência”. Isso é satisfatório para essa instituição e demonstra que nela não há cristianismo.

8. É necessário que o cristão tenha profundo pesar pelo pecado?

É necessário, com certeza. O pecado não é uma ninharia, nem um mal insignificante. É totalmente maligno, por isso, qualquer pecado, até o mais pequenino deles, é merecedor da ira de Deus e da maldição por toda a eternidade. Mesmo o menor dos pecados é o oposto total da santidade de Deus. É por isso que o crente, ao longo da vida, tem sempre de sentir profundo pesar pelo pecado.

9. O arrependimento é um ato, um processo ou uma atitude?

Do ponto de vista humano o arrependimento é uma atitude do coração e da mente concernente a Deus, a si mesmo e ao pecado. O arrependimento para a vida, porém, é mais do que uma atitude; é a atitude que resulta em ação: o esforço constante e sério para viver uma vida de retidão.

10. Devemos nos arrepender de uma vez por todas quando vimos a crer em Cristo, ou devemos nos arrepender dia após dia?

A crise da conversão em que alguém passa a crer em Cristo e volta-se para Deus deve ser de maneira preeminente um tempo de arrependimento. Mas o arrependimento não é o tipo de coisa que pode ser feita de uma vez por todas; devemos continuar a ter uma atitude de arrependimento dia após dia no decorrer de toda a nossa vida nesse mundo.

11. De que modo podemos verificar a autenticidade do nosso arrependimento?

Não é seguro confiarmos totalmente em nossos sentimentos, pois são demasiadamente enganosos. O único teste confiável para qualquer experiência religiosa é os seus frutos. Se o nosso arrependimento conduz ao *propósito e ao esforço* para viver uma vida nova e melhor, podemos crer que seja o arrependimento cristão genuíno, ou o “arrependimento para a vida”.

12. Por que existe hoje tão pouco arrependimento verdadeiro?

Várias podem ser as razões para tal condição, mas, certamente, uma das principais razões é que nos anos recentes tem havido relativamente pouca pregação sobre a lei de Deus, a santidade de Deus e sobre a ira de Deus contra o pecado do ser humano. Em vez de enfatizar esses temas o protestantismo moderno transviou a sua ênfase e proclama um Deus que nada mais é senão amor, representado como um coração sensível demais para castigar alguém para sempre. O pecado é apresentado como um mal, mas não é grande o suficiente para alienar o homem de Deus e o colocar debaixo da Sua ira e maldição. Não é de se admirar que esse desvio de ênfase, e essas corrupções da verdade, resultaram na presente condição. A ênfase moderna e desequilibrada no amor de Deus tem produzido uma atitude de complacência e de justiça própria no protestantismo moderno. A Bíblia ensina que Cristo veio para chamar, não os justos, mas os pecadores, ao arrependimento. Aqueles que se consideram justos não sentirão a necessidade de se arrependerem, é claro. Somente pelo retorno geral a toda a verdade sobre Deus e a Sua lei pode assentar a base para um avivamento real da fé e da experiência cristãs.

13. Como é possível provar pela Bíblia que o arrependimento é um dom de Deus, e não simplesmente uma realização do nosso livre-arbítrio humano?

Há textos que falam do arrependimento como um dom de Deus, como Atos 11.18 e II Timóteo 2.25. Há também textos que ensinam a mesma verdade falando do arrependimento como uma obra de Deus, como Jeremias 31.18-19 e Zacarias 12.10.

14. O arrependimento pode remover a culpa do pecado?

Não. A culpa do pecado só pode ser removida pelo sangue do nosso Salvador Jesus Cristo.

15. Se o arrependimento não pode cancelar os nossos pecados, então por que devemos nos arrepender?

Cristo veio a esse mundo não apenas para nos salvar, mas para nos salvar do pecado. Ele não veio simplesmente para nos dar a vida eterna, mas para nos dar a justiça eterna. Não podemos aceitar só apenas parte daquilo que Cristo nos oferece; pegamos tudo, ou nada. Se não quisermos a justiça, também não poderemos ter a vida eterna. Não podemos ser salvos sem sermos salvos do pecado. Quem não se arrepende é quem quer permanecer no pecado. Essa disposição mental é o oposto de receber a Cristo como o Salvador dos nossos pecados. Não podemos ter os nossos pecados e a salvação dos nossos pecados ao mesmo tempo, do mesmo modo de alguém que poderia ser salvo do fogo, mas que permanece deliberadamente num prédio em chamas.



Pergunta 77. *Em que diferem a justificação e a santificação?*

R. Embora a santificação seja inseparavelmente unida à justificação, elas são, contudo, diferentes nisto: Deus, na justificação, imputa a justiça de Cristo; na santificação o Seu espírito infunde a graça e dá o poder de exercitá-la. Na primeira o pecado é perdoado; na outra é subjugado. Uma liberta igualmente todos os crentes da ira vingadora de Deus — e isso nesta vida, para que jamais sejam condenados; a outra não é igual em todos nem é perfeita em ninguém nesta vida, mas progride para a perfeição.

Referências bíblicas

- 1Co 6.11; 1.30. A justificação e a santificação estão unidas inseparavelmente.
- Rm 4.6, 8. Na justificação Deus imputa ao pecador a justiça de Cristo.
- Ez 36.27. Na santificação Deus infunde graça e poder para o crente exercitá-la.
- Rm 3.25-25. Na justificação o pecado é perdoado.
- Rm 6.6, 14. Na santificação o pecado é subjugado.
- Rm 8.33-34. A justificação liberta todos os crentes da ira de Deus, igual e perfeitamente nesta vida.
- 1Jo 2.12-14; Hb 5.12-14. A santificação não é igual em todos os crentes, mas varia na medida em que progridem.
- 1Jo 1.8, 10. Nesta vida, a santificação não é perfeita em nenhum crente.
- 2Co 7.1; Fp 3.12-14. A santificação é um processo gradual que conduz, mas que nesta vida não alcança verdadeiramente, ao ideal da perfeição moral.

(Nota: Sendo esta pergunta do catecismo um contraste entre as doutrinas da justificação e da santificação, a seguinte relação de semelhanças e de pontos contrastados pode auxiliar no entendimento do assunto).

Pontos idênticos na Justificação e na Santificação

1. Elas estão inseparavelmente unidas; não há justificação sem santificação, nem santificação sem justificação. Quem tem uma tem também a outra.
2. Deus é o autor e a fonte de ambas, justificação e santificação.
3. Tanto a justificação quanto a santificação são procedentes da graça de Deus, ou amor e favor especial para com os pecadores.

Pontos que diferem entre a Justificação e a Santificação

A Justificação é:

1. Um ato da livre graça de Deus.
2. Um ato mediante o qual Deus imputa a justiça de Cristo.
3. Um ato em que Deus perdoa o pecado.
4. Total e igual para todos os casos.

5. Completa e perfeita nesta vida.
6. Um veredicto judicial que livra da condenação e outorga a vida eterna.

A Santificação é:

1. Uma obra da livre graça de Deus.
2. Uma obra mediante a qual Deus infunde graça e poder.
3. Uma obra em que Deus subjuga pecados.
4. Difere em grau em diferentes pessoas.
5. Incompleta e imperfeita nesta vida.
6. Um crescimento espiritual do caráter cristão, plantado e regado divinamente.

Comentário

1. Que sentido há em dizer que a santificação está inseparavelmente unida à justificação?

Isso significa que embora esses dois componentes da salvação possam ser diferenciados, não podem ser apartados. Não existe isso de justificação sem santificação, nem de santificação sem justificação. Quem foi justificado está, sem exceção, sendo santificado e vice-versa.

2. Prove pela Bíblia que a justificação e a santificação são inseparáveis.

I Coríntios 1.39: “*Mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual se nos tornou, da parte de Deus, sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção*”. Aqui, Justiça (que é o mesmo que justificação) está amarrada à santificação e é-nos dito que Jesus Cristo se nos tornou justiça e santificação. Por isso, quem tem a Cristo tem os dois, a justificação e a santificação. Romanos 6.22: “*Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna*”. Aqui, “*libertados do pecado*”, isto é, justificação, está intimamente amarrado a “*tendes o vosso fruto para a santificação*”, isto é, santificação.

3. Quais tentativas foram feitas para separar a justificação da santificação?

(a) Alguns de credo Pentecostal afirmam que a justificação não está necessariamente associada à santificação, nem dela é acompanhada. Eles propendem a dividir os crentes em duas classes, que são: (1) aqueles que foram apenas justificados; e (2) aqueles que foram justificados e santificados. Os que defendem

este ponto de vista inclinam-se também a considerar a santificação como um ato que pode ser completado nesta vida. Essa mesma tendência geral é manifestada pelos que tentam classificar os crentes em: (1) aqueles que receberam o Espírito Santo; e (2) aqueles que são “salvos”, mas que ainda não receberam o Espírito Santo. (Vide Rm 8.9: “*E, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele*”). (b) O “Liberalismo” moderno abandonou a doutrina da justificação pela livre graça, no entanto procura cultivar a santificação isolada da justificação. Os pregadores liberais modernos não crêem mais na verdade da justificação pela livre graça de Deus nem a proclamam, mas jamais se cansam de pregar a respeito da “edificação do caráter” e de assuntos semelhantes. Tal erro é imensamente mais sério do que o dos já citados crentes Pentecostais, que afirmam que é possível ter-se os alicerces da justificação sem se construir sobre eles o edifício da santificação. Mas os pregadores liberais modernos dizem, efetivamente, que se pode ter um maravilhoso edifício de santificação, sem que exista nenhum alicerce real debaixo dele; isto é, sem nenhuma fundação, exceto a da natureza humana comum.

4. Que diferença de sentidos há entre os termos *imputar* e *infundir*?

Imputar é um termo jurídico que significa atribuir ou colocar alguma coisa na conta de alguém. Imputar a justiça de Cristo a alguém significa creditar àquela pessoa a justiça de Cristo. A imputação é uma transferência de justiça ou culpa, de crédito ou débito, nos registros contábeis de Deus. O termo *infundir*, por outro lado, significa derramar algo em alguma coisa: não se refere a uma movimentação dos registros contábeis de Deus no céu, mas a alguma coisa que Deus faz no coração e na alma de alguém aqui na terra. Descreve não a mudança legal de uma condição, mas a mudança de caráter pessoal. Deus nos imputa a justiça de Cristo, mas infunde graça e poder em nossos corações para que possamos cultivar a nossa própria justiça. A perfeita justiça de Cristo é imputada ao crente enquanto ele ainda está aqui neste mundo; mas na glória celestial ele também será vestido com a justiça perfeita dos santos, isto é, a justiça de caráter pessoal que é fruto da santificação (vide Ap 19.8).

5. Por que Deus não providenciou para que a santificação fosse igual em todos os crentes nessa vida presente?

É claro que Deus, por ser onipotente, poderia ter feito com que a santificação fosse a mesma para todos os crentes na vida presente, mas Ele, de fato, preferiu não fazer assim. A Bíblia não nos diz o porquê. Só podemos dizer que Deus, em Sua soberania, fez aquilo que parecia bem à Sua vista (vide Mt

11.26). Não podemos pedir satisfação a Deus sobre os seus planos e decisões; fazer isso é uma contradição do relacionamento religioso entre o homem e Deus.

6. Por que distinguir entre a justificação e a santificação é importante para nós em nossa vida cristã?

Essa distinção é extremamente importante para a vida cristã, pois há sempre a tendência de se confundir essas duas coisas. Quem pensa que a justificação inclui todo o necessário à sua santificação de modo a não precisar buscar a santidade pessoal de caráter e de vida continua em perigo, pois não é verdadeiramente justificado. Por outro lado, quem pensa que a santificação inclui toda a justificação de que precisa, ainda corre perigo porque está tentando salvar a si mesmo pelas boas-obras. Por isso, saber distinguir entre a justificação e santificação é extremamente importante para se evitar os extremos do antinomismo e do legalismo. O crente verdadeiro evitá-los-á e compreenderá que a justificação é o alicerce da sua salvação, ao passo que a santificação é fruto da sua salvação. Devemos defender e ensinar a verdade bíblica completa sobre essas duas doutrinas, prestando cuidadosa atenção às suas semelhanças e diferenças, e à relação que há entre elas.

7. A diferença entre a justificação e a santificação é uma mera questão teórica ou de doutrina abstrata, ou é um extremado preciosismo teológico?

Pelo contrário, essa é uma questão de total importância para a vida prática de todo crente. Nenhum crente sincero consideraria tais questões como meras abstrações teológicas. Todo crente verdadeiro entenderá que saber essa diferença é vitalmente importante, e que a justificação e a santificação são tão necessárias para a salvação da sua alma quanto o são o oxigênio, a comida e a água para a vida e saúde do seu corpo.



Pergunta 78. Qual é a causa da santificação imperfeita dos crentes?

R. A santificação imperfeita dos crentes decorre dos restos do pecado que residem em todos os seus membros e das incessantes concupiscências da carne contra o espírito; por isso são eles sempre desviados pelas tentações e caem em muitos pecados, são embaraçados em todos os seus serviços espirituais e as suas melhores obras são imperfeitas e manchadas à vista de Deus.

Referências bíblicas

- Rm 7.18-23; Mc 14.66-72; Gl 2.11-12. Por causa da pecaminosa corrupção da natureza, que resta até mesmo nos crentes, eles lutam contra muitas tentações e caem em muitos pecados.
- Hb 12.1. Os restos do pecado na natureza do crente embaraçam-no em todos os seus exercícios espirituais.
- Is 64.6; Êx 28.38. À vista de Deus, até as melhores obras do crente são imperfeitas e manchadas.
- 1Jo 1.8; Tg 3.2; 5.16; Fp 3.12-14; Pv 24.9; Ec 7.20. A santificação imperfeita dos crentes é um fato reconhecido pela Escritura.

Comentário

1. Se é verdade que o crente recebeu a salvação, então, como pode o catecismo falar da “santificação imperfeita dos crentes”?

Na Bíblia e na doutrina cristã, o termo *salvação* nem sempre é usado com um mesmo sentido. É uma idéia complexa que abrange diversos elementos; às vezes refere-se a um elemento, outras vezes a outro. Dizemos normalmente que o crente é uma pessoa salva, o que, obviamente, é verdade, se compreendido da maneira correta. Mas se quisermos falar disso com exatidão teremos que dizer que o crente é alguém que, num sentido, foi salvo; num outro sentido, está sendo salvo; e que, em mais um outro sentido, será salvo. Ele foi salvo da culpa do pecado, está sendo salvo do poder do pecado e será salvo da presença do pecado. O crente já recebeu a justificação, está recebendo a santificação e receberá a glorificação. Recebemos a salvação por partes, não toda ela de uma única vez. Como a santificação do crente é um processo que continua ao longo da sua vida terrena, ele, necessariamente, continua imperfeito durante essa vida.

2. A nossa santificação é imperfeita por causa de algo fora de nós, ou por causa de algo dentro em nós?

A nossa santificação é imperfeita por causa de algo dentro em nós, que é a natureza pecaminosa que permanece em nós, mesmo depois de termos nascido de novo. Na verdade, é muito comum que os crentes ponham a culpa de seus pecados e faltas em alguma coisa fora deles, tais como o mundo pecaminoso, o diabo, as circunstâncias adversas etc., mas o fato é que a nossa própria natureza pecaminosa é a causa verdadeira da imperfeição da nossa santificação.

3. Fatores externos como o mundo e o diabo, não levam o crente a fazer concessões pecaminosas com o maligno?

Fatores externos como o mundo, o diabo, as más companhias, as bebidas alcoólicas, e coisas desse tipo, podem ser propícios para que demos espaço ao maligno. Esses fatores externos tiram proveito da nossa natureza pecaminosa e somos seduzidos para que pequemos intencionalmente. Essas coisas externas, porém, não teriam poder em si mesmas para nos seduzir ao pecado se em nós não permanecesse a natureza pecaminosa. O nosso Salvador Jesus Cristo enfrentou todas essas tentações exteriores sem que cometesse o menor dos pecados. No caso dEle não havia uma natureza pecaminosa à qual as ocasiões externas favoráveis à tentação tivessem poder para apelar. Devemos evitar o erro comum de denunciar em voz alta o mundo e o maligno sem nada ou quase nada falarmos da corrupção pecaminosa da natureza que ainda há em todo crente neste mundo. A mera condenação dos pecados do mundo não tornará os crentes santos nem semelhantes a Cristo; é preciso muito mais do que isso. O pecado no coração de cada um tem de ser mortificado ou crucificado, quando isso for feito, o mundo e o maligno encontrarão muito menos ao que apelar no coração do crente em Cristo.

4. Quais são alguns dos nomes usados na Bíblia para designar a natureza pecaminosa que permanece nos que nasceram de novo?

“O velho homem” (Rm 6.60); *“a carne”* (Rm 7.18); a *“lei do pecado que está nos meus membros”* (Rm 7.23, ARC); *“coração de pedra”* (Ez 36.26); *“o pecado que habita em mim”* (Rm 7.17); *“corpo desta morte”* (Rm 7.24).

5. Na Bíblia, qual o significado da palavra *carne*?

Na Bíblia, esse é um dos termos mais difíceis de entender porque é usado com, no mínimo, três sentidos diferentes, quais sejam: (a) O termo é usado em seu sentido puramente físico, como na expressão *“carne e sangue”*. Nesse sentido a *“carne”* é uma parte do corpo humano. (b) A palavra *“carne”* é também usada para simbolizar o homem na sua fraqueza humana, como, por exemplo, no versículo: *“Toda carne é erva, e toda a sua beleza, como as flores do campo”*. (c) O termo *carne* é usado para indicar a natureza pecaminosa do homem caído, que permanece até mesmo no crente, como no versículo, *“em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum”*. Devemos nos resguardar do erro extremamente comum de que a palavra *carne* quer dizer uma parte da nossa natureza humana. Ela não se refere a uma “baixa” natureza, mas refere-se à nossa natureza total corrompida pelo pecado.

6. Qual é o erro mais comum ao se entender as passagens bíblicas que falam da “carne” como alguma coisa maligna?

Não há dúvida de que o erro mais comum ao se lidar com essas passagens é considerar “a carne” apenas como uma mera significação do corpo humano. Na realidade, é óbvio, “a carne” compreende a natureza como um todo, a qual foi corrompida pelo pecado, o que é reconhecido pelo Catecismo quando diz “que residem em todos os seus membros”. O pecado não é, em princípio, um problema do corpo, mas da alma ou do espírito, mas que envolve o todo da nossa natureza humana. Nada há de humano que não tenha sido corrompido nem manchado pela nossa queda no pecado.

7. Segundo a Bíblia, o que caracteriza a vida cristã, a paz ou o conflito?

De acordo com a Bíblia a vida cristã é tanto uma vida de paz quanto uma vida de conflito. É uma vida de paz com Deus e de conflito com o pecado. O não-salvo está em guerra contra Deus e em paz com o pecado. O crente está em paz com Deus e em guerra contra o pecado.

8. Se alguém não prova do conflito contra o pecado, o que isso diz da sua vida religiosa?

Aquele que não experimente uma luta real contra o pecado é, com toda a probabilidade, um pecador perdido, morto em delitos e pecado. Aquele que prova só um pouco de conflito com o pecado deveria se auto-examinar para descobrir se entristeceu ou não o Espírito Santo e se, portanto, não caiu na condição de entorpecimento e sonolência espirituais. Esse crente deveria atentar à advertência de Romanos 13.11: *“já é hora de vos despertardes do sono; porque a nossa salvação está, agora, mais perto do que quando no princípio cremos”*.

9. Deve o crente ficar desanimado por ter de lutar uma árdua batalha contra o pecado?

Não. Embora a nossa fraqueza humana nos torna naturalmente desanimados por causa de um conflito prolongado, o fato é que uma dura luta contra o pecado é um bom sinal. Isso mostra que estamos na trilha certa, viajando pela via verdadeira que conduz ao céu, e que passamos pelas mesmíssimas provas que tiveram de passar todos os santos de Deus, mesmo os melhores e mais santos deles. Em vez de nos sentirmos desencorajados na luta contra o pecado, devemos ficar desconfiados e até mesmo assustados se descobrirmos que passamos por pouco ou nenhum conflito desses.

10. Por que é que a oração e os outros deveres espirituais são sempre tão difíceis, até mesmo para os crentes mais sinceros e fervorosos?

Isto é, sem dúvida, um fato real na vivência cristã, como também é um ensinamento da Palavra de Deus. A razão é que a nossa natureza pecaminosa que perdura em nós luta desesperadamente contra aqueles exercícios espirituais que levam a “*crucificar a carne*”. “*Porque a carne milita contra o Espírito, e o Espírito, contra a carne, porque são opostos entre si; para que não façais o que, porventura, seja do vosso querer*” (Gl 5.17). Como expõe o catecismo, os crentes são verdadeiramente “*embaraçados em todos os seus serviços espirituais*”.

11. Que podemos pensar daqueles evangelistas e pregadores que apresentam a vida cristã como totalmente feliz, agradável e fácil?

Aqueles que falam assim ainda não lutaram de fato contra a maldade real de seus próprios corações.

12. Qual é o caráter verdadeiro até mesmo das nossas melhores “boas obras” à vista de Deus?

Até as melhores das nossas obras são imperfeitas e impuras à vista de Deus, por causa do pecado remanescente no coração e na vida de todos nós.

13. Que magnífica passagem da Escritura trata da batalha do crente contra o pecado?

Efésios 6.10-18, que nos ordena: “*Revesti-vos de toda a armadura de Deus*”.

14. Qual é a mais importante das partes “de toda a armadura de Deus”?

“*Tomando sobretudo o escudo da fé, com o qual podereis apagar todos os dardos inflamados do maligno*” (Ef 6.16).



Pergunta 79. *É possível aos crentes verdadeiros, devido às suas imperfeições e às muitas tentações e pecados que os tomam, caírem do estado de graça?*

R. Os crentes verdadeiros, em razão do imutável amor de Deus, do Seu decreto e pacto para lhes dar a perseverança, da união indissolúvel deles com Cristo, da interseção contínua de Cristo em favor deles e do Espírito e da semente de

Deus que neles permanecem, jamais poderão cair completa ou definitivamente do estado de graça, antes são preservados pelo poder de Deus mediante a fé para a salvação.

Referências bíblicas

- Jr 31.3. O imutável amor de Deus pelos Seus.
- 2Tm 2.19; Hb 13.20-21; 2Sm 23.5. O decreto e o pacto de Deus para dar ao Seu povo a graça e a perseverança.
- 1Co 1.8-9. A união indissolúvel do crente com Cristo.
- Hb 7.25; Lc 22.32. A interseção de Cristo em favor dos Seus.
- 1Jo 3.9; 2.27. O Espírito e semente de Deus permanecem para sempre no crente.
- Jr 32.40; Jo 10.28. Os verdadeiros crentes jamais poderão cair total ou definitivamente do estado de graça.
- 1Pe 1.5. O verdadeiro crente é preservado pelo poder de Deus mediante a fé para a salvação.

Comentário

1. A que tipo de pessoas se refere a resposta a essa pergunta do catecismo?

Refere-se aos verdadeiros crentes, isto é, àqueles que realmente nasceram de novo, que foram justificados, adotados na família de Deus e estão em processo de santificação.

2. A que tipo de pessoas não se refere a resposta a essa pergunta do catecismo?

Aos comumente chamados de hipócritas, e que engloba todos quantos professaram o cristianismo mas que na verdade não nasceram de novo. Alguns deles são meros fingidores; outros enganam a si mesmos ao pensarem que são nascidos de novo quando na verdade não o são; outros nada sabem sobre nascer de novo, mas pensam que podem ser salvos pelas suas obras ou caráter bons. A resposta à Pergunta 79 do catecismo não se refere a nenhum desses.

3. Os crentes verdadeiros podem cair do estado de graça?

Não. Isto é, eles não podem cair total ou definitivamente do estado de graça.

4. Prove pela Bíblia que os crentes verdadeiros não podem cair total e definitivamente do estado de graça.

Vide João 10.28 e Romanos 8.35-39, o qual lista dezesseis coisas que não po-

dem separar o crente do amor de Deus que está em Jesus Cristo nosso Senhor, ainda acrescentando-lhes: “*nem qualquer outra criatura*”. Aqueles que dizem que os crentes verdadeiros podem cair do estado de graça e perderem-se eternamente replicam que nenhuma das coisas aqui enumeradas pelo apóstolo Paulo podem separar os crentes do amor de Deus, mas que a livre-vontade do crente é capaz de fazê-lo. Segundo essa contestação eles afirmam que a livre-vontade humana não é uma coisa criada, pois o apóstolo acrescentou “*nem qualquer outra criatura*” só depois de arrolar essas coisas. Mas concluímos que a livre-vontade do crente — sendo criatura — não pode separar o crente do amor salvador de Deus.

5. Que quer dizer o Catecismo com as palavras “*completa ou definitivamente*”?

Essas palavras implicam que crentes verdadeiros podem cair do estado de graça parcial e temporariamente. A Bíblia, na verdade, ensina que essa queda parcial e temporária é uma possibilidade, e pode ser vista no meio dos crentes em nossos próprios dias.

6. O fato dos crentes verdadeiros não poderem perecer eternamente depende da força de vontade, do fervor e da fidelidade deles?

Não. Se a nossa salvação eterna dependesse de nós mesmos, nenhum de nós seria salvo.

7. Se a nossa segurança eterna não depende dos nossos próprios esforços, então de que depende ela?

Ela depende do amor e do poder de Deus.

8. Como o catecismo sintetiza as provas bíblicas de que os verdadeiros crentes não podem perecer?

O catecismo relaciona cinco razões bíblicas, quais sejam: (a) O imutável amor de Deus. (b) O decreto de Deus e o Seu pacto com eles para lhes dar perseverança. (c) A união inseparável deles com Cristo. (d) A contínua interseção de Cristo em favor deles. (e) O Espírito e a semente de Deus que neles permanece.

9. Prove biblicamente que o amor de Deus pelo eleito é eterno e, portanto, imutável.

Jeremias 31.3 diz que Deus ama o Seu povo com amor eterno. Se esse amor

pode mudar, então não é um amor eterno de verdade; se for eterno de fato, então não pode mudar.

10. Qual é a natureza do amor de Deus pelo Seu eleito?

O amor de Deus pelo Seu eleito não é só um amor genérico que deseja e espera o bem-estar dele, antes é uma amor especial, particular e de fato atuante que providencia infalivelmente para que gozem da perpétua comunhão com o próprio Deus.

11. Apresente dois textos da Escritura que provem que Deus prometeu guardar o Seu eleito de cair do estado de graça.

O Salmo 138.8 e a sua contraparte no Novo Testamento: Filipenses 1.6.

12. Mostre pela Escritura que a união do crente com Cristo é uma união inseparável e, portanto, eterna.

Romanos 8.35-39; Salmos 23.6; 73.24; João 17.24.

13. Dê um texto dos Evangelhos e um outro das epístolas que mostrem a interseção de Cristo em favor do Seu povo.

João 17.9; Hebreus 7.25.

14. Deixará Cristo de interceder pelo Seu povo?

Não. A Sua interseção continuará até que o último dos eleitos adentre o estado de glória eterna, pois lemos em Hebreus 7.25 que Ele vive sempre para interceder por eles.

15. Como podemos saber se a interseção de Cristo pelo Seu povo sempre será eficaz?

Deus Pai sempre atenderá às solicitações de Jesus Cristo, pois Ele é o Filho amado em quem o Pai sempre se deleita (Mt 3.17) e tudo o que Ele faz é sempre agradável a Deus (Jo 8.29).

16. De que modo o habitar do Espírito de Deus nos crentes prova que eles não podem cair do estado de graça?

O Espírito Santo não pode habitar no coração do perdido (Jo 14.17), mas habita no coração de cada crente (Jo 14.17; Rm 8.9). Jesus prometeu que o Espírito Santo permaneceria para sempre (Jo 14.16). Se fosse possível ao crente cair do estado de graça, isso significa que o salvo voltaria a ser um perdido e o Espírito

Santo teria de deixá-lo, pois Ele não pode habitar num não-salvo. Jesus, no entanto, prometeu que o Espírito Santo viria aos crentes para habitar eternamente; é por isso que o Espírito não pode sair do coração de um crente e, portanto, um crente verdadeiro não pode perder a sua salvação e voltar a ser um perdido.

17. O que significa a “divina semente” que permanece nos crentes?

A “divina semente” representa a nova e santa natureza criada no coração de alguém quando nasceu de novo pelo poder do Espírito Santo.

18. De que modo a permanência dessa nova natureza ou “divina semente” nos crentes mostra que eles não podem cair do estado de graça?

I Pedro 1.23: *“pois fostes regenerados não de semente corruptível, mas de incorruptível, mediante a palavra de Deus, a qual vive e é permanente”*. Afirma-se aqui que a nova natureza, ou “divina semente”, recebida pelo crente ao nascer de novo é incorruptível. E se ela é incorruptível, não pode, por isso, deteriorar-se nem morrer, mas viverá e crescerá para sempre. Contudo, se fosse possível a um crente cair completamente do estado de graça, então seria possível à “semente divina” no coração dessa pessoa deteriorar-se e morrer. Nesse caso a “divina semente” não seria incorruptível, mas corruptível. Mas a Palavra de Deus diz claramente que a “divina semente” no crente é incorruptível. Assim, a “divina semente” que permanece no crente garante que ele não pode cair completamente do estado de graça e se perder.

19. Seria possível à doutrina da perseverança dos santos, ou da segurança eterna do crente em Cristo, nos levar à indiferença ou a um proceder negligente em nossa vida cristã?

Critica-se sempre essa doutrina afirmando-se que ela anula toda a motivação para buscarmos a santidade. Tal crítica baseia-se na falsa noção de que os crentes só buscam a santificação por medo do Inferno; isso não tem nenhum fundamento. Os crentes que crêem nela são tão fervorosos, fiéis e ciosos da sua vida cristã quanto o são os outros crentes que não a aceitam. A verdade é que tal doutrina, se entendida corretamente, seria, e é, um potente incentivo para o serviço cristão fiel e paciente. O crente que está dia e noite carregado de temores e de preocupações para não cair do estado de graça e perecer eternamente não pode prestar um melhor serviço a Deus porque a sua mente está ocupada pelos seus temores. O crente cuja mente descansa no ensinamento claro da Palavra de Deus sobre essa questão estará mais capacitado a aplicar a sua vida a buscar o reino de Deus e a Sua justiça. Essa segurança é necessária

para o progresso e atividade normais; exatamente como na vida humana comum, assim é também na vida espiritual do crente.



Pergunta 80. *É possível aos crentes verdadeiros terem a certeza absoluta de que estão no estado de graça e de que nele perseverarão para a salvação?*

R. Do mesmo modo que crêem verdadeiramente em Cristo e se empenham para andar com toda a boa consciência diante dEle, sem nenhuma revelação extraordinária, mediante a fé que se firma nas reais promessas de Deus, e pelo Espírito que os capacita a discernirem em si mesmos as graças às quais são feitas as promessas de vida e que testemunham junto com os seus espíritos de que eles são filhos de Deus, esses crentes podem ter a certeza absoluta de que estão no estado de graça e de que nele perseverarão para a salvação.

Referências bíblicas

- 1Jo 2.3. É preciso que haja o empenho consciente de guardar os mandamentos de Deus para se conquistar essa certeza.
- 1Co 2.12; 1Jo 3.14, 18, 21, 24; 4.13, 16; Hb 6.11-12. A obtenção dessa certeza é possível e depende da verdade das promessas de Deus e de que o crente esteja capacitado pelo Espírito Santo a discernir em seu próprio ser as graças às quais essas promessas são feitas.
- Rm 8.15-16; 1Jo 5.10. O testemunho do Espírito Santo na alma do crente é um fator para a obtenção dessa certeza.
- 1Jo 5.13. A plena certeza inclui a convicção da perseverança final para a vida eterna.

Comentário

1. O que significa “certeza de salvação”?

Com “certeza de salvação” se quer indicar a convicção, na mente do crente, da certeza absoluta da sua salvação, tanto a atual quanto a eterna. Nossos corações anseiam ter a certeza não apenas de uma mera possibilidade ou probabilidade, mas a plena convicção ou certeza da nossa salvação. O crente que tem essa certeza plena tem a absoluta e infalível convicção da sua salvação eterna.

2. Todos os cristãos crêem na possibilidade da certeza da salvação?

Não. Os católicos romanos e alguns protestantes negam a possibilidade da cer-

teza absoluta de salvação. Afirmam que jamais poderemos saber, nesta vida, com certeza absoluta, se somos salvos e herdeiros da vida eterna; geralmente todos os que negam a doutrina da perseverança dos santos (ou da segurança eterna do crente) também negam a possibilidade da certeza absoluta da salvação final.

3. Por que afirmamos que aqueles que negam a possibilidade da segurança da salvação estão errados?

Dizemos que aqueles que negam a possibilidade da segurança da salvação estão errados porque muitas passagens da Escritura nos ensinam que é possível se obter nesta vida a segurança da salvação, ou certeza absoluta de salvação.

4. Todos aqueles que alegam ter a certeza da sua salvação têm o direito de fazê-lo?

De jeito nenhum. Muitos dos que alegam ser salvos não têm nenhuma base válida para isso. Há, em particular, três classes de pessoas que, ao dizerem que têm a salvação, fundamentam a sua alegação num alicerce de areia movediça: (a) Os legalistas (também denominados moralistas), aqueles que confiam nas suas boas obras, vida e caráter retos, que “fazem o melhor que podem”, etc. (b) Os formalistas, aqueles que põem a sua confiança na obediência a formas, cerimônias e ordenanças externas, tais como a membresia eclesíastica, o batismo, a Ceia do Senhor, etc. (c) Os emotivos (inclusive também todos os místicos), aqueles que confiam em seus sentimentos e emoções, os que apenas “sentem” de alguma forma que são salvos, ou que fundamentam a sua certeza em sonhos, em visões, ou em revelações especiais e diretas da parte de Deus. Todos esses aí, quando baseiam a sua convicção de certeza de salvação em fundamentos desse tipo, estão pondo a confiança naquilo que a Escritura chama de refúgios de mentira. Ao estudarmos as verdadeiras bases bíblicas dessa certeza veremos por que isso é assim.

5. Que falso ensinamento, sobre a segurança da salvação, é tão comum entre crentes fervorosos?

O ensinamento sobre a segurança da salvação que está associado ao “Fundamentalismo” americano é errôneo e superficial. É o produto de um tipo de evangelismo rasteiro que pouco ou quase nada diz sobre a necessidade do profundo arrependimento pelo pecado, que apresenta apenas uma declaração inadequada da base da segurança e que quase sempre tende a confundir a salvação em si mesma com a segurança do crente. Esse tipo de evangelismo raso

encoraja as pessoas a pensarem que ao escreverem os seus nomes no lugar de “*tudo o que nele crê*” em João 3.16, ou ao levantarem as suas mãos numa reunião confirmando a aceitação de Cristo como seu Salvador devem se considerar de imediato como salvas e seguras para sempre. Confunde-se aí a salvação com a segurança da salvação; confunde-se a fé em Cristo com a fé de estar em Cristo; confunde-se acreditar no evangelho com crer verdadeira e corretamente no evangelho. É espantoso como as pessoas escrevem e falam dogmática e confiantemente sobre essa questão, mesmo sem apresentar nenhuma prova de que lhe estudaram os problemas ou de que lhe conhecem a história.

6. A salvação e a certeza da salvação são as mesmas coisas?

É claro que não. A salvação e a certeza da salvação são duas coisas distintas, embora sejam tão confundidas hoje quanto o foram no passado. Alguém poder ser realmente salvo e assim mesmo não ter, em sua mente, a certeza da sua salvação. Alguém assim está salvo e a sua segurança é certa, mas não tem a certeza da sua segurança. A sua salvação não está em dúvida, mas ela pode ter dúvidas sobre a sua salvação. Suponha que certo paciente submeta-se a uma cirurgia. Quando dá o consentimento para a operação, ele exercita a fé no cirurgião, que faz executar a operação com perícia e bem. A operação é um sucesso e o paciente caminha para a recuperação. Horas depois ele começa a sair da anestesia e assim que a sua cabeça fica mais lúcida ele pergunta se está tudo bem. O cirurgião vem e lhe assegura de que tudo está bem. Ele foi salvo por causa da obra perita do cirurgião, mas tal fato não dá à sua consciência a certeza de que está salvo. Isso veio depois, com as comprovações apropriadas.

7. Qual é a diferença entre salvação e certeza?

Recebemos a salvação ao crermos em Cristo e recebemos a certeza da salvação ao crermos que cremos nEle do modo correto. Na salvação, o objeto da nossa fé é Cristo, mas no caso da segurança, não cremos diretamente em Cristo, antes, cremos em algo a nosso próprio respeito; isto é, que recebemos alguma coisa diretamente de Cristo por crermos nEle. Explicando de outro modo: para sermos salvos temos de crer em Cristo e naquilo que Ele fez *por* nós no Calvário no passado remoto; para recebermos a segurança não temos apenas de crer que Cristo fez alguma coisa *por* nós séculos atrás, mas também que Ele fez e está fazendo algo *em* nós exatamente aqui e agora. A confusão entre salvação e segurança da salvação leva muitas pessoas, que sem dúvida nenhuma são verdadeiros crentes, a confiarem na coisa errada para a segurança da sua salvação. Elas embasam a sua segurança unicamente nas promessas

do evangelho, como por exemplo: “*todo o que nEle crê...*”, etc., e raciocinam assim: “Creio, logo estou salvo”. Contudo, é preciso compreender que assim como existe a fé verdadeira existe também a fé falsa (lembre-se da parábola do semeador); então, como é que posso saber que creio da maneira correta e que a minha fé é a fé salvadora genuína? Ela pode até ser a fé salvadora genuína, mas não podemos descansar na certeza da salvação eterna só por que num certo dia tomamos a decisão de aceitar a Cristo como Salvador.

8. Quais são os fundamentos da segurança da salvação?

Esses fundamentos, três ao todo, são apresentados na Bíblia e resumidos no Catecismo. É preciso entender que eles atuam em conjunto, não isoladamente, como fundamentos sobre quais se assenta o direito que temos à convicção infalível da nossa salvação, quais sejam: (a) a veracidade das promessas de Deus aos crentes; (b) a manifestação, no coração e na vida da pessoa, das graças a que se referem as promessas; (c) o testemunho do Espírito Santo, o Espírito de adoção, que testifica aos nossos espíritos de que somos filhos de Deus.

9. Que importância tem a verdade das promessas de Deus aos crentes, como fundamento da sua segurança?

O alicerce sobre o qual a segurança da salvação tem que se fundamentar é a verdade divina das promessas da salvação. Sem isso nunca teríamos a plena certeza ou a convicção da salvação. Quem duvida ou descrê das verdades da Bíblia jamais terá certeza absoluta da sua salvação; contudo, só o reconhecimento da verdade divina das promessas de salvação não é o bastante para garantir a segurança. Muitos que crêem na Bíblia de capa a capa, com uma fé técnica ou “histórica”, não têm o direito a se sentirem seguros da salvação. A verdade divina da Bíblia, inclusive as promessas que ela contém, por si só, não é o alicerce apropriado à salvação. Os demônios também crêem, e tremem (Tiago 2.19). Para ilustrar isso: uma apólice de seguros promete pagar 5.000 dólares ao seu detentor caso o seu bem imóvel seja destruído por um incêndio. A apólice é legítima e a empresa que a subscreve é financeiramente segura. Estou tão convencido da validade e da legitimidade dessa apólice que nem leio os termos e as condições que estão impressos no documento com letras minúsculas. Assim, fundamento a minha segurança unicamente na genuinidade da apólice de seguro. Num certo dia, contudo, a minha propriedade é destruída por um incêndio e eu dou entrada no pedido de indenização. Depois da investigação a empresa se recusa a me pagar. A apólice era genuína, mas não

se aplicava ao meu caso; eu estava usando o imóvel para armazenar gasolina e havia no documento uma cláusula em que eu não poderia guardar combustível no prédio, pois isso anularia a apólice e livraria a seguradora de qualquer responsabilidade. Ela era genuína, mas não se aplicava ao meu caso, pois eu não tinha obedecido às suas condições. Assim também, a mera aceitação das promessas da Palavra de Deus, sem que se dêem mostras de uma nova e diferente vida, não é um alicerce adequado à segurança.

10. O que significa, quando na vida e no coração de alguém, se manifestam as graças referidas nas promessas?

Isso mostra, em resumo, os sinais de uma vida nova e transformada; mostra que as coisas velhas já passaram e que tudo se fez novo (2Co 5.17). Novamente, aqui, não se pode ter somente isso como a base da segurança; é preciso que venha associado às outras duas bases. Quem crer não perecerá, mas como é que eu sei que cri da maneira certa, que a minha fé é real, que não estou me enganando? Pode-se dizer: “Eu sei porque sei, assim como sei que meu nome é Fulano, ou assim como sei que estou acordado e não dormindo”. Mas isso resulta apenas em probabilidade, não em certeza infalível. Ainda ficarão dúvidas me circulando: como se a minha fé não fosse a fé verdadeira, ou como se, de alguma maneira, estivesse auto-hipnotizado. Na verdade, sabemos que cremos corretamente quando vemos em nossas vidas alguns frutos da salvação. Cristo veio para nos salvar dos nossos pecados, não em nossos pecados. Se cremos corretamente, seremos salvos instantaneamente não apenas da culpa dos nossos pecados, mas também, gradualmente, do seu poder e poluição. Vide I João 2.3-6; I João 3.14. O que foi exatamente que Cristo fez por nós? Só perdoou os nossos pecados e nada mais? Se essa é a nossa experiência, não temos o direito de estar seguros da nossa salvação. Os frutos da salvação verdadeira são as boas-obras e uma vida transformada, e como tais constituem uma parte do alicerce da legítima segurança da salvação pessoal. Se Cristo salvou realmente a alma de alguém, Ele também irá, parte por parte, salvar a vida dessa pessoa — salvará os seus olhos das lágrimas e os seus pés da queda. Tudo isso faz parte do alicerce da segurança da salvação.

11. Que significa o testemunho do Espírito Santo como uma base da segurança da salvação?

Isso não quer dizer que haja alguma revelação especial ou alguma voz estranha dentro de nós, ou que Deus vai falar conosco da mesma maneira que falou com Moisés ou com Paulo, como uma pessoa fala com outra. Se esperarmos

coisas assim ficaremos decepcionados. Vide I João 3.24; 5.10; Romanos 8.15-16. Deus é uma pessoa. Conhecer a Deus é bem diferente de apenas conhecer sobre Deus. O Espírito Santo, pela experiência da vida cristã, leva o crente a conhecer verdadeiramente a Deus. Esse conhecimento pessoal de Deus, pela operação do Espírito Santo em nossos corações, torna-se a base final e definitiva da nossa infalível segurança de salvação; serve como base verdadeira da esperança que não envergonha (Rm 5.5). “O Espírito Santo é o autor direto da fé em todos os seus graus, assim como também do amor e da esperança. Portanto, a plena certeza, que é a plenitude da esperança que descansa na plenitude da fé, é um estado mental que compete ao Espírito Santo induzir em nossas mentes, em associação com os sinais do nosso caráter gracioso, citados acima. Seja qual for o modo pelo qual Ele opera em nós o querer e o realizar segundo a Sua boa-vontade, ou derrama em abundância o amor de Deus em nossos corações, ou nos gera novamente para uma viva esperança, é assim que Ele dá origem à graça da segurança plena — não como um sentimento cego e fortuito, mas como a conclusão legítima e indubitável da prova adequada” (A. A. Hodge, “Comentário da Confissão de Fé”, Cap. 18).

12. Como podemos testar a genuinidade da nossa própria segurança da salvação?

A. A. Hodge, no seu “Comentário da Confissão de Fé”, apresenta quatro testes pelos quais pode-se distinguir a verdadeira da falsa ou suposta segurança da salvação. São eles: (a) A verdadeira segurança produz uma humildade não fingida; a falsa leva ao orgulho espiritual. (b) A verdadeira segurança resulta numa diligência crescente da prática da santidade; a falsa leva à preguiça e a auto-indulgência. (c) A verdadeira segurança leva ao auto-exame imparcial e ao desejo de ser sondado e corrigido por Deus; a falsa leva à satisfação com a aparência e a fugir da investigação meticulosa. (d) A verdadeira segurança leva à permanente aspiração por uma comunhão mais íntima com Deus; a falsa, não.



Pergunta 81. *Todos os crentes verdadeiros tem sempre a certeza de que agora vivem no estado de graça e de que serão salvos?*

R. Não sendo a certeza da graça e da salvação da essência da fé, os crentes verdadeiros podem esperar muito tempo antes de obtê-la; e mesmo depois

de a desfrutarem, podem enfraquecê-la e interrompê-la por múltiplas perturbações, pecados, tentações e deserções; contudo, jamais são deixados sem a presença e o amparo do Espírito de Deus que os livra de caírem em desespero absoluto.

Referências bíblicas

- Ef 1.13. A certeza da salvação não é parte essencial da fé e pode ocorrer posteriormente.
- Is 50.10; Sl 88. Os crentes verdadeiros podem ter de esperar longamente até alcançarem a plena certeza da salvação.
- Sl 77.1-12; 31.22; 22.1. Mesmo depois de se haver provado da plena certeza da salvação, causas diversas podem transtorná-la.
- 1Jo 3.9; Jó 13.15; Sl 73.15, 23; Is 54.7-10. Os crentes verdadeiros jamais são deixados sem uma mínima consciência do favor de Deus; o Espírito Santo os ampara e auxilia, de modo que jamais caem em total desespero.

Comentário

1. Que quer dizer o catecismo ao afirmar que a certeza da salvação não faz parte da essência da fé?

Isso significa que a verdadeira fé salvadora em Cristo pode existir sem a presença da certeza da salvação na mente do crente. É possível ter uma fé autêntica, e ser verdadeiramente salvo, sem que se tenha a consciência da certeza da própria salvação.

2. Todos os crentes recebem a graça da certeza da salvação tão-logo crêem em Cristo como Salvador?

Não. Há alguns crentes que recebem a graça da certeza da salvação logo que crêem em Cristo como Salvador. Esse caso é comum nas pessoas convertidas a Cristo de modo extremamente súbito, ou que tenham passado por uma intensa luta espiritual antes de realmente virem a Cristo. O Reformador João Calvino, que foi convertido de modo súbito, é um exemplo disso. Contudo a maior parte dos crentes experimenta uma conversão mais gradual e podem ter a verdadeira fé salvadora por algum tempo, e até mesmo por um longo período, antes de possuírem na mente a plena certeza da sua salvação.

3. É possível a todo crente alcançar a plena certeza da sua salvação?

Sim. É possível alcançar essa certeza plena; todo crente que usa fielmente os

meios de graça indicados e espera pacientemente em Deus pode e irá, em fim, alcançá-la.

4. É possível perder a segurança da salvação depois de havê-la alcançado?

Sim. Isto é, pode-se “enfraquecê-la e interrompê-la” por uma variedade de causas, inclusive as tentações, os próprios pecados do crente e as dispensações providenciais de Deus. Isso não é só pelo que ensina a Escritura (Sl 32; 143.1-7; 2Co 7.5), mas é a experiência comum dos crentes. Temos de esperar até chegarmos ao Céu para termos uma imutável e clara consciência da presença e da bênção de Deus, pois isso não existe na Terra. A segurança não é uma quantidade constante e imutável; é real, mas tem os seus altos e baixos.

5. É possível a um crente verdadeiro perder definitivamente a consciência da presença e do favor de Deus?

Não. Se fosse possível ao crente perder totalmente a consciência da presença e do favor de Deus, só lhe restaria ser tragado por um desespero profundo. Mas por todas as experiências da vida o crente jamais é deixado sem a “presença e o amparo do Espírito de Deus” que o livrará do desespero.

6. De que maneira devemos procurar conservar uma forte e lúcida certeza da nossa salvação?

Todo crente deve empenhar-se com fervor para a alcançar e, uma vez alcançada, conservar uma forte e lúcida certeza da sua salvação pelo uso fiel e consciente dos meios de graça; esperando em Deus na Palavra, nos sacramentos e na oração.

7. Devemos nos sentir desanimados por não termos essa plena certeza logo que cremos em Cristo?

Não. Devemos exercitar a paciência cristã e esperarmos que Deus no-la conceda no tempo apropriado.



Pergunta 82. *O que é a comunhão em glória que os membros da igreja invisível tem com Cristo?*

R. A comunhão em glória que os membros da igreja invisível têm com Cristo, nessa vida, segue-se imediatamente à morte, e é finalmente aperfeiçoada na ressurreição e no dia do juízo.

Referências bíblicas

- 2Co 3.18. A comunhão e glória do crente com Cristo na vida presente.
- Lc 23.43. A comunhão e glória do crente com Cristo segue-se imediatamente à morte.
- 1Ts 4.17. A comunhão e glória do crente com Cristo é aperfeiçoada na ressurreição e no dia do juízo.

(**Observação:** A pergunta 69 foi: “O que é a *comunhão em graça* que os membros da igreja invisível têm com Cristo?”; as perguntas de 70 a 81 tratam desse tema. A pergunta 82 apresenta o novo tema da *comunhão em glória* que têm com o Salvador; as perguntas de 83 a 90 tratam desse assunto. A resposta da pergunta 82 resume o tema da “*comunhão em glória* com Cristo” e não contém doutrina que não esteja mais amplamente tratada nas perguntas seguintes. Por isso consideraremos brevemente a pergunta 82, passando logo à pergunta que a segue).

Comentário

1. Qual é a diferença entre a graça e a glória?

Na Bíblia ambas as palavras são usadas com vários significados; mas, da forma como são usadas no Catecismo, a graça refere-se às bênçãos da salvação que recebemos na vida presente, enquanto que a glória refere-se às bênçãos da salvação que recebemos principalmente na vida porvir.

2. O povo de Deus recebe a glória toda de uma vez ou em prestações?

O povo de Deus recebe a glória, não toda de uma vez, mas em três estágios, ou prestações.

3. Que três estágios são esses em que o povo de Deus recebe a glória?

(a) Eles recebem os primeiros frutos da glória durante a vida presente; (b) Entram em estado de glória ao morrerem; (c) recebem a perfeição da glória na ressurreição.



Pergunta 83. *O que é a comunhão em glória com Cristo que os membros da igreja invisível gozam nesta vida?*

R. Os membros da igreja invisível participam nesta vida das primícias da glória com Cristo por serem membros do Seu corpo, do qual Ele é o Cabeça, e por

isso partilham da plenitude da Sua glória. Como sinal e penhor disso, fruem do sentimento do amor de Deus, da paz de consciência, da alegria no Espírito Santo e da esperança da glória, assim como para os ímpios a percepção da ira vingadora de Deus, o terror da consciência e a pavorosa expectativa do juízo são o princípio dos tormentos que sofrerão após a morte.

Referências bíblicas

- Ef 2.5-6. Por serem membros de Cristo, que é o seu Cabeça, os crentes partilham da glória que Cristo possui no céu.
- Rm 5.5. comparado a 2Co 1.22. Os crentes, nesta vida, gozam da consciência do amor de Deus.
- Rm 5.1-2; 14.17. A paz da consciência, a alegria cristã e a esperança da glória são as porções dos crentes aqui na Terra.
- Gn 4.13; Mt 27.4; Hb 10.27; Rm 2.9; Mc 9.44. Do mesmo modo que, nesta vida, o crente antecipa a experiência da glória do céu, assim também os ímpios, na vida presente, experimentam com antecedência das desgraças do inferno.

Comentário

1. Que significa a expressão “primícias da glória”?

Isso quer dizer uma amostra ou antecipação daquela glória que haveremos de gozar na sua plenitude na vida porvir.

2. Que significa dizer que os membros da igreja invisível “partilham da plenitude da Sua glória”, glória que Cristo já possui plenamente?

Aqui, a palavra “partilham” não significa que eles anseiam aprender sobre ela, mas que eles terão o direito de participarem na glória daquilo que Cristo agora goza no céu.

3. Por que os crentes não podem gozar plenamente da glória de Cristo aqui e agora?

Isso é impossível por causa de três fatos que, pela providência de Deus, ainda existem durante a vida presente: (a) a presença de uma natureza pecaminosa no crente; (b) a mortalidade e fraqueza do corpo físico do crente; (c) a presença do pecado e do sofrimento entorno ao crente.

4. Quando serão modificados esses três fatos que impedem o pleno gozo da glória aqui e agora?

A presença da natureza pecaminosa do crente acabará com a sua morte. A mortalidade e fraqueza do seu corpo físico acabarão na ressurreição do último dia. O pecado e o sofrimento que cercam o crente aqui e agora serão lançados para trás na sua morte, e serão totalmente aniquilados no dia do juízo no fim do mundo.

5. Que sentido há em dizer que o crente tem aqui e agora um “sinal e penhor” da glória de Cristo?

A expressão “sinal e penhor” quer dizer um depósito, um sinal antecipado de um pagamento ou um pagamento por conta feito para mostrar a boa-fé na promessa de que o saldo final será pago no prazo devido. A glória é a nossa herança na vida porvir, mas recebemos uma amostra grátis dela na vida presente como uma demonstração de que a receberemos em plenitude na vida futura.

6. Que tipos de experiência constituem o “sinal e penhor” da glória que o povo de Deus recebe na vida presente?

O deleite da consciência do amor de Deus; a paz de consciência; a alegria no Espírito Santo; a esperança (isto é, a segurança, ou a *esperança que não confunde*, Rm 5.5) da plenitude da glória no futuro. Essas experiências permitem que o crente às vezes goze de uma espécie de “céu na terra”.

7. De que maneira os ímpios recebem uma amostra do seu destino futuro na vida presente?

Mesmo antes da morte eles experimentam, em maior ou menor grau, a sensação da “ira vingadora de Deus, o terror da consciência e a pavorosa expectativa do juízo”. Algumas vezes esses terrores são tão severos que podem ser descritos como uma espécie de “inferno na terra”. A Bíblia ensina cabalmente que é assim, cujos exemplos são dados pelas palavras e ações de ímpios, especialmente quando sentem a aproximação da morte.

8. Será que o crente antegoza da glória do mesmo modo em todos os tempos?

Não. O antegozo da glória varia de tempos em tempos por causa das dúvidas, das tentações, dos ataques de Satanás e de outras coisas. Algumas vezes é muito claro, ao passo que noutras é obscuro e fraco. Mas o crente jamais é deixado inteiramente sem ele.



Pergunta 84. Todos os homens morrerão?

R. Tendo sido ameaçados com a morte por salário do pecado, todos os homens estão ordenados a morrer uma única vez, porque todos pecaram.

Referências bíblicas

- Rm 6.23. A morte é o salário, o castigo do pecado.
- Hb 9.27. Deus ordenou que os homens morram uma única vez.
- Rm 5.12. A morte passou a todos os homens, porque todos pecaram.

Comentário**1. Há exceções à regra de que todos os homens morrerão?**

Sim. Enoque e Elias foram trasladados ao estado de glória sem haverem morrido. Vide Gênesis 5.24; Hebreus 11.5; II Reis 2.11. A Bíblia também ensina que todo o povo de Deus que estiver vivo no mundo quando Jesus Cristo voltar será trasladado ao estado de glória sem passar pela morte. Vide I Coríntios 15.51-52; I Tessalonicenses 4.16-17.

2. Houve alguma exceção à verdade de que todos os homens pecaram?

Sim, o nosso Salvador Jesus Cristo viveu uma vida imaculada, perfeita e completamente sem pecado. A morte jamais teria poder sobre ele, senão pelos fatos de Lhe serem impostos os pecados do povo de Deus e de ter Ele entregue a Sua vida voluntariamente como sacrifício em favor de outros. Ele ficou debaixo da maldição de Deus, sofreu e morreu por causa dos nossos pecados. NEle não havia pecado, mas o Senhor colocou sobre Ele a iniquidade de todos nós.

3. A morte deve ser considerada como uma experiência normal ou anormal dos seres humanos?

O pensamento moderno, influenciado pela teoria da evolução, afirma que a morte é completamente normal, boa e necessária. Diz que a morte de um ser humano é tão normal e apropriado quanto o cair das folhas das árvores no outono. Segundo a evolução, é somente pela morte de milhões de gerações que os seres humanos podem atingir a perfeição — se é que pode mesmo ser alcançada. Contudo, segundo o ensinamento da Bíblia, a morte é totalmente anormal. Os homens não foram criados para morrer; foram criados para viver. A separação da alma do corpo e a decomposição do corpo são coisas pavorosas porque são contrárias à integridade da natureza humana, do modo como foi criada por Deus; é por isso que a Bíblia descreve a morte como o “último

inimigo”, e diz que ela será destruída. A Bíblia também afirma que o diabo é quem possui o poder da morte (Hb 2.14) e que Cristo veio para destruir o diabo e para que “*livrasse todos que, pelo pavor da morte, estavam sujeitos à escravidão por toda a vida*” (v.15).

4. O fato de a morte ser universal na raça humana prova o quê?

O fato de a morte ser universal prova que o pecado também é universal. A despeito das idéias de cientistas e filósofos, os seres humanos repugnam a morte e entendem que é uma coisa terrível. A alma humana tem implantada no seu íntimo uma inextinguível sede de vida. Contudo, indiferente à essa sede de vida universal, a morte chega para todos. A única explicação adequada é que existe alguma coisa radicalmente errada com a raça humana; é o que a Bíblia chama de pecado, e o fato da morte é explicado pelo fato do pecado (Rm 5.12; 6.23).

5. A ciência vencerá a morte algum dia?

Não. Pela graça comum de Deus, é possível que as descobertas científicas sejam capazes de adiar a morte, mas a ciência jamais vencerá a morte, porque por traz das suas causas naturais (doenças, acidentes, velhice) há uma causa espiritual que é o pecado e o justo juízo de Deus sobre ele.



Pergunta 85. *Em sendo a morte o salário do pecado, por que então os justos não estão livres dela, visto que todos os seus pecados foram perdoados em Cristo?*

R. Os justos serão libertados da morte no último dia, e mesmo mortos estão livres do seu aguilhão e maldição; apesar de morrerem, isso procede do amor de Deus para os livrar perfeitamente do pecado e da miséria e os capacitar a uma comunhão mais profunda com Cristo na glória em que entram de imediato.

Referências bíblicas

- 1Co 15.26; Hb 2.15. Os justos serão libertados da morte no último dia.
- 1Co 15.55-57. Mesmo na morte os justos são poupados do seu aguilhão e maldição.
- Is 57.1-2; 2Rs 22.20. No caso dos justos, a morte decorre do amor de Deus, não da Sua ira contra o pecado.

- Ap 14.13; Ef 5.27. A morte do crente serve para libertá-lo perfeitamente do pecado e da miséria.
- Lc 23.43; Fp 1.23. A morte do crente serve para capacitá-lo a uma comunhão mais profunda com Cristo, na qual entrará no estado de glória.

Comentário

1. Que significa a palavra *salário* nesta pergunta?

A palavra *salário* é aqui usada com o sentido de castigo ou punição. Como os pecadores merecem a morte, a Bíblia fala da morte como “salário” do pecado, porque o salário é o pagamento daquilo que alguém merece receber.

2. Qual é o verdadeiro problema que esta pergunta do Catecismo aborda?

O verdadeiro problema que ela enfrenta é: por que o crente tem de morrer? Sendo a morte o salário do pecado e havendo Cristo carregado a culpa como substituto do crente, pode parecer contraditório afirmar que, ainda assim, o crente tem de morrer.

3. É possível dar uma solução definitiva a este problema?

Não. O Catecismo apresenta algumas verdades que lançam luz sobre o problema, mas ele não pode ser inteiramente solucionado. Só podemos dizer que Deus sabe aquilo que é melhor para a Sua glória e para o verdadeiro bem do Seu povo. “*Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado*” (Mt 11.36 e Lc 10.21). Por que Deus não leva os crentes para o céu sem que morram, assim, como tomou Enoque e Elias? Não o sabemos. Apenas podemos reconhecer a soberania de Deus e afirmar que tudo o que Ele faz é muito bom.

4. Como e quando são os justos libertados da morte?

Embora não sejam libertados da experiência da morte, os justos são libertos dela como um estado ou uma condição. Isso acontecerá no último dia.

5. Qual é o tipo de livramento que o justo usufrui na experiência da morte?

Os justos quando provam a morte são libertados do aguilhão e da maldição dela.

6. Que quer dizer “aguilhão e maldição” da morte?

Esses termos descrevem a morte como o castigo do pecado. Vide 1Co 15.55-56. Os justos não provarão da morte como castigo do pecado.

7. Se para o crente a morte não é o castigo pelo pecado, então, o que é ela?

Antes de tudo, a morte é para o justo a consequência do pecado, quer dizer, o efeito do pecado na pessoa humana. Em segundo lugar, a morte é para o justo um sinal e penhor do amor de Deus. É um benefício para o crente, não um malefício. Isso não quer dizer que a morte do corpo não seja por si mesmo uma coisa pavorosa, mas significa que o resultado dessa morte trará um real benefício para o crente.

8. De que maneira é que a morte do corpo pode beneficiar o crente?

A morte do corpo é benefício para o crente porque transportá-o desse ambiente de pecado e miséria para um ambiente perfeito de paz e descanso celestiais. O crente, inda que justificado, adotado e em processo de santificação jamais poderá ser plenamente feliz e abençoado neste mundo por causa da onipresença do pecado e do sofrimento em toda parte, e em seu próprio coração. A morte arranca o crente desse vale de lágrimas e põe-no imediatamente na glória celestial na presença de Cristo.

9. Por que a comunhão com Cristo é mais perfeita na glória celestial do que aqui na terra?

(a) Porque o crente está na presença visível de Cristo na glória. (b) Porque os pecados e as tentações do seu próprio coração e as perturbações da vida terrena foram deixados para trás. (c) Porque as fraquezas do seu corpo, o cansaço, as enfermidades, as doenças e a dor já não existirão.

Pergunta 86. *O que é a comunhão em glória com Cristo que os membros da igreja invisível desfrutam imediatamente após a morte?*

R. A comunhão em glória com Cristo que os membros da igreja invisível desfrutam imediatamente após a morte, é que assim as suas almas tornam-se perfeitas em santidade e são recebidas nos mais altos céus, onde contemplam a face de Deus em luz e glória e aguardam a plena redenção de seus corpos, os quais, mesmo na morte, continuam unidos a Cristo e descansam em suas sepulturas como em suas camas, até que se unam novamente à suas almas no último dia. Ao passo que, na ocasião da morte, as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde permanecem em tormentos e trevas absolutas, e seus corpos são mantidos em suas sepulturas como em suas prisões, até a ressurreição e juízo do último grande dia.

Referências bíblicas

- Hb 12.23. Na morte dos crentes, as suas almas são aperfeiçoadas em santidade.
- 2Co 5.1, 6, 8; Fp 1.23 comparados com At 3.21; Ef 4.10. Na morte, as almas dos crentes são recebidas na presença do Senhor no céu.
- 1Jo 3.2; 1Co 13.12. Após a morte, os crentes contemplarão a face de Deus.
- Rm 8.23; Sl 16.9. Os crentes, após a morte, têm de aguardar a redenção dos seus corpos.
- 1Ts 4.14. Os corpos dos crentes, embora sepultados, continuam unidos a Cristo.
- Is 57.2. Os corpos dos crentes descansam em suas sepulturas como em suas camas.
- Jô 19.26-27. Os corpos dos crentes unir-se-ão novamente aos seus corpos.
- Lc 16.23-24; At 1.25; Jd 6-7. As almas dos ímpios são lançadas no inferno, na morte deles.

Comentário

1. Qual é a condição dos crentes em Cristo depois da morte?

A condição dos crentes em Cristo depois da morte é de consciência, memória, santidade e bem-aventurança, esperando que a sua redenção se complete pela ressurreição dos seus corpos, cuja condição é de descanso até a ressurreição.

2. Quando é que as almas dos crentes entram no gozo dessa condição abençoada?

Imediatamente após a morte deles.

3. Que falsa e difundida doutrina é rejeitada por essa resposta do Catecismo?

A doutrina antibíblica do “sono da alma” ao afirmar que as almas dos crentes, na ocasião da morte deles, entram num estado de inconsciência como se eles não existissem, até a ressurreição.

4. Dê duas passagens da Escritura que provam que a doutrina do “sono da alma” é falsa.

Lucas 16.19-31 e 23.39-43.

5. Que tipo de santidade os crentes possuem imediatamente após a morte?

A santidade perfeita (a) em extensão; (b) em grau; (c) em estabilidade. Nunca mais deixarão de alcançar a perfeição moral, não sofrerão a tentação nem cairão em nenhum pecado.

6. Qual será o principal elemento na felicidade ou bem-aventurança das almas dos crentes depois que morrem?

O principal elemento na felicidade ou bem-aventurança deles é o contemplarem a face de Deus em luz e glória.

7. Onde fica o céu?

Essa pergunta, que a nossa curiosidade natural levanta em nossas mentes, não pode ser respondida de modo definitivo, mas a Bíblia revela claramente que o céu é o lugar onde a glória de Deus se manifesta de maneira especial e é onde agora vive o Salvador Jesus Cristo na Sua natureza humana glorificada.

8. Depois da morte, a condição das almas dos crentes é a mais sublime e mais abençoada condição a que estão destinados a desfrutar?

Não. Embora a condição das almas dos crentes, depois que eles morrem, seja uma condição de perfeita santidade, ela não é ainda a mais alta e mais abençoada condição a que estão destinados para gozar. O gozo da suprema bem-aventurança terá de esperar até a ressurreição do corpo no último dia. É por isso que a Bíblia representa as almas dos crentes no céu como aguardando pacientemente pela ressurreição.

9. Quando vai acontecer a ressurreição?

No instante da segunda vinda de Cristo, aquilo que a Bíblia chama de “último dia”. Será numa ocasião específica, mas é uma das coisas do conselho de Deus que não nos foi revelada. Por isso, toda tentativa de se predizer essa hora é falsa e errada.

10. Qual é a condição dos corpos dos crentes depois que eles morrem?

Depois que os crentes morrem, os seus corpos descansam nas suas sepulturas como se fosse em suas camas, estando, assim mesmo, unidos a Cristo.

11. O que se pretende afirmar ao dizer que os corpos dos crentes continuam unidos a Cristo?

Isso significa que Cristo ainda considera os corpos humanos do Seu povo, mesmo mortos e sepultados, como algo extremamente precioso, porque Ele vai fazê-los ressurgir no último dia. Por isso Ele não julga os corpos do seu povo como algo sem valor, descartável por não ter mais uso, mas como algo valioso para ser vigiado até a ressurreição. A Bíblia compara os corpos mortos dos crentes como uma semente que foi plantada e que brotará para uma nova vida no tempo apropriado. Vide I Coríntios 15.36-38.

12. Qual era a antiga atitude pagã com relação ao corpo depois da morte?

O pensamento pagão considerava o corpo, mesmo vivo, como uma prisão, um obstáculo, ou um fardo para a alma; que a morte livrava a alma do corpo libertando-a para uma vida mais elevada e mais nobre; e que o corpo é tão-somente matéria sem valor que deve ser lançada fora ou descartada porque ele só vai se decompor e jamais reviverá. Essa postura pagã, conquanto característica do mundo antigo, é muito comum nos dias atuais.

13. Em que essa atitude pagã difere da crença cristã quanto ao corpo?

De acordo com a Palavra de Deus, o corpo humano não é algo ruim; não é a prisão, mas o lar da alma; não é um fardo, mas um órgão para a alma; a morte ao separar o corpo da alma despoja a alma daquilo que ela necessita para a sua mais elevada felicidade e auto-expressão. Veja o que o apóstolo Paulo declara em II Coríntios 5.1-4. A atitude cristã quanto ao corpo difere em especial da atitude pagã porque o cristianismo ensina que o corpo ressurgirá pelo poder de Deus e que a sua real e mais sublime utilidade estende-se para além da vida presente, para a vida eterna; por isso o corpo de um crente morto não é alguma coisa inútil, sem mais propósito ou função.

14. O que nos faz pensar a prática crescente da cremação em lugar dos sepultamentos?

É claro que todas as coisas são possíveis para Deus, que pode fazer ressurgir um corpo queimado até às cinzas tão facilmente quanto um sepultado e tornado em pó. No entanto a prática da cremação é motivada pela progressiva descrença na ressurreição do corpo. Faz parte da moderna visão pagã a respeito da vida. A idéia subjacente à prática da cremação é a de que o corpo morto é inútil, é somente matéria despojada de vida sem mais utilidade para a alma da pessoa e por isso deve ser destruído o mais rápida e o mais completamente possível.

15. Prove na Bíblia que as almas dos ímpios ficam no inferno depois que eles morrem?

Lucas 16.23-24.

16. O que é a doutrina do “espiritualismo” ou do “espiritismo”?

É a falsa doutrina destruidora da alma que afirma ser possível aos vivos se comunicarem com os mortos através de alguém denominado de “médium”.

17. Qual é a atitude da Bíblia para com o “espiritismo”?

A Bíblia condena e proíbe enfaticamente o “espiritismo”. Levítico 19.31; 20.6, 27; Is 8.19 e outros textos que se referem a “necromantes”, “adivinhos”, “feiticeiros”, etc., condenam a prática do “espiritismo”. Esses “adivinhos”, etc., eram semelhantes aos “médiuns” do “espiritismo” moderno.

18. O que pensar da prática de orações pelos mortos?

A oração pelos mortos é antibíblica e errada. Se os mortos estiverem no céu não precisarão das nossas orações; se estiverem no inferno, nossas orações não os podem ajudar. Depois da morte não há mais oportunidade para arrependimento nem salvação. Em vez disso devemos nos empenhar na oração e no trabalho pela salvação dos vivos, deixando nas mãos de Deus aqueles que já partiram desse mundo.

19. O que pensar da doutrina Católica Romana do purgatório?

Da doutrina Católica do purgatório resulta que só uns poucos cristãos têm condições de ir diretamente para o céu quando morrem. O restante deles deve seguir para o purgatório e lá sofrer até que o seu fogo purifique e remova deles o resto da sua pecaminosidade. Tal doutrina é totalmente contrária às Escrituras e anula a cruz de Cristo fazendo-a ineficaz, pois implica que a expiação de Cristo não é suficiente para remover todos os pecados de alguém.



Pergunta 87. O que devemos crer acerca da ressurreição?

R. Devemos crer que no último dia haverá uma ressurreição geral dos mortos, tanto dos justos quanto dos injustos. Aqueles que, então, estiverem vivos serão transformados num instante e os mesmos corpos, que foram sepultados, reunir-se-ão às suas almas para sempre, ressuscitados pelo poder de Cristo.

Os corpos dos justos, pelo Espírito de Cristo e em virtude da Sua ressurreição como cabeça deles, ressuscitarão em poder, espirituais, incorruptíveis, feitos à semelhança do Seu glorioso corpo; os corpos dos injustos serão ressuscitados por Cristo, como um juiz ofendido, para a vergonha eterna.

Referências bíblicas

- At 24.15. Haverá uma ressurreição geral de justos e de injustos.
- 1Co 15.51-53; 1Ts 4.15-17. Na hora da ressurreição os crentes vivos serão transformados instantaneamente, sem que morram.
- 1Co 5.53; Jo 5.28-29. Ressuscitarão aqueles mesmos corpos que tinham sido sepultados.
- 1Co 5.21-23, 42-44. Os corpos dos justos ressuscitarão em incorruptibilidade.
- Fp 3.21. Os corpos dos justos serão feitos à semelhança do corpo glorioso de Cristo.
- Jo 5.27-29; Mt 25.33; Ap 20.13. Os corpos dos ímpios serão ressuscitados por Cristo como juiz.

Comentário

1. Qual o significado da expressão “no último dia”?

Isso significa o momento da segunda vinda de Cristo.

2. Quando ocorrerá o último dia?

A Bíblia não revela quando ele vai ocorrer. É um daqueles segredos que Deus reservou para Si. A Bíblia, contudo, ensina que este será um instante específico e definido e a ele refere-se como “*aquele dia e hora*”. Embora Deus não revele quando, ele ocorrerá num dia, mês, ano e hora do calendário quando a velha história desse mundo chegará subitamente ao fim com o retorno de Cristo em glória sobre as nuvens do céu, seguindo-se imediatamente a ressurreição e o juízo.

3. É possível que o último dia ocorra durante a nossa vida?

Sim. Embora não creiamos que uma interpretação correta das Escrituras abone o entendimento comum de que a Segunda Vinda de Cristo pode acontecer “a qualquer hora”, ainda assim isso não quer dizer que ela não possa ocorrer durante a nossa vida, nem que temos o direito de esperar que ocorra com certeza nesse período.

4. Que atitude a Bíblia ordena que tenhamos para com a segunda vinda de Cristo?

“Aquele que dá testemunho destas coisas diz: Certamente, venho sem demora. Amém! Vem, Senhor Jesus!” (Ap 22.20).

5. É bíblico que o crente anseie pelo último dia com ávida expectativa?

Sim. Vide II Pedro 3.10-14, e observe a expressão usada no versículo 12: *“esperando e apressando a vinda do Dia de Deus (...)”*. Observe também Tito 2.13: *“aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus”*.

6. Haverá mais de uma ressurreição?

Não. As Escrituras ensinam que haverá uma ressurreição geral dos mortos por ocasião da segunda vinda de Cristo.

7. Prove pela Bíblia que só haverá uma única ressurreição para justos e injustos.

João 5.28-29: *“Não vos maravilheis disto, porque vem a hora em que todos os que se acham nos túmulos ouvirão a sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida; e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição do juízo”*. Deve-ser observar nessa passagem da Escritura (a) que ela fala “vem a hora”, no singular, e não “vêm as horas”, no plural; isso se refere, portanto, a um momento único e definido; (b) quando esse tempo vier, não sairá apenas uma parte dos que estão nos túmulos, mas todos sairão; (c) afirma que os saídos dos túmulos naquele dia estão expressamente incluídos em duas categorias: a dos justos e a dos injustos.

8. O que pensar sobre a doutrina de que haverá duas ressurreições, a primeira a dos redimidos e a segunda, mil anos depois, a dos injustos?

Esse ensino faz parte da interpretação premilenista de Apocalipse 20.1-6. A visão, que foi revelada ao apóstolo João na ilha de Patmos, está inquestionavelmente repleta de referências simbólicas como: “a chave do abismo”, “uma grande corrente”, “um selo”, e, por isso, é difícil de ser interpretada com certeza. Devido a essa dificuldade de interpretação, a igreja nunca foi unânime, desde os dias pós-apostólicos até a presente era, quanto ao significado dela. Essa visão profética deve ser interpretada de acordo com o claro ensinamento do Senhor em João 5.28-29, e não ao contrário: interpretar Apocalipse 20.1-6 para depois interpretar João 5.28-29 encaixando-o na teoria do significado

de Apocalipse 20.1-6. O claro ensinamento do nosso Senhor em João 5.28-29 derruba a idéia da dupla ressurreição. Por isso cremos que “a primeira ressurreição” citada em Apocalipse 20.1-6 não seja a ressurreição do corpo, mas uma ressurreição espiritual, sendo talvez a mesma de que tratou o nosso Senhor em João 5.25: *“Em verdade, em verdade vos digo que vem a hora e já chegou, em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus; e os que a ouvirem viverão”*. Deve-se observar com atenção que Apocalipse 20.5 não diz: “eles ressurgiram de seus túmulos”, mas apenas *“e viveram (...)”*.

9. O corpo ressurreto dos remidos será o mesmo do presente ou será diferente?

A Escritura ensina que a identidade do corpo será a mesma, mas as suas qualidades serão diferentes. O mesmo corpo que foi sepultado ressurgirá de novo, mas levantar-se-á revestido de glória e imortalidade (1Co 15.37, 42-44).

10. Que se pretende dizer ao se afirmar que o corpo ressuscitado será um corpo “espiritual”?

Devemos cuidar para não interpretar mal essas palavras. “Espiritual” é um adjetivo, e não um substantivo. “Um corpo espiritual” não é o mesmo que “um espírito” ou “um corpo de espírito”. Quando o Novo Testamento fala da ressurreição dos corpos dos santos como um “corpo espiritual”, isso quer dizer um corpo perfeitamente adequado para ser o templo do Espírito Santo de Deus.

11. Prove pela Bíblia que o corpo ressurreto não será um mero espírito, mas um corpo material palpável.

Lucas 24.39: *“Vede as minhas mãos e os meus pés, que sou eu mesmo; apalpai-me e verificai, porque um espírito não tem carne nem ossos, como vedes que eu tenho”*.

12. Por que tantas pessoas escarnecem da doutrina da ressurreição do corpo?

Essa doutrina da Palavra de Deus tem sido alvo do escárnio de incrédulos desde que os saduceus (At 23.8) e os atenienses (At 17.32) descreram dela. Quem a considera um absurdo ou uma impossibilidade o faz por rejeitar a autoridade das Escrituras e por não crer que Deus é onipotente e pode operar milagres.

13. A ressurreição do corpo pode ser provada pela ciência ou pela razão? Não. A ressurreição do corpo é um mistério revelado apenas na Palavra de

Deus. Não o conheceríamos se não fossem as Escrituras. Precisamos entender, também, que nem a ciência nem a razão humana podem jamais refutar a doutrina da ressurreição do corpo. É pela fé que afirmamos essa preciosa verdade e promessa, firmados na autoridade da infalível Palavra de Deus: a Bíblia Sagrada.

14. É certo que a igreja chame a atenção para a imortalidade da alma e nada ou quase nada diga sobre a ressurreição do corpo, para não ofender os que não crêm nela?

Não. Na Bíblia a ênfase está na ressurreição do corpo mais do que na imortalidade da alma, embora, é óbvio, que ela ensina claramente os dois. Romanos 8.23: “*nós (...) igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo*”. Nada devemos apagar da nossa fé, por mínimo que seja, para fazer concessões apaziguadoras ou ajustá-la às idéias ou preconceitos da incredulidade moderna. A igreja deve proclamar todo o conselho de Deus a despeito das conseqüências, quer os homens lhe dêem ouvidos ou resistam a ele.



Pergunta 88. O que sucederá imediatamente após a ressurreição?

R. Imediatamente após a ressurreição seguir-se-á o juízo geral e final dos anjos e dos homens; desse dia e hora nenhum homem o sabe, para que todos vigiem, orem e estejam sempre prontos para a vinda do Senhor.

Referências bíblicas

- 2Pe 2.4; Jd 6. Os anjos que pecaram serão julgados.
- Jd 7, 14-15; Mt 25.46. Cristo vem novamente para ser o juiz de todos.
- Mt 24.36. Os homens não sabem quando será o dia do juízo.
- Mt 24.42-44; Lc 21.35-36. Temos o dever de vigiar e orar e estar sempre prontos para a vinda de Cristo.

Comentário

1. Quanto tempo depois da ressurreição dos mortos se dará o julgamento?

Imediatamente após a ressurreição.

2. Mostre na Bíblia que a ressurreição e o juízo estão tão intimamente ligados que este deve seguir-se imediatamente àquele.

João 5.27-29. Nessa porção da Escritura (v.27) Cristo afirma que recebeu de Deus Pai a autoridade para executar o juízo, para julgar; (v.28) Ele prediz que chamará a todos quantos estão sepultados e eles ouvirão a sua voz e sairão; (v.30) Ele declara que eles sairão, uns para a ressurreição da vida e outros para a ressurreição do juízo. Se o juízo não ocorrer imediatamente à ressurreição esses versículos não poderiam associar esses dois eventos tão intimamente.

3. Qual é a interpretação da profecia que nega que o juízo dar-se-á imediatamente à ressurreição?

A interpretação premilenista da profecia afirma que (a) na segunda vinda de Cristo os remidos ressurgirão dos mortos; (b) a isso se seguirá um período de mil anos durante o qual Cristo governará o mundo a partir de Jerusalém; (c) no final desse reino milenar ocorrerá “o juízo geral e final dos anjos e dos homens”. Nós acreditamos que essa perspectiva fundamenta-se num entendimento equivocado das profecias da Bíblia.

4. O que quer dizer o uso da expressão “desse dia e hora” ao tratar do dia do juízo?

A expressão “desse dia e hora” significa que o juízo vai começar num tempo definido, específico.

5. Por que é impossível que alguém saiba antecipadamente o dia e a hora do julgamento?

É impossível porque Deus não revelou esta informação aos homens. A Bíblia não apenas não divulga esse dia e hora, como também é impossível calculá-los de qualquer maneira pelas profecias da Bíblia.

6. Como não podemos saber o dia e a hora do juízo com antecedência qual deve ser a nossa atitude para com o julgamento por vir?

Ao compreendermos que o julgamento é certo e que não sabemos quando vai ser, devemos fazer os preparativos adequados para que, ao chegar o Dia do Juízo, estejamos prontos para ele. A pessoa que não é salva deve preparar-se, antes de mais nada, arrependendo-se do pecado e crendo em Cristo como seu Salvador. Os crentes devem preparar-se diariamente na seriedade e fidelidade da vida cristã; devem vigiar, orar e estar sempre prontos para a vinda do Senhor.

7. É possível que a segunda vinda de Cristo, a ressurreição dos mortos e o dia do juízo ocorram durante a vida das pessoas que vivem agora no mundo?

Por certo isso deve ser considerado como possível, do contrário as advertências de Mateus 24.42-44 e Lucas 21.36 não se aplicariam à presente geração. Se não for possível que o dia do juízo ocorra ao longo da nossa vida, então as palavras de Cristo *“Por isso, ficai também vós apercebidos”* não diriam respeito a nós; não precisamos estar prontos para algo que não é possível nos acontecer. Devemos notar que a declaração *“porque, à hora em que não cuidais, o Filho do Homem virá”* refere-se à segunda vinda de Cristo em glória e não à morte dos crentes, como tem sido muitas vezes interpretada erradamente. O conteúdo, vv. 36-43, mostra claramente que o assunto em questão é a segunda vinda de Cristo em glória.

7. Há a possibilidade de que a segunda vinda de Cristo, a ressurreição dos mortos e o dia do juízo ocorram durante a vida das pessoas que vivem agora no mundo?

A Bíblia não oferece nenhuma base para se responder a essa questão com certeza. Muitas pessoas do passado pensaram que poderiam respondê-la convictamente, mas o tempo mostrou que estavam erradas. O melhor é desconsiderar as especulações desse tipo e descansar contentado no claro ensinamento da Bíblia de que a vinda de Cristo pode ocorrer durante o tempo da nossa vida aqui na Terra.

9. Que tipo de erro deve ser evitado ao se estudar a doutrina da segunda vinda de Cristo e seus ensinamentos correlatos?

Há duas atitudes extremas que precisam ser evitadas: (a) Muitos crentes ficam tão obcecados por essas doutrinas que mostram pouco ou nenhum interesse pelos demais ensinamentos da Bíblia. É um exagero fanático. A segunda vinda de Cristo, a ressurreição e o juízo são de fato doutrinas importantes da Bíblia, mas não são as suas únicas doutrinas importantes. (b) Há também crentes que vão para o extremo oposto e negligenciam quase que totalmente as doutrinas da segunda vinda de Cristo, a ressurreição e o juízo. Esse é também um extremo prejudicial. A perspectiva correta é equilibrada: devemos enxergar essas doutrinas em seu lugar apropriado no sistema da verdade divinamente revelado, dando-lhes a justa ênfase e grau que lhes é pertinente conforme o ensinamento da Bíblia.

10. Por que cremos em um único juízo geral e não em dois ou mais juízos?

Várias são as razões que se podem apresentar com base na Bíblia. Em Apocalipse 20.11-15 vemos retratado um juízo geral em que se acham presentes os remidos, cujos nomes estão no livro da vida, e também os ímpios, que serão lançados no lago de fogo. É o mesmo ensinamento de Mateus 25.46. Não se justifica a interpretação de que Mateus 25.32 (“*e todas as nações serão reunidas em sua presença...*”) descreve o juízo das nações como nações e não o julgamento de seres humanos individuais. A palavra aqui traduzida por “nações” é o grego *ethnos* (plural de *ethne*) que ocorre 164 vezes no Novo Testamento. Ela é traduzida por “gentios” 93 vezes; “pagãos” 5 vezes; “nação” ou “nações” 64 vezes; “povo” 2 vezes (na tradução inglesa usada pelo autor, N.T.). É usada muitas vezes com o sentido de povo de uma nação ou nações, e não traz necessariamente o sentido político e corporativo de “estado” ou nação. Não há base suficiente para sustentar que Mateus 25.32 signifique que diante do trono de Cristo serão reunidas a Grã-bretanha, a França, a Alemanha, a China, os Estados Unidos da América, o Brasil etc.; isso tem simplesmente o sentido de que todos, sem distinção de raça ou de nacionalidade, serão trazidos diante do trono do juízo de Cristo.

11. Quem deverá ser o juiz de toda a raça humana?

O Senhor Jesus Cristo (João 5.22, 27).

12. Por que razão Cristo está especialmente qualificado para ser o Juiz da raça humana?

Porque Ele é duplamente Deus e homem, com essas duas naturezas unidas em uma única pessoa. Por ser Deus ele conhece e sabe de tudo que já ocorreu; por ser homem ele passou pela tentação e pelo sofrimento; por essa causa Ele está sobremodo qualificado para exercer um julgamento justo.



Pergunta 89. O que acontecerá aos ímpios no dia do juízo?

R. No dia do juízo os ímpios serão postos à mão esquerda de Cristo e diante de provas claras e pela condenação das próprias consciências receberão contra si a terrível mas justa sentença de condenação; sendo logo lançados no inferno — banidos da presença favorável de Deus e da gloriosa comunhão com Cristo,

com os Seus santos e com todos os anjos santos — para serem castigados eternamente com indizíveis tormentos, no corpo e na alma, juntamente com o diabo e os seus anjos.

Referências bíblicas

- Mt 25.33. Os ímpios serão postos à mão esquerda de Cristo.
 - Rm 2.15-16. Os ímpios serão condenados pelas próprias consciências.
 - Mt 25.41-43. Cristo pronunciará a sentença contra os ímpios.
 - Lc 16.26. Os ímpios serão isolados da presença de Deus, de Cristo, dos anjos santos e de Seus santos.
 - 2Ts 1.8-9. Os ímpios serão castigados com terríveis e eternos tormentos.
 - Mt 26.24. Quem foi juridicamente condenado jamais poderá na eternidade ser restaurado no favor de Deus.
 - Mt 25.46. O castigo dos ímpios será eterno.
 - Mt 5.29-30; Mt 10.28. O castigo no inferno afetará tanto o corpo quanto a alma.
 - Mc 9.43-48. O sofrimento no inferno jamais acabará.

Comentário

1. O que significa a profecia em que os ímpios serão colocados à mão esquerda de Cristo e os justos à Sua mão direita?

Esse ensino de nosso Senhor quer dizer que os justos estarão legalmente separados dos ímpios. Essas duas classes de seres humanos, que existem lado a lado por toda a vida presente, serão separadas por Cristo como juiz. Essa separação será infalível, precisa, total e permanente. Nenhum dos ímpios, ao longo de toda a eternidade, jamais voltará a ter contato com nenhum dos justos. Nunca mais será possível que entre elas haja alguma comunhão. A impiedade e os ímpios serão para sempre e totalmente banidos do universo de Deus.

2. Qual é a base para a condenação dos ímpios?

Os ímpios serão condenados por conta dos próprios pecados (Mt 25.41-46; Ap 20,12-13).

3. Os ímpios serão condenados por não terem crido em Cristo?

Aqueles que ouviram o evangelho e deixaram de crer em Cristo, sendo assim culpados do pecado da incredulidade, serão condenados tanto por causa desse pecado como por causa de seus outros pecados.

4. Os ímpios serão condenados porque Deus não os destinou para a vida eterna?

Aqueles a quem Deus “preteriu” e não foram escolhidos para a vida eterna serão condenados, mas a condenação deles dar-se-á por conta dos seus pecados, não por causa dos decretos de Deus.

5. Qual será a base para a condenação dos pagãos que jamais ouviram o evangelho e que por isso não são culpados do pecado da incredulidade em Cristo?

Serão julgados segundo a revelação de Deus na luz da natureza (Rm 1.20) e pela lei de Deus gravada no coração humano (Rm 2.14-16) que lhes testemunha que são pecadores e os deixa inescusáveis.

6. Os ímpios se sentirão tratados injustamente no dia do juízo?

Não. Inda que não tenham o mínimo amor por Deus, ou a menor gratidão por Suas misericórdias, mesmo assim compreenderão em suas consciências que Deus os tratou rigorosamente conforme a justiça. No dia do juízo a perfeita justiça de Deus manifestar-se-á diante de toda a criação e todos confessarão que Deus é justo. Aqueles que desperdiçaram a existência acusando Deus de injustiça compreenderão em seus corações que Deus é justo e que eles é que são maus.

7. Prove pela Bíblia que o inferno é um lugar e não apenas um estado ou condição.

Mt 10.28. Ele tem que ser um lugar porque os corpos, bem como as almas, dos ímpios estarão lá.

8. Em que crêem os Universalistas?

Eles crêem que todos os seres humanos, sem exceção, serão salvos por fim e que gozarão a vida eterna com Deus.

9. É possível conciliar o Universalismo com o que a Bíblia afirma sobre o inferno?

Não. A Bíblia ensina claramente que é só uma parte da humanidade que será salva e não toda ela, estando a parte restante perdida eternamente. Jesus falou de um pecado que nunca será perdoado nesse mundo, nem no mundo por vir (Mt 12.32). A respeito de Judas Iscariotes Ele disse que melhor lhe seria se não tivesse nascido (Mt 26.24). Não é possível conciliar esses e muitos outros textos da Escritura com a teoria do Universalismo.

10. Em que crêem os aniquilacionistas?

Eles acreditam que a condenação no inferno não será eterna, mas que durará apenas um tempo depois do qual os ímpios que lá estão deixarão de existir, sendo as suas personalidades totalmente extintas ou desintegradas sem deixar nada. Argumentam ainda que Deus é bom e amoroso demais para castigar eternamente as Suas criaturas; também defendem que, na Bíblia, a palavra *eterna* não quer dizer mesmo *para sempre*, mas significa apenas um tempo muito longo ou extenso demais.

11. Que textos da Escritura provam ser falsa essa doutrina?

Mateus 25.46 usa a mesmíssima palavra grega para ambos os casos: “castigo eterno” e “vida eterna” indicando, portanto, que se a bênção do céu durar para sempre os tormentos do inferno durarão também para sempre.

12. A bondade de Deus é tão grande a ponto de não punir os ímpios para sempre?

Não. O único meio de sabermos sobre a bondade e o amor de Deus é através da Bíblia. A mesma Bíblia que nos diz que “*Deus é amor*” (1Jo 4.8, 16) também nos informa que “*o nosso Deus é fogo consumidor*” (Hb 12.29). É errado discriminar os ensinamentos da Bíblia. Ou aceitamos tudo o que ela ensina, obrigatoriamente; ou a rejeitamos totalmente e assumimos as consequências. Se aceitarmos aquilo que ela nos ensina sobre o amor de Deus, temos também de aceitar o que nos ensina a respeito da Sua justiça e da Sua ira contra o pecado (Rm 1.18).

13. Acreditar no inferno é contrário ao “espírito de Cristo”?

Não. A única maneira de sabermos sobre “o espírito de Cristo” é pelos Seus ensinamentos e atitudes registrados na Palavra de Deus escrita: a Bíblia. O fato é que nos ensinamentos diretos do próprio Cristo há mais advertências sobre a condenação eterna do que em qualquer outra parte da Bíblia. Não foram os apóstolos nem os profetas, mas o próprio Jesus quem mais clara e enfaticamente advertiu os homens contra o bicho que não morre e o fogo que nunca se apaga, sobre as trevas exteriores, o ranger de dentes e sobre o Deus que é capaz de destruir no inferno tanto o corpo quanto a alma. Quem alega que acreditar no inferno é contrário ao “espírito de Cristo” simplesmente decide por si mesmo o que gostaria de acreditar e então apelida de “espírito de Cristo” o credo que fez para si mesmo, fazer isso é que é mesmo maligno.

14. Qual é a parte da Escritura que afirma que no inferno não existe mais a chance de se arrepender nem de ser salvo?

Lucas 16.19-31, a parábola do rico e de Lázaro. Observe especialmente o versículo 23: “*No inferno, estando em tormentos, levantou os olhos e viu ao longe a Abraão e Lázaro no seu seio (...)*”, e o versículo 26: “*E, além de tudo, está posto um grande abismo entre nós e vós, de sorte que os que querem passar daqui para vós outros não podem, nem os de lá passar para nós*”.

15. O medo do inferno é um motivo válido para cremos em Cristo como o nosso Salvador?

Sim. Não é o mais nobre dos motivos, pois I João 4.18 nos ensina que o crente amadurecido, que é aperfeiçoado no amor, está longe de ser influenciado por esse medo. Mas Jesus mesmo infundiu reiteradamente o temor do inferno (Mt 10.28; Lc 12.5). Assim, embora saibamos a verdade de que “*o perfeito amor lança fora o medo*”, os que ainda não chegaram a essa alta condição da experiência cristã nem têm a plena segurança ou certeza da salvação devem ser levados, pelo motivo inferior do medo, a fugirem da ruína eterna da “*ira vindoura*” arrependendo-se do pecado, crendo em Cristo para a salvação e usando diligentemente os meios de graça (a Palavra, os sacramentos e a oração).



Pergunta 90. O que acontecerá aos justos no dia do juízo?

R. No dia do juízo, os justos serão arrebatados para o encontro com Cristo nos ares, serão postos à Sua destra e lá, publicamente reconhecidos e perdoados, unir-se-ão a Ele para julgar os anjos e os homens réprobos e serão recebidos no céu — onde estarão plena e eternamente libertos de todo o pecado e miséria; no pleno gozo de alegrias inefáveis; tornados perfeitamente santos e felizes no corpo e na alma; na companhia de santos e anjos inumeráveis; e, especialmente, na visão e no desfrutar imediato de Deus Pai, do nosso Senhor Jesus Cristo e do Espírito Santo por toda a eternidade. Essa é a comunhão perfeita e plena que os membros da igreja invisível gozarão com Cristo em glória, na ressurreição e dia do juízo.

Referências bíblicas

- 1Ts 4.17. Os justos serão arrebatados para se encontrarem com Cristo nos ares.

- Mt 25.33. Os justos serão colocados à mão direita de Cristo.
- Mt 10.32. Serão publicamente reconhecidos e perdoados.
- 1Co 6.2-3. Os remidos juntar-se-ão a Cristo para julgar os anjos e o mundo.
- Mt 25.34, 46. Os justos serão recebidos no céu.
- Ef 5.27. Serão plenamente libertos de todo o pecado.
- Ap 14.13. Serão plenamente libertos de toda a miséria.
- Sl 16.11. Serão cheios de gozo.
- Hb 11.22-23. Gozarão da companhia dos santos e dos anjos.
- 1Jo 3.2; 1Co 13.12. Terão uma visão imediata de Deus.
- 1Ts 4.17-18. Estarão na presença do Senhor por toda a eternidade.

Comentário

1. Quais as duas categorias de pessoas que serão arrebatadas para se encontrar com Cristo nos ares?

(a) Os mortos em Cristo, que ressurgirão dos seus túmulos quando Cristo descer do céu com alarido (1Ts 4.16). (b) Os crentes que estiverem vivos na segunda vinda de Cristo (1Ts 4.17).

2. Por que a lei da gravidade não impedirá os justos de subirem no ar para o encontro com Cristo?

A subida no ar, da parte dos justos, será um milagre operado pelo poder sobrenatural de Deus. A lei da gravidade não os poderá impedir de subir, da mesma maneira que não pôde impedir a ascensão de Cristo tempos atrás. O dia do juízo marcará o fim do domínio das leis naturais, como agora as conhecemos, sobre o povo de Deus. Este grande dia marcará a transição para o “mundo por vir”, a vida eterna, em que o sobrenatural não será a exceção, mas a regra (Hb 6.5: “*os poderes do mundo vindouro*”).

3. Qual o significado da declaração de que os justos serão colocados à destra de Cristo?

Essa declaração implica na separação entre justos e injustos — jurídica, total e permanente. Jamais ocorrerá ao longo de toda a eternidade o menor contato ou comunicação entre essas duas categorias de pessoas: os remidos e os juridicamente condenados.

4. Que significa a declaração de que os justos serão “publicamente reconhecidos e perdoados”?

Isso significa (a) que o Senhor Jesus Cristo, atuando como juiz, declarará

publicamente diante de todo o universo que essas pessoas, que foram perseguidas e vituperadas por causa da fé nEle, são agora povo Seu, sobre as quais concedeu o Seu amor especial e remiu do pecado para serem o Seu corpo espiritual; (b) que Cristo, atuando como juiz, declarará que o Seu povo é inocente de todo o pecado e perfeitamente justo diante da lei de Deus, porque foi Ele mesmo quem levou a culpa dos seus pecados mediante a Sua expiação, e pela Sua justiça perfeita que foi reconhecida (ou “imputada”) neles como se fosse a justiça deles mesmos.

5. Que significa a declaração de que os santos unir-se-ão a Cristo para julgar os anjos e os homens réprobos?

Essa verdade, exposta em I Coríntios 6.2-3, não quer dizer que os santos terão autoridade em si mesmos para determinarem o destino eterno de anjos e de homens, pois essa função solene pertence exclusivamente ao Senhor Jesus Cristo. Antes, quer dizer que os santos estão juntamente ou concordemente com Cristo na sentença que Ele pronunciará contra os anjos e os homens ímpios; os santos, como justificados, assentirão em concordância com a sentença dada por Cristo. Tendo Satanás e os anjos malignos afligido e perturbado angustiosamente o povo de Deus por milhares de anos, e tendo os ímpios oprimido, perseguido e aviltado os filhos de Deus, é apropriado que os santos, sendo vingados pelo Grande Juiz, associem-se à sentença por Ele proferida contra os anjos decaídos e os homens ímpios.

6. Que significa dizer que os justos serão recebidos no céu?

Isso significa que o Dia do Juízo marcará a entrada deles como pessoas plenas, com corpo e alma, não apenas no lugar, mas também na condição de total bem-aventurança. O restante da resposta à pergunta 90 trata das características desse lugar e da condição de perfeita bem-aventurança.

7. Por que não podemos ter a perfeita bem-aventurança aqui e agora?

Há várias razões por que o crente não pode gozar plena bem-aventurança aqui e agora, como por exemplo: (a) Ele não pode ver o seu Salvador face a face aqui e agora. (b) As enfermidades, as doenças e as dores do corpo são fatos que impedem agora o gozo da plena bem-aventurança. (c) A corrupção pecaminosa que ainda resta, aqui na terra, no coração do próprio crente na Terra, que precisa batalhar constantemente contra a tentação e o pecado, impede-o agora do gozo da bem-aventurança total. (d) O crente, na Terra, está cercado por um ambiente mau e desgraçado, e quanto mais santificado ele se torna

tanto mais se angustia por causa da presença e do efeito do pecado ao seu derredor.

8. De que modo é que esses vários fatores da nossa condição atual serão mudados no céu?

(a) Nós veremos o nosso Salvador face a face. (b) O nosso corpo mortal, que é afligido por dores, doenças, fraquezas e fadigas será imortal; todas as doenças, dores e angustias ficarão para trás e o que é mortal será revestido de vida. (c) A corrupção pecaminosa dos nossos próprios corações, e os constantes conflitos contra o pecado e a tentação que dele resulta acabarão com a morte. (d) O ambiente do céu será perfeitamente santo: Nele *“nunca jamais penetrará coisa alguma contaminada, nem o que pratica abominação e mentira, mas somente os inscritos no Livro da Vida do Cordeiro”* (Ap 21.27; vide também Ap 22.15).

9. Qual será o principal elemento na bem-aventurança do céu?

O principal elemento de bem-aventurança do céu estará “na visão e no desfrutar imediato de Deus Pai, do nosso Senhor Jesus Cristo e do Espírito Santo por toda a eternidade”.

10. Que quer dizer a palavra *visão* nessa afirmativa?

Significa que os santos verão a Deus.

11. O que se pretende ao afirmar que essa visão de Deus será *imediata*?

A palavra *imediata* denota que os santos verão Deus diretamente, sem que haja a interposição de qualquer coisa entre eles e Deus. Aqui na terra não podemos vê-lo diretamente. Agora só vemos obscuramente, como num espelho, mas então veremos “face a face”. Aqui na terra vemos Deus apenas como Ele está refletido na Sua Palavra, e mais indistintamente nas Suas obras; no céu, porém, haveremos de ter uma visão imediata ou direta de Deus, sem que Ele necessite estar refletido na natureza ou na Escritura. Era essa a verdade que muitos dos mártires pactuantes tinham em mente quando, ao serem assassinados por seus testemunhos, usavam palavras semelhantes às de James Renwick: “Adeus doce Bíblia e pregação do evangelho. Adeus sol, lua, estrelas e todas as coisas sublunares. Adeus lutas contra o corpo e contra a morte. Sê bem-vindo patíbulo [que me leva] ao precioso Cristo. Sê bem-vinda Jerusalém celestial. Sê bem-vinda companhia de anjos inumeráveis. Sê bem-vinda Assembléia Geral e Igreja dos primogênitos. Sede bem-vindos coroa de glória,

vestes brancas e o cântico de Moisés e do Cordeiro. E, acima de tudo, sê bem-vindo oh, Tu, bendita Trindade e Deus Uno! Oh, Uno Eterno, em Tuas mãos eternas recomendo a minha alma!”.

12. Que quer dizer a afirmativa de que os santos vão desfrutar de Deus?

Desfrutar carrega o sentido de gozar do fruto. O propósito de uma árvore frutífera é produzir frutos. Não se pode desfrutar de uma árvore frutífera que nunca dá frutos; ela viveu sem alcançar ou atingir o propósito ou o alvo para o qual existe. Se pensarmos na vida humana como uma árvore podemos dizer que o fruto que ela deveria dar é a glorificação e o gozo perfeitos de Deus. No mundo, o crente só é capaz de produzir esse fruto de modo imperfeito e parcial, mas no céu ele atingirá o alvo para o qual foi criado; produzirá em fim o verdadeiro fruto da glorificação e do gozo perfeitos de Deus. Esse alvo é chamado de desfrutar de Deus porque esse fruto só pode ser produzido pela vida humana que estiver em perfeita comunhão com Deus.

13. O que pensar da idéia comum de que os santos no céu nada ou quase nada farão senão tocar harpas?

Essa idéia comum não passa de uma mera caricatura do ensinamento da Bíblia sobre o céu e baseia-se na interpretação absurdamente literal de uma ou duas passagens da Escritura que são de caráter simbólico. A Bíblia leva-nos a crer que os santos no céu estarão envolvidos numa atividade tão intensa que não dá para comparar com a maior atividade ou conquistas da vida aqui na terra. Podemos estar certos de que “a vida que é vida de fato” não será uma vida de ociosidade.

14. Se a Bíblia ensina que o céu será um estado de perfeito descanso, então como é que pode ser de atividade intensa?

É verdade que a Bíblia ensina que o céu será um estado de perfeito descanso. A idéia de “descanso” é realmente uma idéia amplamente negativa que significa a libertação da labuta cansativa, fatigante, desagradável ou dolorosa, etc., cujos males todos decorrem somente do pecado e da maldição. É só por causa da presença do pecado no mundo que o descanso é incompatível com a atividade. Antes de Adão pecar, atividade e descanso eram coisas simultâneas, mas depois que ele pecou a atividade tornou-se em penoso labor por causa da maldição (Gn 3.17-19); no céu, contudo, “*Nunca mais haverá qualquer maldição*” (Ap 22.3). Assim, no céu, atividade e descanso não serão mais contrários um ao outro; os santos podem gozar da mais intensa atividade e do mais perfeito descanso ao

mesmo tempo. Não se conhecerá cansaço nem fadiga pois as suas causas serão removidas para sempre. (Não se deve entender que isso significa que a atividade dos santos no céu não terá pausa nem interrupção, mas apenas que as suas atividades não causarão a exaustão e a necessidade de recuperação. Nem se deve supor que Adão e Eva antes da queda estivessem em constante atividade; Deus, mesmo antes da queda, por certo criou a noite para que fosse um período de descanso e havia também o sábado semanal como um período de cessação de toda atividade comum; mas até onde a vida e a constituição humanas eram normais, isto é, sem pecado, nem a atividade era uma força destrutiva nem o descanso era para evitar a morte pela exaustão, como se tornou necessário depois da queda no pecado. Adão foi criado como uma réplica perfeita da Divindade, embora finita; e assim como Deus trabalhava e depois descansava (Gn 2.1-3), mas não por causa da exaustão, da mesma maneira a humanidade trabalhava e descansava seguindo o padrão divino, e não porque o seu trabalho causasse a exaustão).

15. Onde será o céu?

A Bíblia deixa a nossa curiosidade viva ao não nos dar essa informação. No entanto ela nos ensina definitivamente que o céu é um lugar (João 14.1-6).

Completamos agora o estudo das primeiras noventa perguntas do Catecismo Maior. É preciso lembrar que esse catecismo consiste de 196 perguntas organizadas de acordo com o seguinte plano:

- Pergs. 1-5: A Fundação — O propósito da vida humana; a existência de Deus; a Palavra de Deus.
- Pergs. 6-90. O que o homem deve crer a respeito de Deus.
- Pergs. 91-196. Qual o dever que Deus requer do homem.

Tendo completado as primeiras duas seções do Catecismo seguimos agora para o estudo da terceira seção, a saber: Quais os Deveres que as Escrituras Requerem do Homem. Eis um esboço do conteúdo dessa terceira seção:

- Pergs. 91-148. A Lei Moral de Deus, incluindo uma análise dos Dez Mandamentos.
- Pergs. 149-196. Como escapar da Ira e Maldição de Deus por haveremos transgredido a Sua Lei.



PARTE 2

***O QUE DEUS
REQUER DO HOMEM***



CAPÍTULO 11

Obediência à Vontade Revelada de Deus

Introdução

Pergunta 91. *Qual é o dever que Deus requer do homem?*

R. O dever que Deus requer do homem é a obediência à Sua Palavra revelada.

Referências bíblicas

- Rm 12.1-2. O dever de conformar-se à vontade de Deus.
- Mq 6.8. Deus demanda obediência à Sua vontade revelada.
- 1Sm 15.22. Toda adoração é vã quando não há obediência sincera.
- Jo 7.17. A boa disposição para obedecer à vontade de Deus é a chave para o conhecimento da Sua verdade.
- Tg 1.22-25. É inútil ouvir a Palavra de Deus sem que haja disposição para obedecê-la.
- Tg 4.17. É pecado deixar de fazer a vontade de Deus quando a conhecemos.

Comentário

1. Por que temos um dever para com Deus?

Em sendo Deus o nosso Criador e nós criaturas Suas, temos a obrigação moral de amá-LO e servi-LO. Como cristãos temos a obrigação extra de amar e servir a Deus porque Ele nos remiu do pecado e do inferno.

2. Que tipos de pessoas negam que os seres humanos têm um dever para com Deus?

(a) Os ateus, quem não acreditam que exista um Deus. (b) Os panteístas, que

acreditam que tudo é divino e negam que Deus seja uma pessoa, exceto quando reconhecido na personalidade do homem. (c) Os humanistas, que crêem que a nossa maior fidelidade é devida aos homens, nossos semelhantes, ou à humanidade. Esses acham comumente que Deus é alguém que existe para o benefício da raça humana ou, no mínimo, para o benefício recíproco; consideram a religião como o meio de um fim: para promover o progresso e o bem-estar dos homens.

4. Por que é errado dizer que devemos devotar a nossa maior fidelidade ao bem-estar da humanidade?

Essa atitude humanista, que é extremamente comum e amplamente difundida nos dias presentes, e é ponto-pacífico para a mídia de um modo geral, não passa de verdadeira idolatria, pois intromete a criatura no lugar do Criador, o que equivale a endeusar e a adorar à humanidade.

4. Não é verdade que servir a nossos semelhantes é uma nobre maneira de servir a Deus?

Tudo vai depender do nosso motivo para servir a nossos semelhantes. Se o nosso motivo verdadeiro for o desejo de servir a Deus, de modo que servimos a nossos semelhantes não só por causa deles, mas por causa de Deus, então pode ser que estejamos servindo a Deus em verdade, desde que ajamos de acordo com a Sua vontade revelada. Mas se o nosso motivo for apenas o desejo de ajudar à humanidade, de modo que servimos a nossos semelhantes por causa deles mesmos, então somos idólatras e não estamos servindo a Deus em verdade, mesmo que façamos algumas das coisas ordenadas por Deus.

5. Temos o direito de escolher se iremos ou não obedecer à vontade revelada de Deus?

Deus não força nem constrange ninguém a obedecer à Sua vontade revelada. Ele permite que os livre-agentes tomem as suas próprias decisões; contudo, ninguém tem o direito de optar por obedecer ou não a Deus. Ir contra a obediência a Deus é estar em rebelião contra o nosso Criador.

6. Por que Deus não procura saber quais são os nossos desejos antes de nos impor a Sua vontade?

Temos a tendência de esquecer que Deus não governa o Universo pelo regime da democracia. O Reino de Deus não é uma democracia, mas uma monarquia absolutista. Deus é soberano; Ele tem autoridade total, absoluta e imutável

sobre as Sua criaturas. Não compete decidir se gostamos ou não dos Seus mandamentos e leis; compete-nos apenas obedecer-lhes, gostemos ou não deles, apenas porque são a revelação da vontade de Deus. Tentar colocar Deus no mesmo patamar que nós — como se Ele nos devesse satisfação, ou como se pudéssemos criticar ou questionar as Suas exigências — é irreverente, irreligioso e maligno.



Pergunta 92. *O que revelou Deus no princípio ao homem como a Sua regra de obediência?*

R. A regra de obediência revelada a Adão no estado de inocência, e a todo a raça humana nele, além do mandamento especial de não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, foi a lei moral de Deus.

Referências bíblicas

- Gn 1.26-27. O gênero humano foi criado à imagem de Deus com uma natureza moral.
- Rm 2.14-15. A lei de Deus está gravada no coração do homem pela revelação natural de Deus.
- Rm 10.5. O padrão ou a justiça é a lei moral de Deus.
- Gn 2.17. O mandamento especial de Deus para Adão não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal.

Comentário

1. Como denominamos a condição da raça humana antes da queda no pecado?

O estado de inocência.

2. Que ordenança especial deu Deus à raça humana no estado de inocência?

A ordem para não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Esse mandamento especial formava a condição do Pacto de Obras.

3. De que modo foi esse mandamento de Deus dado à raça humana?

Esse mandamento especial de Deus foi dado à raça humana não através da natureza, mas pela revelação especial ou mensagem de Deus que Adão e Eva compreenderam inequivocamente como sendo uma declaração da Sua vontade (Gn 2.16-17; 3.3).

4. Além desse mandamento especial, que regra de obediência deu Deus à raça humana?

Além do mandamento especial que formava a condição do Pacto de Obras, Deus deu a lei moral como uma regra de obediência à raça humana.

5. De que modo foi a lei moral dada à raça humana no estado de inocência?

A lei moral foi dada à raça humana no estado de inocência pela revelação natural de Deus no coração humano. A raça humana quando foi criada tinha a lei moral de Deus escrita em seu coração. Não foi preciso que Deus fizesse a Adão e Eva uma revelação especial da lei moral, porque ela já fora escrita por Ele em suas naturezas. Não foi preciso nenhuma revelação especial da lei moral de Deus enquanto a raça humana não tinha ainda caído em pecado.

6. Ainda hoje, as pessoas têm a lei moral de Deus escrita em seus corações pela revelação natural de Deus?

Sim. A lei de Deus está escrita no coração de cada ser humano no mundo, pela revelação natural de Deus. Mas essa escritura foi terrivelmente obscurecida e distorcida pelo pecado humano de modo que essa revelação natural da vontade de Deus não é mais um guia apropriado para a conduta humana. A partir da queda faz-se necessária a luz da revelação especial de Deus; sem a luz da Sagrada Escritura os homens, inevitavelmente, convertem a verdade de Deus em mentira e adoram e servem à criatura mais do que ao Criador (Rm 1.25).

7. Por que Deus não revelou os Dez Mandamentos a Adão e Eva?

Como o pecado não havia ainda entrado no mundo, também não havia a necessidade de uma lista detalhada de mandamentos. Bastava a simples lei moral de Deus escrita no coração humano porque ela dizia a Adão e Eva que a mais elevada obrigação deles era amar a Deus por causa Dele mesmo e que a obrigação imediata a essa era a de se amarem por amor a Deus. Só quando o pecado entrou é que se fizeram necessários mandamentos detalhados e específicos como: “não furtarás”, “não matarás”, “não dirás falso testemunho contra o teu próximo”, etc. Enquanto a raça humana existisse no estado de inocência, mandamentos específicos assim seriam tão sem sentido quanto desnecessários.

8. Qual é a visão “moderna” comum da lei moral?

A visão “moderna” comum da lei moral não se baseia na Bíblia, mas na fi-

losofia e nas teorias científicas humanas. Segundo o entendimento em voga a lei moral não é uma revelação da vontade de Deus, nem uma expressão da Sua natureza; ela é tida como se existisse por si mesma, como integrante da “natureza das coisas”. O pensamento moderno considera que o Universo existe por si mesmo (isso é, que não foi criado) e que a lei moral de Deus existe por si mesma como integrante do Universo. Conforme esse entendimento, se houver um deus, ele também estará sujeito à lei moral que existe acima e além dele. Segundo a idéia dominante de que a humanidade evoluiu de um bicho ancestral, a lei moral não é considerada como uma revelação da parte de Deus, mas como uma descoberta do homem. Essa teoria sustenta que a humanidade originou-se não no Jardim do Éden, mas na lama, e que a lei escrita originalmente no coração humano não foi a lei de Deus, mas a lei da selva; assim, ao longo de milhões de anos a humanidade desenvolveu-se e aperfeiçoou-se gradativamente e descobriu mais sobre a verdadeira lei moral herdada da “natureza das coisas”, até que a lei da selva no seu coração foi transformada na lei moral, como é hoje entendida pelos homens.

9. Quais são os erros desse entendimento “moderno” da lei moral?

(a) Esse entendimento “moderno” da lei moral considera-a não como uma revelação da vontade de Deus e expressão da Sua natureza, mas algo existente por si mesmo, como uma espécie de força ou princípio impessoais no Universo. (b) Essa teoria defende que a humanidade originou-se nas profundezas e que gradativamente subiu às alturas, ao passo que a Bíblia ensina que a humanidade originou-se nas alturas despencando depois nas profundezas, pela desobediência a Deus. (c) Essa teoria afirma que a lei moral é um desenvolvimento ou descoberta humanos, enquanto a Bíblia ensina que a lei moral é uma revelação divina. Em resumo, não há no pensamento moderno espaço para as três grandes verdades da Bíblia: (1) o Universo foi criado por Deus; (2) a perfeição original e a queda subsequente da humanidade; e (3) a revelação da lei moral como sendo a vontade de Deus.



Pergunta 93. *O que é a lei moral?*

R. A lei moral é a declaração da vontade de Deus à raça humana; dirigindo e obrigando a todos à sua obediência pessoal, perfeita e perpétua — no íntimo e na disposição de todo o ser, alma e corpo e no cumprimento de todas aquelas

obrigações de santidade e retidão devidas a Deus e ao homem — prometendo vida, se cumprida; e ameaçando de morte, se quebrada.

Referências bíblicas

- Dt 5.1-3. A lei moral de Deus exige a obediência.
- Dt 5.31-33. A lei de Deus é uma revelação da vontade de Deus.
- Lc 10.26-27. A lei moral exige que o homem todo se submeta à vontade de Deus.
- Gl 3.10. A lei de Deus exige obediência total e perfeita.
- 1Ts 5.23. Todos os elementos da personalidade humana estão obrigados à lei de Deus.
- Lc 1.75. A lei de Deus requer santidade e justiça ao servir a Deus.
- At 24.16. A lei de Deus inclui os deveres para com Deus e para com o homem.
- Rm 10.5; Gl 3.12. Deus promete vida pelo cumprimento da Sua lei.
- Gl 3.10; Gn 3.17-19. A morte é o castigo decorrente da quebra de lei de Deus.

Comentário

1. Como o Catecismo define a lei moral?

Ele define a lei moral como “a declaração da vontade de Deus à raça humana”. Isso engloba as seguintes verdades da Escritura: (a) A lei moral não é uma descoberta humana, mas uma revelação divina. (b) A lei moral não é uma força nem um princípio inerentes ao Universo, mas uma revelação da vontade de Deus. (c) Deus não é simplesmente um outro nome para “o que há de melhor na humanidade”, mas um Ser Supremo detentor de uma vontade que revela às Suas criaturas.

2. Quem está sujeito à lei moral de Deus?

Todo ser humano que viveu ou que ainda viverá.

3. A lei moral de Deus também se aplica aos pagãos que ignoram totalmente à Bíblia?

Sim. À parte da Bíblia a lei moral de Deus está gravada em seus corações pela revelação natural de Deus (Rm 2.14-16).

4. A lei moral de Deus também se obriga aos ateus, que não crêem em Deus?

Sim. No dia do juízo não terão como se defender de haverem negado a exis-

tência de Deus, nem de todos os seus outros pecados. Como não creram em Deus, até mesmo as suas “boas obras” são obras realmente malignas. O fato de rejeitarem a Deus não pode anular a autoridade da lei de Deus sobre as suas vidas.

5. Os crentes estão obrigados à lei moral de Deus?

Certamente que sim. Cristo salvou-nos para uma vida de obediência à lei moral de Deus.

6. A lei moral de Deus é mutável ou permanece sempre a mesma?

Embora o verdadeiro sentido da lei moral de Deus seja sempre o mesmo, a Bíblia nos mostra que a sua forma particular de revelação mudou de tempos em tempos, principalmente pelo acréscimo de mandamentos mais detalhados.

7. A lei moral de Deus mudou agora, em nossos dias?

Não. Desde o encerramento da Bíblia que a revelação da vontade de Deus à raça humana está completada, é imutável e permanecerá fixa em sua forma até o fim do mundo.

8. Qual é a atitude de alguns contemporâneos para com a idéia de que a lei moral de Deus está fixada e permanecerá a mesma até o fim do mundo?

Muitos dos que foram influenciados pelo pensamento “moderno” se opõem a essa idéia tachando-a de “estreita” e “arcaica” e dizem ser absurdo considerar que mandamentos detalhados dados aos homens há mais de 2000 anos sejam adequados às necessidades da humanidade nessa era moderna e de progresso científico.

9. Que resposta podemos dar à objeção ao caráter imutável da lei moral de Deus?

(a) Aqueles que levantam essa objeção não consideram a lei moral como uma revelação de Deus; consideram mesmo que as leis da Bíblia sejam o produto da experiência e do progresso humanos. Se as leis da Bíblia forem realmente feitas e descobertas pelos homens, então precisaremos também fazer ou descobrir as nossas leis para hoje, em vez de dependermos do saber daqueles que viveram eras atrás. Mas se essas leis forem dadas por Deus, então elas são igualmente ajustadas às necessidades de todas as eras, porque Deus não está limitado pela passagem do tempo e foi competente para estabelecer leis que poderiam durar até ao fim do mundo. (b) Quando interpretada do modo

correto, segundo os bem fundamentados princípios de estudo da Palavra, a lei moral de Deus, como revelada na Bíblia, ajusta-se perfeitamente à condição da humanidade no presente século e além, exatamente como em qualquer outro período da história humana desde a queda.

10. Que tipo de obediência a lei moral de Deus exige da raça humana?

A lei moral de Deus exige obediência absoluta, isto é, requer a sujeição do homem todo a toda a lei durante toda a sua vida. Por isso a lei moral de Deus demanda a perfeição absoluta de nossos pensamentos, palavras e obras, bem como do estado ou disposição do nosso coração, por toda a nossa vida, sem que a deixemos de cumprir por um instante sequer.

11. A lei moral de Deus exige que sejamos bons?

A lei moral de Deus não exige que sejamos apenas “bons”, mas absolutamente bons, isto é, temos que ser moralmente perfeitos. O modo comum de falarmos sobre “ser bons” leva a um rebaixamento do padrão de Deus. Deus requer não a mera “bondade”, mas a perfeição moral absoluta.

12. Esse padrão não é alto demais para a raça humana?

Não podemos deixar de reconhecer francamente que a idéia de perfeição moral apresentada na Bíblia não é possível de alcançar na vida presente. Contudo não é um padrão alto demais. Se Adão e Eva não tivessem pecado, toda a humanidade teria alcançado esse padrão de absoluta perfeição e a raça humana haveria de ser diferente daquilo em que se tornou de fato. Esse padrão é alto demais para que o homem decaído o alcance, por causa da sua queda no pecado e da corrupção e incapacidade disso resultante. O padrão de Deus permanece o mesmo desde o dia em que Ele criou a raça humana. A raça humana é que mudou. Temos de reconhecer também que o fato desse padrão ser alto demais prova a origem divina da lei moral. O rio não volta à nascente. Se a lei moral fosse produzida pela experiência do homem ela seria baixa o suficiente para ser alcançada por seres humanos pecadores. O padrão moral absoluto que encontramos na Bíblia só é possível vindo de Deus, nenhum ser humano jamais o poderia produzir. Excetuando-se Cristo, a mente humana jamais seria capaz de imaginar um ser humano em quem não houvesse nenhum tipo de mal. A Bíblia apresenta um padrão moral absoluto e retrata em Cristo aquele que incorpora completa e absolutamente a perfeição moral em Seu caráter. É um padrão alto, não podemos alcançá-lo, e isso demonstra por si mesmo que não é um padrão procedente do homem, mas de Deus.

13. Quais os tipos de deveres que a lei moral de Deus nos obriga a realizar?

A lei moral de Deus obriga-nos a cumprir os deveres de santidade e retidão que devemos a Deus e aos homens.

14. Qual é a diferença entre “deveres de santidade” e “deveres de retidão”?

Embora os termos *santidade* e *retidão* sobreponham-se até certo ponto, pode-se dizer que os “deveres de santidade” são, em sentido restrito, deveres religiosos, e que “deveres de retidão” são, também em sentido restrito, deveres morais. Por exemplo, a oração e a leitura da Bíblia são “deveres de santidade”; trabalhar diligentemente os seis dias da semana (Êx 20.9) fugindo da indolência, é um “dever de retidão”.

15. Qual é a diferença entre as obrigações devidas a Deus e as devidas ao homem?

Estritamente falando, todas as obrigações são devidas a Deus. Não há obrigação devida ao homem que não seja também devida a Deus; isto é, temos obrigações para com o homem por amor a Deus; há, contudo, obrigações devidas exclusiva e diretamente a Deus, assim como há outras que Lhe são devidas indiretamente em virtude do nosso relacionamento com nossos semelhantes. Por exemplo, honrar o nome de Deus e não o tomar em vão é uma obrigação devida diretamente a Deus, mas amar o nosso próximo como a nós mesmos é um dever indireto para com Deus; nesse caso o nosso dever para com Deus exige que amemos o nosso próximo e busquemos o seu bem; assim como a nossa obrigação para com Deus compreende a subordinação de nossos deveres para com o homem.

16. Que promete Deus pelo cumprimento da Sua lei moral?

Pelo cumprimento da Sua lei moral Deus promete vida. Obviamente isso se deve compreender no seu sentido mais amplo, que é o de vida eterna.

17. É possível obter a vida eterna de outra maneira senão pelo cumprimento da lei moral de Deus?

Absolutamente não. Não há nem poder haver nenhuma outra maneira. O padrão de Deus nunca foi modificado nem rebaixado. Adão e Eva poderiam por si mesmos ter alcançado a vida eterna mediante o cumprimento da lei moral de Deus. Se eles assim tivessem feito, nós, por causa disso, também teríamos obtido a vida eterna e nasceríamos incapacitados para pecar. Mas Adão e Eva

desobedeceram a Deus e toda a raça humana caiu em pecado, de sorte que agora já não há quem possa cumprir apropriadamente a lei moral de Deus. Ainda assim o padrão Divino não foi rebaixado. A vida eterna ainda depende da obediência absoluta e total à lei moral de Deus. Mas o próprio Deus é quem providenciou o Segundo Adão, o Senhor Jesus Cristo, Aquele que cumpriu perfeitamente a lei moral de Deus em nosso favor, como nosso representante, para que *“por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justo”* (Rm 5.19). Devemos cuidar sempre para não cairmos no erro de que o evangelho supõe o abrandamento desses termos. O evangelho não supõe um afrouxamento de condições, mas a provisão de um substituto que as cumpra: Deus acata o cumprimento da lei moral por Cristo de maneira graciosa, como se nós mesmos o tivéssemos realizado, imputando-o e creditando-o em nosso favor.

18. Que punição recebeu a humanidade por causa da violação da lei moral de Deus?

A pena de morte (Rm 5.12; 6.23).

19. Qual o significado da “morte” como o castigo pela violação da lei moral de Deus?

A “morte” como “salário do pecado”, ou como o castigo pela violação da lei moral de Deus, significa a morte em seu sentido mais integral, e isso inclui (a) apartar a pessoa do favor de Deus; (b) a morte do corpo e o seu retorno ao pó; (c) a separação eterna do amor e do favor de Deus, ao que a Bíblia chama de “inferno” ou de “a segunda morte”.



Pergunta 94. Qual a utilidade da lei moral para o homem depois da queda?

R. Embora, depois da queda, nenhum homem possa obter a retidão e a vida pela lei moral, ainda assim ela é de grande utilidade, tanto por ser comum a todos os homens quanto por aplicar-se distintamente ao não-regenerado e ao regenerado.

Referências bíblicas

- Rm 8.3; Gl 2.16. Desde a queda nenhum homem alcança a retidão e a vida pela obediência pessoal à lei moral.
- 1Tm 1.8. A lei é boa em si mesma, mas deve ser usada corretamente.

Comentário

1. De que erro comum sobre a lei moral essa pergunta do Catecismo se protege?

O erro extremamente comum de que o ser humano pecador pode salvar a si mesmo por suas “boas obras” ou por seu “bom caráter”, isto é, o entendimento de que a humanidade, depois da queda, pode alcançar a retidão e a vida mediante a obediência pessoal à lei moral. O Catecismo rejeita enfaticamente essa falsa idéia. É por isso que, desde o início de uma extensa seção sobre a lei moral e os Dez Mandamentos (que se desdobra até à pergunta 148), o Catecismo resguarda-se diligentemente da idéia de que o coração pecaminoso humano tende naturalmente a considerar como verdadeira a possibilidade de os pecadores obedecerem satisfatoriamente à lei moral. A lei moral, e a sua expressão nos Dez Mandamentos, é de grande utilidade para todas as classes de homens, mas é da maior importância reconhecermos e rejeitarmos a mentira herdada do sistema farisaico: a crença de que os mandamentos podem ser cumpridos de fato. A verdade é que os não-regenerados jamais podem cumprir a lei moral para agradar a Deus e até mesmo as suas “boas obras” são pecados dos quais necessitam se arrepender; os verdadeiros crentes em Jesus Cristo são capacitados pela graça de Deus para cumprirem a lei moral apenas de modo parcial e insatisfatório, de sorte que as suas “boas obras” só são aceitas por Deus por causa da mediação de Cristo. Tem-se dito algumas vezes que os Padrões de Westminster, dada a sua forte ênfase nos Dez Mandamentos, encoraja a idéia da “salvação pelas obras”; tal acusação é completamente infundada e deixa de fora as evidentes declarações desses padrões quanto ao meio de salvação e à lei moral.

2. Se a lei moral não serve para se alcançar a retidão e a vida, então, para que serve?

O Catecismo afirma que a lei moral é de grande utilidade (a) para a humanidade em geral; (b) para os pecadores não-regenerados; (c) para os regenerados. As perguntas que vão de 95 a 97 tratam detalhadamente dessas categorias.



Pergunta 95. Qual é a utilidade da lei moral para todos os homens?

R. A lei moral é útil a todos os homens para lhes dar a conhecer da natureza e vontade santas de Deus e de quais são os deveres deles, obrigando-os a

andarem segundo essa vontade; para convencê-los de que são incapazes de guardá-la e da pecaminosa contaminação de suas naturezas, corações e vidas; para fazê-los humildes ao perceberem seu pecado e miséria, e assim ajudá-los a compreenderem com maior clareza que necessitam de Cristo e da Sua perfeita obediência.

Referências bíblicas

- Lv 11.44-45; 20.7-8; Rm 7.12. A lei moral é uma expressão da natureza e vontade santas de Deus.
- Mq 6.8; Tg 2.10-11. A lei moral serve para revelar o dever que todos os homens têm de obedecer a Deus, como Suas criaturas.
- Sl 19.11-12; Rm 3.20; 7.7. A lei moral serve para convencer os homens da condição pecaminosa e espiritualmente impotente em que se acham, por natureza.
- Rm 3.9, 23. A lei moral serve para humilhar os pecadores ao convencê-los de seu pecado e miséria.
- Gl 3.21-22. A lei moral serve para ajudar os homens a perceberem com maior clareza a necessidade que têm de Cristo como o Salvador do pecado.
- Rm 10.4. A lei moral serve para dar aos homens uma idéia mais elevada do caráter e da retidão de Cristo, que cumpriu perfeitamente a lei.

Comentário

1. Qual é o quádruplo uso que a lei moral de Deus tem para todos os homens?

A lei moral de Deus é útil a todos os homens das quatro maneiras seguintes: (a) como a revelação da verdade sobre Deus; (b) como a revelação da verdade da obrigação moral que o homem tem para com Deus; (c) como um meio de convencer os homens da sua absoluta condição pecaminosa por natureza; (d) como um auxílio para se aquilatar apropriadamente o caráter ímpar de Cristo.

2. De que modo é a lei moral a revelação da verdade sobre Deus?

A lei moral é uma revelação da verdade a respeito de Deus por ser ela uma expressão da Sua natureza e vontade santas. Isso contraria a visão “moderna” que a considera como uma força ou princípio auto-existente “na natureza das coisas”. Aquilo que é certo é certo não por ser certo em si mesmo, mas porque a natureza santa inerente a Deus o demanda. Devemos observar que o Catecismo menciona a natureza de Deus antes de mencionar a Sua vontade.

A natureza de Deus determina aquilo que é certo e a Sua vontade o impõe à humanidade como obrigação moral.

3. De que modo é a lei moral a revelação da obrigação moral do homem para com Deus?

Como uma expressão da vontade de Deus, a lei moral chega ao homem como a exigência de uma obediência total e absoluta. Essa demanda por obediência baseia-se na Bíblia, não em considerações pragmáticas como “o maior bem para o maior número de pessoas” ou “o bem-estar da humanidade”, mas baseia-se no relacionamento Criador-criatura que se fundamenta na doutrina da Escritura sobre a criação. *“Então, falou Deus todas estas palavras: Eu sou o SENHOR, teu Deus (...) Não terás outros deuses diante de mim. Etc.”* (Êx 20.1-17). Não há maior perversão do que a idéia tão difundida de que a lei moral deve ser obedecida por razões egoístas ou pragmáticas. Devemos obedecer à lei moral pelo fato de ser Deus o nosso Criador e de sermos nós Suas criaturas.

4. De que modo a lei moral de Deus pode ser um meio para convencer os homens da sua absoluta condição pecaminosa por natureza?

(a) A lei moral de Deus põe diante da raça humana um padrão moral absoluto. Quanto mais alguém se esforça para se conformar a esse padrão absoluto, tanto mais se conscientiza que não pode realmente alcançá-lo. A humanidade criada por Deus no Jardim do Éden seria capaz de atingir esse padrão moral absoluto. Desde a queda o padrão permanece o mesmo, mas o caráter dos seres humanos tem se modificado. A tentativa de pecadores se conformarem a um padrão moral absoluto, que só poderia ser atingido por seres humanos sem pecado, deve servir para convencê-los da sua condição pecaminosa por não serem capazes de viver esse padrão. (b) O coração pecaminoso do homem rebela-se contra as exigências santas da lei moral de Deus; assim, a lei moral serve para levar a natureza pecaminosa e corrupta dos homens a transgredir (Rm 7.7). Na verdade, a lei moral torna os homens em pecadores piores porque os seus corações pecaminosos se rebelam contra ela e essa corrupção pecaminosa do coração traduz-se nas práticas pecaminosas da vida (Rm 7.8-11). (c) A lei moral de Deus é planejada para humilhar os homens por causa dos seus pecados e misérias; quanto mais agudamente compreenderem que são incapazes de guardar realmente a lei, tanto mais devem ser humilhados pela sua condição pecaminosa. É somente onde se comunga da idéia de que seja possível cumprir a lei, como entre os fariseus, que os homens podem ficar cegos à sua pecaminosidade e conseqüentemente cheios de orgulho. (d) A lei moral de Deus é planejada para auxiliar os homens

a terem tanto um sentimento de necessidade quanto um sentimento de pecado. Ela deve ser o preceptor que traz os homens a Cristo. A incapacidade pessoal de se conformarem à lei moral deveria convencer os homens da sua profunda necessidade de um Salvador que cumpriu perfeitamente a lei por eles e que os salvará, para que no final também possam se conformar perfeitamente à lei.

5. De que modo a lei moral de Deus pode auxiliar os homens a aquilatarem corretamente o caráter ímpar de Cristo?

O próprio Cristo viveu sob a lei (Gl 4.4). Ele cumpriu perfeitamente todas as exigências da lei moral de Deus conformando-se totalmente ao padrão absoluto que Deus estabelecera para a humanidade. Se compreendermos que Cristo cumpriu a lei moral pelos pecadores, então quanto mais profunda for a nossa percepção do real caráter da lei moral tanto maior será a nossa valorização do caráter ímpar de Cristo. Quem acha que a lei moral seja o descobrimento humano de uma força ou princípio naturais também pensa em Cristo como meramente “um bom homem”. Quem entende que a lei moral seja uma expressão da natureza absolutamente santa de Deus verá em Cristo o único e exclusivo homem absolutamente perfeito e também o Deus-homem. Se Cristo viveu na Terra uma vida em perfeita conformidade com o padrão absoluto da lei moral de Deus, então a obediência e retidão de Cristo são absolutamente perfeitas em todos os aspectos. Cristo é a perfeição moral absoluta realizada em vida humana.



Pergunta 96. *Que utilidade particular tem a lei moral para os homens não-regenerados?*

R. A lei moral é útil aos homens não-regenerados para lhes despertar as consciências para a necessidade de fugirem da ira vindoura e para os conduzir a Cristo; ou para deixá-los inescusáveis e, portanto, debaixo da maldição do pecado, caso continuem nesse estado e caminho.

Referências bíblicas

- 1Tm 1.9-10. A aplicação da lei moral de Deus aos ímpios.
- Gl 3.24. A lei moral é útil para conduzir os pecadores a Cristo a fim de serem alvos.
- Rm 1.20 comparado a Rm 2.15. A lei moral deixa os pecadores sem desculpas.

Comentário

1. Que significa a expressão não-regenerado?

Ela descreve alguém que ainda não nasceu de novo e é, por isso, um pecador perdido e não salvo.

2. Qual é a condição natural das consciências dos não-regenerados?

As consciências dos não regenerados estão naturalmente adormecidas e por isso precisam de ser despertadas ou ressuscitadas.

3. De que maneira a lei moral serve para despertar as consciências dos pecadores não salvos?

A lei moral declara que a ira de Deus se revela do céu contra toda a impiedade (Rm 1.18), desse modo as suas consciências são atizadas a temerem o julgamento de Deus que lhes sobrevirá.

4. A lei moral proporciona alguma maneira de se escapar da ira de Deus?

Não. A lei moral não propicia nenhum modo de escape. Ela apenas pronuncia o juízo de Deus sobre o pecado humano. Como a lei em si não assegura um meio de escape da ira de Deus, ela serve para conduzir o pecador a Cristo, que é o único meio de escape.

5. Todos os pecadores não-salvos têm conhecimento da lei moral de Deus?

Sim. Não apenas aqueles que conhecem a Bíblia, mas até mesmo os que a desconhecem totalmente, inclusive os pagãos, possuem algum conhecimento da lei moral de Deus pela revelação natural de Deus no coração humano.

6. Todos os pecadores não-salvos conhecem a lei moral de Deus na mesma medida?

Não. Quem tem somente a revelação natural da lei moral de Deus, apenas a conhece muito tênue e incompletamente, mas esse conhecimento é o bastante para deixá-los inescusáveis. Quem tem a luz da Escritura tem um conhecimento muito maior e mais claro da lei moral de Deus.

7. A lei moral de Deus desperta a consciência de todos os pecadores e os conduz a Cristo para que sejam salvos?

Não. Embora seja verdade que todos os pecadores conheçam alguma coisa da lei moral de Deus, ainda há muitos que jamais virão a Cristo para a salvação.

8. Por que a lei moral não leva todos os pecadores a Cristo para a salvação?

A lei moral em si mesma é impotente para levar qualquer pecador a Cristo para a salvação. O pecador só é conduzido a Cristo quando esse conhecimento da lei moral de Deus está acompanhado da atuação sobrenatural do Espírito Santo (At 16.14).

9. Por que o Espírito Santo não age no coração de todo pecador para que todos venham a Cristo e sejam salvos?

A Bíblia não responde a essa pergunta senão quando fala da soberania de Deus, mediante a qual Ele elege e salva quem quer segundo as Suas próprias razões, as quais não nos revelou (Rm 9.15-18). A Bíblia ensina claramente que Deus tem escolhido alguns para a salvação e que Ele salva a quem Ele escolheu. As razões que levaram Deus a escolher entre os homens estão entre as coisas que Ele ocultou e não revelou aos homens.

10. Qual é o efeito da lei moral no caso dos pecadores que nunca virão a Cristo?

O efeito da lei moral no caso dos pecadores que nunca virão a Cristo é “deixá-los inescusáveis e, portanto, debaixo da maldição do pecado”.

11. A lei moral serve de alguma maneira para capacitar as pessoas não-regeneradas para que vivam de modo agradável a Deus?

Não. Romanos 8.8: “*os que estão na carne não podem agradar a Deus*”. Essa expressão significa os não-regenerados, ou os que ainda não nasceram de novo. Essas pessoas podem aprender da lei moral quais sejam os seus deveres, mas estão mortas em delitos e pecados e por isso não podem agradar a Deus. Os seus corações não são retos para com Deus e tudo o que fazem é pelo motivo errado e pecaminoso.

12. A lei moral serve de alguma maneira para capacitar as pessoas não-regeneradas a adquirirem a própria salvação?

Não (Rm 3.20). Nenhum pecador tem a mínima possibilidade de conquistar a sua salvação pelo seu esforço em guardar a lei de Deus. Quanto mais esforçadamente ele tentar guardar os mandamentos de Deus, tanto mais compreenderá que é um transgressor dos mandamentos e, portanto, um pecador perdido, desamparado e necessitado.

13. Qual o lugar da lei moral de Deus num plano de evangelismo segundo a Escritura?

Embora evangelismo signifique “a proclamação do evangelho”, precisamos entender que o evangelho não tem o menor sentido sem a lei. *Evangelho* significa “boas novas”, isto é, as boas novas da salvação do pecado. O pecado é a transgressão da lei, quem não tem a convicção de ser transgressor da lei não sentirá a necessidade do evangelho; as pessoas não se sentirão transgressoras da lei se não conhecerem a lei moral de Deus. Portanto, não será bíblico nem salutar nenhum programa de evangelismo que não enfatize o pecado como a transgressão da lei moral de Deus. Muito do “evangelismo” dos dias presentes pouco ou quase nada fala da lei de Deus, do pecado e do arrependimento; antes, a tendência é falar somente de “aceitar a Cristo”. Faz-se urgente e necessário o retorno à antiga ênfase na lei de Deus; sem isso não poderá haver um avivamento genuíno da fé cristã.



Pergunta 97. *Que utilidade particular tem a lei moral para os regenerados?*

R. Embora os regenerados e crentes em Cristo estejam libertos da lei moral como Pacto de Obras, de sorte que por ela não são nem justificados nem condenados; ela, além das utilidades gerais que são comuns a eles e a todos os homens, é particularmente útil para lhes mostrar o quanto são devedores a Cristo — por haver Ele cumprido e suportado a maldição da lei em lugar deles e para o bem deles — e assim os levar a serem mais agradecidos e a manifestarem essa gratidão pelo maior zelo em se conformarem a ela como a sua regra de obediência.

Referências bíblicas

- Rm 8.14; 7:3-6; Gl 4.4-5. Os regenerados não estão mais sob a lei como Pacto de Obras.
- Rm 3.20; 8.1; Gl 5.23. Os regenerados não são justificados pela obediência à lei moral, nem condenados por causa da violência dela.
- Rm 7.2, 25; 8.3-4; Gl 3.13-14. A lei moral mostra ao crente o quanto ele deve e está obrigado a Cristo, que cumpriu as exigências da lei e suportou o seu castigo em lugar dele.
- Lc 1.68-69, 74-75. A lei moral instiga o crente à gratidão a Deus pela redenção que Ele supriu em Cristo.

- Rm 7.22; 12.2; Tt 2.11-14. A lei moral é o padrão de obediência do crente, não para que obtenha a vida pela obediência a ela, mas para expressar a sua gratidão a Deus pelo dom gratuito da salvação.

Comentário

1. Quando alguém “nasce de novo” e se torna um crente, que mudança sofre a sua relação com a lei moral?

A pessoa fica imediatamente e para sempre liberta de todo o esforço inútil de tentar se salvar pela obediência da lei, e é também libertada do poder condenatório dela.

2. Quando foi que acabou o Pacto de Obras?

(a) Como modo de adquirir a vida eterna para toda a humanidade pela obediência à lei de Deus, isto é, pela obediência de Adão como o representante da raça humana, o Pacto de Obras acabou quando Adão e Eva comeram o fruto proibido no Éden. (b) Como modo de adquirir a vida eterna para os eleitos pela obediência à lei de Deus por parte de Cristo, o mediador divino-humano e segundo Adão, o Pacto de Obras foi incorporado ao e tornou-se parte do Pacto da Graça, e assim ainda hoje permanece em vigência. (c) No caso dos que ainda não vieram a Cristo e receberam os benefícios do Pacto da Graça, esses ainda permanecem debaixo da condenação do pacto violado, o Pacto de Obras, e é comum tais pessoas se empenharem fútil e desesperadamente em adquirir a vida eterna com base no Pacto de Obras, isto é, pela obediência pessoal à lei moral.

3. Que termo usa-se para descrever o tipo de religião que procura adquirir a vida eterna pela obediência pessoal à lei moral?

Legalismo, também chamado de moralismo.

4. Qual era a seita judaica dos dias de Cristo que era dominada pelo legalismo?

Os fariseus.

5. O que há de errado com o legalismo?

O legalismo é “pouco demais, e tarde demais”. *Pouco demais* porque Deus requer obediência perfeita à lei moral, ao passo que os pecadores prestam obediência extremamente imperfeita; *tarde demais* porque a possibilidade de adquirir a vida eterna mediante a obediência da lei cessou no Éden eras atrás.

6. Os crentes modernos são de algum modo afetados pelo legalismo?

Quase sempre são; é triste mas é verdade. (a) Em todo lugar que se ignora o ensinamento bíblico da salvação pela graça os crentes professos são sempre totalmente legalistas e tentam abertamente conseguir a vida eterna pelas boas-obras. (b) Até mesmo quem conhece e compreende de fato o ensinamento bíblico da salvação pela graça quase sempre cai inconscientemente num modo legalista de pensar. Alguém pode professar a teologia da graça e ainda assim, sem perceber a inconsistência, pode estar grandemente influenciado por uma atitude ou modo de pensar legalistas sobre a vida e a religião.

7. Qual a cura para o legalismo?

(a) A compreensão do total fracasso e inutilidade do legalismo. (b) Uma profunda compreensão aliada à experiência pessoal do ensino bíblico da salvação pela graça.

8. O crente deve ter medo de pecar?

Sim.

9. O crente deve ter medo de pecar por causa do risco da condenação eterna?

Não (I João 4.18).

10. Então, por que deveria o crente ter medo de pecar?

Porque é certo temer aquilo que é contrário à santidade de Deus e que O ofenderá e esconderá de nós a luz da Sua face; mesmo assim, no caso dos crentes em Cristo, isso não envolve o risco da condenação eterna.

11. Como a lei moral leva o crente a ter apreço por Cristo?

A lei moral faz o crente ter apreço por Cristo por mostrar-lhe o tanto que deve a Ele, isto é, o quanto Cristo fez por ele ao cumprir perfeitamente a santa lei e ao suportar em seu lugar a pena da lei.

12. De que maneira a lei moral produz a gratidão no crente?

A lei moral produz a gratidão no crente levando-o a reconhecer e valorizar a obra e o sofrimento de Cristo em seu favor.

13. Que estado mental uma religião legalista tende a produzir, em lugar da gratidão?

Uma religião legalista não pode levar a uma atitude de real gratidão a Deus, mas, ao contrário, leva ao orgulho da autojustificação espiritual.

14. De que modo deve o crente expressar a sua gratidão a Deus?

O crente deve mostrar a sua gratidão a Deus não apenas em palavra de oração e louvor, mas também zelando por viver em conformidade com a lei moral de Deus como regra de obediência.

15. Visto que a Bíblia ensina que o crente não está sob a lei, mas sob a graça (Rm 6.14), como é que ele pode estar sob a lei moral como regra de obediência?

O crente está liberto do castigo da lei, mas não do preceito da lei como o padrão do justo viver.

16. Comprove pela Bíblia que o crente não está livre do preceito da lei moral como regra de obediência.

(a) A Escritura ensina que os crentes são passíveis de pecar e que de fato pecam (1Jo 1.8; 2.1; Tg 5.16) e define o pecado como “*a transgressão da lei*” (1Jo 3.4). A Escritura, portanto, ensina que os crentes são passíveis de transgredir a lei e de fato a transgridem. Para que seja assim, é preciso que eles estejam debaixo do preceito da lei, caso contrário não seria possível afirmar que a transgridem. (b) Em I Coríntios 9.19-21 o apóstolo Paulo nega expressamente que esteja “*sem lei para com Deus*”, antes afirma que está “*debaixo da lei de Cristo*”. Essas palavras, é claro, foram escritas anos depois de que ele se tornara cristão. Os crentes modernos ao alegarem que a fé em Cristo os libertou do preceito da lei moral, como o padrão do justo viver, estão a afirmar algo que o apóstolo Paulo não se arriscou a reivindicar para si, antes o contrariou enfaticamente na referência citada acima.



Pergunta 98. Onde está resumidamente contida a lei moral?

R. A lei moral está contida resumidamente nos Dez Mandamentos, que foram ordenados pela voz de Deus no Monte Sinai e por Ele escritos em duas tábuas de pedra; está registrada no vigésimo capítulo do livro de Êxodo. Os quatro primeiros mandamentos abrangem o nosso dever para com Deus e os outros seis mandamentos o nosso dever para com os homens.

Referências bíblicas

- Êx 34.1-4; Dt 10.4. Os Dez Mandamentos foram divinamente revelados e escritos por Deus em duas tábuas de pedra.
- Mt 22.37-40. Cristo resumiu a lei moral na exigência de amar a Deus acima de tudo e a nosso próximo como a nós a mesmos.

Comentário

1. Onde estão registrados na Bíblia os Dez Mandamentos?

Em Êxodo 20.1-17 e em Deuteronômio 5.6-21.

2. São os Dez Mandamentos a declaração total da lei moral de Deus?

Os Dez Mandamentos não são a declaração total e detalhada da lei moral, mas um resumo dela. A correta interpretação deles compreende todos os deveres morais ordenados por Deus, mas é preciso conhecer com maiores detalhadas a vontade de Deus para poder interpretá-los e aplicá-los corretamente. O oitavo mandamento, por exemplo, proíbe o furto, mas só pelo estudo de outras partes da Bíblia é que podemos entender a abrangência de “furtar” e formar a sua correta definição.

3. De que modo dividem-se normalmente os Dez Mandamentos?

Pela análise que Cristo faz da lei moral os Dez Mandamentos são normalmente divididos em duas “tábuas”: os primeiros quatro mandamentos compreendem os deveres para com Deus, os seis mandamentos restantes os nossos deveres para conosco e com os nossos semelhantes.

4. Nem todos os Dez Mandamentos tratam dos nossos deveres para com Deus?

Não. Não podemos achar que os últimos seis mandamentos sejam uma mera questão entre nós e nossos semelhantes, eles compreendem também o nosso dever para com Deus. A compreensão correta da questão é que os quatro primeiros mandamentos referem-se ao nosso dever diretamente para com Deus, e que os seis últimos referem-se aos nossos deveres indiretos para com Ele: os nosso deveres para com Deus naquilo que diz respeito a nós mesmos e aos nossos semelhantes.

5. Sendo os seis últimos mandamentos relativos aos nossos deveres para com os nossos semelhantes, que vínculo há entre eles e o nosso dever para com Deus?

É que Deus, e não o homem, é o Senhor da consciência. Deus é o nosso Criador; somos moralmente responsáveis diante dEle; seremos julgados por Deus no Último Dia. É só por causa da nossa responsabilidade moral para com Deus que temos deveres para com os nossos semelhantes. Se perguntarmos por que razão não devemos furtar nem matar, a resposta deve ser que furtar ou matar seria pecar contra Deus, pois somos responsáveis diante de Deus pela nossa conduta na esfera social.

6. As duas tábuas da lei moral têm a mesma importância?

(a) Com relação à nossa obediência à lei todo e cada um dos Dez Mandamentos é de total importância de sorte que quebrar qualquer um deles, da primeira ou da segunda tábua, é transgredir a lei moral de Deus como um todo (Tiago 2.10-11). (b) Com respeito à estrutura lógica dos Dez Mandamentos, contudo, é certo afirmar que a segunda tábua subordina-se à primeira. Isso quer dizer que a nossa responsabilidade moral para com Deus é a base dos nossos deveres para com o próximo; por isso Cristo disse que “o principal de todos os mandamentos” é amar a Deus. Apesar de “semelhante” ao mandamento para amar a Deus, o mandamento para amar nosso próximo é o “segundo”, quer dizer, é secundário ou subordinado ao primeiro.

7. Que compreensões erradas existem hoje a respeito dos Dez Mandamentos?

(a) A compreensão de que os Dez Mandamentos são um código de leis humanas criado por Moisés ou outras pessoas de entre os judeus. (b) A compreensão de que são o produto da experiência humana, isto é, são um resumo daquilo que as pessoas pensam ser o necessário para o bem-estar geral da humanidade. (c) A compreensão de que só tinham um significado temporário, sendo superados pela, assim chamada, lei do amor do Novo Testamento ou pelo progresso evolutivo da raça humana. Todas essas três compreensões estão erradas. Os Dez Mandamentos não são um código de leis humanas, mas um código de leis divinas; não foram escritos por Moisés nem por nenhum ser humano, mas foram pronunciados e escritos pelo próprio Deus; não têm validade temporária, mas valem permanentemente até o final dos tempos — jamais podem ser modificados ou superados por quaisquer outras leis ou princípios.



Pergunta 99. *Que regras devem ser observadas para a correta compreensão dos Dez Mandamentos?*

R. Para a correta compreensão dos Dez Mandamentos devem-se observar as seguintes regras: **1.** Que a lei é perfeita e a todos obriga integralmente e para sempre à sua plena obediência, de acordo com a justiça dela, de modo que exige a máxima perfeição no cumprimento de cada dever e proíbe o menor grau de qualquer pecado. (continua).

Referências bíblicas

- Sl 19.7. A lei de Deus é perfeita.
- Mt 5.21-22, 27-28, 33-34, 37-39, 43-44. A lei de Deus exige perfeição moral absoluta e não pode tolerar qualquer desvio, por mais leve que seja, da sua justiça perfeita e total.
- Mt 5.48. A própria perfeição de Deus exige que o homem, Sua criatura e portador da Sua imagem, seja perfeito.

Comentário

1. Por que precisamos de regras para compreender os Dez Mandamentos?

Porque os Dez Mandamentos não são uma aplicação completa nem a declaração detalhada da lei moral, mas apenas um resumo compreensível dela.

2. Quantas são as regras dadas pelo Catecismo para a compreensão dos Dez Mandamentos?

Oito.

3. De que fonte procedem essas oito regras?

Da própria Bíblia. As regras apresentadas pelo Catecismo são a formulação da aplicação bíblica da lei moral a problemas e situações particulares.

4. Que significa dizer que a lei de Deus é perfeita?

Isso significa que a lei moral é a perfeita revelação da vontade de Deus para o homem e que estamos obrigados a cumpri-la perfeitamente.

5. Que grau de conformidade com a justiça exige a lei moral de Deus?

Conformidade plena e total. A conformidade parcial, portanto, nada vale à vista de Deus.

6. Que parte da nossa natureza está comprometida com a exigência divina de obediência à Sua lei moral?

A lei moral “a todos obriga integralmente”, isso é, toda a nossa natureza, corpo e alma, inclusive o estado dos nossos corações, assim como os nossos pensamentos, emoções, palavras e obras.

7. Por quanto tempo a lei moral de Deus submeterá os seres humanos?

Para sempre, isso é, tanto na vida presente quanto na vida porvir. Na vida porvir, contudo, a forma específica da revelação da lei moral de Deus ao homem não será mais os Dez Mandamentos, que são apropriados à nossa vida no mundo presente, mas uma revelação nova e mais direta da vontade de Deus, apropriada à vida na eternidade.

8. Em que a lei moral de Deus difere de todas as leis humanas?

As leis humanas, inclusive todas as leis das várias religiões não-cristãs, satisfazem-se com uma obediência parcial, aproximada e imperfeita, ao passo que a lei de Deus exige perfeição moral absoluta e não pode tolerar o mais leve grau de qualquer pecado.

9. A lei de Deus, ao exigir perfeição moral absoluta dos seres humanos, não demanda algo impossível?

Sim. Ninguém no mundo pode satisfazer a perfeição moral absoluta que a lei de Deus requer.

10. Seria Deus irracional ao exigir dos seres humanos aquilo que lhes é impossível obter ou alcançar?

Não. Do modo como foi criado por Deus, antes da queda no pecado, o homem poderia ter alcançado a perfeição moral absoluta. O homem caiu no pecado por sua própria culpa e por isso a perfeição moral tornou-se impossível. Deus, no entanto, não poderia amenizar as exigências da Sua lei para ajustá-las à nossa condição pecaminosa como membros de uma raça decaída. A lei de Deus, que é a expressão do próprio caráter de Deus, é imutável. Como a nossa incapacidade de cumprir a lei é nossa própria culpa, não se pode esperar que Deus rebaixe o nível das Suas exigências da lei moral adaptando-as à nossa pecaminosidade, e nada há de irracional ao exigir de nós aquilo que nos é impossível cumprir.

11. Houve algum ser humano que tenha cumprido perfeitamente a lei moral de Deus?

Sim. Jesus Cristo viveu uma vida de perfeição moral absoluta nesse mundo durante todo o tempo que vai do Seu nascimento à Sua crucificação. Durante esse tempo Ele jamais quebrou quaisquer dos mandamentos de Deus no mínimo grau em pensamentos, palavras ou obras, além de cumprir perfeita e integralmente o lado positivo da lei, amando a Deus de todo o coração, alma, mente e energia e ao próximo com um amor secundário apenas ao Seu amor ao Pai Celeste. Em nosso Senhor Jesus Cristo vemos a perfeição moral absoluta exigida pela lei moral, não de modo abstrato, mas concretizada de fato na vida humana.

Pergunta 99 (Continuação). *Que regras devem ser observadas para a correta compreensão dos Dez Mandamentos?*

R. Para a correta compreensão dos Dez Mandamentos devem-se observar as seguintes regras: (...) **2.** Que a lei é espiritual e portanto abrange o entendimento, a vontade, as afeições, e todas as outras faculdades da alma; bem como palavras, obras e procedimentos. (continua).

Referências bíblicas

- Rm 7.14. A lei moral é de natureza espiritual.
- Dt 6.5 comparado a Mt 22.37-39. A lei moral requer a conformidade de todas as faculdades da nossa mente ou alma.

Comentário

1. Qual é a derivação ou o sentido original da palavra *espírito* na Bíblia?

A palavra *espírito* na nossa Bíblia é a tradução de uma palavra hebraica no Velho Testamento e de uma grega no Novo Testamento, cuja acepção primária de ambas é “vento”.

2. Além do sentido original de “vento”, que sentido tem a palavra *espírito* na Bíblia?

A palavra espírito significa um ser que tem consciência de si mesmo, que é vivo e ativo e pode ser divino, angélico, demoníaco ou humano. Deus, os anjos e os demônios são puramente espíritos, não possuem corpo material. O espírito humano está normalmente unido a um corpo material para formar uma personalidade composta de espírito (ou alma) e corpo. O espírito humano, no entanto, pode sobreviver sem o corpo material, como no caso entre a morte e a ressurreição do Último Dia.

3. Que significa o adjetivo *espiritual* na Bíblia?

Na Bíblia, o adjetivo *espiritual* jamais é usado com o sentido moderno e comum de “religioso” ou “devocional”, mas é sempre utilizado com o significado restrito de “unido de alguma maneira ao espírito”. O adjetivo *espiritual*, na Bíblia, quase sempre significa “unido ao Espírito Santo de Deus”. Portanto, conforme o sentido dessa palavra na Bíblia, um homem “espiritual” não é apenas um homem religioso, mas alguém em quem habita o Espírito Santo.

4. Que significa a palavra *espiritual* na Pergunta 99 do Catecismo?

Nessa questão do Catecismo a palavra *espiritual* é usada com o sentido de “pertinente ao espírito humano” ou de “concernente ao espírito humano”. O Catecismo afirma, assim, que a lei moral de Deus é espiritual, isso é, diz respeito não apenas à nossa conduta ou atos exteriores, mas à nossa vida espiritual, aos nossos pensamentos e estados mentais, às nossas emoções, desejos e também às decisões da nossa vontade.

5. As leis humanas são “espirituais”?

Não. As leis humanas, isso é, as leis produzidas pelo governo civil, não são espirituais. Elas não reivindicam o governo da vida espiritual ou mental das pessoas. As leis humanas só exigem conformidade exterior ou de conduta, não a conformidade de pensamentos, desejos, crenças, emoções, etc. Por exemplo, o governo civil pode fazer uma lei que obrigue os cidadãos a pagarem o Imposto de Renda, mas não tem o direito de exigir que creiam no princípio do Imposto de Renda, nem que o paguem alegres e felizes. O governo civil não tem qualquer autoridade sobre a vida mental e espiritual dos homens, mas somente sobre a sua conduta exterior. Os governos totalitários tentam através do Estado controlar o pensamento das pessoas — como no Japão onde havia delegacias de polícia para o controle dos “pensamentos perigosos” ou como nos países comunistas que ainda hoje perseguem os crentes de quaisquer religiões ou, ainda, como nos Estados islâmicos — mas todos esses tipos de tentativas são usurpações iníquas das prerrogativas de Deus e destrutivas das liberdades dos homens.

6. Como os fariseus compreenderam erroneamente o escopo da lei moral de Deus?

Eles desprezaram o caráter espiritual da lei e presumiram erroneamente que ela exercia autoridade apenas sobre a conduta exterior. Por causa dessa percepção equivocada e parcial da natureza da lei moral os fariseus enganavam a

si mesmos ao pensarem que haviam atingido a perfeição moral; por observarem a lei nos seus mínimos detalhes eles pensavam que haviam se conformado a todas as suas exigências. O que lhes faltava não era a obediência exterior e literal aos preceitos e proibições da lei, mas faltava-lhes a conformidade espiritual interior às exigências dela; limpavam o exterior do copo e do prato, mas estavam cheios de impiedade no íntimo; adoravam a Deus com a boca, mas os seus corações estavam longe dEle.

7. Que erro relativo à lei moral é o oposto exato do erro dos fariseus?

O erro exatamente oposto ao erro dos fariseus é o entendimento defendido por alguns cristãos modernos que afirmam ser necessário haver apenas conformidade espiritual interior com a lei, e que não precisamos nos preocupar em conformar a nossa vida e conduta exteriores às exigências literais da lei. Essas pessoas dizem que se tivermos uma atitude de amor para com Deus e nosso próximo não precisamos nos preocupar com detalhes externos como a guarda literal do Sábado cristão, por exemplo. Elas deixam de entender que a nossa vida exterior é a expressão da nossa vida espiritual interior e que se a lei de Deus está realmente gravada em nossos corações ela haverá de se manifestar em nossa vida e conduta exteriores.

8. O que significa dizer que a lei moral abrange o entendimento?

Significa que o nosso intelecto está sujeito à lei moral de Deus e que é pecado crer no que é falso, rejeitar o que é verdadeiro ou ter o nosso entendimento obscurecido ou distorcido pelo preconceito. Somos tão responsáveis pelo que pensamos quanto pelo que fazemos.

9. O que significa afirmar que a lei moral abrange a nossa vontade?

Significa que a nossa capacidade de decidir ou de escolher está sujeita à lei moral de Deus e que é pecado tanto tomar uma decisão contrária à lei de Deus quanto deixar de tomar uma decisão que esteja de acordo com a lei de Deus, ou ainda que façamos escolhas levados por motivos errados e pecaminosos.

10. O que significa a declaração de que a lei moral abrange as afeições?

O Catecismo chama de “afeições” àquilo que hoje se chama comumente de “emoções” como amor, rancor, raiva, alegria, tristeza. Essas emoções estão sujeitas à lei de Deus, de sorte que é pecado ter sentimentos ou emoções errados, contrários às exigências da lei.

11. Quais são as “outras faculdades da alma” a que se refere o Catecismo?

Refere-se possivelmente à memória e também ao senso artístico, o que inclui a capacidade de produzir ou de apreciar a beleza da música, da pintura, da poesia, da literatura, etc. Todas essas faculdades do espírito humano estão estritamente sujeitas à lei moral de Deus.

12. Além da nossa vida interior ou espiritual, a que atividades da vida humana refere-se a lei moral?

Refere-se a nossas palavras, obras e procedimentos. Isso quer dizer que a lei moral refere-se a todas as maneiras possíveis pelas quais a nossa vida interior ou espiritual se exprime no mundo exterior que nos cerca. Refere-se a toda relação possível do nosso espírito com o nosso ambiente. Não há absolutamente nada que possamos fazer, seja na nossa vida espiritual interior ou na nossa conduta exterior, que não esteja sujeito à lei moral de Deus. O mandamento de Deus é verdadeiramente abrangedor (Sl 119.96).

Pergunta 99 (Continuação). *Que regras devem ser observadas para a correta compreensão dos Dez Mandamentos?*

R. Para a correta compreensão dos Dez Mandamentos devem-se observar as seguintes regras: (...) **3.** Que uma mesma coisa é exigida ou proibida de modos diferentes em mandamentos diferentes. **4.** Que onde um mandamento é ordenado o pecado contrário é proibido e onde um pecado é proibido o mandamento contrário é ordenado; assim, onde se anexa uma promessa se inclui a ameaça contrária e onde se anexa uma ameaça se inclui a promessa contrária. (continua).

Referências bíblicas

- Cl 3.5. A avareza é idolatria, e por isso proibida em dois mandamentos.
- Am 8.5. Um único desejo pecaminoso quebra de uma vez dois mandamentos, o quarto e o oitavo.
- Pv 1.19. O mesmo pecado pode envolver tanto a cobiça quanto o assassinato.
- 1Tm 6.10. O amor ao dinheiro envolve também muitos outros tipos de pecado.
- Is 58.13. Aspectos positivos e negativos da observação do Sábado.
- Dt 6.13 com Mt 4.9-10. Aspectos positivos e negativos do temor a Deus.
- Mt 15.4-6. Aspectos positivos e negativos do quinto mandamento.

Comentário

1. Um mesmo dever pode ser exigido em mais de um dos Dez Mandamentos?

Sim. Por exemplo: “*Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra*” é parte do quarto mandamento, que diz respeito ao Sábado. Mas o oitavo mandamento, que proíbe furtar, também requer que se trabalhe para se sustentar, porque quem vive sem trabalhar está na verdade roubando a sua subsistência de uma outra pessoa.

2. Um mesmo pecado pode ser proibido em mais de um dos Dez Mandamentos?

Sim. Por exemplo, prestar um falso testemunho no julgamento de um assassinato que resulte na morte de um inocente é uma violação tanto do sexto quanto do novo mandamentos. (“Não matarás” e “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo”).

3. Por que razão os vários mandamentos se sobrepõem assim?

Por que a vida humana é complexa e cada fato individual da nossa vida relaciona-se de alguma maneira com todos os seus demais fatos. Consequentemente quando observamos os fatos da nossa vida pelo ponto de vista da lei moral de Deus compreendemos que cada aspecto da nossa vida pode estar relacionado, de um modo ou de outro, há vários dos Dez Mandamentos.

4. Os Dez Mandamentos se contradizem de maneira que aquilo que é proibido por um é exigido por outro?

Não. Porque Deus é o Autor de todos, e eles são a expressão de uma lei moral. Os Dez Mandamentos formam um todo harmonioso. Não pode haver contradição real entre nenhum deles. Se parece haver alguma contradição entre eles, com certeza erramos ao interpretá-los. Por exemplo, no caso do jovem que disse ao seu pastor que a obediência ao quinto mandamento o faria quebrar o quarto (porque para honrar a seu pai e mãe ele tinha de cumprir o desejo deles, e para atender-lhes teria de deixar de ir à igreja para ir a um casamento no dia do sábado cristão) havia um erro na interpretação do quinto mandamento, porque o mandamento de honramos a nosso pai e mãe exige a obediência aos pais “no Senhor”, isto é, nas questões não contrárias à lei de Deus. O quinto mandamento não exige que ninguém obedeça aos pais pela desobediência a um mandamento de Deus.

5. Que ensina o Catecismo sobre os aspectos positivos e negativos dos Dez Mandamentos?

O Catecismo ensina que nos Dez Mandamentos os elementos positivos e negativos implicam-se mutuamente, mesmo que só um deles esteja expressamente declarado. Onde se ordena um dever, condena-se o pecado oposto; onde se condena um pecado, ordena-se o dever oposto. O mesmo princípio aplica-se aos casos de promessas e ameaças.

6. Que queremos dizer com o aspecto negativo dos Dez Mandamentos?

As suas proibições de se transgredir a lei de Deus, ou de se fazer algo proibido por Deus.

7. Que queremos dizer com o aspecto positivo dos Dez Mandamentos?

É o requerer conformidade com a lei de Deus, isto é, de fazer aquilo que Deus requer.

8. Na forma como estão declarados os Dez Mandamentos, qual desses aspectos é o mais proeminente?

O aspecto negativo é o mais proeminente, porquanto oito dos dez mandamentos têm forma negativa, e somente dois forma positiva (o quarto e o quinto).

9. Essa ênfase negativa na forma dos mandamentos significa que a lei moral de Deus é negativa em vez de positiva?

Não. Embora a forma dos Dez Mandamentos seja predominantemente negativa, o significado, conforme adequadamente interpretado pelo Catecismo, é tanto negativo quanto positivo, com igual ênfase em ambos os aspectos. Essa interpretação confirma-se ao se comparar os Dez Mandamentos com o resumo da lei moral de Cristo que exige de nós amar o Senhor nosso Deus de todo o coração e alma e mente e poder, que é de forma positiva.

10. Qual dos mandamentos contém ameaças e promessas?

O segundo e o terceiro contêm ameaças; o quinto contém uma promessa. Em cada caso, se interpretarmos corretamente os mandamentos, veremos que compreendem tanto ameaças quanto promessas.

Pergunta 99 (Continuação). *Que regras devem ser observadas para a correta compreensão dos Dez Mandamentos?*

R. Para a correta compreensão dos Dez Mandamentos devem-se observar as

seguintes regras: (...) **5.** Que o que Deus proíbe não deve ser feito jamais, o que Ele ordena é sempre nosso dever, mas nem todo tempo é tempo de se cumprir um dever particular. **6.** Que sob um único pecado ou dever todos os demais do mesmo gênero são proibidos ou ordenados, juntamente com tudo que os provoca e todas as suas causas, meios, ocasiões e aparências. (continua).

Referências bíblicas

- Jó 13.7-8. Não devemos fazer o que Deus proíbe, nem mesmo por um “bom” motivo.
- Rm 3.8. A idéia de praticar o mal para vir o bem é maligna.
- Jó 36.21; Hb 11.25. É preferível optar por sofrer o mal do que cometer pecado.
- Dt 4.8-9. Aquilo que Deus ordena é sempre nosso dever.
- Mt 12.7. Há vezes em que um dever prevalece a outro, assim como a misericórdia ao sacrifício.
- Ec 3.1-8. Nem toda hora é hora para se cumprir um dever particular.
- Mt 5.21-22, 27-28. Debaixo de um pecado incluem-se todos os outros do mesmo tipo.
- Mt 15.4-6. A correta compreensão do mandamento de honrar aos pais e a proibição de os amaldiçoar inclui o dever de suprir-lhes o sustento, se necessitarem.
- Hb 10.25-25. O dever de nos estimularmos ao amor e às boas-obras implica que é errado os crentes deixarem de se reunir, isto é, negligenciarem os atos regulares de culto da sua igreja.
- 1Ts 5.22. Os crentes em Cristo devem evitar toda a aparência do mal.
- Jd 23. O crente em Cristo deve odiar e abster-se de até mesmo o mínimo envolvimento com o mal.
- Gl 5.26. O crente em Cristo tem de abster-se de provocar ou de invejar os outros crentes, e também do desejo de vanglória, que é a causa de provocação e de inveja.
- Cl 3.21. Os pais não devem provocar os seus filhos (com exigências despropositadas) para que não caiam nos pecados de ira e de desânimo. Deus não apenas proíbe tais pecados, mas também as provações que os causam.

Comentário

1. Que grande princípio de ética o Catecismo apresenta quanto ao que Deus proíbe?

Que aquilo que Deus proíbe jamais deve ser feito.

2. Que entendimento em voga contradiz esse grande princípio?

Esse grande princípio é contraditado pelo entendimento comum de que alguma coisa para ser certa ou errada depende do propósito com que é feita. De acordo com essa idéia comum pode ser certo fazer alguma coisa proibida por Deus, desde que a façamos por um bom motivo. Por exemplo, pode ser certo contar uma mentira para salvar a vida de alguém, ou ganhar dinheiro no jogo de azar para doá-lo às missões estrangeiras; ou ainda manter um esquema de loteria para levantar dinheiro para sustentar uma igreja.

3. É novo esse entendimento?

Não. É na verdade muito antigo e era conhecido nos dias do apóstolo Paulo, que expôs o seu perigo em suas epístolas (Rm 3.8).

4. Por que razão é maligna a idéia de que “os fins justificam os meios”?

Essa idéia é errada porque destrói a distinção entre certo e errado. Dizer “Pratiquemos males para que venham bens” resume-se em dizer “Façamos o certo praticando o mal”. Esse entendimento implica que não existe diferença real entre o certo e o errado; o preto e o branco confundem-se misturados numa espécie de sobra cinzenta. Por toda a Bíblia a distinção entre certo e errado é apresentada de modo absoluto. Simplesmente não existe isso de fazer o mal sem cometer pecado, ou de cometer pecado sem se fazer o mal.

5. Por que esse perverso entendimento é comum nos dias presentes?

Em parte porque ele apela naturalmente aos nossos corações humanos e pecaminosos e é uma doutrina de vida muito conveniente e fácil pela qual viver; e em parte porque o mundo moderno está sob o domínio de uma filosofia não-cristã que ensina que certo e errado não são questões absolutas, mas que mudam a toda hora de modo que o que é certo hoje pode ser errado daqui a cem anos, e vice-versa.

6. Que importância tem o princípio de que aquilo que Deus ordena é sempre nosso dever?

Isso implica que estamos sempre sob o governo moral de Deus, e somos responsáveis diante dEle pelo estado de nossos corações e de todos os nossos pensamentos, palavras e obras; jamais podemos tirar férias do nosso dever para com Deus; temos por toda a vida, a todo instante, uma obrigação moral para com Deus.

7. Por que nem todo tempo é o tempo de se cumprir um dever particular?

Obviamente não só seria impossível como também absurdo tentar cumprir a todos e a cada um dos deveres particulares a todo instante e a um só tempo. A lei de Deus, embora apresente um ideal tão alto que não o podemos atingir na vida presente, ainda assim não representa um absurdo. Alguns deveres estão restritos especificamente a certas ocasiões, como, por exemplo, a guarda do Sábado cristão. Mas mesmo os deveres assim não limitados não devem ser cumpridos todos de uma só vez. Devemos nos alegrar com os que se alegram e chorar com os que choram, mas não as duas coisas ao mesmo tempo.

8. Segundo o Catecismo o que há sob cada pecado ou dever mencionado nos Dez Mandamentos?

Sob cada pecado ou dever estão todos os outros pecados ou deveres da mesma categoria. Por exemplo, o nono mandamento proíbe prestar falso testemunho contra o nosso próximo. Conquanto esse mandamento cite especificamente só essa forma de falsidade, entende-se acertadamente que estão proibidas todas as formas de falsidade. A partir de outros trechos da Bíblia aprendemos que todos os mentirosos terão parte no lago de fogo (Ap 21.8; 22.15). Isso quer dizer que os Dez Mandamentos não devem ser tomados sozinhos, como se fossem autônomos, antes devem ser considerados no seu contexto em toda a Bíblia, e devemos levar em conta toda a Palavra de Deus ao decidirmos o verdadeiro e apropriado significado dos Dez Mandamentos.

9. Por que é certo dizer que as causas, os meios, as ocasiões, as aparências e as provocações para ou de qualquer pecado, ou dever, estão incluídas no significado dos Dez Mandamentos?

Porque a lei de Deus é espiritual e abrange os pensamentos, as motivações e as intenções do coração como também a conduta exterior, e porque qualquer ato particular da nossa vida exterior não está isolado em si mesmo, mas é o produto de uma complexa cadeia de eventos e motivos. Por isso o mandamento que proíbe o pecado de assassinar é interpretado por Jesus como proibindo o pecado do ódio, que é a causa do assassinato; e o mandamento que proíbe o adultério é interpretado por Jesus como proibindo o pecado da concupiscência, que leva ao adultério.

10. De que perigo devemos nos guardar ao aplicarmos essas regras de interpretação dos Dez Mandamentos?

Ao dizermos que certo mandamento inclui mais alguma coisa, que não está

nele especificamente mencionada, devemos ter o máximo cuidado na certeza de não estarmos lendo nos Dez Mandamentos os nossos próprios pensamentos, preferências ou preconceitos. Devemos tomar o máximo cuidado para que tudo o que dissermos que um mandamento inclui esteja realmente fundamentado no ensinamento da Palavra de Deus, e que não é somente nossa idéia ou opinião humanas. Por exemplo, afirma-se que o sexto mandamento proíbe a pena capital e a guerra defensiva, mas o estudo da Bíblia como um todo mostra que uma interpretação dessas não é legítima. Tem-se dito que o segundo mandamento proíbe prestar honra à bandeira nacional do nosso país, mas tal reivindicação baseia-se no erro de não distinguir entre culto religioso e lealdade civil, assim como é totalmente desarrazoado afirmar que o sexto mandamento proíbe comer carne e exige uma dieta vegetariana. Quem isso alega está somente lendo os seus próprios preconceitos nos Dez Mandamentos.

Pergunta 99 (Continuação). *Que regras devem ser observadas para a correta compreensão dos Dez Mandamentos?*

R. Para a correta compreensão dos Dez Mandamentos devem-se observar as seguintes regras: (...) **7.** Que aquilo que nos é proibido ou ordenado obriga-nos, segundo as nossas posições, a nos esforçarmos para que outros o evitem ou o obedeçam, conforme o dever das suas posições. **8.** Que estamos obrigados naquilo que se ordena aos outros, segundo as nossas posições e vocações, a auxiliá-los e a tomar o cuidado de não participarmos naquilo que lhes é proibido.

Referências bíblicas

- Êx 20.10; Lv 19.17; Gn 18.19; Js 24.15; Dt 6.6-7. Temos o dever de encorajar os outros à santidade e de desencorajá-los ao pecado.
- 2Co 1.24. Estamos obrigados a tentar auxiliar os outros a fazerem o que é certo.
- 1Tm 5.22; Ef 5.11. Temos o dever nos guardarmos de ter parte nos pecados dos outros.

Comentário

1. Qual é o escopo geral das duas últimas regras para a correta compreensão dos Dez Mandamentos?

O escopo geral das duas últimas regras é a responsabilidade para com o bem-estar espiritual do nosso próximo. Elas nos lembram que a santidade, ou a obediência à vontade de Deus, não é uma mera questão individual, mas envolve também

a preocupação com os outros. Embora seja verdadeiro que no fim cada um dará contas de si mesmo a Deus, temos de nos lembrar que parte desse dar contas trará do efeito das nossas vidas sobre o bem-estar moral de outras pessoas.

2. Por que o Catecismo inclui na sétima regra a expressão “segundo as nossas posições”?

Porque a nossa posição na sociedade humana deve ser levada em conta na hora de se determinar o grau e a natureza da nossa responsabilidade para com o caráter moral e a vida dos outros, bem como o nosso relacionamento com eles. Assim, por exemplo, a responsabilidade de um pai para com um filho pequeno é muito maior do que a responsabilidade desse filho para com o pai, mas mesmo uma criança tem a responsabilidade, conforme a sua posição, de se esforçar para que o seu pai pratique o certo e evite o errado. Semelhantemente, um ministro ou presbítero tem uma responsabilidade bem maior de influenciar os membros da igreja, em razão da sua posição de autoridade, do que os membros têm de influenciar seus ministros e presbíteros com vistas ao que é certo, embora exista uma certa responsabilidade em cada caso.

3. É certo providenciar os meios para que alguém faça aquilo que nós não faríamos por crermos que seja errado fazê-lo?

É claro que não. Se algo for errado nós não devemos fazê-lo nem providenciar para que outra pessoa o faça. Na prática, no entanto, tal princípio é sempre violado. Um empreendedor crente não deveria conservar o seu estabelecimento aberto e funcionando no dia do Sábado cristão, nem deveria empregar ninguém para mantê-lo aberto em lugar dele mesmo. Se um livro ou revista não for uma leitura apropriada devemos nos resguardar não apenas de lê-lo, mas também de dá-lo ou de vendê-lo a outros para que o leiam. Não faz a menor diferença se essas pessoas são ou não crentes em Cristo. A lei moral de Deus é a mesma para todos, e não tem um padrão para o crente e um outro para o não-crente. Deus exige a perfeição moral absoluta de todo mundo, de crentes e de não-crentes. É muito perverso dizer que um crente, que não faria certas coisas ele mesmo, emprega alguém que não é crente para que as faça por ele.

4. Como podemos nos esforçar para que os outros pratiquem a justiça e evitem o pecado?

Deveríamos nos empenhar para conseguir esse resultado (a) dando nós mesmos um bom exemplo; (b) testemunhando aos outros ou procurando persuadi-los, quanto tivermos a oportunidade e as ocasiões o exigirem; (c) pelo

exercício da autoridade na medida em que Deus no-la atribuiu. Os dois primeiros métodos devem ser praticados por todos os crentes em Cristo, o terceiro limita-se àqueles a quem Deus atribuiu autoridade na família, na igreja e no Estado. Por isso todo crente deveria dar bom testemunho da guarda do Sábado cristão, por exemplo, e deveria oportunamente procurar persuadir os outros a guardarem o quarto mandamento; mas, além desses modos, um pai tem autoridade para proibir seus filhos de violarem o Sábado. Um oficial civil deveria promover a honestidade pelo seu exemplo e testemunho, mas tem também o dever de exercer autoridade ao processar os culpados de roubo. Em todos os casos o exercício da autoridade deve estar limitado pela medida da autoridade concedida por Deus e pela natureza da relação das pessoas envolvidas.

5. Como deveríamos tentar ajudar os outros a cumprirem seus deveres?

É claro que há muitas maneiras de sermos úteis aos outros, as quais variam conforme as circunstâncias. Sempre podemos ser úteis ao tentarmos compreender as dificuldades e as tentações que os outros enfrentam e ao mantermos uma atitude empática para com eles. Devemos evitar o espírito crítico excessivo e mesmo quando for nosso dever censurar alguém por algum mal proceder, devemos fazê-lo com gentileza e amor cristãos, e não com um espírito amargo, ríspido ou cheio de justiça própria. Se alguém está enfrentando uma dura batalha contra o pecado, a tentação e o desalento, devemos fazer o que pudermos, em palavras e em ações, para encorajar e auxiliar essa pessoa. Jamais devemos nos regozijar na iniquidade, ou sentir prazer secreto no pecado dos outros. Além disso, evitar as fofocas mesquinhas sobre os pecados e os erros dos outros muito ajudará a curar feridas na igreja visível.

6. Por que deveríamos “tomar o cuidado de não participarmos naquilo que lhes é proibido”?

Participar naquilo que lhes é proibido é encorajá-los ao erro e assim tomar parte da culpa deles, mesmo que o assunto em questão não nos seja proibido. É errado, por exemplo, aceitar uma carona num carro roubado se soubermos que é um carro roubado. Não é errado aceitar uma carona num carro, mas nesse caso estaríamos tomando parte no erro de outra pessoa. Se uma criança foi proibida por seus pais de sair de casa para ir a um jogo de bola numa determinada hora, porém ela os desobedece e vai ao jogo, é errado que uma outra criança, sabedora das circunstâncias, a acompanhe, porque isso a encorajaria na desobediência a autoridade de seus pais.





CAPÍTULO 12

A Vontade de Deus com Referência Direta a Si Mesmo

Pergunta 100. *Que aspectos especiais devemos considerar nos Dez Mandamentos?*

R. Devemos considerar nos Dez Mandamentos o prefácio, a substância dos mandamentos em si mesmos e as várias razões anexadas a alguns deles para reforçá-los ainda mais.



Pergunta 101. *Qual é o prefácio dos Dez Mandamentos?*

R. O prefácio dos Dez Mandamentos está nas palavras “*Eu sou o SENHOR teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão*”, nas quais Deus manifesta a Sua soberania como o SENHOR, o eterno, imutável e onipotente Deus; Aquele que existe de Si e em Si mesmo, e que traz à existência todas as Suas palavras e obras; Aquele que é o Deus do pacto tanto com o antigo Israel quanto com todo o Seu povo, e que assim como livrou Israel da servidão do Egito Ele também nos liberta do nosso cativeiro espiritual e que, portanto, somente a Ele devemos receber como o nosso único Deus para guardarmos todos os Seus mandamentos.

Referências bíblicas

- Êx 20.3; Dt 5.6. O prefácio dos Dez Mandamentos.
- Is 44.6. A soberania absoluta de Deus.
- Êx 3.14. A auto-existência de Deus.
- Êx 6.3. A revelação do nome o SENHOR.
- At 17.24, 28. Deus, o Criador e Mantenedor de todas as coisas.

- Gn 17.7 comparado com Rm 3.29. Deus em aliança não apenas com o antigo Israel, mas também com os crentes dentre os gentios.
- Lc 1.74-75. Deus redime o Seu povo do cativeiro espiritual, assim como da tirania humana.
- 1Pe 1.15-18; Lv 18.30; 19.37. A soberania de Deus na Sua obra de redenção requer de nós total sujeição e obediência absoluta.

Comentário

1. Por que o prefácio dos Dez Mandamentos é importante?

Esse prefácio é importante porque é parte integral dos Dez Mandamentos e constitui o alicerce do mandamento específico seguinte. O prefácio fixa as razões por que temos a obrigação de obedecer aos mandamentos, ele assenta o fundamento para a responsabilidade moral nos dois fatos da (a) soberania absoluta de Deus e (b) da Sua obra de redenção.

É uma tragédia ensinarem os Dez Mandamentos às crianças quase sempre omitindo o seu prefácio, como se ele não fosse importante. É uma lástima que as salas de aula da Escola Bíblica Dominical tenham afixadas em suas paredes belos cartazes dos Dez Mandamentos, sem o prefácio. A tendência generalizada de desconsiderar o prefácio aos Dez Mandamentos é um sintoma do declínio religioso de nossos dias. A tendência hoje é considerar a moralidade como se ela estivesse fundamentada em considerações humanas, tais como o bem-estar da raça humana, a segurança da sociedade e conceitos utilitários semelhantes. Pessoas com pensamento religioso desse tipo considerarão o prefácio dos Dez Mandamentos mais ou menos irrelevante; pensarão que podemos reter os “valores” dos Dez Mandamentos ainda que separados do alicerce da soberania e da redenção divinas. Devemos resistir a essa tendência e insistir na ênfase de que a lei moral está centrada em Deus. O prefácio estabelece a autoridade que respalda a lei moral, desconsiderá-lo é negligenciar a importância da fonte da autoridade da lei e, inevitavelmente, compreender os Dez Mandamentos da maneira errada.

2. Que significa soberania de Deus?

Soberania de Deus quer dizer a autoridade absoluta, suprema e imutável e o domínio de Deus sobre todo o universo. Por ser soberano, Deus é supremo a todas as criaturas “e sobre elas tem Ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser” (Confissão de Fé de Westminster, 2.2). Criatura alguma pode questionar a justiça de nenhum ato de Deus; fazer

isso é o máximo de impiedade e irreverência. A soberania de Deus também implica que Deus é a única e última instância: não há princípio nem lei acima dEle ou além dEle aos quais Deus mesmo preste contas. Deus só responde a Si mesmo; a Sua própria natureza é a Sua única lei. Nada há acima ou além dEle. A soberania de Deus manifesta-se de modo especial na Sua obra de redenção. A redenção do pecado é obra totalmente de Deus e os benefícios dela são concedidos totalmente segundo o Seu bel-prazer soberano. Ele salva exatamente a quem quer salvar e o faz pelo seu absoluto e onipotente poder.

3. Qual é a origem do nome SENHOR?

O nome divino é representado em algumas traduções da Bíblia pela palavra senhor em letras maiúsculas (SENHOR), caixa-alta ou versalete (SENHOR, ARA2), ou apenas com a inicial maiúscula (Senhor, ARC). É ela uma representação do nome impronunciável de Deus cujas consoantes em hebraico correspondem às nossas consoantes YHVH. O alfabeto hebraico consiste apenas de consoantes e os antigos manuscritos do Velho Testamento só tinham consoantes. As vogais corretas eram supridas pelo leitor enquanto fazia a leitura. Tempos depois criou-se um sistema de vogais que usava “pontos” escritos abaixo, acima ou entre as consoantes. É incerto dizer quais são exatamente os sons vocálicos que pertenceram originalmente ao nome divino YHVH. Alguns eruditos acham que a pronúncia “jeová” seja a correta, mas isso não foi provado e é só questão de opinião. Os judeus consideravam o nome divino YHVH sagrado demais até para ser pronunciado, por isso toda vez que se deparavam com a palavra YHVH numa leitura eles a substituíam pela palavra *Adonai*, que significa “Senhor”. Daí, quando o sistema de vogais foi acrescentado ao texto hebraico do Velho Testamento as vogais de “Adonai” foram enxertadas nas consoantes YHVH resultando numa palavra híbrida que é comumente pronunciada “Jeová” em inglês e em outras línguas européias. O que importa, no entanto, não é a pronúncia do nome, mas o que ele significa.

4. Que significa o nome YHVH?

Esse nome de Deus foi revelado de modo especial no tempo de Moisés (Êx 6.2-3). A chave para o seu significado básico encontra-se em Êxodo 3.14-15 e 33.19. Deus diz a Moisés “EU SOU O QUE SOU” e o instrui para que diga ao povo de Israel: “EU SOU me enviou a vós outros”. No versículo seguinte (Êx 3.15) o verbo “EU SOU” é passado para a terceira pessoa, “ELE É”, escrito em hebraico como YHVH e traduzido como “SENHOR” pela maioria das versões portuguesas. Assim, a expressão “EU SOU O QUE SOU” é uma

das chaves para o significado de YHVH, ou *Jeová*. Ela significa que Deus é soberano e auto-determinado, não limitado nem influenciado por nada fora dEle mesmo. Êxodo 33.19 explica que esse nome ainda significa a soberania de Deus em conceder a salvação aos homens: *“farei passar toda a minha bondade diante de ti e te proclamarei o nome do SENHOR; terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia e me compadecerei de quem eu me compadecer”* (ARA2). Por isso podemos dizer que o nome *Jeová* (YHVH) descreve Deus como aquele Deus que na Sua absoluta soberania e liberdade concede ao Seu povo as misericórdias pactuais, redimindo-os do pecado com poder onipotente e trazendo-os à comunhão com Ele mesmo.

5. Por que o prefácio dos Dez Mandamentos cita que Deus libertou Israel do Egito?

Porque devemos compreender que a salvação vem em primeiro lugar e a guarda dos mandamentos de Deus segue-se a ela. Na verdade não podemos nem mesmo começar a obedecer aos mandamentos de Deus até que tenhamos sido remidos do reino de Satanás, do mesmo modo que o povo de Israel não podia guardar de fato a lei de Deus até que foram libertos da escravidão no Egito. Não somos salvos por causa da obediência, somos salvos para a obediência. Desde a queda de Adão que a redenção tem sido a base da obediência. A obra da redenção de Deus impõe-nos a obrigação de obedecer à lei de Deus. Todos os homens têm a obrigação de obedecer à lei de Deus em razão da relação com Deus como o Criador deles, mas ao povo de Deus se impõe a obrigação de obedecer em razão da relação com Deus como o Redentor deles.

6. Por que Deus referia-se à terra do Egito como a “casa da servidão”?

Por que a terra do Egito não era apenas um lugar literal da servidão do povo de Israel, mas simboliza também a escravidão espiritual do pecado. Cada filho de Deus foi remido de uma “casa da servidão” grandemente mais poderosa, cruel e tirânica do que a escravidão física do Egito antigo. Essa declaração no prefácio dos Dez Mandamentos leva-nos a entender que (a) como crentes em Cristo fomos libertos de amarga escravidão e que (b) essa libertação não se deve à nossa própria conquista mas foi realizada pelo poder soberano e onipotente de Deus.

7. Quais são as duas obrigações que a obra da redenção de Deus nos impõe?

(a) A obrigação da fidelidade: “somente a Ele devemos receber como o nosso

único Deus”; (b) a obrigação da obediência: “para guardarmos todos os Seus mandamentos”. Precisamos entender que não pertencemos a nós mesmos, fomos comprados por um preço, o precioso sangue de Cristo, e por isso devemos prestar absoluta fidelidade e obediência ao Deus que nos remiu para Si a um custo infinito.



Pergunta 102. *Qual é a essência dos quatro mandamentos que contem o nosso dever para com Deus?*

R. A essência dos quatro mandamentos que contêm o nosso dever para com Deus é amar o Senhor, nosso Deus, de todo o nosso coração, de toda a nossa alma, de todas as nossas forças e de todo o nosso entendimento.



Pergunta 103. *Qual é o primeiro mandamento?*

R. O primeiro mandamento é: Não terás outros deuses diante de mim.



Pergunta 104. *Quais são os deveres exigidos no primeiro mandamento?*

R. Os deveres exigidos no primeiro mandamento são o conhecimento e o reconhecimento de que Deus é o único Deus verdadeiro, e nosso Deus, e de adorá-LO e glorificá-LO por isso mediante o pensar e o meditar nEle; lembrar-se dEle; tê-LO em alta conta; honrar, adorar, preferir, amar, desejar e temer a Ele; nEle crer, confiar, esperar, desejar e alegrar-se; ser zeloso por Ele; clamar por Ele; dar-Lhe todo louvor e graças e prestar-Lhe toda a obediência e submissão com todo o ser; cuidar de agradá-LO em todas as coisas e de entristecer-se por ofendê-LO em algo e caminhar humildemente com Ele.

Referências bíblicas

- Lc 10.27. O resumo que Cristo fez da lei moral mostra que amar a Deus é a essência dos primeiros quatro mandamentos.
- Êx 20.3; Dt 5.7. O primeiro mandamento.
- 1Cr 28.9; Dt 26.17; Is 43.10; Jr 14.22. Conhecer e reconhecer que

Deus é o único Deus verdadeiro, e o nosso Deus.

- Sl 95.6-7; Mt 4.10; Sl 29.2. Adorar e glorificar a Deus como o único Deus verdadeiro, e nosso Deus.
- Ml 3.16; Ec 12.1. Devemos pensar em Deus e guardá-LO em nossa mente.
- Sl 71.19. Devemos ter Deus em alta conta.
- Ml 1.6. O dever de honrar a Deus.
- Is 45.23. A obrigação de adorar a Deus.
- Js 24.15, 22. O dever de escolher a Deus como o nosso Deus.
- Dt 6.5; Sl 73.25; Is 8.13. Devemos amar, desejar e temer a Deus.
- Êx 14.31. O dever de crer em Deus.
- Is 26.4; Sl 130.7; 37.4; 32.11. Devemos confiar, esperar, deleitarmos e alegrarmos em Deus.
- Rm 12.11 comparado a Nm 25.11. O dever de ser zeloso por Deus.
- Fp 4.6. Devemos clamar a Deus com ações de graças.
- Jr 7.23. A obrigação da total obediência a Deus.
- Tg 4.7. O dever da submissão a Deus.
- 1Jo 3.22. Devemos ser cuidadosos em agradar a Deus.
- Jr 31.18; Sl 119.136. Devemos nos entristecer quando ofendemos a Deus.
- Mq 6.8. O dever de caminhar humildemente diante de Deus.

Comentário

1. Que significa amar o Senhor, nosso Deus, de todo o nosso coração, alma, forças e entendimento?

Isso significa não uma mera atitude emocional para com Deus, mas uma prática devocional total que nos leva a honrá-LO e a obedecê-LO em cada elemento, esfera e relacionamento de nossa vida. Tudo em nossa vida deve ser determinado pelo nosso amor a Deus. Por isso nada há na nossa vida que esteja separado da nossa religião. Não podemos traçar uma fronteira e deixar de fora qualquer esfera ou área da nossa vida e dizer que ali não conta o nosso relacionamento com Deus. Tudo o que fazemos, devemos fazer para a glória de Deus. Quem acha que pode levar a sua vida profissional, política ou social sem Deus é ímpio nesse âmbito. O professor que acha que o seu relacionamento com Deus não afeta o seu ensinamento de química, ou a sua interpretação da história da Europa, está sendo ímpio nesse âmbito. O crente em Cristo que é coerente há de compreender que a sua religião é o princípio regulador de toda a sua vida e que não há nada na vida que possa estar à parte da sua relação com Deus.

2. Por que o primeiro mandamento foi posto como o primeiro dos Dez Mandamentos?

Porque esse mandamento é o fundamento do qual os outros mandamentos dependem. A nossa obrigação para com Deus é a fonte e a base de todas as demais obrigações. É a obrigação primária e fundamental da nossa vida.

3. Por que somos obrigados a reconhecer a Deus como o Deus verdadeiro e nosso Deus?

Porque Deus é o nosso Criador. Foi Ele que nos fez, e não nós a nós mesmos. Também porque Deus é o Redentor que livra o Seu povo do pecado e do inferno. Por essa causa qualquer pensamento sobre ser independente de Deus é rebelde, ímpio e maligno.

4. Seremos dependentes de Deus para sempre?

Sim. O relacionamento entre Criador e criatura perdurará por toda a eternidade. Jamais pode ser modificado ou ultrapassado. A distinção entre Criador e criatura é a distinção mais fundamental da Bíblia, ela está implícita em ou é inferida de cada versículo de toda a Bíblia.

5. Como podemos expressar a nossa dependência de Deus?

Podemos expressar a nossa dependência de Deus (a) tendo a atitude correta para com Ele; (b) tendo os pensamentos corretos a respeito dEle; (c) tendo as respostas corretas para com a sua vontade revelada, a Bíblia Sagrada.

6. O que é ter uma atitude correta para com Deus?

Uma atitude correta para com Deus é uma atitude reverente, que compreende e reconhece a relação entre Criador e criatura e a infinita diferença e distância que existe entre os dois, e que reconhece que Deus é um ser infinito, o qual jamais poderemos compreender, mas que permanecerá sempre misterioso e maravilhoso para nós.

7. O que queremos dizer com pensamentos corretos a respeito de Deus?

Por pensamentos corretos a respeito de Deus queremos dizer pensamentos sobre Deus que estejam de acordo com a verdade da revelação que Ele faz de Si mesmo na Sua Palavra, e que, portanto, não procedem de nossas próprias imaginações e desejos, mas da própria revelação de Deus por Si mesmo. Pensamentos sobre Deus que procedem de opiniões, especulações ou da filosofia de mentes humanas obscurecidas pelo pecado não podem ser pensamentos

corretos a respeito de Deus. Os únicos pensamentos corretos sobre Deus, da parte de seres humanos pecadores, são aqueles derivados da Bíblia.

8. Que queremos dizer por respostas corretas para com a vontade revelada de Deus?

Por respostas corretas à vontade revelada de Deus dizemos da disposição consciente e fervorosa para obedecer a tudo o que Deus ordenou, e repudiar a tudo o que Ele proibiu, em Sua Palavra, de modo que a Bíblia seja de fato o guia da nossa vida.

9. Quais são algumas das grandes verdades assumidas nessa resposta do Catecismo?

(a) A existência de Deus. (b) A doutrina da criação. (c) A personalidade de Deus. (d) A responsabilidade moral do homem para com Deus.

10. De que modo podemos resumir os deveres exigidos no primeiro mandamento?

Podemos resumi-los dizendo que esse mandamento exige de nós uma devoção a Deus suprema, completa e de total abrangência, de modo que o nosso relacionamento com Ele seja o mais alto e o mais importante fato de nossas vidas. Se considerarmos a nossa relação com Deus uma questão secundária ou um detalhe de menor importância em nossas vidas, nós nem sequer começamos a levar a sério o primeiro mandamento.



Pergunta 105. *Quais são os pecados proibidos no primeiro mandamento?*

R. Os pecados proibidos no primeiro mandamento são o ateísmo (negar ou não ter a Deus); a idolatria (ter ou adorar a mais de um deus; ou a um deus que não o verdadeiro Deus; ou a outro deus qualquer associando-o ao verdadeiro Deus); não tê-LO nem confessá-LO como Deus, e nosso Deus; a omissão ou a negligência de alguma coisa devida a Ele, exigida nesse mandamento; a ignorância, o esquecimento, os falsos conceitos, as falsas opiniões, os pensamentos indignos ou ímpios sobre Deus; (continua).

(Nota: em razão de seu tamanho a resposta à pergunta 105 será dividida em várias partes em vez de tentarmos tratar de toda a resposta em uma única seção).

Referências bíblicas

- Sl 14.1. O pecado do ateísmo.
- Ef 2.12. Aqueles que estão sem Deus não têm esperança.
- Jr 2.27-28 comparado com 1Ts 1.9. O pecado da idolatria contrastado com o servir ao verdadeiro Deus.
- Sl 81.11. O pecado de rejeitar a Deus como o objeto da nossa suprema devoção.
- Is 4.22; Os 4.1, 6. O pecado de ignorância quanto a Deus e à Sua vontade.
- At 17.23, 29. O pecado de não compreender corretamente a natureza de Deus e a Sua vontade.
- Is 40.18. O pecado da falsa opinião a respeito de Deus.
- Sl 50.21. O pecado de pensamentos indignos e malignos a respeito de Deus.

Comentário

1. Qual é o significado literal da palavra *ateísmo*?

Literalmente ateísmo significa “não-Deísmo” e designa o ensinamento ou a crença de que não há Deus. Significa, portanto, a negação da existência de Deus.

2. Quais são os três tipos de ateísmo?

(a) Ateísmo teórico. (b) Ateísmo virtual. (c) Ateísmo prático.

3. O que é o ateísmo teórico?

O ateísmo teórico é a negação absoluta, em questão de opinião ou crença, da existência de qualquer Deus ou deuses.

4. O que é o ateísmo virtual?

O ateísmo virtual, que é muito difundido hoje, é a negação da existência do Deus da Bíblia, do Deus que é espírito, infinito, eterno, imutável em Seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade; em quem há três Pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, que são os mesmos em substância e iguais em poder e glória. Como esse Deus da Bíblia é o único vivo e verdadeiro Deus, é o único Deus que realmente existe. Por isso, negar a existência do Deus da Bíblia é ateísmo virtual. O ateu virtual crê em um deus, mas não em o Deus. O seu “Deus” é um ser finito, limitado, considerado como uma implicação necessária da mente humana. Normalmente considera-se que esse

“Deus” não tem existência absoluta e independente do homem e do universo. Assim como “marido” e “mulher” são termos correlativos, que implicam um no outro e dependem, em seu significado, um do outro, da mesma maneira o ateísmo virtual considera “Deus” e “homem”, ou “Deus” e “universo”, como termos correlativos que implicam um no outro e que dependem, em seu significado, um do outro. Essa crença difere do afoito ateísmo teórico por ser mais sutil e não parecer tão maligna. O ateu virtual pode ser uma pessoa muito religiosa, da sua própria maneira; mas a sua crença, no fundo, não é melhor do que o franco ateísmo teórico.

5. O que é o ateísmo prático?

O ateísmo prático é conduzir as nossas vidas como se Deus não existisse, mesmo que em termos de fé admitamos que há um Deus.

6. Qual é a forma mais comum de ateísmo?

O ateísmo aberto é comparativamente raro e causa relativamente pouco dano, pois vem franca e honestamente rotulado e é muito fácil de ser reconhecido. O ateísmo virtual é comum entre ministros, professores de teologia, professores universitários e especialmente entre filósofos. É defendido particularmente pelos que se orgulham de ser “intelectuais”. É extremamente perigoso porque é muito sutil e quase sempre aparenta ser religioso. O ateísmo prático é, de longe, a mais comum de todas as formas de ateísmo; é a posição de pessoas comuns que são simplesmente indiferentes a Deus.

7. Qual é o significado literal da palavra *idolatria*?

Idolatria significa literalmente a adoração de imagens, ou de deus ou deuses pelo uso de imagens.

8. Com que sentido o Catecismo usa a palavra *idolatria*?

Esta resposta do Catecismo usa o termo *idolatria* em sentido amplo e abrangente, fazendo o termo incluir o politeísmo (a crença em mais de um Deus).

9. Por que o ateísmo é, em qualquer de suas formas, um pecado terrível?

Porque Deus é o Criador de todos os homens e o ateu recusa-se a reconhecer ou a honrar o seu Criador. Essa relação entre Criador e criatura é a relação mais fundamental da Bíblia e da vida humana. Quem nega o mais fundamental de todos os relacionamentos é alguém completamente perverso e maligno, pois chegou ao limite de negar a Deus, que lhe deu a vida.

10. Por que ter mais do que um deus ou ter qualquer outro deus em vez do verdadeiro Deus é um pecado terrível?

Porque a natureza da relação do homem com o seu Criador é de tal ordem que o verdadeiro Deus demanda a sua total e indivisível devoção e fidelidade. Dividir a nossa devoção religiosa e dar parte dela ao verdadeiro Deus que nos criou e parte a alguma outra pessoa ou objeto de culto é extremamente ofensivo a Deus. Ou Deus tem tudo, ou não tem nada. Oferecer-Lhe parte da nossa fidelidade e serviço é desonrá-LO e ofendê-LO.

11. Por que a ignorância quanto ao verdadeiro Deus é um grande pecado?

(a) Porque só tendo o verdadeiro conhecimento dEle é que podemos adorá-LO, amá-LO e servi-LO corretamente. (b) Porque há abundante provisão, não apenas nas Escrituras, mas também no livro da natureza, para que o ser humano tenha um verdadeiro conhecimento de Deus. Quem é ignorante quando a Deus já desconsiderou ou usou erradamente a revelação que o próprio Deus faz de Si mesmo e manifesta que não quer ter realmente um verdadeiro conhecimento de Deus (Rm 1.28).

12. Por que esquecer-se de Deus é um grande pecado?

Porque o nosso esquecimento de Deus demonstra que os nossos corações estão endurecidos pelo pecado e que não damos muita importância a Deus. Lembremo-nos daquilo em que temos interesse ou preocupação. O nosso esquecimento de Deus é um produto dos nossos corações endurecidos pelo pecado.

13. Por que é pecado ter falsos conceitos, falsas opiniões, pensamentos indignos ou ímpios sobre Deus?

Porque os nossos enganos, erros e falsas idéias sobre Deus não brotam meramente da falta de inteligência, mas da queda da raça humana no pecado que não apenas endureceu os nossos corações e nos inclinou para todo tipo de maldade, mas que também obscureceu e perturbou as nossas mentes de sorte que deixamos de discernir a verdade e caímos vitimados por todos os tipos de erro. Toda idéia falsa ou pensamento indigno sobre Deus emana do pecado — não apenas do nosso pecado individual, mas também da queda da raça humana no pecado pela transgressão do pecado de Adão contra Deus.

14. Será que ninguém tem o direito à sua própria opinião sobre Deus?

Quando falamos de “direitos” temos que distinguir entre direitos civis e direitos morais. Quanto ao direito moral a resposta à esta pergunta é Não. Nin-

guém tem nenhum direito moral de crer em nada que seja falso a respeito de Deus, ou de crer a Seu respeito de forma diferente da que Ele se revela nas Escrituras. Quanto aos direitos civis, quem tiver idéias falsas sobre Deus tem o direito civil de ter a sua falsa crença sem que sofra a interferência de seus concidadãos ou do Estado. Isto é, o governo civil não tem direito a nenhuma ingerência sobre os pensamentos e as crenças das pessoas e não pode perseguir nem punir ninguém por falsas crenças, e nem mesmo por ser ateu. Essa pessoa, contudo, terá de prestar contas a Deus no dia do juízo. Cremos, no entanto, que o magistrado civil pode corretamente, por causa do direito civil, proibir a propagação pública do ateísmo e da negação da responsabilidade para com Deus. Um órgão civil ao recusar a autorização para o estabelecimento de uma corporação cujo propósito seja divulgar publicamente o ateísmo não está, na verdade, infringindo as liberdades civis ou religiosas. O sucesso de uma tal corporação resultaria na destruição dos fundamentos morais da sociedade humana e do próprio Estado. As liberdades civis e religiosas não dão o direito de se tentar destruir a própria base da civilização humana.

Pergunta 105 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no primeiro mandamento?*

R. Os pecados proibidos no primeiro mandamento são (...) as investigações afoitas e curiosas dos Seus segredos; toda a profanidade; o repúdio a Deus; o amor a si mesmo, o buscar os próprios interesses e todas as outras disposições desequilibradas e exageradas da nossa mente; a vontade ou paixão por outras coisas, defraudando Deus no todo ou em parte; a vã credulidade; a falsa credulidade; a incredulidade; a heresia; a desconfiança; o desespero; (continua).

Referências bíblicas

- Dt 29.29. As investigações afoitas e curiosas dos segredos de Deus.
- Tt 1.16; Hb 12.16. O pecado da profanidade.
- Rm 1.30. O pecado de odiar a Deus.
- 2Tm 3.2. O pecado do descontrolado amor a si mesmo.
- Fp 2.21. O pecado de buscar imoderadamente o próprio interesse.
- 1Jo 2,15-16. O pecado de pôr nossos corações nas coisas criadas e não em Deus.
- 1Sm 2.29; Cl 3.2, 5. O amor ao mundo e às coisas terrenas mais do que a Deus.
- 1Jo 4.1. O pecado da vã credulidade.

- At 26.9. O pecado da falsa credulidade, ou a crença sincera no que é falso.
- Hb 3.12. O pecado da incredulidade.
- Gl 5.20; Tt 3.10. O pecado da heresia.
- Sl 78.22. O pecado da desconfiança.
- Gn 4.13. O pecado do desespero.

Comentário

1. Que significa “investigações afoitas e curiosas dos Seus segredos” (i.e., de Deus)?

Essa declaração, que pode ser facilmente mal compreendida, não quer dizer que seja errado investigar os segredos da revelação de Deus, na natureza ou na Escritura. Investigar não é proibido, proibido é investigar afoita e curiosamente os segredos de Deus. Isto é, a investigação com a atitude errada (afoiteza ou irreverência) ou pelo motivo errado (mais por curiosidade que pelo desejo de agradar a Deus e beneficiar a humanidade). Quem investiga os segredos de Deus com atitude reverente e motivos certos saberá sempre que haverá de chegar a um ponto de parada a partir do qual não poderá ir mais a fundo, pois defronta-se com um mistério desconcertante e impenetrável. O seu alvo será o de colocar os pensamentos de Deus acima dos seus próprios pensamentos, isto é, de entender aquilo que Deus revelou aos homens para que entendam, e não o de abarcar a Deus com intelecto humano.

2. Que significa “profanidade”?

“Profanidade” não é o mesmo que “blasfêmia”, que é tomar o nome de Deus em vão. A blasfêmia é um pecado do falar, ao passo que a profanidade é um pecado do caráter, um pecado da vida como um todo. Profano é quem considera as coisas consagradas e santas como se coisas comuns ou banais. Esaú foi um profano, pois considerou que o seu direito de primogenitura não valia mais do que um prato de comida comum. Os canibais são profanos porque consideram o corpo humano, que é inerentemente sagrado, apenas com o valor de comida comum. Aqueles pagãos que rasgam uma Bíblia e usam o papel para fazer cigarros ou limpar sapatos são profanos porque não têm compreensão de quão sagrada é a Palavra de Deus e a tratam como se valesse apenas o papel em que é impressa.

3. Como podemos explicar o fato de que o não-regenerado realmente odeia a Deus?

Tal fato, que não pode ser negado (Rm 1.30), só pode ser explicado com base nas doutrinas bíblicas do pecado original e da depravação total. O fato de que há mesmo pessoas que se vangloriam de odiarem a Deus, mostra a profundidade abissal do mal moral em que a raça humana se afundou com a queda de Adão.

4. O amor a si mesmo é pecado?

O amor a si mesmo só é pecado se for exagerado. O mandamento “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” implica também que amar a si mesmo é um dever. Da mesma maneira que a auto-preservação é o instinto básico da nossa natureza, amar a si mesmo não pode ser um pecado, mas deve ser um impulso divinamente implantado na alma humana. Porém quando amar a si mesmo perde o equilíbrio, de modo que se ama mais a si mesmo do que ao próximo, e especialmente mais do que a Deus, então há desequilíbrio e o amar a si mesmo é, portanto, pecado. O mesmo é verdadeiro no caso de “buscar os próprios interesses”.

5. Qual é a verdadeira natureza do pecado de mundanismo?

Os crentes em Cristo na maior parte das vezes têm idéias mecânicas e superficiais do que é o mundanismo. O mundanismo é normalmente identificado por três ou quatro de suas manifestações exteriores, como a dança, a jogatina, o jogo de cartas e coisas assim. Mas o mundanismo, na sua essência, é realmente amar e buscar as coisas do mundo mais do que amamos e buscamos a Deus. É uma questão de “colocarmos as nossas mentes, vontades ou sentimentos em outras coisas” e não em Deus. É possível ser muito mundano sem jamais fazer concessões às formas comuns de mundanismo como a dança e a jogatina. Por exemplo, o grande músico que ama a sua arte musical mais do que a Deus é alguém mundano; o cientista famoso mais absorto em sua pesquisa científica do que em conhecer e honrar a Deus é alguém mundano.

6. Que significa “vã credulidade”?

Isso quer dizer a pronta disposição para acreditar ou aceitar aquilo que na verdade não merece crédito nem aceitação, pois lhe faltam as provas da verdade. A palavra comum para isso é *simploriedade*. O simplório sempre está pronto a crer em tudo o que ouve. Não consegue distinguir entre o que merece ou não ser crido. Na esfera religiosa o simplório é grandemente influenciado por qualquer pregador que apresente de modo entusiástico e eloquente uma mensagem e conte algumas historinhas interessantes como ilustrações. O ou-

vinde simplório não pesa as declarações do pregador comparando-as com as Escrituras, ele tão-somente as engole sem nenhum pensamento metódico ou cuidadoso. Essas pessoas são tremendamente influenciadas pelo último livro ou artigo que leram; logo leiam outro livro ou artigo mudam os seus pontos de vista de acordo com ele. Elas seguem cada modismo transformador no mundo da religião e falta-lhes discernimento e estabilidade.

7. Que é “falsa credulidade”?

A expressão “falsa credulidade” quer dizer ilusão religiosa, isto é, uma fé firme e confiante em alguma coisa falsa ou errada. Paulo pensava estar fazendo a vontade de Deus ao perseguir os crentes. Isso foi falsa credulidade da parte dele.

8. Por que a incredulidade é um pecado terrível?

A incredulidade é um terrível pecado porque somos salvos pela fé. Por ser o oposto da fé ela anula a possibilidade da salvação da pessoa enquanto permanecer na incredulidade. Mesmo o melhor dos crentes tem algum grau de incredulidade. Somente quando a pessoa é dominada pela incredulidade é que a salvação está fora de questão. Essa condição a Bíblia descreve como tendo um perverso coração de incredulidade (Hb 3.12).

9. Que significa “heresia”?

Na Bíblia a palavra *heresia* significa fazer propaganda de doutrina falsa, por exemplo, pela formação de uma seita ou facção na igreja para ensinar e propagar doutrinas falsas, contrárias ao que Deus revelou em Sua Palavra. Em seu uso moderno o termo *heresia* veio a significar falsas doutrinas, e especialmente crer e defender doutrinas que são antagônicas às verdades essenciais do cristianismo. Embora *heresia* no sentido moderno seja certamente pecado, na Bíblia ela ainda porta a idéia de formar um partido ou facção para levar a cabo a propagação de doutrinas falsas.

10. Que significam “desconfiança” e “desespero”?

Esses dois termos relacionam-se mutuamente. Desespero é simplesmente desconfiança total. Desconfiança significa duvidar ou descrer das promessas, do amor e da bondade de Deus. Desespero significa duvidar ou descrer das promessas, do amor e da bondade de Deus totalmente, até o máximo ponto. Caim entregou-se ao desespero porque disse que o seu castigo era maior do que o que ele poderia suportar. Ele não teve fé para pedir a Deus para lhe perdoar o

pecado de assassinar a seu irmão. Judas se entregou ao desespero quando, em vez de clamar a Deus por perdão, foi e se enforcou. O desespero é um motivo comum para o suicídio; quando alguém começa a pensar que não há mais a esperança do socorro de Deus ele pode, na sua desesperada incredulidade, procurar “acabar com tudo” tirando a própria vida.

Pergunta 105 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no primeiro mandamento?*

R. Os pecados proibidos no primeiro mandamento são (...) a incorrigibilidade e a insensibilidade ao juízo; a dureza de coração; a soberba; a presunção; a segurança carnal; o tentar a Deus; o usar meios ilegítimos e o confiar em meios legítimos; os deleites e gozos carnaís; o zelo corrupto, cego e insensato; (continua).

Referências bíblicas

- Jr 5.3. O pecado de ser incorrigível.
- Is 42.25. Insensibilidade sob o juízo divino.
- Rm 2.5. O pecado da dureza de coração.
- Jr 13.15; Pv 16.5, 17; 1Tm 6.4. O pecado da soberba.
- Sl 19.13; 2Pe 2.10. O pecado da presunção.
- Zc 1.12; Ap 18.8; Is 28.15. A segurança carnal é pecado.
- Mt 4.7. Tentar a Deus é pecado.
- Rm 3.8. O pecado de usar de meios ilegítimos.
- Jr 17.7. O pecado de confiar em meios legítimos.
- 2Tm 3.4. Amar aos prazeres mais do que amamos a Deus é maligno.
- Gl 4.17; Jo 16.2; Rm 10.2; Lc 9.51. Zelo desorientado é pecado.

Comentário

1. Que significa “incorrigibilidade”?

Essa palavra significa literalmente ser incapaz de ser corrigido. Tanto a bondade de Deus quanto os Seus juízos são capazes de trazer os homens ao arrependimento, mas se não forem acompanhados da obra especial do Espírito Santo eles não levam ao verdadeiro arrependimento. Há muitas pessoas que em tempos de bem-estar e prosperidade simplesmente ignoram ou esquecem a Deus, e então nos dias de tribulação e calamidades eles se tornam endurecidos e desafiam a Deus com a sua incredulidade persistente. É esse o estado de incorrigibilidade.

2. Que significa “insensibilidade ao juízo”?

Isso significa deixar de reconhecer a mão de Deus nas tribulações e calamidades que sobrevêm a uma pessoa ou nação. Aqueles que atribuem todos os seus problemas ao “destino”, ao “acaso”, à “má-sorte” ou à mera operação das leis naturais, jamais vêem a mão de Deus no que lhes ocorre. Eles não conseguem compreender que Deus pré-ordenou tudo o que acontece, que todas as coisas estão sob o Seu governo providencial e que tudo trabalha conjuntamente para o Seu governo moral sobre o mundo. Enquanto as pessoas estão nesse estado mental, nenhum juízo que Deus lhes envie deixará sobre elas qualquer impressão útil. Quem é totalmente cego não verá a luz mais brilhante que seja, nem quem é totalmente surdo ouvirá o som mais alto que houver.

3. Que entendemos pela expressão “dureza de coração”?

Essa expressão é usada para descrever um estado de caráter em que a sensibilidade espiritual foi grandemente ou totalmente perdida. Quando alguém está nessa condição a sua consciência quase não funciona ou já não funciona de jeito nenhum. Ela é indiferente a Deus, às coisas espirituais e à salvação eterna da sua alma. A lei e o evangelho não a impressionam nem a influenciam. Se Deus em Sua graça e misericórdia especiais não lhe conceder um novo coração, ela não poderá ser salva.

4. Dê um exemplo da Bíblia de alguém cuja condição espiritual foi de “dureza de coração”.

Faraó, o rei do Egito, nos dias de Moisés, que a despeito de repetidas advertências e juízos não pôde deixar o povo de Deus ir, e mesmo depois de os haver deixado ir mudou de idéia e perseguiu-os até o Mar Vermelho.

5. O que é soberba, e por que é ela condenada na Bíblia como um grande pecado?

A soberba ou orgulho é uma falsa e injustificável alta opinião que temos de nós mesmos, do nosso caráter, ou das nossas conquistas. É a perversão do respeito próprio, que é legítimo e não pecaminoso. A soberba é maligna por dois motivos: (a) é contrária à nossa posição diante de Deus como criaturas dependentes; e (b) é contrária à nossa posição diante de Deus como pecadores culpados e sem recursos. As coisas das quais as pessoas se orgulham, se forem reais, são, no fim das contas, apenas dons de Deus, e por isso elas não têm do que se orgulhar. Assim o apóstolo Paulo em Romanos 4.2 informa-nos que mesmo se Abraão tivesse sido justificado pelas obras, ele não teria do que se

gloriar diante de Deus. Leia I Coríntios 4.7 e observe as três perguntas que são feitas nesse versículo, que foram calculadas para furar o balão do orgulho humano. A soberba, em essência, é uma declaração de independência de Deus; ela se alicerça na suposição de que podemos fazer alguma coisa, ou ser alguma coisa, ou realizar alguma coisa boa e digna, claro, por nós mesmos à parte de Deus e da Sua pré-ordenação e dons de natureza e graça. Portanto, a soberba fundamenta-se numa mentira que é muito ofensiva a Deus.

6. O que é segurança carnal e por que é errada?

A segurança carnal é a confiança condescendente de que tudo vai dar certo, quando não temos fundamentos legítimos para tal confiança. É a segurança carnal que leva as pessoas a dizerem “paz, paz”, quando não há paz. Ela envolve uma atitude complacente para com o pecado e a lassidão, uma atitude indiferente para com Deus. É pecado porque desonra a Deus, a quem deveríamos buscar com entusiasmo e servir com fidelidade, e engana o nosso próprio ser em vez de nos levar a conhecer e a enfrentar a verdade da nossa real condição.

7. Que significa “tentar a Deus”?

O registro da tentação do nosso Salvador no Evangelho é a chave do sentido dessa expressão. Ela significa agir deliberada ou descuidadamente de maneira ímpia ou tola contando com a bondade e o poder de Deus para nos guardar dos problemas que nos advêm em decorrência de nossas atitudes. Seria tentar a Deus, o que é proibido na Escritura, se Jesus tivesse pulado do pináculo do templo confiando que Deus mandaria Seus anjos para protegê-lo de ferimentos físicos. Quando alguém, por negligência, deixar de se cuidar normalmente e de se precaver de doenças e acidentes dizendo que confia em Deus para o guardar são e salvo, isso equivale a tentar a Deus e é, portanto, impiedade.

8. Que significa “usar meios ilegítimos”?

Essa expressão significa: “pratiquemos males para que venham bens”, isto é, atingir um bom propósito fazendo alguma coisa que seja errada e pecaminosa. Sempre houve quem advogasse tal curso de conduta.

9. Que entendemos por “confiar em meios legítimos”?

Ao afirmar que confiar em meios legítimos é um pecado proibido no primeiro mandamento o Catecismo quer dizer que mesmo quando usamos meios legais e corretos devemos pôr a nossa fé e confiança em Deus, não em nossos pró-

prios métodos. É certo consultar um médico e tomar remédios se estivermos doentes, mas temos de colocar a nossa real confiança em Deus, não no médico nem nos remédios que ele nos prescreveu.

10. Que significa a frase “deleites e gozos carnaís”?

A palavra *carnal* deriva da palavra latina que significa *carne*, de onde deriva também a palavra *carnaval*. “Carnal” é um adjetivo e significa “de, pertencente ou relativo à carne”. Nessa declaração do Catecismo a palavra *carnal* não se refere necessariamente ao corpo, mas à “carne” conforme usada pelo apóstolo Paulo para denotar a nossa natureza pecadora e que ele descreve por expressões como “o velho homem”, a “lei do pecado que está nos meus membros”, “mente carnal”, etc. II Timóteo 3.4 mostra que é característico da nossa natureza pecadora amar os prazeres mais do que amamos Deus. “Deleites e gozos carnaís”, portanto, são os prazeres e as alegrias que apelam especialmente à nossa natureza velha e pecadora, mas que estão longe de ser tão deleitosos e alegres à nossa nova natureza, que recebemos pelo Espírito Santo quando nascemos de novo.

11. O que é “o zelo corrupto, cego e insensato” e por que é pecaminoso?

A palavra *zelo* significa entusiasmo por alguma coisa, entusiasmo que leva a vigorosa atividade por tal causa ou idéia. A palavra chinesa para zelo é literalmente “um coração quente”, o que nos dá uma boa idéia do sentido. Ter zelo ou ser zeloso por Deus é bom e certo. Mas há também modos errados de zelo, aos quais o Catecismo descreve como “corrupto, cego e insensato”. Isso significa que mesmo sendo zelosos para com o verdadeiro Deus e Seu serviço o nosso zelo pode ser pecaminoso. Zelo corrupto é o que procede do nosso coração pecaminoso, de seus desejos e impulsos, e não da nossa nova natureza e da obra do Espírito Santo em nossos corações. Se, durante uma discussão com alguém sobre a verdade da Bíblia, um crente em Cristo na defesa da Palavra de Deus perde, por causa do seu zelo, o controle e fica irado, em vez de ter um espírito manso e humilde, é um exemplo de zelo corrupto. Zelo cego é aquele que não se fundamenta no verdadeiro entendimento. Quando o apóstolo Paulo antes da sua conversão perseguia os cristãos é um exemplo de zelo cego, como mais tarde ele mesmo o reconheceu. Os judeus dos dias de Paulo tinham zelo por Deus, mas não com entendimento, o que era, portanto, um zelo cego. Um outro tipo pecaminoso de zelo é o zelo insensato; que é o zelo por alguma coisa verdadeira e certa, mas ao qual falta sabedoria e bom-senso. Por exemplo, instar aos crentes em Cristo a participarem regularmente de reu-

niões de oração é ter zelo por algo que é certo, mas se alguém insiste em reuniões de oração que durem várias horas todos os dias e tenta convencer seus coirmãos de que todo o tempo livre deles tem de ser empregado em reuniões de oração e nada mais: isso é zelo insensato, pois não é conforme a sabedoria e o bom-senso. Certo jornal registrou o caso de um zeloso crente que estragou um automóvel recém-pintado, pertencente a outrem, escrevendo nele a giz e com grandes letras as palavras “JESUS SALVA”; isso é zelo insensato, pois faltou-lhe sabedoria e bom-senso. Todo zelo corrupto, cego e insensato é pecaminoso porque procede da nossa própria impiedade, ignorância e estupidez e não da santidade, entendimento e sabedoria que o Espírito Santo concedeu-nos por Sua obra em nossos corações e vidas.

Pergunta 105 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no primeiro mandamento?*

R. Os pecados proibidos no primeiro mandamento são (...) a mornidão e a mortificação para as coisas de Deus; o apartar-se de Deus e renegá-IO; orar ou prestar qualquer tipo de culto religioso a santos, anjos ou quaisquer outras criaturas; todo tipo de pacto com ou consulta ao diabo, e o dar ouvidos às suas sugestões; (continua).

Referências bíblicas

- Ap 3.16. O pecado da mornidão.
- Ap 3.1. A mortificação para as coisas de Deus.
- Ez 14.5; Is 1.4-5. O alienar-se de Deus.
- Rm 10.13-14; Os 4.12; At 10.25-26; Ap 19.10; Mt 4.10; Cl 2.18; Rm 1.25. Só se deve prestar culto a Deus, e não a nenhum ser criado.
- Lv 20.6; 1Sm 28.7, 11 comparados a 1Cr 10.13-14. Deus proibiu toda tentativa de contato com os mortos, ou de consulta ao diabo e a espíritos malignos.
- At 5.3. É errado dar atenção às sugestões de Satanás.

Comentário

1. Que quer dizer “mornidão” espiritual?

Mornidão espiritual é a condição de indiferença apática ou de complacência para com as coisas de Deus e a salvação das nossas almas que leva alguém a estar satisfeito com as coisas do jeito que estão e a não ter nenhum desejo fervoroso de progredir na vida cristã. A Palavra de Deus nos ensina que a

condição de mornidão espiritual é muito mais nauseante a Deus do que a de alguém ser espiritualmente frio para com as Sua coisas (Ap 3.15).

2. É a mornidão espiritual uma condição comum nos dias presentes?

Não há a menor dúvida de que a mornidão espiritual tenha sido sempre uma condição comum, e algo contra o que todo crente em Cristo precisa lutar continuamente. Contudo, é possível que ela prevaleça mais entre os crentes de nossos dias do que entre os do passado.

3. Qual é o remédio para a mornidão espiritual?

Embora se advogue todo tipo de programas e métodos para curar a mornidão espiritual e religiosa de hoje, devemos ter consciência de que não há atalhos para se mudar fácil e rapidamente tal condição. O único remédio é ter mais da graça de Deus nas vidas dos crentes — mais atenção aos ensinamentos da Bíblia, mais arrependimento e tristeza pelo pecado, mais amor a Deus e ao próximo — isto é, mais do poder do Espírito Santo na vida do povo de Deus.

4. Que quer dizer “mortificação para as coisas de Deus”?

Entendemos a mornidão como um pecado dos crentes em Cristo, realmente nascidos de novo pelo poder do Espírito Santo, ao passo que a mortificação espiritual é a total falta de vida espiritual, comum aos que ainda não nasceram de novo pelo Espírito Santo. Essas pessoas estão “mortas em delitos e pecados” (Ef 2.1). É essa a condição de todos os infiéis ou incrédulos, dos que não crêem em Cristo ou do mundo pagão em geral. Mas há também crentes professos em quem realmente falta toda vida espiritual. Eles têm apenas a aparência de piedade, mas lhes falta o seu poder. Podem lidar com as formas e atos exteriores da vida cristã, freqüentar cultos em igrejas e coisas semelhantes, mas não têm a nova vida e o poder do Espírito Santo em seus corações. Era esse tipo de gente que constituía a membresia da igreja de Sardes, das quais Cristo disse: “*tens nome de que vives e estás morto*” (Ap 3.1).

5. Qual é o remédio para a mortificação espiritual?

O único remédio para a mortificação espiritual, seja na vida particular de alguém, de uma igreja ou nação, é o antigo evangelho de Jesus Cristo, acompanhado do poder renovador e doador da vida do Espírito Santo. Onde a mensagem do evangelho for fielmente pregada o Espírito Santo estará operando e haverá aqueles que passarão da morte para a vida tornando-se “novas criaturas em Jesus Cristo”.

6. Que quer dizer o Catecismo com “o apartar-se de Deus e renegá-IO”?

Isso é o que algumas vezes chama-se de “desviar-se”, “apostatar” ou “cair da comunhão com Deus”. É o que ocorre quando um crente professo perde o interesse nas coisas de Deus e deixa até mesmo de professar formalmente o cristianismo. Alguém assim está endurecido, não se preocupa com as coisas espirituais, deixa de usar os meios de graça (a Bíblia, os sacramentos e a oração), normalmente não vai a cultos, nem mesmo se envolve nas formas de adoração a Deus. Precisamos entender que um crente nascido de novo pelo Espírito Santo não cairá total e permanentemente da comunhão com Deus; contudo, um crente nascido de novo só cairá até um certo ponto, e por um certo tempo, assim como Pedro quando negou três vezes a Cristo numa única noite. Uma outra maneira de se apartar de Deus e de O renegar é abandonar o cristianismo verdadeiro e tornar-se membro de uma falsa religião ou seita. Isso, claro, é o ápice da impiedade.

7. Por que é errado prestar culto a santos, anjos ou quaisquer outras criaturas?

É errado prestar culto a santos, anjos e quaisquer outras criaturas porque: (a) Não foram eles que nos criaram e por isso não têm direito à nossa devoção religiosa. (b) Não foram eles que nos redimiram do pecado, e por isso a nossa gratidão pela salvação não lhes é devida, mas somente a Deus. (c) Eles não são os mediadores entre Deus e nós, porque só existe um único Mediador: o Senhor Jesus Cristo. Por isso todo e qualquer culto religioso prestado a santos, anjos e quaisquer outras criaturas subtrai inevitavelmente o culto e honra que são devidos exclusivamente a Deus. Ninguém pode adorar a santos ou anjos e ainda assim prestar a Deus o culto que Lhe é devido.

8. Que igreja sanciona e pratica a oração a santos e anjos?

A Igreja Católica Apostólica Romana que considera erradamente os santos e os anjos como mediadores entre o adorador e Deus.

9. Por que o espiritismo, ou a tentativa de se comunicar com os mortos por meio de médiuns espíritas ou de pessoas com “espíritos familiares”, é um grande pecado?

Deus, em Sua Palavra, proibiu absolutamente essa prática. Aqueles que desconsideram as advertências da Escritura contra ela serão terrivelmente enlaçados nas armadilhas de Satanás, das quais jamais lhes será possível escapar. Essa prática maligna é comum nos dias de hoje, mas os crentes em Cristo devem se manter totalmente separados de qualquer coisa vinculada a ela.

10. Por que os crentes em Cristo devem evitar “todo tipo de pacto com ou consulta ao diabo, e o dar ouvidos às suas sugestões”?

Os crentes em Cristo foram transportados das trevas para a luz e do reino de Satanás para o reino de Deus. A única atitude deles para com Satanás deve ser negativa. A única e exclusiva palavra que um crente em Cristo deve dizer às sugestões de Satanás é Não. O ouvir as sugestões de Satanás começou quando Eva deu ouvidos à serpente e daí passou a duvidar da verdade do que Deus havia dito. É claro que “pacto com ou consulta ao maligno” são impiamente errados, a despeito de se fazer ou não contato real com Satanás; a mera tentativa de realizar tal coisa é dar apoio e consolação ao maior inimigo de Deus, e não traz senão angústia e espanto a vidas humanas.

Pergunta 105 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no primeiro mandamento?*

R. Os pecados proibidos no primeiro mandamento são (...) fazer os homens de senhores da nossa fé e consciência; desdenhar e desprezar Deus e Seus mandamentos; resistir e contristar o Seu Espírito; o descontentamento e a impaciência para com as dispensações de Deus; acusá-LO nesciamente pelos males com que Ele nos inflige; e atribuir o mérito de qualquer bem que sejamos, tenhamos ou façamos à sorte, aos ídolos, a nós mesmos ou a qualquer outra criatura.

Referências bíblicas

- 2Co 1.24; Mt 23.9. Não devemos fazer os homens de senhores da nossa fé e consciência.
- Dt 32.15; 2Sm 12.9; Pv 13.13. O pecado de desprezar a Deus e Seus mandamentos.
- At 7.51; Ef 4.30. Os pecados de resistir e entristecer o Espírito Santo.
- Sl 73.2-3, 13-15, 22; Jó 1.22. Os pecados de descontentamento sob as dispensações de Deus e de acusá-LO nesciamente.
- 1Sm 6.7-9. É errado atribuir qualquer acontecimento da nossa vida ao acaso.
- Dn 5.23. É maligno atribuir nosso sucesso ou prosperidade a ídolos ou falsos deuses.
- Dt 8.17; Dn 4.30. Não devemos atribuir a nós mesmos crédito nenhum por nada de bom que somos, temos ou podemos fazer.
- Hc 1.16. Não devemos considerar nenhuma criatura como a fonte de nenhuma bênção ou sucesso que possamos gozar.

Comentário

1. Que quer dizer “fazer dos homens os senhores da nossa fé e consciência”?

Significa fazer de meros seres humanos as autoridades da nossa religião, de modo que cremos no que nos dizem para crer e fazemos o que nos dizem para fazer, não por causa dos ensinamentos da Palavra de Deus, mas tão-somente por causa da influência ou instrução dos homens.

2. Por que é errado fazer os homens de senhores da nossa fé e consciência?

Porque toda autoridade meramente humana é falível e por isso não podemos nos submeter a ela irrestritamente para crer e obedecer sem inquirir o que ela ensina. Somente Deus, cuja Palavra é infalível, pode ser o Senhor da nossa fé e consciência. Devemos nos submeter sem restrições à Palavra de Deus, isto é, crer em seus ensinamentos e obedecer aos seus mandamentos sem perguntas, tão-somente porque procedem de Deus. Não podemos, contudo, nos submeter desse modo a nenhuma autoridade humana; temos sempre que inquirir se as instruções e mandamentos que nos são apresentados estão ou não de acordo com a Palavra de Deus.

3. Que grande e influente instituição exige que todos em toda parte aceitem a seus ensinamentos e mandamentos irrestritamente?

A Igreja de Roma, que alega que os seus pronunciamentos equivalem à voz de Deus e que por isso devem ser aceitos inquestionavelmente por todos os homens.

4. É pecado um Protestante filiar-se à Igreja Católica Romana?

Certamente que sim; o Protestante que assim faz abandona a Palavra escrita de Deus como por sua suprema autoridade em termos de religião e aceita em seu lugar a voz da Igreja Católica Romana. Ele concorda em aceitar os ensinamentos e obedecer aos mandamentos da Igreja Romana irrestritamente, isto é, sem levantar qualquer questionamento. Isso equivale a fazer os homens de senhores da nossa fé e consciência.

5. São os membros das igrejas protestantes de alguma maneira culpados desse pecado?

Sim. Sem dúvida alguma há multidões de Protestantes desleixados que não sabem dar uma melhor razão ou uma autoridade maior para a sua fé e prática

do que os costumes ou os ensinamentos da sua igreja, ou as declarações do seu ministro. Aceitar e obedecer a costumes, ensinamentos e regras de uma igreja, ou às declarações de um ministro, sem sabermos se estão ou não de acordo com a Palavra de Deus, é errado, pois é o mesmo que fazer as igrejas e os ministros de senhores da nossa fé e consciência. É dever de todo crente em Cristo pesquisar as Escrituras por si mesmo para avaliar se as declarações da sua igreja e ministro são ou não verdadeiras.

6. Existem igrejas Protestantes que tentam exercer autoridade sobre a fé e a consciência das pessoas?

Sim, existem. Um dos sinais malignos dos nossos dias é que algumas grandes e influentes denominações, que antes consideravam a Palavra de Deus como a única autoridade sobre a fé e a consciência dos homens, estão agora chegando a considerar, num maior ou menor grau, a voz da igreja como equivalente à voz de Deus. Essas denominações estão começando a exigir de seus ministros, oficiais e membros uma obediência absoluta e inquestionável aos decretos das suas conferências, supremos concílios, conselhos de igreja e agências e, conforme parece em alguns casos, às declarações e ordens de um único indivíduo que possui uma alta posição na organização da denominação. Uma denominação muito grande e proeminente decidiu alguns anos atrás que desobedecer ao mandamento dos tribunais da igreja era um pecado da mesma natureza do que impede alguém de participar da Ceia do Senhor. Toda essa tendência é completamente perversa e maligna. Na medida em que a voz da igreja torna-se cada vez mais importante, a Palavra de Deus é considerada cada vez menos importante. Na verdade, a voz da igreja tem peso e autoridade para ser crida e obedecida somente quando está de acordo com a Palavra de Deus escrita.

7. Porque é impiedade “desdenhar e desprezar Deus e Seus mandamentos”?

Porque desdenhar e desprezar Deus e Seus mandamentos importa no desacato à autoridade de Deus, em considerar a Deus e a Sua vontade como menos importante que nossos desejos humanos egoístas, que as opiniões de nossos iguais, que as ordens do governo, etc. Pedir a Deus para ocupar o segundo ou terceiro lugar em nosso pensamento, devoção ou obediência é um insulto à Sua majestade e autoridade.

8. Por que é pecaminoso o descontentamento e a impaciência para com as dispensações de Deus?

Porque resultam da incredulidade e da falta de fé no amor de Deus, na bondade de Deus, no poder de Deus, nas promessas de Deus, etc. Quem se deixa dominar pelo descontentamento e pela impaciência não está mais disposto a aceitar de cara a Palavra e as promessas de Deus e acha que a Palavra de Deus é contraditada e cancelada pelas Suas dispensações providenciais. Ao caminharmos pela fé passamos pacientemente por dificuldades e sofrimentos e devemos estar dispostos a esperar que Deus nos traga o socorro e o alívio no tempo por Ele determinado.

9. Por que é errado acusar nesciamente a Deus pelos males com que Ele nos inflige?

Porque quem ousa acusar nesciamente a Deus pensa que pode levá-lo a juízo para decidir se Ele está ou não agindo corretamente. Isso é o mesmo que dizer-se tão grande e tão sábio quanto Deus, porque se a pessoa não for tão grande nem tão sábia quanto Deus, como poderá decidir se o que Deus faz é certo ou errado? Todas as tendências para se acusar nesciamente a Deus são proibidas pela Sua Palavra. Leia Romanos 9.19-21.

10. Por é errado atribuir nossa prosperidade ou sucesso ao “acaso” ou à “sorte”?

É errado porque na realidade não existe isso de “acaso” ou “sorte”. Aquilo que os homens chamam de “acaso” é simplesmente o que não pode ser humanamente calculado ou predito. Cada evento que os homens dizem que aconteceu ao “acaso” ocorre, na verdade, pelo decreto e providência de Deus. Se uma moeda é jogada para cima o fato de dar “cara” ou “coroa” foi determinado por Deus. Se um homem descobrir um milhão de dólares em ouro e um tesouro enterrado em sua propriedade pode ser que considere o seu achado como “acaso” ou “sorte”, mas na realidade seria a operação do conselho e da providência de Deus. Se cremos que Deus preordenou tudo o que acontece e que é a Sua providência que controla tudo o que ocorre, então não pode existir isso de “acaso”.

11. Por que é errado atribuir nosso sucesso ou prosperidade a ídolos, a nós mesmos ou a qualquer outra criatura?

Porque todo o universo criado, inclusive nós mesmos, depende absolutamente de Deus para existir e operar. Os ídolos, é claro, não possuem vida nem poder para ajudar a ninguém. Assim com igualmente é verdade que nós mesmos, e todas as demais criaturas, não possuímos nenhum poder inerente para realizar qualquer coisa. Dependemos totalmente de Deus a cada momento. Quando atri-

buímos nosso sucesso ou prosperidade a nós mesmos ou a qualquer outra criatura, estamos nos considerando como independentes de Deus. Foi essa a grande ilusão que começou quando Adão e Eva comeram do fruto proibido no Jardim do Éden. Precisamos nos lembrar sempre de que somos seres criados e que Deus é o nosso Criador, que dependemos dEle para nossa própria vida e consciência. Este relacionamento Criador-criatura é e sempre será o fator principal da nossa existência. Desconsiderá-lo, por um só momento, é impiedade.



Pergunta 106. *O que nos é particularmente ensinado pelas palavras “diante de mim”, no primeiro mandamento?*

R. As palavras “diante de mim”, ou diante da minha face, no primeiro mandamento, ensinam-nos que Deus, que vê todas as coisas, observa mais especialmente, e muito Lhe ofende, o pecado que é ter um outro deus qualquer; elas, então, podem ser um argumento para nos demover desse pecado, e para agravá-lo como a mais impudente das provocações contra Deus, como também para nos persuadir a fazer, como à Sua vista, tudo o que fazemos em Seu serviço.

Referências bíblicas

- Ez 8.5-6; Sl 44.20-21. Deus vê e se ofende grandemente com o pecado de se ter outro deus qualquer.
- 1Cr 28.9. Desde que Deus vê e sabe todas as coisas, deveríamos nos lembrar disso e compreender que devemos viver e trabalhar “à Sua vista”.
- 1Rs 18.15. Um servo de Deus que viveu e trabalhou como se estivesse à vista de Deus.
- Hb 4.13. Todas as coisas são vista e sabidas por Deus.

Comentário

1. No primeiro mandamento (“Não terás outros deuses diante de mim”), como podem ser literalmente traduzidas as palavras “diante de mim” da Bíblia hebraica?

As palavras usadas no hebraico significam literalmente “diante da minha face”.

2. O que significa a expressão “diante da minha face”?

Deus não tem uma face, pois é espírito e não possui corpo. Quando lemos na Bíblia a “face” ou o “semblante” de Deus devemos entender que isso é uma

figura de linguagem. O significado da expressão é “na presença de Deus” ou “à vista de Deus”.

3. Que parte das nossas vidas passa à vista de Deus?

Toda a nossa vida, inclusive todos os nossos pensamentos, palavras e obras, bem como o estado do nosso coração, são sempre observados por Deus. Hebreus 4.13.

4. Por que é impossível fugir ou escapar da presença de Deus?

Porque Deus está em toda parte e sabe todas as coisas; portanto é absolutamente impossível que alguma coisa seja escondida de Deus.

5. Dê o nome de alguns personagens bíblicos que tentaram esconder-se ou fugir da presença de Deus?

Adão e Eva (Gn 3.8). Jonas (Jn 1.3).

6. Por que Adão e Eva tentaram se esconder da presença de Deus?

Por causa da consciência culpada deles, resultante do pecado deles ao comerem o fruto proibido.

7. Por que Jonas tentou fugir da presença de Deus?

Por causa do seu espírito obstinado e desobediente que o fez indisposto para obedecer ao mandamento que recebera de Deus.

8. Qual foi o resultado da tentativa de Adão, Eva e Jonas escaparem da presença de Deus?

Aprenderam que é impossível escapar da presença de Deus, e para qualquer lugar que as pessoas forem, ou seja o que for que tenham feito, a presença de Deus os segue e não há lugar oculto para Deus.

9. Como podemos responder a alguém que diz que Deus é grande demais para se preocupar se os humanos o adoram ou não, ou grande demais para se preocupar se adoramos ou não a outros deuses em lugar dEle?

A Escritura ensina que nada é grande demais para o controle de Deus, nem pequeno demais para o Seu interesse ou atenção. Deus é o Criador e Governador de todas as coisas, tanto das pequenas quanto das grandes. Além disso, a importância de alguma coisa, ou o cuidado de Deus para com ela, não depende do tamanho nem do peso dela. Os seres humanos são criaturas de Deus, feitos

à Sua imagem, sujeitos à Sua lei moral e a Palavra de Deus ensina que cada pensamento, palavra e obra está sujeito ao juízo de Deus.

10. Ao lermos as palavras “diante de mim” no primeiro mandamento, qual deveria ser a nossa atitude para com esse mandamento?

Deveríamos parar e considerar se de algum modo, ou em algum instante, podemos ser culpados ou não do pecado de ter algum outro deus, e nos conscientizarmos de que esse pecado é visto e conhecido pelo verdadeiro Deus; e isso deveria ter o efeito de nos persuadir a abandoná-lo e a nos arrependermos dele.

11. Como o Catecismo descreve o pecado de ter outro deus na presença do verdadeiro Deus?

Ele descreve esse pecado como “a mais impudente das provocações contra Deus”. Somos, contudo, de um modo ou de outro, culpados desse pecado. Todo crente em Cristo é culpado, ao menos às vezes, de um amor idólatra pelo mundo. Devemos compreender que isso é a mais impudente provocação para Deus, nosso Criador e Redentor.

12. Como devemos realizar todo nosso serviço para Deus e todas as atividades da nossa vida?

Devemos realizar todo nosso serviço para Deus e todas as atividades da nossa vida “como à Sua vista”, isto é, compreendendo que Deus vê e observa cada detalhe das nossas vidas. Esse pensamento deveria servir para nos fazer odiar e temer o pecado, e procurar amar e servir conscienciosamente a Deus, momento a momento e dia a dia.

13. Qual foi o grande profeta do Velho Testamento que declarou estar “na presença de Deus”?

Elias (1Rs 18.15).



Pergunta 107. Qual é o segundo mandamento?

R. O segundo mandamento é: *“Não farás para ti imagem de escultura, nem figura alguma de tudo o que há em cima no céu, e do que há embaixo na terra, nem de coisa alguma que haja nas águas debaixo da terra. Não as adorarás nem lhes dará culto, porque eu sou o Senhor teu Deus, Deus forte e zeloso,*

que vinga a iniquidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e que usa de misericórdia até mil gerações com aqueles que me amam e que guardam os meus mandamentos”.



Pergunta 108. *Quais são os deveres exigidos no segundo mandamento?*

R. Os deveres exigidos no segundo mandamento são receber, observar e guardar puras e íntegras todas as ordenanças e o culto religioso conforme Deus instituiu em Sua Palavra; especialmente a oração e a ação de graças em nome de Cristo; a leitura, a pregação e o ouvir da Palavra; a administração e a recepção dos sacramentos; o governo e a disciplina da igreja; o ministério e a sua manutenção; o jejum religioso; o jurar pelo nome de Deus e Lhe fazer votos, (continua).

Referências Bíblicas

- Ex 20.4-6. O Segundo Mandamento.
- Dt 32.46-47; Mt 18.20; At 2.42; 1Tm 6.13-14. O dever de receber, observar e guardar puras e íntegras as ordenanças do culto religioso decretadas na Escritura.
- Fp 4.6; Ef 5.20. A oração e ações de graça em nome de Cristo são ordenanças estabelecidas na Escritura.
- Dt 17.18-19; At 15.21; 2Tm 4.2; Tg 1.21-22; At 10.33. Deus estabeleceu a leitura, a pregação e o ouvir da Sua Palavra como ordenanças de culto.
- Mt 28.19; 1Co 11.23-30. Os sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor foram estabelecidos como ordenanças do culto divino.
- Mt 18.15-17; Mt 16.19; 1Co 5:1-13; 12.28. O governo e a disciplina da igreja estão determinados na Escritura como ordenanças divinas.
- Ef 4.11-12; 1Tm 5.17-18; 1Co 9.7-15. A obra ministerial evangélica e a sua manutenção pelos membros da igreja, são deveres ordenados por Deus na sua Palavra.
- Jl 2:12-13. 1Co 7:5. O jejum religioso é uma ordenança divina.
- Is 19.21; Sl 76.11. Fazer votos a Deus e cumpri-los é uma ordenança de culto determinada na Escritura.

Comentário

1. Qual é o tema geral do segundo mandamento?

O tema geral do segundo mandamento é o culto religioso. O mandamento

trata disso pelo lado negativo, proibindo a idolatria ou falso culto. É claro que isso implica no dever correspondente de observar o verdadeiro culto a Deus.

2. Quanto ao verdadeiro culto a Deus, quais são os três deveres impostos ao povo de Deus?

(a) Receber o verdadeiro culto, isto é, reconhecê-lo como uma obrigação sobre a consciência e a conduta. (b) Observar o verdadeiro culto, isto é, não crer nele apenas como um elemento de fé, mas praticá-lo de fato em nossas vidas. (c) Preservar o verdadeiro culto, isto é, aderir a ele firmemente, conforme determinado na Escritura, evitando e impedindo cuidadosamente todas as corrupções ou modificações humanas naquilo que Deus determinou em Sua Palavra.

3. Por que devemos ser tão cuidadosos em receber, observar e guardar o verdadeiro culto a Deus?

Porque Deus é zeloso de Seu culto, isto é, Ele não está disposto a nos deixar fazer o que bem quisermos quando se trata de adorá-LO. Deus é soberano, é supremo acima de todos, por isso somos obrigados a obedecer à Sua vontade e Ele tem revelado na Escritura que é Seu desejo ser adorado estrita e unicamente conforme as Suas ordenanças, e não de outra forma qualquer.

4. Como essa obrigação tem sido desprezada nos dias de hoje?

Em nossos dias e época, com a sua tremenda ênfase na dignidade e liberdade do homem, e na decorrente negligência da majestade e autoridade de Deus, a tendência é afirmar que os homens podem adorar a Deus como bem lhes aprouver, assim como é o ditado: “tua cabeça é teu guia”, e que a sinceridade é mais importante que a verdade, ou que a determinação divina. É bem comum as pessoas hoje afirmarem que até mesmo o falso culto pagão é aceitável a Deus, desde que seja sincero. Toda essa noção é óbvia e totalmente contrária às declarações da Bíblia.

5. Como a Igreja Católica Romana anula a obrigação de se manter a pureza do culto?

A Igreja Católica Romana, assim como alguns grupos Protestantes, afirmam que a igreja não está limitada pela Escritura em assunto de culto, mas que ela pode produzir decretos concernentes às ordenanças de culto e até mesmo acrescentar novas ordenanças não determinadas na Escritura. Essa atitude equivocada quanto ao culto é a explicação para muitas das corrupções do

culto divino que existem na Igreja de Roma e naqueles grupos que copiam as formas “Católicas” de adoração.

6. Como muitas igrejas Protestantes desconsideram a obrigação de manter a pureza do culto?

Muitos grupos Protestantes, talvez a maioria, chegaram a considerar o culto como um assunto mais ou menos indiferente e determinado segundo a conveniência ou preferência humanas. É comum afirmar-se que o que não está proibido na Bíblia é legítimo na adoração a Deus. Isso explica a introdução de tantas corrupções humanas no culto divino.

7. Quais são as duas classificações em que as ordenanças de culto divino podem ser divididas?

Nas ordenanças voltadas para o uso regular e nas voltadas para o uso ocasional. A oração, a pregação e os sacramentos, por exemplo, são dirigidas ao uso regular. O jejum religioso, o jurar em nome de Deus e o fazer votos a Ele são para uso ocasional, isto é, não devem ser realizadas a intervalos de tempo definidos e regulares, mas quando alguma ocasião especial as exigir.

8. Quais as quatro esferas da vida humana em que se devem exercitar as ordenanças do culto divino?

Na esfera individual do cristão, na família cristã, na igreja cristã e na nação ou estado cristãos.

9. Todas as ordenanças do culto divino visam a todas essas quatro esferas da vida humana?

Não. Algumas ordenanças limitam-se à igreja; outras são aplicáveis apenas a indivíduos, igreja ou família. Por exemplo, o batismo e a Ceia do Senhor são ordenanças para a igreja e não podem ser observadas privativamente em famílias ou associações voluntárias. Jurar em nome de Deus, por outro lado, é uma ordenança apropriada tanto para um estado ou nação cristãos quanto para a igreja.

Pergunta 108 (Continuação). *Quais são os deveres exigidos no segundo mandamento?*

R. Os deveres exigidos no segundo mandamento são (...) como também desaprovar, detestar e opor-se a todo culto falso; e, segundo a posição e a vocação de cada um, removê-lo e a todos os objetos de idolatria.

Referências Bíblicas

- At 17.16-17; Sl 16.4. O segundo mandamento exige rigorosa separação e rejeição de todas as formas de adoração não determinadas nas Escrituras.
- Dt 7.5; Is 30.22. Os símbolos de idolatria têm de ser destruídos.

Comentário

1. Qual é o dever do cristão quanto ao culto falso?

E dever do cristão desaprovar, detestar e opor-se a todo falso culto.

2. Que se quer dizer com “culto falso”?

“Culto falso” significa não apenas a adoração de um falso deus, ou a prática ritual de uma falsa religião, mas a tentativa de se adorar o verdadeiro Deus de alguma outra maneira diferente da determinada em Sua Palavra, a Bíblia Sagrada.

3. Até onde deve o cristão desaprovar, detestar e opor-se ao falso culto?

É um dos deveres do cristão desaprovar, detestar e opor-se a todo falso culto não apenas por meio do testemunho teórico ou geral contra ele, mas, pelo testemunho prático contra ele, isto é, por dissentimento e abstenção de nele participar por questão de consciência, pois responderá a Deus no dia do juízo.

4. Por que o cristão deve apartar-se do culto religioso da Maçonaria e de ordens secretas “fraternais” similares?

Claro está que a Maçonaria é essencialmente uma instituição religiosa e que a sua religião difere do tipo do cristianismo da Palavra de Deus. Em sendo assim, as ordenanças religiosas e cerimoniais da Maçonaria devem ser consideradas como culto falso, isto é, adoração contrária à determinação da Palavra de Deus. Para um cristão — na verdade para qualquer pessoa — participar de tal culto é violar o segundo mandamento.

5. O que significa a expressão “objetos de idolatria”?

Essa expressão refere-se a altares, imagens, templos etc, das falsas religiões. A Escritura ensina que tais “objetos de idolatria” devem ser removidos para que não se constituam em tentação e o povo os utilize no culto religioso, nem sirvam de ponto de partida para o revigoração e o crescimento de falsas religiões.

6. Como devem ser removidos os “objetos de idolatria”?

Os “objetos de idolatria” devem ser removidos de qualquer nação ou organismo social, não pela ação indiscriminada do povo em geral, nem pela violência popular semelhante àquelas tão freqüentes nos dias da Reforma, mas de modo ordeiro “segundo a posição e vocação de cada um”. Isso quer dizer que o trabalho de remoção dos “símbolos de idolatria” deve ser deixado nas mãos daqueles que na família, na igreja e no Estado possuem a autoridade legítima para conduzirem essa missão. O indivíduo que em razão das suas convicções protestantes crê que a missa católica romana é idólatra não tem jamais o direito de entrar numa igreja católica romana e despedaçar o altar. O chefe da casa deve remover os “símbolos de idolatria” da sua própria casa, mas não da casa de seu vizinho. Num país pagão, os cristãos devem ter esperança, orar e laborar pela remoção de todos os “símbolos de idolatria”, mas não possuem o direito de levarem a efeito essa remoção pela ação direta, exceto onde existirem “símbolos de idolatria” em seus próprios lares ou propriedades. Por outro lado, quando uma família se converte da idolatria para o cristianismo, é apropriado que os “símbolos de idolatria” sejam retirados daquela residência, e é claro que outros cristãos podem ser requisitados para prestarem ajuda nessa empreitada.

7. Como devem ser removidos de uma família, igreja ou estado os elementos do culto falso?

Nessa questão o Catecismo especifica o mesmo princípio envolvido na remoção dos “símbolos de idolatria”, isto é, que tais elementos devem ser removidos “segundo a posição e vocação de cada um”. Isso quer dizer que todo cristão tem a obrigação de promover a remoção do culto falso conforme a medida da autoridade com que Deus o investiu, seja na família, na igreja ou no Estado.

8. O princípio da liberdade religiosa não implica que cada um tem o direito de cultuar conforme lhe agradar ou segundo os ditames da sua própria consciência?

Essa questão não pode ser clara e adequadamente respondida sem que definamos em primeiro lugar o que entendemos por “direito”. A palavra *direito* é ambígua e, a menos que seja cuidadosamente definida, seu uso nesse caso leva à confusão e ao mal-entendido. Há uma distinção básica entre direitos civis e direitos morais. O direito civil é válido no âmbito da sociedade humana; o direito moral é o que também é válido na esfera da lei moral de Deus. Um milionário tem o direito de gastar o seu dinheiro, depois de pagar seus impos-

tos, em prazeres mundanos para si e para a sua família, se assim o desejar. O governo não pode intervir e ordenar que gaste a sua riqueza de modo altruísta ou filantrópico. Mas ele não tem, diante de Deus, o direito moral de gastar o seu dinheiro egoisticamente. Se assim o fizer, o governo não tem autoridade sobre a questão, mas o milionário terá de responder a Deus no dia do juízo. De semelhante modo, em termos de liberdade religiosa, pode-se ter o direito civil de cultuar como se quiser, ou não cultuar de modo nenhum (desde que o modo de adoração não envolva blasfêmia pública gritante, não destrua o direito dos outros, nem ponha em risco a segurança da sociedade civil); o governo não pode proibir o culto falso nem impor o culto verdadeiro. Ninguém, entretanto, tem o direito moral de cultuar como quiser, e quem o faz contrário ao que determina a Palavra de Deus, terá de prestar contas a Deus no dia do juízo. Somente Deus é Senhor da consciência e todas essas questões estão sob a Sua jurisdição e serão sentenciadas de acordo com a Sua lei moral.

9. O ideal ecumênico de “tolerância” não implica que uma religião ou modo de culto sejam tão bons quanto outros, e que todos são igualmente agradáveis a Deus?

Não há dúvida de que este seja o ideal de “tolerância” ecumênico difundido, conforme inculcado pela indústria cinematográfica, pela mídia e por igrejas “liberais”. Essas poderosas influências forjam na opinião pública a idéia de que todas as religiões e formas de culto são igualmente boas e válidas, basta que o fiel seja sincero. O Protestantismo, o Catolicismo e o Judaísmo devem ser colocados num mesmo patamar e todos os aspectos distintivos de cada um deles, considerados sem importância em nome dos interesses do “ecumenismo” e da “tolerância”. Essa é uma das tendências mais viciosas e deploráveis de nossos dias e devemos estar alertas à sua ameaça. Se a ênfase num falso ideal de “tolerância” tiver sucesso, o cristianismo bíblico será eliminado como poderosa influência global, e é possível chegar o dia em que os cristãos bíblicos ortodoxos tenham de sofrer perseguição como “inimigos da democracia”.



Pergunta 109. *Quais são os pecados proibidos no segundo mandamento?*

R. Os pecados proibidos no segundo mandamento são: inventar, aconselhar, ordenar, usar e aprovar de algum modo qualquer culto religioso não instituído pelo próprio Deus; tolerar uma religião falsa; (continua).

Referências Bíblicas

- Nm 15.39. Mandamentos de Deus concernentes ao culto que deverão ser observados sem modificações ou acréscimos segundo o nosso coração.
- Dt 13.6-8. Aconselhar ou incitar o povo a adotar falso culto é pecado.
- Os 5.11; Mq 6.16. O pecado de ordenar culto religioso não instituído por Deus.
- 1Rs 11.33; 12.33. O grande pecado de praticar culto não instituído pelo próprio Deus.
- Dt 12.30-32. A aprovação de qualquer forma de culto não instituída por Deus é pecado.
- Dt 13.6-12; Zc 13.2-3; Ap 2.2, 14-15, 20; 17.12, 16-17. É pecado contra Deus tolerar falsa religião.

Comentário

1. Qual é o princípio bíblico sobre o culto divino?

O princípio bíblico quanto ao culto divino é o de que a única forma correta e aceitável de se adorar a Deus é aquela determinada por Ele mesmo, que não pode ser modificada pelos homens.

2. Qual é a base desse princípio bíblico sobre o culto divino?

A base desse princípio de culto divino é a soberania de Deus em todas as esferas da vida. Por soberania de Deus queremos dizer a Sua suprema e absoluta autoridade, a qual não depende da aprovação de criatura nenhuma e não pode ser modificada nem diminuída por elas. Deus, o Criador Onipotente, Preservador e Fim de todas as coisas, é supremo acima de todos, e a Sua vontade revelada é a lei absoluta concernente a todas as coisas, e especialmente naquilo que se refere intimamente a Ele mesmo, a saber, a questão de como Ele deve ser adorado pelo Seu povo.

3. É a doutrina da Soberania de Deus amplamente mantida hoje?

Não. Igrejas que mantêm nominalmente essa doutrina a abandonaram de muito. A filosofia moderna, desde os dias de Emanuel Kant, tem posto grande ênfase na autonomia do homem, isto é, na livre autodeterminação do homem. O resultado dessa tendência tem sido o abandono da crença na real soberania de Deus. Em alguns redutos ouvimos hoje falar-se clara e abertamente em um Deus limitado. Alguns eruditos já foram longe o bastante para afirmarem que Deus não possui nenhuma existência independente, mas é uma mera inferên-

cia da mente humana. Há ainda outros que dizem que Deus ao criar o universo pôs um limite a Si mesmo, e agora não é mais soberano, mas tem obrigatoriamente que se adaptar aos desejos e idéias das Suas criaturas. Há ainda outros que afirmam que Deus existe para o benefício da raça humana, e têm assim procurado crer num Deus “democrático”. A verdade bíblica da absoluta e transcendente soberania de Deus, dos velhos tempos, é considerada por proeminentes líderes de muitos dos maiores grupos do protestantismo atual como uma desgastada curiosidade. Apesar disso, muitos indivíduos, algumas denominações pequenas e bem poucas denominações grandes ainda mantêm a doutrina da real soberania de Deus.

4. Que relação há entre o abandono da crença na soberania de Deus e a adoção de todo tipo de mudanças e corrupções no culto divino?

Sem dúvida alguma, quando as pessoas deixam de acreditar na soberania, ou autoridade absoluta de Deus, elas tendem naturalmente a fazer aquilo que lhes agrada, ou a agirem de acordo com os sentimentos, desejos e preferências humanos, nas questões de culto divino. Quando elas se esquecem da soberania do Deus da Bíblia e o substituem por um Deus imaginário criado à semelhança delas, não é de admirar que também se esqueçam do culto simples e puro determinado na Escritura e o substituam por todo tipo de rituais e cerimônias humanamente inventadas, segundo o desejo de seus próprios corações.

5. Qual o modo mais eficaz de fazer oposição e anular as corrupções no culto a Deus nas igrejas das quais somos membros ou com que temos contato?

Devemos, é claro, fazer oposição a todas as corrupções no culto a Deus até onde permitir a nossa condição, quando se apresentarem oportunidades e quando as circunstâncias o exigirem. Mas a mera oposição ou protesto contra detalhes particulares do culto falso realizará muito pouco se antes de tudo não fizermos oposição ao falso princípio de onde nasceram esses detalhes do culto falso, e se não testemunharmos em favor do princípio verdadeiro de culto divino ensinado nas Escrituras. A mera oposição à música instrumental no culto divino, por exemplo, trará poucos resultados se não apresentarmos enfático testemunho do princípio bíblico de que Deus deve ser adorado apenas como ele determinou em Sua Palavra, e não conforme as preferências ou desejos humanos. A menos que sejamos bem-sucedidos em convencer as pessoas da validade desse princípio, a nossa oposição aos detalhes particulares do culto falso lhes parecerão apenas teimosia insistente em favor de nossos hábitos de

culto contra os hábitos de culto delas. Procurar reformar um aspecto particular do culto, sem se alcançar a aceitação do princípio subjacente à adoração, é semelhante a construir um edifício belo e sólido sem alicerces em sua base, mas tão-somente areia.

6. Qual o modo mais eficaz de convencer as pessoas da validade desse princípio bíblico de culto divino?

Para convencer as pessoas da validade do princípio segundo o qual Deus deve ser adorado apenas como determinado em Sua Palavra, e não de acordo com as preferências e desejos humanos, é, antes de mais nada, necessário convencê-las de dois dos princípios básicos que subjazem a esse princípio bíblico de culto. A saber: (a) a total inspiração e autoridade da Bíblia; (b) a absoluta soberania de Deus. Houve tempos, anos atrás, em que esses dois princípios básicos eram pontos pacíficos para todas as denominações da ala Reformada ou Calvinista do protestantismo. Hoje, entretanto, isso não ocorre mais, pois o sentido verdadeiro e claro deles não é mais aceito pelas grandes denominações populares que anteriormente aderiam a eles e que ainda os mantêm nominalmente em seus credos oficiais. A menos que esse dois princípios básicos — a autoridade da Bíblia e a soberania de Deus — sejam aceitos, o princípio bíblico do culto divino não terá o menor sentido e não podemos esperar que as pessoas o aceitem. Nada é mais insensato do que esperar que pessoas indispostas a aceitarem o princípio bíblico de culto adotem as aplicações práticas desse mesmo princípio; e nada seria mais fútil do que tentar persuadir pessoas que não crêem nem na real autoridade da Bíblia nem na verdadeira soberania de Deus a que aceitem o princípio bíblico de culto. O alicerce deve estar posto no seu lugar senão o edifício não subsistirá.

7. O que quer dizer “tolerar uma religião falsa”?

O termo *tolerar* significa “sancionar ou permitir aquilo que não é completamente aprovado”. O Catecismo ensina que tolerar religião falsa é uma violação do segundo mandamento, e portanto pecado. Isso não quer dizer que o governo civil tem o dever de proibi-las, pela força da lei, nem que o povo cristão deve, pela violência popular, destruir os seus templos e interferir nas

* Esta cláusula não aparece na tradução portuguesa adotada na tradução: A Confissão de Fé, O Catecismo Maior, O Breve Catecismo – Casa Editora Presbiteriana – 1ª Edição Especial – 1991 – São Paulo (SP), (N.do.T.)

suas reuniões. Mas sim que é errado conceder até mesmo um limitado aval pela aprovação positiva dela, seja ela qual for; isto é, sancioná-la ou aprová-la positivamente de qualquer forma. Não é errado simplesmente deixá-la em paz. Um pai cristão ao permitir que seus filhos participem de reuniões das Testemunhas de Jeová tolera uma falsa religião, e, está, portanto, errado. Uma igreja cristã ao permitir que o seu edifício seja utilizado para as reuniões de adeptos da Ciência Cristã tolerar uma falsa religião, e, está, portanto, errada. O governo civil ao promulgar uma lei que conceda sanção legal ou reconhecimento de uma religião falsa, ou a aprova de qualquer outra forma como religião, tolera uma religião falsa, e, está, portanto, errado. O governo civil, no entanto, ao emitir os documentos constitutivos — que só tratam de assuntos ligados à propriedade, imóveis, herança, e coisas desse tipo — de uma organização ligada a uma falsa religião não promove a tolerância oficial dela, pois esse documento diz respeito apenas aos aspectos civis de uma organização religiosa e não envolve quaisquer sanções às suas características religiosas, o que nos casos ordinários está fora da jurisdição do governo civil. O governo civil ao emitir um certificado de que as regras de proteção a incêndio de um templo budista estão de acordo, não chega a ser tolerância a uma religião falsa, pois esse certificado diz respeito apenas a assuntos civis; trata apenas dos aspectos civis de uma organização religiosa que são comuns a todas as outras instituições humanas; não a trata como uma organização religiosa, mas meramente como uma organização, sem levar em conta se a sua natureza é religiosa ou secular.

Pergunta 109 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no segundo mandamento?*

R. Os pecados proibidos no segundo mandamento são (...) fazer qualquer representação de Deus — de todas ou de qualquer uma das três Pessoas — quer interiormente em nossas mentes, quer externamente em qualquer tipo de imagem ou semelhança de alguma criatura, e toda a adoração dessa representação, ou de Deus nela ou através dela; (continua).

Referências Bíblicas

- Dt 4.15-19; At 17.29; Rm 1:21-25. O pecado de fazer qualquer representação de Deus.
- Dn 3.18; Gl 4.8. Prestar culto a qualquer imagem ou semelhança da Deidade viola o segundo mandamento.

- Ex 32.5. Até mesmo adorar o verdadeiro Deus por meio de qualquer representação visível ou figurativa é uma violação do segundo mandamento.

Comentário

1. Por que é errado fazer qualquer representação visível ou imagem de Deus?

Porque Deus é puro espírito, sem forma corpórea, e qualquer imagem ou representação que o homem possa fazer dEle dá somente uma falsa idéia da Sua natureza. Assim como nos intima o Catecismo, isso é verdadeiro não importando se a imagem ou representação de Deus tenha sido produzida externamente, ou se é apenas interna à mente de alguém. Em ambos os casos a tentativa de visualizar Deus é pecaminosa e só pode falsificar ou distorcer a revelação dEle apresentada na Bíblia.

2. É errado fazer pinturas ou quadros de nosso Salvador Jesus Cristo?

De acordo com o Catecismo Maior isso, com certeza, é errado, pois ele interpreta que o segundo mandamento proíbe a feitura de qualquer representação de qualquer uma das três pessoas da Trindade, o que certamente inclui Jesus Cristo, a Segunda Pessoa da Trindade, Deus Filho. Como as figuras de Jesus são extremamente comuns nos dias de hoje, devemos entender que nos círculos Calvinistas esse é um desenvolvimento relativamente moderno. Nossos ancestrais dos dias da Reforma, e nos 300 anos após ela, abstiveram-se com extremo cuidado e precisão, de sancionar ou de utilizar quadros de Jesus Cristo. Tais figuras são tão comuns hoje, e tão poucos fazem conscienciosa objeção a elas que é praticamente impossível se obter quaisquer recursos de ajuda para a Escola Dominical ou material de histórias bíblicas para crianças que estejam livres dessas figuras. A Sociedade Bíblica Americana (*The American Bible Society*) merece ser elogiada pela decisão de não deixar mostrar a figura do Salvador nos filmes produzidos por ela.

3. Que atitude devemos adotar em face da presente popularidade das imagens de Jesus Cristo?

Pode-se sugerir as considerações a seguir como apoio a essa pergunta: (a) a Bíblia não apresenta a mínima informação sobre o aspecto de Jesus Cristo, mas ensina que não devemos pensar nEle conforme apareceu “*nos dias da Sua carne*”, mas em como Ele é hoje na glória celestial, em Seu estado de exaltação (2Co 5.16). (b) Visto que a Bíblia não apresenta quaisquer dados

sobre a aparência da pessoa do nosso Salvador, todas as representações artísticas dEle são totalmente imaginativas e constituem apenas a idéia do artista sobre a Sua pessoa e aspecto. (c) Inquestionavelmente as representações do Salvador têm sido grandemente influenciadas pelo ponto de vista teológico do artista. A representação moderna típica de Jesus é produto do “Liberalismo” do século XIX que apresentava um “Jesus dócil” que só enfatizava o amor e o paternalismo de Deus e que pouco ou nada diz sobre o pecado, o juízo e a punição eterna. (d) Talvez haja mais pessoas hoje que derivem as suas idéias sobre Jesus Cristo dessas típicas representações “liberais”, do que mesmo do Jesus da Bíblia. É inevitável que elas vejam Jesus como uma pessoa humana, em vez de pensarem nEle como uma pessoa Divina com uma natureza humana, de acordo com o ensino bíblico. O efeito natural, inevitável, da aceitação popular de representações de Jesus Cristo, é enfatizar excessivamente a Sua humanidade e esquecer ou negligenciar a Sua deidade (o que, obviamente, nenhuma representação pode configurar). (e) Ao lidarmos com um mal tão amplamente espalhado, e quase universalmente aceito, devemos testemunhar claramente contra aquilo que acreditamos estar errado, mas não devemos esperar qualquer mudança imediata do sentimento cristão sobre essa questão. Ainda serão necessários muitos anos de educação nos princípios bíblicos até que as igrejas e os seus membros possam ser trazidos de volta ao alto patamar da Assembléia de Westminster sobre essa questão. É preciso paciência.

4. Desde que não sejam adoradas nem utilizadas como “auxílio à adoração”, não seriam legítimas as representações de Jesus?

Conforme a interpretação da Assembléia de Westminster, o segundo mandamento certamente proíbe toda a representação de qualquer uma das Pessoas da Trindade, em consonância coerente com a verdade ensinada nos Padrões de Westminster de que Cristo é uma Pessoa Divina com uma natureza humana trazida à união com Ele mesmo, e não uma pessoa humana; isso implica que seria errado fazer representações de Jesus Cristo sob qualquer pretexto. É claro que há uma diferença entre utilizar figuras de Jesus para ilustrar lições ou livros de histórias bíblicas para crianças e usar figuras de Jesus na adoração, como fazem os Católicos Romanos. É óbvio que a primeira situação não é um mal da mesma classe dessa última, entretanto, apesar dessa diferença, há bons motivos para ser afirmar que os nossos ancestrais da Reforma estavam certos ao se oporem a toda representação pictórica do Salvador. Deveríamos compreender que a popularidade de uma certa prática — até mesmo daquelas quase impossíveis de serem contestadas — não prova que ela seja correta.

Para se provar que uma prática é certa temos de demonstrar que ela se harmoniza com os mandamentos e os princípios revelados na Palavra de Deus; a mera demonstração de que uma prática é comum, é útil ou parece dar bons resultados não prova que seja certa.

Pergunta 109 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no segundo mandamento?*

R. Os pecados proibidos no segundo mandamento são: (...) fazer qualquer representação de falsos deuses e todo culto a eles ou serviços que lhes pertençam; todo invenção supersticiosa que corrompa o culto a Deus, acrescentando-lhe ou subtraindo-lhe alguma coisa, sejam eles inventados ou saídos de nós mesmos ou recebidos pela tradição de outros — mesmo que sob o título de antiguidade, costume, devoção, boa intenção, ou qualquer outro pretexto; a simonia; o sacrilégio; toda negligência, desprezo, impedimento e oposição ao culto e às ordenanças que Deus instituiu.

Referências Bíblicas

- Ex 32.8. O pecado de fazer uma representação de falsos deuses.
- 1Rs 18.26-28; Is 65.11. O pecado de adorar falsos deuses.
- At 17.22; Co 2.21-23. Práticas supersticiosas proibidas por Deus.
- Ml 1.7-8, 14. O pecado de corromper o culto a Deus.
- Dt 4.2. Nada devemos acrescentar nem retirar do culto que Deus mesmo determinou em Sua Palavra.
- Sl 106.39. São erradas as modificações do culto divino introduzidas pelos próprios adoradores.
- Mt 15.9. São erradas as modificações do culto divino recebidas de outros por tradição.
- 1Pd 1.18; Jr 44.17; Is 65.3-5; Gl 1.13-14; 1Sm 13.11-12; 15.21. Antiguidade, costume, devoção ou boas intenções não podem servir como desculpas para as corrupções do culto divino.
- At 8.18. O pecado da simonia.
- Ex 4.24-25. É uma afronta a Deus o negligente descaso pelas ordenanças de culto determinadas por Ele.
- Mt 22.5; Ml 1.7, 13. O pecado do despreço pelas ordenanças do culto divino.
- Mt 23.13; At 13.44-45; 1Ts 2.15-16. O pecado de impedir e de se opor às ordenanças de culto divino.

Comentário

1. O que é o pecado de idolatria?

O pecado da idolatria, que em sua forma mais crua ou grosseira é predominante no mundo pagão, consiste em fazer imagens ou figuras de falsas divindades e da adoração dessas imagens ou figuras, ou do uso delas como “auxílio à adoração” no culto a falsos deuses.

2. Como se originou na história da humanidade o pecado da idolatria?

O pecado da idolatria se originou como uma consequência da queda e da resultante depravação da raça humana. O apóstolo Paulo dá uma explicação sobre essa origem em Romanos 1.21-23: *“porquanto, tendo conhecimento de Deus, não o glorificaram como Deus, nem Lhe deram graças; antes, se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-se-lhes o coração insensato. Inculcando-se por sábios, tornaram-se loucos e mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível, bem como de aves, quadrúpedes e répteis”*.

3. Como essa explicação sobre a origem da idolatria difere da popular visão evolucionária de hoje?

De acordo com a Bíblia a humanidade originalmente adorava o verdadeiro Deus e somente após a queda no pecado é que começou a adorar a ídolos. Assim, a adoração a Deus é mais antiga que a idolatria. Entretanto, hoje, segundo a popular teoria do desenvolvimento da religião, a idolatria é mais antiga que a adoração ao verdadeiro Deus. Segundo essa teoria a religião começou a partir de um animismo (a adoração de espíritos) muito primitivo, ascendeu gradualmente ao politeísmo (a crença em muitos deuses, acompanhada da adoração de ídolos), e chegou finalmente ao seu mais alto desenvolvimento no monoteísmo (a adoração de único Deus, sem ídolos). Essa teoria do desenvolvimento apresenta a religião como o homem em busca de Deus. A Bíblia, pelo contrário, descreve a redenção do homem por Deus, e apresenta a idolatria como uma corrupção do culto original e puro ao único e verdadeiro Deus.

4. O que se quer dizer com “invenção supersticiosa”?

Essa expressão refere-se a coisas tais como bentinhas, amuletos e símbolos de “boa-sorte”. Variam de superstições populares, como uma ferradura pregada sobre o portal de um celeiro para trazer “boa-sorte”, a um crucifixo de ouro pendurado no pescoço, por causa dos seus supostos benefícios. Incluem-se

também todo tipo de figuras religiosas e medalhas às quais se atribuem poderes ou efeitos benéficos, “água benta”, relíquias de santos e mártires, e coisas do tipo. Todas essas coisas são realmente supersticiosas, isto é, desprovidas dos poderes que lhes são atribuídos, sendo, portanto, pecaminoso acreditar nelas e usá-las.

5. Exemplifique “que corrompa o culto a Deus, acrescentando-lhe ou subtraindo-lhe alguma coisa”.

(a) Que corrompa o culto a Deus: administrar o batismo a crianças cujos pais não sejam membros de igreja em situação regular, isto é, sem que vivam como cristãos professos diante do mundo. (b) Acrescentando-lhe: os cinco sacramentos que a igreja romana acrescentou aos dois determinados na Escritura; o uso de sal e de óleo além da água do batismo. (c) Subtraindo-lhe: a prática romanista de, na eucaristia, negar o cálice aos membros leigos; a administração do batismo ou da Ceia do Senhor sem a pregação da Palavra de Deus.

6. Em especial, que corrupções do culto a Deus têm se tornado comuns, ao longo dos últimos cem anos, nas igrejas da ala Reformada ou Calvinista do protestantismo?

(a) A virtual suplantação do Saltério inspirado por hinos de mera composição humana, como material de louvor. (b) A introdução generalizada de música instrumental no culto divino. Precisamos entender que com a Reforma o Saltério inspirado era o livro de louvor nas fileiras Reformadas ou Calvinistas do protestantismo, e que a música instrumental era geralmente rejeitada como não bíblica e corrupção do culto a Deus. Essa era a posição de João Calvino, João Knox e de muitos outros líderes da Reforma. Esse culto simples e bíblico persistiu por cerca de duzentos anos entre as igrejas presbiterianas e congregacionais de origem escocesa, inglesa e irlandesa. Depois disso os hinos não-inspirados e a música instrumental começaram a penetrar; tais inovações no culto, no entanto, tinha invariavelmente de lutar contra forte oposição da parte de multidões de cristão conscienciosos. Hoje a suplantação do Saltério é quase tão completa que há muitos membros de igreja que jamais ouviram, no culto a Deus, o cântico exclusivo de salmos, sem a música do piano ou do órgão. Aqueles que aderem a esse princípio “Puritano” de culto são considerados “esquisitos” e “parados no tempo”, na realidade, porém, estão apenas abraçando um princípio que era totalmente aceito pelos teólogos Calvinistas Reformados e Puritanos, um princípio alicerçado nas verdades da Reforma naquilo que se aplica ao culto a Deus.

7. Qual é a diferença entre princípios e costumes?

No âmbito da religião, um princípio é uma lei ou prática estabelecida adotada ou abraçada deliberadamente na convicção de que é correta, isto é, de que está de acordo com a vontade revelada de Deus. Um costume, por sua vez, é apenas uma prática estabelecida há muito tempo à qual se adere por ser antiga e comum. Uma determinada prática pode ser, ao mesmo tempo, a aplicação de um princípio e a observação de um costume: assim lemos a respeito do nosso Senhor: “*entrou, num sábado, na sinagoga, segundo o seu costume*” (Lc 4.16); tanto isso era costume de Jesus, quanto era também uma questão de princípio. A observância repetida do sacramento da Ceia do Senhor numa congregação cristã é uma questão de princípio; o uso de fichas de comunhão é meramente uma questão de costume.* Por uma questão de princípio os crentes devem se reunir no Sábado Cristão (domingo) para adorar a Deus; mas o fato de o culto matinal se iniciar às nove horas, e não em outra hora qualquer, é meramente uma questão de costume.

É um mau sinal de deterioração em qualquer igreja quando princípios são considerados como se fossem costumes, e quando meros costumes vêm à luz como se fossem princípios verdadeiros. Precisamos sempre distinguir claramente entre costumes e princípios e temos de ser continuamente críticos quanto aos nossos costumes, com base em nossos princípios. Se encontrarmos alguma coisa desarmônica entre os dois, a nossa lealdade à verdade de Deus exige que os nossos costumes, e não os nossos princípios, sejam sacrificados em favor da coerência.

8. Por que nem antiguidade nem costume justificam modificações no culto a Deus?

O fato de uma prática ser antiga e difundida não prova que seja correta. Algo em particular pode vir sendo uma prática comum por mil anos e ainda estar errado. A questão real não é se uma prática é antiga, ou se é bem aceita, mas se está certa, isto é, de acordo com o correto entendimento da verdade revelada de Deus.

9. Por que nem devoção nem boa intenção justificam modificações no culto a Deus?

* Fichas de comunhão: na igreja escocesa e em algumas presbiterianas, ficha de metal que dava ao portador o direito de participar da Santa Ceia, após ser examinado pelo pastor — não era confissão auricular! — para ver se entendia os princípios da sua religião e se vivia de acordo com eles. (N. do T.)

Porque Deus requer de nós não somente meras devoção e boas intenções, mas obediência à Sua vontade revelada. Hoje é comum ouvir-se dizer que qualquer forma de culto é válida, é bastante quem adora ser sincero. Em I Samuel 15 lemos como o rei Saul, em desobediência à expressa ordenança de Deus, permitiu que o povo tomasse despojo de ovelhas e bois dos amalequitas “*para oferecer ao SENHOR, teu Deus, em Gilgal*” (v.21). Desse modo Saul apelava para “devoção” e “boa intenção” como desculpas para a desobediência direta à vontade revelada de Deus. O profeta Samuel, no entanto, reprovou essa hipocrisia dizendo: “*Tem, porventura, o SENHOR tanto prazer em holocaustos e sacrifícios quanto em que se obedeça à sua palavra? Eis que o obedecer é melhor do que o sacrificar, e o atender, melhor do que a gordura de carneiros. Porque a rebelião é como o pecado de feitiçaria, e a obstinação é como a idolatria e culto a ídolos do lar. Visto que rejeitaste a palavra do SENHOR, ele também te rejeitou a ti, para que não sejas rei*” (vv. 22-23).

10. O que é simonia e por que é errada?

Simonia é o suborno eclesiástico. O termo deriva-se do nome de Simão, o mágico que ofereceu dinheiro aos apóstolos para que lhe fosse dado o poder de conceder o Espírito Santo aos outros (At 8.3-24). Na história da igreja a simonia veio a portar o sentido de dar dinheiro secretamente a um bispo ou a outro dignitário com o intuito de receber em troca uma indicação para um posto na igreja ou para um almejado “benefício” lucrativo. A simonia é errada por ser uma forma de suborno, sendo, portanto, desonesta; e porque degrada a igreja do Deus vivo igualando-a a uma máquina política corrupta. Ao se escolherem homens para os cargos da igreja, as únicas considerações legítimas são: (a) as qualificações dos candidatos aos ofícios; (b) a legítima vocação do povo de Deus. Dinheiro, preconceitos, laços de família não deveriam influenciar na determinação de quem deve receber qualquer posto oficial na igreja de Deus.

11. O que significa “sacrilégio”?

Sacrilégio é o pecado de tratar aquilo que é sagrado como se fosse profano. Fazer uma paródia do Salmo 23 e ou de qualquer outra porção da Escritura é um sacrilégio. Imitar ou parodiar o batismo, a Ceia do Senhor ou qualquer outra ordenança do culto divino é sacrilégio, e, portanto, pecaminoso.

12. Que outros pecados proíbe o segundo mandamento?

“toda negligência, desprezo, impedimento e oposição ao culto e às ordenanças que Deus instituiu”. Essas práticas pecaminosas têm um espectro de amplo

alcance, e podem-se apresentar muitas ilustrações delas. Uma lei que proíba o livre ajuntamento para o evangelismo e o culto cristão, e estabeleça licenças governamentais para o exercício dessas atividades ordenadas por Deus, como a “Lei dos Grupos Religiosos” (*Religious Bodies Law*) do Japão, antes da sua derrocada, é uma violação do segundo mandamento. A interrupção de um ato de culto cristão; a conduta desordeira e irreverente durante o culto divino; mascar chiclete durante o culto; conversar, cochichar, passar notinhas desnecessárias, ler livros e papéis sem conexão com o culto — todas essas práticas caem na categoria de “negligência, desprezo, impedimento e oposição ao culto e ordenanças que Deus instituiu”. Muitos dos membros de igreja que são culpados de desprezarem e de se conduzirem irreverentemente durante o culto, provavelmente ainda não entenderam que a conduta deles é pecaminosa e uma violação dos dez mandamentos.



Pergunta 110. *Quais são as razões anexas ao segundo mandamento que o tornam ainda mais imperioso?*

R. As razões anexas ao segundo mandamento que o tornam ainda mais imperioso — contidas nas palavras “*Porque eu sou o Senhor teu Deus, Deus forte e zeloso, que vinga a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e que usa de misericórdia até mil gerações com aqueles que me amam e que guardam os meus preceitos*” — são, além da soberania de Deus e do Seu direito de propriedade sobre nós, o Seu zelo ardente pelo próprio culto e a Sua indignação vingadora contra todo culto falso, considerado prostituição espiritual; reputando os que o quebram como quem odeia a Deus, aos quais ameaça com castigos por diversas gerações; e reputando os que o observam como quem ama a Deus e guarda Seus mandamentos, aos quais promete misericórdia durante muitas gerações.

Referências Bíblicas

- Sl 45.11; Ap 15.3-4. A soberania e a propriedade de Deus sobre nós.
- Ex 34.13-14. O fervente zelo de Deus por Seu próprio culto.
- 1Co 10.20-22; Jr 7.18-20; Ez 16.26-27; Dt 32.16-20. A indignação vingadora de Deus contra todo culto falso.
- Os 2.2-4. Deus ameaça castigar por várias gerações quem violar o segundo mandamento.

- Dt 5.29. Deus promete misericórdia por muitas gerações aos que guardam o segundo mandamento.

Comentário

1. Que quer dizer “soberania de Deus e do Seu direito de propriedade sobre nós”?

A soberania de Deus sobre nós é a Sua autoridade absoluta e indiscutível sobre as nossas vidas. O Seu direito de propriedade sobre nós significa que pertencemos a Deus, que somos Sua possessão. Essas duas verdades formam uma parte das razões anexas ao segundo mandamento; estão implícitas na descrição que Deus faz de Si mesmo como “*o SENHOR teu Deus*”.

2. Que quer dizer “o Seu zelo ardente pelo próprio culto”?

Essa expressão, que se baseia na revelação que Deus faz de si mesmo como Deus zeloso, significa que Ele tem grande desvelo e desejo não apenas de ser adorado por suas criaturas racionais, mas de ser adorado por elas do modo particular que revelou como Sua vontade, quanto a como deve ser adorado. As pessoas sempre falam como se para Deus não fizesse diferença se é adorado ou não por elas, nem como elas O adoram. Mas Deus é zeloso quanto ao Seu próprio culto; não Lhe é possível ser indiferente a como é, ou se é ou não adorado.

3. Qual é a atitude de Deus para com todo culto falso?

A atitude de Deus para com todo culto falso é de indignação vingadora. Essa expressão do Catecismo é abundantemente confirmada por muitas passagens da Escritura que podem ser citadas. Grandes seções dos profetas do Velho Testamento como Isaías, Jeremias e Ezequiel ensinam precisamente essa verdade da indignação vingadora de Deus contra o culto falso, especialmente contra a adoração de ídolos. Essa verdade não está limitado ao Velho Testamento, pois é claramente ensinada no Novo. Talvez a declaração mais enfática da ira de Deus contra o culto falso encontrada na Bíblia esteja em Apocalipse 14.9-11, onde lemos que aquele culpado de adorar à Besta e à sua imagem, etc., “*beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da sua ira*” e que “*a fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite, os adoradores da besta e da sua imagem e quem quer que receba a marca do seu nome*”. Se quisermos ser verdadeiros para com a Bíblia, temos de resistir com firmeza à tendência moderna de amenizar o tom e de minimizar o ensino da Escritura sobre a ira de Deus contra o pecado.

4. Que figura de linguagem é sempre usada na Bíblia para representar a odiosa impiedade do culto falso?

A figura de uma esposa infiel aos seus votos matrimoniais. Deus é representado como o marido do Seu povo, da nação de Israel do Velho Testamento, e também do Israel espiritual, que é a igreja cristã. Nessa relação espiritual de “casamento”, a fidelidade exigia que Israel adorasse o verdadeiro Deus, o único com quem estava em aliança. Mas Israel mostrou-se infiel à aliança com Deus e voltou-se para a adoração das divindades de todas as nações pagãs vizinhas a si. Na Escritura esse envolvimento com o culto falso é repetidamente denunciado como adultério espiritual. Oséias 2.2-4 é apenas uma das passagens da mesma natureza nos profetas do Velho Testamento. Por meio dessa figura de linguagem, tão freqüente e enfaticamente repetida, Deus mostrou quão odioso e ofensivo Lhe era o envolvimento do Seu povo com o culto falso.

5. É injusto que Deus visite a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração?

Precisamos ter em mente que Deus aqui não ameaça apenas visitar a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração, mas de o fazer até a terceira e quarta geração daqueles que O odeiam. O comentário de João Calvino sobre essa frase é dos mais esclarecedores (*Institutas* 2.8.20-21). Calvino mostra que não é jamais a questão de Deus visitar a iniquidade de um ímpio em seus filhos, netos e bisnetos justos; é, pelo contrário, o caso de os filhos da terceira e quarta gerações serem eles mesmos também culpados de impiedade diante de Deus. “Porque se a visitação de que tratamos se cumpre quando o Senhor retira da família do ímpio a Sua graça, a luz da Sua verdade e os outros meios de salvação, a situação em que se encontram os filhos, cegados e abandonados por Deus, andando nas pisadas dos pais, seria o caso de levarem sobre si a maldição de Deus pelos pecados dos seus pais. Contudo, estando debaixo de penas temporais e da perdição eterna inevitável, [essa visitação] é castigo do justo juízo de Deus, [e] não se deve aos pecados de outrem, mas às suas próprias iniquidades”.

6. Qual é o significado da promessa de Deus em “que usa de misericórdia até mil gerações” para com aqueles que O amam e que guardam os Seus preceitos?

Aqui a palavra “mil” quer dizer muitas gerações. “Temos a promessa de que Deus estenderá a sua misericórdia a milhares de gerações, o que ocorre com muita freqüência na Escritura e que se introduz no pacto solene que Deus faz com a Sua igreja: *‘para te ser a ti por Deus, e à tua descendência depois de ti’*”

(Gn 17.7, ACF) (...) quis também nos dar de passagem um vislumbre da grandeza da Sua misericórdia que se estende por milhares de gerações, ao passo que à sua vingança assinala apenas quatro gerações” (Calvino, *idem, ibidem*).

7. Qual deveria ser a nossa atitude para com o culto a Deus, em vista das razões anexas ao segundo mandamento?

Para levarmos com seriedade e compromisso as razões anexas do segundo mandamento, precisamos ter uma atitude de interesse e de cuidado conscientes para como o culto a Deus e para com todos os aspectos daquilo que o cerca. Devemos ter o grande cuidado de participar fielmente do culto a Deus e de evitarmos qualquer compromisso com qualquer coisa que seja contrária à vontade revelada de Deus.



Pergunta 111. Qual é o terceiro mandamento?

R. O terceiro mandamento é: “*Não tomarás o nome do SENHOR, teu Deus, em vão, porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão*”.



Pergunta 112. Que se exige no terceiro mandamento?

R. O terceiro mandamento exige que o nome de Deus, os Seus títulos, os atributos, as ordenanças, a Palavra, os sacramentos, as orações, os juramentos, os votos, as sortes, as Suas obras e tudo pelo qual Ele se dá a conhecer, sejam santa e reverentemente usados ao se pensar, meditar, falar e escrever; mediante uma santa profissão *da fé* e um viver digno, para a glória de Deus e o bem de nós mesmos e dos outros.

Referências Bíblicas

- Êx 20.7. O terceiro mandamento.
- Mt 6.9; Dt 28.58; Sl 29.2; 68.4; Ap 15.3-4. O nome de Deus deve ser tratado com reverência.
- Mt 1.14; Ec 5.1. As ordenanças de Deus devem ser consideradas com reverência.
- Sl 138.2. A Palavra de Deus deve ser usada com reverência.

- 1Co 11.24-29. Os sacramentos devem ser cuidadosamente observados.
- 1Tm 2.8; Jr 4.2; Ec 5.2-6; At 1.24, 26. Orações, juramentos, votos e tirar sortes são todos eles meios pelos quais Deus se dá a conhecer, devem ser usados com cuidado reverente.
- Jó 36.24. A auto-revelação de Deus em Suas obras deve ser acatada com reverência.
- Mt 3.16; Sl 8.1, 3-4, 9; Cl 3.17; Sl 15.2, 5; 102.18. O “nome”, ou a auto-revelação de Deus, deve ser usado reverentemente ao pensar, meditar, falar e escrever.
- 1Pe 3.15; Mq 4.5. O nome de Deus deve ser honrado pela santa profissão da fé.
- Fp 1.27. O nome de Deus deve ser honrado com um viver de modo digno.
- 1Co 10.31. O nome de Deus deve ser honrado para a glória de Deus.
- Jr 32.39; 1Pe 2.12. O nome de Deus deve ser honrado para o nosso próprio bem e para o bem dos outros.

Comentário

1. O que quer dizer o terceiro mandamento com “o nome” de Deus?

Pelo “nome” de Deus o terceiro mandamento quer dizer não apenas a palavra *Deus* em si, e outros nomes como *Senhor*, *Jeová*, etc., mas a auto-revelação de Deus em sua multiforme plenitude. “No hebraico o nome é quase sempre usado com o sentido de essência e caráter revelados. Deus jura pelo Seu grande nome para garantir a realização do Seu propósito (Jr 44.26), isto é, Ele jura pelo poder comprovado de cumprir a Sua Palavra. O nome de Deus que é excelente em toda a terra (Sl 8.1), é aquela expressão do Seu ser manifestada na criação e na redenção ... Conhecer o nome de Deus é testemunhar a manifestação desses atributos e compreender o caráter que tais nomes denotam (Êx 6.3, com 7; 1Rs 8.43; Sl 91.14; Is 52.6; 64.2; Jr 16.21)” — (Davis, John D., *Dicionário da Bíblia*).

2. O que está incluído em “o nome” de Deus?

Em “o nome” de Deus se incluem todas as formas da auto-revelação de Deus, quer a Sua revelação geral na natureza, quer a Sua revelação especial existente hoje na forma da Sagrada Escritura (inclusive todas as ordenanças do culto divino indicadas na Escritura, como sacramentos, oração, juramentos, votos, etc.).

3. Que atitude devemos ter para com o nome de Deus?

Uma santa e reverente atitude, conforme também aprendemos da primeira petição da Oração do Senhor: “*Santificado seja o Teu nome*”.

4. Que quer dizer uma santa e reverente atitude para com o nome de Deus?

Uma santa e reverente atitude para com o nome de Deus quer dizer, antes de mais nada, uma atitude sóbria, séria e respeitosa que nos resguarde de tratar a auto-revelação de Deus levianamente e sem consideração; segundo, quer dizer uma atitude de adoração, como que impressionados pela Sua majestade e grandeza infinitas, cheios de espanto e maravilhados como se estivéssemos na presença dAquele que é Espírito infinito, eterno e imutável em Seu ser e atributos.

5. Até onde essa atitude reverente para com o nome de Deus deve controlar as nossas consciências e expressão própria?

Essa atitude reverente para com a auto-revelação de Deus deveria controlar completamente as nossas consciências e auto-expressão. Deus exige que o Seu nome *seja santa e reverentemente usado ao se pensar, meditar, falar e escrever*. Isto significa que devemos estar permeados por uma atitude de reverência para com o nome de Deus, tanto em nossa consciência interior quanto na nossa auto-expressão falada ou escrita.

6. Como a nossa vida diária é afetada pela nossa atitude para com o nome de Deus?

A nossa atitude de reverência para com a auto-revelação de Deus deve encontrar a sua expressão “mediante uma santa profissão *da fé* e um viver digno”, isto é, numa profissão pública da verdadeira religião que substancie o “nome” ou a auto-revelação de Deus, e num viver diário consistente com a nossa profissão de fé. A real reverência ao nome de Deus exige uma profissão de fé verdadeira e uma caminhada consistente e piedosa.

7. Qual deve ser o nosso objetivo ou propósito ao honrarmos o nome de Deus?

Como o Catecismo afirma, o nosso primeiro (e mais elevado) objetivo ao honrarmos o nome de Deus é a glória de Deus (que é também o fim principal da nossa vida). Subordinado a isso, devemos honrar o nome de Deus para o “bem de nós mesmos e dos outros”. Assim, pois, amar a Deus, a nós mesmos e

a nosso próximo, tudo isso requer que o nome de Deus seja honrado e tratado com reverência.

8. Quem é que pode realmente honrar e reverenciar o nome de Deus?

Somente os verdadeiros crentes em Cristo é que podem honrar e reverenciar verdadeiramente o nome de Deus; somente os cristãos verdadeiros é que conhecem a Deus e apenas eles vêem de fato a auto-revelação de Deus, em seu verdadeiro sentido, na natureza e na Escritura. É claro que alguém que não creia em Cristo pode não ter o hábito de “praguejar”; pode evitar a “linguagem obscena” simplesmente por conta da sua cultura geral e bom gosto, embora, não sendo um crente em Cristo, não tenha real reverência a Deus em seu sentido positivo e espiritual. Para honrar o nome de Deus, em seu real sentido, é indispensável que tenhamos nascido de novo e crido em Jesus Cristo como o nosso Salvador.



Pergunta 113. *Quais são os pecados proibidos no terceiro mandamento?*

R. Os pecados proibidos no terceiro mandamento são: Não usar o nome de Deus conforme se requer, abusar dele pela menção ignorante, vã, irreverente, profana, supersticiosa ou ímpia; ou usar indevidamente os Seus títulos, atributos, ordenanças ou obras pela blasfêmia ou perjúrio; (continua).

Referências Bíblicas

- Ml 2.2. O pecado de negligenciar o uso correto do nome de Deus.
- At 17.23. O uso ignorante do nome de Deus.
- Pv 30.9; Ml 1.6-7, 12; 3.14. O uso vão, irreverente e profano do nome de Deus.
- 1Sm 4.3-5; Jr 7.4-10, 14, 31; Cl 2.20-22. O pecado do uso mau e supersticioso do nome de Deus.
- 2Rs 18.30, 35; Êx 5.2; Sl 139.20; 50.16-17; Is 5.12. O uso mau e pecaminoso dos títulos, atributos, ordenanças ou obras de Deus.
- 2Rs 19.22; Lv 24.11. O pecado da blasfêmia.
- Zc 5.4; 8.17. O pecado do perjúrio.

Comentário

1. Qual o significado das palavras *vão* e *vaidade* na Bíblia?

Várias são as palavras no hebraico do Velho Testamento e no grego do Novo

Testamento traduzidas por “vão” ou “ vaidade”, na Bíblia em inglês. Elas não têm exatamente o mesmo significado. A palavra equivalente a “em vão”, no terceiro mandamento, significa primariamente “de maneira falsa”. Ela ocorre cinquenta e três vezes no hebraico do Velho Testamento, das quais quarenta e quatro vezes é traduzida por “vão” ou “ vaidade”. Ao nos proibir de tomar o nome de Deus em vão o mandamento nos impede de usá-lo para tudo o que for falso ou errado.

2. Que tipos de mau uso do nome de Deus o Catecismo proíbe especificamente no terceiro mandamento?

Abusar do nome de Deus, ou da Sua revelação, de maneira ignorante, vã, irreverente, profana, supersticiosa ou ímpia. O abuso ignaro do nome de Deus é aquilo que procede da mente obscurecida pelo pecado do homem decaído, à parte da obra de iluminação do Espírito Santo. Por ignorar a auto-revelação de Deus o homem moderno afirma que Deus não é senão amor e bondoso demais para castigar os pecadores com o inferno, etc. Isso é usar erradamente o nome de Deus. Usar o nome de Deus de modo vão é associá-lo a questões triviais, como quando é tomado inutilmente para se referir ao tempo quente ou frio, etc. O uso irreverente ou profano do nome de Deus parece-se com isso, mas é ainda pior, como, por exemplo, usá-lo para fazer um juramento associado a algo pecaminoso ou ilícito, como uma conspiração ou a execução de um crime. O abuso supersticioso do nome de Deus é quando o associam ao uso de qualquer prática supersticiosa como ler a sorte, tentar controlar as circunstâncias pela magia e coisas assim. O uso ímpio do nome de Deus é todo aquele que parte de um motivo ou atitude errados para com Deus, como quando alguém que sofre uma calamidade amaldiçoa a Deus. Todas essas formas de uso errado, ou abuso, da auto-revelação de Deus são mais ou menos comuns, até mesmo os crentes em Cristo são tentados a cáfrem nesses pecados e devem estar sempre atentos contra eles.

3. Além dos nomes reais de Deus, de que outras formas da Sua auto-revelação estamos proibidos de abusar ou de tomar em vão?

Os Seus títulos, atributos, ordenanças e obras, isto é, todas as formas pelas quais Deus tem revelado a Sua natureza e caráter. Muitas pessoas que não ousam tomar o nome verdadeiro de Deus em vão, cometem virtualmente o mesmo pecado quando abusam de títulos e atributos de Deus, como pelas exclamações “meu Santo”, “Santo Cristo”, “misericórdia”, “Paizinho”, “Pai Eterno”, “Papai do Céu!”, “o Cara lá de cima”, “o Chefão”, “sangue de Cris-

to”, “oh glória!” e outras parecidas. Do mesmo modo abusa-se da auto-revelação de Deus com expressões profanas como “santa fumaça!” (parece ter sido originalmente uma referência leviana à fumaça do incenso queimado no serviço do templo), “Jerusalém!” (uso profano do nome da cidade onde a presença de Deus revelou-se de modo especial no meio do povo da Sua aliança), “chagas de Cristo” (referência irreverente e desleixada dos sofrimentos de Cristo, no Getsêmani ou na cruz). Alguns desses abusos são tão comuns que até mesmo crentes em Cristo usam-nos sem se aperceberem do que estão fazendo. Devemos entender que todas essas expressões, e outras semelhantes a elas, são violações do terceiro mandamento e desagradam a Deus.

4. O que é blasfêmia?

Blasfemar é chamar nomes ou usar qualquer linguagem ímpia diretamente contra Deus. Por exemplo: acusá-LO de impiedade, injustiça ou falsidade de quaisquer espécies é blasfemar contra Deus. Na lei do Velho Testamento o pecado da blasfêmia contra Deus era castigado com o apedrejamento até à morte (Lv 24.16). Isso demonstra quão maligno é esse pecado e quão ofensivo é para Deus.

5. De que modo as pessoas hoje blasfemam contra Deus?

Hoje blasfema-se contra Deus de muitas maneiras. É normal que graves sofrimentos ou calamidades levem as pessoas a blasfemarem contra Deus. Por exemplo: alguns dizem que se Deus fosse bom Ele deveria ter impedido a Segunda Guerra Mundial; que um Deus bom, se pudesse, haveria de impedir a guerra; e como a guerra não foi impedida ou Deus não é bom ou tem poderes limitados. Por isso, desafiar a bondade ou o poder de Deus é blasfêmia.

6. Que é perjúrio?

Perjurar é o pecado de declarar falsidade sob juramento, isto é, invocar a Deus como testemunha daquilo que juramos ser verdade, quando na realidade dizemos uma mentira. “Não é pequeno o insulto que se Lhe faz ao se jurar falso pelo Seu nome e, portanto, a lei chama a isso de profanação (Lv 19.12). O que resta do Senhor se despojado da Sua verdade? Ele, assim, deixa de ser Deus. Ele certamente tem sido despojado dela quando O fazem de patrocinador e aprovador de uma falsidade ... Não podemos invocar a Deus para que seja testemunha da nossa declaração sem reivindicarmos a Sua vingança sobre nós, se formos culpados de perjúrio” (João Calvino, *Institutas*, 2.8.24). O perjúrio não é um pecado só contra Deus, mas é punido também pelas leis de vários países do mundo como um crime.

7. É o perjúrio um pecado comum nos dias de hoje?

Embora, devido à natureza do caso, seja impossível ter uma estatística apurada sobre isso e o perjúrio seja algo muito difícil de provar, há razões suficientes para crermos que o perjúrio está longe de ser raro nas cortes de justiça de hoje, e que seja possível contratar alguém para jurar em juízo que o réu estava numa cidade diferente no momento da ocorrência do crime, etc. Pessoas que viajam a outro estado para conseguirem o divórcio (nos Estados Unidos, país do autor – N. do T.) juram em juízo que fixarão residência permanente naquele estado, mas depois que conseguem o divórcio saem diretamente do fórum para a estação ferroviária, pegam um trem e voltam às suas residências originais em outro estado. Esse perjúrio sem maiores conseqüências parece ser considerado, pelo povo em geral, como uma questão de pouco valor. Do ponto de vista cristão uma prática assim não é insignificante, mas uma violação flagrante e ímpia da lei de Deus, pela qual o Senhor terá por culpado aquele que a violar. Poucos anos atrás (no país do autor) num certo estado da Federação todo candidato a uma carteira de motorista era obrigado pela lei a fazer um juramento em que prometia, entre outras coisas, nunca dirigir acima de cinquenta quilômetros por hora nas rodovias daquele estado. Essa exigência traz sobre o próprio governo a culpa quase total do perjúrio que convida seus cidadãos a cometerem. Os crentes em Cristo devem se opor a todo abuso da ordenança divina de jurar pelo nome de Deus.

Pergunta 113 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no terceiro mandamento?*

R. Os pecados proibidos no terceiro mandamento são: (...) toda maldição, juramentos, votos e sortes malignos; a quebra dos nossos juramentos e votos lícitos; o cumprimento dos nossos juramentos e votos ilícitos; murmurar contra, contender com, esquadrinhar com insolência e aplicar mau os decretos e a providência de Deus; (continua).

Referências Bíblicas

- 1Sm 17.43; 2Sm 16.5; Jr 5.7; 22.10. Juramentos e imprecções ímpios.
- Dt 23.18; At 23.12-14. Uso errado e pecaminoso dos votos.
- Et 3.7; 9.24; Sl 22.18. Uso errado e pecaminoso de lançar sortes.
- Sl 24.4; Ez 17.16-19. O pecado de quebrar votos e juramentos lícitos.
- Mc 6.26; 1Sm 25.22, 32-34. O pecado de cumprir votos e juramentos

ilícitos.

- Rm 9.14, 19-20. O pecado da murmuração e da contenda contra os decretos e a providência de Deus.
- Dt 29.29. O pecado da perquirição insolente dos decretos e providência de Deus.
- Rm 3.5-7; 6.1; Ec 8.11; 9.3; Sl 39. O pecado de aplicar de modo errado os decretos e a providência de Deus.

Comentário

1. Que quer dizer o Catecismo com “maldição”?

Por “maldição” o Catecismo quer dizer toda a imprecação maligna lançada diretamente contra alguém, assim como Golias, pelos seus deuses, amaldiçoou Davi. Esse tipo de maldição consiste em desejar que a calamidade ou a destruição sobrevenha ao amaldiçoado, amparando esse desejo num apelo a Deus, ou a alguma falsa divindade qualquer. Precisamos entender que o desejo de que a calamidade ou a destruição venha sobre alguém nem sempre é pecado. É certo desejar que o juízo de Deus venha sobre os Seus inimigos incorrigíveis, conforme aprendemos dos chamados “Salmos imprecatórios”, como também de outras partes da Bíblia. Pecado é amaldiçoar àqueles a quem Deus não amaldiçoou, como Balaque quis que Balaão o fizesse (Nm 22.6; 23.8).

2. Que quer dizer o Catecismo com “juramentos ... malignos”?

Por “juramentos malignos” o Catecismo quer dizer aquilo que é normalmente chamado de “blasfêmia”, isto é, tomar o nome de Deus em vão em juramentos ou xingamentos, ou jurar em nome de divindades falsas. É óbvio que este é um pecado terrivelmente comum, tão comum que a maior parte do povo hoje mal o leva em conta. Muitos estão tão acostumados a dizer impropérios que dificilmente falam por dois ou três minutos sem violarem o terceiro mandamento mais de uma vez. Os livros e revistas hoje em voga transbordam de blasfêmias e pessoas tidas como “a nata” não titubeiam em “reforçar” seus discursos continuamente com uso de calão, para não falar de como usam os nomes de Deus e do Senhor Jesus Cristo. Não há dúvida que esse tipo de impropério pode ser explicado psicologicamente, mas ainda mais fundamental é a sua explanação teológica, a saber, de que o falar blasfêmias procede de uma personalidade alienada de Deus e de um coração profundamente depravado e corrompido pelo pecado original. Os crentes em Cristo devem estar sempre em guarda contra a tentação de fazerem concessões aos hábitos pecaminosos de fala do mundo.

3. O que é uma “blasfêmia disfarçada”?

Uma “blasfêmia disfarçada” é uma blasfêmia dita por quem teme imitar desabridamente o modo profano de falar do mundo pecador. O uso de blasfêmias disfarçadas é um pecado peculiar aos crentes em Cristo que tentam driblar as próprias consciências, porque não querem copiar exatamente a marca registrada da blasfêmia do mundo, inclusive na invocação dos seus deuses. Eis alguns exemplos de blasfêmias disfarçadas: “minha nossa” ou “nossa” (em vez de Nossa Senhora); “meu pai” (em vez de Deus Pai); “vige”, “ige”, “ixe” ou “vixe” (em vez de Santa Virgem); “ave” (em vez de Ave Maria), “ai Jisus” (em vez de Jesus). O uso de qualquer forma de blasfêmia disfarçada é proibido não apenas pela correta compreensão do terceiro mandamento, mas também pela ordenança do nosso Senhor em Mateus 5.34-37: *“Eu, porém, vos digo: de modo algum jureis (...) Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não. O que disto passar vem do maligno”*.

4. Quando é que os juramentos são pecado?

Os juramentos são pecado quando aquilo que foi jurado for proibido na Palavra de Deus, ou for algo que possa obstruir algum dever ordenado em Sua Palavra, ou algo que esteja além da capacidade e do poder de realização da pessoa e para o qual Deus não prometeu competência. Os juramentos também são pecado quando feitos a uma criatura qualquer, e não a Deus; ou quando feitos a uma divindade falsa qualquer. (Vide a Confissão de Fé de Westminster, 22.7).

5. Dê alguns exemplos bíblicos de juramentos pecaminosos?

(a) O juramento de Jefté (Jz 11.30-31). (b) O juramento dos judeus que conspiravam a morte de Paulo (At 23.12-14).

6. Quando lançar sortes é pecado?

“O lançamento de sortes é um acordo mútuo para decidir-se um evento incerto, não determinável de outro modo, por um apelo à providência de Deus ao lançar ou arremessar algo” (Dicionário Teológico de Buck). Lançar sortes é pecado (a) quando usada para questões banais; (b) quando usada para questões que poderiam e deveriam ser determinadas de alguma outra forma; (c) quando usada com espírito descomprometido ou leviano, sem a devida reverência e fé em Deus.

7. Qual é o nosso dever quanto a juramentos e votos lícitos?

Temos o dever de cumpri-los conscientemente, no temor de Deus, a despeito

de dificuldades ou perdas pessoais. Deixar de cumpri-los é cometer um grande pecado contra Deus.

8. Qual é o nosso dever quanto a juramentos e votos ilícitos?

É claro que um juramento ou voto ilícito, isto é, contrário à lei moral de Deus, não pode ser obrigado à consciência de ninguém. A lei de Deus não nos obriga a quebrar a lei de Deus. Quando alguém compreende que se embaraçou com algum voto ou juramento ilícito, não tem apenas o direito, mas o dever dado por Deus, de repudiá-lo imediatamente. Um exemplo bem conhecido de um crente fiel que repudiou corretamente os votos ilícitos é o do Reformador Martinho Lutero, que compreendeu o caráter ilícito dos votos que fizera como monge Católico Romano, inclusive o voto do celibato perpétuo, e repudiou essas “obrigações” ilícitas.

9. Que personagem bíblico não quebrou um juramento ilícito?

O Rei Herodes, ao ordenar a decapitação de João Batista (Mc 6.14-29). O juramento de Herodes era ilícito. Ele não tinha o direito de prometer à filha de Herodias tudo o que ele quisesse, até mesmo a metade do seu reino. A sua autoridade sobre o reino era um encargo sagrado, uma mordomia a ser exercida segundo a lei e a justiça, não algo dispensado por um capricho insensato. Por agir insensatamente e jurar impiamente Herodes devia confessar seu pecado e quebrar o juramento, mas ele, é claro, não estava disposto a fazê-lo por conta da grande “perda de moral” que isso implicava.

10. Por que é errado murmurar e contender contra os decretos e a providência de Deus?

É sempre errado murmurar e contender contra os decretos e a providência de Deus (a) porque tal conduta demonstra espírito de rebelião contra a soberania de Deus; quem se queixa acha que é competente o bastante para julgar os atos e os decretos de Deus e para Lhe pedir contas; (b) porque tal conduta implica na falta de fé na bondade e no amor de Deus; o queixoso não se dispõe a esperar pacientemente que Deus o livre das dificuldades, tribulações ou pobreza; ele acha que se Deus é realmente um Deus de bondade e amor Ele deve livrar imediatamente Seu povo. Essa exigência implícita pelo socorro imediato de Deus é totalmente contrária à atitude de fé que é a disposição de esperar pacientemente que Deus providencie a libertação conforme o Seu tempo e modo.

11. Que quer dizer “esquadrinhar com insolência e aplicar mal os decretos e a providência de Deus”?

Esquadrinhar com insolência os decretos e a providência de Deus é rebuscar os segredos de Deus motivado por curiosidade e não por uma atitude reverente. Quem investiga atrevidamente os segredos de Deus recusa-se a reconhecer o mistério essencial de Deus e de Suas obras, buscando satisfazer a sua curiosidade pecaminosa pela compreensão de Deus e pela aquisição do total conhecimento das Suas obras. Isso é pecado porque implica na negação do mistério e da infinitude transcendentais de Deus e procura colocá-LO no mesmo patamar da humanidade.

Aplicar mal os decretos e a providência de Deus consiste em inferir deles conceitos errados, ou em usá-los como desculpa para pecados de todo tipo. Quem diz “Se Deus me predestinou para a vida eterna, com certeza receberei a vida eterna sem precisar aceitar Cristo nem viver uma vida cristã”, é culpado de aplicar mal os decretos de Deus. Quem diz “Conheço quem trabalhe sete dias na semana e enriqueceu. Deus os fez prósperos. Isso mostra que Ele não espera que se guarde o sábado nos dias presentes”, é culpado de aplicar mal a providência de Deus. Nos dois casos, dos decretos e da providência de Deus, um estudo criterioso da Bíblia exporia o pecado de aplicar mal tanto os casos citados quanto todos os outros.

Pergunta 113 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no terceiro mandamento?*

R. Os pecados proibidos no terceiro mandamento são: (...) a má interpretação, a má aplicação ou a perversão da Palavra de Deus, ou de qualquer parte dela, para zombarias malignas, indagações curiosas e inúteis, vãs discórdias ou defesa de falsas doutrinas; o abuso do mandamento, das criaturas, ou de qualquer coisa sob o nome de Deus para feitiços ou apetites sensuais e práticas pecaminosas; (continua).

Referências Bíblicas

- Mt 5.21-28. A interpretação errônea de qualquer porção da Palavra de Deus é pecado.
- Ez 13.22; 2Pe 3.16; Mt 22.24-31; Is 22.13; Jr 23.34-38. É errado aplicar equivocadamente ou perverter a Palavra de Deus para zombarias malignas, disparates ou falsas doutrinas.
- 1Tm 1.4-7; 6.4-5; 2Tm 2.14; Tt 3.9. Todo uso equivocado da Palavra de Deus para sustentar falsas doutrinas, “contendas de palavras”, “fa-

latórios inúteis e profanos”, etc., é impiedade.

- Dt 18.10-14; At 19.13. É errado todo uso deturpado de qualquer forma da auto-revelação de Deus associada à práticas supersticiosas.
- 2Tm 4.3-4; Rm 13.13-14; 1Rs 21.9-10; Jd 4. É impiedade abusar de qualquer forma da auto-revelação de Deus para justificar práticas pecaminosas e libertinas.

Comentário

1. Por que é pecado interpretar a Bíblia erroneamente?

A interpretação equivocada da Bíblia é pecado pois procede não apenas das nossas limitações como seres humanos finitos, mas especialmente da corrupção de nossos corações e da escuridão das nossas mentes, resultantes da queda da raça humana no pecado. Precisamos entender que o erro, sendo o contrário da verdade, é pecado em si mesmo. É por causa do seu coração pecaminoso e da escuridão de suas mentes que as pessoas interpretam erroneamente a Palavra de Deus.

2. Que quer dizer pela “má aplicação” e “perversão” da Palavra de Deus?

A “má aplicação” da Palavra de Deus inclui todo o uso que se faz dela isolando-a do seu verdadeiro significado e real propósito, como a revelação da vontade de Deus para o homem. Quem lê e admira a Bíblia apenas pela grande literatura que ela é, é culpado de má aplicação da Palavra de Deus. O ateuista que a estuda na tentativa de provar que ela não é verdadeira é culpado do pecado da “má aplicação” da Palavra de Deus. O difundido livro de Mary Baker Eddy, *Ciência e Saúde com a Chave para as Escrituras*, é um exemplo da má aplicação e perversão da Palavra de Deus pela maneira como a faz parecer apoiar o falso sistema da seita “Ciência Cristã”. Quem advoga o ensinamento da Bíblia só por causa de seus ensinamentos morais, apartados da sua revelação do caminho da salvação através de Jesus Cristo, o Mediador, é culpado de má aplicação e perversão da Palavra de Deus. Os ensinamentos morais da Bíblia estão radicados e fundamentados na sua mensagem religiosa e não devem ser divorciados da obra de redenção de Cristo. Ensinar a Bíblia fazendo-a parecer ter uma mensagem ética alheia à redenção de Cristo é má aplicação e perversão da Palavra de Deus, por usá-la de modo e objetivo estranhos ao seu verdadeiro sentido e propósito.

3. Por que é errado usar a Bíblia, ou qualquer parte dela, para “zombarias malignas”?

Por que a Bíblia, por ser a Palavra de Deus, é santa e deve ser tratada com a

devida reverência. É verdade que na Bíblia há humor e não é errado apontá-lo ou deleitar-se com ele, mas usar a Bíblia para o escárnio mundano é algo muito diferente de apreciar o humor que nela há. O que é errado é usar a Palavra de Deus como alvo do ridículo de sorte que a revelação de Deus seja depreciada e seja a ser considerada com desdém.

4. Que quer dizer “indagações curiosas e inúteis” e “vãs discórdias”?

Nos dias de Cristo e dos apóstolos os judeus e outros eram culpados exatamente dessas práticas, como evidenciam as advertências do apóstolo Paulo nas suas epístolas a Timóteo e a Tito. Alguns tipos de uso errado da Palavra de Deus são mencionados: “*fábulas*”, “*genealogias sem fim*”, “*loquacidade frívola*”, “*mania por questões e contendas de palavras*”, “*altercações sem fim, por homens cuja mente é pervertida*”, “*fatatórios inúteis e profanos*”, as falsamente denominadas “*contradições do saber*”, “*discussões insensatas*”, “*debates sobre a lei*”. Todos esses tipos de mau uso da Escritura podem ser resumidos a seguir: (a) disputas sobre questões cuja natureza do caso não podem ser determinadas com certeza (“*fábulas*”); (b) disputas sobre matérias de nenhum valor, ainda que pudessem ser decididas definitivamente (“*genealogias sem fim*”); (c) a mera argumentação verbal que trata apenas das palavras e não das realidades que elas deveriam representar (“*loquacidade frívola*”, “*mania por questões e contendas de palavras*”); (d) controvérsias que têm a ver meramente com conceitos de filosofia humana e não com as verdades reveladas na Palavra de Deus (as falsamente denominadas “*contradições do saber*”); (e) disputas sobre as interpretações judaicas tradicionais da lei do Velho Testamento e seus acréscimos a ela (“*debates sobre a lei*”). Todas essas formas de abuso da Palavra de Deus têm a sua contrapartida nos dias presentes. O verdadeiro servo de Deus deve ter o cuidado de evitá-las todas, como também o de impedi-las de ocorrer na igreja, e procurar eliminá-las se e quando ocorrerem.

5. Por que a “defesa de falsas doutrinas” é pecado?

Porque as falsas doutrinas são produtos de nossos corações e mentes corrompidos pelo pecado e a defesa delas é oposição à verdade de Deus e mostra uma total ou parcial falta da obra iluminadora do Espírito Santo. Muitos há hoje que hesitam em dizer que a defesa de falsas doutrinas seja um pecado. Contudo, de acordo com a Bíblia, abraçar o erro doutrinal mesmo com sinceridade é, apesar de tudo, pecado. Em 1 Timóteo 6.3-5 o Espírito Santo ensina a respeito do pecado do erro doutrinal. Tito 3.10-11 apresenta o mesmo ensinamento.

6. O que o Catecismo quer dizer com “feitiços”?

O Catecismo chama de feitiços toda a ampla gama de práticas proibidas pelas quais os homens têm tentado adquirir o controle de poderes ou força sobre-humanas para seus próprios benefícios ou propósitos, incluindo práticas como mágica, adivinhação (ler a sorte), tentar manter contato com os mortos pelos médiuns espíritas, o uso de artefatos que tragam “boa-sorte”, etc.

7. De que maneira essas práticas violam o terceiro mandamento?

Práticas semelhantes às descritas na questão anterior violam o terceiro mandamento porque todas elas envolvem o mau uso da auto-revelação de Deus em qualquer uma das suas formas (a Palavra, a criação, ou qualquer outra coisa sob o nome de Deus). É errado usar a Palavra ou a auto-revelação de Deus nas Suas obras para tentar obter informações ilícitas (como o futuro, fora do que está revelado nas profecias da Bíblia), ou tentar tomar o controle da providência de Deus (como pela prática de mágica, o uso de feitiços de “boa-sorte”, etc.). Todas essas práticas são a perversão da religião em mágica. Em vez de reconhecerem que o fim principal do homem é glorificar a Deus, eles tentam usar Deus e a Sua revelação na Palavra e obras para os propósitos egoístas e pecaminosos do próprio homem. Isso é de fato tomar o nome de Deus em vão, o que é proibido pelo terceiro mandamento.

8. Como a auto-revelação de Deus tem sido mal usada em favor de apetites sensuais e práticas pecaminosas?

Todas as vítimas da heresia antinomiana (que nega que o crente em Cristo está sujeito à lei moral de Deus como regra da sua vida) tendem inevitavelmente a usar de maneira equivocada a revelação de Deus em favor dos apetites sensuais e da prática de pecados. Alguns exemplos extremos disso podem ser citados da história da igreja. Encontramos na Bíblia uma condenação enfática da seita dos Nicolaítas, que eram essencialmente uma seita antinomiana (Ap 2.6, 14-16, 20-23). De modo semelhante encontramos nas epístolas de Paulo (2Tm 3.1-9; 4.3-4), em II Pedro 2 e na epístola de Judas, fortes advertências contra e condenações às tendências e práticas antinomianas. Sempre existiram “*homens ímpios, que transformam em libertinagem a graça de nosso Deus e negam o nosso único Soberano e Senhor, Jesus Cristo*” (Jd 4). É claro que essa impiedade é uma forma grave da violação do terceiro mandamento, o pecado de tomar o nome de Deus em vão.

Pergunta 113 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no terceiro mandamento?*

R. Os pecados proibidos no terceiro mandamento são: (...) tudo o que caluniar, escarnecer, injuriar ou se opor à verdade, à graça e aos caminhos de Deus; professar a religião em hipocrisia ou para fins malignos; o envergonhar-se da religião ou o envergonhá-la pelo viver de modo indigno, néscio, estéril e ofensivo ou por apostatar dela.

Referências Bíblicas

- At 13.45; 1Jo 3.12. O pecado de perverter a verdade, a graça e os caminhos de Deus.
- Sl 1.1; 2Pe 2.3. O pecado de escarnecer ou zombar da verdade, da graça e dos caminhos de Deus.
- 1Pe 4.4. O pecado de menosprezar a verdade, a graça e os caminhos de Deus.
- At 4.18; 13.45-46, 50; 19.9; 1Ts 2.16; Hb 10.29. O pecado de opor-se à verdade, à graça e aos caminhos de Deus.
- 2Tm 3.5; Mt 6.1-5, 16; 23.14. O pecado de uma confissão hipócrita ou insincera da religião.
- Mc 8.38. O pecado de envergonhar-se de Cristo e do evangelho.
- Sl 73.14-15; 1Co 6.5-6; Ef 5.15-17. Ser uma vergonha para o evangelho por andar de maneira néscia e em desacordo com ele.
- Is 5.4; 2Pe 1.8-9; Rm 2.23-24. Ser uma vergonha para o evangelho por andar de maneira infrutífera e ofensiva a ele.
- Gl 3.1-3; Hb 6.6. O pecado de ser uma vergonha para o evangelho por desviarmo-nos da nossa profissão de fé nele.

Comentário

1. O que significa “caluniar” a verdade, a graça e os caminhos de Deus?

“Caluniar” significa falar falsa e maliciosamente. Aquele que calunia a verdade, a graça e os caminhos de Deus não é só um incrédulo que meramente negligencia ou rejeita o evangelho, é alguém que (a) opõe-se ativamente ao evangelho falando malignamente contra ele e (b) que no íntimo do seu coração sabe que o evangelho é fato verdadeiro. Não é possível negar que existam esses caluniadores do evangelho; a perversidade extrema deles só pode ser explicada pelas verdades bíblicas do pecado original e da depravação total. É comum pessoas que por algum motivo abandonaram a profissão da fé cristã e

filiaram-se a outra religião qualquer converterem-se em mui amargos oponentes do cristianismo. A grande amargura deles e a intensidade da sua oposição podem ser o resultado da luta desesperada para silenciar uma consciência culpada, para silenciar a voz de Deus falando-lhes através da consciência e destruindo-lhes a paz da mente pela convicção assombradora de que o evangelho é a verdade apesar de tudo.

2. O que é “escarnecer” da verdade, da graça e dos caminhos de Deus?

Escarnecer é tratar ou considerar com escárnio, com desdém. Zombar tem quase o mesmo sentido, mas transmite mais a idéia de expressar o escárnio exteriormente com palavras de ridicularização. O escarnecedor e o zombador não apenas consideram o evangelho de Cristo como falso, mas como tolo, ridículo, indigno de ser aceito por pessoas inteligentes, etc. Eles não apenas rejeitam o evangelho, mas o apresentam como algo mesquinho e indigno; fazem pouco da verdade, da graça e dos caminhos de Deus. Os escarnecedores deleitam-se em denunciar aquilo que chamam de porções “imorais” da Bíblia e se prendem ao que sentenciam como seus aspectos “inacreditáveis”, como os seus milagres. O escárnio e a zombaria são sempre indicadores de uma mente pequena, estreita e de mão-única. Há incrédulos que rejeitam o cristianismo e ainda assim tratam-no com respeito e dignidade, mas os escarnecedores e os zombadores rebaixam-no com desprezo e ridicularização. No Dia do Juízo, é claro (se não antes), a zombaria e a ridicularização se lhes entornará sobre as cabeças.

3. O que é “injuriar” a graça, a verdade e os caminhos de Deus?

Injuriar significa atacar com ações ou linguagem insultuosas, ofensivas e escandalosas. É uma forma extrema de xingamento. A injúria é normalmente dirigida contra o evangelho de Cristo, não o evangelho propriamente, mas àqueles que o abraçam, isto é, aos crentes em Cristo. A Bíblia refere-se a isso como “o opróbrio de Cristo” (Hb 11.26). Em países pagãos, como China e Índia, quem professa publicamente a sua fé em Cristo é convocado para suportar injúrias por causa de Cristo, como pouco ou nada passamos na América. Quando o reino do maligno é invadido e algumas de suas vítimas são transportadas para o reino de Deus, ele fica irado e provoca oposição furiosa e selvagem contra o evangelho. É comum isso tomar a forma de injúria extremamente ofensiva contra os crentes em Cristo.

4. De que modos, por exemplo, os homens se opõem à verdade, à graça e aos caminhos de Deus?

Além da calúnia, do escárnio e da injúria, que já consideramos, há muitos outros modos de oposição à causa de Deus no mundo. Devemos compreender que a oposição genuína não é meramente de origem humana, mas é incitada por Satanás por trás das cenas da vida humana. Satanás tem dois métodos de se opor à verdade, à graça e aos caminhos de Deus, os quais tem usado repetidamente. O primeiro é a perseguição. Satanás instiga os poderes do mundo, como reis e governantes, ou a violência das multidões em alguns casos, para promoverem amarga perseguição contra a igreja e seus membros. A perseguição normalmente estorva por um tempo a divulgação do evangelho e o crescimento da igreja. Os hipócritas não ousam mais ser identificados com a igreja e por isso desaparecem dela. A obra missionária é dificultada e bloqueada por obstáculos, mas no fim a perseguição não funciona. A igreja emerge das cinzas da perseguição, pelo poder do Espírito Santo, mais forte do que nunca; ela aprende a colocar a sua confiança no Espírito de Deus e não em métodos mundanos. Satanás então tenta o seu segundo método, o qual na maior parte das vezes é muito mais eficaz que o primeiro, a saber, estimular heresias e falsas doutrinas no meio da própria igreja. Essas heresias, se toleradas e não contestadas, poderão destruir o cristianismo como a mensagem salvadora para o mundo. O Espírito Santo levanta testemunhas pela verdade que contestam a heresia e procuram eliminá-la da igreja. Isso quase sempre exige muitos anos de intenso esforço, mas é absolutamente necessário quando a verdade de Deus estiver sofrendo oposição dentro da própria igreja. Esforço que de outra forma poderia ser despendido em missões, evangelismo, etc., deve ser dedicado para preservar a integridade da própria igreja como organismo que pode testemunhar da verdade do evangelho. Isso interfere necessariamente com a expansão e o crescimento normal da igreja, mas no final o segundo método de Satanás para se opor ao cristianismo não funciona, a verdade é inocentada no curso do tempo e a causa de Deus prospera sempre a despeito da oposição de Satanás ou dos homens.

5. Que quer dizer “professar a religião em hipocrisia ou para fins malignos”?

“Professar a religião em hipocrisia” significa professar a religião sem sinceridade, com fé fingida, não verdadeira. A expressão “para fins malignos” descreve as causas que motivam o hipócrita. Os motivos verdadeiros que o levam a professar que é crente em Cristo não são a glória de Deus e a salvação da sua alma, mas motivos inapropriados como ganhos financeiros, respeitabilidade social, e coisas assim. Nem todo membro de igreja que não é regenerado é

hipócrita. É possível enganar a si mesmo e acreditar sinceramente que se é um verdadeiro crente em Cristo, quando na verdade se é um pecador perdido. O hipócrita não engana a si mesmo, ele sabe muito bem que não é um verdadeiro crente em Cristo, mas está tentando enganar os outros com a aparência exterior de crente. Quando a perseguição por causa de Cristo cai sobre a igreja, os hipócritas logo abandonam a profissão do cristianismo. Nenhum hipócrita verdadeiro e consciente haverá de sofrer perseguição ou reprovação por causa do evangelho.

6. O que faz as pessoas sentirem vergonha de serem tidas como crentes em Cristo?

Não há dúvida de que o medo é o que faz as pessoas sentirem vergonha de serem conhecidas como crentes em Cristo — medo de serem reprovadas, medo do ridículo, medo do desprezo, e, algumas vezes, medo do sofrimento ou da morte. Esse é um medo pecaminoso, carnal, que, na Bíblia, associa-se a pecados como assassinato, feitiçaria, idolatria e adultério (Ap 21.8). Não é o mero sentimento de medo que representa um pecado tão terrível, mas o render-se ao medo de modo que a conduta da pessoa seja determinada por ele, tornando-se seu escravo.

7. Como os crentes em Cristo às vezes se tornam uma vergonha para o evangelho de Cristo?

“Pelo viver de modo indigno, néscio, estéril e ofensivo ou por apostatar dela”, da religião. Tem-se dito com muita propriedade que os crentes em Cristo são a única Bíblia que o mundo irá ler. O mundo tira as suas idéias sobre o cristianismo em grande parte pela observação das vidas e da conduta daqueles que professam ser crentes em Cristo e quando eles tornam-se culpados de escândalos e práticas ímpias, o evangelho torna-se desprezível aos olhos do mundo. É por causa de sua vida e conduta mundanas que os crentes em Cristo se tornam numa vergonha para o evangelho de Deus.

8. O que significa “apostatar” do evangelho de Cristo?

Isso significa abandonar até mesmo a profissão da fé cristã. O apóstata, ou desviado, perde o interesse nas coisas de Deus, deixa de freqüentar os cultos na igreja e endurece o coração em indiferença e incredulidade. Ele pode ter o nome ainda no rol da igreja como membro em plena comunhão, não porque apresente qualquer interesse na igreja, mas porque os seus oficiais vacilam em disciplinar os membros infiéis. O apóstata, embora seja nominalmente

membro de alguma igreja, não demonstra nenhum interesse ativo na fé cristã; é indiferente e tolerante consigo mesmo. Caso não se arrependa antes que seja tarde demais perecerá eternamente no inferno.

A apostasia total e permanente do evangelho de Cristo é um pecado jamais cometido pelos crentes verdadeiros que nasceram de novo pelo Espírito Santo, contudo até mesmo crentes verdadeiros podem ser envolvidos por uma forma parcial e temporária de apostasia, perdendo o interesse no evangelho de Cristo e deixando de fazer qualquer profissão de fé ativa por algum tempo. Para uma discussão mais ampla dessa questão veja-se a Pergunta 79 do Catecismo Maior com as provas da Escritura.



Pergunta 114. *Quais são as razões anexas ao terceiro mandamento?*

R. As razões anexas ao terceiro mandamento, estão nas palavras, “*O SENHOR teu Deus*” e “*o SENHOR não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão*”, porque sendo Ele o nosso Senhor e o nosso Deus não devemos, portanto, profanar nem abusar do seu nome de nenhum modo; especialmente porque Ele estará longe de absolver ou poupar os transgressores do Seu mandamento, nem deixará que escapem do Seu justo juízo, embora muitos deles escapem das censuras e castigos dos homens.

Referências Bíblicas

- Lv 19.12; Ez 36.21-23; Dt 28.58-59; Zc 5.2-4. O nome de Deus não deve sofrer abusos nem profanação por causa da Sua soberania, majestade e santidade.
- ISm 2.12, 17, 22, 24, comparados com 3.13. Aqueles que desonram o nome de Deus serão com certeza punidos por Deus, embora possam escapar dos juízos dos homens.

Comentário

1. Que significado há em afirmar que Deus é o Senhor?

Ao se afirmar que Deus é o Senhor, ou Jeová, significa que Deus é soberano, autodeterminado e não-limitado por nada além dEle mesmo. O termo, portanto, refere-se à majestade e à autoridade de Deus. Sendo Deus quem Ele é, Seu nome deve ser tratado reverentemente.

2. Que significam as palavras “teu Deus” no terceiro mandamento?

Essa expressão implica numa relação pactual especial entre Deus e o Seu povo. Embora a autoridade de Deus seja evidentemente universal, e a Sua lei deva ser obedecida por todos os homens, aqueles que foram trazidos para dentro da esfera do Pacto da Graça de Deus podem chamar Deus de seu Deus com um sentido especial, e por isso estão adicionalmente obrigados a usar o nome de Deus de modo reverente e correto. Tomar o nome de Deus em vão é errado para todo mundo, mas para quem vive na esfera do pacto de Deus, que é chamado povo de Deus, fazer isso é um pecado de muito maior impiedade.

3. De que modo é muitas vezes desconsiderada ou negada a soberania de Deus hoje?

A soberania de Deus, Sua majestade, Sua santidade, Sua justiça absoluta — todas essas verdades são negadas ou obscurecidas pela visão moderna e sentimental que considera Deus como apenas amor e bondade. Uma visão assim representa-O como benevolente demais para ser ofendido pelo pecado humano. Um Deus assim não poderia ficar indignado quando o Seu nome é tomado em vão. Muito diferente, é claro, do Deus que é revelado na Bíblia, infinito, eterno e imutável em Seu ser e em todos os Seus atributos; um Deus de santidade, justiça e verdade bem como de bondade e amor para com a humanidade.

4. Como é hoje muitas vezes negada ou obscurecida a relação pactual com Deus expressa nas palavras “teu Deus”?

Essa verdade é negada ou obscurecida pelas noções vulgares da paternidade universal de Deus e da irmandade dos homens. Se todos os seres humanos já são filhos de Deus, fora da redenção e da adoção, e se todos os seres humanos já são irmãos na família de Deus, então, obviamente, o ensino bíblico de um povo especial da aliança chamado do mundo para a comunhão com Deus perde todo o seu sentido e razão.

5. Por que Deus não deixa escapar do Seu justo juízo quem quebrar esse mandamento?

A verdade, é claro, é que Deus não deixará escapar do Seu justo juízo ninguém que quebre qualquer um dos Dez Mandamentos. Todos os Dez Mandamentos constituem uma unidade como lei de Deus, mas como esse mandamento de não tomar o nome de Deus em vão diz respeito especialmente à honra e autoridade do próprio Deus, ele acrescentou a advertência especial de que não terá como inocente aquele que tomar o Seu nome em vão.

6. Tomar o nome de Deus em vão é um grande pecado?

Com certeza este é um grande pecado, embora seja possível tomar o nome de Deus em vão em graus maiores e menores. O mundo normalmente não considera que a violação desse mandamento seja um pecado, de modo nenhum. Precisamos entender que a visão do mundo sobre certo e errado está longe de coincidir com a revelação da lei moral de Deus conforme a temos na Bíblia.

7. É normal escapar das censuras e punições dos homens quem toma o nome de Deus em vão?

Sim. Parece que não existe mais nenhuma forte opinião pública contra o impróprio blasfemo e muitas pessoas instruídas e de nível social sequer acham que tomar o nome de Deus em vão seja contrário ao bom gosto — sem falar em considerá-lo moralmente errado. A literatura popular está cada mais tolerante com a linguagem irreverente e obscena. Revistas que vinte ou trinta anos atrás excluíam cuidadosamente a linguagem vulgar das suas colunas permitem-na hoje livremente. Precisamos encarar o fato de que o verniz cristão da nossa cultura moderna está desgastado. O colapso geral da fé na autoridade da Bíblia, que resultou da disseminação de visões “críticas” das Escrituras, está agora frutificando num colapso geral no universo da moral e da conduta. O quase irrestrito crescimento da linguagem indecente é um sintoma dessa ruptura. Sem um retorno irrestrito a aceitação da real autoridade da Bíblia o mal dificilmente poderá ser remediado.



Pergunta 115. Qual é o quarto mandamento?

R. O quarto mandamento é: *“Lembra-te de santificar o dia de sábado. Trabalharás seis dias e farás neles tudo o que tens para fazer. O sétimo dia, porém, é o sábado do Senhor teu Deus. Não farás nesse dia obra alguma, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o peregrino que vive das tuas portas para dentro. Porque o Senhor fez em seis dias o céu, a terra, o mar e tudo o que neles há, e descansou ao sétimo dia: por isso o Senhor abençoou o dia sétimo e o santificou.”*

Pergunta 116. Que se exige no quarto mandamento?

R. No quarto mandamento exige-se que todos os homens santifiquem ou guardem santos para Deus todos os tempos estabelecidos, que Deus desig-

nou em sua Palavra, expressamente um dia inteiro em cada sete; que era o sétimo desde o princípio do mundo até à ressurreição de Cristo, e o primeiro dia da semana desde então, e há de assim continuar até ao fim do mundo; o qual é o sábado cristão, e que no Novo Testamento se chama *Dia do Senhor*.

Referências bíblicas

- Êx 20.8-11; Dt 5.12-15. O mandamento do sábado.
- 1Co 16.1-2; At 20.7. A guarda do primeiro dia da semana observada pelos apóstolos e cristãos primitivos.
- Mt 5.17-18. Nenhuma porção da lei de Deus passará até que tudo se cumpra.
- Is 56.2, 4, 6-7. O Velho Testamento prevê a observância do sábado na dispensação do Novo Testamento.
- Ap 1.10. O dia do Senhor é referido pelo nome.

Comentário

1. O mandamento do sábado é uma lei moral ou cerimonial?

O mandamento para se guardar o sábado semanal é uma lei moral de Deus.

2. Como é possível demonstrar que o mandamento do sábado é uma lei moral e não cerimonial?

(a) O quarto mandamento mesmo menciona o fato de que o sábado se originou não no tempo de Moisés, mas na criação do mundo. Assim, o sábado existiu milhares de anos antes de Deus haver dado a lei cerimonial nos dias de Moisés.

(b) O mandamento do sábado é parte dos Dez Mandamentos e, por se encontrar no contexto das leis morais, tem que ser considerado também como uma lei moral. Seria muito estranho se os Dez Mandamentos fossem constituídos de nove preceitos morais e um preceito cerimonial, nove leis permanentes e uma lei de validade temporária. Os Dez Mandamentos formam um todo, uma síntese da lei moral de Deus, e se o mandamento do sábado não fosse uma lei moral essa unidade seria quebrada. (c) Assim como o resto dos Dez Mandamentos o mandamento do sábado não foi escrito sobre material perecível, mas sobre tábuas de pedra que indicam a sua validade permanente. Todas as partes da lei cerimonial foram cumpridas no tempo da crucificação de Cristo. Se o sábado fosse uma lei cerimonial ele também teria passado e não teria validade permanente, mas temporária. Mas o fato de ele ter sido gravado na pedra pelo próprio Deus indica que foi planejado para ser permanente.

3. A quem se obriga o mandamento do sábado?

A todos os homens sem exceção. Como disse Jesus: “o sábado foi estabelecido por causa do homem”. Ele não disse que o sábado foi feito para Israel, mas que foi feito para o homem, e não o homem para o sábado. Por isso o sábado não se limita a nenhuma classe particular de homens, mas aplica-se à raça humana.

4. Que tentativas foram feitas para se limitar a obrigação de guardar o sábado a certa classe de pessoas?

(a) Alguns afirmaram que só o povo de Israel ou os judeus estavam obrigados a guardar o sábado. (b) Outros afirmam que somente os cristãos estão obrigados a guardar o sábado e aqueles que não professam a Cristo não precisam guardar o sábado.

5. Que se pode responder a essas alegações?

(a) Mostrou-se anteriormente que o mandamento do sábado é uma lei moral e, portanto, se o for, aplica-se obrigatoriamente a todas as pessoas sem exceção. (b) Se dizemos que o quarto mandamento aplica-se apenas a judeus ou cristãos, o que nos impede de dizer também que o quinto, o sexto e o sétimo mandamentos, por exemplo, aplicam-se somente a judeus e cristãos? Precisamos lembrar sempre que os Dez Mandamentos formam uma unidade e que não podem ser segmentados arbitrariamente. Não podemos colocar um mandamento de lado e dizer que ele se aplica somente a um limitado grupo de pessoas e que todo o resto se aplica à humanidade. Os Dez Mandamentos têm de ser considerados em conjunto e precisamos entender que embora tenham sido originalmente revelados por Deus ao povo de Israel, eles constituem a síntese da lei moral de Deus obrigatória a toda humanidade.

6. Qual é o princípio do sábado?

O princípio do sábado é o de santificar um dia inteiro de entre sete dias numa sequência regular. Não faz parte desse princípio se tal dia é ou não o primeiro ou o sétimo da semana, sendo esta uma questão determinada por outras considerações estabelecidas na Escritura.

7. Como é que algumas vezes se definiu erradamente o princípio do sábado?

Não raramente se afirma que o princípio do sábado é que se deve consagrar um sétimo do nosso tempo para Deus. Essa é uma declaração inexata e equivocada do princípio do sábado, pois não exige em momento nenhum a guarda

de um dia inteiro. Nesses termos alguém poderia consagrar a Deus uma hora em cada sete, ou um ano em cada sete anos; ou ainda poderia observar o sábado num dia diferente a cada semana. Como se disse na questão anterior: o princípio do sábado é o de santificar um dia inteiro de entre sete dias numa seqüência regular.

8. O quarto mandamento exige que se guarde o sétimo dia da semana, ou o sábado, como o sábado cristão?

Não. É claro e verdadeiro que o sábado do Velho Testamento era no sétimo dia da semana, mas o quarto mandamento não exige isso. Ele ordena que se trabalhe diligentemente por seis dias, mas não especifica em que dia a semana deve começar. O quarto mandamento exige que se guarde como sábado o sétimo dia depois de seis dias de labor, mas isso não implica que esse dia tenha de ser necessariamente no sétimo (ou no último) dia da semana. A prática cristã de trabalhar de segunda-feira a sábado (seis dias) para depois guardar o primeiro dia da semana seguinte como o sábado cristão, está de acordo com a exigência do mandamento.

9. Por que é que o sábado do Velho Testamento era no sétimo dia da semana?

O sábado do Velho Testamento era no sétimo (último) dia da semana por causa do exemplo e da ordenança de Deus na criação (Gn 2.1-3). Além de propiciar um dia para descanso e adoração o sábado servia também como memorial da obra de criação de Deus. Essa verdade da criação implica, é claro, que todas as coisas, inclusive os seres humanos, dependem absolutamente de Deus para a sua própria existência. Implica também que os seres humanos são moralmente responsáveis por suas vidas diante de Deus. Assim, pois, o sábado semanal, ao relembrar a criação, foi calculado para servir como uma lembrança contínua e repetitiva de que o homem depende de Deus e de que é moralmente responsável diante dEle; o que vale dizer que o sábado foi calculado para servir como uma constante lembrança da própria fundação da religião e da moralidade.

10. Por que é que o sábado cristão é no primeiro dia da semana?

O sábado cristão, ou o Dia do Senhor, é no primeiro dia da semana em memória da ressurreição de Cristo dos mortos. Pode-se dizer, portanto, que o sábado do Velho Testamento relembra a criação original de Deus, ao passo que o sábado cristão, além disso, chama a atenção para a nova criação de Deus, a Sua grande obra de redenção em Jesus Cristo.

11. Quem mudou o dia de sábado do sétimo para o primeiro dia da semana?

O nosso Senhor Jesus Cristo, ao cumprir a Sua grande obra de redenção, causou o fechamento da dispensação do Velho Testamento e a abertura da dispensação do Novo Testamento do pacto da graça. A mudança do sétimo para o primeiro dia da semana é parte dessa mudança de dispensação. Já se chamou a atenção de que o nosso Salvador foi crucificado no sexto dia da semana, sepultado ao entardecer do sexto dia, permaneceu na sepultura o sétimo dia inteiro, e ressurgiu dos mortos no primeiro dia da semana. Cristo assim levou consigo para a sepultura o sábado do sétimo dia do Velho Testamento e o deixou lá, e ao ressurgir trouxe com Ele o sábado do Novo Testamento, a ser guardado no primeiro dia da semana.

12. Não foi Constantino, o imperador romano, que mudou o sábado do sétimo para o primeiro dia da semana?

Embora quase sempre se atribua essa mudança a Constantino, a alegação não é verdadeira. O imperador romano Constantino promulgou um decreto em 321 determinando a observância civil do primeiro dia da semana, proibindo que as cortes de justiça funcionassem nesses dias e ordenando que os soldados do exército romano se abstivessem de seus exercícios ordinários naquele dia. Contudo, a guarda do primeiro dia da semana como Dia do Senhor é bem anterior aos dias de Constantino, conforme prova o Novo Testamento e outros documentos cristão antigos.

13. Até quando se deverá guardar o sábado no primeiro dia da semana?

Até ao fim do mundo. Isso se deve ao fato de que a revelação de Deus através de Cristo e dos apóstolos, à qual chamamos de Novo Testamento, é a palavra final de Deus para a raça humana até ao fim do mundo. Desde que se completou o Novo Testamento Deus tem estado em silêncio e não fala mais diretamente com a raça humana, tampouco se pode esperar nenhuma nova revelação até o dia em que o nosso Senhor Jesus Cristo voltar em glória para julgar a vivos e mortos.

14. O sábado será observado no céu?

Conquanto a Bíblia não diga nada diretamente sobre isso, o ensinamento da Escritura sobre a diferença entre a era presente e a era porvir implica que a observância do sábado na forma como conhecemos não existirá no céu. Antes, podemos dizer, o céu será um sábado infundável. As Escrituras ensinam que

não existirá templo no céu (Ap 21.22) e é claro que lá não haverá necessidade de Bíblia, pois os remidos verão a face de Deus (Ap 22.4). No céu não haverá cansaço nem serão necessários momentos especiais de descanso, porque na “vida que é vida de fato” a mais intensa atividade e o mais perfeito descanso existem juntos. É verdade que o sábado existia antes da queda do homem no pecado, e por isso o total livramento do pecado não significa que o sábado tem necessariamente de passar. A Escritura nos informa, ao contrário, que “*ainda resta um descanso sabático para o povo de Deus*” (Hb 4.9, NVI), isto é, o descanso do sábado eterno. Portanto, na eternidade o sábado que foi instituído na criação não será abolido, mas cumprido no descanso sabático eternal dos remidos de Deus.

15. Que discordâncias há entre os cristãos sobre a obrigação de guardar o sábado?

Como citado antes na pergunta 3, alguns dizem que a obrigação de guardar o sábado limita-se aos judeus ou aos cristãos. Aqueles que dizem que isso não se aplica aos cristãos fazem distinção entre o sábado e o Dia do Senhor e afirmam que o Dia do Senhor não tem nenhum vínculo com o quarto mandamento. Há também grandes diferenças sobre como o sábado deve ser observado. É óbvio que se deve definir primeiro se o sábado deve ou não ser guardado antes que se possa discutir como o fazer.

16. É importante para a igreja ensinar a obrigação de observar o sábado?

É importante, com certeza. O fato de haver entre o povo cristão muitas opiniões diferentes sobre o sábado não significa que a igreja pode negligenciar aquilo que considera como o ensinamento da Palavra de Deus sobre o assunto. Muito menos o fato de que a estrita observância do sábado cristão seja contrária ao espírito da presente era signifique que a igreja deve tolerar o desapeço ao sábado entre os seus membros. Não obstante o reconhecimento de que muitos cristãos fervorosos diferem de nós em sua interpretação da Bíblia no que respeita ao sábado, devemos aderir fielmente tanto na profissão quanto na prática à obrigação de o guardar conforme instituído nos padrões da nossa igreja, os quais acreditamos ser uma exata interpretação das Escrituras.



Pergunta 117. Como deve ser santificado o Sábado ou Dia do Senhor?

R. O Sábado, ou *Dia do Senhor*, deve ser santificado por meio de um santo descanso por todo aquele dia, não somente de tudo quanto é sempre pecaminoso, mas até de todas as ocupações e recreios seculares que são lícitos em outros dias; e em fazê-lo o nosso deleite, passando todo o tempo (exceto aquela parte que se deve empregar em obras de necessidade e misericórdia) nos exercícios públicos e particulares do culto de Deus. Para este fim havemos de preparar os nossos corações, e, com toda previsão, diligência e moderação, dispor e convenientemente arranjar os nossos negócios seculares, para que estejamos mais livres e mais prontos para os deveres desse dia.

Referências bíblicas

- Êx 20.8. O sábado deve ser considerado dia santificado.
- Êx 20.10; 16.25-28; Ne 13:15-22; Jr 17.21-22. Deus requer a abstenção do trabalho comum no dia de sábado.
- Mt 12.1-13. Pode-se realizar obra de necessidade no dia de sábado.
- Jo 9.14; Lc 13:14-16. Pode-se realizar obra de misericórdia no dia de sábado.
- Is 58:13-14; Lc 4.16; At 20.7; 1Co 16.1-2; Is 66.23; Lv 23.3. O dever da observância positiva do dia de sábado pelo culto a Deus.
- Êx 20.8; Lc 23.54-56; Êx 16.22-29; Ne 13.19. O dever de se preparar para o sábado organizando antecipadamente nossos negócios seculares.

Comentário

1. Quais os dois aspectos sobre a observância do sábado que a Escritura exige?

A Palavra de Deus exige que o sábado seja observado tanto no aspecto positivo quanto no aspecto negativo.

2. O que quer dizer a observância negativa do sábado?

A observância negativa do sábado significa a abstenção daquelas coisas que não devem ser feitas nesse dia.

3. O que quer dizer a observância positiva do sábado?

A observância positiva do sábado significa fazer as coisas que temos a obrigação de fazer nesse dia.

4. Como é que o Catecismo fala da observância negativa do sábado?

O catecismo afirma que o sábado deve ser observado com um santo descanso (a) das obras pecaminosas, (b) das ocupações mundanas e (c) dos recreios seculares.

5. O que quer dizer um “santo descanso”?

Não quer dizer somente descansar, ou deixar de trabalhar, mas descansar por um motivo religioso como elemento de obediência e serviço a Deus. Não devemos apenas descansar, mas descansar como forma de devoção a Deus.

6. Quanto do sábado deve ser dedicado a Deus pela abstenção do trabalho e recreação ordinárias?

“O dia todo”. Isso é, o dia de sábado em sua inteireza deve ser dedicado a Deus.

7. O dia de sábado dura do pôr do sol ao pôr do sol, ou de meia-noite a meia-noite?

Isso é em si mesmo indiferente. Os judeus entendiam que os dias duravam do pôr do sol ao pôr do sol, e o sábado também. Nós contamos de meia-noite a meia-noite. O sábado deve ser considerado em sua duração do modo normal que consideramos os outros dias.

8. Além dos deveres religiosos, que outras formas de trabalho são legítimas no dia de sábado?

Além dos deveres religiosos são também legítimas as obras de necessidade e as obras de misericórdia.

9. O que quer dizer “obras de necessidade”?

Estritamente falando, obras de necessidade são aquelas que não podem ser evitadas nem adiadas para um outro dia. Se uma casa pegar fogo as chamas têm de ser apagadas imediatamente; essa é uma obra de necessidade e não viola o sábado. Os animais domésticos têm de receber comida e água, as vacas têm de ser ordenhadas, essas tarefas são necessárias porque não podem ser adiadas; elas não violam o sábado. Até mesmo certas tarefas que podem ser adiadas podem ser feitas devidamente no sábado, se visam a eliminar outro trabalho maior nesse dia. Seria legítimo gastar quinze minutos no conserto de um carro para evitar o gasto de duas horas conduzindo uma parelha de cavalos ou caminhando para ir à igreja, porque no final isso totaliza um menor

volume de trabalho no dia de sábado. É claro que deve existir entre os crentes uma certa tolerância quanto às diferentes opiniões sobre o que constitui uma verdadeira obra de necessidade no sábado. Algumas coisas hoje consideradas por cristãos conscienciosos como obras de necessidade talvez não o fossem em dias idos. A Bíblia ensina o princípio de que se podem realizar obras de necessidade no sábado e dá alguns exemplos da aplicação desse princípio. A Bíblia, no entanto, não oferece uma definição pronta e acabada de uma “obra de necessidade” que se possa aplicar a todos os casos. Podemos dizer, pela inferência dos ensinamentos da Bíblia que uma obra de necessidade é (a) aquilo que não pode ser adiado, ou (b) aquilo que resulta na eliminação do maior volume possível de trabalho no dia de sábado.

10. O que quer dizer “obras de misericórdia”?

Quer dizer, principalmente, obras realizadas sem propósito de lucro financeiro, mas por empatia e compaixão do sofrimento humano. Médicos e enfermeiras podem cuidar devidamente de doentes no dia de sábado, e podem, é claro, receber a compensação por isso, pois o que torna esse tipo de trabalho legítimo no sábado não é o elemento de lucro, mas o elemento de alívio do sofrimento. Visitar o enfermo no sábado é certamente válido desde que o seja pelo motivo correto.

11. Qual deve ser a nossa ocupação principal no sábado?

Os exercícios públicos e particulares do culto de Deus.

12. Quais são os exercícios públicos do culto a Deus?

São as atividades da igreja que incluem o serviço de culto regular com a pregação da Palavra de Deus e também outras reuniões da igreja como Escola Dominical, classes de estudo da Bíblia e reuniões de oração.

13. Quais são os exercícios particulares do culto de Deus?

Os exercícios particulares do culto de Deus são: (a) individuais, como a leitura particular da Bíblia e a oração; (b) familiares, incluindo culto familiar, instrução religiosa de crianças, conversação religiosa, e coisas semelhantes.

14. Que preparações devemos fazer para guardarmos corretamente o sábado?

(a) Devemos preparar com antecedência os nossos corações, isso é, pensar sobre o sábado, sobre os seus deveres, privilégios e bênçãos, de modo que estejamos com um estado de espírito de adoração no dia do Senhor. (b) Deve-

mos dar com antecedência a devida atenção aos nossos negócios seculares, de modo a estarmos livres no dia do Senhor, não apenas deles propriamente, mas também das preocupações e pensamentos desnecessários quanto às nossas ocupações seculares. Se precisarmos dirigir um carro para ir à igreja, precisaremos verificar um dia antes se está abastecido de combustível e óleo para que isso não seja feito no dia do Senhor.



Pergunta 118. *Por que o mandamento de guardar o sábado é mais especialmente dirigido aos chefes de família e a outros superiores?*

R. O mandamento de guardar o sábado é mais especialmente dirigido aos chefes de família e a outros superiores porque eles são obrigados não somente a guardá-lo por si mesmos, mas também fazer que seja ele observado por todos os que estão sob o seu cuidado; e porque são, às vezes, propensos e embaraçados com os seus próprios trabalhos.

Referências bíblicas

- Êx 20.10. O quarto mandamento é especialmente dirigido aos chefes de família.
- Js 24.15. A responsabilidade do chefe da casa de conduzir a família no culto a Deus.
- Ne 13.15, 17. Pessoas proeminentes e autoridades têm sobre si a responsabilidade de santificar e guardar o dia de sábado.
- Jr 17.20-22. Os reis e os governantes civis são responsáveis pela correta guarda do dia de sábado.
- Êx 23.12; Dt 5.14-15. Servos e empregados têm direito ao seu sábado de descanso e não devem ser privados dele pelas exigências de que realizem trabalhos desnecessários para seus empregadores.

Comentário

1. Quem tem a obrigação de guardar o sábado?

O mandamento do sábado impõe-se individualmente a todo ser humano no mundo, assim como também a todos os governos, organizações, corporações ou outras associações humanas. Não há no mundo quem, individualmente ou coletivamente, tenha o direito de desconsiderar ou violar o mandamento “*Lembra-te do dia de sábado, para o santificar*”.

2. Que classe de pessoas acumula para si a obrigação de obedecer este mandamento?

“Chefes de família e outros superiores”, isto é, pessoas a quem Deus colocou em posições de autoridade na família, na igreja, ou no Estado têm ainda sobre si a obrigação de obedecer a esse mandamento. A verdade universal de que grande autoridade envolve também grande responsabilidade é tão verdadeira para outras questões quanto o é para a questão da guarda do sábado.

3. Como devem os chefes de família zelar para que o sábado seja guardado pelos membros de suas famílias?

Os chefes de família devem zelar para que o sábado seja guardado pelos membros de suas famílias cuidando, primeiramente, para que eles mesmos dêem o bom exemplo da observância do sábado, considerando-o não como um fardo, mas como um deleite, guardando-o alegremente e consistentemente; em segundo lugar, instruindo os que estão sob a sua autoridade nas obrigações e deveres da observância do sábado; em terceiro lugar proibir, se necessário pelo uso da autoridade que Deus lhes deu, atividades mundanas que possam violar a santidade do dia de sábado.

4. É possível que os chefes de família sejam demasiadamente rigorosos ao determinarem a guarda do sábado?

É claro que é possível ser insensatamente rigoroso quanto à maneira de guardar o sábado. No entanto, o mais provável é que em nossos dias um rigor assim seja extremamente raro. A tendência hoje é exatamente a contrária e vai no sentido da tolerância, do relaxamento e do menosprezo à santidade do sábado. Seria bom que houvesse hoje um maior grau de rigor na guarda do sábado. É claro que se deve fazer algumas concessões às criancinhas, não se pode esperar que elas guardem o sábado exatamente do mesmo modo que um adulto o deveria, contudo, até mesmo aos pequeninos deve-se fazer entender que existe uma diferença entre o sábado [cristão] e os outros dias da semana, e que atividades que são corretas em dias comuns são erradas no sábado.

5. Que tipos de atividades deveriam ser excluídas da vida familiar no sábado?

Conquanto algumas atividades possam ser classificadas como “duvidosas”, as seguintes são inquestionavelmente erradas no dia de sábado e deveriam ser excluídas: estudar lições escolares; ler livros e revistas comuns; ouvir transmissões de qualquer tipo, exceto as religiosas ortodoxas; jogar qualquer jogo,

dentro ou fora de casa; escrever cartas para amigos, parentes ou outros; conversar sobre questões financeiras ou de trabalho; visita social; piquenique; assistir a diversões públicas ou eventos esportivos de qualquer tipo.

6. Se todas essas atividades são proibidas no sábado, esse dia não seria considerado um fardo em vez de uma alegria?

Isso depende se amamos ou não a Deus. Se amamos o mundo e as coisas que são do mundo é claro que qualquer modo consciencioso de guardar o sábado [cristão] será tido como um fardo indesejável; mas se a ardente e suprema afeição da nossa vida for o nosso amor a Deus, acataremos com boa-vontade a oportunidade e o privilégio de nos apartarmos das questões ordinárias para consagrarmos o dia de sábado à adoração a Deus, e à busca do Seu reino e da Sua justiça de um modo especial.

7. Além do culto religioso que outras atividades são apropriadas no dia do sábado?

Além dos deveres do culto religioso e das obras de misericórdia e de necessidade as seguintes formas de atividade são, com certeza, apropriadas ao dia de sábado: a leitura da Bíblia e de literatura cristã ortodoxa; ler e contar histórias da Bíblia para as crianças; jogar jogos bíblicos diversos; escrever cartas com vistas a ganhar almas para Cristo, confortar aflitos, encorajar crentes fracos, etc.; toda forma correta de atividade de evangelização; assistir a transmissões religiosas ortodoxas.

8. Que responsabilidades especiais têm os ministros e os outros oficiais da igreja sobre a questão da guarda do sábado?

Os ministros e todos os outros oficiais da igreja deveriam dar um bom e consistente exemplo da guarda conscienciosa do sábado diante dos membros da igreja, e, testemunhar do ensino bíblico sobre este assunto sempre que a ocasião o pedir.

9. Que responsabilidades especiais têm os governantes civis, ou oficiais do Estado, em matéria de observância do sábado?

Os oficiais do governo deveriam (a) guardar cuidadosamente o sábado eles mesmos, para não servirem de escândalo ao povo; (b) deveriam por meio da legislação civil apropriada proteger e santificar o sábado contra a sua violação grosseira e escancarada; (c) fazer oposição e remover quaisquer leis ou exigências do governo que interfiram na prática correta do sábado observada por qualquer pessoa.

Pergunta 119. *Quais são os pecados proibidos no quarto mandamento?*

R: Os pecados proibidos no quarto mandamento são: Toda omissão dos deveres exigidos, toda realização descuidosa, negligente e sem proveito, e o ficar cansado deles, toda profanação desse dia por ociosidade e por fazer aquilo que é em si pecaminoso, e por todas as obras, palavras e pensamentos desnecessários acerca de nossas ocupações e recreios seculares.

Referências bíblicas

- Ez 22.26. Omitir-se de um dever é pecado.
- At 20.7-9. A falta de atenção ao culto divino pode fazer dormir.
- Ez 33.30-32. Deveres religiosos cumpridos de modo descuidado, negligente e sem proveito.
- Am 8.5. O pecado de profanar o sábado por estar cansado dele e desejar que já tivesse passado.
- Ml 1.13. O pecado de considerar o serviço de culto público como uma cansaça.
- Ez 23.38. O sábado é profanado de modo especial quando se faz nele aquilo que é em si mesmo pecaminoso, isto é, algo que seja pecado independente de quando seja feito.
- Jr 17.24, 27. Is 58.13, 14. É errado profanar o sábado com obras, palavras e pensamentos desnecessários sobre as nossas ocupações ordinárias.

Comentário

1. Qual dos dez mandamentos proíbe o pecado da ociosidade?

O quarto mandamento, o qual nos ordena a trabalhar diligentemente por seis dias toda semana.

2. Por que é que a realização “descuidosa, negligente e sem proveito” dos deveres do sábado são pecaminosas?

Deus não requer de nós a obediência meramente formal ou técnica da Sua lei, mas a devoção e a obediência espirituais aos Seus mandamentos. A mera guarda formal do sábado [cristão] é hipocrisia.

3. Por que é errado ficar cansado do sábado e desejar que já tivesse passado?

Essa atitude é errada porque resulta de um coração egoísta e mundano que não tem alegria ou satisfação nas coisas de Deus.

4. Por que é errado profanar o sábado com a ociosidade?

É errado porque Deus nos fez seres ativos e inteligentes. Uma planta ou uma árvore serve para a glória de Deus simplesmente estando viva e desenvolvendo o seu crescimento normal, mas os seres humanos não são plantas nem árvores, são almas viventes criadas à imagem de Deus. Deus, que é em Si mesmo extremamente ativo, não pode ser honrado pela ociosidade humana, e especialmente não o pode pela ociosidade no dia de sábado.

5. É errado dar um cochilo no sábado à tarde, ou fazer uma caminhada ao ar livre?

Não. Tirar um cochilo ou dar uma caminhada ao ar livre, desde que sejam nos limites da moderação conscienciosa, são considerados como obras de necessidade, e podem ser tão necessários à saúde do corpo e à consciência mental quanto o são o café da manhã, o almoço e o jantar no dia de sábado. O cuidado racional do nosso corpo no dia de sábado não é errado.

6. É errado entrar em acordo para comprar ou vender alguma coisa no dia de sábado?

Com certeza é errado. Há quem pense que seja errado comprar ou vender no dia de sábado, mas que não seja errado fazer acordos de compra e venda, desde que a transferência de dinheiro e de propriedade só ocorra noutro dia. Na verdade, fazer um contrato, seja verbalmente ou por escrito, é em si mesma uma atividade comercial secular e errada no dia de sábado.

7. É errado sentar na igreja e ficar planejando os nossos negócios para a semana seguinte enquanto o sermão está sendo pregado?

É claro que esta é uma prática pecaminosa, embora seja por natureza um pecado secreto que só pode ser conhecido por Deus e por aquele que o pratica. É muito comum a idéia de que não somos responsáveis pelos nossos pensamentos, mas a Bíblia ensina enfaticamente que somos responsáveis por nossas palavras, pensamentos e ações. Além disso, é possível com esforço e auto-disciplina ter o controle dos nossos pensamentos de modo a que não se dispersem onde não o queremos. É claro que é necessário o poder do Espírito Santo para realizar isso com sucesso.

8. Quais são as condições dos dias atuais que demonstram o desprezo que prevalece pelo dia de sábado?

(a) A óbvia e generalizada comercialização do sábado pelo mundo que inclui

cinemas com “sessões de domingo”, esportes, e transmissões mundanas de rádio [e TV]; (b) o crescente número de crentes que repudiam o próprio princípio do sábado, alegando que era apenas para os judeus; (c) a negligência generalizada do sábado até mesmo pelos crentes que afirmam crer no seu princípio e obrigatoriedade. É muito ruim a situação do sábado hoje; somente um reavivamento genuíno da verdadeira religião, juntamente com o ensino saudável da observância do sábado, podem resgatar e restaurar o sábado a um lugar de honra no mundo moderno. O governo civil sozinho não pode fazer isso, embora tenha a sua parte em impedir a dessacralização geral. É preciso que haja um avivamento real do verdadeiro cristianismo, senão o sábado estará irrecuperavelmente perdido.



Pergunta 120. *Quais são as razões anexas ao quarto mandamento, para lhe dar maior força?*

R. As razões anexas ao quarto mandamento, para lhe dar maior força são tiradas da equidade dele, concedendo-nos Deus seis dias de cada sete para os nossos afazeres, e reservando apenas um para si, nestas palavras: “Seis dias trabalharás e farás tudo o que tens para fazer”; de Deus exigir uma propriedade especial nesse dia: “O sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus”; do exemplo de Deus, que “em seis dias fez o céu e a terra, o mar e tudo o que neles há, e descansou no dia sétimo”; e da bênção que Deus conferiu a esse dia, não somente santificando-o para ser um dia santo para o seu serviço, mas também determinando-o para ser um meio de bênção para nós em santificá-lo: “portanto o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou.”

Referências bíblicas

- Êx 20.8-11. (Sendo esta pergunta uma análise das razões anexas ao quarto mandamento, não é necessária nenhuma outra referência exceto o mandamento mesmo).

Comentário

1. Quantas são as razões anexas ao quarto mandamento?

Quatro: (a) a equidade de Deus ao nos permitir seis vezes mais tempo para as nossas próprias ocupações do que requer que dediquemos à Sua adoração; (b) a reivindicação especial que Deus faz para o dia de sábado; (c) o exemplo do

próprio Deus ao descansar no sétimo dia, em seguida aos seis dias de criação; (d) a bênção que Deus colocou sobre o sétimo dia.

2. O que se quer dizer com a palavra *equidade*?

Significa agir criteriosamente ou agir com justiça em questão que envolva duas ou mais partes.

3. Como Deus demonstrou justiça no mandamento do sábado?

Ao nos permitir seis dias da semana para nossas próprias ocupações e diversões, e só exigir que Lhe fosse dedicado um único dia de forma especial. Deus, portanto, não requereu de nós nada que fosse impossível. Se tivéssemos de gastar todos os sete dias em adoração a Deus, não teríamos tempo para ganhar a vida, nem para a recreação ou vida social que são necessárias ao nosso bem estar físico e mental.

4. Se somente um entre sete dias deve ser reservado exclusivamente para o culto a Deus, será que podemos fazer o que quisermos nos outros seis dias?

É certo que não. Somos agentes morais e em todo tempo responsáveis diante de Deus por nossas palavras, pensamentos e atos. Embora o sábado esteja separado exclusivamente para o culto a Deus, nos outros seis dias devemos glorificar a Deus indiretamente trabalhando e fazendo toda a nossa obra. Certamente a nossa vida e ocupações ordinárias devem estar voltadas para a glorificação a Deus, mas o sábado foi separado para a glorificação e o culto a Deus de um modo especial e direto.

5. O que significa a expressão “Deus exigir uma propriedade especial nesse dia”?

Em linguagem moderna significa que Deus reivindica esse dia como Sua propriedade especial.

6. Tem Deus o direito de reivindicar o sábado como Sua propriedade especial?

Sim, pois Ele é o nosso Criador e Senhor. Deus é soberano e, portanto, livre para exigir tudo o que desejar de qualquer uma de Suas criaturas.

7. Por que a quebra do sábado é uma forma de roubo?

Por que se alguém quebra o sábado, tomando-o para o seu próprio uso, rouba

alguma coisa que pertence especialmente a Deus; apropria-se da propriedade de Deus: o dia de sábado.

8. Por que foi que Deus descansou no sétimo dia depois dos seis dias de criação?

Certamente não foi porque estava cansado do seu trabalho, nem porque precisasse de descanso para Si, pois Deus é Onipotente e a obra da criação não Lhe foi nenhum esforço; mas para dar um exemplo e estabelecer um princípio religioso que a raça humana apreendesse e seguisse.

9. Com é que o exemplo do descanso de Deus no sétimo dia demonstra que o sábado não é somente para os judeus, mas para toda a humanidade?

Mostra que o sábado originou-se na criação do mundo, não meramente nos dias de Moisés quando Deus deu leis especiais ao povo de Israel. Deus estabeleceu o sábado milhares de anos antes dos dias de Abraão, que foi o primeiro do povo de Israel.

10. Que significado religioso especial envolve o exemplo do descanso de Deus no dia de sábado depois da Sua obra de criação?

Veja Hebreus 4.9-10. O descanso do sábado no qual Deus entrou tornou-se depois um tipo ou exemplo do descanso eterno do povo de Deus no céu.

11. O descanso do sábado do povo de Deus no céu será uma condição de ociosidade?

Não. O céu será ao mesmo tempo o mais perfeito descanso e a mais intensa atividade. Somente devido ao pecado é que repouso é incompatível com atividade. Não haverá fadiga no céu, nem cansaço, nem necessidade de recuperação das forças físicas ou mentais, porque a maldição foi abolida para sempre. Veja Apocalipse 4.8 (*“não têm descanso, nem de dia nem de noite....”*); Apocalipse 21.25 (*“nela, não haverá noite”*).

12. Que bênção pôs Deus sobre o dia de sábado?

Em primeiro lugar o dia de sábado é abençoado por ter sido posto à parte como dia para o culto de Deus; em segundo lugar, aponta-nos um meio de bênção e assim o será se o observarmos em conformidade com a intenção de Deus, de modo espiritual, reverente e consciencioso.



Pergunta 121. *Por que a expressão “lembra-te” se acha colocada no princípio do quarto mandamento?*

R. A expressão “lembra-te” se acha colocada no princípio do quarto mandamento, em parte devido ao grande benefício que há em nos lembrarmos dele, sendo nós assim ajudados em nossa preparação para guardá-lo; e porque, em o guardar, somos ajudados a guardar melhor todos os mais mandamentos, e a manter uma grata recordação dos dois grandes benefícios da criação e da redenção, que contém em si a breve súpula da religião; e em parte porque somos propensos a esquecer-nos desde mandamento, visto haver menos luz da natureza para ele, e restringir nossa liberdade natural quanto a coisas permitidas em outros dias; porque esse aparece somente uma vez em cada sete, e muitos negócios seculares intervêm e muitas vezes nos impedem de pensar nele, seja para nos prepararmos para ele, seja para o santificarmos; e porque Satanás, com os seus instrumentos, se esforça para apagar a glória e até a memória desse dia, para introduzir a irreligião e a impiedade.

Referências bíblicas

- Êx 20.8. A expressão “lembra-te” são as primeiras palavras do mandamento do sábado.
- Êx 16.23; Lc 23.54-56 comparado com Mc 15.42; Ne 13.19. Lembrar-se antecipadamente do sábado nos ajuda a guardá-lo.
- Sl 92 (Título: “Salmo. Cântico para o dia de sábado”), vv. 13-14. Ez 20.12. 19-20. A fiel observância do sábado capacita-nos a cumprir melhor todos os outros deveres religiosos.
- Gn 2.2-3; Sl 118.22-24 comparado com At 4.10-11; Ap 1.10. Lembrar-se do dia de sábado ajuda-nos a pensar nas duas grandes obras de Deus: criação e redenção, que compreendem a substância da religião.
- Ez 22.26. Por natureza esquecemos facilmente do sábado.
- Ne 9.14. Há menos luz natural para o sábado do que para a maioria dos Dez Mandamentos, por isso é muito fácil esquecê-lo e desprezá-lo. O nosso conhecimento do Senhor depende totalmente da Bíblia.
- Êx 34.21. O mandamento do sábado cerceia a nossa liberdade natural até mesmo em assuntos que são legítimos em outros momentos.
- Dt 5.14-15; Am 8.5. Os negócios seculares ao longo da semana quase sempre afastam as nossas mentes do sábado e nos impedem de guardá-lo corretamente.
- Lm 1.7; Jr 17.21-23; Ne 13.15-23. Satanás e seus servos empenham-se

por tentar impedir a observância do sábado, e por destruir a instituição do dia de sábado.

Comentário

1. Quantos dos Dez Mandamentos se iniciam com a expressão “lembra-te”?

Somente um, o quarto ou o mandamento do sábado.

2. Quais os benefícios de lembra-se do dia de sábado?

Não poderemos guardar corretamente o sábado se não nos lembrarmos dele com antecedência. Se nos lembrarmos dele com antecipação e o guardarmos na memória ao longo da semana teremos uma melhor condição mental para guardar o dia conforme deve ser observado. Se não pensarmos no sábado durante a semana acharemos muito difícil nos dedicarmos às coisas de Deus nesse dia.

3. Como é que guardar o sábado nos ajuda a realizar melhor os outros deveres religiosos?

A guarda espiritual do sábado nos ajuda a manter a comunhão com Deus, e quando mantemos a comunhão com Deus todos os outros afazeres religiosos podem ser cumpridos mais fervorosa e espontaneamente. Mas, se negligenciarmos o sábado, a nossa comunhão com Deus se enfraquece e é possível que negligenciemos também os outros deveres.

4. Quais as duas grandes obras de Deus que o sábado traz às nossas mentes?

As obras da criação e da redenção “contém em si a breve súpula da religião”, segundo nos informa o Catecismo. Essas duas obras de Deus — criação e redenção — constituem o tema de toda a Bíblia. A Bíblia é o registro inspirado das obras de criação e redenção realizadas por Deus. O dia de sábado traz-nos à memória essas duas obras de Deus porque Ele estabeleceu o sábado quando terminou a Sua obra de criação, e o nosso Salvador Jesus Cristo ressurgiu dos mortos no primeiro dia da semana, que é o sábado cristão.

5. Por que devemos nos lembrar especialmente do dia de sábado?

Porque temos grande possibilidade de o esquecer. Todo crente pode admitir isso tanto por experiência própria quanto pela Bíblia. Não existe nenhum outro mandamento de Deus que tenhamos uma maior possibilidade de esquecer do que o mandamento do sábado.

6. Por que é tão fácil se esquecer do dia de sábado?

Uma das razões é que a luz da natureza nos diz muito pouco sobre o sábado. Por ela só poderíamos saber que devemos dedicar uma porção do nosso tempo a Deus nosso Criador. Não teríamos como saber que parte nem exatamente quanto do nosso tempo dedicar. Para saber isso dependemos inteiramente da revelação especial de Deus, a Bíblia Sagrada. A luz da natureza pode ensinar às pessoas que é errado cometer homicídio, mas não pode nos ensinar que se deve santificar um dia de entre sete para a adoração a Deus. Por isso é mais fácil nos esquecermos do mandamento do sábado do que do mandamento para não matar.

7. Por que tantas pessoas consideram o mandamento do sábado penoso e despropositado?

Por que o mandamento do sábado tira a nossa liberdade natural em coisas que são legítimas nos outros dias. Comprar, vender, trabalhar em nosso mister, praticar esportes e outras recreações comuns não são errados em si mesmos. Essas práticas não são pecaminosas nos outros dias da semana, só são erradas no dia de sábado. Muitas pessoas, contudo, não estão satisfeitas com seis dias da semana para tratarem de seus negócios e se divertirem: elas querem todos os sete dias. Porque o sábado interfere nesse desejo, muitos o consideram penoso e despropositado. E aqueles que alimentam essa atitude quanto ao sábado tenderão a negligenciá-lo e a esquecê-lo.

8. Como é que o fato do sábado ocorrer somente uma vez na semana torna possível que o esqueçamos?

Se o sábado ocorresse uma vez em cada dois ou três dias não existiriam tantos dias entre os sábados, não seria tão fácil retirá-lo da memória. Mas quando existem seis dias repletos de todo tipo de negócios e atividades entre os sábados, é natural que tendamos a esquecê-lo. Por isso Deus usou de sabedoria ao colocar a expressão “lembra-te” no mandamento do sábado.

9. Por que razão Satanás e seus servos se empenham com tanto ardor para quebrarem e destruírem o dia de sábado?

Satanás, com seus agentes e os cidadãos do seu reino, está empenhando numa antiquíssima batalha contra Deus e Seu reino. O reino de Deus é um reino espiritual e defende-se e propaga-se por armas e métodos espirituais. A verdadeira extensão do reino de Deus depende da conversão de pessoas a Cristo que se arrependam de seus pecados e amem e sirvam a Deus com sinceridade e le-

aldade. Essas coisas dependem principalmente da pregação do evangelho e do exercício público e particular da adoração a Deus, como o estudo bíblico, os sacramentos e a oração. Essas ordenanças divinas, só podem dispor de pouco tempo nos dias da semana; elas dependem muito do dia de sábado para terem à disposição a porção adequada de tempo e de atenção. É claro que Satanás compreende isso, e sabe que se puder destruir o sábado a pregação do evangelho e as ordenanças do culto divino serão negligenciados; se a pregação do evangelho e as ordenanças do culto divino forem negligenciadas então o reino de Deus não pode prosperar; se o reino de Deus não pode prosperar, então o reino de Satanás não sofrerá a sua interferência; e se o reino de Satanás não sofrer a sua interferência, então Satanás terá o caminho livre para realizar os seus propósitos malignos no mundo. Vemos assim que o sábado, longe de ser um mandamento arbitrário e irracional de Deus, é calculado para realizar um grande propósito e forma um verdadeiro baluarte contra o reino de Satanás e os dilúvios de iniquidade. Com esse pensamento, fechamos o nosso estudo sobre o sábado.





CAPÍTULO 13

A Vontade de Deus Expressa em Nosso Dever para com o Próximo

Pergunta 122. *Qual é a síntese dos seis mandamentos que abrangem os nossos deveres para com o homem?*

R. A síntese dos seis mandamentos que abrangem os nossos deveres para com o homem é amar o nosso próximo como as nós mesmos e fazer aos outros aquilo que gostaríamos que fizessem a nós.

Referências bíblicas

- Mt 22.39. A segunda tábua da lei sintetizada por Cristo.
- Mt 7.12. A “regra de ouro” dada por Cristo como resumo do nosso dever para com o próximo.

Comentário

1. Que parte dos Dez Mandamentos trata dos nossos deveres para com os homens?

Os seis últimos mandamentos, começando com o quinto, que são comumente chamados de “a segunda tábua da lei” dizem respeito ao nosso dever para com os homens.

2. Que atitude exige a segunda tábua da lei para com o nosso próximo?

Uma atitude de amor para com o nosso próximo. Devemos amar nosso próximo como a nós mesmos.

3. É errado amarmos a nós mesmos?

Não. A declaração do nosso Senhor implica que amar a nós mesmos é certo desde que subordinado ao amar a Deus e em equilíbrio como o amar nosso

próximo. O amor-próprio só é pecado quando insubordinado. O amor por si mesmo que esteja subordinado ao amor a Deus e coordenado com o amor ao nosso próximo é realmente um dever.

4. Que atitude para com o nosso próximo exige a segunda tábua da lei?

A segunda tábua da lei exige que façamos aos outros aquilo que gostaríamos que eles nos fizessem, e isso exige mais do que uma mera atitude. A atitude de amor para como o nosso próximo deve-se traduzir em ação para o seu bem-estar.

5. Ao estabelecer a “regra de ouro”, será que Cristo estava implantando alguma coisa nova e desconhecida?

Não. O sentido e a substância da “regra de ouro” está contida no Velho Testamento, conforme o próprio Jesus indicou ao acrescentar as palavras *“porque esta é a Lei e os Profetas”*.

6. Quem é o nosso próximo?

A parábola do “bom samaritano” (Lucas 10.25-37) dá a resposta dessa pergunta. O nosso próximo é, em síntese e por questão de praticidade, todo ser humano que está ao alcance do nosso socorro no tempo da sua necessidade. Devemos demonstrar bondade não apenas para com aqueles de quem gostamos, ou com quem gostamos de estar, mas para com aqueles que passam por necessidade ou aflição, não importando quem seja, se estiver em nosso poder socorrê-los.

7. De que modo é hoje mal utilizada a “regra de ouro”?

Nos dias presentes há muitos que dizem que a “regra de ouro” é toda a religião de que precisam. Isso é um outro modo de dizerem que não têm consciência do pecado, de que não sentem necessidade de um Salvador e de que confiam que podem salvar a si mesmos por suas próprias vidas bondosas. Uma tal atitude é o ápice da soberba espiritual e é mesmo demasiadamente ofensiva a Deus, pois despreza a Sua livre graça em Jesus Cristo.

8. Quem não for crente em Cristo é capaz de cumprir a “regra de ouro”?

Não, com certeza. Não estaremos cumprindo realmente a “regra de ouro” se a nossa motivação para guardá-la não for o amor a Deus e o desejo de fazer a Sua vontade. Todo aquele que “cumpre” a regra, seja por motivos egoístas ou por razões humanitárias, não a está guardando de verdade de jeito nenhum. Ninguém

pode sequer começar a cumprir a regra de ouro senão até que nasça de novo pelo Espírito Santo e que o amor por Deus tenha sido implantado em seu coração.



Pergunta 123. Qual é o quinto mandamento?

R. O quinto mandamento é: “Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR, teu Deus, te dá”



Pergunta 124. Que significam as palavras pai e mãe no quinto mandamento?

R. As palavras *pai* e *mãe* no quinto mandamento significam não apenas os pais naturais, mas todos os superiores em idade e dons e especialmente todos aqueles que, por ordenança de Deus, têm autoridade sobre nós, seja na família, na igreja ou no Estado.

Referências bíblicas

- Pv 23.22, 25; Ef 6.1-2. Os termos “pai” e “mãe” no quinto mandamento incluem os nossos pais naturais.
- 1Tm 5.1-2. Os termos “pai” e “mãe” no quinto mandamento incluem os nossos superiores em idade.
- Gn 4.20-22; 45.8. Os termos “pai” e “mãe” incluem os nossos superiores em dons.
- 2Rs 2.12; 13.14; Gl 4.19. “Pai” e “mãe” incluem aqueles que têm autoridade sobre nós na igreja.
- Is 49.23. “Pai” e “mãe” incluem aqueles que têm autoridade sobre nós no Estado.

Comentário

1. Qual é o significado óbvio e primário de “pai” e “mãe” no quinto mandamento?

O significado óbvio e primário deles é nossos pais naturais.

2. O sentido do quinto mandamento limita-se aos nossos deveres para com os nossos pais naturais?

Não. O uso dos termos *pai* e *mãe* na Bíblia indica que o quinto mandamento

tem uma amplitude maior, abrangendo as várias classes de pessoas mencionadas no Catecismo.

3. Que significa “superiores em idade”?

Isso significa aqueles que são mais velhos do que nós.

4. Que significa “superiores em dons”?

Isso significa aqueles a quem Deus concedeu habilidades ou perícia em algum departamento particular da vida, ou linha de esforço humano.

5. Que significa a expressão “ordenança de Deus”?

Nessa pergunta do Catecismo, “ordenança de Deus” significa as determinações de Deus quanto ao exercício de autoridade; assim, por exemplo, é ordenança de Deus que a igreja seja governada por ministros e presbíteros escolhidos pelo povo, mas que recebem a sua autoridade de Cristo.

6. Em que esferas da vida a ordenança de Deus se aplica especialmente ao exercício de autoridade?

A ordenança de Deus aplica-se especialmente ao exercício de autoridade em três instituições divinas que existem no mundo, a saber, a família, a igreja e o Estado.



Pergunta 125. *Porque os superiores são chamados de “pai” e “mãe”?*

R. Os superiores são chamados de “pai” e “mãe” tanto para lhes ensinar a respeito de todos os seus deveres para com os seus inferiores — demonstrando-lhes, como pais naturais, amor e gentileza conforme as suas diversas relações — quanto para operar nos inferiores maior disposição e alegria no cumprimento das suas obrigações para com os seus superiores, como a seus próprios pais.

Referências bíblicas

- Ef 6.4; 2Co 12.14; 1Ts 2.7-9, 11; Nm 11.11.-12. A obrigação dos pais demonstrarem amor e carinho a seus filhos.
- 1Co 4.14-16; 2Rs 5.13. Os inferiores devem cumprir as suas obrigações com amor e alegria, considerando seus superiores como a seus pais.

Comentário

1. Que verdade ensina essa pergunta do Catecismo sobre a posição de autoridade na sociedade humana?

Essa pergunta do Catecismo nos ensina que toda posição de autoridade na sociedade humana, seja na família, na igreja ou no Estado, é em algum aspecto como a posição de pais naturais na família e que envolve uma certa obrigação em razão dessa semelhança.

2. Que obrigações têm as pessoas que ocupam posição de autoridade na família, na igreja ou no Estado?

A obrigação de exercitarem a autoridade delas com amor e gentileza, ou consideração, para com aqueles que estão sob a sua autoridade.

3. Por que o Catecismo acrescenta a frase “conforme as suas diversas relações”?

Essa frase é necessária porque a obrigação de agir com amor e consideração que cabe àqueles em posição de autoridade não anula nenhuma das outras obrigações que possam haver nos diversos níveis de relacionamento. A obrigação de agir com amor e gentileza não quer dizer que um juiz jamais possa condenar um criminoso a cumprir uma pena qualquer, nem implica que as pessoas não devam ser obrigadas a pagar impostos. “Amor e gentileza” não substitui o cumprimento das tarefas dos outros, são antes a atitude e o modo como todos os deveres devem ser levados à realização.

4. Que obrigações têm aqueles que estão sob a autoridade de outros na família, na igreja ou no Estado?

A obrigação de cumprirem os seus deveres para com aqueles que estão em posição de autoridade sobre eles, como a seus pais, com boa-vontade e alegria. A lei de Deus exige que não apenas obedeçamos às legítimas autoridades da família, da igreja e do Estado, mas que o façamos com uma atitude mental de disposição e alegria por causa da nossa consagração a Deus.



Pergunta 126. Qual é o alcance geral do quinto mandamento?

R. O alcance geral do quinto mandamento é o cumprimento das obrigações que mutuamente devemos uns aos outros em nossas mais diversas relações, seja como inferiores, superiores ou iguais.

Referências bíblicas

- Ef 5.21; 1Pe 2.17; Rm 12.10. Várias obrigações recíprocas na sociedade humana.

Comentário

1. Quanto aos níveis de autoridade, quais são os três tipos de relacionamento possíveis entre as pessoas?

(a) Duas pessoas com o mesmo nível de autoridade podem ser consorciadas, assim como dois presbíteros da mesma igreja. (b) Uma pessoa pode ter autoridade sobre outra, como o pai sobre um filho ou como um oficial do governo sobre o cidadão civil. (c) Pode-se estar sob a autoridade de uma outra pessoa, como um filho sob o pai ou um cidadão sob o governante.

2. Que exige o quinto mandamento nos diversos relacionamentos da sociedade humana?

O quinto mandamento exige que todas as obrigações na esfera da sociedade humana — inclusive na família, na igreja e no Estado — sejam cumpridas com as atitudes corretas. As próximas seis perguntas do catecismo (127-132) explicam isso em detalhes.



Pergunta 127. *Que honra devem prestar os inferiores aos seus superiores?*

R. A honra que os inferiores devem prestar aos seus superiores é toda a reverência que se deve a eles de coração, em palavras e atitudes; a oração e a ação de graças por eles; a imitação das suas virtudes e graças; a obediência voluntária às suas ordens e conselhos legítimos; a devida submissão às suas correções; a fidelidade, a defesa e a manutenção de suas pessoas e autoridade, conforme os seus vários escalões e a natureza de seus postos; suportar as suas falhas e encobri-las com amor, sendo uma honra para eles e para seus governos.

Referências bíblicas

- Ml 1.6; Lv 19.3, 32; Pv 31.28; 1Rs 2.19. Deve-se prestar aos superiores a reverência devida.
- 1Tm 2.1-2. Deve-se orar e dar graças por aqueles que têm autoridade sobre nós.
- Hb 13.7; Fp 3.17. Devemos imitar as virtudes e as boas obras das autoridades.

- Ef 6.1-2, 5-7; 1Pe 2.13-14; Rm 13.15; Hb 13.17; Pv 4.3-4; 23-22; Êx 18.19, 24. O dever de obedecer voluntariamente às ordens e conselhos lícitos das autoridades.
- Gn 16.6-9; Hb 12.9; 1Pe 2.18-20. O dever de se submeter às correções das autoridades.
- Tt 2.9-10; 1Sm 26.15-16; 2Sm 18.3; Et 6.2; Mt 22.21; Rm 13.6-7; 1Tm 5.17-18; Gl 6.6.; Gn 45.11; 47:12. O dever de ser fiel, defender e apoiar as autoridades.

Comentário

1. Que atitude devemos ter para com aqueles que têm autoridade sobre nós?

Devemos ter a atitude da “reverência devida”, isto é, o respeito apropriado para com eles.

2. Como deve-se demonstrar essa atitude de respeito apropriado?

A atitude e respeito apropriado para com essas autoridades não deve ser apenas do coração e da mente, deve ser também demonstrada em “palavra e atitudes”.

3. Que dever de ordem religiosa está relacionado com o honrar essas autoridades?

O dever de orar e dar graças por eles.

4. Devemos seguir o exemplo dessas autoridades a despeito do caráter e atitudes delas?

Não. Devemos imitar as “suas virtudes e graças”; isto é, devemos seguir o seu exemplo quando vimos que estão de acordo com os ensinamentos da Palavra de Deus.

5. Que atitude devemos ter para com as ordens e os conselhos dessas autoridades?

Devemos ter uma atitude de obediência voluntária às suas ordens e conselhos desde que sejam eles lícitos, isto é, de acordo com a lei de Deus.

6. Temos, de algum modo, a obrigação de cumprir ordens que contrariem a lei de Deus?

Não. A lei de Deus, revelada na Bíblia, é o padrão final do certo e do errado.

Ninguém está verdadeiramente obrigado a nenhuma ordem ou mandamento contrário à lei de Deus. Pode ser nossa obrigação obedecer mandamentos além dos já ordenados na lei de Deus, mas não estamos jamais obrigados a obedecer mandamentos contrários à lei de Deus. A Sua lei não exige que a violemos para obedecermos leis e mandamentos de homens.

7. Que atitude devemos ter para com as correções recebidas dessas autoridades?

Uma atitude de “devida submissão às suas correções”, isto é, devemos reconhecer as nossas faltas em vez de ficarmos ressentidos e teimar que estamos certos, quando formos lícitamente corrigidos por essas autoridades.

8. Que deveres temos para com as “pessoas e autoridades” que estão sobre nós pela providência de Deus?

A fidelidade, a defesa e o apoio, sendo a natureza e o grau exatos desses deveres determinados pelo tipo de relacionamento de cada caso. Portanto, a fidelidade que o filho deve aos pais não é a mesma que o cidadão deve ao Estado; nem a defesa e o apoio devidos aos pais naturais são os mesmos que aqueles devidos ao Estado.

9. Como devem ser nossas atitudes para com as falhas e fraquezas dessas autoridades?

(a) Uma atitude de paciência: “suportar as suas fraquezas”; (b) uma atitude de amor: “encobri-las com amor”; isto é, encobrir e não levar em conta as suas falhas até onde for lícito. Sendo assim “uma honra para eles e para seus governos”. Não se deve entender que por isso todas as falhas e más ações devem ser encobertas e pacientemente suportadas. Há casos em que um alto grau de fidelidade nos impõe o dever de protestar e de expor os maus feitos dessas autoridades. É nosso dever denunciar os maus procedimentos das autoridades constituídas sobre nós na igreja ou no Estado. O Catecismo, no entanto, refere-se a “fraquezas”, o que não significa propriamente erros flagrantes, mas falhas ou fraquezas de caráter, e que por isso devem ser suportadas com paciência e acobertadas por amor.



Pergunta 128. *Quais são os pecados dos inferiores contra os seus superiores?*

R. Os pecados dos inferiores contra os seus superiores são toda a negligência dos deveres para com eles; a inveja, o desrespeito e a rebelião contra essas pessoas e suas posições — em seus legítimos conselhos, mandamentos e correções; o amaldiçoar, o escarnecer e toda conduta insubmissa e escandalosa que resulte em vergonha ou desonra para eles e para seu governo.

Referências bíblicas

- Mt 15.4-6. É pecado negligenciar o nosso dever para com as nossas autoridades.
- Nm 11.28-29; 1Sm 8.7; Is 3.5; 2Sm 15.1-12. Os pecados de inveja, desprezo e rebelião da parte de quem estava sob a autoridade de outrem.
- Êx 21.15; 1Sm 10.27; 2.25; Dt 21.18-21. Pecar contra as pessoas e as posições das nossas autoridades, quanto aos seus legítimos conselhos, ordenanças e correções.
- Pv 30.11, 17; 19.26. Os pecados de amaldiçoar, escarnecer e de outras procedimentos escandalosos contras essas autoridades.

Comentário

1. Qual foi o pecado de negligência do dever para com os superiores que Jesus acusou os fariseus e os escribas?

Jesus acusou-os de encorajar e de justificar a negligência no sustento aos pais necessitados, sob o pretexto de que o dinheiro era oferta consagrada a Deus (Mt 15.4-6).

2. Que significa o pecado de invejar as pessoas e as posições das nossas autoridades?

Significa ressentir-se de que Deus em Sua providência deu a eles algo que não deu a nós. Invejar é na verdade achar defeitos na providência de Deus.

3. Que significa o pecado do desrespeito às nossas autoridades?

Desrespeitar é desprezar ou olhar com soberba para alguém e conseqüentemente desmerecer a sua autoridade, desobedecer às suas ordens, etc. A frase comum “desacato à autoridade” ilustra bem esse significado.

4. Que significa o pecado de rebelião contra as nossas autoridades?

A rebelião é o desrespeito levado ao extremo de repudiar totalmente a autoridade que deveríamos reconhecer e honrar. Quem se levanta em rebeldia contra

4. Que responsabilidades têm os superiores quanto a educação dos seus subordinados?

“Que os instruem, aconselhem e admoestem”, isto é, a responsabilidade de inculcar-lhes conhecimento, de admoestá-los quanto a problemas e de lutar contra o mal, na medida em que as circunstâncias o exigirem e as particularidades da relação envolvida o permitirem de modo apropriado. Um magistrado no Estado, um pastor ou presbítero na igreja e um pai na sua casa, todos eles têm a responsabilidade de instruir, aconselhar e admoestar, mas em circunstâncias diferentes, e, em parte, com respeito a questões diferentes.

5. Que responsabilidades têm os superiores para com os seus subordinados que praticam o bem?

A responsabilidade de *aprová-los*, *encorajá-los* e *recompensá-los*, isto é, reconhecer e aprovar as suas atitudes, elogiá-las e recompensá-los da maneira apropriada, encorajando-os assim a se esforçarem em praticar o que é bom.

6. Que responsabilidades têm os superiores para com os seus subordinados que praticam o mal?

A responsabilidade de *reprová-los*, *desencorajá-los* e *puni-los*, isto é, não aprovar as suas atitudes, criticá-las verbalmente e, se necessário, corrigi-los das suas más obras com punições cabíveis.

7. Que obrigação de proteção e provisão têm os superiores para com os seus subordinados?

Obrigam-se a proporcionar-lhes todo tipo de proteção que as circunstâncias exigirem, que tenham condições de suprir e prover “tudo o que for necessário à alma e ao corpo”. Aqui novamente varia o grau de proteção e provisão conforme a natureza da relação envolvida. O Estado tem a obrigação de proteger o cidadão do país da violência de criminosos, bem como das ações hostis de inimigos estrangeiros. A igreja está obrigada a proteger os seus membros das falsas doutrinas e heresias que destroem a alma e de toda a forma de divulgação que seja contrária à Palavra de Deus. O chefe de família tem a obrigação de proteger os seus membros de tudo o que for errado, danoso ou destrutivo, até onde lhe for possível fazê-lo. Quanto à provisão de “tudo o que for necessário à alma e ao corpo”, é preciso que se façam distinções semelhantes. O chefe de família tem a obrigação de proporcionar a alimentação, o vestuário, o abrigo, o cuidado médico, etc., bem como a educação escolar geral e a nutrição religiosa para os que estão a seu cargo.

A responsabilidade da igreja está principalmente na esfera espiritual, em proporcionar a fiel pregação da Palavra de Deus, a correta administração dos sacramentos e o exercício da disciplina eclesiástica do modo apropriado e imparcial. A igreja normalmente não tem a obrigação de suprir alimentação, vestimenta, abrigo, etc., para os seus membros, mas em casos de necessidades reais ela tem o dever de suprir os membros da família da fé, pelos diáconos, até mesmo dessas necessidades vitais. Quanto ao Estado, a sua obrigação consiste principalmente em proteger e garantir a liberdade e a segurança do indivíduo, da família e da igreja, e, também em administrar a justiça pública, promulgando e impondo leis justas e imparciais e garantindo o bem-estar público em tempos de crise ou emergência. Onde os pais não conseguem proporcionar a educação escolar de seus filhos o Estado tem a obrigação de assumir também essa tarefa e é responsável diante de Deus pelo modo como a cumpre. Não é propriamente a função do Estado providenciar alimentos, roupas, moradia, etc., para o povo, exceto em situações de emergência quando é imperativo o auxílio temporário. Antes, a função do Estado é, segundo a Bíblia, manter a justiça, a lei e a ordem nas esferas social e econômica para que o cidadão possa providenciar essas necessidades da vida para si mesmo e sua família.

8. Por que os superiores devem dar um bom exemplo aos seus subordinados?

Ao darem bom exemplo glorificarão a Deus, obterão honra para si mesmos e conservarão a autoridade que Deus lhes atribuiu. Não é preciso dizer que sem um bom e consistente exemplo as pessoas em lugar de autoridade não serão respeitadas, nem as suas orientações, conselhos, etc., serão atendidos e obedecidos. O representante do governo que é culpado de violar a lei não pode influenciar os cidadãos a obedecerem às leis; o ministro ou presbítero que é culpado de transigir com os pecados do mundo não pode ter uma influência salutar na vida piedosa dos membros da igreja; os pais que mentem, dizem palavrões e não têm domínio próprio não podem realmente ensinar seus filhos a serem verdadeiros, reverentes e comedidos. Em cada caso deixar de dar um bom exemplo pode resultar em desprezo pela autoridade da parte de quem está subordinado a outros na família, na igreja e no Estado.



Pergunta 130. *Quais são os pecados dos superiores?*

R. Os pecados dos superiores são, além da negligência dos deveres que lhe são exigidos, a busca desordenada de seus próprios interesses, glória, bem-estar, proveito ou prazer; a ordenação de coisas ilegais ou fora da competência de realização de seus inferiores; aconselhar, encorajar ou favorecê-los no que for mal; dissuadir, desencorajar ou desaprová-los no que for bom; corrigi-los indevidamente; expô-los descuidadamente ao erro, à tentação e ao perigo; provocá-los à ira; ou, de alguma maneira, desonrar a si mesmos ou diminuir a própria autoridade por um comportamento injusto, insensato, inclemente ou remisso.

Referências bíblicas

- Ez 34.2-4. A pecaminosa negligência do dever dos superiores para com aqueles que estão sob a sua autoridade.
- Fp 2.21; Jo 5.44; 7.18; Is 56.10-11; Dt 17.17. O pecado de atitudes ou condutas egoístas, da parte dos superiores.
- Dn 3.4-6; At 4.17-18; Êx 5.10-18; Mt 23.2, 4. O pecado de pessoas em posição de autoridade ordenarem coisas ilegais ou que estão fora da capacidade de realização dos que estão sob as suas ordens.
- Mt 14.8 comparado a Mc 6.24; 2Sm 13.28; 1Sm 3.13. Os pecados de aconselharem, encorajarem ou favorecerem seus inferiores a fazerem o que é errado.
- Jo 7.46-49; Cl 3.21; Êx 5.17. O pecado de influenciar os inferiores contra o que é bom e reto.
- 1Pe 2.18-20; Hb 12.10; Dt 25.3. Não é certo corrigir exacerbada ou imoderadamente a inferiores, mesmo quando erram.
- Gn 37.28; 13.12-13; At 18.17. O pecado de expor os subalternos ao erro, à tentação e ao perigo.
- Ef 6.4. O pecado de provocar os inferiores à ira com exigências ou obrigações despropositadas.
- Gn 9.21; 1Rs 12.13-16; 1.6; 1Sm 2.29-31. O pecado de toda conduta que resulte em quebrar o respeito pela autoridade, da parte dos subalternos.

Comentário

1. Por que é pecado os superiores negligenciarem os deveres que lhe são exigidos?

Porque esse tipo de negligência resulta de não reconhecerem, ou de não levarem a sério a responsabilidade vinculada à autoridade que lhes foi outorgada por Deus. Exercitar autoridade sem reconhecer e aceitar a responsabilidade correspondente é agir de modo irresponsável e é sempre um pecado (Tg 4.17).

2. Que atitude errada, do coração e da mente, é fonte da maioria dos erros cometidos por pessoas em posição de autoridade?

O egoísmo que não é identificado nem controlado conduz inevitavelmente à injusta exploração das pessoas que estão sob a autoridade de outras. Quem está em posição de autoridade precisa entender que essa autoridade não lhe foi atribuída para o seu deleite egoísta, que têm um dever real para com aqueles que estão sob sua autoridade e que eles próprios estão sob o governo moral de Deus e têm a obrigação de Lhe prestarem contas do modo como exercem autoridade, em todos os casos. Todo uso egoísta de autoridade é abuso de autoridade e, portanto, pecado.

3. Dê alguns exemplos da Bíblia de governantes que comandaram àqueles que estavam sob a sua autoridade a fazerem coisas contrárias à lei de Deus.

(a) Nabucodonosor ordenou que todo o povo adorasse à grande imagem de ouro (Dn 3.1-7). (b) O decreto de Dario proibiu por trinta dias qualquer homem de orar a qualquer deus ou homem senão a ele (Dn 6.4-9). (c) Amazias ordenou que Amós não profetizasse em Betel (Am 7.10-13). (d) Zedequias proibiu Jeremias de profetizar em nome do Senhor (Jr 32.1-5). (e) O Sinédrio judaico ordenou que os apóstolos não pregassem em nome de Jesus (At 4.17-18; 5.28, 40).

4. Dê alguns exemplos da história da igreja de governantes que ordenaram ações contrárias à lei de Deus?

(a) Os imperadores romanos que perseguiram os primeiros cristãos e exigiram-lhes que prestassem honra divina à imagem do imperador, etc. (b) Os governantes da Escócia que exigiram que o povo renunciasse ao pacto nacional, à Solene Liga e Pacto, e reconhecessem o rei como o cabeça da igreja, etc. (c) O governo Japonês que, antes da derrocada do país, exigia que os cidadãos, inclusive os cristãos, no Japão, na Coréia, na Manchúria, etc., se curvassem diante dos santuários xintoístas, para prestarem honra à deusa sol como testemunho de fidelidade civil ao Estado.

5. Dê alguns exemplos da Bíblia de governantes que exigiram de seus súditos coisas impossíveis de serem realizadas?

(a) Os capatazes egípcios que, por ordem de Faraó, exigiram do povo de Israel que fizesse tijolos sem que lhe fornecessem a palha para isso (Êx 5.10-18). (b) A ordem de Nabucodonosor para que os seus magos, etc., lhe declarassem o sonho esquecido por ele, juntamente com a sua interpretação (Dn 2.1-13).

6. Por que é especialmente errado os superiores influenciarem os que estão sob a sua autoridade em favor do que é errado ou contra o que é certo?

Isso é especialmente errado e mau porque à influência ordinária que se exerce sobre o outro soma-se o peso da autoridade superior. É sempre errado influenciar alguém em favor do que é errado ou contra o que é certo, mas quando a essa influência soma-se o peso da autoridade especial, o que é mal fica pior. Por isso, é muito mais maligno quando o representante oficial do governo encoraja os cidadãos a violarem a lei, ou desencoraja-os em seus esforços de a obedecerem e honrarem, do que se um civil exercesse influência semelhante. É muito pior, por exemplo, quando um pai encoraja o filho a mentir, ou zomba do seu empenho em ser honesto, do que se um amigo do filho fizesse o mesmo. Semelhantemente, é muito pior quando um ministro ou outro oficial eclesiástico encoraja os membros da igreja a condescenderem numa conduta pecaminosa, ou desencoraja os que estão procurando viver de modo santo e consistente, do que se um membro comum da igreja fizesse a mesma coisa. No caso da nossa influência sobre os outros, como em outros casos, isso significa que quanto maior for a autoridade, maior é a responsabilidade.

7. Por que é errado a correção indevida, exacerbada ou imoderada dos erros dos inferiores?

(a) É errado porque é injusto, por ser, no caso, desproporcional à ofensa ou à transgressão. (b) É errado porque anula e destrói os efeitos próprios da correção ao produzir na pessoa corrigida um sentimento de injustiça e ressentimento, em vez de levá-la a corrigir a conduta.

8. Por que é pecado a exposição descuidada dos inferiores ao erro, à tentação e ao perigo?

Todos têm responsabilidade moral pelo bem-estar do seu próximo, mas no caso das pessoas em posição de autoridade a responsabilidade pelo bem-estar dos subordinados a si é muito maior. A exposição descuidosa, negligente ou indifferente dessas pessoas à injustiça ou ao perigo moral, espiritual ou físico, é uma

crassa desconsideração ou negligência pela responsabilidade, dada por Deus, para com o bem-estar delas.

9. De alguns exemplos da Bíblia de exposição descuidada de inferiores ao erro, à tentação e ao perigo.

(a) Ló, que se mudou cada vez para mais perto da maligna cidade de Sodoma, indo finalmente fixar residência dentro dela, a despeito do perigo moral para a sua família (Gn 13.12-13). (b) Os irmãos de José, que o venderam ao Egito, tratando-o assim não somente de modo extremamente injusto, mas abandonando-o a um ambiente onde enfrentaria tentações à idolatria e à imoralidade (Gn 37.26-28). (c) O rei Acabe, que se casou com Jezabel, princesa sidônia adora-dora de Baal, expondo assim uma nação inteira à injustiça, ao mau exemplo e à tentação de ceder à idolatria (1Rs 16.29-33).

10. Que significa provocar os inferiores à ira?

Essa expressão, derivada de Efésios 6.4, refere-se a exigências insensatas, além do que poderia ser apropriadamente esperado diante das circunstâncias, ou refere-se a alguma atitude grosseira, desamorosa e indevidamente crítica ligada a exigências que são em si mesmas razoáveis e apropriadas. Rigor extremado sobre questões da menor importância, esperar que crianças realizem as tarefas tão perfeitamente quanto os adultos, ameaçar com punições desproporcionais à seriedade do delito são exemplos da insensatez por parte dos pais ou outras pessoas em posição de autoridade. Essas exigências insensatas terão naturalmente o efeito de provocar as pessoas sob autoridade à ira e ao desalento.

11. Dê um exemplo bíblico de alguém que desonrou a si mesmo e diminuiu a sua própria autoridade “por um comportamento injusto, insensato, inclemente ou remisso”?

Nabal, cujo próprio nome significa “tolo” ou “maligno” (1Sm 25.25), que apesar de descender de um homem piedoso (1Sm 25.3), de possuir uma grande riqueza e de ser o cabeça de uma grande família, era assim mesmo “duro e maligno em todo o seu trato”; ele foi extremamente insensato para com os que seguiam Davi, e tinha entre os seus próprios servos a reputação de ser “filho de Belial, e não há quem lhe possa falar” (v.17). A insensatez de Nabal, a sua má índole, intemperança (v.17) e estultícia generalizada minaram-lhe a autoridade e desonraram-lhe a sua pessoa a ponto de a própria esposa referir-se a ele como “homem de Belial” e admitir que “a loucura está com ele” (v.25).



Pergunta 131. *Quais são os deveres dos iguais?*

R. Os deveres dos iguais são considerar a dignidade e o mérito uns dos outros, preferir em honra uns aos outros e regozijar-se com os dons e o progresso uns dos outros como se fossem próprios.

Referências bíblicas

- 1Pe 2.17. O dever de respeitar e amar nossos semelhantes.
- Rm 12.10. O dever do amor cristão e da consideração mútua.
- Rm 12.15-16; Fp 2.3-4. Devemos sentir alegria e satisfação na honra e no progresso dos outros, como se propriamente nossos.

Comentário

1. Que quer dizer o Catecismo com a palavra “iguais”?

Ela não se refere à igualdade de natureza, mas à igualdade de posição. Duas pessoas podem ser iguais quanto à natureza, mas desiguais quanto à posição. Pai e filho têm naturezas iguais, mas aquele tem posição de autoridade sobre o outro. Na sociedade humana é inevitável que algumas pessoas tenham autoridade diferenciada. Essa desigualdade de posição é determinada por Deus.

2. Que queremos dizer com pessoas de igual autoridade?

Queremos dizer com isso que elas têm o mesmo nível de autoridade, nenhuma tem autoridade sobre a outra. No exército, por exemplo, o general tem autoridade sobre o soldado, mas dois soldados são iguais.

3. Qual é o nosso dever geral para com os nossos iguais na sociedade humana?

Devemos considerar “a dignidade e o mérito” deles, reconhecendo que, assim como nós, eles são pessoas humanas criadas à imagem de Deus e, portanto, devem ser honrados e respeitados porque tememos a Deus.

4. Que pecados em especial temos de evitar ao tratarmos os nossos iguais com a dignidade e o mérito devidos?

Devemos especialmente evitar os pecados do egoísmo e da soberba quando tratarmos com os nossos iguais. Todos têm por natureza a tendência de ter a si mesmos em grande conta. Tendemos a aumentar as nossas realizações e a diminuir a dos outros. Tendemos a culpar os outros por seus erros e fracassos, mas encontramos desculpas justificadoras para nós mesmos. Tudo isso pro-

cede do pecado do egoísmo e da soberba humanas. É somente pela graça de Deus em nossas vidas que esses pecados podem ser vencidos.

5. Que dever especial abrange o mandamento de Romanos 12.15-16?

O dever da empatia cristã, isto é, estar atento quanto aos problemas e à situação do nosso próximo, segundo as suas circunstâncias e necessidades particulares. Devemos nos alegrar com os que se alegram e chorar com os que choram. Quer dizer, devemos partilhar de ou demonstrar empatia naquilo que os outros passam.

6. Por que deveríamos nos alegrar pelas conquistas e dons dos outros tanto quanto pelos nossos próprios?

Por que Deus é glorificado por essas conquistas e dons, não importa que sejam nossos ou de outra pessoa. Devemos considerar tudo na vida, não de um ponto de vista egoísta, mas na perspectiva da glória de Deus.

7. Que pecado nos impede de nos regozijarmos com os dons e progressos dos outros?

O pecado da inveja, que nos torna verdadeiramente infelizes pelo sucesso conquistado ou pelas honras recebidas por outra pessoa. Os verdadeiros amor e empatia cristãos pelos outros vencerão o pecado da inveja em nossos corações.



Pergunta 132. *Quais são os pecados dos iguais?*

R. Os pecados dos iguais são — além da negligência dos deveres exigidos — depreciar o mérito, invejar os dons, entristecer-se pelo sucesso ou prosperidade uns dos outros e usurpar a preeminência de uns sobre os outros.

Referências bíblicas

- Rm 13.8. O dever do amor cristão mútuo.
- 2Tm 3.8. É errado desprezar os bons.
- At 7.9; Gl 5.26. O pecado de invejar os dons dos outros.
- Nm 12.2; Et 6.12-13. O mal de entristecer-se por causa da prosperidade ou sucesso dos outros.
- 3Jo 9; Lc 22.24; 1Pe 4.15. O pecado de usurpar a preeminência de uns sobre os outros.

Comentário

1. Negligenciar o amor cristão mútuo é um pecado comum nos dias de hoje?

Esse tem sido provavelmente um pecado comum entre os cristãos, exceto nos períodos de avivamento espiritual quando eles são forte e mutuamente aproximados pela obra poderosa do Espírito Santo em seus corações. Em tempos de perseguição os cristãos quase sempre têm o amor de uns para com os outros muito aumentado e aprofundado. Por outro lado, o nosso Salvador falou de um tempo porvir em que *“por se multiplicar a iniquidade, o amor se esfriará de quase todos”* (Mt 24.12). Em períodos de desvio espiritual, descrença ou apostasia, como nas oscilações da maré da fé, assim também tanto o amor cristão quanto o cuidado pelo outro diminuem e uma calosa frieza toma seu lugar. Quase não se pode perguntar se a negligência do amor cristão é comum na América hoje.

2. Qual é o efeito do pecado da inveja no invejoso?

Esse pecado, além de ser uma grave ofensa à lei de Deus, tem, inevitavelmente, um efeito destrutivo espiritual e psicológico nos que são culpados dele. O invejoso é vítima do seu próprio pecado e a sua personalidade é corroída pela inveja até que ele se torne alguém amargo ou irritável. Quem é assim suspeita de tudo, é ressentido, ofende-se com facilidade, é de difícil trato e um “problema” para seus amigos e associados. A Escritura denomina a inveja de *“a podridão dos ossos”* (Pv 14.30). Quem tolera esse pecado na própria vida está brincando com um ácido que, se não identificado, corroerá a sua personalidade até que seja destruída a sua disposição e, totalmente dominada pela inveja. Somente a ação onipotente de Deus pode salvar alguém de um estado de tão lamentável escravidão espiritual.

3. Que quer dizer o Catecismo com: “usurpar a preeminência de uns sobre os outros”?

Essa expressão não se refere à preeminência que há de alguém sobre outro em razão da autoridade legitimamente obtida, como a autoridade de um pai sobre o seu filho ou de um magistrado sobre o cidadão. Antes, refere-se à apropriação de uma autoridade que não pertence devidamente à pessoa. Quem age assim procura dominar os que estão de fato no mesmo plano de igualdade que ele. O adjetivo que descreve esse traço de caráter é “dominador” ou, na linguagem comum, “mandão”. Quando o membro de uma congregação tenta fazer as coisas do seu próprio modo, e a impõe sobre os demais, isso é

“usurpar a preeminência”. Relacionado a isso bem de perto está o pecado de intrometer-se nas questões alheias, o que é proibido em I Pedro 4.15: “*Não sofra, porém, nenhum de vós (...) como quem se intromete em negócios de outrem*”. A palavra grega traduzida por “*quem se intromete em negócios de outrem*” significa literalmente um bispo sobre os outros, isto é, alguém que põe a si mesmo indevidamente como o supervisor dos negócios alheios.



Pergunta 133. *Qual é a razão anexa ao quinto mandamento para mais o reforçar?*

R. A razão anexa ao quinto mandamento — expressa nas palavras “*para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR, teu Deus, te dá*” — é uma promessa explícita de vida longa e de prosperidade feita a todos os que guardam esse mandamento, até onde servir à glória de Deus e ao próprio bem deles.

Referências bíblicas

- Dt 5.16. A promessa de vida longa e de prosperidade aos que obedecem ao quinto mandamento.
- 1Rs 8.25. A promessa de Deus a Davi quanto ao reino perpétuo dos seus descendentes.
- Ef 6.2-3. A promessa do quinto mandamento reafirmada no Novo Testamento.

Comentário

1. Que promessa de Deus está anexada ao quinto mandamento?

Uma promessa de longa vida e de prosperidade àqueles que obedecerem fielmente a esse mandamento.

2. Que efeito exerce na sociedade humana a obediência ao quinto mandamento?

Como a exigência geral do quinto mandamento é o respeito a autoridade na sociedade humana, é claro que onde esse mandamento for obedecido haverá as condições que promovem a longevidade e a prosperidade. Por outro lado, onde faltar o respeito à autoridade legítima prevalecerá na sociedade humana um maior ou menor grau de anarquia ou de desregramento e isso levará a

condições que abreviam a vida e interferem na prosperidade. Portanto, na providência de Deus, a obediência ao quinto mandamento resultará num aumento geral da extensão da vida e da prosperidade na sociedade.

3. Quem obedece este mandamento sempre alcança vida longa e prosperidade material?

Não. Devemos ter o cuidado de observar a qualificação declarada pelo Catecismo: “até onde servir à glória de Deus e ao próprio bem deles”. Embora seja mesmo verdadeiro, como uma proposição geral, que a obediência ao quinto mandamento é seguida por uma vida longa e por prosperidade, isso não implica que essas bênçãos sejam concedidas a todo indivíduo que obedece conscienciosamente a esse mandamento. Particularmente, há casos em que a glória de Deus e o próprio bem da pessoa podem ser melhor servidos pelo retenção da bênção da vida longa, da prosperidade material ou de ambas. Quando pensarmos em promessas desse tipo devemos sempre deixar espaço para a soberania e conselho secreto de Deus. Ao mesmo tempo devemos lembrar que todo filho de Deus tem algo até mais superior à vida longa e à prosperidade material: ele tem a vida eterna e uma herança celestial, sendo feito co-herdeiro com Cristo e herdeiro do reino dos céus.

4. É certo buscar e orar por vida longa e prosperidade material?

Certamente, desde que essas bênçãos não sejam consideradas como o nosso alvo maior, mas que estejam subordinadas ao reino de Deus e à Sua justiça, e que as busquemos em humilde submissão à vontade de Deus. É pecado perseguirmos vida longa e prosperidade como se fossem os principais alvos da nossa vida. O crente em Cristo deve sempre se lembrar de que a vida que é vida de fato não é a vida presente, mas a vida eterna; e que o verdadeiro tesouro não é o da Terra, mas o do céu. Isso não envolve uma atitude de desprezo pelas bênçãos recebidas aqui na Terra, envolve apenas a perspectiva verdadeira e o correto censo da importância relativa dessa vida e da vida porvir.



Pergunta 134. Qual é o sexto mandamento?

R. O sexto mandamento é: *não matarás.*



Pergunta 135. *Quais são os deveres exigidos no sexto mandamento?*

R. O sexto mandamento exige os deveres de estudar criteriosamente e esforçar-se licitamente para em tudo preservar a nossa vida e a dos outros; de resistir a todo pensamento e propósito, subjugar todas as paixões, evitar todas as ocasiões, tentações e práticas que tendam a tirar injustamente a vida de alguém; de — pela defesa justa — proteger a vida contra a violência, suportar com paciência a mão de Deus, serenar a mente, alegrar-se no espírito; de comer, beber, medicar-se, dormir, trabalhar e recrear-se com sobriedade; de ter pensamentos caridosos, amor, compaixão, mansidão, benignidade e bondade; de falar e comportar-se de modo pacífico, cordial e cortês; de ser longânimo, estar pronto a reconciliar-se, suportar e perdoar pacientemente as ofensas, retribuir o bem pelo mal; de confortar e socorrer os aflitos e de proteger e defender os inocentes (continua).

Referências bíblicas

- Êx 20.13. O sexto mandamento.
- Ef 5.28-29. O dever de preservarmos a nossa própria vida.
- 1Rs 18.4. O dever de preservarmos a vida dos outros.
- Jr 26.15-16; At 23.12-27. Temos o dever de resistir a todos os pensamentos e intenções que tendam à injusta destruição da vida humana.
- Ef 4.26-27. Devem-se subjugar as paixões que tendam à injusta destruição da vida.
- 2Sm 2.22; Dt 22.8. Devem-se evitar ocasiões que tendam à injusta eliminação da vida.
- Mt 4.6-7; Pv 1.10-16. Temos o dever de evitar a todas as tentações que tendam à injusta destruição da vida.
- 1Sm 24.12; 26:9-11; Gn 37.21-22. Toda injusta eliminação da vida humana é pecado.
- Sl 82.4; Pv 24.11-12; 1Sm 14.45. O sexto mandamento exige a defesa justa da vida humana contra a destruição pela violência.
- Tg 5.7-11; Hb 12.9. O sexto mandamento exige a submissão paciente à vontade de Deus conforme revelada pela providência de Deus.
- 1Ts 4.11; 1Pe 3.3-4; Sl 37.8-11; Pv 17.22. O sexto mandamento requer de nós uma mente serena e um espírito alegre.

Comentário**1. Qual o significado da palavra “matar” no sexto mandamento?**

No sexto mandamento, a palavra *matar* é usada com o sentido de “cometer

assassinato”. “Não matarás” é a tradução fiel do texto hebraico. O Catecismo interpreta corretamente o mandamento nesse sentido, não proibindo o matar em si mesmo, mas o tirar injustamente a vida de alguém. Esta é a definição correta do pecado e do crime de matar.

2. Quais são os deveres positivos gerais exigidos pelo sexto mandamento?

“Os deveres de estudar criteriosamente e esforçar-se licitamente para em tudo preservar a nossa vida e a dos outros”.

3. Que quer dizer “os deveres de estudar criteriosamente (...) para em tudo preservar a nossa vida e a dos outros”?

Isso abrange toda forma de pesquisa e planejamento humanos voltados para a preservação da vida. Inclui, por exemplo, temas diversos como a investigação científica das causas e prevenção de doenças, o estudo da Química visando a descoberta de drogas que salvem vidas ou evitem o sofrimento, planos que previnam acidentes de tráfego rodoviário, o estabelecimento de faróis para alertar as embarcações das rochas perigosas, a pesquisa agrônômica para aumentar a produtividade do solo e o desenvolvimento de meios de comunicação rápidos e eficientes para trazerem pronto alívio em situações de desastre como terremotos, incêndios ou enchentes.

4. Que quer dizer “esforçar-se licitamente para em tudo preservar a nossa vida e a dos outros”?

Isso quer dizer todos aqueles esforços que estão direta e indiretamente voltados para a preservação da vida humana, menos os errados, porque são proibidos pela lei moral de Deus. É, portanto, nosso dever tentar preservar tanto a nossa vida quanto a do nosso próximo, mas não contando uma mentira, nem negando a Cristo, nem traindo a responsabilidade que recebemos de Deus para com o nosso país. Não temos o direito de fazer males para que nos advenham bens, mesmo que sejam para salvar a nossa vida ou a de outra pessoa.

5. Além do crime real e literal de assassinato, que mais exige de nós o sexto mandamento?

Além do crime real de assassinato, o sexto mandamento exige que evitemos, resistamos ou subjuguemos tudo cuja tendência seja destruir injustamente a vida humana. Portanto, devemos resistir a pensamentos e propósitos, subjugar paixões e evitar ocasiões, tentações e práticas que possam destruir a vida

desse modo. Deve-se notar que o Catecismo evita prudentemente a tentativa de apresentar uma lista dessas ocasiões, tentações, práticas, etc. Nenhuma lista assim jamais poderia ser completa, adequada ou permanentemente válida. Práticas como duelos, touradas, descer as corredeiras do Rio Niágara num barril tendem inquestionavelmente a destruir injustamente a vida humana e o sexto mandamento, portanto, exige que sejam evitadas. Mas há algumas outras práticas de caráter duvidoso, por exemplo, a tentativa de cruzar o Oceano Pacífico num pequeno barco a velas. O Catecismo estabelece o princípio, mas deixa, sabiamente, a precisa aplicação do princípio para o senso comum santificado do crente em Cristo.

6. O que está embutido na justa defesa da vida humana contra a violência?

Essa exigência do sexto mandamento inclui o dever que a nação tem de proteger o seu povo contra a injusta violência de todos os seus inimigos — estrangeiros ou domésticos — bem como inclui o dever de todo indivíduo de defender a si mesmo e os outros contra a violência da parte de todo tipo de transgressor da lei. O sexto mandamento, portanto, compreende o direito e o dever da guerra defensiva e do poder da polícia para impor a lei e a ordem, como também o dever de defender a si mesmo e aos outros da violência criminosa sempre que a ocasião possa o exigir.

7. Por que o sexto mandamento exige o “suportar com paciência a mão de Deus”?

Para o nosso verdadeiro bem mental, espiritual e físico é necessário que nos submetamos pacientemente à vontade de Deus, quando a nós manifestada pelos eventos da Sua providência. Impacientar-se ou rebelar-se contra “a mão de Deus” é essencialmente auto-destrutivo, pois somente em submissão à Sua vontade e em harmonia com Ele é que podemos alcançar o nosso verdadeiro destino e assegurar o nosso verdadeiro bem. Isso cabe dentro da verdade básica de que os seres humanos são criaturas de Deus e que o seu verdadeiro bem consiste na união e na comunhão com Deus. Os crentes em Cristo desonram Deus e ferem a si mesmos quando se impacientam e se rebelam sob Suas dispensações providenciais. Os réprobos no inferno continuarão, por toda a eternidade e completamente frustrados, em rebelião contra Deus e Sua vontade. Quando o crente em Cristo se rende à impaciência e à rebelião contra a vontade de Deus, ele está, até um certo ponto, se portando como os réprobos no inferno.

8. Por que o sexto mandamento exige “serenar a mente” e “alegrar-se no espírito”?

É geralmente sabido e conhecido que uma atitude mental serena e uma disposição mental alegre tendem à boa saúde e à vida longa. Uma atitude preocupada, ansiosa e pessimista causa um imenso volume de desgaste e ruptura desnecessárias na personalidade humana. A influência da mente sobre o corpo é bem conhecida. O crente em Cristo tem o dever de encarar a vida serena e alegremente, a despeito de frustrações, sofrimento e durezas de maneira a glorificar a Deus em seu corpo e espírito, que são propriedade de Deus e estão consagrados ao Seu serviço.

Pergunta 135 (Continuação). *Quais são os deveres exigidos no sexto mandamento?*

R. O sexto mandamento exige os deveres (...) de comer, beber, medicar-se, dormir, trabalhar e recrear-se com sobriedade; de ter pensamentos caridosos, amor, compaixão, mansidão, benignidade e bondade; de falar e comportar-se de modo pacífico, cordial e cortês; de ser longânimo, estar pronto a reconciliar-se, suportar e perdoar pacientemente as ofensas, retribuir o bem pelo mal; de confortar e socorrer os aflitos e de proteger e defender os inocentes.

Referências bíblicas

- Pv 25.16, 27; 1Tm 5.23. O sexto mandamento exige o comer e o beber com sobriedade.
- Is 38.21. O sexto mandamento exige o uso apropriado de remédios para o alívio do sofrimento e a prolongação da vida.
- Sl 127.2; 2Ts 3.10-12; Pv 16.26; Ec 3.4, 11; 5.12. O sexto mandamento exige temperança no dormir, no trabalhar e no recrear-se.
- 1Sm 19.4-5; 22.13-14; Rm 13.10; Lc 10.33-34; Cl 3.12-13; Tg 3.17; 1Pe 3.8-11; Pv 15.1; Jz 8.1-3. O sexto mandamento exige bondade e amor em palavras e obras.
- Mt 5.24; Ef 4.2, 32; Rm 12.17, 20-21. O sexto mandamento exige um espírito paciente, perdoador e não melindroso.
- 1Ts 5.14; Jô 31.19-20; Mt 25.35-36; Pv 31.8-9. É nosso dever auxiliar e consolar os que sofrem e proteger e defender da injustiça os inocentes.

Comentário

1. Que quer dizer comer, beber, etc com sobriedade?

Isso significa usar essas coisas de modo consciente, cuidadoso e temperante de sorte que não causem dano à nossa saúde física nem ao estado de alerta da nossa mente. Precisamos entender que a Bíblia mostra que a glotonaria é tão pecaminosa quanto a bebedice.

2. Qual o significado da expressão “medicar-se”?

“Medicar-se” deve ser entendido como incluindo não apenas as drogas mas todos os meios e métodos científicos usados para aliviar o sofrimento e prolongar a vida.

3. É errado o crente em Cristo recorrer a medicamentos ou a outro tipo de tratamento científico para aliviar o sofrimento ou curar uma doença?

Não. No passado alguns crentes zelosos afirmavam que isso era errado e que o crente que usa remédios não confia verdadeiramente no poder e na bondade de Deus. Devemos compreender que a fé em Deus não é contrária ao uso dos meios válidos. Deus amenizou a maldição ao colocar no mundo, para serem descobertos pelo homem, os meios pelos quais o sofrimento humano pode ser aliviado e a vida prolongada. Recusar-se a lançar mão desses meios porque confiamos em Deus envolve uma noção equivocada do que significa confiar em Deus. Na realidade a nossa fé em Deus exige que usemos os meios apropriados que a Sua providência pôs à nossa disposição. Que pensaríamos de um fazendeiro que dissesse: “Eu não vou arar meus campos nem semear nada, vou apenas confiar que Deus me envie uma colheita”?

4. Qual deve ser a atitude de um crente em Cristo para com o sono, o trabalho e a recreação?

O Catecismo apresenta o ensinamento da Bíblia sobre essa pergunta ao afirmar que o sexto mandamento exige o uso dessas coisas “com sobriedade”. Dormir, trabalhar e recrear-se são todos necessários à vida humana, sem eles não podemos ter um corpo saudável e uma mente atenta. No entanto, dormir, trabalhar e recrear-se devem manter-se em equilíbrio entre si, com uma justa parcela de tempo dedicada proporcionalmente a cada um, mas todos os três devem estar subordinados ao grande propósito da vida humana, que é o de glorificar a Deus e gozá-LO para sempre. Ociosidade e preguiça são pecados, bem como a dedicação imoderada e o apego idólatra ao trabalho, como também a dedicação de uma porção de tempo excessiva à recreação. Muitos dos

crentes que não pensariam em incorrer nas formas comuns e grosseiras de intemperança deveriam avaliar se são ou não culpados de alguma forma menos evidente de descomedimento. A festa ou reunião social que se prolonga até tarde da noite, de sorte que os ali presentes estejam cansados e incapazes de trabalharem eficientemente a maior parte do dia seguinte é uma forma de desequilíbrio pecaminoso. Assim é o moderno culto americano à velocidade, à luxúria e ao sucesso financeiro. O crente deve cultivar uma atitude consciente e atenta sobre isso, compreendendo que é um mordomo de Deus.

5. Por que o sexto mandamento exige que conservemos um espírito pacífico, cordial e cortês para com os outros?

Por que um espírito contrário — isto é, descortês, irracional e desamoroso — inevitavelmente, causará dano tanto a nós mesmos quanto aos outros. Perturbará igualmente a nossa mente e a do nosso próximo e, pela influência da mente no corpo, acarretará feridas em maior ou menor grau na nossa saúde física e na de nossos semelhantes. Ira, dureza de coração, espírito áspero e inamistoso e atitudes semelhantes só podem causar prejuízo à mente e ao corpo. Essa é uma maneira de “matar” que a lei de Deus certamente proíbe.

6. Que quer dizer “longânimo”?

Longânimo significa estar disposto a suportar algum mal-feito ao invés de precipitar-se na defesa de nossos direitos e insistir para que se faça justiça em nosso favor.

7. Por que um crente em Cristo deve “estar pronto a reconciliar-se”?

Porque pelo amor e graça maravilhosos de Deus o próprio crente em Cristo tem sido reconciliado com Deus. É por isso que ele deve estar desejoso, e mesmo ansioso, para se reconciliar com o seu semelhante tão logo quanto possível.

8. Por que um crente em Cristo deve “suportar e perdoar pacientemente as ofensas”?

Porque Deus perdoou gratuitamente todos os seus pecados. Por isso, em gratidão a Deus, o crente em Cristo deve ter um espírito paciente e perdoador para com os seus semelhantes.

9. O Catecismo quer dizer que temos de agüentar pacientemente, sem protesto ou oposição, tudo o que os outros possam fazer?

Certamente que não. Algumas vezes temos o dever, e o direito, de buscar que as autoridades constituídas, da igreja ou do Estado, façam justiça. Mas, mesmo quando for um dever opor-se e procurar restringir a ação dos outros, não devemos odiá-los, mas manter um espírito cortês e perdoador para com eles. Especialmente quando estiverem em jogo os direitos e a verdade de Deus, é nosso dever levantarmo-nos corajosamente em prol da verdade e da justiça, sem levar pessoas em conta. A nossa boa-vontade para com os outros não deve nos tornar frouxos na defesa da verdade de Deus.

10. Qual é o dever do crente em Cristo para com os aflitos?

A Parábola do Bom Samaritano, assim como os textos citados pelo Catecismo, nos ensinam que temos o dever de fazer tudo o que pudermos para consolar e aliviar os aflitos, não importa quem sejam. O nosso próximo é quem está em necessidade, é aquele a quem podemos ajudar. Temos especialmente o dever de aliviar os sofrimentos e os dissabores dos nossos coirmãos em Cristo, não apenas da nossa igreja ou comunidade, mas em qualquer parte do mundo.

11. Qual é o dever do crente em Cristo para com os inocentes?

Por “inocente” o Catecismo quer dizer pessoas inocentes em perigo de serem tratadas como culpadas, ou que já estão sofrendo como se fossem as culpadas por algum delito. Temos sempre o dever de proteger os outros contra a injustiça até onde o possamos fazer. Isso é verdade tanto nas questões menores quanto nas maiores, em todas as esferas da sociedade humana, inclusive na família, na igreja e no Estado.



Pergunta 136. *Quais são os pecados proibidos no sexto mandamento?*

R. Os pecados proibidos no sexto mandamento são tirar de qualquer modo a nossa vida ou de outros, exceto em caso de justiça pública, guerra legítima ou defesa necessária; a negligência ou a retirada dos meios lícitos e necessários de preservação da vida; a ira pecaminosa, o ódio, a inveja ou o desejo de vingança; toda paixão excessiva; a preocupação exagerada; comer, beber, trabalhar e recrear-se sem moderação; palavras de provocação, opressão, altercações, agredir ou ferir fisicamente e tudo o que tende a destruir a vida de alguém.

(Observação: Como boa parte da resposta à Pergunta 136 cobre o mesmo terreno que a resposta à Pergunta 135, limitaremos a nossa discussão da Pergunta 136 mais às questões da legalidade da pena capital, da participação na guerra e da autodefesa.).

Referências bíblicas

- Gn 9.6; Nm 35.31, 33. Deus ordena no Velho Testamento a pena de morte pelo crime de assassinato.
- Rm 13.4. O Novo Testamento confirma a pena de morte.
- Jr 48.10; Dt 20. Algumas vezes a guerra é legítima e sob algumas circunstâncias temos o dever imposto por Deus de tomarmos parte nela.
- Êx 22.2-3. Tirar a vida de outrem em caso de autodefesa necessária é sempre legítimo.

Comentário

1. Por que muitas pessoas hoje se opõem à pena de morte em caso de assassinato?

É claro que há hoje uma considerável oposição à pena de morte e que se fazem constantes esforços para que esse castigo seja abolido. O pano de fundo dessa situação é o enfraquecimento e o abandono generalizados da fé na Bíblia como a Palavra de Deus inspirada, daí resulta o abandono generalizado na crença de que o governo e a jurisprudência civis sejam instituições divinamente ordenadas. A opinião hoje prevalecente parece ser a de que a jurisprudência civil fundamenta-se em acordos ou costumes humanos e que a justiça é meramente o que a sociedade humana achou que era para o bem geral; por isso, a pena de morte por assassinato é considerada como um mero costume humano advindo dos tempos primitivos. Se a pena de morte for apenas um costume humano é claro que a sociedade pode modificá-la ou substituí-la por algum outro castigo, mas se for um mandamento divino, e se a justiça fundamenta-se na lei de Deus, a sociedade humana não tem o direito de modificá-la.

2. Que razão é dada em Gênesis 9.6 para a ordenança da pena capital?

“Porque Deus fez o homem segundo a sua imagem”. Isto é, imputa-se a pena de morte em caso de assassinato não simplesmente porque o assassinato é contrário ao bem-estar geral da raça humana, mas porque o assassinato é um insulto a Deus. O assassino afronta Deus ao destruir um portador da Sua imagem, por isso o assassino comete sacrilégio ao não considerar a imagem de Deus no homem como algo sagrado. A dignidade e o valor reais da vida huma-

na consistem no fato de o homem portar a imagem de Deus. Adão foi criado como uma cópia ou réplica perfeita, embora finita, da Divindade e mesmo hoje, apesar da queda, a imagem de Deus existe no homem, todavia danificada. O elemento mais hediondo no pecado de assassinato é o desprezo por Deus ao se destruir a vida humana, que porta a Sua imagem.

3. É certo os legisladores humanos abolirem a pena de morte em caso de assassinato?

Não. Onde a Palavra de Deus legisla positivamente sobre o dever do Estado, como no caso da pena de morte, é obrigatório que as leis civis conformem-se à vontade revelada de Deus. Gênesis 9.6 mostra que a pena de morte é um mandato divino para o Estado e Romanos 13.4 mostra que a exigência divina da pena de morte não foi rejeitada, antes foi confirmada pela revelação do Novo Testamento.

4. A Bíblia ou os ensinamentos de Jesus proíbem os crentes de fazerem a guerra?

Admite-se geralmente que o Velho Testamento não proíbe que se recorra à guerra em circunstância justa e necessária, mas é comum os defensores da posição chamada de “pacifismo” oporem o Novo Testamento ao Velho pelo argumento de que o Novo Testamento proíbe o que o Velho sancionou. Na tentativa de provarem o que alegam recorrem usualmente aos ensinamentos de Jesus, especialmente ao Sermão do Monte, e particularmente à “regra de ouro”. O apelo aos ensinamentos de Jesus envolve dois erros: (a) Esse método de interpretação tira os ensinamentos de Jesus do contexto da Bíblia como um todo de Velho e Novo testamentos e interpreta-os isoladamente, ou mesmo como se estivessem em oposição a outras partes da Bíblia. A verdade clara é que os ensinamentos de Jesus estão em harmonia perfeita com todo o restante da Bíblia e que o nosso padrão de fé e vida não é simplesmente “os ensinamentos de Jesus”, mas a Palavra de Deus toda, do Gênesis ao Apocalipse. (b) Esse método não leva em conta todos os ensinamentos de Jesus, mas só certas partes dele consideradas como favoráveis à posição pacifista. Essas partes, como a “regra de ouro”, têm a interpretação distorcida na tentativa de provarem que é sempre errado o uso da força para resistir ao mal. O primeiro gentil convertido ao cristianismo foi Cornélio, que era soldado profissional, e não há nenhuma indicação de que os apóstolos lhe exigiram que renunciasse o seu serviço militar no exército romano. Quando soldados vinham até João Batista perguntando “*que faremos?*” ele não mandou que renunciassem ao serviço militar e adotassem outro modo de vida, mas apenas

respondeu: “*A ninguém maltrateis, não deis denúncia falsa e contentai-vos com o vosso soldo*” (Lc 3.14), isto é, ele lhes ordenou que evitassem a tentação de abusarem da posição militar para fins egoístas, mas nada lhes disse sobre alguma obrigação de repudiarem o serviço militar em si mesmo. O Catecismo adota o princípio defendido pela maioria dos crentes, a saber, que há o que se chama de guerra legítima. É claro que isso não significa que toda guerra é legítima, nem que toda prática ocorrida numa guerra seja aprovada. O Catecismo está muito longe de sancionar o militarismo; ele apenas afirma que em certas circunstâncias tomar parte em uma guerra não é inconsistente com o dever cristão.

5. Por que é certo nos defendermos de toda violência ilegal?

A autodefesa contra a violência ilegal é sempre legítima. É mais do que legítima: é uma obrigação moral. A nossa vida não é nossa, mas pertence a Deus e por isso como despenseiros das propriedades de Deus temos a obrigação de preservar a nossa própria vida, e a dos outros, da destruição pela violência criminosa. O princípio de que a autodefesa é legítima é geralmente sustentado pelo Direito Civil das nações. Alegar que a “regra de ouro”, ou que a obrigação de amar nosso próximo, significa que seja errado matar como esforço de autodefesa é empurrar o amor ao próximo para um extremo absurdo e fanático. A Escritura ordena que se ame o próximo como a si mesmo, isto é, o amor ao próximo deve estar em equilíbrio com o amor apropriado a si mesmo. Quem se deixar matar por um criminoso, sem tentar se defender, ama demais o seu próximo e não ama a si mesmo o suficiente.



Pergunta 137. Qual é o sétimo mandamento?

R. O sétimo mandamento é: *não adulterarás*.



Pergunta 138. Quais são os deveres exigidos no sétimo mandamento?

R. Os deveres exigidos no sétimo mandamento são a castidade de corpo, mente, sentimentos, palavras e comportamento; preservar a castidade em nós mesmos e nos outros; a vigilância sobre os olhos e todos os demais sentidos; ser temperante, buscar a companhia de pessoas castas, vestir-se recatadamente;

o casamento dos que não têm o dom da continência, o amor conjugal, a coabitação; o labor diligente em nossas vocações; o repelir todas as ocasiões de impureza e resistir às suas tentações.



Pergunta 139. *Quais são os pecados proibidos no sétimo mandamento?*

R. Os pecados proibidos no sétimo mandamento, além da negligência aos deveres que ele exige, são adultério, fornicção, estupro, incesto, sodomia e toda concupiscência antinatural; toda imaginação, pensamento, propósito e sentimento impuros; toda comunicação corrupta ou torpe, ou ouvi-las; olhares lascivos, comportamento impudente ou leviano; vestuário indecoroso; proibição de casamentos lícitos e permissão de casamentos ilícitos; permitir, tolerar ou manter locais de prostituição, e a eles recorrer; enredar-se com votos de celibato, retardar indevidamente o casamento; ter mais de um cônjuge ao mesmo tempo; o divórcio ou o abandono injustos; ociosidade, glotonaria, bebedice, acompanhar-se de pessoas corruptas; canções, livros, figuras, danças e espetáculos lascivos; todos os demais estímulos à impureza; atos de impureza contra nós mesmos ou contra outros.

Referências bíblicas

- Êx 20.14. O sétimo mandamento.
- 1Ts 4.2-8. O dever da pureza de coração e vida.
- Jó 31.1; Mt 5.28. O sétimo mandamento requer a vigilância dos olhos e de todos os sentidos.
- Pv 2.16-20; 5.8; Gn 39.10. O dever de evitar a companhia lasciva.
- 1Tm 2.9. O dever de usar roupas decorosas e discretas.
- Ef 5.3-4. O dever da pureza na fala e na conversação.
- Mt 15.19. Os pecados contra a pureza procedem do coração.
- 1Tm 4.3; Mc 6.18; Mt 2.11-12. A proibição de casamentos lícitos e a permissão de casamentos ilícitos contrariam o sétimo mandamento.
- Mt 2.14-15; Mt 19.5. A monogamia é a ordenança divina para o casamento, portanto a poligamia é errada e não sancionada por Deus.
- Mt 2.16; Mt 5.32. O divórcio é contrário à instituição divina do casamento e jamais deve ser permitido senão com base bíblica.
- Rm 13.13-14; 1Pe 4.3. A Palavra de Deus requer a evitação de toda forma de impureza e a separação de todas as ocasiões e tentações que a propiciem.

Comentário

1. Qual a relação do sétimo mandamento com o sexto?

O sexto mandamento exige o respeito à santidade da vida enquanto o sétimo exige o respeito à santidade do sexo, através do qual a vida humana é propagada e continuada no mundo.

2. Qual o alcance geral do sétimo mandamento?

“O sétimo mandamento exige a preservação da nossa castidade, e da de nosso próximo, no coração, nas palavras e na conduta” (Breve Catecismo, Pergunta 71).

3. O que causa a quebra do sétimo mandamento?

A causa real e básica da quebra do sétimo mandamento é espiritual, a saber, a condição pecaminosa e corrompida do coração humano (Mt 15.19).

4. Que influência da vida moderna tem contribuído grandemente para a violação do sétimo mandamento?

A violação do sétimo mandamento tem aumentado grandemente pela aceitação generalizada de um tipo de psicologia que enfatiza a “auto-expressão”, isto é, que promove e tolera a liberação dos impulsos naturais a despeito das proibições da lei de Deus e da ordenança do casamento. Não há dúvida que muitos levaram as implicações desse tipo de psicologia ainda mais a fundo do que tencionaram os estudiosos que a formularam originalmente; não há dúvida também que a psicologia da “auto-expressão” tem sido usada por muitos como uma desculpa conveniente para render-se à lascívia. O resultado tem sido a diminuição geral da oposição aos pecados de fornicação, adultério, divórcios e casamentos em desacordo com a Bíblia, etc. Esses pecados não são nada novos, existem desde os tempos mais remotos (Gn 34; 38.15-26) e são, umas vezes mais e outras vezes menos comuns. Hoje, no entanto, a revolta contra a lei de Deus é tal que muitas pessoas “respeitáveis”, e mesmo muitas das que professam a fé, defendem e alegam que tais práticas não são pecado. Enfrentamos hoje uma situação em que muitas pessoas instruídas e respeitáveis consideram a expressão do instinto sexual não como uma questão moral sujeita à lei de Deus, mas apenas como uma questão de preferência pessoal. Por isso, há hoje muitas pessoas que afirmam que as relações sexuais fora do casamento são legítimas, que o casamento não é necessariamente permanente, etc. Jamais houve no passado — da parte de pessoas proeminentes num país que goza da luz da religião cristã — uma tal justificativa para a imoralidade

sexual, assim como há hoje nos Estados Unidos. A mulher samaritana que tivera cinco maridos e estava vivendo com um sexto que não era o seu marido legítimo era em seus dias, sem dúvida alguma, considerada como imoral (Jo 4.17-18), mas nos Estados Unidos hoje há muitos que se aproximam, se é que não se igualam, àquele recorde, e ainda assim são considerados como cidadãos dignos e respeitáveis. O divórcio sem fundamentos bíblicos tornou-se tão comum que o grosso do povo do nosso país acha que ele é, não uma profunda mácula no caráter da pessoa, mas só um “problema” ou um “bocado de azar” de alguém. Hoje, nos Estados Unidos, ser conhecido como alguém divorciado (sem bases bíblicas) raramente compreende algum tipo de estigma social. Isso apenas mostra o quanto a opinião pública afastou-se do padrão moral da lei de Deus.

Deve-se acrescentar a isso que uma das forças primárias que trabalham para solapar a lei de Deus é o mau uso da televisão. Isso não quer dizer que a tevê seja, por si só, maligna — antes ela pode e deve ser usada para a glória de Deus — mas os padrões que de modo geral prevalecem na maioria dos programas televisivos são tão baixos que os crentes em Cristo devem estar bem vigilantes ao regularem o seu uso (G. I. Williamson, editor original do livro).

5. Que pode ser feito para curar o mal do divórcio nos Estados Unidos, hoje?

A situação do divórcio nos Estados Unidos é extremamente séria, mas é certo que algo pode ser feito sobre isso. Essa é uma questão grande demais para ser discutida aqui em detalhes. Podem-se sugerir as seguintes possibilidades para que isso melhore: (a) as leis civis devem ser harmonizadas à lei de Deus na questão do divórcio; devem-se eliminar as causas não-bíblicas sobre as quais os divórcios são concedidos, como “incompatibilidade”, “crueldade mental”, etc. Algumas delas podem ser bases justificáveis para uma separação judicial, mas não são bases para um divórcio absoluto com direito a novo casamento. Os crentes em Cristo devem procurar fazer com que as leis civis se harmonizem às exigências da lei de Deus nessa questão. (b) A igreja tem de proclamar clara e enfaticamente os ensinamentos da Palavra de Deus sobre a questão. A prevalente ignorância da Escritura hoje é tal que há até mesmo membros de igreja que desconhecem o que a Bíblia ensina sobre o casamento e o divórcio. (c) A igreja deve aplicar fielmente a sua disciplina no caso de membros que se divorciem sem bases bíblicas e, especialmente, no caso de novo casamento por alguma das partes de um tal divórcio, ou disciplinar a parte culpada num

divórcio bíblicamente fundamentado. Aqueles que violarem flagrantemente a lei de Deus ao tirarem proveito de uma legislação civil leniente com certeza não têm o direito de reivindicarem os privilégios dos membros em situação regular na igreja de Jesus Cristo até que manifestem sinais claros de arrependimento e a correção das suas vidas. (d) A igreja deve cuidar ainda mais para assegurar-se de que os seus oficiais estão realmente qualificados segundo as exigências de I Timóteo 3 e Tito 1.

6. Livros e revistas impuros são hoje mais comuns e mais maliciosos do que antes?

Não há a menor dúvida de que são, pelo menos nos Estados Unidos. Livros e revistas indecentes tornaram-se comuns, especialmente desde os dias da Primeira Guerra Mundial. As apelações dúbias e impuras de muitos livros e revistas contemporâneos são extremamente ofensivas. Alguns livros e revistas famosos não são apropriados para constarem nas casas de famílias cristãs. Há revistas de ampla divulgação que são ricas em material calculado para quebrar o padrão da moralidade sexual cristã. O fato de um livro ou revista ser publicada por uma empresa bem conhecida e de ser endossada por alguém célebre não garante mais que seja algo descente ou inofensivo. Nessa situação os crentes em Cristo sérios e conscienciosos devem tomar cuidado com o que lêem, bem como com aquilo que seus filhos lêem.

7. Qual deve ser a nossa atitude para com a dança moderna? Crentes em Cristo devem participar de danças?

Muita coisa poderia se escrever sobre esta questão. O Catecismo interpreta que o sétimo mandamento proíbe a “dança sensual”. Quem conhece a natureza da dança moderna ou sabe o que significa a palavra *sensual* dificilmente poderá dizer que a dança moderna não se enquadra, geralmente, nessa categoria. Os crentes antes se opunham de modo geral à dança sensual porque ela tendia e conduzia à imoralidade; hoje pode-se dizer categoricamente que muitas danças são imorais em si mesmas, não apenas de consequências maléficas, mas são inerentemente imorais. Isto é, o modo de praticá-la constitui por si só uma transigência pecaminosa para com a paixão sexual. Não é preciso dizer que os crentes em Cristo devem se abster conscienciosamente dessas práticas.

8. Qual deve ser a atitude do crente para com o cinema?

Obviamente o crente em Cristo precisa assumir uma posição séria e cons-

ciente sobre o cinema, assim como para com todas as questões éticas. Não há dúvida que muitos, senão a maioria, dos filmes comerciais de hoje têm efeito maléfico, especialmente nos jovens. Por essa causa é que muitos crentes dedicados acham que não devem mais ir ao cinema definitivamente. Por ter sido tomada conscientemente e por ser uma questão de dever cristão e de consagração a Deus, essa decisão, é claro, deve ser respeitada por todos os crentes, até mesmo pelos que não concordam totalmente com ela. Por outro lado, muitos dos que professam o cristianismo parecem não sentir a consciência lhes incomodar seja qual for o filme, mas assistem a qualquer “espetáculo” sempre que têm vontade. Esse tipo de atitude não é compatível com uma vida cristã consciente e é injustificável. Pela reputação do Cinema, não é possível ter-se a certeza de que o “espetáculo” não seja impróprio para um crente. Nenhum crente deveria ter uma atitude assim descuidada e condescendente para o Cinema. Além dessas duas posturas, há muita gente crente verdadeiramente conscienciosa e bem sabedora do caráter geral dos filmes modernos, e que por isso muito raramente vai ao cinema, e que entendem que um crente jamais poderia agir assim sem cometer pecado. Filmes cinematográficos não são necessariamente maus, é claro. Pode ser que existam filmes limpos e saudáveis. Antes de ir assistir a um filme, o crente consciente deve ter o cuidado de procurar saber com antecedência qual seja o caráter do filme. O que pode ser feito de várias maneiras e não deve ser negligenciado. Não é preciso dizer que os crentes devem sempre dar ouvidos aos ensinamentos da Palavra de Deus sobre questões dessa ordem, tendo o cuidado de não se tornarem pedra de tropeço para qualquer outro irmão em Cristo (Rm 14.4-7, 14-23; 1Co 8.9-13). Devemos estar sempre prontos para deixarmos de agradar a nós mesmos, para não levarmos nenhum irmão a tropeçar.

Isso que o Dr. Vos diz sobre os filmes cinematográficos aplica-se com igual ou maior força ao que é agora oferecido no “horário nobre” da televisão (G. I. W.).

9. O que o Catecismo quer dizer com “vestuário indecoroso”?

O Catecismo afirma que o sétimo mandamento proíbe o “vestuário indecoroso” por ser pecado. Não é possível definir precisamente o que seja “vestuário indecoroso”. Essa questão cabe à decisão conscienciosa de cada crente. Pode-se dizer, no entanto, que de modo geral o vestuário é indecoroso quando deixa de cobrir o corpo decentemente, isto é, deixa o corpo exposto a ponto de possibilitar ocasião a pensamentos impuros de membros do sexo oposto. Precisa-

mos entender que não se vestir de modo decoroso é enfaticamente condenado na Bíblia (1Tm 2.9; Pv 7.10, 13). A Bíblia também condena a vestimenta cara, suntuosa ou chamativa (Is 3.16-26; 1Pe 3.1-4). Embora a religião seja basicamente uma questão do coração, e não do traje exterior, o cristianismo vital, contudo, afetará até mesmo a vestimenta externa, trazendo a indumentária da pessoa submissa à Palavra de Deus.

10. Por que são errados os votos de celibato perpétuo?

Esses votos, os quais o catecismo apresenta como “enredar-se com votos de celibato”, são feitos pelos membros de muitas “ordens” religiosas da Igreja Católica Romana. Eles são pecado porque são promessas para fazer algo (a) que não está ordenado na Palavra de Deus e (b) para os quais não temos a promessa da ajuda de Deus para realizá-los. O celibato não é uma forma de vida mais santa que o casamento. Não casar pode ser a vontade Deus para a vida de alguém em particular, mas ninguém tem o mínimo direito de fazer um voto prometendo que jamais se casará. De acordo com a Palavra de Deus o casamento é a vida normal dos seres humanos adultos (Gn 2.18, 24), e o celibato é, portanto, a exceção e não a regra. Na Idade Média, a Igreja Católica reagiu veementemente contra a extrema licenciosidade do Império Romano caindo no extremo oposto ao estabelecer o ascetismo e o celibato como o ideal cristão. Desde então a Igreja Católica Romana sofre a influência desse falso ideal e continua a considerar a “virgindade”, ou celibato, como um estado superior e mais santo do que o casamento.

11. É importante que o Catecismo cite a “sodomia e toda concupiscencia antinatural”, apresentando como textos de prova Romanos 1.24-26 e Levítico 20.15-16?

Com certeza é. Embora o Dr. Vos nada diga especificamente sobre isso ao escrever este material em fins de 1940 e princípios de 1950, é importante chamar a atenção para o fato de que a Assembléia de Westminster demonstrou a sua fidelidade à Escritura ao mencionar até mesmo este assunto desagradável. Em tempos idos — ao menos na minha experiência de vida — não parece que havia muita necessidade de mencionar essa perversão. Por quê? Porque a maioria do povo em nossa cultura concordava que esse era um mal auto-evidente. Então, concordava-se em geral que até mesmo a nossa estrutura biológica nos ensina que é antinatural (Rm 1.26-27) homens se relacionarem sexualmente com homens, e mulheres com mulheres. Mas hoje, até mesmo as que foram grandes denominações Reformadas (como as igrejas Reformadas

da Holanda) toleram oficialmente esse mal, ao permitirem que até mesmo os oficiais de suas igrejas pratiquem essa perversão. Devemos, portanto, ser profundamente gratos porque a Assembléia de Westminster não hesitou em falar especificamente desse pecado vil e em explicar o significado do sétimo mandamento. (G. I. W.).



Pergunta 140. Qual é o oitavo mandamento?

R. O oitavo mandamento é: *não furtarás.*



Pergunta 141. Quais são os deveres exigidos no oitavo mandamento?

R. Os deveres exigidos no oitavo mandamento são a verdade, a fidelidade e a justiça nos contratos e no comércio entre os homens; dar a cada um aquilo que lhe é devido; restituir aos donos legítimos os bens tirados deles ilicitamente; dar e emprestar gratuitamente, conforme nossos recursos e as necessidades dos outros; moderar os nossos juízos, desejos e sentimentos relativos aos bens mundanos; o cuidado e a busca providentes para obter, guardar, usar e dispor das coisas necessárias e convenientes à sustentação da nossa natureza e apropriadas à nossa condição; ter um meio de vida lícito e empenhar-se nele; a frugalidade; evitar processos judiciais, fianças ou outras demandas semelhantes; e o esforço, por todos os meios justos e lícitos, de procurar, preservar e aumentar a riqueza e o estado exterior, tanto de outros quanto o nosso próprio.

Referências bíblicas

- Êx 20.15. O oitavo mandamento.
- Sl 15.2, 4; Zc 7.4, 10; 8.16-17. O oitavo mandamento exige justiça e honestidade nas relações comerciais e nos contratos.
- Rm 13.7. Deixar de dar a cada um o que lhe é devido é o mesmo que roubar.
- Lv 6.2-5 comparado com Lc 19.8. O dever de restituir o bem adquirido ou retido desonestamente.
- Lc 6.30, 33; 1Jo 3.17; Ef 4.28; Gl 6.10. O oitavo mandamento requer que demos e emprestemos na medida do possível para ajudar outros em suas necessidades.

- 1Tm 6.6-9; Gl 6.14. O oitavo mandamento requer de nós atitudes e ações moderadas para com os bens mundanos.
- 1Tm 5.8; Pv 27.23-27; Ec 2.24; 3.12-13; 1Tm 6.17-18; Is 38.1; Mt 11.8. O oitavo mandamento demanda esforço diligente para a aquisição, guarda e uso dos meios de sustentação da nossa vida, conforme a situação em que a providência de Deus nos pôs.
- 1Co 7.20; Gn 2.15; 3.19; Ef 4.28; Pv 10.4. Ter uma ocupação lícita e nela trabalhar regularmente é uma obrigação.
- Jo 6.12; Pv 21.20. A parcimônia é um dever cristão.
- 1Co 6.1-9. Deve-se evitar as demandas judiciais desnecessárias.
- Pv 6.1-6; 11.15. O crente em Cristo não deve comprometer-se como fiador.
- Lv 25.34; Dt 22.1-4; Êx 23.4-5; Gn 47.14, 20; Fp 2.4; Mt 22.39. Temos o dever de tentar, por meios justos e lícitos, promover tanto a nossa prosperidade material quanto a dos outros.

Comentário

1. Qual é o alcance geral do oitavo mandamento?

O alcance geral do oitavo mandamento é o respeito à santidade da propriedade, da mesma sorte que o sexto impõe respeito à santidade da vida e o sétimo, à santidade do sexo. A propriedade ou a riqueza é criada por Deus e confiada ao homem para o seu uso na glorificação e no serviço a Deus. É, portanto, um compromisso administrativo atribuído ao homem e por isso tem de ser respeitado. O oitavo mandamento, portanto, requer não apenas que nos guardemos de roubar o bem do nosso próximo, mas que conquistemos e conservemos o nosso.

2. A Bíblia autoriza a propriedade privada?

Sim. A posse da propriedade privada, no estado pecaminoso em que a humanidade existe desde a queda, é necessária para que uma vida possa glorificar e gozar a Deus. A propriedade privada fundamenta-se não na mera invenção ou costume humanos, mas na lei moral de Deus. Está definitivamente autorizada pelo oitavo mandamento — “Não furtarás” — o qual só fará sentido se houver por trás dele uma ordenação divina para a propriedade privada. Mesmo fora da Bíblia, a revelação natural ensina a todos os homens que roubar é errado. Está profundamente equivocado quem hoje pensar que a propriedade privada é maligna. Os males que ele têm em mente procedem não da propriedade privada em si mesma, mas dos abusos da propriedade privada.

3. À luz da Bíblia, que devemos pensar do comunismo?

Segundo o que a Bíblia ensina, o comunismo é errado a princípio. Não é errado meramente em alguns de seus aspectos ou práticas, ou por causa dos abusos a ele associados, mas é errado e maligno na sua idéia fundamental. Se pudéssemos imaginar um “perfeito” estado de comunismo, em que não houvesse tirania, campos de concentração, polícia secreta, propaganda política, nem censura de informações, ele ainda seria inerentemente pecaminoso e maligno. O capitalismo viola a lei moral de Deus pelos males e abusos a ele vinculados; o comunismo viola a lei moral de Deus por sua própria natureza e idéia fundamental. O princípio do comunismo é a posse coletiva da propriedade imposta pelo Estado. Isso pressupõe que a posse particular do indivíduo é um mal que só pode ser tolerado em pequena escala, como uma concessão à natureza humana. Isso é contrário à Bíblia, que ensina que a propriedade privada é um direito dado por Deus. O ser humano individual, como portador da imagem de Deus, deve ter o direito à propriedade privada e a aquisição de riqueza, se for para desenvolver a sua personalidade conforme o propósito de Deus e para O glorificar plenamente na sua relação com o seu ambiente. A imagem de Deus no homem abrange a implicação de que o homem deve ter o domínio sobre a Terra (Gn 1.27-28); mas o homem é essencialmente um indivíduo, com alma e consciência individuais, com competências e habilidades individuais, com esperança e desejos individuais. O comunismo procura fundir o indivíduo à massa da humanidade e isso envolve o sacrifício do elemento essencial da personalidade do homem, como portador individual da imagem divina e mordomo de Deus com domínio sobre uma parcela da criação de Deus. O comunismo assume que o indivíduo existe por causa da massa, da sociedade, mas isso é contrário à Palavra de Deus, a qual nos ensina que a sociedade e todas as instituições sociais existem por causa do indivíduo, para que ele possa alcançar o propósito divino da sua vida e assim glorificar a Deus. É o indivíduo quem possui uma alma mortal, uma consciência e a capacidade para a comunhão com Deus. Essas coisas sobreviverão a esse mundo e existem para sempre. Elas é que dão dignidade e valor reais à vida humana. Qualquer sistema que considere o ser humano individual como sem importância e busca amalgamá-lo à massa supostamente pelo bem-estar da “sociedade” é fundamentalmente errado e anticristão. Isso se aplica tanto à propriedade coletiva compulsória quanto às outras subversões da individualidade da personalidade humana.

4. Segundo registra Atos (2.44; 4.32-27), a igreja primitiva não praticava o comunismo?

É verdade que existia um tipo de “comunismo” na igreja de Jerusalém, mas

era totalmente diferente do comunismo que existe hoje. Deve-se observar que (a) era voluntário e não compulsório, como mostram as palavras de Pedro a Ananias em Atos 5.4; (b) era parcial e não total, como demonstra o fato de que a casa de Maria, mãe de João Marcos, não fora vendida; (c) logo surgiu uma murmuração acusatória de que as rações de comida não estavam sendo distribuídas de modo justo (At 6.1); (d) isso foi apenas temporário, sendo descontinuado mais tarde, provavelmente no tempo da grande perseguição que se seguiu ao martírio de Estevão, quando os crentes se espalharam a partir de Jerusalém (At 8.1-4); (e) não há a menor indicação de que tenha sido implantado algum “comunismo” assim em nenhuma das igrejas estabelecidas pelos apóstolos, além da igreja em Jerusalém. É claro, portanto, que o “comunismo” temporário da igreja de Jerusalém não era uma questão de princípio, mas de contingência em face das condições peculiares àquele tempo e lugar. É extremamente insensato, antibíblico e anti-histórico apresentar o estado temporário das ocorrências na igreja de Jerusalém como análogo ao comunismo moderno, ou como um padrão a ser imitado pelos crentes em Cristo de todos os lugares.

5. O socialismo é contrário ao cristianismo?

A palavra *socialismo* é usada com uma variedade tão grande de sentidos que é difícil falar categoricamente dela sem primeiro a definir, para sabermos precisamente o que quer dizer. O socialismo marxista, que é a raiz do comunismo moderno, é indubitavelmente contrário à religião cristã. Embora haja uma forma limitada de socialismo que não é contrária ao ensinamento da Palavra de Deus. O governo operar o serviço postal, em vez de deixá-lo à iniciativa de particulares ou de corporações, é uma forma de socialismo; mas não se pode achar que seja pecaminoso o envolvimento do Estado nesse empreendimento. Na maioria dos países do mundo as ferrovias, os serviços telefônicos e os de comunicação são operados ou majoritariamente ou exclusivamente pelo Estado. Podemos, ou não, achar que isso seja inteligente mas dificilmente conseguiremos provar que seja contrário à Bíblia; assim mesmo faz-se necessário traçar um limite em algum ponto. Seria errado, com certeza, que o Estado controlasse e operasse todos os negócios e comércios. A operação de negócios pelo Estado deveria limitar-se a atividades como as do serviço postal, que são essenciais para todos os habitantes do país e por questão de economia requerem monopólio de alcance nacional. O Estado deve proporcionar as condições para que os negócios privados sigam adiante, e deve regulamentá-lo em prol da justiça, mas não deve suplantá-lo competindo contra ele. Deus instituiu o

governo civil para promover o bem-estar das pessoas pela manutenção da justiça na sociedade humana (Rm 13.4), e não para se firmar como um colossal empreendimento coletivo em concorrência com os seus próprios cidadãos.

6. Por que o desperdício é pecado?

O Catecismo diz que o oitavo mandamento impõe a “frugalidade” como um dever cristão. Isso é o contrário do desperdício, um pecado especialmente peculiar à nossa sociedade consumista, do qual os crentes, certamente, não estão isentos. Às vezes a má administração da abundância leva ao desperdício, isso pode explicar parcialmente a causa dele, mas não o justifica. Mesmo quando há muito à disposição é um erro desperdiçar qualquer coisa que possa sustentar ou enriquecer a vida humana, ou que tenha custado recursos naturais e esforços humanos para ser produzida. Os nossos bens não são nossos para usá-los ou gastá-los como bem quisermos. Eles nos foram confiados por Deus para sermos seus despenseiros, dos quais prestaremos contas a Ele. Se não nos tornamos parcimoniosos e econômicos em função da obediência consciente à lei de Deus, pode vir o dia em que sejamos obrigados a praticar a economia por absoluta necessidade. Igualmente digna de ser repreendida como o desperdício é a insensatez de gastar muito dinheiro com luxos desnecessários, como também com várias formas de auto-gratificação prejudiciais ao corpo e a alma. Os crentes, ao usarem os bens que Deus lhes confiou, devem considerar seriamente se são culpados de auto-gratificação carnal.



Pergunta 142. *Quais são os pecados proibidos no oitavo mandamento?*

R. Os pecados proibidos no oitavo mandamento, além da negligência aos deveres exigidos, são o furto, o roubo, o tráfico ou seqüestro de seres humanos e a receptação de qualquer coisa roubada; transações fraudulentas, pesos e medidas adulterados, remoção de marcos territoriais, a injustiça e a infidelidade nos contratos entre as pessoas, ou em caso que envolva confiança; a opressão, a extorsão, a usura, o suborno, os processos judiciais mal intencionados, os injustos cercamentos e despejos das propriedades; a retenção de gêneros para aumentar preços; ofícios ilícitos e todos os outros modos injustos ou pecaminosos de tirar ou reter do nosso próximo aquilo que lhe pertence, ou de nos enriquecermos; a avareza; a valorização dos e a paixão excessivas aos bens mundanos; preocupações e inquietações incrédulas e ansiosas por consegui-los, guardá-los e

usá-los; invejar a prosperidade dos outros; assim como a indolência, a prodigalidade, o jogo dissipador e todas as outras formas pelas quais prejudicamos indevidamente a nossa própria condição exterior e preterimos a nós mesmos do uso e conforto devidos dessa condição que Deus nos tem dado.

Referências bíblicas

- Tg 2.15-16; 1Jo 3.17. A negligência dos deveres ordenados no oitavo mandamento.
- Ef 4.18; Sl 62.10; 1Tm 1.10. O pecado do furto, do roubo e do tráfico ou seqüestro de homens.
- Pv 29.14; Sl 50.18. Receptar gêneros roubados conscientemente é participar do roubo.
- 1Ts 4.6; Pv 11.1; 20.10; Am 8.5. A transação fraudulenta e o uso de pesos e medidas adulterados é pecado.
- Dt 19.14; Pv 23.10. A remoção intencional dos marcos de propriedades, por ser uma forma de roubo, contraria o oitavo mandamento.
- Sl 37.21; Lc 16.10-12. A desonestidade, a injustiça e a infidelidade nos contratos ou nas questões de confiança são pecaminosas.
- Lv 25.17; Mt 23.25; Ez 22.12, 29; Sl 15.5. São proibidos todos os tipos de opressão ou meios de se levar vantagem sobre desvalidos e outros em proveito próprio.
- Jó 15.23; Am 5.12; 1Sm 8.3; Sl 26.10; Is 25.15. O suborno, por ser essencialmente desonesto e injusto, é sempre errado.
- 1Co 6.6-8; Pv 3.29-30. Demandas judiciais desnecessárias e injustas constituem uma violação do oitavo mandamento.
- Is 5.3; Mq 2.2; Pv 11.26. Tentar monopolizar os meios de subsistência humana é pecado.
- At 19.19, 24-25. Todas as ocupações inerentemente ilícitas são contrárias ao oitavo mandamento.
- Jó 20.19; Tg 5.4; Pv 21.6. É pecado toda maneira de se enriquecer que envolva tomar ou preterir alguém daquilo que legalmente lhe pertença.
- Lc 12.15; 1Tm 6.5; Cl 3.2; Pv 23.5; Sl 62.10; Mt 6.25, 31, 34; Ec 5.12. O oitavo mandamento proíbe toda e qualquer atitude errada para com a riqueza material.
- Sl 73.3; 37.1, 7. É errado invejar a prosperidade material dos outros.
- 2Ts 3.11; Pv 18.9; 21.17; 23.20-21; 28.19; Ec 4.8; 6.2; 1Tm 5.8. É pecado toda preguiça, indolência, desperdício e negligência ao adquirir, conservar e gastar a riqueza material.

Comentário

1. Quais os pecados comuns que são, obviamente, proibidos pelo oitavo mandamento?

Furto, roubo, arrombamento, invasão de domicílio, desvio de dinheiro, recepção de roubo, usar ou tolerar pesos e medidas adulteradas e coisas semelhantes, as quais são tão facilmente compreendidas e claramente reconhecidas como erradas que comentá-las extensivamente seria supérfluo. Esses pecados são reconhecidos como errados não apenas pela Bíblia, mas também pela revelação natural de Deus. Em vez de gastar tempo numa discussão detalhada sobre essas formas óbvias de desonestidade centraremos o nosso foco em algumas das formas menos fáceis de serem identificadas como tal.

2. Que quer dizer “o tráfico ou seqüestro de seres humanos”?

Isso inclui (a) o seqüestro e a manutenção de pessoas em cativeiro a espera de resgate; (b) o roubo de seres humanos para serem usados ou vendidos como escravos; (c) a forma maligna de escravidão conhecida como “trabalhos forçados” que há nos países de regime totalitário, especialmente na extinta União Soviética e hoje na China e em Cuba, pela qual grande número de pessoas, por um ou outro pretexto, são privadas da sua liberdade e obrigadas a passar seus dias numa miserável existência, sem conforto ou esperança, trabalhando para o Estado.

3. Como a propaganda comercial moderna viola a lei de Deus?

A propaganda comercial moderna é tão permeada de desonestidade que ficamos imaginando como é que um crente em Cristo pode participar de algumas de suas formas mais comuns. Assistimos a uma transmissão de rádio ou televisão e uma voz ou rosto conhecidos anunciando as razões por que uma certa marca de café, macarrão ou aspirina é a melhor da praça e superior às outras, caracterizando-a com vantagens “extra” e aspectos “especiais”, etc., tudo pelo nosso dinheiro, para alguns instantes depois a mesma voz e rosto falar-nos de todas as razões por que uma outra marca de café, macarrão ou aspirina é a do tipo que devemos comprar e usar confiantemente. É claro que o personagem só está lendo um roteiro preparado para ele pelos anunciantes, mas o processo como um todo é tão obviamente recheado de exageros, insinceridade e meias-verdades que o ouvinte ou telespectador fica tão calejado com esse tipo de coisa que não leva nada disso em conta pelas aparências. O mesmo tipo extravagante de declarações exageradas prevalece nos anúncios de revistas e jornais. Quase nunca algo é oferecido ao público como “bom” ou de “preço

justo”, mas tem de ser denominado de “super”, “colossal”, “magnífico”, “maravilhoso”, etc.

É claro que há anúncios deslavadamente falsos; o mais comum, no entanto, não é a fraude descarada, mas o exagero, a meia-verdade e as afirmações sutilmente enganadoras. Toda publicidade calculada para produzir na mente do público outra impressão qualquer diferente da verdade estrita e objetiva sobre as qualidades e o valor daquilo que é anunciado é desonesta e, portanto, pecado. Quando uma marca comum de aspirina é anunciada pela afirmação, repetida interminavelmente, de que “nenhuma outra marca de aspirina é mais pura e dá alívio com mais rapidez” cria-se a impressão de que essa marca é mais pura ou mais eficaz que as outras, quando a verdade é que aspirina é aspirina, controlada pelo Ministério da Saúde, e que entre as marcas de aspirina legalmente vendidas uma aspirina é tão pura e tão eficaz quanto a outra. Não resta dúvida que muitos crentes em Cristo estão associados de um modo ou de outro com essas práticas desonestas de propaganda; eles têm o dever de ponderar seriamente se as suas ocupações envolvem a violação da lei de Deus.

Há, é claro, um campo legítimo para a publicidade. A publicidade lícita (a) dirá a pura verdade sobre aquilo que é oferecido à venda, evitando o exagero e a decepção; (b) não tentará criar a impressão de que um produto é melhor do que o oferecido pelos concorrentes, a não ser que seja demonstrado por testes realizados honestamente; (c) não apresentará alegações imaginárias que tirem proveito da credulidade do público, como a daquela marca de pasta dental que é melhor do que as outras porque contém um ingrediente “especial” (de nome pomposo e bem-sonante mas que é desconhecido da ciência químico-farmacêutica), ou de que o sabor de uma marca de café é potencializado por um processo secreto “especial”, conhecido somente pela empresa que o oferece à venda. A propaganda comercial é hoje um negócio tremendo, mas é assustador que os seus padrões éticos estão demasiadamente longe dos da Bíblia. A julgar pela publicidade de nossos dias devemos ser um país de enganadores e enganados, ou menos educadamente, de mentirosos e “otários”. Devemos pensar seriamente sobre a relação dessa fase da vida contemporânea com a lei de Deus.

4. Que quer dizer o Catecismo com “injustos cercamentos e despejamentos das propriedades”?

Com “injustos cercamentos” o Catecismo refere-se à prática que existiu certo tempo na Inglaterra onde a “terra comum” (pertencente ao dono da herdade

feudal mas que os outros tinham o direito legal de usar para a pastagem do gado) era “fechada” ou cercada para ser usada na agricultura. Esses cercamentos seriam injustos se não fossem levados em consideração os direitos das pessoas autorizadas a usarem a “terra comum”. Nos séculos XVIII e XIX, quando houve a necessidade de mais terras para o plantio, estabeleceram-se leis que regulavam os “cercamentos” em bases equitativas para todas as partes envolvidas.

Com “despejos” o Catecismo fala da prática de se comprar amplas extensões de terra para formar grandes propriedades com a expulsão dos arrendatários que viviam nelas, uma forma de injustiça conhecida dos dias do Velho Testamento e condenada por Isaías (5.8) e Miquéias (2.2).

5. O que diz o Catecismo sobre o monopólio de gêneros?

O Catecismo afirma que “a retenção de gêneros para aumentar preços” é uma violação do oitavo mandamento e é, portanto, pecado. Nem toda forma de monopólio é necessariamente errada. Alguns negócios ou serviços são monopólios naturais, como o serviço postal, e podem ser melhor operados pelo Estado ou por corporações particulares licenciadas e reguladas pelo Estado. O que o Catecismo condena como pecado são os monopólios cujo propósito é o de elevar os preços pelo “açambarcamento” do suprimento total disponível de um produto. Essa prática elimina a concorrência e impede o funcionamento normal da lei da oferta e da procura. Ela cria uma falsa carência ou desaparecimento do produto do mercado, para que os detentores do monopólio possam determinar e obter os seus próprios preços porque ninguém mais tem o produto para vender. Tais monopólios de gêneros, especialmente daqueles necessários à vida, são tão evidentemente injustos que são proibidos pela legislação civil de vários países.

O princípio estabelecido pelo Catecismo não implica que as leis de patente, por meio das quais o Estado encoraja a invenção garantindo ao inventor o monopólio da fabricação e venda da sua invenção por um período limitado de anos, estão erradas. Porém, a prática comum das grandes corporações comprarem dos inventores o direito da patente, não para manufaturar o produto e oferecê-lo ao público, mas para impedir que seja fabricado e vendido por outro, é um caso bem diferente. Essa última prática parece ser essencialmente imoral e contrária ao oitavo mandamento, pois certamente frustra o propósito legítimo das leis de patente que é o de promover o progresso e encorajar a invenção. Quando as corporações se prevalecem dessas leis para impedirem o progresso e não deixarem o público beneficiar-se dos frutos das novas invenções, isso leva a crer que as leis de patente carecem de ser revistas por princípios cristãos.

6. O que significa “jogo dissipador” e por que é errado?

Com “jogo dissipador” o Catecismo denota todas as formas de jogo de azar intrinsecamente pecaminosas porque envolvem a tentativa de enriquecer sem dar em troca o valor equivalente. Se o jogador ganhar, é ladrão; se perder, é um desperdiçador da propriedade do Senhor. O fato desse tipo de jogo subentender o acordo de transferir a outrem dinheiro ou propriedades, de um modo ou de outro, segundo a determinação da “sorte”, seja qual for o meio, não o torna legítimo. Um contrato para fazer algo pecaminoso é em si mesmo pecaminoso. Tem-se dito mui acertadamente que o jogo de azar está para o roubo da mesma maneira que o duelo está para o assassinato. O jogo de azar inclui “máquinas caça-níqueis”, jogo de dados, “pescarias”, apostas, loterias, arriscar a sorte por dinheiro ou prêmios, bingos, várias formas de “rifas” ou sorteios, etc. Todos esses jogos são essencialmente imorais e os crentes em Cristo deveriam deixá-los totalmente de lado. O jogo, ou jogatina, não é apenas um vício pecaminoso, mas uma febre que cresce até se apossar da pessoa sem abandoná-la mais. A única via segura e certa é não participar de maneira nenhuma de nenhum tipo de jogo de azar. Igrejas e organizações cívicas que patrocina qualquer esquema de jogo estão, obviamente, sob ignomínia.



Pergunta 143. Qual é o nono mandamento?

R. O nono mandamento é: “*Não dirás falso testemunho contra o teu próximo*”.



Pergunta 144. Quais são os deveres exigidos no nono mandamento?

R. Os deveres exigidos no nono mandamento são preservar e promover a verdade entre os homens; preservar e promover a boa reputação do nosso próximo, bem como a nossa própria; evidenciar e defender a verdade; falar a verdade, e somente a verdade, de coração, sincera, livre, clara e plenamente, em questões de juízo e justiça e em todos os demais casos, sejam quais forem; estimar caridosamente nossos semelhantes; amar, desejar e regozijar-se na sua boa reputação; entristecer-se por suas fraquezas e encobri-las; reconhecer

desinteressadamente seus dons e graças, defendendo a sua inocência; acolher prontamente as informações bendizentes a seu respeito e resistir às maldizentes; desencorajar boateiros, adutores e difamadores; prezar pela e cuidar da nossa própria reputação e defendê-la, quando necessário; cumprir as promessas lícitas; buscar e praticar tudo o que for verdadeiro, honesto, amável e de boa fama.

Referências bíblicas

- Êx 20.16. O nono mandamento.
- Zc 8.16. O dever de preservar a verdade entre os homens.
- 3Jo 12. Preservar a boa reputação do nosso próximo.
- Pv 31.8-9; Sl 15.2; 2Cr 19.9; 1Sm 19.4-5; Js 7.19; 2Sm 14.18-20; Lv 19.15; Pv 14.5, 25; 2Co 1.17-18; Ef 5.25. O dever de falar a verdade em todas os casos e especialmente em casos forenses.
- Hb 6.9; 1Co 13.7; Rm 1.8; 2Jo 4; 3Jo 3-4. O dever de ser caridoso para com os outros, e o zelo pela sua boa reputação.
- 2Co 2.4; 12.21; Pv 17.9; 1Pe 4.8. O dever de lamentar, de entristecer-se pelas fraquezas dos outros e de encobri-las.
- 1Co 1.4-7; 2Tm 1.4-5; 1Sm 22.14; 1Co 13.6-7; Sl 15.3; Pv 25.23. O dever de manter uma atitude correta para com as boas qualidades dos outros, de defendê-los contra as injustiças e de resguardar-se de acolher prontamente as más informações sobre eles.
- Pv 26.24-25; Sl 101.5. Bajuladores e maldizentes devem ser desencorajados como manipuladores de inverdades.
- Pv 15.4. As promessas lícitas têm de ser cumpridas.
- Fp 4.8. Temos o dever de praticar e de ocupar o nosso pensamento com tudo aquilo que for honesto, amável e de boa fama.

Comentário

1. Qual é o alcance geral do nono mandamento?

O alcance geral do nono mandamento é a santidade da verdade e da honestidade na sociedade humana e o dever de conservar a boa reputação, tanto a nossa quanto a do nosso próximo.

2. Por que a verdade deve ser considerada como sagrada?

A verdade deve ser considerada como sagrada porque é um dos atributos de Deus, isto é, é um aspecto do caráter de Deus. Deus é infinito, eterno e imutável na Sua verdade. A Bíblia nos diz que Deus não pode mentir (Tt 1.2). Deus é

chamado de “*Deus da verdade*” (Sl 31.5). Semelhantemente, lemos que “*Deus é luz, e não há nele treva nenhuma*” (1Jo 1.5). Porque a Escritura procede de Deus é que Jesus pôde dizer “*a tua palavra é a verdade*” (Jo 17.17). A Escritura é “verdade”, mas Jesus Cristo mesmo não é apenas verdade, mas “*A verdade*” (Jo 14.6), quer dizer, Ele é a Verdade absoluta, definitiva e eterna, em pessoa. Porque Deus é infinito, eterno e imutável em Sua verdade, a verdade deve ser considerada como sagrada por todas as Suas criaturas racionais (anjos e homens).

3. Como podemos explicar a prevalência da inverdade no mundo?

Não podemos entender a prevalência da inverdade no mundo sem crermos em um mal personificado, conforme declara a Bíblia. Como Deus é a fonte da verdade, assim também Satanás é a fonte da inverdade, o pai da mentira (Jo 8.44). A inverdade entrou na raça humana quando Eva deu ouvidos a Satanás e creu nele e não na verdade de Deus. Satanás é descrito na Bíblia como aquele que engana todo o mundo (Ap 12.9). Ele é também chamado de “*o deus deste século*” (2Co 4.4) e o “*príncipe do mundo*” (Jo 14.30), que nada tem em Cristo. Satanás possui um reino, o reino da inverdade, o qual ele procura expandir e propagar. Aqueles que estão dominados pela inverdade são cidadãos do reino de Satanás; os crentes em Cristo que usam da inverdade estão manuseando as armas do reino de Satanás.

4. Que moderno sistema filosófico viola a santidade da verdade?

A filosofia chamada de “pragmatismo” ensina que o importante não é se algo é verdadeiro, mas se funciona. Segundo ela o sucesso é que é o teste da verdade. Se algo “funcionar”, deve ser aceito; não devemos medir as coisas com um padrão absoluto de verdade, como a Bíblia. Essa noção tem exercido uma tremenda influência em nossas vidas, afetando grandemente até mesmo a vida religiosa. Esse sistema tem causado um dano incalculável ao destroçar e solapar a percepção das pessoas a respeito da santidade da verdade e de crerem que existe uma verdade imutável e absoluta. Muitas pessoas hoje chegaram à conclusão de que a verdade muda com o tempo. Muitos que talvez jamais ouviram a palavra *pragmatismo* estão sob a influência dessa filosofia. Aqueles que dizem que os Padrões de Westminster eram verdade para o século XVII e que não servem mais para o presente século, por exemplo, sofrem dessa praga. A aversão à doutrina e a desvalorização da importância da sã doutrina, tão comum na vida da igreja hoje, resulta em boa parte dessa influência. Muitos dos que alegam que a religião tem “uma ênfase prática” querem dizer com isso que a igreja deve ter um programa de ação sem um sólido fundamento de ver-

dade que o alicerce. Não devemos titubear em dizer que a demanda moderna por uma ação prática, conjugada com a indiferença ou a impaciência para com a verdade, é totalmente perversa e maligna. Nada pode ser verdadeiramente prático se não se fundamentar na verdade absoluta e imutável.

5. Que mudança precisa ocorrer em nossas vidas antes de que possamos realmente conhecer e amar a verdade de Deus?

Temos, por natureza, uma profunda indisposição contra a verdade e somos inclinados a duvidar dela ou a negá-la, bem como a falar inverdades e contar mentiras. Essa condição pode ser explicada em parte pelas ações enganadoras de Satanás e em parte pela nossa cegueira espiritual, como mortos em delitos e pecados (Ef 2.1). Por isso precisamos “nascer de novo” pela onipotência do poder de Deus o Espírito Santo. A experiência do novo nascimento abre os olhos do coração e capacita a pessoa a realmente ver e a dar valor à verdade de Deus. A isso segue-se o processo de santificação do qual um dos efeitos é operar na pessoa a aversão à inverdade e o amor pela honestidade e veracidade na sua vida e conversação diárias. Sem a operação da regeneração e da santificação efetuadas pelo Espírito Santo permaneceríamos vítimas e agentes da inverdade para sempre.

Observação: Visto que a Pergunta 145 cobre mais completamente boa parte do mesmo assunto que a Pergunta 144, limitaremos a nossa discussão da Pergunta 144 às questões precedentes que trataram dos princípios gerais da verdade e deixaremos os detalhes da obediência ao nono mandamento para serem discutidos na Pergunta 145, nos comentários a seguir.



Pergunta 145. *Quais são os pecados proibidos no nono mandamento?*

R. Os pecados proibidos no nono mandamento são tudo o que agrava a verdade e a boa reputação do nosso próximo, bem como a nossa própria, especialmente em juízos públicos; testemunhar falsamente, subornar falsas testemunhas, apresentar e defender uma má causa conscientemente, afrontar e prevalecer contra a verdade, dar sentença injusta, chamar o mau de bom e o bom de mau; recompensar os maus segundo a obra dos justos e os justos segundo a obra dos maus, (continua).

Referências bíblicas

- 1Sm 17.28; 2Sm 1.9-10, 15-16; 16.3. O pecado de agravar a verdade e o nosso bom nome e o dos outros.
- Lv 19.15; Hc 1.4. O grande pecado de agravar a verdade em questões de justiça pública.
- Pv 6.16, 19; 19.5; At 6.13. O pecado de dar falso testemunho ou de providenciar para que outros o dêem.
- Jr 9.3, 5; At 24.2, 5; Sl 12.3-4; 52.1-4. O grande mal de se opor à verdade conscientemente.
- Pv 17.15; 1Rs 21.9-14. O pecado de proferir sentença ou veredicto injustos, na administração da justiça.
- Is 5.20-23; Pv 17.15; Am 5.7. Qualquer quebra da distinção absoluta entre o certo e o errado é moralmente perversa.

Comentário

1. Qual é o alcance geral dos pecados proibidos pelo nono mandamento?

O alcance geral dos pecados proibidos pelo nono mandamento é tudo o que for contrário à verdade e ao bom nome de qualquer pessoa. Isto é, o nono mandamento proíbe toda a conduta que de alguma maneira, seja por palavra, por ação ou pelo silêncio pecaminoso, interfira na manutenção da verdade entre o homem e o homem e na preservação do bom nome adquirido justamente por qualquer um.

2. Por que é pecado agir de maneira que fira o nosso próprio bom nome?

Devemos amar o nosso próximo como a nós mesmos. Isso implica que se nos impõe divinamente o dever de amarmos apropriadamente a nós mesmos. Como cada pessoa trás em si mesma a imagem de Deus, o legítimo bom nome de cada uma delas tem de ser preservado, inclusive o nosso próprio bom nome. Essa obrigação, contudo, tem de se manter em equilíbrio com o cuidado consciencioso pelo bom nome do nosso próximo e deve subordinar-se ao supremo zelo pela honra e glória de Deus.

3. Que forma especial de falsidade é particularmente maligna?

Opor-se à verdade pela palavra, ação ou silêncio em questões de “juízo público”, isto é, na administração da justiça nos fóruns do Estado ou da igreja.

4. Por que é pecado “testemunhar falsamente”?

Testemunhar falsamente na corte de justiça, e especialmente quando sob juramento, é pecado porque é contrário à natureza de Deus, que é a Verdade;

porque é contrário a amar o nosso próximo, retirando-lhe os direitos; porque reduz a administração da justiça, que é divinamente ordenada, a uma zombaria; e porque é procedente da corrupção moral de corações humanos depravados pela queda da raça humana no pecado.

5. Que quer dizer “subornar falsas testemunhas”?

Essa expressão significa envolver, usar ou arranjar pessoas para irem à corte de justiça para testemunharem falsamente para que pessoas culpadas escapem do castigo, para que pessoas inocentes sejam castigadas ou para que uma causa civil seja decidida de maneira contrária ao que os fatos verdadeiros exigiriam.

6. É comum hoje o pecado de “subornar falsas testemunhas”?

Embora seja claro que não é possível haver nenhuma estatística exata sobre essa questão, parece improvável que testemunhar falsamente em troca de dinheiro está longe de ser incomum nos dias presentes. Uma forma disso é o falso *álibi*, isto é, alguém é pago para jurar que a pessoa em julgamento estava numa outra cidade no momento em que houve o crime, etc.

7. Por que é errado “apresentar e defender uma má causa conscientemente”?

Porque é pecado tentar fazer o culpado parecer inocente ou tentar fazer o errado parecer certo. Se um advogado sabe que seu cliente cometeu um crime, ele não deve tentar provar que o homem é inocente. Num tal caso, o advogado deve insistir para que o seu cliente confesse a culpa. Entretanto, o advogado tem o dever de cuidar para que até mesmo alguém culpado não seja privada da proteção e dos direitos civis garantidos pela lei. Ele não deve tentar fazer o culpado de inocente mas tem a obrigação de empenhar-se para que o culpado não seja punido além do que exige a lei.

8. Que quer dizer “afrontar e prevalecer contra a verdade”?

Essa expressão significa o esforço obstinado, persistente e perverso de opor-se e derrotar aquilo que a pessoa sabe em seu coração e consciência que é mesmo a verdade. É muito comum esse tipo de oposição contumaz à verdade surgir do profundo preconceito contra a pessoa ou a instituição que defende a verdade. Quem deixou uma igreja fiel e rigorosa para juntar-se a uma mais “inclusiva” irá sempre discutir teimosamente contra as doutrinas e princípios da denominação da qual tenha sido membro. Nesses casos, é evidente que não são tão zelosos assim pela verdade, pois afrontam de modo injurioso uma de-

nominação em particular, e o seu credo. A oposição obstinada à verdade também pode originar-se da inveja. Por causa da inveja secreta de dons, talentos ou conquistas de pessoas que defendem a verdade, outras podem obstinada e persistentemente se opor não apenas a elas, mas também à verdade que defendem. Toda essa conduta é “afrontar e prevalecer contra a verdade”; é muito maligna e desagrada a Deus.

9. Por que “chamar o mau de bom e o bom de mau” é um pecado especial?

Chamar o mau de bom e o bom de mau, e as suas aplicações práticas em tratar os maus como se fossem justos e os justos como se fossem maus, é um pecado abominável pois equivale a quebrar ou a negar a distinção entre o certo e o errado. A distinção entre o certo e o errado é absoluta e imutável, porque procede da natureza do próprio Deus. Tudo que destrói a distinção entre certo e errado é uma negação prática do caráter justo de Deus. Jamais devemos nos esquecer que Deus é absolutamente bom e detesta o mau.

Pergunta 145 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no nono mandamento?*

R. Os pecados proibidos no nono mandamento são (...) falsificações, ocultação da verdade, silenciá-la indevidamente numa causa justa ou ficar quietos quando a iniquidade clama por nossa reprovação ou denúncia a outros; falar a verdade no momento impróprio ou maliciosamente com objetivo perverso, ou pervertê-la com um sentido falso, ou expressá-la dúbia e equivocadamente para prejuízo da verdade ou da justiça; (continua).

Referências bíblicas

- Jó 13.4; Sl 119.69; Lc 16.5-7; 19.8. O pecado da falsificação.
- Lv 5.1; Dt 13.8; At 5.3-9; 2Tm 4.16. A ocultação da verdade e o silêncio indevido numa causa justa.
- 1Rs 1.6; Lv 19.17. Ficar em silêncio quando temos o dever de falar.
- Is 59.4. Ficar em silêncio quando temos o dever de denunciar às autoridades constituídas da igreja ou do Estado.
- Pv 29.11. Falar a verdade no momento impróprio.
- 1Sm 22.9-10, comparado ao Sl 52.1-5. Falar a verdade maliciosamente com o objetivo errado.
- Sl 56.5; Jo 2.19 comparado a Mt 26.60-61. Perverter o sentido da verdade convertendo-a em mentira.

- Gn 3.5; 26.7, 9. Usar expressões dúbias ou ambíguas em prejuízo da verdade ou da justiça.

Comentário

1. Que significa “falsificações”?

Na Bíblia e no Catecismo essa palavra tem um sentido um tanto mais amplo do que o do nosso uso comum hoje. Ela refere-se não somente à falsificação de documentos, mas a todo uso de falsidade e contrafações em acusações judiciais, contratos, etc.

2. Por que ocultar a verdade é um pecado?

Ocultar uma verdade é de fato a mesma coisa que dizer uma mentira. É feita com a intenção de enganar alguém, e é assim que a mentira opera.

3. A ocultação da verdade é sempre um pecado?

Não. Às vezes temos o dever de ocultar algo daqueles que não têm o direito de o conhecer. Ocultar a verdade é um pecado quando escondemos algo daqueles que têm o direito de o conhecer. Por exemplo, impedir que informações militares vitais caiam nas mãos dos inimigos do nosso país não é errado, antes é nosso dever.

4. Que quer dizer “silenciá-la indevidamente numa causa justa”?

Isso quer dizer, ficar calado por razões particulares, egoísmo, medo ou re-provação, etc., quando temos o dever de falar em benefício da verdade e da justiça. Por exemplo, pode ser que tenhamos o dever de depor como testemunha numa questão judicial ou na corte de justiça; por causa da nossa recusa ou relutância em fazê-lo a justiça pode ser distorcida, o inocente pode ser punido e o culpado pode escapar da justiça.

5. Por que é errado silenciar indevidamente numa causa justa?

“Porque nenhum de nós vive para si mesmo”, temos a responsabilidade moral para com Deus e o dever para com o nosso próximo e a sociedade humana de que a verdade e a justiça prevaleçam, até onde depender de nós. Não devemos permitir que os nossos sentimentos ou conveniências particulares atrapalhem o caminho da defesa da verdade e da justiça.

6. Temos o direito de ficar calados quando a iniquidade clama por re-provação ou por denúncia àqueles que têm a autoridade para agir?

Não. Embora o mais fácil seja ficar quieto e não dizer nada, isso é não cumprir o nosso dever para com Deus e o nosso próximo. Devemos testemunhar contra o erro se a ocasião assim o exige, mesmo que isso seja difícil.

7. Que significa “falar a verdade no momento impróprio”?

Significa falar a verdade na hora errada, quando a sabedoria ou o senso comum nos levaria a aguardar a hora mais apropriada. Se alguém está correndo para pegar o trem, não devemos escolher este instante para lhe falar sobre a salvação da sua alma. É preciso mais tato e sensibilidade e escolher uma hora mais adequada em que a pessoa tenha a condição para dar atenção ao caso.

8. Que quer dizer “falar a verdade (...) maliciosamente com objetivo perverso”?

Isso significa falar a verdade com o motivo ou o propósito errados. Pode ser errado dizê-la, mesmo se o que dissermos for estritamente verdadeiro. Por exemplo, se falamos a verdade com a intenção de macular a reputação de alguém ou para provocar a raiva de alguém contra outro, usar a verdade assim é errado.

9. Por que é errado falar a verdade “com um sentido falso, ou expressá-la dúbia e equivocadamente para prejuízo da verdade ou da justiça”?

Essas coisas são erradas porque todas elas não passam de maneiras de enganar as pessoas. Usar intencionalmente expressões que podem ser interpretadas de dois modos diferentes, com o objetivo de enganar outrem é tão maligno quanto mentir deslavadamente. Por exemplo, o ministro que se ouviu dizer: “eu creio na divindade de Cristo”, mas que mais tarde explicou a alguém que ele cria na divindade de Cristo porque crê na divindade de todos os seres humanos, é culpado do pecado de violar o nono mandamento.

10. Qual é a natureza essencial de uma mentira?

A natureza essencial e real de uma mentira é a intenção de enganar alguém. Mesmo se o que dissermos for intrinsecamente verdadeiro, se tivermos a intenção de enganar os outros seremos, diante de Deus, efetivamente mentirosos.

Pergunta 145 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no nono mandamento?*

R. Os pecados proibidos no nono mandamento são (...) falar inverdades, mentir, caluniar, dissimular, detrair, espalhar boatos ou rumores, escarnecer,

injuriar, censurar precipitada, ríspida ou parcialmente; a má interpretação de intenções, palavras e ações; adular, vangloriar-se, presumir ou falar de nós mesmos ou de outros com exagerada importância ou depreciação; (continua).

Referências bíblicas

- Is 59.13; Lv 19.11. O pecado de injuriar.
- Sl 15.3; 50.20. Os pecados de injuriar e dissimular.
- Tg 4.11; Jr 38.4. O pecado de “denegrir” ou de falar mal injustamente de outrem.
- Lv 19.16; Rm 1.29-30. Deus condena bisbilhotar e espalhar boatos como pecados.
- Gn 21.9; Gl 4.29; 1Co 6.10. Os pecados de escarnecer e difamar.
- Mt 7.1; At 28.4; Gn 38.24; Rm 2.1. Os pecados de precipitação, rispidez e a censura parcial a outrem.
- Ne 6.6-8; Rm 3.8; Sl 69.10; 1Sm 1.13-15; 2Sm 10.3. É pecado interpretar erradamente as intenções, as palavras e as ações dos outros.
- Sl 12.2-3. O pecado da adulação.
- 2Tm 3.2. O pecado da vanglória.
- Lc 18.9-11; Rm 12.16; 1Co 4.6; At 12.22; Êx 4.10-14. É errado presumir ou falar de nós mesmos ou de outros com demasiada importância ou depreciação.

Comentário

1. Por que é errado falar inverdades ou dizer mentiras?

É errado falar inverdades ou dizer mentiras porque isso é contrário ao caráter de Deus, que é a Verdade. Na Bíblia, Satanás é chamado de pai da mentira e quem diz mentiras usa o método de Satanás ao invés de fazer aquilo que é agradável a Deus. Além de ser uma afronta à santidade de Deus, dizer mentiras destrói o próprio fundamento da sociedade humana. Ela destrói a moeda mundial da verdade e faz circular a moeda espúria da falsidade. Se todo mundo dissesse mentiras o tempo todo a sociedade humana não poderia existir, pois seria impossível jamais acreditar em ninguém. É só e absolutamente porque dizer a verdade é prevacente que a sociedade humana pode funcionar. O mentiroso é um “trapaceiro” que tira proveito da reputação geral de fidelidade da sociedade humana ao dizer mentiras em benefício dos seus propósitos egoístas.

2. O que são “injuriar” e “dissimular”?

“Caluniar” é ofender por ação ou dito infamante, dar informações maliciosas-

mente falsas sobre a pessoa. “Dissimular” é uma forma mais grave de caluniar, é falar malignamente de alguém pelas costas e agir de outro modo diante da pessoa. Caluniar e dissimular são pecados não apenas porque envolvem a verdade, mas também porque são contrários ao amor devido ao nosso próximo e ao nosso zelo pela sua boa reputação.

3. Que quer dizer o Catecismo com “detrair”?

Uma outra palavra comumente usada para isso é *depreciar*. Significa falar mal de alguém com o objetivo de detrair ou aviltar a sua influência e boa reputação; é desabonar ou desqualificar alguém.

4. Que significa “boatos” e “rumores”?

A expressão “espalhar boatos” conforme usada pelo Catecismo tem o mesmo sentido da palavra *fofocar* ou *mexericar* hoje: o pecado de espalhar notícias sobre os pecados e as faltas de outros, por sentirmos algum tipo de satisfação pessoal em falar repetidamente das faltas alheias. “Espalhar rumores” é a mais desprezível forma de espalhar boatos ou *fofocar*; significa fazer circular secretamente histórias ou rumores sobre alguém de tal modo que é muito difícil ou impossível rastrear-lhes a fonte e corrigi-los. Banco e instituições financeiras foram arruinados no passado por campanhas de rumores conduzidas contra eles por pessoas inescrupulosas.

5. É sempre errado falar o que sabemos dos mafeitos dos outros?

Não. Temos o dever de reportar os mafeitos à autoridade devida. Se sabemos que uma criança está roubando ou destruindo uma propriedade temos o dever de informar aos pais da criança. No caso de delitos graves cometidos por membros da igreja devemos levar o caso aos oficiais da igreja que têm autoridade para tratar com o transgressor. Se a lei do país for quebrada, e for um caso de certa gravidade (como o cometimento de um crime), temos o dever de levá-lo ao conhecimento das autoridades constituídas do governo. Relatar um assunto às pessoas com autoridade sobre o caso não é considerado como “espalhar boatos ou rumores”. Em tais casos, o motivo envolvido não é a fofoca nem o deleite pecaminoso em espalhar os erros de outrem, mas o desejo legítimo de que a mafeitoria seja estancada e a justiça realizada.

6. O que são “escarnecer” e “injuriar” e por que são pecados?

“Escarnecer”, conforme usado pelo Catecismo, significa zombar ou ridicularizar das pessoas como uma maneira de feri-las ou de entristecê-las. “Injuriar” é

o mesmo que “chamar nomes”, como se diz hoje; significa opor-se e afrontar pessoas chamando-lhes de nomes ofensivos e malignos, contrariando a verdade, a justiça e o amor ao nosso próximo. Quando os crentes em Cristo são alvo de zombaria por causa da sua fé e testemunho, isso é “escarnecer”; quando são chamados de hipócritas, isso é “injuriar”. Escarnecer e injuriar são sempre errados porque são contrários à verdade e ao amor pelo nosso próximo.

7. Que quer dizer o Catecismo com “censurar precipitada, ríspida ou parcialmente”?

“Censurar” quer dizer procurar falhas em, ou julgar outrem pela sua maneira de falar ou de agir. Censura “precipitada” é emitir juízo fora da nossa competência ou obrigação; censura “ríspida” é extrapolar o que indicam os indícios, ou “tirar conclusões” ao julgar outrem; censura “parcial” significa julgar tendenciosamente ou demonstrando parcialidade, sendo prejudicado em favor de, ou contra alguém. Todas essas formas de procurar defeitos ou de proferir juízo são pecados porque são contrárias à justiça e ao amor ao próximo.

8. Por que é pecado “a má interpretação de intenções, palavras e ações”?

Porque imaginar as intenções, as palavras e as atitudes dos outros intencional ou conscientemente é o mesmo que mentir sobre eles. Esse é um pecado bastante comum, mas os crentes em Cristo deveriam se envergonhar de agir assim. Se alguém sobressai em alguma boa causa, não temos o direito de acusá-lo de ambição egoísta. Se alguém se opõe à maneira específica de se realizar um bom propósito, não devemos tirar a conclusão de que ele se opõe àquela boa causa em favor do mal oposto. Infelizmente, esse princípio é quase sempre desconsiderado e crentes sinceros são acusados de serem a favor de várias formas de mal por não concordarem totalmente com os outros quanto aos métodos que devem ser usados no combate ao mal.

9. Por que “adular” e “vangloriar-se” são errados?

“Adular” significa louvar outra pessoa em demasia com o objetivo de agradar-lhe e de obter algum favor dela. “Vangloriar-se” significa louvar a nós mesmos em demasia além do permitido pela justiça e pela verdade. Ambas as práticas são pecado porque são formas de lidar com a inverdade em vez de depender estritamente da verdade para a consecução dos nossos propósitos.

10. Por que é errado “presumir ou falar de nós mesmos ou de outros com exagerada importância ou depreciação”?

Toda maneira de assim pensar e falar é pecado porque não confere com a veracidade do caso. Temos um dever para com os outros e também para conosco mesmos. Nos dois casos é errado ter ou expressar uma opinião que seja alta demais ou baixa demais. Alguns cristãos têm uma humildade falsa; estão sempre falando de e apresentando a si mesmos como extremamente indignos. Isso é errado porque desmerece as graças e os dons que Deus tem-lhes concedido. Em todos os casos devemos ter por alvo pensar e falar segundo a pura verdade do caso.

Pergunta 145 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no nono mandamento?*

R. Os pecados proibidos no nono mandamento são (...) negar os dons e as graças de Deus; agravar as pequenas faltas; esconder, escusar ou minimizar pecados, quando chamados à confissão franca; descobrir desnecessariamente as fraquezas; levantar falsos rumores, dar ouvidos e aquiescer a informações malignas; não dar ouvidos à justa defesa; (continua).

Referências bíblicas

- Jó 4.6; 27.5-6. O pecado de negar os dons e as graças de Deus.
- Mt 7.3-5. É errado agravar as pequenas faltas dos outros.
- Pv 28.23; 30.20; Gn 3.12-13; 4.9; Jr 2.35; 2Rs 5.25. O pecado de esconder ou de tentar desculpar os nossos pecados, quando deveríamos confessá-los.
- Gn 9.22; Pv 25.9-10. É errado expor desnecessariamente as falhas ou faltas dos outros.
- Êx 23.1. O pecado de levantar falsos rumores.
- Pv 29.12. O pecado de dar ouvidos e de aprovar relatos maledicentes.
- At 7.56-57; Jó 31.13-14. O pecado de se recusar a dar ouvido à defesa justa de alguém.

Comentário

1. Que quer dizer “negar os dons e as graças de Deus”?

Essa expressão significa a obstinada indisposição de aceitar os dons e as graças de Deus, dados a nós mesmos ou a outras pessoas, como reais e verdadeiros. Algumas vezes quando se conta que um certo alguém professou a fé cristã, outros relutam muito em crer que ele foi sincero ou que se converteu mesmo.

Quando Deus chamou Moisés para libertar o Seu povo do Egito, Moisés hesitou muito em aquiescer e negou que tinha as qualificações necessárias à tarefa que Deus lhe estava impondo. Isso equivalia a negar os dons e as graças de Deus que lhe haviam sido concedidas (Êx 4.10-13).

2. O que significa “agravar as pequenas faltas” e por que isso é errado?

Significa considerar as pequenas falhas ou faltas dos outros como mais sérias e mais importantes do que são de fato. Não devemos chamar o branco de preto, nem o preto de branco; não devemos falar das faltas das pessoas como se fossem virtudes, ou como se não fossem faltas nenhuma, contudo é errado considerar as pequenas faltas das pessoas como se fossem questões grandes e sérias. As palavras do nosso Senhor em Mateus 7.3-5 deveriam servir para nos lembrar que temos graves falhas em nós mesmos, que deveriam ter a nossa atenção antes de nos aplicarmos à tarefa de corrigir as menores faltas na vida dos outros.

3. Por que é comum as pessoas tentarem esconder ou desculpar seus próprios pecados quando deveriam confessá-los espontaneamente?

A natureza pecadora das pessoas, desde que Adão e Eva tentaram escapar da responsabilidade do seu feito, tem-nas levado a inventar desculpas para si mesmas, ao invés de confessarem honestamente os seus pecados. O resultado da corrupção pecaminosa dos nossos corações é que o nosso ser encheu-se de soberba e “ vaidade”; e por isso somos recalitrantes e não inclinados a confessar os nossos pecados ou a admitir as nossas falhas. Somente a verdadeira obra do Espírito Santo pode abrandar os nossos corações endurecidos e contumazes fazendo a nossa soberba render-se à verdadeira humildade cristã e dando-nos o desejo de confessar os nossos males, não apenas a Deus, mas àqueles a quem agravamos de alguma maneira.

4. Por que é errado “descobrir desnecessariamente as fraquezas”?

“Descobrir desnecessariamente as fraquezas” é como o Catecismo descreve àquilo que denominamos comumente de fofocar das falhas e defeitos dos outros. As pessoas transigem com esses boatos porque eles lhe dão a sensação de justiça própria e de consolo com os deslizos dos outros. Esse é um hábito errado, primeiro, porque procede de um orgulho que justifica a si mesmo; segundo, porque é contrário ao verdadeiro amor pelo nosso próximo, o amor que deveria nos deixar tristes por ele fazer alguma coisa errada; terceiro, porque inclina-se a cometer uma injustiça para com a pessoa que errou, pois na

medida em que é repassado de uma pessoa para outra o boato cresce e sofre exageros até que o mal-feito é descrito de maneira totalmente desproporcionada aos fatos reais que o causaram.

5. Como podemos evitar de nos envolvermos com o pecado de levantar falsos rumores?

Dar início deliberadamente a um falso rumor com o objetivo de prejudicar alguém ou de levar a cabo algum propósito injusto é tão mau e francamente maligno que quase não deveria ser necessário advertir os crentes em Cristo contra isso; mas, uma vez começado por alguém, é muito fácil ajudar um boato a ir adiante. O pecado de ajudar um falso rumor a prevalecer pode ser cometido tanto consciente quanto inconscientemente; podemos ou não perceber que o rumor é falso. Antes de ajudar a circular uma história que pode prejudicar ou privar alguém da justiça, deveríamos ter o cuidado de descobrir se é mesmo verdade (e mesmo sendo verdadeiro não deveríamos repeti-lo desnecessariamente). Muitos e grandes males têm sido causados por pessoas bem-intencionadas prontas a acreditar e a repetir qualquer coisa que lhes chegue aos ouvidos depreciando alguém. Esse hábito desleixado é contrário à justiça e ao amor pelo nosso próximo.

6. Como é que as pessoas pecam por “dar ouvidos e aquiescer a informações malignas”?

O Catecismo, com a expressão “dar ouvidos e aquiescer a informações malignas”, não quer dizer que é sempre errado ouvir e consentir com os maus relatos. Há quem tenha por dever de ofício a obrigação de receber informações perniciosas e de as considerar como verídicas, ao menos por um tempo. Por exemplo, um promotor de justiça é obrigado a agir assim por causa do seu juramento; tem a obrigação de ouvir tais relatos e de investigá-los à luz das provas disponíveis, para que a justiça prevaleça. O errado é quando as pessoas isentas da responsabilidade profissional para com essas questões dão avidamente as boas-vindas e se prontificam a ouvir relatos malignos sobre outras pessoas. Essa é uma das formas do pecado de alegrar-se com a injustiça, o qual o apóstolo Paulo declara ser contrário ao amor cristão (1Co 13.6).

7. O que induz alguém a “não dar ouvidos à justa defesa”?

Cegueira, o preconceito violento é a força motriz desses casos. Isso está bem exemplificado na atitude dos líderes dos judeus quando Estêvão apresentou

a sua defesa (At 7.57); semelhante à multidão de judeus que, no tribunal de Pilatos, se recusou a ouvir a justa defesa de Jesus e exigiu que Ele fosse crucificado (Mt 27.22-24); assim como a turba que se recusou a ouvir a defesa de Alexandre e abafou a sua voz com um alarido sobre a deusa Diana dos efésios (At 19.33-34); e ainda, como quando Paulo tentou fazer a sua defesa nas escadarias da fortaleza em Jerusalém e a multidão se recusou a ouvi-la até o final, impondo violentamente a terminação do seu discurso (At 22.22-23). Todos esses casos são exemplos da atuação do preconceito extremado; preconceito violento que não resulta apenas da ignorância ou do entendimento equivocado, mas que surge das profundezas da maligna e entranhada depravação do coração pecador do homem.

Pergunta 145 (Continuação). *Quais são os pecados proibidos no nono mandamento?*

R. Os pecados proibidos no nono mandamento são (...) suspeita maligna; sentir inveja ou tristeza pelo crédito merecido de outrem, esforçar-se por ou desejar depreciá-lo, regozijar-se com a ignomínia e a desonra deles; o vilipêndio escarnecedor, a admiração apaixonada por outrem; a quebra de promessas lícitas; negligenciar as coisas que são boas para a reputação e praticarmos ou não resguardarmos a nós mesmos e a outros, no que depender de nós, daquelas que causam má reputação.

Referências bíblicas

- 1Co 13.5; 1Tm 6.4. O pecado de acalentar suspeitas malignas sobre os outros.
- Nm 11.29; Mt 21.15. O pecado de invejar o merecido crédito de outras pessoas.
- Ez 4.12-13. Tentar prejudicar a boa reputação dos outros.
- Jr 48.27; 1Co 13.6. O pecado de regozijar-se com os pecados e a ignomínia dos outros.
- Sl 35.15-16, 21; Mt 27.28-29. O pecado do vilipêndio escarnecedor.
- Jd 18; At 12.22. Os pecados da admiração apaixonada por e da adulação a outrem.
- Rm 1.31; 2Tm 3.3. O pecado de quebrar promessas e votos lícitos.
- 1Sm 2.24; 2Sm 13.12-13; Pv 5.8-9; 6.33. Os pecados de negligenciar as coisas que resultam em boa fama e de envolver-se com as que causam má reputação.

Comentário

1. Que quer dizer “suspeita maligna”?

Essa expressão não se refere a uma suspeita lícita, baseada em indícios plausíveis, mas a uma suspeita imprópria, não fundamentada em provas, antes procedente do auto-engano ou da nossa ávida disposição em acreditar de pronto em alguma coisa má sobre os outros. Por causa do nosso coração pecador estamos sempre prontos a interpretar da pior maneira possível a conduta dos outros, quando talvez os fatos verdadeiros sobre o caso pudessem ser explicados de uma maneira mais caridosa.

2. Que quer dizer “sentir inveja ou tristeza pelo crédito merecido de outrem”?

Invejar significa ficar muito descontente quando alguém recebe uma honraria, louvor ou reconhecimento que gostaríamos de receber, mas que não nos foi concedido. Essa inveja resulta na alimentação de ressentimento secreto ou de aversão à pessoa cujo sucesso é invejado. É pecado porque é uma insatisfação arrogante e egoísta para com a providência de Deus.

3. Por que é errado tentar ou desejar prejudicar a honra ou a boa reputação dos outros?

Essa prática comum é errada (1) porque é oposta à verdade, e, portanto, desagradável a Deus, cuja natureza é a Verdade; (2) porque é antagônica ao amor ao nosso próximo, cujas honra e prosperidade deveriam ser para nós ocasião de regozijo, como se fossem as nossas próprias honra e felicidade.

4. Como é que os crentes em Cristo cometem o pecado de se regozijarem na iniquidade?

Muitos dos crentes que certamente ficariam envergonhados de se regozijar abertamente pela iniquidade praticada por outros, não obstante cometeriam esse pecado de outras maneiras. Uma maledicenciuzinha sobre os pecados dos outros, mais a alegação de estarem muito escandalizados pelo mal feito, tendo, contudo, a grande e óbvia satisfação de comentá-los. Outros que se envergonhariam de fazer isso abertamente terão em seus corações o secreto contentamento de se regozijarem na ignomínia e na desonra dos outros.

5. O que é “vilipêndio escarnecedor”?

Isso significa tratar ou considerar os outros, em palavras, pensamento e atitudes, ignorando-lhes a dignidade humana natural, como pessoas criadas à imagem de

Deus. É um pecado muito pior ter por alvo desse desprezo os nossos irmãos em Cristo e co-participantes da família de Deus. O nosso Salvador foi tratado com vilipêndio escarnecedor ao ser ridicularizado e desonrado pelos soldados romanos e pelos escribas, fariseus e sacerdotes quando Ele estava na cruz.

6. O que é “admiração apaixonada”?

Essa expressão significa a devoção cega e insensata a uma pessoa, de maneira que a exaltamos e a honramos extravagantemente, muito além daquilo que em verdade é digna e sem levar em consideração os fatos reais sobre a sua vida. A admiração apaixonada é uma atitude mental que conduz ao pecado da adulação, ou à tola e extravagante expressão de louvor a alguém.

7. Por que é errado quebrarmos os nossos juramentos e promessas lícitas?

Somos moralmente responsáveis diante de Deus pelas nossas atitudes e Ele exige que cumpramos sagradamente as nossas promessas e votos lícitos. A Bíblia descreve o homem piedoso como aquele que cumpre o seu juramento mesmo com prejuízo para si mesmo, sem o modificar (Sl 15.4); isto é, ele sustenta a sua palavra mesmo quando sabe que isso lhe causará alguma perda financeira ou de outra ordem. Os seus contratos são mantidos mesmo quando ele sofre algum prejuízo ao cumpri-los.

8. Qual é o nosso dever para com o bom nome, ou boa reputação, tanto nosso próprio quando dos outros?

(a) Devemos praticar e participar de coisas que resultem em boa reputação; (b) devemos evitar tudo aquilo que causa má reputação. Assim, temos o dever tanto para conosco mesmos como para com os outros de procurar angariar um bom nome, e procurar evitar o contrário. “*Mais vale o bom nome do que as muitas riquezas*” (Pv 22.1).



Pergunta 146. Qual é o décimo mandamento?

R. O décimo mandamento é: *Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo.*



Pergunta 147. *Quais são os deveres exigidos no décimo mandamento?*

R. Os deveres exigidos no décimo mandamento são um contentamento pleno com a nossa condição particular, e uma disposição amorosa de toda a alma para com o nosso próximo, de modo que todas as nossas intenções e sentimentos para com ele tendam a cooperar para todo o seu bem.

Referências bíblicas

- Êx 20.17. O décimo mandamento.
- Fp 4.11; Hb 13.5; 1Tm 6.6. O dever cristão do contentamento.
- Jô 31.29; Rm 12.15; Sl 122.7-9; 1Tm 1.5; Et 10.3; 1Co 13.4-7. O dever de ter uma atitude correta para com o nosso próximo e para com tudo que é seu.

Comentário

1. O que se pretende dizer com “contentamento”?

A palavra contentamento, conforme usada no Catecismo, significa a disposição para aceitar a condição em que a providência de Deus nos colocou sem murmurar, sem se queixar ou invejar as bênçãos ou a prosperidade dos outros.

2. Por que os comunistas se opõem particularmente ao décimo mandamento?

Os comunistas se opõem ao décimo mandamento com o slogan “a religião é o ópio do povo”, isto é, o comunismo alega que o cristianismo, com os seus mandamentos e declarações similares da Palavra de Deus, ensina que o povo tem o dever de ser paciente e contentar-se com a sua situação de vida, ao passo que o comunismo faria as pessoas melhorarem as condições de vida pela revolução violenta, pelos pobres tomando as riquezas dos ricos, etc. De acordo com o cristianismo o contentamento é uma virtude; segundo a doutrina comunista, é um vício.

3. O dever cristão do contentamento implica que é errado tentarmos melhorar a nossa condição de vida?

Não. Temos o dever de estar contentados com a nossa condição de vida, na medida em que pela providência de Deus ela assim permaneça. Isso não implica que seja errado tentar mudar ou melhorar a nossa condição, desde que para isso usemos de meios e maneiras corretos e lícitos. O dever do contentamento jamais pode servir de desculpas para a indolência, para falta de ambição ou

para negligenciar o trabalho diligente. Devemos procurar melhorar a nossa condição e aumentar os nossos bens seculares por todos os meios corretos e lícitos, mas ao fazê-lo devemos conservar sempre um espírito cristão de contentamento com aquilo que temos no momento. Isso quer dizer que nunca devemos ter o angariar riqueza como a nossa maior preocupação na vida, ou considerá-lo como o verdadeiro objeto das nossas esperanças. Mesmo quando estivermos trabalhando para melhorar a nossa condição, devemos considerar Deus e o reino de Deus como as nossas verdadeiras riquezas.

4. É verdade que “a religião é o ópio do povo”?

Não há dúvida que existiram algumas formas de cristianismo muito corruptas e degeneradas que tenderam a destruir a ambição das pessoas e a fazê-las satisfeitas em viver na miséria e na pobreza desgraçada sem que nada fizessem para modificar essas condições. Mas isso não é verdade quanto ao cristianismo legítimo e especialmente quanto ao cristianismo protestante em sua forma mais consistente (o calvinismo, ou a fé reformada). Em todo lugar que o sistema de doutrina calvinista foi aceito e levado a sério ele leva as pessoas a uma vigorosa atividade em todas as esferas da vida e tende a aumentar-lhes a prosperidade material de modo geral. Houve três exemplos impactantes disso em três regiões do mundo que estão longe de ser ricas de posses ou de recursos materiais. A primeira delas é o pequeno país da Holanda, que está fisicamente situado de tal maneira que exige esforço constante de se defender a terra contra os avanços do mar. O segundo é a Escócia, um país composto em sua maior parte por rochas e montanhas, mui pobremente adequado para a agricultura e aparentemente sem condições de sustentar uma grande população. O terceiro exemplo é a Nova Inglaterra, uma região de montanhas pedregosas e de ventos muito frios. Em todas essas três regiões o cristianismo de molde calvinista foi geralmente aceito e tornou-se religião prevalecente, e todas as três regiões, a despeito de suas desvantagens naturais tornaram-se famosas por seus avanços e prosperidade. Em cada caso, o cristianismo levou-as a ter um governo honesto, iniciativa, trabalho intenso e parcimônia, o que melhorou em muito as condições do povo.

5. Que atitude relativa ao nosso próximo o décimo mandamento exige?

O décimo mandamento exige “uma disposição amorosa de toda a alma para com o nosso próximo”, significando que devemos amá-lo de uma maneira tal que ficaremos alegres e gratos pelo seu bem-estar e prosperidade verdadeiros, como se fosse o nosso próprio.

6. É fácil ter essa atitude de amor para como o nosso próximo?

Não. Os nossos corações pecaminosos naturais são demasiadamente egoístas e tendentes a invejar e a cobiçar o bem e a prosperidade dos outros. É somente pela graça de Deus em nossos corações, pelo poder do Espírito Santo, que podemos de fato até mesmo começar a amar o nosso próximo como a nós mesmos.

7. Que quer dizer “nossas intenções e sentimentos” para com o nosso próximo?

Com “nossas intenções e sentimentos” o Catecismo refere-se aos pensamentos, desejos e motivos dos nossos corações que procedem do nosso caráter, os quais determinam a nossa vida e conduta exteriores. Assim, o décimo mandamento exige que devemos ter os pensamentos, os desejos e os motivos certos para com o nosso próximo e tudo aquilo que for seu.

8. Por que as nossas vidas devem “tender a cooperar” para todo o bem do nosso próximo?

Porque Deus nos pôs na sociedade humana como membros dela; é Seu plano e propósito que os seres humanos dependam uns dos outros para o bem mútuo. Num certo sentido é verdade que somos os guardadores dos nossos irmãos e, portanto, as nossas vidas devem ser dirigidas de tal maneira que cooperem para a prosperidade e o bem dos outros, tanto quanto para o nosso próprio.

9. Que relação tem o décimo mandamento com o direito à propriedade privada?

É claro que o décimo mandamento, ao falar das possessões do nosso próximo, sanciona o direito à propriedade privada. No comunismo consistente não haveria propriedade privada; tudo deve pertencer ao Estado, ou ao povo em geral, coletivamente, e as pessoas só poderiam pegar emprestado e usar aquilo que pertence ao povo. É óbvio que um comunismo extremado assim jamais foi verdadeiramente praticado, pois a natureza humana requer a posse individual ao menos de alguns poucos bens. O comunismo, contudo, nega o princípio do direito à propriedade privada e só permite ao povo umas poucas possessões como privilégio ou concessão, não como um inerente direito humano. Num sistema comunista verdadeiramente consistente seria impossível falar em cobiçar “qualquer coisa do teu próximo”, pois tudo pertenceria à coletividade. O décimo mandamento, ao proibir a cobiça de “qualquer coisa do teu próximo”, implica na verdade de que a posse da propriedade privada

é um direito humano divinamente sancionado. Isso também está implícito na verdade de que o homem foi criado à imagem de Deus.



Pergunta 148. *Quais são os pecados proibidos no décimo mandamento?*

R. Os pecados proibidos no décimo mandamento são o descontentamento com o nosso estado, a inveja e o contristar-se por causa do bem do nosso próximo, juntamente com todos os sentimentos e afeições desordenados para com as coisas que lhe pertençam.

Referências bíblicas

- 1Rs 21.4; Et 5.13; 1Co 10.10. O pecado do descontentamento com o nosso estado.
- Gl 5.26; Tg 3.14-16. O pecado da inveja.
- Sl 112.9-10; Ne 2.10. É errado entristecer-se por causa do bem dos outros.
- Rm 7.7-8; 13.9; Cl 3.5; Dt 5.21. O pecado de ter uma atitude errada para com qualquer coisa pertencente a nosso próximo.

Comentário

1. Por que é pecado ser descontente?

Um espírito de descontentamento é pecaminoso porque envolve a insatisfação com a providência de Deus. O descontente acha mesmo que Deus não está sendo justo no modo como o trata, e assim o descontentamento equivale a encontrar erro em Deus. É por causa disso que o descontentamento é verdadeiramente uma forma de irreverência e incredulidade na bondade e no amor de Deus.

2. O que é inveja e por que é errada?

Invejar significa afligir-se egoística e inamistosamente em vista daquilo que o outro possui ou usufrui. Significa que se não temos as mesmas bênçãos que o nosso próximo, desejamos que ele também não as tenha; se o próximo tem bênçãos que Deus não nos deu, desejamos malignamente que ele também não as tenha. A inveja é pecado porque procede do egoísmo, que é pecado. Quem não é egoísta de verdade também não pode ser invejoso.

3. O que faz as pessoas se entristecerem por causa do bem de seus próximos?

É o coração pecador das pessoas que as faz ficarem tristes por causa do bem dos outros. Deveríamos nos regozijar com todas as bênçãos, materiais ou espirituais, desfrutadas pelos outros; mas por causa de nossos corações pecaminosos algumas vezes sentimos mais satisfação quando o nosso próximo comete um pecado, ou sofre algum prejuízo, do que em considerarmos as bênçãos que Deus lhe tem concedido.

4. De que modo as atitudes erradas da mente violam o décimo mandamento?

O décimo mandamento é violado por “todos os sentimentos e afeições desordenados” para com alguma coisa do nosso próximo. Isto é, não são somente as ações erradas que são pecaminosas e contrárias ao mandamento, mas as atitudes mentais erradas também o são. É errado desejar aquilo que pertence aos outros. Esse mandamento enfatiza especialmente a verdade de que não apenas as ações exteriores são pecaminosas, mas até mesmo pensamentos, desejos, motivos e atitudes mentais também são pecado.

5. Que personagens bíblicos quebraram esse mandamento de modo especialmente maligno?

(a) Acabe, que cobiçou a vinha de Nabote. (b) Hamã, que cobiçou a honra do mundo e por isso foi afligido diante de Mordecai. Observe que em cada caso o pecado da cobiça levou a outras formas de pecado.



Pergunta 149. Existe alguém perfeitamente capaz de guardar os mandamentos de Deus?

R. Ninguém consegue por si mesmo, nem por nenhuma graça recebida nesta vida, guardar perfeitamente os mandamentos de Deus, antes quebra-os diariamente por pensamentos, palavras e obras.

Referências bíblicas

- Tg 3.12; Jo 15.5; Rm 7.3. Nenhum ser humano tem de si mesmo o poder para guardar perfeitamente os mandamentos de Deus.
- Ec 7.20; 1Jo 1.8, 10; Gl 5.17; Rm 7.18-19. Durante essa vida, nenhum

ser humano é capaz de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus, nem mesmo com a Sua graça e o auxílio do Espírito Santo.

- Gn 6.5; 8.21; Rm 3.9-19; Tg 3.2-13. Toda e qualquer pessoa neste mundo quebra os mandamentos de Deus diariamente por pensamentos, palavras e obras.

Comentário

1. Por que é verdade que nenhum ser humano tem de si mesmo o poder de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus?

Essa declaração é verdadeira porque todos os seres humanos nasceram com um coração ou natureza pecaminosos que os faz cometer constantemente toda sorte de pecados. Todos vêm a este mundo com uma natureza depravada e corrompida pelo pecado original. O pecado original determina inevitavelmente a qualidade moral da vida e das ações da pessoa. A corrupção do pecado original não é extirpada nesta vida — nem mesmo das pessoas que nasceram de novo pelo Espírito Santo — mas, é tão-somente subjugada.

2. A verdade do “pecado original” é geralmente aceita nos dias presentes?

Não. Embora as doutrinas do pecado original e da depravação total sejam ensinadas na Palavra de Deus com inequívoca clareza, essas verdades são extremamente antipatizadas nos dias presentes. Muitas pessoas ficam indignadas e com raiva quando elas são ensinadas ou proclamadas na pregação. Predomina hoje a idéia de que há bondade demais em cada um — bondade suficiente para derrotar o mau. Essa visão otimista da natureza humana não deriva da Bíblia, mas da filosofia da evolução que predomina hoje com a sua crença no progresso e no melhoramento irrestritos proporcionados pelo desenvolvimento e conquistas humanos. O pensamento moderno é otimista demais com relação à natureza humana; a Bíblia, pelo contrário, é distintamente pessimista a respeito da condição moral natural do coração humano.

3. Como se chama a crença dos que afirmam que é possível, nesta vida, guardar perfeitamente os mandamentos de Deus, mediante a Sua graça ou pelo poder do Espírito Santo?

Essa crença equivocada é chamada de perfeccionismo, ou de “perfeição sem pecado”. Ela surge do erro de não se compreender a natureza e o escopo verdadeiros das exigências de Deus. Não pode ser perfeccionista quem compreende de fato a natureza espiritual e o caráter abrangente da lei moral de Deus.

Somente quem tem uma idéia muito parcial e inadequada daquilo que a lei moral de Deus exige dos seres humanos pode imaginar que seja possível, até mesmo pela graça de Deus, guardar perfeitamente nesta vida todos os mandamentos de Deus. Deus exige de nós, não apenas que “sejamos bons”, mas que sejamos moralmente perfeitos. O que Ele requer de nós não é apenas a sinceridade, o fervor ou uma relativa “bondade”, mas a absoluta perfeição moral. A exigência da lei de Deus jamais foi modificada. Não pode ser mudada porque a lei moral é uma expressão do próprio caráter de Deus, e Deus, é claro, é imutável. A humanidade foi criada à Sua imagem e Deus exige a absoluta perfeição moral daqueles que foram criados à Sua imagem. Qualquer desvio dessa perfeição absoluta é pecado.

4. Há na Bíblia quem alegue ter alcançado, na vida presente, absoluta perfeição moral?

Não. Todos os melhores e mais consagrados santos de Deus confessaram que ainda haviam cometido pecado. Por exemplo, muitos dos salmos de Davi contêm confissões de pecado; o apóstolo Paulo, bem depois da sua conversão, experimentava conflitos constantes com o pecado; Pedro, bem depois de ter sido cheio do Espírito Santo, precisou ser repreendido publicamente por causa da sua conduta não-cristã e inconsistente (Gl 2.11-14). É em vão que procuramos nas páginas da Escritura um ser humano que tenha sido perfeito nesta vida presente, com a única e exclusiva exceção do nosso Senhor Jesus Cristo, que viveu uma vida de absoluta perfeição moral neste mundo.





CAPÍTULO 14

A Nossa Condição Perdida

Pergunta 150. *As transgressões da lei de Deus são todas elas igualmente hediondas em si mesmas à vista de Deus?*

R. Nem todas as transgressões da lei de Deus são igualmente hediondas, mas alguns pecados são, em si mesmos, mais hediondos à vista de Deus por causa de diversos fatores agravantes.

Referências bíblicas

- Jo 19.11; Ez 8.6, 13, 15. As diversas ações contrárias à lei de Deus implicam em diversos graus de pecado.
- 1Jo 5.16. O pecado “não para morte” e o pecado “para morte”.
- Sl 78.17, 32, 56. O mais hediondo pecado à vista de Deus em razão de diversos fatores agravantes.

Comentário

1. Que significa a palavra *hediondo*?

Essa palavra significa “extremamente maligno”, “atroz”.

2. Todos os pecados são *hediondos*, ou extremamente malignos, à vista de Deus?

Sim. Não existe pecado sem importância. Mesmo o menor pecado é um pecado contra o Deus infinito e santo, e por isso até mesmo o menor dos pecados é infinitamente maligno. Já se disse que é um grande pecado amar um pequeno pecado. Essa declaração, por ser verdadeira, expõe a inerente malignidade do pecado. Não existe pecado que não conte contra a pessoa, nem pecado que possa ser descartado.

3. Todos os pecados são igualmente maus à vista de Deus?

Não. Embora até mesmo o menor pecado seja uma ofensa contra o santo Deus, e por isso absolutamente maligno, ainda assim o Catecismo ensina que alguns pecados são em si mesmos mais malignos do que outros e que alguns pecados, em razão de fatores agravantes, são mais malignos diante de Deus do que outros.

4. Que significa a declaração de que alguns pecados são em si mesmos mais hediondos do que outros, diante de Deus?

Essa declaração quer dizer que à parte de quaisquer circunstâncias especiais alguns pecados são mais hediondos que outros. Assim, por exemplo, o pecado de assassinato é mais hediondo que o do roubo; o pecado do roubo é mais hediondo que o da indolência ou preguiça.

5. Como a Igreja Católica Romana usa de modo distorcido o ensinamento bíblico de que alguns pecados são mais hediondos que outros?

A Igreja Católica Romana ensina uma falsa distinção entre “pecado mortal” e “pecado venial”. Segundo a doutrina Católica Romana, um “pecado mortal” é “uma grave ofensa contra a lei de Deus” que causa “a morte eterna e a danação da alma”, ao passo que o “pecado venial” é “uma leve ofensa contra a lei de Deus” que apenas diminui o Seu amor em nossos corações, torna-nos menos dignos do auxílio de Deus e enfraquece a nossa capacidade de resistir ao “pecado mortal”.

6. Por que essa doutrina Católica Romana é falsa?

Essa doutrina é falsa porque a Bíblia ensina que todo e qualquer pecado, até mesmo o menor deles, merece o castigo eterno de Deus. Segundo a Bíblia, o salário do pecado é a morte (Rm 8.23), uma declaração geral que abrange todo tipo de pecado. A Igreja Católica Romana erra ao ensinar que alguns pecados não passam de “uma leve ofensa contra a lei de Deus”; e como todos são absolutamente indignos do auxílio de Deus, é errado dizer que os pecados veniais nos tornam “menos dignos do auxílio de Deus”.

7. Que erro corrente dá uma idéia errada da seriedade do pecado?

A idéia comum e bem conhecida é que muitos dos chamados “pequenos pecados” não têm a menor importância e que Deus é generoso e compassivo demais para considerá-los contra alguém. As pessoas tendem a achar que os pecados normalmente cometidos na “sociedade civilizada” ou entre pessoas respeitáveis têm

pouca importância e não é necessário arrepender-se por causa deles. Pecados como inverdades convencionais, ou dizer “mentiras brancas”, a blasfêmia amena e ocasional, perder as estribeiras de vez em quando, as leves desonestidades e injustiças nas transações comerciais, esquecer de render graças a Deus antes de tomar as refeições, são amiúde considerados como meras ninharias sem importância real. Muitas pessoas acham que não são pecadoras de verdade porque não são culpadas de pecados gritantes e escancarados como o assassinato e o roubo literais. Alguns se consideram “bons cristãos” só porque não são culpados de pecados especialmente maus, acima da média dos seus próximos. Há aqueles que alegam não ter pecados de verdade, embora admitam que tenham umas poucas “faltas” e “falhas”. Precisamos compreender que o padrão do mundo para o pecado e para a justiça, e o padrão de Deus, são muito diferentes.

8. Que significa o “pecado para morte” e o “pecado não para morte” de 1Jo 5.16?

Entende-se comumente que o “pecado para morte” significa uma forma de pecado que resulta inevitavelmente na morte eterna, pois exclui qualquer possibilidade de arrependimento; isto é: a rejeição deliberada, definitiva e continuada do evangelho de Jesus Cristo, quando o Espírito Santo, por fim, deixa de pleitear com a pessoa e a abandona à dureza pecaminosa do seu próprio coração. Somos ordenados a nem mesmo orar por alguém assim. Esse “pecado para morte” não pode ser cometido por um verdadeiro crente em Cristo, nascido de novo, mas pode ser cometido por crentes nominais, que jamais nasceram de novo de verdade. Entende-se que o “pecado não para morte” significa qualquer pecado que não seja a rejeição deliberada e permanente de Cristo; isto é: qualquer pecado passível de ser cometido por um verdadeiro crente. Somos ordenados a orar pelos que “cometem pecado que é não para morte”, isto é: orar pelos nossos irmãos em Cristo, pois temos a promessa de que Deus responde às nossas orações por essas pessoas concedendo-lhes vida, quer dizer, trazendo a pessoa de volta a um estado espiritual.



Pergunta 151. *Que fatores agravantes tornam alguns pecados mais detestáveis que outros?*

R. O pecado torna-se mais grave **1.** em razão dos ofensores: se são pessoas amadurecidas, com maior experiência ou graça, eminentes na religião, nos

dons, na posição, no ofício e liderança — cujo exemplo é passível de imitação; (continua)

Referências bíblicas

- Jr 2.8. O pecado é mais grave se for cometido por quem tem a responsabilidade especial de viver exemplar e piamente.
- Jó 32.7, 9; Ec 4.13. Pessoas mais maduras na idade têm maior responsabilidade; um pecado cometido por elas, portanto, é mais grave do que se for cometido por pessoas mais jovens.
- 1Rs 11.4, 9. O pecado é mais grave se for cometido por pessoas que têm maior experiência e mais bênçãos da graça de Deus do que outras.
- 2Sm 12.14; 1Co 5.1. Um mesmo pecado é mais grave se for cometido por pessoas que professaram publicamente a sua fé em Cristo, do que pelas que não fizeram tal profissão.
- Tg 4.17; Lc 12.47-48. Privilégios maiores envolvem maiores responsabilidades, é por isso que os pecados cometidos por tais pessoas são mais graves.
- Jr 5.4-5. Quem ocupa lugar de proeminência na sociedade tem a obrigação extra de fazer o que é certo; quando comete pecado a sua proeminência serve-lhes de agravante.
- 2Sm 12.7-9; Ez 8.11-12. Aqueles que exercem posição oficial na igreja ou no Estado têm a responsabilidade extra de viverem piedosamente, e quando se envolvem com o erro as suas posições oficiais servem para agravar-lhes os pecados.
- Rm 2.17-24. Quem é ou diz ser líder de outros tem a obrigação extra de viver corretamente; se pecar o pecado é agravado.
- Gl 2.11-14. Aqueles cujo exemplo é passível de ser imitado por outros têm o pecado agravado quando se envolvem com o erro.

Comentário

1. Qual é o significado da palavra *agravante* nessa pergunta do Catecismo?

Nessa pergunta, a palavra “agravante”, significa aquilo que agrava, ou piora, que torna qualquer questão mais pesada ou mais séria. O agravante de um pecado é qualquer fator ou circunstância que converte o pecado em algo mais sério ou maligno.

2. Que verdade geral é ensinada pela primeira parte da resposta à Pergunta 151?

A primeira parte da resposta à Pergunta 151 ensina a verdade geral de que um mesmo pecado cometido por pessoas diferentes envolve diferentes graus de culpa conforme as responsabilidades especiais das pessoas envolvidas. Pecado sempre envolve culpa, mas diversos fatores e circunstâncias podem aumentar a culpa, no caso de pessoas particulares.

3. Por que são mais graves os pecados cometidos por pessoas de idade mais madura?

As pessoas mais amadurecidas na idade tiveram mais tempo e oportunidade para conhecerem a vontade de Deus, experimentarem a Sua graça e salvação e aprenderem a superar a tentação. É natural esperar-se que pessoas de mais idade tenham maior sabedoria, mais experiência e melhor discernimento do que o esperado das pessoas mais jovens. Portanto, por causa disso, quando pessoas mais amadurecidas caem em pecado cometem uma transgressão mais grave.

4. Por que uma dose maior de experiência ou graça aumenta a culpa do pecado de alguém?

Porque alguém com maior experiência de graça peca contra a luz e a consciência mais do que as outras pessoas. Quanto maior for a nossa experiência da graça de Deus, menor será a desculpa para cairmos em pecado. Experiência de graça significa progresso em santidade. Quando alguém que fez grande progresso em santidade cai em pecado, cai de uma altura previamente conquistada e isso aumenta a culpa da sua queda.

5. Por que as pessoas “eminentes na religião” são especialmente culpadas quando cometem pecado?

Porque quem é eminente na religião, se cometer pecado, não é só culpado de quebrar a lei de Deus, mas também de ser inconsistente; isto é, a sua conduta é variável, não apenas com relação à lei de Deus, mas até mesmo quanto às suas próprias alegações. É claro que pecado é pecado a despeito de quem o comete, mas quando pessoas conhecidas publicamente como crentes em Cristo e membros de igreja se envolvem com pecado e escândalo a própria profissão de fé delas agrava-lhes a culpa diante de Deus.

6. Que significa dizer que “dons” e “posição” agravam os pecados das pessoas?

Com “dons” o Catecismo quer dizer as bênçãos de Deus tais como o conhe-

cimento da Bíblia, da lei de Deus e do evangelho de Cristo, as oportunidades para aprender a Palavra de Deus, etc. Era pecado que babilônios e egípcios adorassem ídolos, mas era um pecado muito maior que o povo de Israel fizesse isso, pois Deus lhes favorecera com muito maiores dons de luz e de conhecimento.

Com “posição” o Catecismo quer dizer o posto ou o cargo ocupados na sociedade humana. Quanto mais proeminente for alguém, tanto maior será a sua responsabilidade e mais agravada a sua transgressão. É assim porque todos os que são proeminentes na sociedade têm inevitavelmente uma influência bem maior que os obscuros ou os praticamente desconhecidos. Quando alguém de proeminência consegue um divórcio não-bíblico essa notícia se espalha de uma ponta à outra do país, ao passo que chama pouquíssima atenção se for com alguém obscuro.

7. De que modo a posição oficial de alguém na igreja ou no Estado afeta a sua responsabilidade para fazer o que é certo?

Quem exerce função oficial na igreja ou no Estado é visado pelas pessoas ou membros de igreja comuns e espera-se que dêem bom exemplo e se conduzam corretamente. Quando não agem assim a culpa torna-se pior por causa das posições oficiais que ocupam. Há alguns anos um certo presidente dos Estados Unidos visitou a Europa e chocou e scandalizou os crentes da Holanda por viajar de trem no Dia do Senhor. Muitos turistas americanos na Holanda tinha cometido o mesmo pecado, mas foi particularmente ofensivo quando o ex-presidente o cometeu e, é claro, incorreu em mais grave culpa. Semelhantemente, quando um ministro, presbítero ou diácono se envolve com o erro é muito mais sério do que se o mesmo pecado for cometido por um membro comum da igreja.

8. Como a responsabilidade pelo bem-estar moral dos outros pode piorar o pecado de alguém?

Como membros da sociedade humana, e especialmente como crentes em Cristo, somos responsáveis pelo bem-estar moral do nosso próximo. A nossa responsabilidade pelos nossos pecados é medida não apenas pelos pecados em si mesmos, mas também pela influência deles sobre os outros. Portanto, quem está em posição de liderança, quem é guia de outros e cujo exemplo é passível de ser seguido pelos outros, tem uma responsabilidade extra e ao pecar comete uma transgressão mais grave. Assim, por exemplo, o comportamento de um professor pode ser imitado pelos seus alunos; as ações das crianças mais ve-

lhas podem ser imitadas pelas crianças mais novas; os membros de uma igreja tendem a achar que é certo fazer aquilo que vêem os seus oficiais fazerem, etc. Pessoas cujas condutas pecaminosas tendem a levar outros a pecar, têm, claramente, de prestar contas por um pecado duplo — o seu próprio pecado e o pecado do seu próximo, por ele levado a desviar-se.

Pergunta 151 (continuação). *Que fatores agravantes tornam alguns pecados mais detestáveis que outros?*

R. O pecado torna-se mais grave (...) **2.** em razão das partes ofendidas: se for diretamente contra Deus, seus atributos e culto; contra Cristo e Sua graça; contra o Espírito Santo, Seu testemunho e obras; contra pessoas superiores, eminentes, com quem especialmente nos relacionamos ou estamos comprometidos; contra qualquer um dos santos, particularmente contra os irmãos mais fracos, contra as suas almas ou a de qualquer outra pessoa, e contra o bem comum de todos ou de muitos; (continua)

Referências bíblicas

- Mt 21.38-39. Exemplo da malignidade de um pecado aumentada em razão da posição da pessoa vitimada pelo pecado.
- 1Sm 2.25; At 5.4; Sl 51.4; Rm 2.4; Ml 1.8, 14. A culpa de um pecado é aumentada quando é cometido diretamente contra Deus e Seus atributos e adoração.
- Hb 2.2-3; 12.25. Os que pecam contra o Senhor Jesus Cristo e a Sua graça têm a culpa da transgressão agravada.
- Hb 10.29; 6.4-6; Mt 12.31-32; Ef 4.30. Quem peca contra o Espírito Santo, o Seu testemunho e obras tem a seriedade do pecado agravada.
- Jd 8; Nm 12.8-9; Is 3.5. Ofende especialmente a Deus quando se cometem ofensas contra pessoas que deveriam ser especialmente honradas e respeitadas por qualquer razão.
- Pv 30.17; 2Co 12.15; Sl 55.12-15. Pecar contra aqueles com quem estamos intimamente relacionados, ou especialmente comprometidos, é ter a culpa do pecado agravada.
- Sf 2.8-11; Mt 18.6; 1Co 6.8; Ap 17.6. Qualquer pecado contra os crentes em Cristo é grave ofensa à vista de Deus.
- 1Co 8.11-12; Rm 14.13, 15, 21. Temos o dever de levar em especial consideração os irmãos fracos, porque qualquer ofensa que os atinja é um grave pecado contra Deus.

- Ez 13.19; 1Co 8.12; Ap 18.12-13; Mt 23.15. Toda transgressão que ponha em perigo a alma de outros, ou que trabalhe contra a salvação deles, é especialmente detestável diante de Deus.
- 1Ts 2.15-16; Js 22.20. É grave transgressão o pecado que afeta outras pessoas, ou que interfira concretamente na situação de todas ou de muitas delas.

Comentário

1. Podemos pecar contra homens ou somente contra Deus?

Falando estritamente, só podemos cometer pecado contra Deus, o nosso Criador e Juiz, a quem prestamos contas moralmente. Fazemos o mal ao nosso semelhante, mas ao fazê-lo pecamos contra Deus. Por essa causa é que Davi, que ultrajara gravemente a Urias e Bate-Seba, diz “*Pequei contra ti, contra ti somente*” (Sl 51.4). Falando estritamente, não podemos fazer mal a Deus nem pecar contra o próximo, mas é comum falarmos assim dizendo muitas vezes que pecamos contra os homens; a própria Bíblia usa algumas vezes essa linguagem. É claro que isso é perfeitamente apropriado, desde que compreendamos que no sentido restrito das palavras só podemos pecar contra Deus e fazer mal apenas aos nossos semelhantes. A nossa responsabilidade moral é somente para com Deus.

2. Que parte dos Dez Mandamentos trata diretamente dos pecados cometidos contra Deus?

A primeira “tábua” da lei ou os primeiros quatro mandamentos.

3. Por que os pecados cometidos diretamente contra Deus são especialmente detestáveis?

Por causa da infinita majestade e santidade de Deus, a quem esses pecados afrontam, e por causa da nossa principal e maior obrigação que é a de amarmos o Senhor nosso Deus com todo o coração, alma, mente e força. Portanto, a pessoa que peca diretamente contra Deus desconsidera e violenta a sua mais alta obrigação.

4. De que maneiras os homens pecam diretamente contra Deus?

Os homens pecam diretamente contra Deus quando violam os mandamentos da primeira tábua da lei. Particularmente manifestos são os pecados como o ateísmo, a idolatria, o tomar o nome de Deus em vão e a quebra do sábado cristão. Todos esses, em suas múltiplas formas, são pecados diretamente con-

tra Deus. Alguns são pecados diretamente contra a pessoa do próprio Deus; outros são pecados diretamente contra Deus conforme revelado no Seu culto, ordenanças, etc.

5. Por que os pecados contra Cristo e a Sua graça são especialmente detestáveis diante de Deus?

(a) Porque Cristo é Ele próprio Deus verdadeiro, do mesmo modo que Deus Pai, por isso, pecar contra Cristo é o mesmo que pecar contra Deus. (b) Porque a graça de Cristo é o dom do amor de Deus aos pecadores perdidos e culpados; quem peca contra a graça de Cristo peca contra o amor e a misericórdia de Deus, que deveriam levá-lo ao arrependimento.

6. Dê um exemplo bíblico de alguém que pecou contra o Espírito Santo?

Ananias: Atos 5.3 (“*mentisses ao Espírito Santo*”) e versículo 4 (“*Não mentiste aos homens, mas a Deus*”).

7. Por que razão pecar contra o testemunho e as obras do Espírito Santo é especialmente detestável para Deus?

Porque o Espírito Santo é dado pelo amor e pela graça de Deus para habitar e atuar no coração do Seu povo. Aqueles que pecam contra o testemunho e a operação interiores do Espírito Santo tratam com desprezo esse gracioso dom de Deus. Nem todo pecado cometido contra a operação interior do Espírito Santo é o pecado “imperdoável” mencionado na Bíblia, mas peca gravemente todo aquele que resiste ou despreza a obra interna do Espírito Santo.

8. Por que as ofensas contra pessoas “superiores” e “eminentes” são particularmente sérias?

Temos a obrigação especial de tratar algumas pessoas com honra e respeito. Por exemplo, aos filhos ordena-se que honrem os seus pais e é dever dos cidadãos honrar quem tem posição de autoridade no Estado. Semelhantemente, na Palavra de Deus ordena-se que as pessoas mais velhas sejam tratadas com honra e respeito. Onde houver a obrigação especial de honrar e respeitar, toda a transgressão disso tem de ser considerada como ofensa agravada. Assim, se falar mal de qualquer pessoa já é errado, pecado mais grave é falar mal do presidente do país, ou de qualquer oficial do governo.

9. Por que é detestável um pecado contra “quem especialmente nos relacionamos ou estamos comprometidos”?

Quanto mais próximo é o relacionamento com alguém, seja quem for, maior é a nossa obrigação de tratarmos essas pessoas com justiça e amor. Isso é verdade e não importa se é um relacionamento consanguíneo ou se é algum vínculo social de qualquer outro tipo. Temos o dever de tratar os nossos semelhantes com justiça e amor, mas especialmente àqueles que, pela providência de Deus, estão intimamente ligados a nós de um modo ou de outro. Essa verdade é muitas vezes desconsiderada. É comum as pessoas tratarem os estranhos melhor do que seus próprios familiares, mas não deveria ser assim. A família, as relações, os padrões ou empregados de alguém, etc., têm um direito especial à sua consideração. Transgredir contra eles é uma grave ofensa, à vista de Deus.

10. Que devemos achar das transgressões cometidas contra os nossos semelhantes cristãos?

As transgressões cometidas contra os nossos semelhantes cristãos são especialmente graves diante de Deus. Isso não se aplica apenas aos crentes da nossa igreja, mas a “qualquer um dos santos”, como diz acertadamente o Catecismo. Isto é, todos os crentes em Cristo são nossos irmãos nEle e têm direito a especial consideração da nossa parte. Uma ofensa contra qualquer um deles envolve um membro do corpo de Cristo ferindo a um outro membro do corpo de Cristo. Uma das estratégias mais eficazes de Satanás para impor obstáculos à causa de Deus aqui no mundo é a de incitar disputas e problemas entre os crentes. A Bíblia chama isso de “*contendas entre irmãos*”, que é uma das coisas que Deus abomina (Pv 6.19).

11. Que quer dizer “irmãos fracos”?

Romanos 14 dá a chave para o significado dessa expressão. Resumidamente, um “irmão fraco” é um verdadeiro crente em Cristo de conhecimento falho e cuja fé, apesar de verdadeira, é ainda débil e oscilante. Ele pode ter escrúpulos de consciência sobre questões que não são erradas de fato e pode se escandalizar e desanimar facilmente quando vê outros crentes fazendo aquilo que ele considera errado. O “irmão fraco” enfrenta de fato muitas dificuldades em prosseguir na vida cristã. Essas pessoas deveriam ser alvo da especial consideração dos outros crentes em Cristo, mas isso não quer dizer que os escrúpulos dos irmãos fracos devem ser impostos aos outros crentes em Cristo como regras de conduta necessárias, ou que deve-se permitir ao irmão fraco dominar a igreja e se impor aos seus oficiais e membros. Os escrúpulos do irmão fraco são uma falha a ser tolerada, não uma plataforma a ser propagada por toda a igreja, mas devemos ter o cuidado de não ofendê-los nem de escandalizá-los

desnecessariamente com uma conduta que eles consideram errada, mesmo que não seja errada em si mesmo. Assim, desprezar os problemas e dificuldades dos irmãos fracos é um detestável pecado contra Cristo (1Co 8.12).

12. Por que é grave cometer pecados contra “o bem comum de todos ou de muitos”?

Todos somos membros da sociedade humana e como crente em Cristo somos todos membros do corpo de Cristo, a igreja. Se cada indivíduo pudesse viver isoladamente numa ilha, assim como fez Robinson Crusoe por alguns anos, ele só teria de pensar em Deus e em si mesmo no que diz respeito à sua vida moral; mas não podemos viver como ele. Todos nós somos membros da sociedade e, como tal, somos mutuamente dependentes. Por isso, devemos entender que qualquer pecado que cometamos pode envolver três partes: Deus, nós mesmos e um nosso próximo (ou a sociedade de modo geral). É óbvio que quanto mais pessoas forem afetadas ou atingidas pela nossa conduta maior será a nossa culpa diante de Deus. Portanto, a pessoa cuja negligência criminosa resultar no descarrilamento de um trem, no destrutivo incêndio de um hotel ou no começo de um grande incêndio florestal é muito mais culpada do que aquela que, por negligência, só pôs em perigo a sua vida ou a sua propriedade.

Pergunta 151 (continuação). *Que fatores agravantes tornam alguns pecados mais detestáveis que outros?*

R. O pecado torna-se mais grave (...) **3.** em razão da natureza e qualidade das ofensas: se for contra a explícita letra da lei, se quebrar muitos mandamentos e contiver em si muitos pecados; se não for uma concepção só do coração mas manifestar-se em palavras e ações, escandalizar os outros e não admitir reparação; (continua)

Referências bíblicas

- Pv 6.30-33. A seriedade do pecado depende, em parte, da natureza e qualidade da ofensa cometida.
- Ed 9.10-12; 1Rs 11.9-11. As ofensas contra a expressa letra da lei de Deus são especialmente detestáveis, porque violam diretamente um mandamento de Deus.
- Cl 3.5; 1Tm 6.10; Pv 5.8-12; Js 7.21. É especialmente abominável a Deus a ofensa que envolve a quebra de vários mandamentos ou o cometimento de muitos pecados.

- Tg 1.14-15; Mt 5.22; Mq 2.1. O pecado torna-se seriamente grave quando não é apenas concebido no coração, mas manifesta-se em palavras ou ações.
- Mt 18.7; Rm 2.23-24. Um pecado que escandaliza outras pessoas é, diante de Deus, uma ofensa agravada.
- 2Sm 12.7-10. É especialmente detestável à vista de Deus o pecado que não admitir reparação.

Comentário

1. O que significa “natureza e qualidade das ofensas”?

Essa expressão significa o caráter inerente de uma ofensa, sem levar em conta nada do que se refere a pessoas e circunstâncias. Portanto, o assassinato é mais detestável que o roubo totalmente a despeito de quem seja o assassino ou o ladrão, de quem sejam as vítimas dos crimes, o tempo, o lugar, etc. Não interessa quem o comete, ou quando ou por quê. O assassinato é em si mesmo mais maligno do que o roubo.

2. O que significa “explícita letra da lei”?

Isso quer dizer as palavras reais da lei de Deus, como dadas na Escritura. Assim, roubar vai contra a explícita letra da lei porque a lei de Deus ordena clara e precisamente: “Não furtarás”. Mas, embora participar de rifas ou de loterias seja pecado, não o é contra a explícita letra da lei, pois faz-se necessário um processo de arrazoamento lógico fundamentado na lei de Deus na Bíblia para se provar que rifas e loterias são pecado.

3. Dê alguns exemplos de ofensas que envolvam a quebra de muitos mandamentos, ou o cometimento de muitos pecados.

(a) A Bíblia ensina que a cobiça é idolatria. Assim, quem cobiça também comete idolatria ao pôr o seu coração em possessões mundanas. (b) A quebra do sábado cristão também envolve o pecado do roubo, da irreverência e de tomar o nome de Deus em vão. Quem quebra o sábado cristão também viola o segundo, o terceiro, o quarto e o oitavo mandamentos.

4. Onde se originam todos os pecados?

No “coração”, ou no caráter mais íntimo de alguém. (Leia Marcos 7.21-23). O pecado procede do coração e se manifesta finalmente na conduta exterior (palavras e obras) da pessoa.

5. É mais maligno nutrir o pecado no coração ou expressá-lo pela conduta?

Expressar o pecado pela conduta real é muito mais maligno, embora não devemos esquecer que diante de Deus até mesmo conceber um pecado no coração é pecaminoso. Mas o pecado que se manifesta concretamente é muito mais maligno porque é um desenvolvimento mais completo da rebelião contra Deus. Leia Tiago 1.14-15 e observe como esses versos ensinam essa verdade de fato.

6. Por que o pecado que escandaliza outras pessoas é especialmente grave diante de Deus?

Porque esse pecado não envolve meramente duas, mas três partes, isto é: nós mesmos, o nosso próximo e Deus. O pecado que não afeta outras pessoas, ou o pecado secreto conhecido somente pelo pecador e por Deus é maligno e ofensivo a Deus, mas muito mais ofensivo é o pecado que escandaliza os outros ou que também tenta os outros ao pecado. Assim, o pecado de Eva comer o fruto proibido teve o efeito de levar Adão também a cometê-lo e isso aumentou a sua gravidade diante de Deus.

7. Que quer dizer “ofensa que não admite reparação”?

No que tange à nossa relação com Deus nenhum pecado admite reparação; todos somos culpados diante de Deus e somente o sangue derramado por Jesus Cristo é que pode remover a culpa do nosso pecado. Mas, no que respeita à nossa relação com os nossos semelhantes, alguns pecados admitem reparação, outros não. Por exemplo, o pecado do roubo admite a reparação. Quem roubou algum dinheiro do seu próximo pode restituí-lo, reparando o pecado, o que não é possível nos pecados de assassinato e de adultério. Uma vez cometido o mal ao nosso próximo não há como desfazê-lo. O pecado de testemunhar falsamente contra o nosso próximo algumas vezes admite reparação, outras vezes não. Assim, por exemplo, se alguém em juízo testemunhar falsamente e durante a mesma sessão na corte de justiça confessar o seu pecado e retificar a sua falsa declaração o dano causado poderá ser grandemente desfeito. Contudo, se a retratação for feita anos mais depois, aí pode ser tarde demais para desmanchar o malfeito.

Pergunta 151 (continuação). *Que fatores agravantes tornam alguns pecados mais detestáveis que outros?*

R. O pecado torna-se mais grave (...) **3.** em razão da natureza e qualidade das ofensas: (...) se for contra meios, misericórdias, juízos, luz da natureza,

convicção da consciência, admoestação pública ou privada, censuras eclesásticas, punições da lei civil; e contra as nossas orações, propósitos, promessas, juramentos, pactos e compromissos para com Deus ou para com os homens; (continua)

Referências bíblicas

- Mt 11.21-24; Jo 15.22. Os pecados são mais graves quando são cometidos apesar dos meios que Deus poderia usar para refreá-los.
- Is 1.3; Dt 32.6. Os pecados são transgressões mais graves quando são cometidos apesar das misericórdias especiais de Deus.
- Am 4.8-11; Jr 5.3. Pecar contra os juízos de Deus é cometer um pecado mais grave.
- Rm 1.26-27; 1Co 11.14-15. É especialmente pecaminoso fazer aquilo que a natureza, mesmo à parte da Escritura, mostra ser errado.
- Rm 13.2; Dn 5.22; Tt 3.10-11. Quem peca a despeito da convicção da sua própria consciência comete uma transgressão mais grave.
- Pv 29.1. O pecado é mais grave quando é cometido apesar de advertência ou reprovação.
- Tt 3.10; Mt 18.17. O pecado é mais grave se for cometido apesar das censuras da disciplina da igreja.
- Pv 27.22; 23.35. Quem não leva em consideração as penalidades civis faz-se culpado de transgressão mais grave.
- Sl 78.34-37; Jr 2.20; 42.5-6, 20-21; Ec 5.4-6; Pv 2.17; 20.25; Lv 26.25; Ez 17.18-19. São transgressões mais graves os pecados cometidos apesar das nossas próprias promessas, juramentos, alianças, etc.

Comentário

1. Que quer dizer pecado cometido “contra meios”?

Conforme usado neste Catecismo, essa expressão refere-se aos pecados cometidos apesar dos atos especiais de Deus que poderiam ter o efeito de refrear a ação de pecar das pessoas. Nos tempos bíblicos tais atos especiais de Deus assumiam quase sempre a forma de milagres; em nossos próprios dias podem assumir a forma de operações notáveis e especiais da providência de Deus, cujo efeito deveria nos fazer parar ou abster-nos de pecar.

2. Como se peca contra as misericórdias de Deus?

Todo ser humano peca continuamente contra as misericórdias de Deus, porque a própria continuação da nossa existência depende da misericórdia gratuita de

Deus. *“As misericórdias do SENHOR são a causa de não sermos consumidos, porque as suas misericórdias não têm fim; renovam-se cada manhã. Grande é a tua fidelidade”* (Lm 3.22-23). Os crentes em Cristo pecam de modo especial contra as misericórdias de Deus, porquanto receberam a misericórdia especial de Deus na sua salvação. Há também casos em que as pessoas pecam contra as misericórdias e bênçãos especiais que receberam de Deus; por exemplo, quando Deus livra alguém de um perigo mortal, ou de uma doença grave e a pessoa em vez de se voltar para Deus em arrependimento e fé simplesmente esquece-O e vive uma vida egoísta e mundana. É claro que todo pecado contra as misericórdias de Deus importa em transgressão mais graves.

3. O que significa pecar contra os juízos de Deus?

No caso daqueles que não são Seus filhos, Deus envia os Seus juízos, tanto para puni-los pelos seus pecados quanto para adverti-los contra a continuação no pecado. No caso dos Seus filhos, os Seus juízos têm o propósito de disciplinar e corrigir, isto é, de produzir a santificação deles e resguardá-los de serem condenados com o mundo (1Co 11.32). Em ambos os casos, os juízos de Deus devem ter o efeito de levar a pessoa ao arrependimento, submissão e obediência a Deus. Lemos no livro de Apocalipse as descrições simbólicas dos muitos e terríveis juízos de Deus contra um mundo que não crê em Cristo e O rejeita, quase sempre acrescidas da declaração de que esses juízos não resultaram em arrependimento (Ap 9.20-21; 16.9, 11). Pecar continuamente assim, apesar do juízo divino, muito agrava a culpa das pessoas diante de Deus.

4. Que quer dizer “luz da natureza” e como as pessoas pecam contra ela?

Com a expressão “luz da natureza” o Catecismo refere-se ao conhecimento elementar de Deus e à obrigação moral que os homens têm a partir da revelação geral de Deus no mundo da natureza e no coração e consciência humanos, fora da revelação especial de Deus na Escritura. A luz da natureza não é suficiente para a salvação, mas é suficiente para ensinar aos homens que há um Deus a quem devem adorar e honrar e que certas coisas são erradas. Por causa disso a luz da natureza deixa-os inescusáveis (Rm 1.20). A luz da natureza, à parte da Escritura, não serve de modo nenhum como regra de conduta apropriada para os pecadores, mas ensina aos homens que certos pecados — como assassinato, ateísmo e desonestidade — são errados. Quando as pessoas cometem pecados que não somente a Bíblia, mas também até mesmo a luz da natureza mostra que são malignos, elas são culpadas de transgressões

de maior gravidade. Quem peca contra a luz da natureza, peca contra a lei de Deus escrita na constituição do Seu próprio ser (Rm 2.14-16) e assim viola não apenas a revelação de Deus, mas a Sua própria constituição física.

5. Como é que se peca contra a “convicção da consciência”?

A consciência é aquele termômetro dentro da nossa alma que marca o grau de desaprovação quando agimos ao contrário do que cremos ser o certo, e o grau de aprovação quando a nossa atitude harmoniza-se com isso. A consciência não nos pode dizer o é certo ou o que é errado, ela só pode nos dizer, em cada caso, se estamos agindo ou não de acordo com o que cremos ser certo ou errado. A consciência precisa ser iluminada pela lei moral revelada na Escritura, mas é sempre errado agir contra ela, quer dizer, é sempre errado ultrapassar o sinal vermelho da consciência e fazer algo que cremos ser errado. Há uma atuação geral da consciência, decorrente da ação geral do Espírito Santo, em todos os seres humanos — à exceção dos que cometeram o pecado “sem perdão” e foram entregues por Deus ao mais extremo endurecimento moral e espiritual. Excetuando-se esses casos excepcionais, todos têm alguma convicção de consciência, ou senso de certo e errado. Não levar isso em conta é cometer pecado mais grave. O crente em Cristo, pela operação e graça especiais do Espírito Santo (mediante o novo nascimento e a santificação) tem uma consciência viva e altamente sensível que opera com muito mais vivacidade e perspicácia do que a consciência do incrédulo. Apesar disso, mesmo os crentes em Cristo, em razão da sua natureza pecaminosa inerente, agem muitas vezes contra as convicções da consciência. No caso do crente, agir contra a consciência é muito mais abominável do que no caso da pessoa incrédula.

6. Por que pecar contra “admoestação pública ou privada, censuras eclesiásticas, punições da lei civil” é, à vista de Deus, pecado mais grave?

Porque todas essas admoestações, censuras e castigos são formas de Deus demonstrar o Seu desprazer contra o pecado e advertir os homens para que o abandonem e se voltem à prática da justiça. Igreja e Estado são instituições divinas, e como servas de Deus cada uma delas em seu próprio âmbito e modos deve advertir os homens contra o erro e encorajá-los à prática do bem. Aquele que persiste na prática de uma conduta pecaminosa a despeito de uma ou mais formas dessas advertências e reprovações endurece a si mesmo em pecado e rebelião contra Deus. Quanto mais advertências desconsiderar, maior será a sua culpa.

7. Por que agir de modo contrário às nossas próprias “orações, propósitos, promessas, juramentos, pactos, etc.” é pecar mais gravemente contra Deus?

As nossas próprias orações, propósitos, promessas, etc., se não forem sinceros são abomináveis a Deus; isto é, a menos que desejemos verdadeiramente do fundo do nosso coração e intenção, com ajuda de Deus, viver de acordo com elas todos os dias por vir. Se as nossas orações, etc., não forem sinceras são hipócritas e Deus não as aceitará (Sl 68.18). Se forem sinceras e depois agirmos contrariamente a elas, isso implica no desvio ou na queda de um estado espiritual para um estado mais ou menos carnal. Permitirmo-nos resvalar ou decair em retirada de uma posição mais alta já conquistada em nossa vida cristã é certamente muito detestável para Deus, uma ofensa contra a Sua santidade e resulta na agravação de uma culpa que só pode ser limpada e removida pelo sangue de Jesus Cristo.

Pergunta 151 (continuação). *Que fatores agravantes tornam alguns pecados mais detestáveis que outros?*

R. O pecado torna-se mais grave (...) **3.** em razão da natureza e qualidade das ofensas: (...) se for deliberada, intencional, atrevida, impudente, jactanciosa, dolosa, freqüente, obstinada, por prazer, continuada ou reincidente após arrependimento; (continua)

Referências bíblicas

- Sl 36.4; Jr 6.16; Nm 15.30. Pecados deliberados, intencionais, de modo atrevido.
- Jr 3.3; Pv 7.13. Pecados impudentes.
- Sl 52.1. Pecado jactancioso.
- 3Jo 10. Pecado doloso.
- Nm 14.22; Zc 7.11-12; Pv 2.14; Is 57.17. O dolo do pecado é agravado pela obstinação, persistência, prazer e por diversas outras características.

Comentário

1. Que quer dizer pecar de maneira “deliberada, intencional, atrevida”?

Esses três modos de pecar têm os sentidos intimamente relacionados. Pecar de maneira deliberada é pecar depois de considerar a questão mentalmente; pecar de modo intencional é pecar com o intuito de seguir a própria inclina-

ção, seja ela certa ou errada; pecar atrevidamente é pecar de modo intencional, contando com a graça de Deus para depois nos conceder perdão pelos nossos pecados. Pecar de modo deliberado, intencional e atrevido deve ser contrastado com o pecado involuntário, resultante de fraqueza ou de tentação súbita, e com o pecado resultante de ignorância ou de uma compreensão equivocada das exigências da lei de Deus. Claro está que todo pecado deliberado, calculado e atrevido é altamente abominável e ofensivo a Deus.

2. Que forma especial de pecado intencional é comum nos dias presentes?

A indisposição para submeter os nossos juízos, opiniões e práticas à autoridade da Escritura Sagrada, que é a revelação especial da verdade e da vontade de Deus. Há quem reconheça francamente que a Bíblia exige o cântico exclusivo dos Salmos inspirados, e sem música instrumental, no culto a Deus, mas que assim mesmo afirma: “eu gosto de hinos e de música instrumental e quero tê-los”. Há quem não diga isso em palavras, mas o diz com as suas ações, mesmo contradizendo a sua profissão de fé voluntária com as suas práticas inconsistentes. De modo semelhante há quem se oponha violentamente à doutrina calvinista da predestinação ou eleição, mas que não ousa negar que ela seja ensinada nas Escrituras. Uma coisa é deixar de perceber ou de compreender o ensinamento da Escritura sobre alguma questão, outra coisa muito diferente é recusar nos submetermos a uma doutrina ou princípio que reconhecemos como bíblico. A rejeição deliberada de um ensinamento da Palavra de Deus, compreendido e reconhecido como tal, é um dos mais terríveis pecados que alguém pode cometer.

3. Dê alguns exemplos bíblicos de pessoas piedosas que pecaram de modo deliberado, intencional ou atrevido?

(a) O pecado de Davi ao fazer o censo do povo de Israel, mesmo depois de Joabe tentar dissuadi-lo disso (2Sm 24.1-14). (b) O pecado da dissimulação de Pedro, pelo qual foi repreendido na cara por Paulo (Gl 2.11-14).

4. Que quer dizer pecar de maneira “impudente, jactanciosa, maliciosa”?

Pecar de maneira impudente é pecar de modo ousado, sem qualquer sentimento de vergonha pelo nosso pecado. Quem peca impudentemente não tenta ocultar o seu pecado nem liga se alguém sabe a respeito dele. Quem peca de maneira jactanciosa ultrapassa isso, pois até se orgulha do seu pecado e se

vangloria dele diante dos outros; a glória deles está na vergonha que praticam (Fp 3.19). Quando Claverhouse matou a tiros John Brown, o mártir convenista*, pecou impudente e jactanciosamente quando ao ser perguntado: “O que você vai responder na sessão desta manhã?”, respondeu: “posso prestar contas ao homem e quanto a Deus, vou agarrá-LO com as minhas mãos!”.

Pecar maliciosamente é pecar com maldade ou ódio contra Deus ou contra o Seu povo. Os oficiais do império romano eram culpados de pecar maliciosamente contra Deus quando não apenas não se satisfaziam em tirar as vidas dos cristãos, mas o faziam das maneiras mais cruéis e desumanas que se poderiam imaginar, mediante torturas prolongadas e aflitivas.

5. O que faz as pessoas pecarem de maneira “frequente, obstinada, por prazer, continuada”?

A obstinação ímpia e maligna e a dureza do coração humano produzem esse pecar inveterado só explicado pelas doutrinas bíblicas do pecado original e da depravação total. Segundo a Palavra de Deus o pecado não é um defeito superficial da natureza humana, mas uma corrupção moral profundamente enraizada e que permeia totalmente essa natureza. Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto. Por isso há pessoas que pecam de fato sem qualquer arrependimento ou lamentação, mas com prazer e satisfação (Rm 1.32). A verdade é que todo não-convertido gosta mesmo de pecar (2Tm 3.4) e é somente a graça comum de Deus que impede esse amor natural pelo pecado de encontrar a sua plena expressão em atos exteriores de iniquidade e abominação.

6. Por que a reincidência após arrependimento agrava a seriedade do pecado de alguém?

A reincidência depois de haver arrependimento é particularmente ofensiva a Deus porque envolve a queda de um grau já alcançado de separação do pecado. É um pecado peculiar aos crentes em Cristo, porque quem não é crente em Cristo jamais pode se arrepender no real sentido da palavra. O incrédulo pode experimentar uma espécie de pesar natural pelo pecado e a decisão de “virar uma nova página”, mas, como ainda não nasceu de novo, esse “arre-

* Presbiteriano escocês partidário do *Pacto Nacional Escocês* de 1638 e/ou da *Solene Liga e Pacto* de 1634 que pretendiam defender e ampliar o presbiterianismo — *The American Heritage Dictionary of the English Language*, 3rd. Ed. versão eletrônica. (N. do T.).

pendimento” não é o verdadeiro “arrependimento para a vida”. Os crentes em Cristo experimentam o verdadeiro arrependimento para a vida, e assim mesmo é comum caírem em vários pecados dos quais já haviam se arrependido de verdade diante de Deus. No caso deles essa queda será apenas temporária e a ela seguir-se-á por fim novos arrependimento e restauração a um estado espiritual; contudo, até mesmo uma queda temporária em nossos velhos pecados contrista o Espírito Santo e desagrada a Deus. A única maneira de prevenir isso é pelas constantes autodesconfiança, vigilância espiritual e oração.

Pergunta 151 (continuação). *Que fatores agravantes tornam alguns pecados mais detestáveis que outros?*

R. O pecado torna-se mais grave (...) **4.** em razão das circunstâncias de tempo e de lugar: se for no Dia do Senhor, ou em outras ocasiões de culto divino; ou imediatamente antes ou depois delas ou de outros auxílios para a prevenção ou tratamento desses desvios; se for em público ou na presença de outros passíveis de serem por isso estimulados a tais transgressões ou contaminados por elas.

Referências bíblicas

- 2Rs 5.26; Jr 7.10; Is 28.10. Pecados agravados pelas circunstâncias de tempo e lugar.
- Ez 23.37-39; Is 58.3-5; Nm 25.6-7. Pecados agravados por serem cometidos no Dia do Senhor ou em outras ocasiões de culto divino.
- 1Co 11.20-21; Jr 7.8-10; Pv 7.14-15; Jo 13.27, 30. A culpa dos pecados torna-se maior por terem sido cometidos imediatamente antes ou depois do culto divino.
- Ed 9.13-14. Pecado agravado por ser cometido imediatamente depois de sofrer os castigos de Deus.
- 2Sm 16.22; 1Sm 2.22-24. O pecado torna-se mais detestável por ser cometido publicamente ou de modo a escandalizar os outros.

Comentário

1. Por que as circunstâncias de hora e de lugar podem aumentar a culpa dos pecados de alguém?

Há certas circunstâncias de tempo e de lugar que são planejadas para marcar as nossas mentes com a seriedade do nosso dever para com Deus e com as exigências da Sua lei moral. Quando essas circunstâncias não são levadas

em consideração e peca-se a despeito delas, o pecado é flagrante e tem a sua culpa agravada. Seria errado Judas trair Jesus em qualquer circunstância, mas fazer isso logo depois da celebração da Páscoa e da instituição da Santa Ceia aumentou grandemente a culpa do seu pecado.

2. Por que um pecado cometido no Dia do Senhor, em outra ocasião de culto a Deus, ou imediatamente antes ou depois dessas ocasiões resulta no agravamento da culpa?

Porque um pecado assim não abrange somente a culpa do pecado em si, mas a culpa adicional da profanação do Dia do Senhor ou de outras ordenanças de culto divino. Em Mateus 12.9-14 lemos que os fariseus fizeram uma reunião no sábado com o propósito de planejarem a morte de Jesus. Uma reunião cujo objetivo é conspirar para cometer um assassinato é ilegal, a despeito de tempo e de lugar; mas a culpa dos fariseus foi em muito aumentada por terem-na realizado no dia de sábado.

3. Como a culpa é agravada por se desconsiderar a recente experimentação de providências especiais de Deus?

As providências especiais de Deus que alcançam as nossas vidas visam a fazer-nos “tremar de medo e não pecar” (Sl 4.4), isto é, elas devem nos levar a parar e a considerar a nossa condição moral e a nossa relação com Deus. Quando desprezamos essas providências especiais endurecemos inevitavelmente os nossos corações e aumentamos a culpa do nosso pecado. Negar a Cristo é um grande pecado em qualquer tempo, mas foi um pecado ainda mais sério quando Pedro O negou três vezes seguidas, todas elas poucas horas depois de ter sido especialmente advertido pelo Senhor sobre isso mesmo.

4. Por que os pecados cometidos publicamente, ou que exerçam má influência nos outros, são especialmente malignos à vista de Deus?

Num certo sentido é verdade que cada um de nós é o guardador do seu irmão. Temos responsabilidade moral tanto pelo nosso próximo quanto por nós mesmos. Um pecado cometido em secreto, ou só conhecido por algumas pessoas, é errado e ofensivo a Deus; um pecado cometido em público exerce inevitavelmente um mau efeito sobre muitas pessoas e, portanto, envolve o agravamento da culpa diante de Deus. Usar os vasos de ouro e de prata do santo templo de Deus para beber vinho seria pecado, mesmo que isso fosse na maior privacidade. Quando o rei Belsazar fez isso publicamente, na presença de mil de seus grandes, das suas mulheres e concubinas, a culpa foi inevitavelmente

agravada (Dn 5.1-4, 23). É fácil pensar em muitas formas de pecados em que a culpa é agravada por serem cometidos publicamente.



Pergunta 152. *O que todo pecado merece da parte de Deus?*

R. Todo pecado, até mesmo o menor deles, sendo contra a soberania, a bondade, a santidade de Deus e contra a Sua justa lei, é merecedor da Sua ira e maldição, tanto na vida presente quanto na vida por vir, e não pode ser expiado, senão pelo sangue de Cristo.

Referências bíblicas

- Tg 2.10-11; Êx 20.1-2; Hc 1.13; Lv 10.3; 11.44-45. Todo pecado é cometido contra a soberania, bondade e santidade de Deus.
- 1Jo 3.4; Rm 7.12. Todo pecado é violação da justa lei de Deus.
- Ef 5.6; Gl 3.10. Todo pecado merece a ira e a maldição de Deus.
- Lm 3.39; Dt 28.15-19; Mt 25.41. Todo pecado merece não somente castigo temporal, mas também eterno.
- Hb 9.22; 1Pe 1.18-19. Nenhum pecado pode ser cancelado, senão pelo sangue de Cristo.

Comentário

1. O quanto é maligno o pecado?

O Catecismo afirma, e as referências da Escritura provam, que o pecado é absolutamente mau; isto é, o pecado possui um caráter absoluto e até mesmo o menor deles partilha desse caráter absoluto como repúdio a autoridade de Deus. Alguns pecados são mais detestáveis que outros, mas até mesmo o mais insignificante deles é a rejeição total da autoridade de Deus sobre nós. Esse princípio está bem ilustrado pelo primeiro pecado cometido por um ser humano, o pecado de Adão e Eva ao comerem do fruto proibido. A despeito disso poder nos parecer em si mesmo uma atitude insignificante, o comer do fruto envolveu a total rejeição da autoridade de Deus sobre a raça humana; envolveu acreditar na mentira de Satanás em detrimento da verdade de Deus e confiar na razão humana e não na revelação de Deus. O mesmo é essencialmente verdadeiro para todo pecado, pois envolve o acreditar numa mentira e não na vontade revelada de Deus. Portanto, todo e qualquer pecado é absolutamente mau e é digno da ira e maldição de Deus, aqui e no porvir.

2. Como um ser finito como o homem é capaz de cometer um pecado absolutamente ou infinitamente mau?

O pecado é infinitamente mau porque é cometido contra Deus, que é infinitamente perfeito. Temos sempre de nos resguardar da forma humanista moderna de pensar sobre o pecado, que tende a considerá-lo primariamente com relação aos seus efeitos sobre os seres humanos. O fato primário a respeito do pecado é que ele é uma ofensa contra Deus; como Deus é infinito, eterno e imutável em Seu ser, todo e qualquer pecado, mesmo cometido por uma criatura finita como o homem, é infinitamente mau.

3. O que o caráter da lei de Deus mostra sobre o salário do pecado?

A lei de Deus é lei perfeita e exige perfeita retidão dos seres humanos. A lei moral de Deus requer de nós não uma mera “bondade”, mas a perfeição moral absoluta. Qualquer desvio dessa perfeição moral absoluta, mesmo o mais leve, é pecado. Como isso é verdade, até o mais leve desvio da perfeição moral absoluta merece o castigo da lei que violou, isto é, a pena de morte em seu sentido mais amplo: físico, espiritual e eterno.

4. Que quer dizer “ira e maldição” de Deus?

A ira de Deus é a Sua justa indignação e desprazer contra pecados e pecadores; é o oposto do amor e da graça e significa que Deus não pode considerar pecadores com favor e complacência (a não ser na base do provimento de uma expiação que remova os seus pecados). A maldição de Deus é a Sua ira expressa na forma de punição. A ira de Deus é uma atitude para com os pecadores; a maldição de Deus é uma ação levada a cabo contra eles. Todo pecado é merecedor da indignação e do castigo de Deus, na vida presente e na porvir. Leia Romanos 1.18, Efésios 2.3.

5. Por que todo pecado merece a ira e a maldição de Deus eternamente?

Porque todo pecado é um pecado contra o Deus eterno. Muitas pessoas esbarram nessa verdade alegando não ser justo que Deus puna pecadores temporais com castigos eternos, mas quer gostemos ou não dessa doutrina é assim que a Bíblia categoricamente a ensina. Embora o pecado seja realizado no plano temporal, é cometido contra o Deus que está acima e além do tempo e suscita, portanto, a Sua ira e maldição além dos limites do tempo, isto é, além da vida presente. Além disso o pecado tem por natureza, uma vez começado, não parar mais (a menos que a pessoa seja redimida por Cristo). Quem é culpado de pecado não só não pode remover a culpa do pecado, mas vai de mal a pior

em rebelião contra Deus, tornando-se sempre cada vez mais culpado e mau. O pecado, pois, conforme a natureza do caso, merece castigo eterno.

6. Qual a única maneira de expiar ou remover o pecado?

Não há nenhuma outra maneira de expiar ou de remover o pecado senão pelo sangue de Cristo, quem sofreu e morreu como o substituto divino dado em lugar de pecadores culpados. Todo ser humano merece a ira e a maldição eternas de Deus. É só pela graça e misericórdia gratuitas de Deus, ao dar o Seu Filho como substituto para sofrer o castigo da violação da lei, que nem todos sofrem a Sua ira e maldição por toda a eternidade. Isso, é claro, implica que todas as formas e tentativas humanas de lidar com o pecado são erradas e inúteis. Toda pessoa que tenta remover o seu próprio pecado pela reforma moral, boas resoluções, “passar uma nova página”, praticar boas-obras e atos de caridade, observar formas e cerimônias religiosas, ser membro de igreja, pela oração, práticas ascéticas ou outra maneira qualquer é um pecador miserável e auto-enganado a caminho da frustração eterna no inferno. Somente o precioso sangue de Cristo, o Cordeiro de Deus, pode remover a culpa do pecado humano. Não há nenhuma outra maneira.





CAPÍTULO 15

O Arrependimento, a Fé e a Palavra de Deus

Pergunta 153. *O que Deus exige de nós para que possamos escapar da Sua ira e maldição, das quais somos dignos por causa da transgressão da lei?*

R. Para que possamos escapar da ira e da maldição de Deus, das quais somos dignos por causa da transgressão da lei, Ele requer de nós o arrependimento para com Deus, a fé em nosso Senhor Jesus Cristo e o uso diligente dos meios externos pelos quais Cristo nos comunica os benefícios da Sua mediação.

Referências bíblicas

- At 20.21; Mt 3.7-8; Lc 13.3, 5; At 16.30-31; Jo 3.16, 18. Para que possamos escapar da ira e maldição de Deus Ele exige de nós o verdadeiro arrependimento acompanhado da fé em Jesus Cristo como o nosso Salvador.
- Pv 2.1-5; 8.33-36. Além das atitudes espirituais de arrependimento e fé, Deus requer de nós o uso diligente dos meios exteriores pelos quais os benefícios da obra salvadora de Cristo nos são comunicados.

Comentário

1. Por que Deus providenciou um meio pelo qual os seres humanos pudessem escapar da Sua ira e maldição, em razão dos pecados deles?

Por causa do grande amor de Deus, que O fez decretar, mesmo na eternidade antes da criação do mundo, um plano de salvação pelo qual seus eleitos pudessem, no tempo devido, ser redimidos e salvos dos seus pecados.

2. Quando foi revelado pela primeira vez à raça humana o meio de escapar da ira e maldição de Deus?

Imediatamente depois da queda (Gn 3.15) quando Deus prometeu que num

dia futuro a semente da mulher (Jesus Cristo) haveria de esmagar a cabeça da serpente (Satanás, e portanto também o reino de Satanás).

3. Como poderemos nos beneficiar do modo que Deus providenciou para escaparmos da Sua ira e maldição?

Devemos nos beneficiar desse modo de escape atendendo às exigências reveladas por Deus a esse respeito, que estão delineadas no Catecismo e incluem (a) o arrependimento para com Deus, (b) a fé em Jesus Cristo e (c) o uso diligente dos meios externos indicados.

4. Por que, para fugir da ira e maldição de Deus, é necessário o arrependimento?

Escapar da ira e maldição de Deus significa ser salvo do pecado. Não podemos ser salvos do pecado sem reconhecermos a terrível malignidade do nosso pecado, sem odiá-lo de toda a nossa alma e sem desejar fervorosamente ser libertados, não apenas da sua culpa, mas também do seu poder. Isso significa que não podemos ser salvos do pecado enquanto desejamos e pretendemos continuar nele. Para escaparmos da ira e da maldição de Deus temos de nos voltar dos nossos pecados para Deus.

5. Que quer dizer “fé em nosso Senhor Jesus Cristo” e porque é ela necessária para a salvação da ira e da maldição de Deus?

Com a expressão “fé em nosso Senhor Jesus Cristo”, o Catecismo quer dizer a verdadeira fé salvadora em Jesus Cristo, isto é, (a) considerar Jesus Cristo como o objeto da nossa fé e não meramente como exemplo dela; temos de ter fé *em* Cristo. (b) A nossa fé deve ser a fé no verdadeiro Cristo, conforme revelado nas Escrituras; isto é, temos de ter fé nEle como o nosso Redentor, Profeta, Sacerdote e Rei, o único Mediador entre Deus e nós, e o único caminho da salvação. (c) Temos de pôr total e exclusivamente em Cristo a nossa fé e confiança para a salvação e a vida eterna, nunca em nós mesmos ou em alguma coisa que façamos.

6. Por que é necessário o uso diligente dos meios externos de graça, se escaparemos da ira e maldição de Deus que decorrem de nossos pecados?

Deus quis apontar esses meios externos de graça (a Palavra, os sacramentos e a oração) como instrumentos pelos quais nos são transmitidos os benefícios da obra salvadora de Cristo. Esses meios por si mesmos não nós podem salvar; somente Cristo é quem pode nos salvar, mas Ele usa tais meios. Portanto,

se temos Cristo e quisermos com certeza auferir benefício dEle, devemos usar esses meios diligentemente. A falsa tendência chamada de “misticismo” despreza e negligencia o uso dos meios externos de graça, sendo, por isso, contrária às Escrituras e espiritualmente perigosa. É claro que Deus poderia ter elaborado um plano para salvar pecadores sem que usasse os meios externos de graça, mas não foi assim que Ele quis e, portanto, devemos fazer uso dos meios externos que Deus providenciou.



Pergunta 154. *Por quais meios exteriores Cristo nos comunica os benefícios da Sua mediação?*

R. Os meios exteriores e ordinários pelos quais Cristo comunica à Sua igreja os benefícios de Sua mediação são todas as Suas ordenanças — especialmente a Palavra, os sacramentos e a oração; todas as quais se tornam eficazes para a salvação dos eleitos.

Referências bíblicas

- Mt 28.19-20. Cristo apontou a pregação do evangelho e o sacramento do batismo como meios de salvação.
- At 2.42, 46-47. A Palavra e o sacramento da Ceia do Senhor são meios de graça usados por Deus para a salvação dos Seus eleitos.
- Ef 6.17-18. A Palavra de Deus e a oração são apontados como meios de graça.

Comentário

1. Por que o Catecismo fala de “meios exteriores e ordinários” usados por Cristo para a salvação do Seu povo?

Estes meios — a Palavra, os sacramentos e a oração — são chamados de “exteriores” para distingui-los da operação interior do Espírito Santo pela qual nascemos de novo, somos santificados, etc. Esses meios são chamados de “ordinários” porque nos casos comuns o Espírito Santo os usa para causar a salvação de alguém, embora em casos especiais (morte na infância e pessoas mentalmente incapazes) o Espírito Santo possa causar a salvação inteiramente pela Sua Palavra interior, sem o uso de quaisquer meios externos.

2. Os meios de graça — como a Palavra, os sacramentos e a oração — são necessários para a salvação?

Segundo explicado na pergunta anterior esses meios de graça são necessários nos casos ordinários; são os meios apontados pelos quais o Espírito Santo faz a Sua obra. Contudo, esses meios de graça devem ser usados com fervor e em fé, se desejarmos a certeza da nossa salvação. A graça salvadora de Deus, no entanto, não está absolutamente amarrada a esses meios exteriores como se o Espírito Santo não pudesse operar sem eles. Por um lado, devemos evitar o erro do *romanismo* que considera a salvação absolutamente dependente dos sacramentos, e, por outro lado, o do *misticismo* que considera os sacramentos e outros meios exteriores como desnecessários e sem valor. O nosso Catecismo estabelece a verdade exata conforme apresentada na Bíblia, isto é, a de que a Palavra, os sacramentos e a oração são “os meios exteriores e ordinários” pelos quais os eleitos de Deus são trazidos à salvação.

3. Que benefícios obtemos do uso da Palavra, dos sacramentos e da oração?

Os benefícios da mediação de Cristo. Isto é, todos os benefícios e bênçãos que Cristo adquiriu para o Seu povo pela Sua vida perfeita e Seus sofrimentos e morte na cruz. Esses benefícios incluem a soma total de tudo o que é bom e valioso, por toda a eternidade. Somos feitos “*herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo*” (Rm 8.16-17).

4. Que quer dizer o Catecismo com “a Palavra”?

Com “a Palavra” o Catecismo quer dizer a Bíblia Sagrada, a Palavra de Deus escrita, e a mensagem da verdade sobre Deus, o homem e a salvação que a Bíblia apresenta, que é usualmente transmitida pela pregação. É claro que alguém pode ser salvo sem ter sequer lido a Bíblia, desde que certas verdades da Bíblia tenham chegado ao seu conhecimento. Mas é quase impossível estimar demasiadamente a importância da Bíblia em si como um livro. Todo conhecimento real sobre o caminho da salvação aponta de volta para a Palavra de Deus escrita.

5. Que quer dizer o Catecismo com “sacramentos”?

Com “sacramentos” o Catecismo se refere ao batismo e à Ceia do Senhor. Os únicos apontados por Cristo e, portanto, os únicos sacramentos verdadeiros. Os que foram acrescentados pela Igreja Católica Romana não são sacramentos. Uma parte deles (como o casamento e a ordenação) são ordenanças divinas; a outra parte (como penitência, também chamado de reconciliação, e ex-

trema-unção) são invenções humanas ou corrupções do culto a Deus. Somente o batismo e a Santa Ceia é que são sacramentos.

6. Que quer dizer o Catecismo com “oração”?

Com “oração” o Catecismo quer dizer *oração cristã*. São necessárias duas coisas para fazerem da oração uma oração cristã: **(a)** Ela tem de ser feita ao verdadeiro Deus, o Deus revelado na Bíblia; **(b)** tem de ser no nome de Jesus Cristo, o qual é a única e verdadeira maneira de se aproximar do trono de Deus. Portanto, orações aos deuses das religiões pagãs, e orações à Virgem Maria, aos santos e anjos, etc., são tanto inúteis quanto erradas; e qualquer oração que tente alcançar a presença de Deus diretamente sem a fé em Cristo como Mediador não é uma oração cristã.

7. Para quem os meios de graça se tornam eficazes para a salvação?

Para os eleitos de Deus (At 2.47). Deus, mais cedo ou mais tarde, retirará para fora de seus pecados para um estado de salvação, aqueles a quem Ele preordenou para a vida eterna. Nos casos ordinários isso se dá por meio da Palavra, dos sacramentos e da oração. O fato de alguém estar verdadeira e sinceramente ávido por usar esses meios de graça é um sinal de que o Espírito Santo está agindo nele para ocasionar a sua salvação.

8. Uma vez que o Espírito Santo torna esses meios de graça eficazes para a salvação dos eleitos, é necessário que nos esforcarmos para usá-los?

Sim. A Bíblia nos ordena a usar os meios de graça com diligência. Não devemos esperar por algum impulso especial, mas devemos nos servir sem demora, imediatamente e constantemente dos meios de graça apontados. É verdade que a safra de cereais depende da chuva e da luz do sol, que somente Deus pode suprir; mas isso não é desculpa para se negligenciar a sementeira, que Deus espera que os homens façam. A fé no Espírito Santo e na Sua obra não é desculpa para a indolência espiritual nem para se negligenciar o uso dos meios indicados.



Pergunta 155. Como a Palavra torna-se eficaz para a salvação?

R. O Espírito de Deus faz da leitura, e especialmente da pregação da Palavra, um meio eficaz para iluminar, convencer e humilhar pecadores; para tirá-los

de si mesmos e atraí-los a Cristo; para conformá-los à Sua imagem e sujeitá-los à Sua vontade; para fortalecê-los contra as tentações e corrupções; para edificá-los em graça e firmar seus corações em santidade e consolação por meio da fé para a salvação.

Referências bíblicas

- Ne 8.8; At 26.18; Sl 19.8. A Palavra de Deus é usada pelo Espírito Santo para iluminar os pecadores, isto é, para lhes conceder conhecimento da verdade.
- 1Co 14.24-25; 2Cr 34.18-19, 26-28. O Espírito usa a Palavra para convencer e humilhar pecadores.
- At 2.37, 41; 8.27-39. A Palavra é usada pelo Espírito para tirar os pecadores de si mesmos e para atraí-los a Cristo.
- 2Co 3.18. O Espírito usa a Palavra como um meio de conformar os filhos de Deus à imagem de Cristo.
- 2Co 10.4-6; Rm 6.17. Os crentes devem se sujeitar à vontade de Cristo pelo poder do Espírito, que atua por meio da Palavra.
- Mt 4.4, 7, 10; Ef 6.16-17; Sl 19.11. Por meio da Palavra os crentes são fortalecidos para vencerem Satanás.
- 1Co 10.11. Por intermédio da Palavra de Deus, o Espírito Santo fortalece o povo de Deus contra as tentações e as corrupções.
- At 20.32; 2Tm 3.15-17; 1Ts 2.2, 10-11, 13; Rm 1.16; 10.13-17; 15.4; 16.25. Ao longo de toda a vida do crente, até que finalmente entre no estado de glória, o Espírito Santo usa a Palavra como um meio para o seu desenvolvimento e progresso espirituais.

Comentário

1. Que nos ensinam as primeiras cinco palavras da Pergunta 155?

As primeiras cinco palavras são: “O Espírito de Deus faz...”. Elas nos ensinam que a Bíblia, ou Palavra de Deus, não possui nenhum poder *inerente* a si mesma à parte da operação interior do Espírito Santo no coração de alguém para realizar tudo em prol da sua salvação. Claro que não é impossível para o Espírito, em casos especiais, agir à parte da Palavra (Confissão de Fé 10.3), mas a Palavra por si só, sem a operação interior, salvadora, do Espírito Santo, não pode *jámais* produzir quaisquer das etapas da salvação de alguém. O Espírito não é impotente sem a Palavra, mas, sem o Espírito, a Palavra é inútil para a salvação.

2. Pode a Bíblia realizar algum bem à parte da operação especial do Espírito Santo?

Sim. À parte da obra salvadora do Espírito Santo, a Bíblia pode, pela graça comum de Deus (a Sua graça não restrita aos eleitos, mas concedida em comum aos eleitos e aos réprobos) ter o efeito de refrear o pecado, incitando as consciências das pessoas numa certa medida e promovendo o que se chama de “justiça cívica”, isto é, as virtudes ordinárias no âmbito da sociedade humana. Por exemplo, alguém lê os Dez Mandamentos e disso resulta que ele decide não matar nem roubar conforme vinha planejando. Isso em nada cooperará para a sua salvação, mas tornará o mundo um lugar mais tolerável para se viver.

3. Se a Palavra de Deus por si só nada pode realizar para a salvação de seres humanos, há alguma utilidade em publicar e distribuir amplamente as Escrituras, como o fazem as sociedades bíblicas e as organizações assemelhadas?

Sim. Distribuir as Escrituras é espalhar a semente. É verdade que à parte da obra salvadora do Espírito Santo a semente jamais brotará para a vida nem levará à salvação, mas não podemos saber jamais onde e quando o Espírito Santo usará as porções distribuídas da Escritura para realizar a salvação de almas. Há pessoas que foram convertidas a Cristo pela leitura das Bíblias colocadas em quartos de hotéis pelos *Gideões* e pela leitura de pequenas porções bíblicas impressas em papel ordinário e distribuídas nos campos missionários estrangeiros.

4. Quais os dois métodos usados pelo Espírito Santo para realizar a salvação de pecadores?

(a) O ensino da Palavra. (b) A pregação da Palavra.

5. Qual desses dois métodos é usado especialmente pelo Espírito Santo?

A pregação da Palavra é o método usado especialmente pelo Espírito, embora claro está que Ele use ambos os métodos, algumas vezes combinados, outras vezes separados. Vemos isso na narrativa de Filipe e o etíope (At 8.27-39). O etíope vinha lendo a Escritura e não há dúvidas que alcançara dela alguma luz, mas ainda estava com a mente confusa, como revela a sua pergunta a Felipe. Quando Felipe sentou-se na carruagem com ele “e, começando por esta passagem da Escritura, anunciou-lhe a Jesus” a sua confusão foi removida e o Espírito Santo usou a Palavra para a salvação dele.

6. Por que a operação especial do Espírito Santo é absolutamente necessária se é a Palavra de Deus que leva à salvação?

Porque somos por natureza alienados de Deus e mortos em delitos e pecados (Ef 2.1). Por causa da nossa corrupção natural e morte espiritual ou desamparo absolutos, é indispensável que a obra do Espírito Santo, vivificante e sustentadora da vida, acompanhe a Palavra para que resulte em salvação.

7. Quais são as experiências da vida cristã em que o Espírito Santo faz uso da Palavra para realizar a salvação de alguém?

O Espírito usa a Palavra como um meio de graça em cada estágio e fase do processo da salvação, desde o novo nascimento até que, na morte, o crente passe ao estado de glória. Na morte, ao se tornar “perfeita em santidade”, a alma do crente é aperfeiçoada exclusivamente pela onipotência do Espírito Santo, sem a Palavra. Assim também, o estágio final de salvação, a ressurreição do corpo no último dia, será consumado diretamente pelo Espírito Santo sem que para isso use a palavra (Rm 8.11). É verdade que lemos “*Porquanto o Senhor mesmo, dada a sua palavra de ordem (...) descera dos céus, e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro*” (1Ts 4.16), mas essa “palavra de ordem” não é o uso da Escritura como um meio, mas uma *nova* Palavra de Jesus Cristo na Sua segunda vinda, quando os mortos ressuscitarão. Portanto, aqueles estágios finais do processo de salvação que ocorrem depois da morte são consumados sem que a Palavra seja usada como um meio para isso, mas em cada fase do processo de salvação nesta vida, do começo ao fim, o Espírito usa ordinariamente a Palavra como meio de graça. A regeneração, ou o novo nascimento, é um ato sobrenatural do Espírito Santo operado diretamente na alma humana, não através de meios, mas pelo poder direto e criativo de Deus. Nessa experiência a alma humana é tão passiva quanto o foi na própria criação. A regeneração, contudo, sempre se acompanha do uso da Palavra pelo Espírito Santo como um meio de graça pelo qual a pessoa é convencida de seus pecados, passa a compreender o caminho da salvação, etc. Há duas exceções quanto ao uso que o Espírito Santo faz da Palavra ao acompanhar o ato de regeneração, a saber: (a) crianças, que pela imaturidade não são capazes de conhecer a verdade e (b) os insanos e deficientes mentais que em razão disso são incapazes de conhecer a verdade. Vide a Confissão de Fé X.III. João Batista estava cheio do Espírito Santo antes mesmo de nascer (Lc 1.15); em tal caso está claro que a regeneração ocorreu de fato sem estar acompanhada do uso da Palavra pelo Espírito Santo.



Pergunta 156. *A Palavra de Deus deve ser lida por todos?*

R. Embora não seja permitido a todos lerem a Palavra em público para a congregação, as pessoas de todas as categorias têm, contudo, a obrigação de a ler em particular para si mesmos e com as suas famílias; finalidade pela qual as Sagradas Escrituras devem ser traduzidas das línguas originais para as línguas vulgares.

Referências bíblicas

- Dt 31.9-13; Ne 8.2-3; 8.3-5. Ler a Palavra de Deus em público para a congregação é dever dos que são especialmente chamados como ministros da Palavra.
- Dt 17.19; Ap 1.3; Jo 5.39; Is 34.16. As pessoas de todas as classes têm a obrigação de ler a Palavra de Deus em particular.
- Dt 8.6-9; Gn 18.17, 19; Sl 78.5-7. O dever de ler a Palavra de Deus com a família.
- 1Co 14.6, 9-12, 15-16, 24, 27-28. Como a Escritura seria inútil numa língua desconhecida, inferimos que deva ser traduzida nas várias línguas usadas comumente pelas pessoas do mundo inteiro.

Comentário**1. Por que não se deve permitir a todo crente em Cristo ler a Palavra em público para a congregação?**

Ler a Escritura “em público para a congregação” faz parte da condução da adoração pública de Deus e deve, portanto, ser feita apenas pelos que foram devidamente chamados para esse ofício na igreja. É claro que na falta de um ministro ordenado ou licenciado os presbíteros da igreja podem indicar alguém apropriadamente para ler a Escritura e conduzir uma reunião de oração ou reunião comunitária. O que o Catecismo nega é que qualquer crente em particular possa legitimamente tomar para si a condução do culto público sem que para isso seja indicado por aqueles cujo ofício é dirigir a casa de Deus.

2. Que categorias de pessoas têm a obrigação de ler a Escritura em particular?

Pessoas de todas as categorias em todos os lugares do mundo em que circulem as Escrituras. Ler a Bíblia é um dever não só dos crentes em Cristo nem dos membros de igreja, mas de todas as pessoas que tenham idade suficiente com condição para a ler.

3. Alguém que não aprendeu a ler tem o dever de ler a Bíblia?

Sim. Quem não aprendeu a ler precisa saber que tem o dever cristão de aprender a ler para que possa ler e estudar a Palavra de Deus. O fato de Deus nos haver dado a Sua Palavra na forma escrita implica que todas as pessoas têm o dever de aprender a ler para que possam ler a Escritura. A experiência moderna de muitos campos de missões estrangeiras prova que não há praticamente nenhum povo que não possa aprender a ler. É, também, digno de nota que a divulgação do evangelho no campo missionário é acompanhada e seguida de um notável incremento da alfabetização, ou habilidade de ler e escrever. Até mesmo muitas pessoas que já passaram da meia-idade aprendem a ler para lerem a Bíblia sozinhas. Em muitos campos missionários, considera-se uma vergonha que um membro da igreja não saiba ler.

4. Por que acreditamos que a Palavra de Deus deve ser lida no círculo da família?

Assim como a família é a unidade básica da sociedade humana, da mesma forma é ela a unidade básica no Pacto da Graça de Deus. É através da família cristã que a comunidade do povo da aliança de Deus é perpetuada de geração em geração. Os pais juntamente com os seus filhos participam desse pacto de graça. A família cristã é, portanto, uma instituição pactual e tem tanto obrigações quanto promessas e bênçãos pactuais. Entre essas obrigações está a de manter o culto familiar. É claro que o culto familiar poderia ser realizado mesmo sem a leitura da Bíblia escrita, assim como sempre foi necessariamente antes da invenção da arte da impressão. Contudo, desde que pela providência de Deus a Palavra está disponível na forma impressa para todas as pessoas é óbvio que o culto em família será grandemente facilitado, e feito mais eficaz, pela leitura da Bíblia impressa.

5. Que significa a expressão “línguas vulgares”?

Essa expressão, que pode facilmente ser mal entendida, significa simplesmente as línguas vivas ordinárias usadas comumente pelos povos do mundo. A palavra *vulgar* veio a ter a acepção de “falta de refinamento ou de bom gosto”, mas no Catecismo significa simplesmente “ordinária” ou “comum”. Português, inglês, francês, alemão, chinês, etc., são “línguas vulgares” no sentido usado pelo Catecismo.

6. Por que a Bíblia deve ser traduzida para as línguas modernas?

O Velho Testamento foi escrito na língua hebraica, que no tempo era a língua

do povo da aliança de Deus; o Novo Testamento foi escrito em grego, que na época da sua escritura era a língua mais amplamente conhecida no mundo romano. Essas línguas são hoje conhecidas apenas por uns poucos, comparativamente, que se esforçaram especialmente para aprendê-las. A Bíblia é uma mensagem para toda a humanidade e o evangelho nela contido deve ser proclamado a todas as nações. A grande comissão não pode ser realizada da maneira adequada sem que a Bíblia seja traduzida nas várias línguas do mundo. O trabalho de tradução da Escritura tem sido realizado desde bem cedo, mas o maior progresso já realizado foi alcançado ao longo desses cem últimos anos. A Palavra de Deus hoje, no todo ou em parte, fala aos homens em mais de mil línguas e dialetos. Essa grande conquista tem sido realizada pelo penoso labor de uma multidão de missionários em cooperação com as grandes sociedades bíblicas do mundo. A Bíblia hoje está difundida pelo mundo como nunca antes.



Pergunta 157. *Como deve ser lida a Palavra de Deus?*

R. As Sagradas Escrituras devem ser lidas com uma alta e reverente estima por elas; com a firme convicção de que elas são a própria palavra de Deus e que somente Ele pode nos habilitar a entendê-las; com o desejo de conhecer, de crer e de obedecer à vontade de Deus nelas revelada; com perseverança e atenção ao seu conteúdo e abrangência; com meditação, aplicação, abnegação e oração.

Referências bíblicas

- Sl 19.10; Ne 8.3-10; Êx 24.7; 2Cr 34.27; Is 66.2. Devemos ler as Escrituras com alta e reverente estima por elas.
- 2Pe 1.19-21. Devemos ler as Escrituras crendo firmemente que elas são a Palavra de Deus.
- Lc 24.45; 2Co 3.13-16. Ao lermos a Bíblia devemos entender que somente Deus é quem pode nos capacitar a entendê-la.
- Dt 17.19-20. Devemos ler a Bíblia com o verdadeiro desejo de saber e de obedecer à vontade de Deus nela revelada.
- At 17.11. A Palavra de Deus deve ser lida com perseverança.
- At 8.30, 34; Lc 10.26-28. Devemos prestar atenção ao “conteúdo e abrangência” das Escrituras, para assimilar o seu verdadeiro significado.

- Sl 1.2; 119.97. A Palavra de Deus deve ser lida em espírito de meditação.
- 2Cr 34.21. Ao ler a Palavra de Deus devemos aplicá-la a nós mesmos, isto é, procurando discernir como se aplicam às nossas vidas e necessidades.
- Pv 3.5; Dt 33.3. Devemos ler a Palavra de Deus com abnegação; isto é, devemos abandonar nossas próprias opiniões, preferências e preconceitos e aceitar e obedecer à vontade de Deus em vez das nossas próprias idéias.
- Pv 2.1-6; Sl 119.18; Ne 7.6, 8. A leitura da Palavra de Deus deve ser feita em oração.

Comentário

1. Que significa ler as Escrituras “com uma alta e reverente estima por elas”?

Significa que ao lermos a Bíblia devemos fazê-lo com uma atitude diferente daquela que temos para com outro livro qualquer. A Bíblia é a única fonte da fé salvadora. Todos os demais livros religiosos, até onde neles se encontra a verdade, baseiam-se na Bíblia. Ela é o padrão com que todos os outros livros devem ser julgados. Ao lê-los, devemos ter sempre uma atitude de reserva e precaução, aceitando as suas declarações até onde concordarem com os ensinamentos da Bíblia. Jamais devemos nos comprometer tácita ou irrestritamente com nenhum outro livro senão a Bíblia. Ao lermos a Bíblia, devemos, ao contrário disso, nos comprometer com ela tacitamente e sem nenhum tipo de reserva. Muitas pessoas que aparentam reverência e piedade exterior têm na verdade uma atitude extremamente irreverente para com a Bíblia. Um ministro do evangelho disse certa vez: “Não devemos aceitar todos os ensinamentos de Jesus, mas somente aqueles Seus ensinamentos que acharmos que são verdadeiros”. Uma atitude assim para com a Bíblia é blasfema e irreverente; é o mesmo que colocar a nossa mente humana acima da Palavra de Deus e aceitar somente os ensinamentos da Bíblia que estejam de acordo com o nosso raciocínio. Jamais devemos considerar a Bíblia como uma mistura de verdades e erros; jamais devemos tentar decidir quais dos seus ensinamentos são os verdadeiros. Devemos aceitar todos os seus ensinamentos como verdadeiros e julgar e avaliar os ensinamentos de todos os outros livros, e as opiniões e juízos da razão humana, pelas Escrituras. É claro que podemos ter dúvidas ou dificuldades em definir precisamente qual é o verdadeiro sentido de um texto ou parte da Escritura, mas devemos sempre nos comprometer sem reservas

com o seu verdadeiro significado, seja ele qual for. Isso quer dizer que a nossa atitude para com a Bíblia deve ser sempre totalmente *receptiva* e jamais uma atitude hesitante ou *crítica*.

2. Devemos considerar as Escrituras como a palavra de homens ou como a Palavra de Deus?

É claro que precisamos entender que todas as palavras da Escritura foram escritas por homens. Devemos entender, ao mesmo tempo, que o verdadeiro Autor da Bíblia é Deus o Espírito Santo. Por isso, devemos ler a Bíblia na firma convicção de que ela é “a própria Palavra de Deus”. O fato de que uma parte da Bíblia foi escrita por Moisés, Isaías ou Paulo é uma consideração de menor importância e secundária; o importante é que Deus é o seu verdadeiro Autor e que ela é verdadeiramente a Palavra de Deus.

3. Como o “liberalismo” religioso mina nas pessoas a fé de que as Escrituras são a própria Palavra de Deus?

O “liberalismo” religioso moderno não crê que a Bíblia como um todo, na totalidade de seu conteúdo e ensinamentos, é a Palavra de Deus. Eles dizem que a Bíblia é um livro humano o qual, no entanto, “contém” a Palavra de Deus; isto é, a Bíblia é parcialmente a Palavra de Deus e parcialmente a palavra de homem. Desde que é a mente humana que tem de decidir quais das declarações da Bíblia são a Palavra de Deus e quais são apenas a palavra do homem, esse ponto de vista resulta na entronização da faculdade mental humana como a real autoridade de fé e de vida. Se tivermos de escolher e pegar do conteúdo da Bíblia, aceitando uma declaração e rejeitando outra, então, obviamente, a Bíblia não é mais o nosso padrão real. Somente quando aceitamos tudo o que a Bíblia ensina, sem questionamentos, como a Palavra de Deus é que a consideramos verdadeiramente como o nosso padrão.

4. Qual é o ponto de vista religioso, popular e em voga que destrói sutilmente a autoridade da Bíblia como a Palavra de Deus?

O ramo teológico, relativamente recente, chamado de “*barthianismo*” que foi desenvolvido pelos teólogos suíços Karl Barth e Emil Brunner e seus muitos discípulos. Essa “nova” teologia é também chamada de “teologia da crise”, “neo-ortodoxia” e “teologia dialética”. Ela nega que a Bíblia, como livro, seja verdadeiramente a Palavra de Deus. A teologia *barthiana* também ensina que qualquer declaração da Bíblia pode *tornar-se* a Palavra de Deus para alguém quando ela prende a consciência dessa pessoa chegando a ela

como a revelação da vontade de Deus. Isso faz com que a autoridade da Bíblia dependa — não do fato de que a Bíblia é em si mesma, como livro, a Palavra de Deus inspirada — mas da experiência humana associada à Bíblia. O barthianismo é adepto das teorias da “alta crítica” da Bíblia que alega que muitas declarações da Bíblia não são verdade em seu sentido comum e pleno. Apesar disso, o *barthianismo* tenta agarrar-se à Bíblia como um instrumento pelo qual a Palavra de Deus prende as pessoas. A despeito da sua corrente popularidade, deve-se denunciar a “neo-ortodoxia” como extremamente perigosa e malsã.

5. Por que é verdade que somente Deus é quem pode nos habilitar a compreender corretamente as Escrituras?

Porque a mente humana está em trevas e obscurecida pelo pecado, não sendo, portanto, um juiz confiável entre a verdade e o erro. A queda da raça humana no pecado resultou não apenas na perversão do senso moral, pois os homens amam o pecado e não a justiça, mas também no obscurecimento da mente, ou intelecto, de modo que os homens amam a mentira e não a verdade. A raça humana é profundamente inclinada contra a verdade de Deus e a favor do erro do pecado. Ela tem o coração insensato obscurecido (Rm 1.21); rejeita o conhecimento de Deus (Rm 1.28). É somente pela obra regeneradora e iluminadora do Espírito Santo que essa escuridão pecaminosa natural da mente humana pode ser tirada, para que alguém possa tornar-se discernente e receptivo à verdade. Embora a regeneração seja um ato realizado numa fração de tempo, a obra de iluminação do povo de Deus pelo Espírito Santo é um processo gradual e contínuo ao longo de toda a nossa vida terrena. Devemos buscar sempre a iluminação do Espírito Santo para que possamos compreender as Escrituras.

6. Que motivo deve nos levar a ler e a estudar a Bíblia?

Ao lermos e estudarmos a Bíblia devemos ter um motivo prático, qual seja, “o desejo de conhecer, de crer e de obedecer à vontade de Deus”, que nos é revelada pela Bíblia. Muitas pessoas estudam a Bíblia por motivos errados ou inadequados. Uns estudam a Bíblia meramente como literatura; outros, apenas como história. Há até quem a estude com o objetivo de contradizer os seus ensinamentos e argumentar contra a religião cristã. Há ainda quem a estude com um tipo de curiosidade indolente, ou com alguma idéia ou modismo fanáticos; por exemplo, tem havido quem a estude somente para tabular o que ela ensina sobre o batismo, ou sobre o inferno, ou sobre os poderes

dos magistrados: tais pessoas têm uma espécie de interesse “coleccionador” sobre alguma linha ou elemento do ensinamento da Bíblia, mas não têm a mínima intenção de aplicar os ensinamentos dela à sua condição pessoal de pecadores perdidos carentes de salvação. Elas reúnem itens da Bíblia como alguém que coleciona mobília antiga ou artigos de porcelana. Todos esses tipos de estudo da Bíblia são inadequados e errados. Ninguém estuda a Bíblia corretamente se não a estudar, em primeiro lugar, como a mensagem de Deus para a salvação da sua própria alma. Podemos estudar a Bíblia apropriadamente como literatura, como história, etc., mas somente depois de a havermos percebido como a Palavra de Deus que revela o caminho da salvação a pecadores perdidos e culpados. Quem rejeita ou negligencia a grande mensagem da Bíblia — o evangelho de Jesus Cristo — tratando-a como literatura, etc., é, de fato, uma abominação à vista de Deus. O que pensaríamos nós de um criminoso culpado e condenado que, ao lhe ser oferecido gratuitamente o perdão, não desse a menor atenção a essa oferta, mas apenas escrevesse um ensaio sobre o estilo e a forma literárias da mensagem pela qual a oferta foi comunicada.

7. Por que devemos estudar a Bíblia “com perseverança”?

A Bíblia é um livro grande e tem muitas coisas que são difíceis de entender. Não contém apenas o leite para os bebês, mas também o alimento sólido do crente adulto. Jamais obteremos a compreensão adequada da Bíblia lendo-a somente cinco minutos por dia. Ninguém espera saber química ou matemática só pela exposição ocasional e irrisória dessas ciências, sem nenhum esforço consciente. Então, por que se esperaria entender a Bíblia sem esforço nem trabalho nenhum? É uma tragédia que muitos crentes que professam Cristo e membros de igreja sejam tão espiritual e intelectualmente preguiçosos que permaneçam “bebês” durante toda a vida e tenham que ser alimentados com o “leitinho” cuidadosamente preparado; qualquer coisa parecida com o “alimento sólido” do qual a Bíblia fala (Hb 5.11-14) leva-os a protestar como se fosse “profundo demais”. Em vez de considerarmos a Bíblia como “profunda demais”, ou de desejarmos que Deus nos tivesse dado uma Bíblia mais rasa, deveríamos orar com o salmista: *“Desvenda os meus olhos, para que eu contemple as maravilhas da tua lei”* (Sl 119.18). Não podemos fazer essa oração sinceramente se formos demasiadamente indolentes ou indiferentes ao estudo sério da Bíblia. Deus não abrirá os nossos olhos para que contemplem coisas maravilhosas no seu mundo se formos negligentes ou indiferentes à leitura da Sua Palavra.

8. Por que devemos dar atenção ao “conteúdo e abrangência” da Escritura?

Ao estudarmos a Bíblia devemos usar de toda a inteligência que Deus nos tem dado. A piedade não é contrária do uso correto da faculdade da razão. Ao estudarmos qualquer texto ou porção da Bíblia devemos sempre observar não apenas o que está dito, mas aquele que fala, a ocasião e as circunstâncias, a relação de uma declaração com as demais antes ou depois dela e prestar atenção a capítulos e livros como um todo. Lemos, na Bíblia, as seguintes palavras: “*Não há Deus*”. Não podemos compreender o verdadeiro significado dessa declaração se não percebermos que ela é apresentada como um sentimento do insensato: “*Diz o insensato no seu coração: Não há Deus*” (Sl 53.1) e que o restante do versículo declara que os que partilham desses sentimentos são “corrompidos” e têm “cometido abominável iniquidade” (ACRF). Lemos, também, “*Pele por pele, e tudo quanto o homem tem dará pela sua vida*” (Jó 2.4). Citado sozinho, fora do seu contexto, esse versículo pode ser muito enganoso. É somente quando observamos o relato de que foi Satanás, o pai da mentira, que fez tal declaração que podemos discernir o seu verdadeiro significado.

9. Que significa “meditação”, e que vínculo necessário tem ela com a leitura da Bíblia?

“Meditação” significa pensar cuidadosa e seriamente por um maior ou menor período de tempo sobre o significado de alguma coisa. “Meditação” não quer dizer, como muitas pessoas erroneamente supõem, uma mera e indolente dispersão de pensamentos ou um vago sonhar acordado. É algo definido que demanda esforço. A meditação está necessariamente vinculada à leitura da Bíblia porque não podemos obter as reais riquezas da sua verdade apenas raspando de passagem a sua superfície. No estudo da Bíblia, o que é tão verdade quanto em outras áreas, o pensamento sério exige tempo. A Bíblia não é um supermercado moderno com todos os seus artigos embalados e arrumados em prateleiras e prontos para serem levados ao caixa com o menor esforço possível; a Bíblia é uma mina de ouro que tem de ser metódica e pacientemente explorada, se quisermos nos apropriar de seus tesouros. Temos hoje, para o estudo da Bíblia, mais e melhores recursos do que nunca, mas a pressa e a complexidade da vida moderna, cujas muitas atividades tomam tempo das pessoas, tem produzido muitos crentes em Cristo que só têm um conhecimento elementar e superficial da Bíblia, que passam ano após ano virtualmente sem nenhum aumento real da compreensão da verdade da Bíblia. Não há atalhos para o sucesso no estudo da Bíblia: a meditação é necessária e leva tempo.

10. Por que devemos estudar a Bíblia com “aplicação”?

A Bíblia não é uma mera mensagem teórica ou abstrata, mas uma mensagem pessoal adequada às necessidades daqueles que a lêem. Pode-se estudar geometria ou astronomia por mero interesse e curiosidade intelectuais, sem a mínima intenção de fazer qualquer aplicação prática à vida, mas estudar a Bíblia desse modo seria perder o seu real sentido e importância. A menos que apliquemos os seus ensinamentos a nós mesmos, o nosso estudo da Bíblia não somente não nos fará bem, mas, na verdade, aumentará a nossa culpa no Dia do Juízo.

11. Por que o Catecismo fala de “abnegação”, conectando-a ao estudo da Bíblia?

O Catecismo, aqui, possivelmente não se refere àquela abnegação que necessitamos pôr em prática para termos tempo livre suficiente para o adequado estudo da Bíblia. A referência bíblica citada indica que o sentido é o de que temos de negar a nós mesmos e abrir mão das nossas inclinações, preferências e idéias especiais e aceitarmos o ensinamento da Palavra de Deus como o nosso padrão de fé e de vida. Temos de aceitar *todos* os ensinamentos da Bíblia, não apenas aqueles que se nos parecem razoáveis, desejáveis ou úteis. Devemos negar a nós mesmos abrindo mão da nossa razão como o nosso padrão supremo de verdade e nos tornarmos como criancinhas, aceitando a Palavra de Deus pela autoridade de Deus.

12. Qual o lugar da oração no estudo da Bíblia?

A oração ocupa claramente um lugar importante no estudo da Bíblia. Se o verdadeiro entendimento da Bíblia depende da iluminação interior do Espírito Santo, segue-se que temos de orar pela continuação e crescimento dessa obra iluminadora em nossos corações e mentes. No entanto, o lugar da oração no estudo da Bíblia tem sido algumas vezes tristemente mal compreendido. Alguém pode dizer: “Eu sei que a verdadeira interpretação desse texto é assim porque eu a recebi em resposta de oração”. Nada nos garante que devemos esperar que o Espírito Santo nos revele a verdadeira interpretação de algum texto da Escritura miraculosamente, sem estudo da nossa parte, em resposta de oração. A oração não substitui dicionários e comentários nem quaisquer outros livros de referência. É preferível orar para que o Espírito Santo venha nos abençoar e nos guiar à pura verdade pelo nosso uso diligente dos melhores recursos disponíveis. Reivindicar que uma interpretação seja verdade só porque alguém, de algum modo, “a recebeu em resposta de oração”, é insen-

satez. Se a interpretação for mesmo verdadeira seremos capazes de apresentar razões substanciais por que é verdadeira e por que outras interpretações são falsas. Obviamente, o fato de que o Sr. A “a conseguiu em resposta de oração” não tem o menor peso para o Sr. B. A oração quando se torna num substituto para o pensamento e o estudo, não é o tipo de oração agradável a Deus.



Pergunta 158. *Por quem deve ser pregada a Palavra de Deus?*

R. A Palavra de Deus deve ser pregada somente pelos que forem suficientemente dotados e devidamente aprovados e chamados para tal ofício.

Referências bíblicas

- 1Tm 3.2, 6; Ef 4.8-11; Os 4.6; Mt 2.7; 2Co 3.6. Aqueles que pregam a Palavra de Deus publicamente devem possuir obrigatoriamente certas qualificações definidas na Bíblia.
- Jr 14.15; Rm 10.15; Hb 5.4; 1Co 12.28-29; 1Tm 3.10; 4.14; 5.22. A Palavra de Deus deve ser pregada publicamente somente pelos que foram legitimamente chamados para o ofício do ministério da Palavra.

Comentário

1. Essa pergunta do Catecismo trata especialmente de que tipo de pregação da Palavra?

Trata da pregação da Palavra numa congregação da igreja de Cristo. Pode-se inferir isso das palavras “em público para a congregação” na resposta da Pergunta 156. Quem não for ministro ordenado ou licenciado pode testemunhar de Cristo em particular ou em público, conforme a oportunidade o permita, mas a pregação pública oficial da Palavra na igreja deve ser feita apenas por aqueles devidamente separados para essa obra.

2. Por que a pregação oficial da Palavra deve ser feita só “pelos que forem suficientemente dotados”?

Claro está que a pregação da Palavra é uma obra de importância muito grande. São necessárias as qualificações apropriadas para que seja feita da maneira adequada. Há qualificações espirituais, intelectuais e educacionais sobre as quais se deve insistir para que a igreja tenha um ministério adequado. Um homem que

não tenha nascido de novo e que não seja um consistente crente em Cristo, não tem obviamente condição de pregar a Palavra de Deus aos outros; seria apenas um cego conduzindo outro. Um homem incapaz de pensar corretamente, incapaz de detectar a falácia de um argumento perverso, é passível de ser ele mesmo desviado por um falso ensinamento e, por sua vez, capaz de desviar outros. Um homem a quem falta educação geral e teológica normalmente não será capaz de fazer justiça à grande obra de pregação da Palavra de Deus e correrá o perigo de pregar uma mensagem desequilibrada ou parcial. Quando Deus chama um homem para a obra do ministério, também o aparelha com as habilidades e qualificações necessárias para que possa realizar a obra adequadamente.

3. Por que a nossa igreja, e a maioria das igrejas Protestantes, exige a formação superior completa num seminário para o ofício do ministério?

Quanto mais importante for a obra, mais importante será que tenham o treinamento adequado os que a realizarão. Sempre tem havido quem ache que seja perda de tempo, em maior ou menor grau, gastar sete anos na formação superior num seminário, preparando-se para a obra do ministério. Há hoje em muitas denominações a pressão constante para que essas exigências sejam relaxadas e que sejam admitidos no ministério homens que tenham menos do que isso. Alguns consideram que as matérias ensinadas em um curso superior — como filosofia, história e literatura — sejam inúteis ao ministério e uma perda do tempo que deveria ser investido “ganhando almas”. Há, da mesma maneira, quem pense que um breve “Curso de Bíblia” e mais algumas matérias práticas como a retórica religiosa (homilética) e prática pastoral devam ser suficientes e que o amplo estudo de Hebraico, Grego, História Eclesiástica e Teologia Sistemática sejam desperdício de tempo.

Ninguém que precisasse passar por uma cirurgia estaria disposto a ir a um cirurgião que obteve o seu treinamento através de atalhos. O Estado insiste, corretamente, que aqueles cujas decisões e ações envolvam a vida ou a morte de seus semelhantes estejam plenamente treinados para o exercício do seu ofício. Quão mais importante é que os ministros do evangelho, cujo trabalho pode afetar o destino eterno de seres humanos, estejam plenamente instruídos para a tarefa a eles designada. Considerando-se o espaço de tempo necessário ao treinamento na medicina e de outras doudas profissões, os quatro ou cinco anos empenhados no curso superior de um seminário não são demasiados para o treinamento ministerial.

O ministro a quem faltar o treinamento num seminário dificilmente conseguirá entender o mundo moderno ao qual tem de entregar a sua mensagem.

O estudo de filosofia, história e de outras matérias acadêmicas está longe de ser uma perda de tempo. Elas apresentam o cenário do pensamento moderno e habilitam o ministro a proclamar todo o conselho de Deus de modo que confronte cabalmente a situação dos dias presentes. Semelhantemente o estudo de Grego, Hebraico, Teologia Sistemática, etc., é qualquer coisa, menos perda de tempo, pois permitem ao ministro conhecer de primeira-mão a Bíblia e seus ensinamentos, e pregar uma mensagem bíblica, consistente e integrada.

A tendência moderna de cortar os estudos “teóricos” e aumentar os estudos “práticos” na preparação para o ministério é deplorável e deve ser resistida. Existem dois tipos de seminários teológicos e institutos bíblicos. Num deles o alvo é instrumentar o estudante com uma certa quantidade de material pronto com o qual ele pode sair e ir pregar. No outro, o objetivo é colocar nas mãos do estudante as ferramentas do estudo bíblico e da pesquisa teológica e treiná-lo para usá-las corretamente. Daí, então, ele pode sair e pregar e a matéria-prima da sua pregação jamais vai se esgotar enquanto viver. Cremos que este último é que é o único e apropriado tipo de treinamento para a obra do ministério.

Não se deve entender, pelo que foi dito, que jamais haja exceções a essas regras. É óbvio que alguns dos discípulos do nosso Senhor tiveram pouca ou nenhuma educação formal, mas tornaram-se eficazes ministros da Palavra. Eles, no entanto, gozaram da inestimável vantagem de passarem três anos na companhia de Jesus sob a Sua instrução pessoal. Deus às vezes chama para o ofício ministerial um homem com pouca ou nenhuma educação formal e nesses casos excepcionais, onde está evidente a chamada divina, a igreja não deve hesitar em ordenar o candidato ao ministério. Tais casos, contudo, são muito raros, especialmente em dias em que são normais as oportunidades para a aquisição da educação. Não se deve permitir que a exceção torne-se regra.

4. Que significa “devidamente aprovados e chamados”?

Há uma chamada divina para o ministério e uma chamada da igreja. Devemos lembrar sempre que o ministério não é uma profissão, mas um ofício. Ninguém pode simplesmente decidir tornar-se um ministro da mesma maneira que decide tornar-se advogado ou exercer uma linha de trabalho. É preciso ter alguma razão para se crer que seja chamado para o ministério. Isso não quer dizer uma revelação especial do céu, como um sonho ou uma visão, mas a consciência de que se possui em alguma medida as qualificações exigidas, juntamente com o sincero desejo de pregar o evangelho, a disposição para fazer sacrifícios pela causa de Cristo e de empenhar-se para obter a preparação

necessária. Deus conduzirá ao ministério, da Sua própria maneira, àqueles a quem Ele chamar.

A chamada da igreja consiste, primeiro, em autenticar a chamada de Deus pela “devida aprovação” do candidato, suas convicções religiosas, sua habilidade geral e a sua preparação acadêmica e teológica. Essa “aprovação” está normalmente dividida em vários estágios. Primeiro, o candidato é recebido sob os cuidados de um presbitério como estudante para o ministério; depois de uma preparação parcial ele é licenciado para pregar; finalmente, depois de completada a preparação e com o convite de uma congregação ou junta missionária é ordenando ao ofício do ministério.

A chamada formal da igreja é o convite de alguma congregação para que o candidato venha a ser o seu pastor, ou de alguma junta missionária ou outra agência da igreja visível para que o candidato se engaje na obra missionária local ou no estrangeiro, ou em algum outro aspecto da obra ministerial. Em todo caso, antes que o homem seja ordenado, deve haver uma chamada definitiva — seja para o pastorado de alguma congregação ou de outro campo de trabalho específico.

5. Por que antes de entrar no ofício ministerial o homem tem de ser devidamente chamado por Deus e pela igreja?

Nem mesmo o nosso Senhor Jesus Cristo fez de si sumo sacerdote, mas foi chamado por Deus para esse ofício da mesma maneira que Arão o fora (Hb 5.4-5). Apesar disso existem hoje muitos pregadores e missionários *freelancers* e independentes. Essa é uma tendência errada e deve ser desencorajada. Muitos desses pregadores e missionários independentes podem verdadeiramente ter sido chamados por Deus e podem estar fazendo um bom trabalho pregando a Cristo, e este crucificado; mas há uma certa falta de consideração e negligência da igreja visível como instituição divina comprometida com a atitude deles, e que não pode ser aprovada. O chamado de Deus e o chamado da igreja não são antagônicos, toda verdadeira igreja é instrumento de Deus para o treinamento e o ordenamento de homens no ofício ministerial. Alguns há que, alegando uma piedade superior, sustentam que a chamada de Deus é suficiente e que eles não precisam da chamada e da ordenação da igreja. Essa falta de respeito para com a igreja visível não é bíblica e deve ser desestimulada.



Pergunta 159. Como deve ser pregada a Palavra de Deus por aqueles que são chamados para isso?

R. Aqueles que são chamados para trabalhar no ministério da Palavra devem pregar a sã doutrina diligentemente, a tempo e fora de tempo; com clareza, não com palavras sedutoras de sabedoria humana, mas em demonstração do espírito e de poder; (continua).

Referências bíblicas

- Tt 2.1, 8. O dever de pregar a sã doutrina.
- At 18.25; 2Tm 4.2. O dever de pregar a Palavra com diligência e persistência.
- 1Co 14.19; 2.4. A Palavra de Deus deve ser pregada com clareza, sem depender da esperteza humana, mas no poder do Espírito Santo.

Comentário

1. Que significa “sã doutrina”?

A expressão “sã doutrina” significa a doutrina *verdadeira*, ou a doutrina que está de acordo com a verdade revelada na Bíblia.

2. Por que é importante a pregação da sã doutrina?

A pregação da sã doutrina é importante porque é somente pelo conhecimento da verdade revelada na Bíblia que fazemos contato real com Cristo e experimentamos a salvação por Seu intermédio. Se medicamentos e alimentos puros são necessários à saúde de nossos corpos, quanto mais importante é o puro alimento espiritual para a vida, nutrição e cura de nossas almas!

3. Como os ministros podem garantir a pregação da sã doutrina?

A única maneira de se garantir a pregação da sã doutrina é pela irreduzível fidelidade à Palavra de Deus escrita, a Bíblia Sagrada, e pelo esforço incessante para compreender o seu verdadeiro sentido. A verdadeira doutrina só pode ser assegurada pelo contínuo e cuidadoso estudo da Bíblia.

4. Por que é necessário que a Palavra de Deus seja pregada diligentemente?

Aquilo que Deus ordena deve ser feito com aplicação. A pregação da Palavra é ordenada por Deus como meio indicado para a salvação das almas e expansão do Seu reino. Uma obra tão importante assim deve ser realizada com diligência e esforço contínuos e fervorosos.

5. Que quer dizer pregar a Palavra “a tempo e fora de tempo”?

Essa expressão quer dizer que a pregação da Palavra não deve se limitar às ocasiões formais como as do culto regular da igreja, mas também deve ser feita informalmente sempre que houver oportunidade e a ocasião o permitir. O ministro deve ser uma testemunha da verdade em todas as circunstâncias, não apenas nos cultos regulares da igreja.

6. Que significa pregar a Palavra “com clareza”?

Isso quer dizer tornar o seu sentido claro e evidente a todos os que a ouvem. O pregador não dever ter o objetivo de ser considerado como “profundo”, mas de ser entendido pelos seus ouvintes. É errado amenizar as verdades e deveres desagradáveis pelo medo de ofender os ouvintes. Cada ministro de Cristo tem a obrigação de apresentar a verdade clara e nua, quer os homens a ouçam ou a rejeitem. O seu alvo não deve ser o de agradar os homens, mas o de agradar a Deus.

7. Em que devem confiar os ministros para que as suas mensagens sejam eficazes?

Eles não devem confiar nas “palavras sedutoras de sabedoria humana”, mas na “demonstração do espírito e de poder”. Isto é, o ministro não deve colocar a confiança na própria habilidade como orador ou palestrante, nem depender da influência psicológica do seu modo de apresentar a verdade, mas deve depender de que o Espírito Santo abençoe a mensagem e a aplique nos corações dos ouvintes. A confiança do ministro deve ser posta, não na psicologia nem na “habilidade de vender”, mas na operação do Espírito Santo que acompanha e segue a sua pregação. Isso não significa que a mensagem não deve ser apresentada de modo atrativo e interessante, mas que deve depender do fator divino, não do humano.

Pergunta 159 (Continuação). *Como deve ser pregada a Palavra de Deus por aqueles que são chamados para isso?*

R. Aqueles que são chamados para trabalhar no ministério da Palavra devem pregar a sã doutrina (...) com fidelidade, fazendo conhecido todo o conselho de Deus; com sabedoria, aplicando-a segundo as necessidades e a capacidade de entendimento dos ouvintes; com zelo, amando fervorosamente a Deus e as almas do Seu povo; com sinceridade, visando a glória de Deus e a conversão, edificação e salvação dos ouvintes.

Referências bíblicas

- Jr 23.28; 1Co 4.1-2; At 20.27. A Palavra de Deus deve ser pregada fiel, honesta e integralmente.
- Cl 1.28; 2Tm 2.15; 1Co 3.2; Hb 5.12-14; Lc 12.42. A Palavra deve ser pregada de maneira sábia, levando em consideração a capacidade de entendimento e a condição espiritual dos ouvintes.
- At 18.25; 2Co 12.15; 5.13-15; Fp 1.15-17; Cl 4.12. O dever de pregar a Palavra de Deus zelosamente, com fervoroso amor a Deus e às almas do Seu povo.
- 2Co 2.17; 4.2; 12.19; 1Ts 2.4-6; Jo 7.18; 1Co 9.19-22; Ef 4.12; 1Tm 4.16; At 26.16-18. O dever de pregar a Palavra de Deus com os motivos corretos, isto é, a glória de Deus e o verdadeiro bem-estar espiritual do Seu povo.

Comentário

1. Por que os ministros têm de pregar a Palavra de Deus com fidelidade, honestidade e integralidade?

Por que não entregam uma mensagem da parte deles, mas da parte de Deus. O ministro é um embaixador, por isso não tem o direito de interferir na mensagem que lhe foi confiada. A mensagem deve ser entregue com exatidão e de forma integral.

2. Que quer dizer a expressão “todo o conselho de Deus”?

Essa expressão, que foi retirada das palavras do apóstolo Paulo em Atos 20.27, quer dizer toda a vontade e verdade reveladas de Deus. Os ministros têm a obrigação de pregar toda a verdade da Bíblia; não têm o direito de pregar uma mensagem limitada, deformada ou parcial.

3. De que maneira devem os ministros pregar “todo o conselho de Deus”?

É claro que é impossível pregar todo o conselho de Deus de uma vez só. Os ministros só podem proclamar uma pequena parcela do conselho de Deus em um único sermão ou palestra. A tentativa de pregar tanta coisa de uma única vez, só causaria, da parte dos ouvintes, confusão e indigestão espiritual. No entanto, os ministros devem ter como seu alvo pregar, no devido tempo, tudo o que Deus revelou na Sua Palavra, nada omitindo do sistema da verdade divinamente revelada.

4. Todas as verdades da Bíblia têm igualmente a mesma importância?

Não. Todas elas são verdadeiras de fato, mas não são igualmente importantes. As mais importantes são aquelas que recebem a maior ênfase da própria Bíblia. Ao passo em que almeja proclamar todo o conselho de Deus, o ministro deve ter o cuidado de enfatizar principalmente as mais importantes verdades ou doutrinas que receberam maior proeminência na própria Bíblia, ou que mais necessitam de ser enfatizadas porque são as mais negligenciadas ou negadas no momento. Nenhum ministro deve fazer concessões a modismos ou predileções, especialmente em favor de algumas verdades em detrimento de outras.

5. Qual é a tentação, relativa à pregação de todo o conselho de Deus, que os ministros têm de enfrentar e resistir?

A tentação de pouco dizer ou calar-se totalmente sobre as verdades da Bíblia que são normalmente tidas como “impopulares”, enquanto enfatiza e muito fala das verdades consideradas comumente como “populares”. Assim, o ministro pode se defrontar com a tentação de dizer pouco ou nada sobre o pecado, a morte e o castigo eterno, pregando mais sobre o amor de Deus, os ensinamentos de Jesus sobre amar o nosso próximo e coisas assim. Os ministros não têm o mínimo direito de “abafar” parte da mensagem de Deus porque ela pode ser desagradável aos seus ouvintes. Como servos de Deus eles têm de pregar toda a verdade sem “apará-la”, ajustando-a às predisposições humanas.

6. Por que devem os ministros em suas pregações levar em conta “as necessidades e a capacidade de entendimento dos ouvintes”?

Porque se eles deixarem de fazer isso, a sua pregação será majoritariamente ineficaz e inútil. A verdade de Deus é sempre a mesma, mas deve ser proclamada de maneiras diferentes para diferentes grupos de pessoas. A maneira e o método de pregação que seriam adequados a uma audiência de não-crentes num campo missionário estrangeiro seriam diferentes das apropriadas a uma congregação de crentes em Cristo desse país; que, por sua vez, seriam diferentes da maneira e método adequados aos crentes do país de origem do missionário. O ministro não está autorizado a se desviar da verdade de Deus, mas deve tentar apresentá-la de tal modo que os seus ouvintes, sejam quem forem, verdadeiramente “captem a mensagem”.

7. Que significa pregar a Palavra de Deus “com zelo”?

Isso não significa, necessariamente, algum nível de agitação emocional, mas uma atitude espiritual mais profunda, que o Catecismo descreve como “aman-

do fervorosamente a Deus e as almas do Seu povo”. Isto é, um ministro de Cristo deve pregar o evangelho com fervor, considerando-o questão de extrema importância, não algo irrelevante ou indiferente. O motivo do ministro não deve ser a fama nem o aplauso, mas a devoção a Deus e o desejo do bem-estar espiritual do Seu povo.

8. Que quer dizer pregar a Palavra de Deus “com sinceridade”?

Sinceridade significa lealdade, simplicidade, veracidade; oposto a hipocrisia, falsidade, fingimento.* Isto é, significando verdadeira e honestamente o que se prega.

9. Qual deve ser o objetivo principal da pregação da Palavra de Deus?

O objetivo principal deve ser a glória de Deus.

10. Qual deve ser o objetivo secundário da pregação da Palavra de Deus?

O objetivo secundário da pregação da Palavra de Deus deve ser o cumprimento do propósito de Deus para a conversão, a edificação e a salvação final do seu povo.



Pergunta 160. *O que se exige dos que ouvem a pregação da Palavra?*

R. Exige-se dos que ouvem a pregação da Palavra que a acolham com perseverança, preparação e oração; que comprovem o que ouvem com as Escrituras; que recebam a verdade com fé, amor, mansidão e ânimo pronto, como a Palavra de Deus; que nela meditem e sobre ela conversem; que a escondam no coração e manifestem os seus frutos em suas vidas.

Referências bíblicas

- Pv 8.34; 1Pe 2.1-2; Lc 8.18; Sl 119.18; Ef 6.18-19. Devemos acolher a pregação do evangelho com perseverança, preparação e oração.
- At 17.11. A mensagem pregada deve ser testada pelas Escrituras.

* Grande Dicionário Etimológico etc. da Língua Portuguesa, Silveira Bueno, Ed. Saraiva, SP, 1967 Vol.7. (N. do T.)

- Hb 4.2; 2Ts 2.10; Tg 1.21; At 17.11. Os ouvintes da pregação da Palavra devem receber a verdade com fé, amor, mansidão e disposição mental.
- 1Ts 2.13. A verdade deve ser recebida não como uma mera questão de opinião humana, mas como a Palavra de Deus, que tem autoridade divina.
- Lc 9.44; Hb 2.1; Lc 24.14; Dt 6.6-7; Mt 3.16. Aqueles que ouvem a pregação da Palavra devem meditar e dialogar a respeito dela.
- Pv 2.1; Sl 119.11. A Palavra deve ser escondida no coração.
- Lc 8.15; Tg 1.25. A Palavra deve produzir frutos na vida.

Comentário

1. Qual é a nossa primeira obrigação com respeito à pregação do evangelho?

A nossa primeira obrigação quanto à pregação do evangelho é ouvi-la. Isso implica na frequência regular ao culto divino, conforme ordenado. Numa era, em que abunda a iniquidade e o amor de muitos se endureceu friamente, há muitos membros de igreja que só vão aos cultos das suas igrejas ocasionalmente. Alguns pensam que estão cumprindo a sua parte se forem à metade dos cultos regulares da igreja. Devemos ir conscienciosamente a *todos* os cultos regulares de pregação da nossa igreja, a não ser que sejamos impedidos por circunstâncias que fujam ao nosso controle. “*Não deixemos de congregar-nos, como é costume de alguns*” (Hb 10.25).

2. A frequência regular à igreja cumpre o nosso dever para com a pregação do evangelho?

Claro que não. A frequência regular à igreja é somente o primeiro passo. O Catecismo não só afirma que temos a “obrigação” de frequentar a pregação da Palavra, mas também declara *como* o devemos fazer. Essa resposta do Catecismo estabelece um altíssimo ideal como resposta dos crentes em Cristo à pregação da Palavra, mas é evidentemente um ideal bíblico. Devemos evitar, certamente, a idéia equivocada de que basta ficar sentado num banco da casa de adoração no Sábado Cristão para cumprirmos o nosso dever com Deus e até mesmo Lhe fazer um favor. É possível ir regularmente aos cultos da igreja e ainda assim não receber nenhum benefício, porque ou não prestamos atenção ao culto ou não levamos a mensagem a sério.

3. Que práticas devemos evitar durante o culto na igreja?

Temos a obrigação de evitar chegar atrasados, dormir, conversar ou cochichar

sem necessidade, ler livros ou papéis que nada tenham a ver com o culto, pensar em nossas ocupações seculares e planejar nossas atividades para a semana seguinte e todas as demais condutas que nos distraiam, ou aos outros, da reverente atenção que devemos ao culto.

4. Qual é o remédio para não dormir habitualmente durante o culto?

Normalmente põe-se no pregador a culpa por se dormir no culto, mas quando só um ou dois caem no sono e todos os demais permanecem vigilantes sem nenhuma dificuldade a culpa provavelmente não é do pregador. Dormir durante o culto pode decorrer da má ventilação do ambiente. É preciso alertar os zeladores, com muito tato, para o fato de que a mente precisa de ar fresco para permanecer alerta e que uma edificação fechada durante vários dias precisa ser completamente arejada antes do começo do culto. Em outros casos, dormir no culto é consequência de se haver dormido tarde na noite anterior — algo que todo crente sensato tentará evitar. Em alguns casos a culpa pode ser mesmo do ministro, que deve tentar fazer os seus sermões de maneira interessante, pregando-o de modo que prenda eficazmente a atenção da congregação.

5. Que tipo de preparação precisamos ter para ouvirmos a pregação da Palavra?

Devemos cuidar dos nossos negócios ordinários, exceto de reais obras de necessidade, no dia de sábado, para que as nossas mentes estejam desimpedidas para pensar em Deus e na Sua Palavra no dia do descanso cristão. Devemos nos empenhar para tirar de nossos pensamentos todos os negócios e prazeres mundanos para estarmos receptivos à Palavra de Deus. Devemos conscienciosamente evitar leitura de jornais, ouvir rádios seculares e assistir TV no Dia do Senhor. Nenhum ministro pode pregar eficazmente quando as pessoas vêm à igreja com as cabeças cheias de pensamentos sobre filmes, rádio, esportes, política, comércio e outros negócios mundanos; nem as pessoas também podem prestar atenção à pregação da Palavra quando as suas mentes estão cheias de piqueniques, passeios ou outras recreações planejadas para as tardes ou noites de sábado. O Dia do Senhor deve ser totalmente consagrado ao serviço de Deus, se quisermos realmente honrar Deus e receber as bênçãos da Sua Palavra.

6. No que tange à pregação da Palavra, pelo que devemos orar?

Devemos orar para que o Espírito Santo conceda dons espirituais ao ministro de maneira que ele possa expor as Escrituras verdadeira e eficazmente; devemos também orar para que nos seja dada, e aos outros, a graça do Espírito para

recebermos a Palavra; para que o Espírito esteja com a pregação e a acompanhe na Sua graciosa atuação e os pecadores sejam convertidos a Cristo e os santos edificados na sua fé e experiência cristã.

7. Os crentes em Cristo têm a obrigação de acreditarem em tudo e aceitam tudo aquilo que os seus ministros pregam?

Claro que não. Deles espera-se “que comprovem o que ouvem com as Escrituras”; isto é, eles têm o dever de julgar e comparar o conteúdo da mensagem com a Palavra de Deus, que é a regra infalível de fé e de vida. Nenhum verdadeiro ministro de Cristo há de querer que os seus ouvintes aceitem qualquer coisa só porque ele disse que é verdadeira. Ele vai querer que eles aceitem a verdade porque Deus diz que ela é verdade e porque a acham ensinada na Palavra de Deus. O ministro não deve apenas pregar as verdades da Palavra de Deus, mas mostrar às pessoas onde e como a Palavra de Deus as ensina. As pessoas devem crer na verdade, não com base na autoridade de seus ministros, mas na autoridade de Deus falada na Sua Palavra.

8. Que atitude devemos ter para com a verdade de Deus quando pregada a nós?

Devemos receber “a verdade com fé, amor, mansidão e ânimo pronto, como a Palavra de Deus”. Isto é, devemos ter uma atitude *receptiva* para com a verdade, não a de resistir-lhe com obstinação. Uma atitude assim só existe pela operação especial do Espírito Santo no coração e na mente da pessoa. Todos nós temos por natureza uma inclinação obstinada e perversa contra a verdade e a tendência de resistir a ela e de a contrariar. Muitos podem testemunhar como a sua oposição à verdade de Deus cessou e como passaram a ter uma atitude mansa e receptiva quando foram verdadeiramente convertidos a Cristo. Algumas vezes há crentes professos que se revoltam violentamente contra doutrinas como a do pecado original, a da depravação e incapacidade total, a da predestinação e do castigo eterno. O fato de essas doutrinas serem ensinadas na Bíblia, a qual não tentam negar, de modo muito claro, parece que não tem nenhum peso para os seus contestadores, antes exacerba a oposição deles. Com respeito às doutrinas citadas, e todas as outras doutrinas, a única pergunta que realmente conta é: *essas doutrinas são bíblicas?* Se forem ensinadas na Palavra de Deus, isso deveria encerrar a questão para todo o crente em Cristo. É irrelevante se gostamos ou não delas. Temos de receber as verdades da Palavra de Deus com “ânimo pronto”, com base na autoridade de Deus, gostemos ou não delas.

9. Por que devemos meditar e dialogar a respeito da pregação da Palavra de Deus?

Devemos meditar nelas pois é somente investindo tempo pensando seriamente que podemos de fato entender a verdade e a sua relação com as nossas vidas e problemas. Devemos dialogar sobre elas com os nossos irmãos em Cristo, pois isso tende a incrementar em muito a eficácia da mensagem. A conversação sobre a verdade divina entre os crentes é muito negligenciada nos dias de hoje. Estamos sempre tão envolvidos com miríades de interesses e atividades que nos parece restar pouca oportunidade para a comunhão e a conversação com os outros crentes. Alguém que hoje em dia goste de conversar sobre religião é passível de ser considerado como maníaco ou fanático. É claro que aqueles que acham que têm sempre de falar sobre religião e nada mais serão considerados como um aborrecimento e serão reprovados pela igreja. *“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu”* (Ec 3.1). Conversar oportuna e proveitosamente sobre a verdade divina é uma arte que deveria ser cultivada pelos filhos do Senhor.

10. Por que devemos esconder a Palavra de Deus em nossos corações?

Esconder a Palavra em nossos corações significa mais do que memorizar porções da Escritura, embora isso seja um alvo muito proveitoso. Significa reter a verdade em nossa mente, pensar nela continuamente, refletindo sobre qual é a sua relação com todas as esferas da nossa vida. Isso é o oposto do modo “entrar por um ouvido e sair pelo outro” de ouvir a Palavra de Deus. Se realmente cremos e recebemos a verdade, ela permanecerá em nossos corações e produzirá benefícios tanto no futuro quanto imediatamente.

11. Por que temos de produzir o fruto da Palavra de Deus em nossas vidas?

Porque a Palavra de Deus é uma mensagem intensamente prática. Devemos cuidar para não sermos como o personagem “Tagarela” — do livro *“O Peregrino”* de John Bunyan — que tinha a Bíblia e a doutrina cristã na ponta da língua e podia discorrer fluentemente sobre qualquer assunto religioso, mas era um completo estranho ao poder da piedade em sua vida pessoal e familiar. *“Pelos seus frutos os conhecereis”* (Mt 7.16). A Palavra de Deus é uma mensagem de salvação, de viver piedoso e de abnegação cristã ou ser crucificado com Cristo. Quem for estranho a essas experiências, não produzirá o fruto da Palavra de Deus em sua vida e o seu hábito de ouvir a pregação do evangelho só aumentará a sua condenação no Dia do Juízo.





CAPÍTULO 16

O Uso dos Sacramentos

Pergunta 161. *Como os sacramentos se tornam meios eficazes de salvação?*

R. Os sacramentos tornam-se meios eficazes de salvação não por qualquer poder inerente que tenham, nem por nenhuma virtude derivada da piedade ou da intenção de quem os administra, mas unicamente pela operação do Espírito Santo e da bênção de Cristo, quem os instituiu.

Referências bíblicas

- 1Pe 3.21; At 8.13 comparados a At 8.23; 1Co 3.6-7; 12.13. A eficácia dos sacramentos depende exclusivamente da operação do Espírito Santo e da bênção de Cristo, não de nenhum poder intrínseco nem de nenhum poder derivado dos ministros que os administram.

Comentário

1. Que ensina a Igreja Católica Romana sobre a eficácia dos sacramentos?

A Igreja Católica Romana ensina que a graça está contida nos sacramentos em si mesmos e que é conferida a todo participante dos sacramentos que não lhe resista deliberadamente. Ela afirma que essa graça é concedida como um *opus operatum* (isto é, como uma “obra realizada” ou “operação produzida”)* em todo que a recebe sem resistência intencional. A pessoa pode desconhecer a

* “os sacramentos atuam *ex opere operato* (literalmente: ‘pelo próprio fato de a ação ser realizada’) (...) Os ritos visíveis sob os quais os sacramentos são celebrados significam e realizam as graças próprias de cada sacramento.” — Catecismo da Igreja Católica, IV. Sacramentos da Salvação, págs. 317~319, Ed. Vozes/Loyola, 1993 (N. do T.)

verdade sobre Deus e sobre o caminho da salvação; pode até mesmo estar inconsciente por causa de doença ou acidente; assim mesmo, alega-se que o batismo por si mesmo lhe conferirá a graça da regeneração. Segundo tal ensino, a fé não é necessária; o sacramento é eficaz em e por si mesmo, exatamente como um pedaço de ferro incandescente que queima alguém, creia ele ou não (Concílio de Trento, Seção 7, Cânones 6 e 8).

2. Os sacramentos têm algum poder em si mesmos?

Não. O nosso Catecismo rejeita corretamente a visão católica romana da eficácia dos sacramentos, ao afirmar que eles não se tornam meios eficazes de salvação por nenhum poder deles mesmos. A visão católica romana não é verdadeira e não se respalda na Bíblia. Observe Atos 8.13 e 23 onde se diz que Simão o Mago fora batizado, mas logo em seguida o apóstolo Pedro diz a seu respeito: *“vejo que estás em fel de amargura e laço de iniquidade”*. Se o batismo pudesse por si mesmo, como um *opus operatum*, conferir a regeneração, Simão teria sido regenerado pelo seu batismo e seria uma nova criatura em Cristo; mas, ainda era, na verdade, presa de iniquidade. Claro está que o batismo não havia comunicado nenhuma graça a Simão o Mago. A idéia, como um todo, de que os sacramentos por si mesmos conferem graça é contrária à ênfase da Bíblia sobre a fé, como necessária à salvação.

3. Essa falsa visão a respeito dos sacramentos limita-se à Igreja Católica Romana?

Não. Há muitos Protestantes que têm uma visão equivocada e não-bíblica da eficácia dos sacramentos. Muitos há que jamais se arrependeram realmente de seus pecados e que não têm fé objetiva em Jesus Cristo como seu Salvador e que partilham da idéia de que ser batizado ou “tomar a comunhão” lhes conferirá, por si mesmo, algum tipo de benefício espiritual. Alguns se distanciam tanto a ponto de suporem que a participação nos sacramentos conduzirá o ímpio ao céu quando ele morrer. Outros acham que “tomar a comunhão” compensará seus pecados e os habilitará diante de Deus. A noção de que o batismo por si mesmo remove os pecados de alguém é muito comum entre os Protestantes sem instrução. Há vezes em que pais que não professam Cristo e que não vivem como crentes em Cristo pedem a um ministro para batizar os seus filhos, e se ofendem quando ele declina de fazê-lo. Devemos sempre nos lembrar que os sacramentos não agem por si mesmos, e que não têm valor à parte da fé em Jesus Cristo.

4. A eficácia dos sacramentos depende da piedade ou do caráter moral do ministro?

Não. Nesse ponto a Igreja de Roma concorda com o Protestantismo ortodoxo. A validade e a eficácia dos sacramentos não dependem da piedade, da vida espiritual ou do caráter moral da pessoa que os administra. É claro que todo ministro deve ser verdadeiramente piedoso e de caráter moral acima de censura, mas o estado espiritual do ministro não altera a eficácia dos sacramentos. Se um ministro for comprovadamente um homem ímpio e maligno isso não significa que as pessoas por ele batizadas não foram realmente batizadas, ou quem participou da mesa da comunhão sob o seu ministério não tomou parte verdadeiramente na Ceia do Senhor. Coisa terrível é um ministro não ser um convertido, mas isso não limita a eficácia dos sacramentos ministrados por ele.

5. A intenção do ministro determina a eficácia dos sacramentos?

Não. Desde que os sacramentos sejam administrados substancialmente de acordo com a instituição de Cristo, as intenções pessoais do ministro não afetam a sua eficácia. Suponhamos que um não-convertido entre no ministério pelos motivos errados, considerando-o meramente como uma ocupação ou meio de vida, e administre a Ceia do Senhor não pela real fé em Cristo e em obediência a Ele, mas só porque as regras da igreja o exigem. Um ministro assim seria um mercenário e não um verdadeiro servo de Cristo, a sua intenção seria apenas a de agir conforme as exigências formais da sua ocupação. Embora esse ministro fosse indigno e os seus motivos errados, ainda assim, as suas intenções erradas e a falta de intenção correta não afetariam a validade ou a eficácia do sacramento. Os comungantes que participassem do sacramento com verdadeiro arrependimento e fé em Cristo receberiam o benefício e as bênçãos reais da Ceia do Senhor, apesar dos motivos e intenções erradas do ministro.

6. De que, na verdade, depende a eficácia dos sacramentos?

A eficácia dos sacramentos depende verdadeira e inteiramente da operação do Espírito Santo e da benção de Cristo, que os instituiu. Como os sacramentos não foram inventados pelo homem, mas instituídos pelo Senhor Jesus Cristo como meios de graça, devemos ter a certeza de que Deus os acompanhará com a graciosa operação do Espírito Santo, no caso de todo aquele que deles participa com fé verdadeira, conforme a indicação de Cristo. O Espírito Santo, que foi enviado por Cristo, toma das coisas de Cristo e as apresenta ao Seu

povo. Seu propósito é operar através dos sacramentos e com os sacramentos. Assim, os sacramentos que não possuem nenhum poder inerente são, contudo, pela ação do Espírito, reais meios de graça para os filhos de Deus.

7. É possível subestimar a importância dos sacramentos?

Sim, e muitos o fazem. Ao mesmo tempo em que evitamos o erro da Igreja de Roma que ensina que os sacramentos têm um poder inerente, devemos também cuidar para não cairmos no extremo oposto e afirmarmos que os sacramentos não são meios reais de graça. Houve muitos, e ainda os há hoje, que vêem o batismo simplesmente como um rito ou cerimônia de dedicação de uma criança ou pessoa adulta a Deus, e a Ceia do Senhor como um mero protocolo memorial que simboliza as verdades da redenção e lembra Cristo. Uma visão assim dos sacramentos não se harmoniza com o calvinismo ortodoxo nem com a fé reformada estabelecida em nossos padrões eclesiásticos. O batismo é mais do que um rito de dedicação; a Ceia do Senhor é mais do que uma representação simbólica e um protocolo memorial. Ambos os sacramentos são reais meios de graça, embora não tenham nenhum poder inerente.



Pergunta 162. *O que é um sacramento?*

R. O sacramento é uma ordenança sagrada instituída por Cristo na Sua igreja, para significar, selar e aplicar, àqueles que estão no Pacto da Graça, os benefícios da Sua mediação; para fortalecer e aumentar-lhes a fé e todas as demais graças, compelindo-os à obediência; para que testemunhem e partilhem do amor e da comunhão uns para com os outros; e para distingui-los dos que estão de fora.

Referências bíblicas

- Gn 17.7, 10; Êx 12; Mt 28.19; 26.26-28. Os sacramentos são ordenanças santas instituídas por Cristo em Sua igreja, isto é, em e para o corpo visível do povo do pacto de Deus.
- Rm 4.11; 1Co 11.25-25. Os sacramentos têm o objetivo de significarem, selarem e evidenciarem os benefícios da obra redentora de Cristo.
- Rm 15.8; Êx 12.48. Os sacramentos não são para o mundo, mas para

os que estão dentro do círculo do Pacto da Graça.

- At 2.38; 1Co 10.16. Os benefícios da mediação de Cristo constituem o sentido dos sacramentos.
- Rm 4.11; Gl 3.27. Os sacramentos almejam aumentar a fé e todas as demais graças dos crentes.
- Rm 6.3-4; 1Co 10.21. A participação nos sacramentos envolve um compromisso ou pacto de obediência a Cristo.
- Ef 4.2-5; 1Co 12.13. Os sacramentos são um laço de união entre o povo crente.
- Ef 2.11-12; Gn 34.14. A participação nos sacramentos é um distintivo da separação do mundo, da parte dos crentes em Cristo.

Comentário

1. Como o Breve Catecismo define o sacramento?

“Um sacramento é uma santa ordenança instituída por Cristo, na qual, por sinais sensíveis, Cristo e as bênçãos do novo pacto são representados, selados e aplicados aos crentes” (BC 92). Isso é, de certo modo, mais breve que a definição do Catecismo Maior, e só dá o essencial da definição correta de sacramento. A resposta do Catecismo Maior é mais detalhada, descreve a natureza e o propósito dos sacramentos mais plenamente. Podemos analisar a resposta do Breve Catecismo da seguinte maneira: (a) O sacramento é uma santa ordenança; pertence à classificação das coisas chamadas de “santas ordenanças”; algumas santas ordenanças são sacramentos, outras não; mas todo sacramento é uma santa ordenança. (b) O sacramento é algo instituído por Cristo; isto, é claro, durante a Sua vida na terra. Assim, o casamento, embora seja uma santa ordenança, não é um sacramento, pois não foi instituído por Cristo em Sua vida terrena; mas o batismo e a Ceia do Senhor foram instituídos dessa maneira, portanto são sacramentos. (c) O sacramento envolve o uso de “sinais sensíveis”, isto é, elementos materiais como água, pão, vinho e certas ações com respeito ao uso desses elementos. (d) O sacramento, com o seu “sinal sensível”, almeja retratar, selar e aplicar Cristo e a Sua redenção. (e) O sacramento é para os crentes em Cristo, não para o mundo.

2. Qual é o significado original da palavra *sacramento*?

A palavra *sacramento* não ocorre na Bíblia. Deriva da palavra latina *sacramentum*, que significa juramento ou voto, especialmente um juramento militar de fidelidade. No começo da igreja cristã a palavra *sacramentum* em latim foi usada para traduzir a palavra grega *mysterion* (“mistério”). Essa palavra

ocorre vinte e sete vezes no Novo Testamento grego. Na versão latina de Jerônimo, a Vulgata, oito delas foram traduzidas por *sacramentum* (Ef 1.9; 3.3, 9; 5.32; Cl 1.27; 1Tm 3.16; Ap 1.20; 17.7). A palavra grega *mysterion* significa alguma coisa que fica desconhecida até que seja revelada; por isso começou a ser usada para várias doutrinas e ordenanças cristãs, incluindo o batismo e Ceia do Senhor, e daí o latim *sacramentum* passou a ser usado para as mesmas coisas. Alguns fazem objeção à palavra sacramento porque ela não ocorre na Bíblia. Isso é tolice, pois muitos termos religiosos necessários e em uso comum não são achados na Bíblia; a palavra *Trindade* é um exemplo; bem como as palavras *atributo*, *infalível*, *sobrenatural* e muitas outras. Essas palavras não ocorrem na Bíblia, mas ocorrem as idéias representadas por elas, e as palavras são necessárias para tratar com idéias. Não podemos descobrir o que é um sacramento estudando a história da palavra *sacramento*, mas podemos usar apropriadamente a palavra *sacramento* para designar uma certa classe de ordenanças que achamos na Bíblia. O importante não é que só devemos usar palavras da Bíblia, mas que as idéias que temos em mente devam ser as pretendidas pela Palavra de Deus.

3. Para que grupo de pessoas Cristo instituiu os sacramentos?

Para a Sua igreja, o grupo de pessoas incluídas no âmbito do Pacto da Graça. Os sacramentos foram confiados à igreja visível, isto é, à igreja como instituição visível, porque envolvem o uso de elementos e ações exteriores. Devemos sempre lembrar que o batismo e a Ceia do Senhor são ordenanças para a *igreja*; têm por alvo apenas os que são membros da igreja e, exceto em circunstâncias extraordinárias, jamais devem ser administrados fora da congregação da igreja de Cristo. É errado ministrar qualquer dos sacramentos a quem não está no âmbito do Pacto da Graça. Batismo e comunhão privativos são irregulares e devem ser evitados. Também é errada a idéia de que qualquer grupo ou associação de crentes em Cristo pode ministrar devidamente a Ceia do Senhor. Os sacramentos pertencem à igreja visível como instituição; não podem ser individualizados pela observância privada, nem despojados do seu caráter eclesiástico pela sua ministração em associações ou grupos voluntários de crentes. São apenas para a igreja.

4. Que quer dizer a palavra *significar*?

Neste contexto, “significar” quer dizer “ser o sinal de alguma coisa”, isto é, retratar ou representar alguma coisa. Assim, os sacramentos devem significar os benefícios da mediação de Cristo para os que estão no Pacto da Graça. Na

Ceia do Senhor o pão significa o corpo de Cristo e o vinho, o Seu sangue. A Ceia do Senhor como um todo significa a participação do crente nos benefícios da redenção de Cristo. As realidades espirituais são representadas por elementos materiais e ações exteriores.

5. Que quer dizer a palavra *selar*?

A palavra *selar* é aqui usada com o sentido de “penhor”, “garantia” ou “certificação” legal. O Catecismo declara que os sacramentos foram instituídos por Cristo para selarem os benefícios da Sua mediação em prol dos que estão no Pacto da Graça; isto é, para certificar ou garantir legalmente tais benefícios a essas pessoas. Isso não quer dizer que o batismo e a Ceia do Senhor em si mesmos, como meras ordenanças exteriores, podem garantir alguma coisa a quem os recebe, mas significa que os sacramentos, se usados corretamente, com verdadeira fé em Cristo, funcionam como “selos” ou certificados dos benefícios da redenção de Cristo concedidos divinamente. Quem, na fé verdadeira, usa corretamente os sacramentos, deve considerá-los como selos do Pacto da Graça — como a garantia de Deus para o cumprimento de todas as promessas desse pacto.

6. Que quer dizer a palavra *aplicar*?

Aqui, novamente, temos de entender que, à semelhança do caso do verbo *selar*, o *aplicar* só ocorre quando há o uso correto dos sacramentos, com fé verdadeira. À parte da real fé em Cristo, os sacramentos não aplicam nenhum dos benefícios espirituais àqueles que os recebem.

7. A quem se destinam o “significar, selar e aplicar” os benefícios de Cristo?

Destina-se “àqueles que estão no Pacto da Graça”, isto é, aos crentes em Jesus Cristo e a seus filhos.

8. Quais são os benefícios da mediação de Cristo?

Esses benefícios incluem tudo o que Cristo já fez, está fazendo e fará no futuro pelo Seu povo; incluem a Sua obra como nosso Redentor nos Seus três ofícios: Profeta, Sacerdote e Rei. Em resumo, o plano de salvação está integralmente contido nesse escopo — do decreto de Deus, feito antes da criação do mundo (Ef 1.4), à remissão do eleito, sua glorificação final e o gozo da vida eterna no reino de glória (Rm 8.30). Tudo isso é abrangido pelos benefícios da mediação de Cristo e são representados, selados e aplicados pelos sacramentos.

9. A que propósitos práticos servem os sacramentos na vida dos crentes?

Os sacramentos servem “para fortalecer e aumentar-lhes a fé e todas as demais graças” e também para “compeli-los à obediência”. Isto é, os sacramentos quando usados corretamente servem para fortalecer e edificar os crentes em todas as fases de sua vida cristã, tornando-os, assim, crentes melhores e mais consistentes; servem também, como garantias da parte da obediência do crente às exigências do Pacto da Graça de Deus.

10. Que função os sacramentos exercem na sociedade humana como um todo?

Além de seus outros usos e funções, os sacramentos servem para “distinguir” o povo de Deus “daqueles que estão fora”; isto é, servem como distintivos, emblemas ou evidências de que são membros do povo do pacto de Deus; servem para separar aqueles que estão no Pacto da Graça da população do mundo em geral. O batismo é o que marca a membresia como tal; a pessoa batizada é considerada membro da igreja de Cristo até que venha a repudiar o seu batismo por longa e contínua negligência dos meios de graça ou até que seja excomungado por causa de pecado hediondo. Tal função do batismo tem sido grandemente obscurecida pelo abuso desse sacramento, que se tornou terrivelmente comum no protestantismo americano, pelo qual muitas igrejas batizam quaisquer crianças, a despeito de seus pais serem ou não membros e sem que haja nenhum entendimento apropriado do Pacto da Graça nem a aceitação das obrigações inerentes a ele. Em amplas seções do protestantismo americano o batismo passou a ser considerado meramente como uma cerimônia para dar nome aos bebês e, de passagem, dedicá-lo a Deus. Quando dizemos que o batismo serve de marca para distinguir a igreja do mundo, nos referimos ao batismo de maneira estrita, conforme estabelecido na Bíblia e em nossos padrões eclesiásticos, não à livre e fácil perversão moderna desse sacramento.

Enquanto o batismo é a marca da membresia da igreja, a Ceia do Senhor é a marca do membro *comungante* da igreja, isto é, da membresia da igreja que envolve a profissão de fé voluntária e pessoal em Jesus Cristo, e a obediência a Ele. Como no caso do batismo, a verdadeira função da Santa Ceia tem sido grandemente obscurecida pela forma extremada de “comunhão aberta” hoje praticada em muitas igrejas, em que a decisão de participar ou não fica totalmente a critério do indivíduo e em que praticamente todos os que desejarem vir são convidados — mesmo que só tenham um vago vínculo sentimental com Jesus e não sejam membros plenos de nenhuma igreja evangélica genuína. Essa prática derruba a distinção que a comunhão pretende guardar entre a igreja e o mundo.

É claro que nem todas as igrejas que apelam à “comunhão aberta” usam dessa forma extremada; algumas limitam o convite a membros de denominações ou igrejas evangélicas que estejam em plena comunhão. Isso, contudo, não é “comunhão aberta” em seu sentido estrito, mas uma forma de “comunhão restrita”.



Pergunta 163. *Quais são as partes de um sacramento?*

R. As partes de um sacramento são duas: uma é um sinal exterior perceptível, usado conforme instituído pelo próprio Cristo; e a outra, uma graça espiritual interior representada pelo sinal exterior.



Pergunta 164. *Quantos sacramentos Cristo instituiu na Sua igreja, sob o Novo Testamento?*

R. Cristo, sob o Novo Testamento, instituiu na Sua igreja apenas dois sacramentos: o batismo e Ceia do Senhor.

Referências bíblicas

- Mt 3.11; 1Pe 3.21; Rm 2.28-29. Os sacramentos não são meros sinais ou cerimônias externas, mas envolvem também realidades espirituais interiores.
- Mt 28.19; 1Co 11.20, 23; Mt 26.26-28. O batismo e a Ceia do Senhor são os únicos sacramentos instituídos no Novo Testamento.

Comentário

1. Que quer dizer “as partes de um sacramento são duas”?

Essa declaração quer dizer que ao ser usado corretamente, com verdadeira fé em Jesus Cristo, um sacramento compreende duas partes, a saber: um símbolo perceptível externo e uma graça espiritual interna. Aqueles que usam os sacramentos de maneira errada, sem fé verdadeira em Jesus Cristo, não participam realmente dos *sacramentos*; participam apenas das suas formas ou rituais externos, não das suas realidades espirituais.

2. Que quer dizer “um sinal exterior perceptível”?

Com “sinal exterior” o Catecismo refere-se a um sinal que exista no mundo ma-

terial, externo — no reino da matéria, que possua propriedades físicas e químicas, que exista nas dimensões de tempo e espaço. Os elementos sacramentais (água, pão, vinho) e as ações que os acompanham são, nesse sentido, “exteriores”.

Com “perceptível” o Catecismo refere-se ao sinal que pode ser percebido pelos sentidos, como visão, paladar e tato. Os elementos sacramentais podem ser vistos, tocados e saboreados; as ações sacramentais podem ser percebidas pela visão. Os sacramentos, portanto, envolvem sinais “perceptíveis”.

3. Na parte exterior dos sacramentos que mais é necessário além dos elementos materiais (água, pão, vinho)?

Além desses elementos realmente materiais é necessário que eles sejam usados “conforme instituído pelo próprio Cristo”, isto é, da maneira determinada por Cristo na Escritura, com as atitudes e palavras certas e em harmonia verdadeira com o que Cristo instituiu. Assim, no sacramento do batismo é preciso que a água seja aplicada à pessoa batizada, mas isso não é suficiente, ela tem de ser aplicada no nome do Deus Trinitário: Pai, Filho e Espírito Santo. Na Santa Ceia não basta dar pão e vinho aos comungantes para que participem; deve-se obedecer ao que foi instituído por Cristo ao tomar os elementos, dar graças por eles, partir o pão, dar pão e vinho aos comungantes com as palavras da instituição.

4. Que quer dizer “uma graça espiritual interior”?

Nessa expressão, “interior” contrasta com “exterior”, “espiritual” contrasta com “perceptível” e “graça” é a contraparte de “sinal”. A palavra *graça* aqui significa uma obra salvadora de Deus em favor do crente e no próprio crente, sendo também uma dádiva de Deus ao crente. Essa graça é a contraparte do “sinal” exterior; é aquilo que é representado pelo sinal; é a coisa real, a razão por que o sinal existe. O sinal exterior pode ser considerado como uma placa indicando a graça. Essa graça é chamada de “interior” porque ela não existe no mundo físico ou material, mas no mundo do “coração”, do espírito, no mundo da personalidade; existe no que comumente chamamos de “alma”. Essa graça é chamada de “espiritual” porque não afeta os sentidos físicos como a visão, o paladar, o tato ou a audição, mas o espírito humano, ou a alma; ela não é percebida pelos sentidos, até onde quem é alvo dela a pode discernir conscientemente, mas pelo discernimento espiritual (1Co 2.9-16).

5. Que conexão há entre “sinal exterior perceptível” e “graça espiritual interior”?

“Há em cada sacramento uma relação espiritual, ou união sacramental, entre o

sinal e a coisa significada; daí o fato de que os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro” (Confissão de Fé de Westminster,* 27.2). A Igreja Católica Romana ensina, ao menos no caso da Ceia do Senhor, que o sinal é literalmente idêntico à coisa significada: o pão é o corpo real de Cristo; o vinho é o Seu sangue verdadeiro. Algumas igrejas Protestantes têm uma doutrina da Ceia do Senhor que se aproxima desse ensinamento católico romano. Nós, porém, cremos que o pão e o vinho apenas representam o corpo e o sangue de Cristo. A conexão, ou a união sacramental entre o “sinal exterior perceptível” e a “graça espiritual interior” é simbólica e, portanto, uma conexão representativa. O pão e o vinho simbolizam, e por isso representam, o corpo e o sangue de Cristo. Além dessa conexão simbólica há o que se pode chamar de conexão instrumental entre o sinal e a graça. Quer dizer, de acordo com a determinação de Cristo, quando o sinal exterior é usado corretamente, com fé verdadeira, a graça espiritual representada por ele é de fato concedida ou conferida ao recipiente. Deus, pelo Seu Espírito Santo, concede a graça àquele que usa corretamente o sinal exterior; portanto, nesse sentido, podemos afirmar que há uma conexão instrumental entre o sinal e a graça. A graça é comunicada não pelo sacramento em si, mas pelo Espírito Santo; mas, visto que o sacramento é um meio de graça apontado divinamente, o Espírito Santo honra-o concedendo a graça quando o sacramento é usado corretamente.

6. Quantos sacramentos há, conforme o Novo Testamento?

Apenas dois, a saber: batismo e Santa Ceia. Somente eles atendem às exigências da definição bíblica e correta de um sacramento, conforme expõe o Catecismo (Pergunta 162). Isto é, essas duas ordenanças divinas, batismo e Ceia do Senhor, inserem-se claramente e por si mesmas numa classe, têm características que nenhuma outra ordenança divina possui e são, por isso, separadas das demais e recebem o termo “sacramentos”, reservado somente a elas. Essa pergunta do Catecismo (P. 164) é dirigida especialmente contra a doutrina católica romana que alega haver sete sacramentos (batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio). Alguns são ordenanças essencialmente divinas, mas não sacramentos. Outros não são sequer ordenanças divinas, mas têm as suas raízes na tradição humana. Somente dois dessa lista de sete podem reivindicar ser sacramentos no sentido bíblico-teológico correto do termo.



*Confissão de Fé de Westminster, comentada por A. A. Hodge – Ed. Os Puritanos – 1ª. Ed. 1999 – pg. 443.

Pergunta 165. *O que é o batismo?*

R. O batismo é o sacramento do Novo Testamento pelo qual Cristo ordenou a lavagem com água em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo para ser um sinal e selo da nossa enxertadura Nele mesmo, da remissão de pecados pelo Seu sangue e da regeneração pelo Seu Espírito; da adoção e ressurreição para a vida eterna e pelo qual os batizados são solenemente admitidos na igreja visível e firmam o compromisso aberto e por profissão de fé de serem santos e de pertencerem exclusivamente ao Senhor.

Referências bíblicas

- Mt 28.19. O sacramento do batismo foi instituído por Cristo.
- Gl 3.27. O batismo é sinal e selo da união com Cristo.
- Mc 1.4; Ap 1.5. O batismo representa a remissão dos pecados pelo sangue de Cristo.
- Tt 3.5; Ef 5.26. O batismo representa a geração de um novo nascimento.
- Gl 3.26-27. O batismo representa a entrada por adoção na família de Deus.
- 1Co 15.29; Rm 6.3-5. O batismo representa a ressurreição na vida eterna.
- 1Co 12.13. O batismo é o rito da iniciação formal de entrada na igreja visível.
- Rm 8.4. O batismo envolve “o compromisso aberto e por profissão de fé de serem santos e de pertencerem exclusivamente ao Senhor”.

Comentário

1. De que se constitui o batismo?

O batismo constitui-se do lavar a pessoa com água em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, realizado por um ministro de Cristo.

2. Qual é modo apropriado de batismo?

O modo de batismo é questão indiferente. Isto é, a quantidade de água usada e a maneira como deve ser aplicada não são questões determinadas pela Escritura. Na história da igreja tem havido três modos de batismo: efusão (derramamento), aspersão e imersão. Todos eles são ministrações válidas do batismo. A Confissão de Fé declara: “Não é necessário imergir a pessoa na água, mas o batismo é corretamente ministrado derramando ou aspergindo água sobre ela”

(28.3). Deve-se observar que a Confissão não diz que a imersão é errada, mas apenas que não é necessária; nem diz que a aspersão é o único modo correto de batismo, mas apenas que o batismo pela aspersão ou efusão é “corretamente ministrado”, isto é, qualquer um desses modos, bem como a imersão, constituem ministração válida do sacramento.

3. É verdade que a palavra grega traduzida no Novo Testamento como “batizar” significa literalmente “imersão”?

Claro que não. O verbo grego *baptizo*, conforme usado no Novo Testamento, literalmente significa “lavar”, como pode ser visto em Marcos 7.4 e Lucas 11.38, esse verbo é utilizado em ambos os textos, nos quais a idéia de “imersão” estaria obviamente deslocada. O substantivo grego *baptismos* significa literalmente “lavagem”, como evidenciado em Marcos 7,4, 8 e Hebreus 9.10. Supor que camas fossem purificadas por imersão é um absurdo, pois o texto grego de Marcos 7.4 fala do “batismo” de camas. A alegação confiante dos Batistas de que o emprego de *baptizo* e *baptismos* no Novo Testamento significam “imersão” e “imersão” não passarão no teste do cuidadoso escrutínio das passagens do Novo Testamento onde essas palavras ocorrem.

4. Qual é o significado essencial do batismo?

O batismo significa em essência a união com Cristo e por isso representa de modo geral todos os benefícios que Cristo traz ao Seu povo. Há ainda certos benefícios de Cristo que o batismo representa de modo mais particular e direto, especialmente a purificação dos nossos pecados e o novo nascimento pelo poder do Espírito Santo.

5. Que significa “nossa enxertadura Nele mesmo”, isto é, em Cristo?

Essa expressão significa ser levado a uma união vital com Cristo, significa torna-se membro do corpo espiritual do qual Cristo é o Cabeça, tornar-se ramo da Videira Verdadeira, participante da vida espiritual e do poder de Cristo. Do mesmo modo que um ramo é enxertado numa árvore — estando em união vital com ela e dela recebendo a nutrição e o fortalecimento — assim também está o crente enxertado em Cristo, vivendo, portanto, em união com Ele, recebendo Dele a sua nutrição e fortalecimento espirituais.

6. Que relação há entre o batismo e o perdão de pecados?

O batismo é para o crente o sinal e o selo da remissão dos seus pecados pelo sangue de Cristo. Assim como na vida comum a água é usada para lavar e re-

mover a sujeira, assim também no plano da salvação o sangue de Cristo remove os pecados do Seu povo. Claro está que isso é uma figura de linguagem. O sangue de Cristo quer dizer a Sua morte, em que o Seu sangue foi derramado. Quando a Bíblia diz que o sangue de Cristo nos purifica de todo o pecado, isso quer dizer que Deus, com base na expiação de Cristo, perdoa nossos pecados e santifica nossos corações. Essas operações se dão no plano espiritual e o batismo é o seu sinal e selo externos. Pode haver perdão de pecados sem que haja batismo, assim como também pode haver batismo (exterior) sem que haja o perdão de pecados, mas o batismo, se feito corretamente, sela, e portanto abrange, o perdão de pecados.

7. Que relação há entre o batismo e o novo nascimento?

Os Católicos Romanos e alguns Protestantes afirmam que o batismo por si mesmo confere a regeneração, ou novo nascimento, de sorte que os dois são virtualmente idênticos e todo o que for batizado foi também regenerado. A grande maioria dos Protestantes rejeita esse ensinamento considerando-o como um erro que confunde o sinal com a coisa representada. Se o batismo é sinal e selo da regeneração, não pode, portanto, ser confundido com ela. Tito 3.5 é importante quanto a essa relação: *“não por obras de justiça praticadas por nós, mas segundo sua misericórdia, ele nos salvou mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo”*. Observe que ele não fala do “regenerador lavar” mas do “lavar regenerador”, que são coisas totalmente diferentes. Não somos regenerados pelo lavar (batismo), mas somos lavados (espiritualmente purificados) pela regeneração (o novo nascimento).

8. De que modo o batismo é sinal e selo de adoção na família de Deus?

Gálatas 3.26-27 dá a resposta dessa questão. Ser batizado, no sentido e uso verdadeiros do batismo, envolve a união com e a fé em Cristo. É pela fé que o crente é adotado na família de Deus. Assim, o batismo é um sinal e um selo de adoção.

9. Como o batismo é sinal e selo da ressurreição para a vida eterna?

O Catecismo cita I Coríntios 15.29 e Romanos 6.3-5 para apoiarem essa proposição. O primeiro desses textos é muito difícil e parece referir-se ao costume (não autorizado) da igreja corintiana de batizarem-se pelos mortos. O texto não sanciona esse costume, apenas reconhece a sua existência, e o apóstolo então argumenta que se não há ressurreição tal batismo não faz sentido. A partir do argumento do apóstolo podemos inferir corretamente que o batismo de alguém

seria inútil e sem sentido se não houvesse a ressurreição do corpo. Portanto, o batismo implica na eleição para a vida eterna. Romanos 6.3-5 vincula especificamente as idéias de batismo e ressurreição: o crente unido a Cristo no batismo deve também estar unido com Ele na ressurreição. O modo de ver dos Batistas de que o sentido básico do batismo é a identificação com Cristo em Seu sepultamento e ressurreição, e que isso exige a imersão como modo de batismo, não tem fundamento. Romanos 6.3-6 não tem nada a ver como o *modo* de batismo, que não está sendo discutido ali. O assunto em questão é a santificação, não o batismo. O batismo é introduzido na argumentação para provar um ponto sobre a santificação. É bem verdade, obviamente, que a união com Cristo em Sua morte é representada pelo batismo, mas isso é só uma parte daquilo que o batismo representa e não tem nenhuma implicação quanto ao modo de batizar; não implica que o ato de batismo pretenda retratar diretamente a morte e a ressurreição pelo imergir na água e pelo emergir dela.

10. Que relação há entre o batismo e ser membro de igreja?

O Catecismo declara que “os batizados são solenemente admitidos na igreja visível”. É evidente que o batismo é um distintivo, sinal ou indicativo da membresia na igreja visível. Levanta-se, no entanto, uma questão sobre a finalidade exata do batismo a esse respeito: as pessoas são batizadas porque são membros da igreja, ou são membros da igreja porque são batizadas? A Pergunta 165 desse Catecismo e a declaração similar da Confissão de Fé (28.1) parecem implicar à primeira vista que as pessoas são membros da igreja porque são batizadas (Catecismo Maior, 162; Confissão de Fé 27.1). Embora sempre tenha existido notável confusão a esse respeito, é evidente que o entendimento de que as pessoas são batizadas porque já são membros da igreja está certo, e é defendido pelos mais eminentes escritores de Teologia Reformada. A chave para essa dificuldade pode estar na palavra *solenemente*, claramente usada pelo Catecismo com o sentido de “formalmente” ou “publicamente”. Isto é, aqueles que à vista de Deus já são membros da igreja visível — em razão da sua posição pactual (no caso de crianças) ou da sua própria profissão de fé em Cristo e obediência a Ele (no caso de adultos) — são formal e publicamente *reconhecidas* como membros “solenemente admitidos na igreja visível”, pelo sacramento do batismo. Podemos dizer que é pelo batismo que as pessoas (tanto crianças quanto adultas) são publicamente reconhecidas, não apenas como membros da igreja visível em geral, mas também como membros de uma ramificação ou congregação particular da igreja visível.



Pergunta 166. *A quem se deve administrar o batismo?*

R. O batismo não deve ser administrado a ninguém que esteja fora da igreja visível, enquanto não professar a fé em Cristo e a obediência a Ele; mas as crianças descendentes de pais, ou de apenas um deles, que professam a fé em Cristo e obediência a Ele, estão, quanto a isso, incluídas no pacto e devem ser batizadas.

Referências bíblicas

- At 2.38; 8.36-37. Exige-se dos adultos uma pública profissão de fé em Cristo, para que sejam batizados.
- Gn 17.7-9 comparado a Gl 3.9, 14; Cl 2.11-12; At 2.38-39; Rm 4.11-12. O pacto de Deus com Abraão inclui todos os crentes em Cristo juntamente com os seus filhos.
- ICo 7.14. Mesmo que um dos pais seja incrédulo, basta um só deles ser crente em Cristo para que os filhos tenham o status de “santos” ou o status pactual.
- Mt 28.19. Todas as nações devem ser batizadas.
- Lc 18.15-16. As crianças foram trazidas a Cristo, com a Sua aprovação, para serem abençoadas por Ele.
- Rm 11.16. A “santidade” ou condição pactual passa de pai para filho, da “raiz” para os “ramos”.

Comentário

1. Que pessoas que podem ser devidamente batizadas?

Somente aquelas que são membros da igreja visível podem receber devidamente o sacramento do batismo.

2. Quais são as duas categorias de membros em que a igreja visível se divide?

A igreja visível é composta de duas categorias de pessoas, a saber: (a) a daquelas que fizerem profissão pessoal da fé em Cristo e de obediência a Ele, e (b) a dos seus filhos pequenos, isto é, a das crianças que ainda não fizeram a profissão pessoal da fé.

3. Como é que uma pessoa adulta, ou que tenha chegado à idade da responsabilidade, torna-se membro da igreja visível?

As pessoas que estavam dantes fora da igreja tornam-se seus membros ao

fazerem uma pública profissão de fé em Cristo e de obediência a Ele. Ao fazerem isso, são admitidas como membros e são, portanto, batizadas e têm seus nomes incluídos no rol de membros de uma congregação particular, na qual o sacramento foi administrado. O batismo delas é tanto um sinal da sua admissão formal à membresia da igreja, quanto um privilégio daqueles que pertencem a ela como membros.

4. Como é que os filhos de pais crentes em Cristo tornam-se membros da igreja?

Os filhos de um ou de ambos os pais crentes em Cristo nascem dentro da igreja e são, portanto, membros desde o nascimento; exatamente como as crianças nascidas no Brasil são cidadãs brasileiras desde o nascimento. Os filhos de pais crentes em Cristo são batizados por serem membros da igreja desde o nascimento. Elas não se tornam membros por serem batizadas, pelo contrário, são batizadas porque já são membros desde o nascimento.

5. Por que é que os filhos de pais crentes em Cristo são membros da igreja desde o nascimento?

Eles são membros da igreja desde o nascimento devido à aliança de Deus com os seus pais, que é continuação do pacto de Deus com Abraão e incluía tanto Abraão quantos os seus descendentes depois dele. Contudo, os filhos de pais crentes em Cristo não têm todos os privilégios de membros da igreja enquanto não fizerem eles mesmos uma pública e pessoal profissão de fé em Cristo e de obediência a Ele, para serem conseqüentemente admitidos na Ceia do Senhor.

6. É certo dizer que os jovens crentes em Cristo, filhos de membros da igreja e batizados na infância, “juntaram-se à igreja” quando professarem a fé e foram admitidos na Ceia do Senhor?

Não. Ninguém pode se juntar a nada de que já é membro. Os filhos de pais crente em Cristo *já* são membros da igreja desde o nascimento, em sinal disso é que são batizados. Dizer que esses jovens “juntaram-se à igreja” é errado, pois implica que antes não eram membros e que, no caso deles, o batismo não era o sinal de que pertenciam à igreja. Não dizemos que alguém “juntou-se” ao Brasil, ou tornou-se cidadão brasileiro, quando atingiu a maioridade. Essa pessoa já era cidadã brasileira desde que nasceu, mesmo não sendo ainda capaz de expressar fidelidade pessoal ao seu país. O jeito costumeiro de dizer que os jovens crentes em Cristo “juntaram-se à igreja” é contrário às doutrinas bíblicas do Pacto da Graça, da igreja e do batismo. Esse modo dominante de falar denuncia uma

ideologia batismal e individualista que é contrária à idéia do Pacto da Graça estabelecida em nossos padrões eclesiais, os quais acreditamos serem bíblicos. Nas denominações em que essa ideologia individualista prevalece será necessária toda uma geração — talvez duas — de pregação e ensino fiéis e contínuos da doutrina do Pacto da Graça, e das suas implicações, até que as pessoas sejam levadas a ponto de não mais dizerem que os filhos de pais crentes em Cristo “juntaram-se à igreja”. Aqui está um desafio verdadeiro para todos os ministros e membros que levam a sério a doutrina do Pacto da Graça.

7. Todas as igrejas crêem que os filhos pequenos de pais crentes em Cristo devem ser batizados?

Não. Os Batistas e outros de semelhante fé ensinam que só deve ser batizado quem pode fazer uma profissão de fé pessoal. Essa crença, contudo, nunca foi mantida senão por uma minoria de crentes no mundo, a grande maioria deles crê no batismo infantil.

8. Quais objeções são comumente alegadas contra a prática do batismo infantil?

É comum que os Batistas e mais alguns outros aleguem que: (a) no Novo Testamento não há ordenança para se batizar crianças; (b) não existe exemplo de crianças sendo batizadas; (c) crianças não podem entender o significado do batismo, o qual, portanto, lhes é inútil; (d) os batizados na infância, em sua maioria, crescem e tornam-se ímpios ou meros crentes nominais; (e) o batismo infantil é uma superstição católica romana.

9. Como podemos responder à objeção de que no Novo Testamento não há a ordenança para se batizar crianças?

Podemos replicar que essa ordenança é desnecessária. O batismo infantil baseia-se no pacto de Deus com Abraão. As crianças receberam o sinal do pacto (a circuncisão) nos dias do Velho Testamento, por isso devem também receber o sinal do mesmo pacto nos dias do Novo Testamento (o batismo). Não deveríamos supor que acharíamos um mandamento específico para batizar crianças, mas, pelo contrário, se a posição Batista fosse a correta, deveríamos esperar que houvesse uma ordenança específica para *não* batizar crianças, o que seria uma mudança da prática do Velho Testamento.

10. É verdade que no Novo Testamento não há nenhum exemplo de crianças sendo batizadas?

É verdade que não há nenhuma prova positiva de crianças sendo batizadas, nem de não sendo batizadas — de um modo ou de outro. Semelhantemente, também não há prova positiva no Novo Testamento de que as mulheres tomavam parte da Ceia do Senhor. Algumas passagens do Novo Testamento, porém, são mais bem explicadas pela suposição de que crianças foram batizadas. Por exemplo, o carcereiro de Filipos: “foi ele batizado, e todos os seus” (At 16.33); Paulo batizou “a família de Estéfanos” (1Co 1.16); Cornélio foi batizado juntamente com “seus parentes e amigos íntimos” (At 10.24, 48). É possível supor que em todos esses grupos familiares só existissem adultos, sem crianças ou filhos pequenos?

11. Como podemos responder à objeção de que crianças não podem entender o significado do batismo, o qual, portanto, lhes é inútil?

Jesus tomou crianças em Seus braços e as abençoou, a pedido de seus pais. A palavra grega significa “criancinhas”, não crianças de oito ou nove anos de idade. Isso não foi um batismo, mas tem algo a ver com a questão do batismo infantil. Evidentemente essas crianças eram muito pequenas para entenderem quem era Jesus, ou o que Ele estava fazendo. Apesar disso, Jesus não hesitou em tomá-las em Seus braços e abençoá-las. Quem poderia dizer que esse foi um ato inútil, ou que não traria benefício às crianças? Como em toda a Bíblia, a fé dos pais foi aceita em favor dos filhos (compare com Marcos 9.24-27).

12. É verdade que os batizados na infância, em sua maioria, crescem e tornam-se ímpios ou meros crentes nominais?

É o que sempre se alega, mas o que nunca se prova. Não existe estatística precisa que prove nenhuma dessas alegações. A ocorrência disso não prova nada, de uma maneira ou de outra. Muitos dos batizados na adolescência ou na vida adulta depois também se tornam pessoas ímpias ou meros crentes nominais. Ainda não se provou que as igrejas que rejeitam o batismo infantil sejam mais puras do que as que o praticam, nem jamais se provou que os batizados como adultos tendem, como categoria, a ser crentes em Cristo mais fiéis e consistentes dos que os batizados na infância.

13. É o batismo infantil uma superstição católica romana?

Obviamente o fato de a Igreja Católica Romana praticar o batismo infantil não prova que ele seja errado. A Igreja Romana também aceita a doutrina da Trindade, da deidade de Cristo e muitas outras verdades do cristianismo; nós não as rejeitamos só porque a Igreja Romana as ensina. Na verdade, a prática

do batismo infantil existiu na igreja, e pode-se provar a sua existência, bem antes do aparecimento dos erros e superstições caracteristicamente católico romanos.



Pergunta 167. *Como devemos nos beneficiar do nosso batismo?*

R. O dever indispensável, mas muito negligenciado, de nos beneficiarmos do nosso batismo, deve ser cumprido por nós toda a nossa vida, especialmente no tempo da tentação e quando presenciamos a sua ministração aos outros; pela consideração séria e cheia de gratidão da sua natureza e dos fins por que Cristo o instituiu, dos privilégios e benefícios conferidos e selados pelo batismo e dos nossos votos solenes feitos na ocasião; sendo humilhados por causa da nossa corrupção pecaminosa, por deixarmos de cumprir nossas promessas e andarmos contrários à graça do batismo; pelo crescimento na certeza do perdão do pecado e nas demais bênçãos seladas em nosso favor por este sacramento; fortalecendo-nos da morte e ressurreição de Cristo, em quem somos batizados, para a mortificação do pecado e a vivificação da graça; e esforçando-nos para vivermos pela fé, para termos a nossa conversação em santidade e retidão, como os que abriram mão de si mesmos por Cristo; e para andarmos em amor fraternal, como que batizados pelo mesmo Espírito em um só corpo.

Referências bíblicas

- Cl 2.11-12; Rm 6.4, 6, 11. Devemos nos beneficiar do nosso batismo durante toda a vida e especialmente em tempo de tentação e pecado.
- Rm 6.3-5. Devemos pensar seriamente no significado do nosso batismo e nas suas implicações para as nossas vidas.
- 1Co 1.11-13; Rm 6.2-3. Devemos ser humilhados por não vivermos conforme as implicações do nosso batismo e nossos votos.
- Rm 4.11-12; 1Pe 3.21. Devemos nos empenhar para alcançar de fato as bênçãos seladas para nós em nosso batismo.
- Rm 6.3-5; Gl 3.26-27; Rm 6.22; At 2.38. Beneficiar-nos corretamente do nosso batismo envolve o sério empenho de confiarmos em Cristo totalmente e levarmos uma vida genuinamente santa e reta.
- 1Co 12.13, 25-27. Beneficiar-nos do nosso batismo envolve a concretização da nossa unidade com os nossos coirmãos em Cristo e o esforço de andarmos com eles em amor fraternal, pois fomos todos batizados pelo mesmo Espírito em um só corpo.

Comentário

1. Que quer dizer o Catecismo com “nos beneficiar do nosso batismo”?

Com “nos beneficiar do nosso batismo” o Catecismo refere-se a como usá-lo com bom propósito em nossa vida diária; refere-se a experimentarmos o seu significado e a trabalharmos as suas implicações na vida real. O batismo é (a) um sacramento; (b) uma doutrina; (c) uma obrigação de progredir na experiência e no serviço cristãos. Devemos receber o sacramento, ao ser batizados; devemos crer na e compreender a doutrina, isto é, a natureza e o significado do batismo; devemos viver as suas implicações na prática, como crentes em crescimento. Essa pergunta do Catecismo visa a proteger o batismo da tendência universal e dominante de o considerar como um mero rito ou cerimônia, algo para ser cumprido e depois esquecido. Que essa tendência era comum trezentos anos atrás, quando o Catecismo foi escrito, assim o demonstra a expressão “mas muito negligenciado”, com referência a nos beneficiarmos do nosso batismo. A situação é a mesma ainda hoje.

2. A eficácia do batismo limita-se ao instante em que é administrado?

Claro que não. O batismo é um sinal e selo da salvação do pecado e a sua eficácia dura enquanto existir algum pecado, ou efeitos do pecado, do qual ser salvo. A noção equivocada de que a eficácia do batismo está amarrada ao momento da sua ministração é a razão por que algumas pessoas se opõem ao batismo dos filhos dos crentes. Como muitas das coisas que o batismo representa ou implica não podem ser vividas pelas criancinhas (como arrependimento, fé, consciência da segurança da salvação, etc.), algumas pessoas afirmam que o batismo de crianças é inútil e não tem sentido, mas elas estão grandemente equivocadas. A eficácia do batismo cobre toda a vida da pessoa depois do seu batismo; quem foi batizado na infância tem de se arrepender, crer, alcançar certeza, buscar santificação, etc., quando atingir a idade em que essas experiências lhe forem psicologicamente possíveis. Nascemos neste mundo uma única vez, mas celebramos o nosso nascimento ano após ano por toda a vida; somos batizados uma única vez, mas devemos lembrar o nosso batismo, vivenciar o seu significado e produzir as suas implicações, ano após ano por toda a vida.

3. Em que momentos devemos nos beneficiar do nosso batismo de modo especial?

Nos momentos em que nos defrontamos com a tentação a recordação do nosso batismo deveria servir para nos lembrar de que somos o povo do pacto de

Deus e devemos viver de acordo com isso sem transigir com o pecado, como fazem os ímpios e os mundanos; quando estivermos presentes na ministração do batismo a outras pessoas, o seu significado e o sentido dos votos ligados a ele deveriam se tornar especialmente reais e vívidos para as nossas mentes e corações. Nessas ocasiões deveríamos nos lembrar de que também recebemos esse mesmo sacramento, com o mesmo significado e que estamos também comprometidos pelos mesmos votos solenes e pactuais.

4. Sempre cumprimos verdadeiramente o dever de nos beneficiarmos do nosso batismo?

Não, pois até mesmo os crentes mais fiéis quebram os seus votos a Deus diariamente por pensamentos, palavras e obras. Por isso, quando refletimos a respeito do nosso batismo e do quanto ele deveria significar em nossas vidas, somos sempre levados à humildade devido às nossas infidelidades e à nossa incapacidade de vivermos conforme os nossos votos solenes. Algumas pessoas, não tão fervorosas na busca da santidade, têm, contudo, um sentimento bastante presunçoso quanto ao batismo delas achando, algumas vezes, que ele as levará ao céu quando morrerem. Tal atitude é errada. Quanto mais plenamente dermos o devido valor ao significado do nosso batismo, mas distante do nosso coração estará a presunção espiritual; antes, possuiremos uma verdadeira humildade pela nossa incapacidade de alcançarmos aquilo que temos o dever de alcançar.

5. Quais são os modos de tirarmos proveito do nosso batismo que o Catecismo especifica?

O Catecismo explicita diversas experiências e deveres da vida cristã: conservar a humildade, por causa dos nossos próprios pecados; crescer na segurança da salvação; fortalecer-nos em Cristo para a mortificação do pecado e a vivificação da graça; etc. Essas várias experiências e deveres em conjunto representam o empenho sério e contínuo para vivermos uma vida cristã fiel e consistente, segundo os ensinamentos da Palavra de Deus, em todos os aspectos. Visto que o batismo representa a salvação do pecado, tirar proveito do nosso batismo implica em levar a sério essa salvação do pecado nas experiências reais da vida. Isso, por sua vez, implica em vivenciar e experimentar a realidade das conseqüências e dos vários benefícios que, nessa vida, tanto acompanham quanto fluem, de fato, da chamada eficaz, da justificação, da adoção e da santificação. Isto é, tirar proveito do nosso batismo significa caminharmos firmemente na estrada da salvação dada por Deus, de acordo com a Sua Palavra.

6. Qual a implicação de tirarmos proveito do nosso batismo, quanto à unidade cristã?

Pelo batismo do Espírito Santo, todos os crentes em Cristo são batizados na igreja invisível; pelo sacramento do batismo, todos os crentes em Cristo são reconhecidos publicamente como membros da igreja visível de Cristo. Isso implica no dever de alimentarmos a unidade e o amor fraternal para com os que participam do mesmo batismo e são membros do mesmo corpo. Devemos cultivar a unidade e o amor para com todos os crentes fiéis e especialmente para com os que são co-participantes do mesmo ramo da igreja visível.



Pergunta 168. *O que é a Ceia do Senhor*

R. A Ceia do Senhor é um sacramento do Novo Testamento pelo qual, ao serem dados e recebidos o pão e o vinho conforme a determinação de Jesus Cristo, proclama-se a Sua morte. Aqueles que tomam a comunhão de maneira digna, alimentam-se do corpo e do sangue do Senhor para a sua nutrição espiritual e crescimento em graça; confirmam a sua união e comunhão com Cristo; testificam e renovam a sua gratidão e compromisso para com Deus e o amor e a comunhão uns para com os outros, como membros do mesmo corpo místico.

Referências bíblicas

- Lc 22.20. A Ceia do Senhor é um sacramento do Novo Testamento.
- Mt 26.26-28; 1Co 11.23-26. A Ceia do Senhor constitui-se em dar e receber o pão e o vinho conforme a determinação de Jesus Cristo.
- 1Co 10.16. O uso correto da Ceia do Senhor confirma a união e a comunhão do crente com Cristo.
- 1Co 11.24. Participar da Ceia do Senhor compreende a gratidão a Deus por Sua graça.
- 1Co 10.14-16, 21. A Ceia do Senhor abrange a renovação dos nossos votos pactuais de amor e obediência a Deus.
- 1Co 10.17. Quando participam da Ceia do Senhor os crentes demonstram e renovam o seu mútuo amor e comunhão como membros do corpo espiritual de Cristo, a igreja.

Comentário

1. Que quer dizer “A Ceia do Senhor é um sacramento do Novo Testamento”?

Nessa declaração a expressão “Novo Testamento” não se refere ao Novo Testamento como livro ou parte da Bíblia, mas ao Novo Testamento (ou Nova Aliança) como dispensação do Pacto da Graça. A palavra grega traduzida por “Testamento” em Lucas 22.20 é normalmente usada no Novo Testamento para significar “pacto” ou “aliança”, estando traduzida dessa maneira na versão Almeida Revista e Corrigida (ARA) da Bíblia em português. A Aliança ou o Pacto da Graça constitui o plano e as providências de Deus para a salvação do Seu povo. A velha dispensação do Pacto da Graça estendeu-se de Moisés a Cristo e é chamada de “Velho Testamento” ou “Velha Aliança”. A nova dispensação do Pacto da Graça vai da crucificação de Cristo até o final dos tempos e é chamada de “Novo Testamento” ou “Nova Aliança”. A circuncisão e a Páscoa eram sacramentos da “Velha Aliança” ou “Velho Testamento”; o batismo e a Ceia do Senhor são os sacramentos da “Nova Aliança” ou “Novo Testamento”.

2. De que se constitui a Ceia do Senhor?

A Ceia do Senhor constitui-se em dar e receber pão e vinho conforme a determinação de Jesus Cristo. O significado de “conforme a determinação de Jesus Cristo” será explicado pela próxima pergunta do Catecismo (Pergunta 169). Há muitas circunstâncias — como tempo, lugar, frequência e coisas semelhantes — que podem variar grandemente sem que interfiram no caráter essencial da Ceia do Senhor. Por outro lado, as substâncias incluídas na determinação de Cristo são elementos essenciais da Ceia do Senhor, que não podem ser modificados nem omitidos. Qualquer desvio significativo daquilo que Cristo determinou abrange a ameaça de destruir o caráter essencial da ordenança da Ceia do Senhor. Assim, a Missa católica romana simplesmente não é a Ceia do Senhor pois os comungantes só recebem a hóstia por pão e não o vinho, que é reservado apenas ao sacerdote. Esse é um desvio substancial da determinação de Cristo. De modo semelhante, a omissão de quaisquer dos atos sacramentais, como o partir do pão, é um desvio da determinação de Cristo, embora menos grave do que a prática católica romana referida acima.

3. Qual é o significado essencial da Ceia do Senhor?

A Ceia do Senhor proclama a morte de Cristo. Isso significa, é claro, que ela retrata a doutrina da expiação substitutiva, pela qual Cristo morreu pelos pecados de Seu povo. Poderíamos dizer que há na Ceia do Senhor uma representação visual da expiação de Cristo. É possível que Gálatas 3.1 se refira a isso, quando Paulo diz aos crentes da Galácia que ante os seus olhos Ihes “foi Jesus

Cristo exposto” (i.e., proclamado de modo visível) “*como crucificado*” no meio deles. As próprias palavras do Senhor — “*Isto é o meu corpo oferecido por vós; (...) Isto é o meu sangue (...) derramado em favor de muitos*” (Lc 22.19, 20; Mc 14.24) — deixam inequivocamente claro que o significado da Ceia do Senhor é a doutrina da expiação substitutiva. Mas isso não é tudo o que significa a Ceia do Senhor, é apenas o significado básico do sacramento e sem essa verdade fundamental as outras coisas que ele representa não têm sentido. Portanto, aqueles que desconhecem a doutrina da expiação substitutiva não podem, por certo, participar da Ceia do Senhor. De maneira semelhante, aqueles que, sob a influência da teologia moderna a rejeitam ou desvalorizam não podem, por certo, tomar parte da Ceia do Senhor, tornando-se culpados tanto de blasfêmia quanto de zombaria ao participarem dela. Aqueles que não crêem que Cristo morreu pelos nossos pecados, no sentido honesto e histórico dessas palavras, não são crentes em Cristo e não têm direito à Ceia do Senhor, pois rejeitam a sua verdade central.

4. Qual é o propósito da Ceia do Senhor?

O propósito da Ceia do Senhor é, em síntese, a edificação espiritual do povo do Senhor. Isso quer dizer que participar da maneira correta da Ceia do Senhor fortalecerá, encorajará e edificará espiritualmente os crentes em Cristo com tudo o mais da sua fé, vida e trabalho cristãos. O Catecismo elabora isso ao afirmar que aqueles que participam corretamente da Ceia do Senhor (a) confirmam a sua relação com Cristo, salvador deles; (b) são renovados e fortalecidos pela decisão de viverem uma vida de gratidão e de obediência a Deus; e (c) testificam e renovam o seu amor e comunhão por seus coirmãos na fé. O uso correto da Ceia do Senhor, portanto, encoraja e edifica a relação do crente quanto ao seu Salvador, quanto ao seu Deus e quanto aos seus irmãos.

5. Qual relação tem a Ceia do Senhor com a segunda vinda de Cristo?

“*Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha*” (1Co 11.26). A Ceia do Senhor aponta adiante para a segunda vinda de Cristo. A participação na Ceia do Senhor compreende, da parte do crente, a profissão de fé na segunda vinda de Cristo. A Ceia do Senhor anuncia que a história da humanidade não prosseguirá para sempre, mas que terá um fim súbito com a segunda vinda de Cristo. A Ceia do Senhor é plena de significados com respeito à filosofia cristã da história. Nisso, ela se equipara ao Sábado cristão, que se originou na criação e será consumado na eternidade (Gn 2.2-3; Hb 4.1-10). A Ceia do Senhor preenche o

intervalo da primeira vinda de Cristo até a Sua segunda vinda, da crucificação ao dia do juízo. Ao retratar a morte do Senhor ela nos aponta o Calvário lá atrás; ao ordenar que a observemos “*até que Ele venha*” ela nos aponta para o Último Dia, à frente. Os três grandes pontos focais da história, segundo a Bíblia, são (a) a criação do universo; (b) a crucificação de Cristo; (c) o “Dia do Senhor”, isto é, o Último Dia, ou o dia da segunda vinda de Cristo. O Sábado, originado antes do pecado e fora da redenção, amarra juntos o primeiro e o último desses pontos e se estende, no decurso da história, da criação original à consumação eterna. A Ceia do Senhor, instituída depois que o homem pecou e como parte do plano da redenção, ao longo da história *cristã*, vai da cruz até o “*grande trono branco*”.



Pergunta 169. *De que maneira ordenou Cristo que o pão e o vinho fossem dados e recebidos no sacramento da Ceia do Senhor?*

R. Cristo ordenou que os ministros da Sua Palavra ao administrarem o sacramento da Ceia do Senhor, separassem o pão e o vinho do uso comum pela palavra da instituição, pela ação de graças e pela oração; que tomassem e partissem o pão e o dessem ambos, pão e vinho, aos comungantes, os quais devem, pela mesma ordenação, tomar e comer o pão e beber o vinho, na grata recordação de que o corpo de Cristo foi partido e dado, e o Seu sangue derramado, por eles.

Referências bíblicas

- 1Co 11.23-24; Mt 26.26-28; Mc 14.22-25; Lc 22.17-20. A instituição do sacramento da Ceia do Senhor por Jesus Cristo.

Comentário

1. Onde se acha registrada no Novo Testamento a instituição de Cristo da Ceia do Senhor?

Nos três evangelhos sinópticos (Mateus, Marcos e Lucas) e na primeira epístola de Paulo aos coríntios, capítulo 11. Sendo esta última a narrativa mais completa da instituição da Ceia do Senhor.

2. Por que é importante que a determinação de Cristo seja, na administração da Ceia do Senhor, seguida com exatidão?

A primazia de Cristo sobre a igreja demanda isso. A igreja está sujeita a Cristo, tem de obedecer às Suas instruções e conformar-se à Sua vontade em todas as coisas (Ef 5.23-24). A Ceia do Senhor é a ceia *do Senhor* e a igreja, portanto, não tem o direito de alterá-la ou modificá-la. Ela não se originou no costume nem na tradição, mas de um mandamento específico do Senhor Jesus Cristo. A igreja não tem o direito de alterá-la, de acrescentar-lhe ou de retirar-lhe algo.

3. A quem Cristo determinou que administrasse a Ceia do Senhor?

Cristo ordenou que os “ministros da Sua Palavra” administrassem a Ceia do Senhor. Embora essa verdade não esteja declarada nas narrativas bíblicas da instituição da Ceia do Senhor, ela infere-se de outras porções da Escritura que falam de oficiais que foram ordenados para terem a responsabilidade do trabalho e do culto da igreja visível. Os ministros de Cristo são chamados de “*despenseiros dos mistérios de Deus*” (1Co 4.1-2; Tt 1.7). A palavra *despenseiro* significa alguém a quem se confia oficialmente a supervisão, o cuidado ou a administração de alguma coisa. Como os sacramentos são, seguramente, parte dos “mistérios de Deus”, segue-se que receberam o encargo de ministros de Cristo. Conclui-se, por analogia, a mesma verdade do Velho Testamento, em que os sacrifícios, o rito, o tabernáculo, seus conteúdos e o culto foram confiados aos sacerdotes e levitas. Conquanto seja verdadeiro que num sentido todo crente em Cristo é um sacerdote de Deus, os ministros de Cristo são, no que tange à responsabilidade pela pregação da Palavra e a administração dos sacramentos, a contraparte neotestamentária dos sacerdotes e levitas do Velho Testamento.

Algumas pessoas acham que qualquer crente pode administrar o batismo e a Ceia do Senhor. No entanto, isso é contrário à boa ordem na igreja. A igreja é um agrupamento visível e precisa indispensavelmente de liderança nos seus ministérios oficiais. A boa ordem exige que tal autoridade esteja nas mãos daqueles que foram devidamente escolhidos, examinados e separados para o exercício dela, e que, de acordo com isso, podem ter a responsabilidade pelo seu uso correto. As considerações acrescentadas ao parágrafo precedente mostram que esta é verdadeiramente a vontade de Cristo. A admoestação de Paulo: “*Tudo, porém, seja feito com decência e ordem*” (1Co 14.40) aplica-se tanto à administração dos sacramentos quanto às questões com que os apóstolos estavam imediatamente preocupados naquele contexto.

4. Quais são os elementos usados na Ceia do Senhor?

Os elementos sacramentais usados na Ceia do Senhor são, numericamente,

dois: o pão e o vinho. Esses elementos servem a um propósito simbólico. O pão representa o corpo de Cristo; o vinho representa o Seu sangue. Os dois juntos, o pão e o vinho, representam a Sua natureza humana, que Ele tomou sobre Si mesmo quando “se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1.14) ao nascer como uma criança humana em Belém da Judéia.

5. Quais são os atos sacramentais da Ceia do Senhor?

Há seis atos sacramentais envolvidos na Ceia do Senhor. Quatro deles foram cumpridos por Jesus (tomar o pão e o cálice, dar graças, partir o pão, dar o pão e o cálice aos discípulos). Dois atos sacramentais foram cumpridos pelos discípulos (receber o pão e o cálice; comer o pão e beber o vinho). Essas seis ações sacramentais, considerando-se o verdadeiro significado delas em conjunto, retratam ou representam visualmente a expiação de Cristo e os pecadores recebendo-O pela fé.

6. Qual é o significado dos quatro atos sacramentais executados por Jesus?

O significado dos quatro atos sacramentais executados por Jesus e pelos Seus ministros em Seu nome é o seguinte: (a) Jesus *tomou* o pão e o cálice da mesa em que a refeição da Páscoa havia sido partilhada, significando que *tomara* a natureza humana (corpo e alma) ao nascer nesse mundo, em Belém. (b) Jesus abençoou, ou deu graças pelo pão e o vinho, separando-os dos usos comuns para um propósito religioso especial. Este ato significa a separação do nosso Salvador para a Sua obra especial como Redentor de homens, quando foi batizado por João no rio Jordão aos trinta anos de idade. Jesus fora anteriormente conhecido como carpinteiro, mas agora fora separado solenemente para a Sua obra especial, que ele exerceu com exclusividade daquele dia até a Sua crucificação. (c) Ele *partiu* o pão, num ato que significava o partir do Seu próprio corpo pregado à cruz e traspassado, em seu lado, pela lança do soldado romano após Sua morte. Esse ato sacramental lembra-nos que não somos salvos somente pelos ensinamentos de Jesus nem pela Sua vida, mas pela superioridade da Sua morte na cruz. (d) Ele deu o pão e o vinho aos Seus discípulos, significando o dom de Cristo a homens pecadores pela infinita graça de Deus (Jo 3.16) e a pregação do evangelho em que esse dom divino do Salvador é ofertado aos pecadores.

7. Qual é o significado dos dois atos sacramentais realizados pelos discípulos?

O significado dos dois atos sacramentais realizados pelos discípulos, e pelos

comungantes hoje, é o seguinte: (a) Eles *tomaram* o pão e o cálice, que significa receber Jesus como Salvador ao crer nEle. A encarnação, o batismo, a expiação e a pregação do evangelho de Cristo têm de ser acompanhados pela fé pessoal em Jesus Cristo, da parte dos pecadores. Essa fé pessoal em Cristo para a salvação é representada pelo tomar o pão e o cálice. (b) Eles *comeram* o pão e *beberam* o vinho, representando a dependência de Cristo para a vida e o crescimento espirituais. Assim como a nossa vida física depende da alimentação e da bebida diárias, sem as quais não poderíamos ter saúde e vida físicas, também a nossa vida espiritual depende de Cristo e fora dEle não podemos ter vida e saúde espirituais. Participar desses elementos, pão e vinho, representa a nossa contínua dependência de Cristo, pela nossa união com Ele para o nosso crescimento em graça até a nossa perfeição, no estado de glória (Ef 4.13).



Pergunta 170. *De que maneira os que comungam dignamente da Ceia do Senhor alimentam-se do corpo e do sangue de Cristo?*

R. Da mesma maneira que o sangue e o corpo de Cristo não estão física nem carnalmente presentes no, com ou sob o pão e o vinho na Ceia do Senhor, mas estão espiritualmente presentes à fé daquele que os recebe, tão verdadeira e realmente quanto os próprios elementos o estão aos seus sentidos físicos; assim também os que comungam dignamente do sacramento da Ceia do Senhor neles alimentam-se do corpo e do sangue de Cristo não física nem carnalmente, mas espiritualmente; não obstante, pela fé, recebem e aplicam a si mesmos, de modo verdadeiro e real, Cristo crucificado e todos os benefícios da Sua morte.

Referências bíblicas

- At 3.21. A natureza humana de Cristo está agora no céu e lá tem de permanecer até o fim do mundo, por isso o Seu corpo e o Seu sangue “não estão física nem carnalmente presentes no, com ou sob o pão e o vinho na Ceia do Senhor”.
- Mt 26.26, 28. O corpo e o sangue de Cristo estão espiritualmente presentes à fé da pessoa que recebe a Ceia do Senhor, assim como estão o pão e o vinho presentes aos seus sentidos.
- 1Co 11.24-29. Quem participa dignamente da Ceia do Senhor alimenta-se do corpo e do sangue de Cristo não no sentido físico, mas espiritualmente e, todavia, de modo verdadeiro e real.

- 1Co 10.16. Quem participa dignamente da Ceia do Senhor pela fé, recebe e aplica a si mesmo Cristo crucificado e todos os benefícios da Sua expiação.

Comentário

1. Quais são os principais entendimentos quanto à presença do corpo e do sangue de Cristo na Ceia do Senhor?

Há três entendimentos principais com relação à presença do corpo e do sangue de Cristo na Ceia do Senhor, a saber: (a) a doutrina católica romana; (b) a doutrina luterana; e (c) a doutrina reformada. As três são unânimes em afirmar que na Ceia do Senhor os crentes recebem e alimentam-se do corpo e do sangue de Cristo, mas diferem quanto ao modo da presença de Cristo no sacramento e quanto ao modo como o crente se alimenta do corpo e do sangue do Senhor.

2. Qual é a doutrina católica romana da presença do corpo e do sangue de Cristo na Ceia do Senhor?

A doutrina católica romana, chamada de “transubstanciação”, foi adotada oficialmente como doutrina pelo Quarto Concílio de Latrão (1.215 d.C.) e definida oficialmente pelo Concílio de Trento (1.545-63 d.C.) do seguinte modo: “se alguém disser que no Santo Sacramento da Eucaristia permanece, juntamente com o corpo e o sangue do nosso Senhor Jesus Cristo, a substância do pão e do vinho, e negue a maravilhosa e singular conversão de toda a substância do Pão em (Seu) corpo e do Vinho em (Seu) sangue, restando apenas as espécies de pão e vinho — cuja conversão a Igreja Católica denomina mui adequadamente de Transubstanciação — que seja anátema” (A palavra *espécie* é aqui usada com o sentido de “aparência exterior”, ao passo que *substância* é usada com o sentido de “realidade”). A Igreja Católica Romana ensina, portanto, que o pão e o vinho são miraculosamente transformados literalmente no corpo e no sangue de Cristo, permanecendo somente a aparência exterior do pão e do vinho. Essa doutrina tem o corolário da idéia da missa como um *sacrifício* no qual Cristo é oferecido uma vez mais pelos pecados dos homens. O catecismo católico romano refere-se à missa como o *sacrifício* *in cruento* do corpo e do sangue de Cristo e acrescenta que a missa é o mesmo *sacrifício* da cruz, mas sem derramamento de sangue nem morte reais, desde que Cristo, obviamente, não pode mais morrer.

3. Como se pode demonstrar que a doutrina católica romana da transubstanciação é falsa?

A. A. Hodge (Esboços de Teologia) apresenta os seguintes pontos como argumentos contra a doutrina romana: (a) Pela analogia do uso da linguagem da Escritura, a palavra “é” na declaração “Este é o meu corpo” tem de ser entendida como “representa”; veja Gênesis 41.26-27; Êxodo 12.11; Daniel 7.24; Apocalipse 1.20. (b) Paulo refere-se a um dos elementos como “pão”, mesmo depois de ter sido consagrado na Ceia do Senhor: 1Co 10.16; 11.26-28. (c) Até mesmo católicos romanos afirmam que em todo sacramento há um *signo* e uma *coisa significada*. A doutrina da transubstanciação ao alegar que o pão e o vinho tornam-se o corpo e o sangue literais de Cristo confunde, e na verdade identifica, o signo com a coisa significada; a doutrina é, portanto, contrária à correta definição de sacramento, defendida até mesmo pela própria Igreja de Roma. (d) Se a transubstanciação fosse verdade, significaria que não poderíamos mais confiar no testemunho dos nossos sentidos que nos dizem que pão é pão, e não carne, e que vinho é vinho, e não sangue. Nenhum milagre registrado na Bíblia jamais envolveu uma tal contradição dos sentidos, os quais são concedidos por Deus e confiáveis em seus próprios âmbitos. (e) A transubstanciação é também contrária à razão porque ensina que o corpo humano de Cristo, embora totalmente presente no céu, pode ainda assim estar presente em muitos lugares diferentes na terra ao mesmo tempo. É também contrária à razão ao sustentar que o corpo e o sangue de Cristo estão presentes sem as suas qualidades sensíveis, enquanto permanecem presentes as qualidades sensíveis do pão e do vinho sem a substância do pão e do vinho, uma vez que as qualidades não podem ter existência à parte da substância da qual são qualidades. (f) A doutrina da transubstanciação é parte essencial de um sistema de política clerical anticristã, o qual considera a missa como sacrifício e põe virtualmente o sacerdote e sua obra no lugar de Cristo e Sua obra como o objeto da fé das pessoas. Por todas as razões acima, podemos concluir corretamente que a doutrina da transubstanciação é falsa, não bíblica e religiosamente prejudicial.

4. Qual é a doutrina luterana histórica sobre a presença do corpo e do sangue de Cristo na Ceia do Senhor?

Seguindo o ensinamento do reformador Martinho Lutero, o luteranismo ortodoxo ensina que “o Sacramento do altar” é o “verdadeiro corpo e sangue de nosso Senhor Jesus Cristo para ser comido e bebido por nós, cristãos, sob o pão e o vinho. Este sacramento foi instituído pelo próprio Cristo” (Catecismo Menor de Lutero). Isso é bem diferente da doutrina católica romana da transubstanciação porque a doutrina luterana nega que o pão e o vinho são

transformados no corpo e no sangue de Cristo. O luteranismo ortodoxo, no entanto, defende a presença física e local reais do corpo e do sangue de Cristo no sacramento. Isso é acompanhado da doutrina da ubiquidade do corpo glorificado de Cristo. Embora creiamos que esses elementos da doutrina luterana histórica da Ceia do Senhor sejam errados, devemos compreender que é tanto ignorante quanto injusto dizer, como o fazem alguns, que a doutrina luterana é quase a mesma da Igreja de Roma.

5. Qual é a doutrina reformada histórica sobre a presença do corpo e do sangue de Cristo na Ceia do Senhor?

A doutrina reformada ortodoxa está fixada na Pergunta 170 do Catecismo. Essa doutrina afirma que na Ceia do Senhor os verdadeiros crentes “de modo verdadeiro e real” “alimentam-se do corpo e do sangue de Cristo não física nem carnalmente, mas espiritualmente”. A doutrina reformada nega expressamente que o corpo e o sangue de Cristo estejam “física ou carnalmente presentes no, com ou sob o pão e o vinho na Ceia do Senhor”, assim rejeitando ambas as doutrinas católica romana e luterana. Afirma, contudo, que o corpo e o sangue de Cristo “estão espiritualmente presentes à fé daquele que os recebe, tão verdadeira e realmente quanto os próprios elementos o estão aos seus sentidos físicos”.

A. A. Hodge (Esboços de Teologia) resume assim a doutrina dos credos reformados históricos: “Todos os Reformados são concordes quanto aos seguintes particulares: 1º. Esse comer não é de nenhum modo com a boca. 2º. Foi somente pela alma que foram recebidos. 3º. Foi pela fé, da qual declara-se ser a mão e a boca da alma. 4º. Foi por ou através do Espírito Santo. Esse receber do corpo de Cristo, contudo, não se limita à Ceia do Senhor, mas ocorre sempre que se exercita a fé nEle”.

6. Alguém que não seja crente verdadeiro ao participar dos elementos sacramentais, recebe e alimenta-se do corpo e do sangue de Cristo?

Não, pois lhe falta a fé por que somente Cristo e Seus benefícios podem ser recebidos por qualquer ser humano. Tal participante receberia tão-somente o pão e o vinho e a sua participação nos elementos seria pretenciosa e pecaminosa.

7. Que quer dizer “os que comungam dignamente do sacramento da Ceia do Senhor”?

Devemos observar criteriosamente que “dignamente” é um advérbio, não um

adjetivo. Esse advérbio, que é tirado das palavras de Paulo em 1Co 11.27, descreve a maneira de participar do sacramento, não o caráter daquele que participa. Não significa que alguém deve ser *digno* de participar da Ceia do Senhor. Como todos os seres humanos são pecadores, e só podem ser salvos pela misericórdia gratuita de Deus, claro está que ninguém jamais pode ser digno de participar da Ceia do Senhor. Falar em ser digno é o mesmo que falar em *merecer a graça*, uma contradição de termos: se a merecemos, não é graça; se é graça, não a merecemos. Um sentido mais claro para o advérbio *indignamente* seria a locução adverbial “*de modo indigno*” ou “*de maneira indigna*”, que tornaria mais claro o entendimento do período. Participar de modo indigno seria participar sem a verdadeira fé em Cristo, ou acalentar no coração um pecado sem arrependimento, ou participar sem o correto entendimento do que significa a Ceia do Senhor. Também precisamos compreender que a palavra traduzida como “juízo” (v.29) não significa juízo eterno, ou perdição; a natureza desse juízo divino está indicada no próximo versículo (v.30): “*Eis a razão por que há entre vós muitos fracos e doentes e não poucos que dormem*”.



Pergunta 171. *Como devem se preparar os que recebem o sacramento da Ceia do Senhor antes de participarem dele?*

R. Os que recebem o sacramento da Ceia do Senhor, antes de participarem dele, devem preparar-se pelo exame de si mesmos: se estão em Cristo, dos seus pecados e das suas deficiências; da veracidade e medida de seu conhecimento, fé e arrependimento; do amor a Deus, aos irmãos e da caridade para com todos os homens: perdoando a quantos lhes tenham feito mal; de seus anseios por buscarem a Cristo e uma nova obediência; e pela renovação do exercício dessas graças mediante séria meditação e oração fervorosa.

Referências bíblicas

- 1Co 11.28. Exige-se o auto-exame antes que se participe da Ceia do Senhor.
- 2Co 13.5. O crente deve examinar a si mesmo a respeito da realidade da sua fé e experiência.
- 1Co 5.7; Êx 12.15. Exige-se a separação do pecado como um preparativo para se receber a Ceia do Senhor.

- 1Co 11.29; 2Co 13.5; Mt 26.28; Zc 12.10; 1Co 11.31; 10:16-17; At 2.46-47; 1Co 5.8; 11.18, 20; Mt 5.23-24. Ao nos prepararmos para participar da Ceia do Senhor temos o dever de examinarmos a nós quanto à “veracidade e medida” de nosso conhecimento, fé, arrependimento e consistência de vida cristã.
- Is 55.1; Jo 7.37; 1Co 5.7-8; 11.24-28; Hb 10.21-22, 24; Sl 26.6; 2Cr 30.18-19; Mt 26.26. Devemos examinar a nós mesmos quanto aos nossos desejos de buscar a Cristo e da nossa obediência a Ele; devemos buscar a renovação de todas as graças cristãs e nos empenharmos em séria meditação e oração em busca de graça divina.

Comentário

1. Por que é necessária preparação especial antes de participar da Ceia do Senhor?

Devido à importância da Ceia do Senhor, à natureza solene do sacramento e ao perigo de incorrer em juízo divino por participarmos dela de modo indigno. Exige-se a devida preparação não apenas por conta dessas considerações, mas pelo mandamento específico da Palavra de Deus (1Co 11.28). Em virtude desse mandamento expresso é definitivamente errado e pecaminoso participar da Ceia do Senhor sem a preparação apropriada.

2. Qual é o propósito dessa preparação especial para a Ceia do Senhor?

O propósito dessa preparação especial é o de participarmos do sacramento corretamente para o nosso fortalecimento, encorajamento e crescimento em graça; não o de juízo, nem para sermos reprovados pelo Senhor. O propósito do auto-exame não é o de nos desencorajar nem o de nos afastar temerosos de medo da mesa do Senhor, mas o de nos aproximarmos dela e de sermos abençoados. Atente para I Coríntios 11.28: *“Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e, assim, coma do pão, e beba do cálice”*. O apóstolo não diz: *“Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e, assim, não coma do pão, nem beba do cálice”*. A consequência do auto-exame deve ser o arrependimento e a confissão de pecado, a renovação da fé e do amor para com o nosso Salvador e finalmente o recebimento da Sua bênção na mesa da comunhão. A “preparação para a comunhão” é um período divinamente determinado para fazermos um inventário do nosso estado espiritual, para avaliarmos a nós mesmos pelo padrão divino, para nos arrependermos e abandonarmos o que é contrário à vontade de Deus e para decidirmos, pela graça de Deus, vivermos uma vida agradável a Ele.

3. Por que a igreja tem cultos especiais de preparação à Ceia do Senhor? Qual o propósito deles? Cumprem eles tal propósito?

Os cultos preparatórios especiais antes da Ceia do Senhor têm o propósito de obedecer ao mandamento de I Coríntios 11.28 e 31. Cada crente em Cristo deve examinar a si mesmo e fazer a sua preparação individualmente, mas para nosso maior encorajamento e assistência é notavelmente apropriado que a igreja tenha cultos especiais antes da administração da Santa Ceia. Tais cultos devem nos fazer ver a maldade de nossos pecados, a nossa grande necessidade da graça de Deus e o urgente dever de arrependimento sincero, para que não cometamos pecado sobre pecado participando do sacramento de maneira indigna. Embora sempre haja nesses cultos o que aperfeiçoar, e um perigo de formalismo, muitos podem testificar que eles são uma bênção para si e que têm sido usados pelo Espírito Santo para aproximá-los mais do Senhor. O abandono generalizado dos cultos preparatórios em muitas denominações que os mantinham formalmente é um dos sinais da decadência espiritual do protestantismo moderno.

4. O que poderíamos dizer ao membro da igreja que não quer participar da Ceia do Senhor porque “sente que não é suficientemente bom”?

Tal disposição psicológica revela uma lamentável condição de escravidão espiritual. É a consequência de uma visão legalista da salvação (salvação pelas obras ou caráter) aliada ao medo de incorrer no juízo divino citado em I Coríntios 11.29-32. Esse membro de igreja deve ser gentil e pacientemente instruído até compreender que ninguém no mundo é “suficientemente bom” para merecer nenhuma bênção de Deus e que a salvação, e tudo o que a Ceia do Senhor representa, é dádiva gratuita da graça imerecida de Deus aos pecadores. Tal pessoa deve ser encorajada a confiar-se à misericórdia gratuita de Deus em Cristo, e, então, a participar da Ceia do Senhor depois da preparação apropriada. Veja também a discussão da próxima Pergunta do Catecismo (172).

Algumas vezes a alegação de que alguém não se sente “suficientemente bom” para participar da Ceia do Senhor pode ser uma mera desculpa dada por membros nominais de igreja que estão vivendo em pecado e não têm a intenção nem o desejo de levarem Jesus Cristo e a Ceia do Senhor a sério. Devemos tomar o cuidado de jamais os encorajarmos a participarem do sacramento enquanto estiverem nessa condição carnal, pois se assim o fizerem estarão em perigo de incorrer nos juízos divinos. Essas pessoas precisam nascer de novo pelo Espírito Santo, arrepender-se honestamente de seus pecados, crer sinceramente em Cristo como seu Salvador e somente então — depois da preparação adequada — podem participar da Ceia do Senhor.

Além dos legalistas e dos membros nominais de igreja já citados, há alguns verdadeiros crentes em Cristo que podem ser descritos como vítimas de uma consciência morbidamente ativa. Essas pessoas compreendem plenamente que são salvas pela graça e não pelas obras e estão longe de ser membros nominais que vivem contínua e negligentemente em pecado. Cheias de dúvidas e hesitações, elas têm no período preparatório à comunhão uma quadra de aflição em vez de regozijo. Devemos nos esforçar para ajudar a tais crentes no Senhor pela compaixão e o encorajamento, não por recriminações nem críticas ásperas. Essas almas morbidamente introspectivas devem ser encorajadas a olharem para fora e não para dentro de si, para Cristo e Sua redenção, em vez de pensarem somente em suas próprias dúvidas e fraquezas. Elas são como o hesitante Sr. Temente, na segunda parte de “O Peregrino”, de John Bunyan,* sobre o qual o guia Grande-Coração disse: “[O Sr. Temente] Tinha, acho eu, um Pântano do Desânimo dentro da cabeça, o qual sempre trazia consigo, senão jamais seria como era”. O Sr. Temente era sempre pessimista quanto a si mesmo, mas era “um homem que tinha em si o essencial”, e por fim cruzou em triunfo o último rio “atravessando a corrente, com água pouco acima das canelas”, dizendo: “vou conseguir, vou conseguir”.

5. Qual é o elemento mais importante na preparação para a Ceia do Senhor?

Fé pessoal em Cristo, e Ele crucificado como nosso único Salvador, acompanhada do sincero arrependimento pelo pecado.



Pergunta 172. Alguém que tenha dúvidas de estar em Cristo ou de estar devidamente preparado para a Ceia do Senhor deve participar dela?

R. Alguém que tenha dúvidas de estar em Cristo ou de estar devidamente preparado para participar da Ceia do Senhor, pode, mesmo sem essas convicções, ter um interesse verdadeiro por Cristo e Deus considera que as tenha, se ele está devidamente tocado e apreensivo pela falta dessas convicções e deseja sinceramente ser achado em Cristo e apartar-se da iniquidade. Nesse caso (pelas promessas que há e sendo este sacramento estabelecido para o alívio até

* No Brasil, a edição mais completa e atual de “O Peregrino” recebeu para esta segunda parte o título de “A Peregrina” – Editora Mundo Cristão, São Paulo, 1999 (págs. 113~115, 119). Tradutor: Eduardo Pereira e Ferreira. (N. do T.)

dos crentes fracos e cheios de dúvidas) ele deve lastimar a sua incredulidade e empenhar-se para eliminar as suas dúvidas e, fazendo isso, pode e deve participar da Ceia do Senhor para que seja mais fortalecido.

Referências bíblicas

- Is 50.10; 1Jo 5.13; Sl 88.1-18; 77.1-12; Jn 2.4, 7. Não sendo a certeza essencial à salvação é possível tê-la efetivamente sem que se haja alcançado a consciência dela.
- Is 54.7-10; Mt 5.3-4; Sl 31.22; 73.13, 22-23; Fp 3.8-9; Sl 10.17; 42.1-2, 5, 11; 2Tm 2.19; Is 50.10; Sl 66.18-20. A intensa preocupação com a salvação aliada ao desejo ardente de ser achado em Cristo e de apartar-se da iniquidade é um indicativo de que se está na graça, mesmo que a certeza subjetiva da salvação falte ou seja deficiente.
- Is 40.11, 29, 31; Mt 11.28; 12.20; 26.28. Há promessas e a provisão da Ceia do Senhor para auxílio espiritual mesmo de crentes fracos e cheios de dúvidas.
- Mc 9.24; At 2.37; 16.30; Rm 4.10; 1Co 11.28. Quem estiver afligido por dúvidas sobre a sua salvação ou se está devidamente preparado para participar da Ceia do Senhor, depois de fazer tudo o que pode para remover as dificuldades, deve participar da Ceia do Senhor para seu proveito espiritual.

Comentário

1. A que classe de pessoas diz respeito esta pergunta do Catecismo?

Aos crentes vacilantes, isto é, àqueles crentes que hesitam em participar da Ceia do Senhor por causa das dúvidas que há em suas mentes quanto à própria salvação ou quanto à sua preparação conveniente para a Ceia do Senhor. Essa pergunta não se refere aos que não professam a fé em Cristo, nem àqueles que, mesmo a professando, vivem de modo negligente e de fácil convivência com o pecado; refere-se apenas aos problemas daquele que considera com seriedade a salvação da sua alma e crê em Cristo, mas tem dúvidas quanto ao seu estado espiritual.

2. Que diferença há entre salvação e segurança da salvação?

A salvação refere-se à relação da pessoa com Deus; a segurança da salvação refere-se ao sentimento de segurança da pessoa, em sua própria mente, quanto à sua relação com Deus. Há muitos e conhecidos mestres de Bíblia fundamentalistas que confundem essas duas coisas ao defenderem que se alguém é salvo

sempre tem consciência disso e que se alguém recebeu Cristo por Salvador e ainda lhe faltar certeza de salvação essa pessoa simplesmente não crê na Palavra de Deus. Esse ensinamento é extremamente simplório e errôneo e tem causado muita e indizível angústia mental e espiritual. Em conformidade com o ensinamento categórico da Bíblia, o nosso Catecismo e os demais padrões de Westminster ensinam que há uma distinção entre a salvação em si, por um lado, e a certeza mental da salvação, por outro. Negar ou ignorar essa distinção é abrir a porta para sérios erros teológicos.

Para uma discussão mais completa acerca da diferença entre salvação e certeza de salvação o leitor refira-se às perguntas 80 e 81 neste Comentário. Resumindo: uma coisa é possuir algo, outra é saber ou ter a certeza mental dessa posse. Alguém pode ter um milhão de dólares num banco e não saber disso, ou não ter a certeza de que o dinheiro seja mesmo seu. Semelhantemente, alguém pode ter de fato nascido de novo pelo poder do Espírito Santo e não fruir da certeza dessa mudança espiritual. A obra do Espírito Santo é muito mais profunda do que a nossa conscientização dela. A salvação, uma vez que a pessoa a tenha verdadeiramente, é permanente e não pode ser perdida, mas a certeza dela na consciência de alguém está quase sempre obscurecida e perturbada pelas tentações, quedas em pecado, ou falta de entendimento das verdades que ela envolve.

Censurar alguém que está enfrentando dúvidas espirituais acusando-o de “não crer em João 3.16” etc., não demonstra somente cruel falta de compaixão, revela também ignorância da natureza do verdadeiro problema dessa pessoa. Bem que se pode repetir aqui uma declaração feita por deboche: é espantoso quão dogmática e presunçosamente as pessoas escrevem e falam desse assunto (da segurança), embora não dêem nenhuma prova de terem estudado as suas dificuldades nem de estarem familiarizados com a sua história. Alguns desses mestres de Bíblia que afirmam tão categoricamente que a salvação e a segurança são inseparáveis deveriam estudar o assunto em alguma obra ortodoxa de teologia sistemática como a de Charles Hodge. Essa questão não é jamais tão “simples como um mais um”.

3. Por que a falta de certeza de salvação não é impedimento para se participar da Ceia do Senhor?

Não somos salvos pela certeza da salvação, mas pela fé em Cristo como nosso Redentor. Isso quer dizer que somos salvos porque cremos *em Cristo*, não porque cremos que estamos salvos. Crer honestamente que estamos salvos é algo bom e confortador, mas o que realmente importa é crer em Jesus Cristo

como nosso Salvador. Aquele que se confessa pecador perdido, que pretende e deseja sinceramente crer em Cristo como seu único Redentor e está tentando de fato apartar-se da iniquidade é um crente em Cristo e deve participar da Ceia do Senhor, mesmo que tenha dúvidas acerca da sua salvação ou da sua preparação para o sacramento.

Quando o povo de Israel realizou a páscoa pela primeira vez ainda no Egito, toda família que matou um cordeiro e passou o seu sangue na verga e nas ombreiras da porta de suas casas escapou da praga que matou os primogênitos dos egípcios. Suponha que duas famílias morassem lado a lado. Cada uma matou um cordeiro e passou o sangue nas suas portas. Uma das famílias alegra-se na certeza de que está salva da praga destruidora; a outra se aflige com dúvidas e angústias, preocupando-se e perguntando-se se irá mesmo ser ou não poupada. Qual dessas famílias está em maior segurança? Resposta: *ambas estão igualmente seguras*, embora uma delas tenha certezas e a outra tenha dúvidas. Porque Deus não disse: “quando eu vir uma casa onde as pessoas não têm dúvidas nem angústias, passarei por vós”. O que Deus disse foi: “quando eu vir o sangue, passarei por vós” (Êx 12.13). Aquele que coloca a sua fé no sangue, sejam quais forem suas dúvidas sobre si mesmo, está salvo à vista de Deus, pertence ao povo da aliança de Deus e deve participar da Ceia do Senhor.

4. Como um crente inseguro da sua salvação deve preparar-se para a Ceia do Senhor?

Além de examinar a si mesmo, todo crente inseguro, antes de participar da Ceia do Senhor, “deve lastimar a sua incredulidade e empenhar-se para eliminar as suas dúvidas” e assim vir à mesa do Senhor na expectativa de uma bênção. A falta de segurança não deve ser tolerada complacentemente, devemos sempre lutar para obter e reter a plena certeza da nossa salvação pessoal. As dúvidas podem ser inevitáveis por algum tempo, mas jamais devemos considerá-las como moradoras legítimas da nossa mente. Assim como é errado dizer a um crente inseguro “você não crê em João 3.16”, também é muito errado dizer a alguém que está lutando com dúvidas espirituais: “Esqueça. Só ignore essas suas dúvidas e dificuldades. Deixe-as para lá que elas passarão”. As dúvidas espirituais são bem reais para aqueles que as têm. Elas não podem ser descartadas com um gesto de mão nem com uma tapinha nas costas. A pessoa deve enfrentar os seus problemas com franqueza e buscar alívio. O estudo da Palavra de Deus, a oração e a conversa com crentes piedosos e experimentados servirão de ajuda e, assim como o Catecismo afirma acertadamente, a Ceia

do Senhor tem em si mesma o objetivo de socorrer espiritualmente os crentes fracos e cheios de dúvidas.



Pergunta 173. *Pode-se excluir da Ceia do Senhor alguém que professe a fé e deseje nela tomar parte?*

R. Aqueles que forem achados ignorantes ou em escândalo, apesar de professarem a fé e desejarem participar da Ceia do Senhor, podem e devem ser excluídos deste sacramento, pelo poder que Cristo deixou à Sua igreja, até que sejam instruídos e manifestem transformação.

Referências bíblicas

- 1Co 11.27-34 comparado às seguintes passagens: Mt 7.6; 1Co 5.1-13; Jd 23; 1Tm 5.22. Cristo investiu a Sua igreja de autoridade para excluir da sua membresia os ignorantes e os escandalosos e deve-se entender que tal poder compreende o direito e o dever que ela tem de impedir tais pessoas de participarem da Ceia do Senhor.
- 2Co 2.7; 2Tm 2.24-26. Ao ser removida a ignorância ou corrigida a vida escandalosa, aquele que fora excluído deve ser admitido à comunhão e aos privilégios da igreja visível.

Comentário

1. A Ceia do Senhor tem por alvo o não-convertido?

Não, porque falta ao não-convertido a fé salvadora em Cristo sem a qual o sacramento nada lhe aproveita. Crentes fracos e cheios de dúvida podem e devem, depois da preparação adequada, participar da Ceia do Senhor, mas aqueles que não são de fato crentes em Cristo, ou que são somente hipócritas, nada podem aproveitar da Ceia do Senhor e não têm o direito de participar dela.

2. É a igreja que decide quem é convertido e quem tem a fé salvadora?

Claro que não. Somente Deus é quem pode ver o coração das pessoas e é capaz de saber com certeza qual é a condição espiritual delas. Os oficiais da igreja, bem como os seus tribunais, não podem ver o coração de ninguém e não têm como julgar e declarar se alguém é ou não um crente verdadeiramente salvo. Várias seitas e denominações já tentaram ter uma igreja perfeita e pura pela exclusão de todos a quem elas julgaram como não-regenerados. Essa

tentativa, na prática, nunca funcionou e nunca deverá funcionar porque os oficiais da igreja não podem ver o interior do coração. Toda tentativa de julgar a condição espiritual de alguém ou o seu relacionamento com Deus está fadada a produzir males até bem maiores que os que pretende remediar. Sempre tem havido pessoas não-regeneradas na igreja visível. Não se deve pôr a culpa disso nos ministros e nos presbíteros, a menos que eles tenham sido negligentes em seus deveres legítimos.

3. Se a igreja não tem como decidir quem são os convertidos, como pode haver disciplina eclesiástica?

A verdadeira idéia da disciplina na igreja fundamenta-se na avaliação da *profissão de fé* e da *prática* de vida das pessoas, e não na tentativa de decidir se elas são ou não convertidas. Não compete à igreja tentar examinar o coração das pessoas e emitir juízo sobre a relação delas com Deus, mas a igreja tem, mediante os seus ofícios legítimos, a função de avaliar a profissão de fé das pessoas e o modo de vida delas. Quando alguém se candidata a membro de alguma congregação, a assembléia não deve tentar decidir se tal pessoa é ou não nascida de novo, nem deve lhe solicitar que prove que é convertida, nem requerer que descreva a sua experiência religiosa para que os oficiais da congregação possam decidir se ela é ou não salva. Tentar exercer essas funções seria invadir os domínios que pertencem unicamente a Deus. Os oficiais da congregação devem, por outro lado, inquirir quanto à profissão de fé e modo de vida do candidato a membro e, feito isso, têm ainda a função de decidir se a sua profissão de fé e modo de vida são compatíveis com o ser membro da igreja. O candidato não tem que provar que é salvo. A sua profissão de fé deve ser considerada por seu valor intrínseco, a menos que seja contraditada pelo seu modo de vida.

4. Que categoria de pessoas deve ser excluída da Ceia do Senhor?

“Aqueles que forem achados ignorantes ou em escândalo”. Com o termo “ignorantes” o Catecismo refere-se às pessoas que não professam a fé apropriadamente. A profissão de fé do ignorante não é válida para recebê-lo como membro de igreja nem admiti-lo à Ceia do Senhor. Essa inadequação pode decorrer tanto pela falta de informação quanto pela adoção de uma falsa doutrina pelo candidato. Assim, um candidato que não sabe que Cristo morreu na cruz para salvar pecadores, ou que desconhece que a salvação é pela livre graça de Deus e não pelas obras, teria uma profissão de fé inadequada por falta de informação. Por outro lado, o candidato que professa crer na paternidade uni-

versal de Deus e na fraternidade universal do homem teria uma profissão de fé inadequada por defender uma doutrina falsa. Os dois tipos de ignorância — a pura falta de conhecimento e a profissão de um erro — constituem base legítima para a exclusão da Ceia do Senhor ou da membresia da igreja (Tt 3.10).

Com a expressão “em escândalo” o Catecismo refere-se às pessoas cuja profissão de fé não pode ser considerada por seu valor intrínseco porque é contraditada pelo modo de vida delas. “Escândalo” não significa pecados ou faltas quaisquer, mas apenas aquela conduta pecaminosa que invalida a profissão de fé da pessoa e torna impróprio admiti-la à Ceia do Senhor ou como membro da igreja. Tal escândalo pode assumir as mais variadas formas e as circunstâncias devem-se levar em consideração para se chegar a uma justa decisão quanto a isso.

O Catecismo sabiamente não procura apresentar uma definição pronta de ignorância ou de escândalo. Ele expõe o princípio — que é indubitavelmente bíblico e portanto válido — e deixa sabiamente a sua precisa aplicação para os tribunais da igreja, diante dos quais esses assuntos são decididos apropriadamente. A decisão quanto a se um candidato em particular é ignorante ou se está em escândalo (de modo a excluí-lo da membresia da igreja ou da Ceia do Senhor) deve ser tomada pelos oficiais da igreja cujo dever é examinar a sua candidatura. Com o passar do tempo toda denominação religiosa acumula um volume de precedentes de decisões de casos assim que resulta na jurisprudência da igreja para decidir casos semelhantes. Assim, uma denominação pode ter como regra ou lei da igreja que apostadores profissionais não podem ser recebidos como membros da igreja nem tomar parte na Ceia do Senhor; ou certa denominação pode estabelecer uma lei em que membros ajuramentados de sociedades secretas devem ser excluídos do seu rol. Nesses casos as denominações aplicaram os princípios firmados no Catecismo, no qual o ignorante e o escandaloso nem devem ser aceitos.

5. Qual é a posição do Catecismo sobre a questão da comunhão aberta, fechada ou restrita?

Essa questão, na forma como existe hoje, não é respondida diretamente pelo Catecismo nem por nenhum outro Padrão de Westminster, pois não se vislumbravam ainda os problemas criados pelo denominacionalismo. O propósito da Assembléia de Teólogos de Westminster era lançar o fundamento de uma “uniformidade pactuada na religião” nas igrejas da Escócia, Inglaterra e Irlanda. Esperava-se que houvesse uma única igreja nacional em cada reino, da qual fossem membros todos os crentes fiéis. Assim, a Assembléia de Westminster

ao declarar que nem o ignorante nem o escandaloso devem ser admitidos na Ceia do Senhor, não levou em conta se membros de uma denominação podem ou não ser admitidos ao sacramento nas congregações de outra denominação. Essa é uma questão que tem surgido, majoritariamente, após o período da Assembléia de Westminster.

As declarações do Catecismo, no entanto, relacionam-se de fato com a questão da comunhão aberta, fechada ou restrita. Comunhão aberta significa que quem desejar participar pode ser admitido à Ceia do Senhor. (O convite normalmente é feito “a todos os membros de igrejas evangélicas” ou “a todos os que são do Senhor”, etc., mas sem que nada se indague da sua fé ou vida). Comunhão restrita significa que membros de outras denominações podem ser admitidos à Ceia do Senhor depois de serem entrevistados pelos oficiais da congregação e de os terem satisfeito quanto à sua fé e vida. (Há diversos graus de “comunhão restrita”, algumas são mais restritas, outras menos, conforme as várias denominações). Comunhão fechada significa que apenas membros da denominação que está administrando o sacramento, ou de denominações intimamente aliadas e oficialmente reconhecidas como de fé virtualmente idêntica são admitidos na Ceia do Senhor. Há muita confusão sobre quem pode ser admitido à Ceia do Senhor devido à suposição de que as duas únicas alternativas à comunhão são a “aberta” e a “fechada”, o que não é verdade. A comunhão “restrita” é também uma possibilidade que deve ser considerada.

Deve-se dizer de pronto que o Catecismo se opõe claramente à comunhão aberta — que não dá oportunidade à exclusão dos “que forem achados ignorantes ou em escândalo”; que retira totalmente das mãos da igreja a questão de as pessoas serem ou não ignorantes ou escandalosas e deixa tudo ao critério individual daquele que intenta comungar. Isso é contrário ao ensinamento bíblico de que a igreja pode e deve excluir os ignorantes e escandalosos e traz na prática o perigo do colapso da disciplina na igreja e da profanação do sacramento.

Quanto à comunhão restrita e fechada, o Catecismo requer *no mínimo* a prática da comunhão restrita e nada opõe à prática da comunhão fechada com base na questão denominacional.

6. A prática da comunhão fechada tira dos crentes o direito de participarem da Ceia do Senhor?

Não pode haver verdadeiro privilégio nem “direito” sem que haja a obrigação ou responsabilidade correspondente. O “direito” de participar dos sacramentos numa denominação da igreja visível implica na obrigação correspondente

de submissão à supervisão espiritual e à disciplina dos tribunais eclesiásticos dessa denominação. Se não se está sujeito à jurisdição de uma denominação, não se pode reivindicar nenhum “direito” nessa denominação. É indubitavelmente verdade que todo crente fiel tem, pela graça de Deus, o direito de participar da Ceia do Senhor, mas não numa igreja cujas doutrinas ele não aceita e a cuja disciplina não se dispõe a se submeter. Todo crente fiel tem, pela graça de Deus, o direito de participar da Ceia do Senhor na igreja da qual é membro, da qual professa e aceita as doutrinas e a cuja disciplina submete-se no Senhor. Reclamar o “direito” de participar do sacramento numa denominação equivale a pedir a essa denominação que trate os não-membros numa base diferente da que trata os seus próprios membros. As denominações definem certos padrões de fé e de vida, que crêem ser bíblicos, e assim determinam que quem não os acata é ignorante ou escandaloso. Os membros de uma denominação que não se ajustarem aos seus padrões serão excluídos da Ceia do Senhor pela disciplina da igreja, mas nenhuma igreja pode exercer tal disciplina se as pessoas não estiverem sob a sua autoridade. Assim, uma denominação pode resolver oficialmente que o único modo de assegurar-se da exclusão de ignorantes e escandalosos da Ceia do Senhor é limitar a participação no sacramento às pessoas sujeitas à sua própria jurisdição e aos membros de denominações intimamente aliadas que defendem padrões de fé e de vida virtualmente idênticos. É somente pela concordância mútua do que sejam ignorância e escândalo que é possível manter a disciplina eclesiástica e resguardar a pureza da igreja.

7. Como podemos responder ao argumento pela comunhão aberta de que “a Ceia é do Senhor e todos os que são do Senhor deveriam ser convidados a participarem dela”?

Este argumento tem como base a confusão inconsciente entre igreja visível e igreja invisível. Segundo ensina a Bíblia, não são todos os membros da igreja invisível (todos os que nasceram de novo) que estão habilitados a participar dos privilégios da igreja visível — inclusive da Ceia do Senhor — mas todos os que vivem dignamente como membros da igreja visível (com a profissão de fé apropriada e a fé correspondente). O apóstolo Paulo determinou que certo membro da igreja de Corinto, culpado de viver em escândalo, fosse excluído da comunhão da igreja (1Co 5.13). E assim foi feito. Presume-se que o membro excluído, embora culpado de escândalo, fosse crente, como indica o fato de haver Paulo determinado posteriormente que ele fosse restaurado aos privilégios da igreja (2Co 2.5-8). A Ceia, por ser Ceia do Senhor, tem de ser imperiosamente administrada segundo as regras da casa do Senhor (a igreja visível), conforme o que

a Bíblia estabelece. É claro que cada denominação deve perscrutar as Escrituras e descobrir por si mesma quais sejam as regras da casa do Senhor e, de acordo com elas, administrar a Ceia do Senhor. É também desarrazoado esperar-se que a Ceia do Senhor seja administrada na denominação **A** conforme o modo que a denominação **B** entende as regras da casa do Senhor. Cada denominação é responsável diante do Senhor pelo modo como interpreta a Bíblia e como leva a sua interpretação à prática, inclusive a administração dos sacramentos.



Pergunta 147. *O que se exige dos que recebem a Ceia do Senhor na ocasião da ministração do sacramento?*

R. Exige-se dos que recebem a Ceia do Senhor, na ocasião da sua ministração, que esperem em Deus nesta ordenança com toda reverência e atenção santas; que observem atentamente os elementos e os atos sacramentais, discernindo criteriosamente o corpo do Senhor, meditando afetuosamente em Sua morte e sofrimentos e assim, animando-se ao exercício vigoroso de suas próprias graças, julguem a si mesmos e arrependam-se do pecado; em fome e sede ardentes de Cristo, alimentando-se dEle pela fé, recebendo da Sua plenitude, confiando nos Seus méritos, alegrando-se no Seu amor, rendendo graças por Sua graça; renovando o pacto feito com Deus e o amor a todos os santos.

Referências bíblicas

- Lv 10.3; Hb 12.38; Sl 5.7; 1Co 11.17, 26-27. Durante a ministração da Ceia do Senhor os comungantes devem esperar em Deus nesta ordenança com toda reverência e zelo santos.
- Êx 24.8 comparado a Mt 26.28. Durante a ministração da Ceia do Senhor deve-se observar atentamente os elementos e atos sacramentais.
- 1Co 11.29. Os comungantes devem discernir “criteriosamente o corpo do Senhor”, isto é, precisam entender que relação há entre o sacramento e a pessoa e a obra de Cristo.
- Lc 22.19; 1Co 11.26; 10.3-5, 11, 14. Os comungantes devem meditar nos sofrimentos e morte de Cristo para se estimularem a exercitar vigorosamente as suas próprias graças.
- 1Co 11.31; Zc 12.10. Os comungantes devem julgar os seus próprios pecados, arrependendo-se deles.
- Ap 22.17; Jo 6.35; 1.16; Fp 3.9; Sl 63.4-5; 2Cr 30.21; Sl 22.26. Na oca-

sião da ministração da Ceia do Senhor os comungantes devem sentir fome e sede ardentes de Cristo, alimentando-se dEle pela fé.

- Jr 50.5; Sl 50.5; At 2.42. A ministração da Ceia do Senhor deve ser eminentemente um momento de renovação da nossa aliança com Deus e do nosso amor ao Seu povo.

Comentário

1. Qual é o mais óbvio dever dos comungantes na ocasião em que se ministra a Ceia do Senhor?

O seu dever mais óbvio é “que esperem em Deus nesta ordenança com toda reverência e atenção santas”. Reverência e atenção são deveres comuns a toda celebração de culto a Deus, mas estão especialmente associadas à Ceia do Senhor, que é uma cerimônia extremamente solene e sagrada, pois rememora os sofrimentos e a morte de Cristo. Toda conduta irreverente e desatenciosa nesse momento deve desagradar sobremaneira a Deus. As falas e os cochichos desnecessários, a leitura de livros e papéis sem relação com o culto, cochilar, a dispersão da mente com nossos negócios mundanos, virar-se para encarar quem chega atrasado ao culto — isso e outras formas de conduta que sejam contrárias à atenção reverente devem ser rigorosamente evitadas. Não podemos esperar uma bênção desse sacramento se não estivermos dispostos a aplicar integralmente a nossa atenção a ele.

2. Por que os comungantes devem observar “atentamente os elementos e os atos sacramentais”?

Porque todos esses elementos e atos são essenciais à compreensão do sacramento. A Ceia do Senhor é o retrato visível e tangível — mediante os elementos e atos simbólicos — da redenção de Cristo e do caminho da salvação. Para capturarmos a imagem plena daquilo que o sacramento se propõe a produzir em nossas mentes e corações, temos de prestar atenção cuidadosamente a cada detalhe da ordenança. A Ceia do Senhor não produz resultados espirituais automaticamente, como a Igreja de Roma ensina erroneamente com a sua doutrina de um *opus operatum*, mas pela verdade que o sacramento apresenta, a qual o comungante apreende pela fé e o Espírito Santo aplica ao seu coração e vida. Cada um dos elementos e atos sacramentais apresenta de modo especial algum aspecto dessa verdade.

3. O que significa “discernindo criteriosamente o corpo do Senhor”?

O verbo *discernir* no texto grego de I Coríntios 11.29 significa literalmente

“fazer distinção” ou “diferenciar”, “distinguir ou separar do restante uma pessoa ou coisa” (Léxico de Thayer). Portanto, “*discernir*” nesse versículo significa *compreender* que os elementos sacramentais representam a natureza humana de Cristo ou, *reconhecer* os elementos sacramentais como símbolos do Seu corpo e sangue. Quem só vê no sacramento pão e vinho ou quem não consegue ver neles Cristo e Sua redenção, deixa de discernir o corpo do Senhor. Para que seja possível discernir verdadeiramente o corpo do Senhor faz-se necessário, em primeiro lugar, uma certa medida de conhecimento doutrinário e, em segundo lugar, a fé pessoal em Cristo como seu Salvador.

4. Por que os comungantes devem meditar afetuosamente na morte e sofrimentos de Cristo?

A morte e os sofrimentos de Cristo devem ser o principal alvo de nossos pensamentos à mesa da comunhão, pois constituem o sentido da Ceia do Senhor. Devemos meditar neles afetuosamente porque o amor infinito do nosso Senhor demanda uma resposta de amor e afeição da nossa parte. Quanto mais entendermos o quanto a nossa redenção custou de vergonha e sofrimento ao nosso Salvador, tanto mais nos sentiremos levados a amá-LO em troca. A nossa atitude para com Cristo e Seus sofrimentos e morte nunca deve ser sentimental. Muitas pessoas que não são crentes de fato têm por Jesus uma espécie de admiração sentimental, embora não O considerem como alguém que vive hoje nem como o único Redentor dos homens. Esse apego sentimental a Jesus não difere essencialmente da atitude das pessoas para com Zumbi dos Palmares ou Tiradentes. A devoção do crente a Cristo, por outro lado, é uma devoção a Ele como *crucificado e ressurreto dos mortos, o Salvador vivo* — uma devoção que os anima “ao exercício vigoroso de suas próprias graças”, refletindo-se, assim, em todo o curso de suas vidas.

5. Por que os comungantes devem julgar a si mesmos e arrependerem-se dos seus pecados?

Foi por causa dos pecados do Seu povo que Jesus sofreu e morreu na cruz. Ninguém é capaz de aquilatar apropriadamente os sofrimentos e a morte de Cristo sem antes julgar a si mesmo e contristar-se por seus pecados. Ao mesmo tempo em que, à mesa da comunhão, os nossos pensamentos devem fixar-se principalmente nos sofrimentos e na morte de Cristo, devemos também compreender plenamente que foi pelos nossos pecados que Ele sofreu e morreu; assim, devemos julgar a nós mesmos e arrependermo-nos de nossos pecados.

6. Que atitudes espirituais especiais devem ter os crentes em Cristo à mesa da comunhão?

(a) A atitude de um sincero e fervoroso desejo de comunhão com Cristo (“em fome e sede ardentes de Cristo”); (b) a atitude de uma fé pessoal nEle como Redentor (“alimentando-se dEle pela fé, recebendo da Sua plenitude, confiando nos Seus méritos”); (c) a atitude de gozo espiritual (“alegrando-se no Seu amor”); (d) a atitude de gratidão por sermos objeto da Sua graça (“rendendo graças por Sua graça”); (e) a atitude de um propósito sincero de viver em aliança com Deus e em amor com o Seu povo (“renovando o pacto feito com Deus e o amor a todos os santos”).



Pergunta 175. *Que dever tem os crentes depois de receberem o sacramento da Ceia do Senhor?*

R. Os crentes, depois de receberem o sacramento da Ceia do Senhor, têm o dever de avaliar seriamente como se conduziram nela, e com que proveito. Se foram vivificados e confortados devem bendizer a Deus por isso, rogar que assim permaneçam, vigiar contra as recaídas, cumprir os seus votos e animarem-se a participar sempre dessa ordenança; mas se não acharem nenhum benefício, devem analisar mais cuidadosamente como se preparam para este sacramento e como nele se portam. Se, nesses dois casos, acharem-se aprovados por Deus e por suas próprias consciências, devem aguardar o fruto dessa participação no tempo apropriado, mas se concluírem que têm falhado nessas coisas, devem humilhar-se e participarem do sacramento no futuro com maior cuidado e diligência.

Referências bíblicas

- Lv 10.3; Hb 12.28; Sl 5.7; 1Co 11.17, 26-27. Depois de receberem a Ceia do Senhor os crentes devem avaliar como participaram nela e que benefícios receberam.
- 2Cr 30.21-26; At 2.42, 46-47; Sl 36.10; Ct 3.4; 1Cr 29.18; 1Co 10.3-5, 12; Sl 50.14; 1Co 11.25-26. Aqueles que percebem que obtiveram proveito da Ceia do Senhor devem dar graças a Deus, procurar conservar tal proveito para o futuro, pagar os seus votos, e desejar ardentemente participar sempre da Ceia do Senhor.
- Ct 5.1-6; Sl 123.1-2; 42.5, 8; 43.3-5. Caso não alcancem nenhum be-

nefício espiritual imediato depois de participarem da Ceia do Senhor, os comungantes devem avaliar se isso se deve ou não a alguma falha deles, e se entendem honestamente que não, devem aguardar o benefício para o momento apropriado.

- 2Cr 30.18-19; Is 1.16, 18; 2Co 7.11; 1Cr 15.12-14. Os comungantes que entenderem que não receberam nenhum benefício da Ceia do Senhor devido a alguma falha deles mesmos, devem ser humildes em seus corações e devem participar da Ceia do Senhor, no futuro, com maior zelo e empenho.

Comentário

1. O compromisso do crente para com a Ceia do Senhor acaba após a ministração do sacramento?

Não. Como a Ceia do Senhor visa a trazer proveito espiritual verdadeiro aos crentes, eles têm o dever de avaliar com seriedade de que modo têm se conduzido antes e durante a celebração do sacramento e que benefícios têm auferido dele. Descartar o assunto de nossas mentes já no encerramento da cerimônia da Santa Ceia seria perder parte do proveito espiritual que deveríamos receber do sacramento.

2. O benefício espiritual da Ceia do Senhor sempre ocorre no momento em que se recebe o sacramento ou ocorre imediatamente depois disso?

Não. Embora seja absolutamente verdade que a maioria dos crentes prova conscientemente desse benefício durante e imediatamente após a celebração da Santa Ceia, esse não é sempre nem necessariamente o caso. Deus, em Sua sabedoria, algumas vezes detém a bênção, ou a consciência da bênção, por algum tempo.

Semelhantemente ao caso do batismo, os benefícios da Ceia do Senhor não estão associados nem limitados ao instante da sua ministração.

3. Quando se prova ou vivencia tal benefício, que atitudes ele deve produzir no comungante?

(a) Atitude de gratidão a Deus; (b) desejo piedoso de que a bênção seja peregrina; (c) cuidadosa rejeição do orgulho ou da autoconfiança, que podem acarretar uma recaída no pecado; (d) intenção sincera de pagar os votos a Deus; (e) desejo de participar sempre da Ceia do Senhor. É preciso resguardar-se sempre, e com especial cuidado, do pecado de orgulho ou presunção espirituais. O crente que provou e vivenciou bênçãos espirituais e dela auferiu benefícios

corre sempre o risco de se tornar presunçoso e passar a confiar em si mesmo, não em Cristo. Se isso não for zelosamente evitado, resultará numa humilhante queda em pecado.

4. Que deve fazer o crente quando não frui do benefício da Ceia do Senhor imediatamente?

Se ele entender que foi por sua própria culpa que não experimentou nenhum benefício espiritual, deve, portanto, reconsiderar a sua preparação para o sacramento e a conduta nele. Se concluir que foi omissor numa dessas coisas, deve se humilhar e procurar no futuro participar do sacramento com mais cuidado e empenho. Isso quer dizer que deixar de se preparar adequadamente para participar da Ceia do Senhor ou participar desse sacramento de modo impróprio são pecados e, como quaisquer outros pecados, devem ser alvo de arrependimento.

5. Que atitude deve ter o crente que não tem consciência do benefício recebido da Santa Ceia, e não acha que isso decorra de suas próprias faltas?

Esse crente deve “aguardar o fruto dessa participação no tempo apropriado”, isto é, a sua atitude para com Deus quanto a isso deve ser uma atitude de fé, esperando confiantemente uma bênção; e de paciência, aguardando a sua concessão, se for essa a santa vontade de Deus. Há, na Bíblia, muitos exemplos de santos que tiveram as suas bênçãos adiadas, ou para que a fé deles fosse desenvolvida ou por algum propósito secreto de Deus. A impaciência é sempre contrária à fé.



Pergunta 176. *Em que concordam os sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor?*

R. Os sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor concordam que Deus é o autor de ambos; que a parte espiritual deles é Cristo e Seus benefícios; que os dois são selos do mesmo pacto; que devem ser dispensados exclusivamente por ministros do evangelho; e que continuarão na igreja de Cristo até a Sua segunda vinda.



Pergunta 177. *Em que diferem os sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor?*

R. Os sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor diferem em que o batismo deve ser ministrado uma única vez, com água, para ser sinal e selo da nossa regeneração e enxertadura em Cristo — e isso inclusive às crianças; ao passo que a Ceia do Senhor deve ser ministrada freqüentemente, com os elementos do pão e do vinho, para representarem e apresentarem Cristo como o alimento espiritual para a alma e para confirmarem a nossa permanência e crescimento nEle — e isso somente àqueles com a idade e a capacidade de examinarem a si mesmos.

Referências bíblicas

- Mt 28.19; 1Co 11.23. Deus é o autor tanto do batismo quanto da Ceia do Senhor.
- Rm 6.3-4; 1Co 10.16. A parte espiritual dos dois sacramentos é Cristo e Seus benefícios.
- Rm 4.11 comparado a Cl 2.12; Mt 26.27-28. Ambos os sacramentos são selos do mesmo pacto.
- Jo 1.33; Mt 28.19; 1Co 11.23; 4.1; Hb 5.4. Ambos os sacramentos só podem ser dispensados por ministros do evangelho.
- Mt 28.19-20; 1Co 11.26. Ambos os sacramentos continuarão na igreja até a segunda vinda de Cristo.
- Mt 3.11; Tt 3.5; Gl 3.27. O batismo deve ser ministrado com água, como sinal e selo do novo nascimento e da união com Cristo, e, por representar o início da vida cristã, deve ser aplicado à pessoa somente uma vez.
- Gn 17.7, 9; At 2.38-39; 1Co 7.14. O batismo deve ser ministrado aos filhos dos crentes.
- 1Co 11.23-26. A Ceia do Senhor deve ser ministrada repetidamente, com pão e vinho, representando Cristo como o alimento espiritual para a alma.
- 1Co 10.16. A Ceia do Senhor serve para confirmar a nossa permanência e crescimento em Cristo.
- 1Co 11.28-29. A Ceia do Senhor, ao contrário do batismo, deve ser ministrada somente a pessoas que tenham idade e condições de examinarem a si mesmas.

Comentário

1. Quantos pontos de concordância existem entre o batismo e a Ceia do Senhor?

O Catecismo enumera cinco pontos de concordância, que são: (a) O autor de ambos os sacramentos é Deus. O Catecismo poderia ter acrescentado que os sacramentos foram instituídos pelo Senhor Jesus Cristo durante a Sua vida na terra. (b) A parte espiritual de ambos os sacramentos é Cristo e Seus benefícios, isto é: Cristo e a Sua redenção são representados, selados e aplicados pelo batismo e Ceia do Senhor. (c) Ambos os sacramentos são selos de um mesmo pacto divino, o Pacto da Graça, que possibilita a salvação dos eleitos de Deus. (d) Como ordenanças da igreja visível, ambos os sacramentos devem ser ministrados apenas pelos ministros do evangelho, a quem foram confiados os mistérios de Deus. (e) Ambos os sacramentos são de natureza permanente; continuarão na igreja até a segunda vinda de Cristo no Último Dia. Esses pontos comuns evidenciam que o batismo e a Santa Ceia concordam naqueles aspectos que os tornam em *sacramentos*. Aquilo que os constituem em sacramentos, eles têm em comum.

2. Que diferenças há quanto à parte material externa dos dois sacramentos?

Enquanto o elemento material do batismo é a água, os elementos materiais da Ceia do Senhor são o pão e o vinho.

3. Que diferenças há entre o batismo e a Ceia do Senhor com respeito à realidade espiritual simbolizada e selada pelos sacramentos?

Embora a realidade espiritual simbolizada e selada pelos dois sacramentos seja basicamente a mesma, isto é: Cristo e sua redenção e benefícios, eles diferem em que, ao passo que o batismo é sinal e selo do *começo* da vida cristã (o novo nascimento pelo Espírito Santo, a remissão de pecados pelo sangue de Cristo, a união com Cristo) a Ceia do Senhor é sinal e selo da *continuação* da vida cristã (o alimentar-se de Cristo para a nutrição espiritual e o crescimento em graça). Um sacramento é sinal e selo do *nascimento* espiritual, o outro é sinal e selo do *crescimento* espiritual, ambos tendo por base a redenção proporcionada por Cristo.

4. Por que o batismo deve ser aplicado uma única vez a alguém, mas todo crente deve participar repetidamente da Ceia do Senhor?

Isso se deve às realidades espirituais simbolizadas e seladas pelos dois sacra-

mentos. O batismo é sinal e selo do nascimento espiritual. Assim como só se pode ter um único nascimento natural neste mundo, da mesma maneira só se pode nascer de novo pelo Espírito Santo uma única vez. Como o batismo é sinal e selo disso, a pessoa só pode ser batizada uma vez. A Ceia do Senhor, por outro lado, é sinal e selo do crescimento espiritual pela fé em Cristo. Ao passo que o nascimento é um evento, o crescimento é um processo decorrente do exercício da fé. Alguns alegam que, por essa mesma razão, o batismo também deveria ser impedido às crianças, pois são incapazes de fé e auto-exame. Em resposta a esse argumento, deve-se dizer que o batismo é a contraparte neotestamentária da circuncisão, e que no Velho Testamento as crianças eram circuncidadas por ordem de Deus mesmo sendo incapazes de fé e auto-exame. Portanto, se a incapacidade de exercitarem a fé não as impediu de serem circuncidadas sob o Velho Testamento, não se deveria impedi-las de ser batizadas sob o Novo Testamento. É evidentemente apropriado que as criancinhas recebam o sacramento que é selo e sinal do *nascimento* espiritual (que ocorre antes e é a fonte da fé e da obediência conscientes), embora lhes seja evidentemente impróprio receber o sacramento que é sinal e selo da alimentação em Cristo para o *crescimento* espiritual (que é subsequente à fé e depende do seu exercício consciente). A alegação de que quem pratica o batismo infantil deveria também permitir a comunhão infantil não tem o menor peso, uma vez que fecha os olhos às diferenças entre as realidades espirituais simbolizadas e seladas pelos dois sacramentos.





CAPÍTULO 17

O Uso da Oração

A Natureza da Oração Cristã

Pergunta 178. *Que é oração?*

R. É um oferecimento dos nossos desejos a Deus, no nome de Cristo, com o auxílio do Espírito Santo, com a confissão dos nossos pecados e o grato reconhecimento de Suas misericórdias.

Referências bíblicas

- Sl 62.8. Devemos oferecer os nossos desejos a Deus.
- Jo 16.23. A oração deve ser oferecida em nome de Cristo.
- Rm 8.26. Devemos orar pelo auxílio do Espírito Santo.
- Sl 32.5-6; Dn 9.4. Devemos, na oração, confessar os nossos pecados.
- Fp 4.6. Devemos agradecer a Deus por Suas misericórdias, na oração.

Comentário

1. Que tipo de oração é definida nessa pergunta e resposta do Catecismo?

O Catecismo, nessa declaração, dá a definição da verdadeira oração, ou oração cristã. Isto é, a oração ofertada a Deus em conformidade com a Sua vontade revelada por alguém que foi reconciliado com Ele pela obra redentora de Cristo.

2. Que outros tipos de oração existem, além da oração cristã?

A oração é praticamente universal na raça humana. Sabe-se que há até mesmo ateus que oram quando tomados de assombro ou em profunda aflição. Todo o sistema religioso não-cristão envolve a prática de alguma espécie de oração. A oração não-cristã, contudo, não é dirigida ao único e verdadeiro Deus, mas a alguma divindade falsa ou representação errônea de Deus. O único Deus

verdadeiro é o Deus Trino da Sagrada Escritura: o Pai, o Filho e o Espírito Santo; todos os demais são falsos e não existem de fato. A oração não-cristã, além disso, não se aproxima de Deus através de Cristo como Mediador. Não é oferecida em nome de Cristo, mas apenas em nome daquele que ora, ou talvez em nome de algum outro mediador que não Cristo. Portanto, a oração não-cristã não tem a garantia de ser aceita por Deus (Jo 14.6). Contudo, não podemos negar que Deus, em Sua grande misericórdia, algumas vezes ouve e responde a oração dos não-cristãos, apesar da ignorância espiritual deles e da falta do Mediador. Essas orações, no entanto, diferem essencialmente da oração cristã, conforme explicado antes.

3. Por que deveríamos oferecer os nossos desejos a Deus?

Somos criaturas de Deus e é da nossa natureza sermos dependentes dEle para o suprimento de nossas necessidades físicas, mentais, sociais e espirituais. Mesmo depois que a raça humana caiu em pecado o homem continuou dependente de Deus e houve a necessidade de oração. A queda no pecado aumentou imensamente a nossa necessidade e dependência de Deus. Como o ser humano tem a capacidade de enfrentar a vida com as suas próprias habilidades e condições, a oração é indispensável se quisermos, de fato, glorificar e gozar a Deus.

4. Que tipos de desejos devemos oferecer a Deus em oração?

Devemos, na oração, oferecer a Deus somente desejos dignos, isto é, desejos que estejam em harmonia com a lei moral de Deus e que são oferecidos em submissão à Sua vontade secreta. Veja no Breve Catecismo a Pergunta 98 (“por coisas conformes com a Sua vontade”) e no Catecismo Maior a Pergunta 184 (“Pelo que devemos orar?”). Não devemos orar ao nosso bel-prazer por aquilo que nos agradar; devemos orar em conformidade com a Palavra de Deus e em submissão à vontade de Deus.

5. Por que devemos orar somente em nome de Cristo?

Por que somos pecadores e é somente mediante Cristo que podemos ser reconciliados com Deus e termos acesso à Sua santa presença. Mesmo os crentes pecam contra Deus diariamente por palavras, pensamentos e obras, tendo as suas orações maculadas pelos elementos do pecado. Portanto, é somente pela mediação de Cristo, com base no Seu sangue e na Sua justiça, que nós e as nossas orações se tornam aceitáveis a Deus.

6. Por que temos de orar apenas pelo auxílio do Espírito Santo?

Romanos 8.26 dá a chave para a resposta dessa Pergunta. Em primeiro lugar,

somos ignorantes demais para orarmos sem o auxílio do Espírito Santo. Não sabemos orar como devemos, nem pelo que orar. Somos também impedidos pelas nossas fraquezas; isto é, somos demasiadamente fracos e carentes de poder espiritual para orarmos adequadamente. Ao invés de estarmos cheios de fervor e zelo ao nos aproximarmos de Deus em oração, quão freqüentemente estamos frios ou mornos, e nossas mentes são distraídas com todos os tipos de pensamentos dispersivos! Quantas vezes consideramos a oração como um fardo aborrecido e não como um privilégio real! É obvio que não pode haver oração de verdade sem o socorro do Espírito Santo.

7. Por que devemos confessar os nossos pecados ao orarmos a Deus?

A Bíblia reforça repetidas vezes a verdade de que para nos aproximarmos de Deus de modo aceitável na oração temos de confessar os nossos pecados. “*Se eu no coração contemplara a vaidade, o Senhor não me teria ouvido*” (Sl 66.18). Por causa da santidade de Deus e da absoluta intolerância até mesmo do menor pecado, não podemos gozar da companhia de Deus se não desejarmos sinceramente apartar-nos do pecado. Aquele que se aproxima de Deus em oração sem sentir a própria condição pecaminosa e sem confissão de pecado é presunçoso, confia em si mesmo de maneira farisaica e não é um crente.

8. Por que devemos incluir em nossas orações a ação de graças pela misericórdia de Deus?

Devemos a Deus todas as coisas da vida, exceto o nosso pecado. A vida em si mesma e tudo mais que torna possível e agradável a sua continuação são dons do amor e da bondade de Deus. Além de dar graças pelas bênçãos naturais da vida como a chuva e o brilho do sol, a alimentação e o vestuário, a paz e a fartura, o crente tem a obrigação maior de Lhe render graças pela grande bênção da salvação graciosa de Deus. O crente em Cristo teve a alma livre da morte eterna, os olhos livres das lágrimas e os pés livres da queda. Foi resgatado do terrível poço da perdição, do pântano de lama, e foi firmado na grande Rocha: Jesus Cristo; foi redimido do reino de Satanás, feito cidadão do reino do céu e herdeiro de todas as coisas. O crente tem, com certeza, razões demais para dar graças a Deus. Por essas coisas é que a Palavra de Deus ensina que devemos nos lembrar de dar graças a Deus mesmo em tempos de aflição: “*Orai sem cessar. Em tudo, dai graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco*” (1Ts 5.17-18).



A Quem Devemos Orar?

Pergunta 179. *Devemos orar somente a Deus?*

R. Somente Deus é capaz de esquadriinhar os corações, atender às petições, perdoar os pecados e tornar real os desejos de todos; Ele é o único em quem se deve crer e a quem se deve adorar com culto religioso. A oração, que é uma parte especial do culto, deve ser dirigida por todos a Ele somente, e a mais ninguém.

Referências bíblicas

- 1Rs 8.39; At 1.24; Rm 8.27. Somente Deus é quem conhece os corações de todos os seres humanos.
- Sl 65.2. Somente Deus é capaz de ouvir as nossas orações.
- Mq 7.18. Somente Deus é capaz de perdoar os nossos pecados.
- Sl 145.18-19. Somente Deus é capaz de cumprir os desejos de todo o que O invocar.
- Rm 10.14; Mt 4.4-10; At 10.25-26; Ap 22.8-9. Deus é o único em quem se deve crer e a quem se deve adorar com fé e culto religiosos.
- 1Co 1.2. A oração é uma parte especial do culto religioso.
- Êx 20.3-5; Sl 50.16. Os homens devem orar somente a Deus.

Comentário

1. Qual é o grande e influente grupo religioso que ensina que é certo orar a outros além de Deus?

A Igreja Católica Romana ensina que é certo orar à virgem Maria, aos santos, aos anjos e também a Deus.

2. Por que a Igreja de Roma ensina que é certo orar a Maria, aos santos, e também a Deus?

Por causa do sentimento correto de que necessitamos de um mediador para nos aproximarmos do Deus Santo, associado à falta de compreensão de que Cristo é o único e exclusivo Mediador entre Deus e os homens; só Cristo é quem pode nos conceder acesso à presença do Pai e fazer que sejamos aceitáveis diante dEle. A Igreja de Roma considera Cristo, de fato, como o Mediador entre Deus e os homens, mas extrapola isso e reputa Maria, os santos e os anjos como mediadores entre nós e Cristo.

Esse falso ensinamento resulta na adoração de Maria, dos santos e dos anjos, e incorre em verdadeira idolatria. Um popular catecismo católico romano tem um apêndice com dezenove hinos, seis dos quais dedicados a Maria, dois a José, o esposo de Maria; os onze restantes, por não serem dedicados a ninguém em particular, são dedicados a Deus o Pai, Jesus Cristo ou o Espírito Santo. O mesmo catecismo declara que sabemos que os santos ouvem as nossas orações porque estão com Deus e Deus lhes dará a conhecer as nossas orações! Isso parece, no mínimo, um meio indireto de alcançarmos Deus com as nossas orações.

3. Por que somente Deus é capaz de ouvir as nossas orações?

Somente Deus é onisciente; portanto, somente Deus tem o poder de esquadriñar e conhecer o coração dos homens. Somente Deus é onipresente; portanto, somente Deus tem o poder de ouvir as orações de Suas criaturas em qualquer lugar onde estejam. Além da questão de poder *responder* às orações, somente Deus pode certa e seguramente *ouvir* as nossas orações, discernir os desejos de nossos corações e entender quais sejam as nossas reais necessidades.

4. Por que somente Deus é quem tem poder para perdoar os pecados das pessoas?

As pessoas têm responsabilidade moral para com Deus, que é seu Criador e Juiz. Os judeus estavam corretos ao crerem que ninguém tem poder para perdoar pecados, senão Deus. Os nossos pecados ofendem a Deus; somente a parte ofendida, exclusivamente, é que pode perdoar os pecados. Nosso arrependimento e oração por perdão devem ser dirigidos a Deus, não a uma terceira parte. Vivemos dias em que muitos consideram o pecado somente em termos daquilo que afeta a sociedade humana; devemos nos lembrar que os efeitos sobre a sociedade humana são apenas uma questão secundária ou subproduto do pecado. O verdadeiro e grande mal é a ofensa perpetrada contra Deus e somente Deus é quem pode perdoá-la.

5. Por que somente Deus é quem pode tornar os desejos em realidade?

Porque somente Deus é onipotente, isto é, somente Deus tem poder absoluto e ilimitado. Nada é difícil demais para o Senhor. Com Deus não existe essa coisa de impossibilidade. Devemos orar somente a Ele, aquele que tem realmente o poder para atender às nossas orações. Deus é onipotente; Ele tem o controle completo de tudo o que acontece, de acordo com o Seu próprio grande plano eterno; as nossas orações, portanto, têm de ser dirigidas somente a Ele.

6. Que quer dizer o Catecismo com “Ele é o único em que se deve crer”?

O Catecismo quer dizer com essa declaração que Deus é o único em quem se deve crer como objeto de fé religiosa. cremos no sol, na lua e nas estrelas; cremos em anjos e demônios; cremos em nós mesmos e na raça humana, isto é, cremos que todas essas coisas existem, e cremos em algumas coisas acerca delas. Apesar disso, não cremos nelas como objetos de fé religiosa, mas apenas como objetos de conhecimento genérico ou de fé não religiosa. Ao enviamos uma carta pelos Correios, temos fé no serviço postal; acreditamos que ele é confiável e que a carta chegará ao seu destino no tempo devido. Isso é fé genérica, não fé religiosa.

Quanto a Deus, nós não apenas cremos que Ele existe, que é onipotente, infinito, eterno, imutável, etc., mas cremos *nEle* com fé religiosa; isto é, nós O tomamos como o nosso Deus, nos confiamos a Ele no tempo e na eternidade, confessamos que o nosso destino está em Suas mãos e que o nosso fim principal é glorificá-IO e gozá-IO para sempre.

7. Por que somente Deus deve ser adorado com culto religioso?

Isso decorre da grande verdade de que somente Deus é Deus. O culto religioso, por definição, é o culto devido àquele que é o alvo da nossa fé religiosa. Se cremos que existe somente um Deus, segue-se que somente esse Deus único deve receber adoração ou devoção religiosas.

8. Qual foi o rei na Bíblia que tentou usurpar a exclusiva prerrogativa de Deus de receber culto religioso?

Dario (Dn 6.6-9).

9. Todos têm o dever de orar a Deus?

Sim. Somente o crente em Cristo pode orar de maneira aceitável, porque somente quem crê em Cristo é quem tem o auxílio do Espírito Santo na oração. As orações dos que não crêem em Cristo, que tentam se aproximar de Deus sem ser através de Cristo como seu Mediador, não podem agradar a Deus; mas, negligenciar a oração é ainda mais pecaminoso e desagradável a Deus.



Pergunta 180. *Que significa orar em nome de Cristo?*

R. Orar em nome de Cristo é — em obediência ao Seu mandamento e na confiança de Suas promessas — suplicar misericórdia por Sua causa, não pela mera menção

do Seu nome, mas para derivarmos de Cristo e Sua mediação o encorajamento para orar e a nossa ousadia, força e esperança de aceitação em oração.

Referências bíblicas

- Jo 14.13-14; 16.24; Dn 9.17. Devemos orar em nome de Cristo pedindo misericórdia por Sua causa.
- Mt 7.21. A mera citação formal do nome de Cristo na oração não é o que significa orar em nome de Cristo.
- Hb 4.14-16; 1Jo 5.13-15. Devemos orar através de Cristo como nosso Mediador, por meio de quem temos acesso à presença de Deus e aceitação nEle.

Comentário

1. Como a oração do crente em Cristo se distingue dos demais tipos de orações?

A oração do crente em Cristo diferencia-se de todos os demais tipos de oração por ser dirigida ao verdadeiro Deus, que é revelado na Bíblia, através do Deus-homem Jesus Cristo como Mediador. Toda oração dos não-crentes ou é dirigida a um deus falso e inexistente ou tenta aproximar-se do Deus verdadeiro diretamente, sem mediador, ou tenta aproximar-se do Deus verdadeiro através de outro mediador que não é Jesus Cristo.

2. É apropriado mencionar o nome de Jesus Cristo em nossas orações?

Com certeza é apropriado e sempre deveríamos nos lembrar de fazê-lo. Contudo, precisamos entender que orar em nome de Cristo significa mais do que a simples menção do Seu nome numa espécie de fraseado no encerramento da nossa oração.

3. O povo do período do Velho Testamento orava em nome de Cristo?

Sim, na fé da vinda do Redentor prometido e com a obediente observância dos sacrifícios determinados que apontavam previamente para Ele. O piedoso israelita dos dias do Velho Testamento aproximava-se de Deus em oração com base no Pacto da Graça, tão verdadeiramente como o fazemos hoje; as suas orações eram apresentadas a Deus com base na obra redentora do Messias vindouro. Isso não quer dizer que todos os santos do Velho Testamento compreendiam essa verdade com igual clareza, mas somente que tinham uma certa compreensão disso. À vista de Deus a oração deles era aceitável por causa da futura obra mediadora de Cristo.

4. Que quer dizer “suplicar misericórdia por Sua causa”?

Suplicar misericórdia por causa de Cristo significa suplicar a Deus que nos trate com amor e favor, a despeito de nossos grandes pecados, por causa do que Jesus Cristo tem feito por nós; por causa da perfeita vida de justiça de Jesus Cristo, reconhecida em nossa conta com se fosse nossa justiça. Por causa do Seu sangue derramado, que remove os nossos pecados, Deus pode nos receber como Seus filhos e nos tratar com amor e bondade, e não com ira e juízo. Suplicar misericórdia por causa de Cristo significa, então, pedir misericórdia a Deus tendo como base a obra de Cristo como nosso Salvador.

5. Que atitude errada de mente e coração impede as pessoas de orarem verdadeiramente em nome de Cristo?

A atitude de autoconfiança ou de justiça própria que as faz confiar em si mesmas, na própria retidão, na vida justa, nas boas obras ou no próprio caráter de sorte que, na verdade, põem a confiança em si mesmas, e não em Cristo. Essas pessoas podem citar o nome de Cristo em suas orações, mas na verdade estão orando em seus próprios nomes, não no nome de Cristo, porque acham que podem de fato permanecer por si mesmas diante de Deus e não compreendem a necessidade que têm da redenção de Cristo.

6. Qual foi o personagem de uma das parábolas de Jesus que orou em justiça-própria?

O fariseu, da parábola do fariseu e do publicano, que agradeceu a Deus publicamente por ser melhor que os outros, por sempre cumprir os seus deveres religiosos, etc. (Lc 18.9-14).

7. Por que precisamos de encorajamento para orar?

Precisamos de encorajamento para orar porque a corrupção pecaminosa de nossos corações nos inclina ao desânimo e à indolência. O conhecimento e a experiência que temos de Cristo e de Sua salvação deveria nos encorajar e nos levar à oração, apesar da nossa natural falta de inclinação a isso.

8. Que significa derivar de Cristo e Sua mediação a nossa ousadia, força e esperança de aceitação em oração?

Jamais poderíamos ter a menor ousadia ou confiança verdadeiras, ao nos aproximarmos de Deus em oração, se não fosse pela fé em Cristo como nosso Redentor, pois os nossos corações estariam sempre cheios de dúvidas e temores, presumindo se Deus haveria, ou não, de ouvir as nossas orações. Aquele

que não é crente em Cristo pode orar algumas vezes, e sob o estresse de uma grande aflição é provável que ore, mas jamais pode gozar de real ousadia ou confiança ao orar, pois não conhece a Cristo e por isso não tem a mínima certeza de ser aceito por Deus. Essa falta de fé na mediação de Cristo obscurecerá a sua mente sempre com dúvidas e incertezas; jamais terá a convicção de que as suas orações serão aceitas e respondidas. Esse sentimento de dúvida e de incerteza terá sempre o efeito de impedir alguém de orar de todo o coração. É somente quando temos, através de Cristo, a certeza de sermos aceitos por Deus que podemos verdadeiramente derramar o nosso coração em oração diante dEle.

9. Por que o catecismo menciona especialmente a mediação de Cristo?

Um monte de gente tem um vínculo vago e sentimental com Jesus, achando-O um grande mestre, um grande líder, um grande ideal de humanidade e coisas do tipo. Essas pessoas não são de fato crentes em Cristo, e as suas orações, embora mencionem o Seu nome, não são verdadeiramente orações cristãs. Não somos salvos pelos ensinamentos de Cristo, mas por Sua obra: Seu sangue e Sua justiça. Sem fé na obra de mediação de Cristo não pode haver verdadeira fé salvadora cristã. A admiração sentimental por Jesus como um ser humano não é suficiente e não constitui fé salvadora em Cristo.



Pergunta 181. *Por que devemos orar em nome de Cristo?*

R. O pecado do homem, e a sua distância de Deus por causa disso, é tão grande que não podemos ter acesso à Sua presença sem um mediador; e não havendo no céu nem na terra ninguém indicado ou apto para essa obra gloriosa senão Cristo, não devemos orar em nenhum outro nome, mas somente em Seu nome.

Referências bíblicas

- Jo 14.6; Is 59.2; Ef 3.12. O pecado do homem colocou-o tão distante e separado de Deus que ele só pode ter acesso à Sua santa presença através de um mediador.
- Jo 6.27; Hb 7.25-27; 1Tm 2.5; At 4.12. Cristo, e somente Ele, está qualificado para a obra de Mediador entre Deus e o homem.
- Cl 3.17; Hb 13.15. Só devemos orar no nome de Cristo.

Comentário

1. Qual a razão para a distância que separa o homem de Deus?

Há duas razões para a distância que separa o homem de Deus: (a) Deus é o Criador infinito, ao passo que o homem é uma criatura finita; (b) Deus é absolutamente santo, ao passo que o homem é culpado de e corrompido em pecado.

2. Quando Deus criou o gênero humano, qual era a razão da separação entre o homem de Deus?

Na criação da raça humana o homem estava separado de Deus, seu Criador, apenas por ser criatura. A distância entre o Criador e a criatura era tão imensa que o homem não poderia glorificar nem gozar a Deus plenamente se o próprio Deus não providenciasse uma ponte de ligação sobre o fosso que O separava da humanidade — o que Ele fez ao firmar o Pacto de Obras. Não tendo ainda a raça humana caído em pecado, fazia-se necessário um pacto, e não um Mediador, para que o homem pudesse glorificar e gozar a Deus plenamente.

Quando Adão quebrou, pela desobediência, o Pacto de Obras, a separação entre Deus e o homem aumentou por causa do pecado humano. Portanto, desde então os seres humanos não mais poderiam ter comunhão com Deus *sem os dois: um pacto e um Mediador* (vide Confissão de Fé VII.I).

3. Por que é necessário um Mediador para que seres humanos pecadores tenham acesso à presença de Deus?

Porque a santidade absoluta é um dos atributos de Deus e significa que Deus é e tem de estar infinitamente separado de tudo o que é pecaminoso. A Bíblia diz que Deus não pode negar a Si mesmo. Se os seres humanos pecadores pudessem ter acesso à presença do santo Deus sem a necessidade de um mediador, isso seria o mesmo que Deus negar a Si mesmo; isto é, Deus teria negado e desconsiderado a Sua própria santidade, que é inseparável dEle. Se fosse possível aos seres humanos chegarem à presença de Deus sem um mediador, isso os colocaria imediatamente debaixo de juízo e de condenação em razão da magnitude da ira de Deus contra o pecado.

4. Por que Cristo, e ninguém mais, está qualificado para ser o Mediador entre Deus e o homem?

O Mediador tem de ser Deus, tem de ser também homem e tem de ser Deus e homem em uma só pessoa. Obviamente, ninguém mais, senão Jesus Cristo, possui essas qualidades. Os anjos não poderiam servir de mediadores, pois não são nem Deus nem homem. Deus o Pai não poderia exercer essa função,

pois é unicamente Deus e não homem. Nenhum ser humano, exceto Cristo, poderia servir, pois todos os demais são somente homens e não Deus. Além disso, todos os seres humanos, exceto Jesus Cristo, são pecadores e por isso necessitam de alguém que lhes sirva de mediador, não podendo, por isso, servir de mediadores a outros seres humanos.

5. Por que não podemos orar em nome da Virgem Maria nem de outros santos?

Porque nem a Virgem Maria nem nenhum dos santos possuem as qualificações para a obra de mediação entre Deus e nós. Na verdade, a própria Maria e os santos foram salvos e reconciliados com Deus unicamente através da obra mediatória do Senhor Jesus Cristo. Podemos e devemos estimar Maria e os santos pelos seus serviço, testemunho e sofrimento fiéis por causa de Cristo, mas não podemos lhes prestar nenhuma honra que pertença exclusivamente a Cristo. Eles pertencem à companhia dos santos, mas não são co-salvadores com Cristo.

6. Por que o Catecismo refere-se à obra de mediação entre Deus e o homem como “essa obra gloriosa”?

Porque a obra de mediação manifesta a glória de Deus na salvação do homem e tem a sua consumação na glória eterna dos remidos.

7. De que maneira essa resposta do Catecismo contradiz a visão moderna e “liberal” a respeito de Jesus Cristo?

Nessa resposta o Catecismo estabelece a absoluta singularidade de Jesus Cristo, o qual é descrito como o único Salvador possível da raça humana. Não há, nem pode haver jamais, ninguém equiparado a Ele. A visão moderna e “liberal” de Jesus Cristo, contudo, considera-O essencialmente e unicamente como humano, a mesma coisa dos outros homens, diferindo deles apenas em grau, não em natureza. Os modernistas podem considerar Jesus como o melhor homem que já existiu, mas de acordo com a sua crença, é possível que a raça humana, devido ao seu progresso evolutivo, produza algum dia um indivíduo mais perfeito do que Jesus Cristo. O Modernista integral — até onde crê em Cristo, se é que crê — acredita nEle como “um” Salvador, não como o *único e suficiente* Salvador da raça humana.

8. Qual o modo mais comum de se violar o mandamento para orarmos em nome de Cristo?

Esse mandamento é mais comumente violado por quem, sem ter Cristo como

Mediador, supõe em ignorância que pode vir diretamente à presença de Deus. Isso é muito comum entre aqueles que não foram instruídos na fé cristã, os quais não têm consciência genuína do pecado nem de que carecem de um mediador. Eles dirigem-se a Deus como “Pai”, não tendo o direito de fazê-lo à parte da fé em Cristo, e, então, finalizam as suas orações simplesmente dizendo “amém”, sem citarem sequer o nome de Jesus Cristo. Isso é o mesmo que orar *em seus próprios nomes*. Quem procura se aproximar de Deus sem o Mediador está tentando orar em seu próprio nome.



Pergunta 182. *Como o Espírito Santo nos ajuda a orar?*

R. Não sabendo pelo quê e como devemos orar, o Espírito socorre as nossas fraquezas habilitando-nos a compreender por quem, pelo quê e como orar; e opera e aviva em nossos corações (embora não em todas as pessoas, nem em todos os tempos, na mesma medida) aquelas percepções, sentimentos e graças necessárias ao correto cumprimento desse dever.

Referências bíblicas

- Rm 8.26-27. O Espírito Santo nos ajuda a orar corretamente.
- Sl 10.17. Deus prepara o coração do Seu povo para que ele possa orar corretamente.
- Zc 12.10. Deus concede ao Seu povo o desejo e a capacidade de orar, derramando sobre eles o Seu Espírito Santo.
- Ef 6.18; Jd 20. Devemos orar em Espírito.

Comentário

1. Por que precisamos da ajuda do Espírito Santo para orarmos?

Precisamos do socorro do Espírito Santo por causa da nossa ignorância espiritual, que é a razão de não sabermos pelo quê orar nem como devemos orar corretamente; e por causa da nossa fraqueza e indolência espirituais, que são a razão de não nos sentirmos inclinados a orar e de tendermos a orar de maneira formal e automática, e não fervorosa e espiritualmente.

2. Como o Espírito Santo remedia a nossa ignorância espiritual?

O Espírito Santo remedia a nossa ignorância espiritual, não por nos revelar nenhuma verdade fora da Bíblia ou a ela acrescentada, mas por abrir os nossos

olhos espirituais para que possamos discernir o verdadeiro sentido do que já foi revelado na Bíblia, habilitando-nos, assim, a conhecer a vontade de Deus com respeito à oração.

3. Revela-nos o Espírito Santo que Deus escolheu alguém em particular para a vida eterna e que por isso devemos orar pela salvação dessa pessoa com a plena confiança de que a nossa petição será atendida?

Não. Só Deus sabe quem são os eleitos e não é pela oração nem por nenhum outro tipo de atalho que se pode obter antecipadamente a informação da real salvação dos eleitos. Não temos nenhum direito de dizer positivamente que alguém em particular deve ser um daqueles a quem Deus escolheu para a vida eterna, porque o Espírito Santo “colocou em nosso coração” que devemos orar pela salvação de tal pessoa.

É verdade que o Espírito Santo, por Sua operação misteriosa, pode mover um ou mais filhos de Deus a orar prolongada e fervorosamente pela salvação de um não-regenerado em particular. Num caso desses pode ser justificável partilharmos a provável esperança de que essa pessoa virá finalmente a Cristo em arrependimento e fé, mas não estamos autorizados a afirmar isso antes da sua real experiência de salvação. Todo tipo de oração assim deve ser feito sempre em humilde submissão à soberania e ao secreto conselho de Deus. Devemos orar pela salvação dos eleitos de Deus e devemos orar para que, *se* alguém em particular é um dos eleitos, venha a Cristo e seja salvo.

A eleição já estava decretada por Deus desde a eternidade, antes da criação do mundo; não pode ser modificada nem posta de lado pelas nossas orações. Ainda que a pessoa por quem oramos jamais seja salva, tais orações não são desperdiçadas nem inúteis. Elas servirão para a honra e glória de Deus no Dia do Juízo e deixarão o pecador perdido ainda mais sem desculpas do que teria em caso contrário.

Com respeito a isso, a história da conversão de Agostinho de Hipona é muito curiosa e está descrita nas suas *Confissões*, especialmente em 3.19-21 e 8.25-30. Mônica, a mãe de Agostinho, orou pela sua salvação continuamente por muitos anos até que ele, finalmente, converteu-se a Cristo na idade de trinta e dois anos.

4. Por que precisamos que o Espírito Santo atue “operando” e “avivando” nossos corações para que oremos como convém?

Avivar significa “dar vida” ou “estimular”. Precisamos que o Espírito Santo atue avivando os nossos corações para que oremos como convém, pois mesmo

aqueles que nasceram de novo são por si mesmos muito apáticos e espiritualmente desleixados e sem o auxílio especial do Espírito Santo nunca orariam com devam. Pela ação especial do Espírito Santo no coração do crente em Cristo esta apatia e desleixo pecaminosos são, até um certo ponto, superados para que se torne possível a oração real.

5. O Espírito Santo opera sempre de modo uniforme para auxiliar os crentes a orar?

Não. Todo crente verdadeiro recebe o auxílio do Espírito Santo para orar, mas essa obra do Espírito não é “em todas as pessoas, nem em todos os tempos, na mesma medida”. Isto é, algumas pessoas recebem mais desse socorro do que outras; e a mesma pessoa recebe mais auxílio num momento do que em outro.

Os porquês dessa falta de uniformidade na atuação do Espírito Santo estão reservados ao secreto conselho de Deus. Tenhamos a certeza de que há um sábio propósito por trás disso, mas seja qual for, não nos foi revelado. Pode ser que em alguns casos o Espírito Santo reduza por um tempo boa parte da sua atuação interior para que provemos da humildade e reconheçamos a nossa dependência dEle e o nosso desamparo em nós mesmos.

6. O que significa “percepções” nessa resposta do Catecismo?

Aqui, a palavra *percepções* significa “consciência, impressão ou intuição” de “itens de conhecimento”, isto é, itens da verdade que o Espírito Santo nos habilita a perceber e entender para que possamos orar como convém.

7. O que significa “sentimentos”?

Aqui, a palavra *afeições* significa sentimentos e desejos que o Espírito Santo anima em nossos corações para que possamos orar corretamente, tais como amor a Deus, ação de graças a Ele, o desejo de que o Seu nome seja glorificado e que seja feita a Sua vontade, etc.

8. O que significa “graças”, com relação a isso?

Com “graças” o Catecismo refere-se às qualificações espirituais que temos de ter, à parte das percepções e sentimentos corretos, para orarmos de modo agradável a Deus. Estas “graças” são humildade, autonegação, fé nas promessas de Deus e a persistência que nos capacita a superar os obstáculos e nos conserva em oração, mesmo quando a nossa carne pecaminosa prefere nos inclinar noutra direção. Essas “graças” são, categoricamente, obra do Espírito Santo

em nossos corações, não as temos de nós mesmos, nem podemos obtê-las por planejamento, boas resoluções ou força de vontade humanas.

9. Que atitude devemos ter para com “livros de oração” e modelos de orações por escrito?

O *Testemunho Presbiteriano Reformado* (The Reformed Presbyterian Testimony) fala assim dessa questão: “A oração pública deve acompanhar a pregação da Palavra: *modelos* de oração por escrito, lidos ou repetidos, não são autorizados pelas Escrituras — não são planejados para exercitarem a mente nas graças do Espírito Santo — não são adaptados aos variados estados da Igreja e seus membros, nem devem ser usados para nos aproximarmos do trono da graça” (24).

É claro que podemos aprender algo de valor ao lermos e ao estudarmos as orações de crentes eminentes do passado, mas não devemos depender delas ao nos achegarmos ao trono da graça. Antes, devemos buscar a graça do Espírito Santo para que possamos formular orações aceitáveis e ferventes com nossas próprias palavras. Devemos sempre nos manter em guarda contra a tendência para o formalismo religioso.



Pergunta 183. *Por quem devemos orar?*

R. Devemos orar por toda a igreja de Cristo sobre a terra; pelos magistrados e demais autoridades; por nós mesmos, pelos nossos irmãos e até mesmo pelos nossos inimigos; pelos homens de todas as categorias que agora vivem e que ainda hão de nascer; (continua).

Referências bíblicas

- Ef 6.18; Sl 28.9. Devemos orar por toda a igreja de Cristo sobre a terra.
- 1Tm 2.1-12; Cl 4.3. Devemos orar por todos os que ocupam posições de autoridade na igreja e no Estado.
- Gn 32.11; Is 38.1-5. É correto orarmos por nós mesmos.
- Tg 5.16; Gn 20.7, 17; Jô 42.7-8; Mt 5.44. Devemos orar pelos nossos irmãos, pelos nossos amigos e até mesmo pelos nossos inimigos.
- 1Tm 2.1-2; Jo 17.20; 2Sm 7.21. Devemos orar por todas as categorias de homens, tanto pelos que agora vivem como pelos que ainda hão de nascer.

Comentário

1. Por que devemos orar por toda a igreja de Cristo na terra?

Devemos orar por toda a igreja de Cristo na terra por causa da unidade espiritual da igreja como um único corpo sob a mesma cabeça. As nossas orações não se devem limitar à nossa própria congregação ou mesmo só à nossa própria denominação; nossas orações devem abranger todos as ramificações da igreja de Cristo. Isso não quer dizer que devamos orar detalhadamente por todos os segmentos da igreja, mas que não devemos limitar as nossas interseções à fração da igreja da qual somos membros. Devemos orar pela igreja e pelo reino de Cristo como um todo. Em questão de orações intercedentes não devemos ser míopes nem denominacionalmente tendenciosos. É claro que devemos orar em especial pela nossa própria denominação, com a qual temos vínculos e responsabilidades especiais, mas isso jamais deverá excluir uma visão mais ampla que nos leve a rogar a Deus por toda a igreja de Cristo no mundo.

2. Por que somos ordenados a orar pelos magistrados?

Somos ordenados a orar por magistrados e por todas as autoridades, isto é, por pessoas em posição de autoridade tanto no Estado quanto na igreja, porque esses dois são instituições divinas para a realização dos propósitos de Deus no mundo, e ambos carecem do Seu auxílio e da Sua bênção para a correta concretização das suas tarefas. Magistrados e autoridades precisam ter sabedoria, coragem, honestidade e integridade, bem como outros dons da graça comum e da graça especial de Deus. Por causa disso os crentes em Cristo devem orar por eles.

3. É certo orarmos por nós mesmos?

Claro que é; orar por nós mesmos não é a mesma coisa que orarmos egoisticamente. Podemos orar por nós sem contudo agirmos com egoísmo. Quem ora egoisticamente cai, com isso, em pecado e não receberá nenhuma bênção de Deus como resposta à sua oração (Tg 4.3). Há, contudo, um modo acertado de orarmos por nós mesmos, conforme a Bíblia exemplifica muitas vezes. (a) Podemos pedir bênçãos temporais legítimas para nós, tais como saúde ou cura, alimento, vestuário, prosperidade material, sucesso nos negócios, etc., e Deus nos concederá essas bênçãos como resposta às nossas orações até onde elas estiverem em conformidade com a Sua glória e com o nosso próprio bem-estar. (b) Devemos sempre orar por bênçãos espirituais para nós mesmos, e quando fazemos isso sincera e humildemente podemos confiar que Deus ouvirá às nossas orações — ou concedendo-nos o que pedimos ou de um outro modo conforme a Sua sabedoria e amor, o que é bem melhor.

4. Por que somos ordenados a orar pelos nossos inimigos?

É triste, mas verdadeiro, que é impossível passarmos pela vida e cumprir nosso dever sem incorrer na inimizade de alguém, quer dizer, sem termos alguns inimigos. O melhor e mais santo dos santos de Deus descobriu que isso é verdade. Pensemos por exemplo em Davi, Elias, Paulo, Matinho Lutero, João Knox, Andrew Melville e James Renvick. No presente estado do mundo é inevitável que as nações algumas vezes estejam em inimizade uma contra a outra. Deve-se notar que a Bíblia não diz que não devemos ter nenhum inimigo, mas que devemos amar e orar em favor deles; isso implica que não podemos evitá-los.

Mesmo aqueles que inevitavelmente possam ser nossos inimigos, ainda assim são seres humanos criados à imagem de Deus, e, assim como nós mesmos, pecadores como os tais por quem Cristo morreu para remir. Mesmo sendo nossos inimigos, não estão fora do alcance do poder salvador de Cristo e, portanto, devemos orar por eles. Isso não quer dizer que oraremos para que sejam bem-sucedidos em seus mal-feitos, mas devemos orar pelo seu real bem-estar.

5. O dever de orarmos pelos nossos inimigos significa que não devemos opor-lhes resistência?

De jeito nenhum. Devemos orar pelos nossos inimigos, mas temos, ao mesmo tempo, o dever de defender a nós mesmos, as nossas famílias e o nosso país contra injustiças e violências. Orar pelos nossos inimigos significa, principalmente, orar pelo seu arrependimento, conversão a Cristo e salvação. Temos também o dever, dado por Deus, de resistir às suas agressões e injustiças. Em sendo possível, isso deve ser feito recorrendo-se à lei; mas, em não sendo possível, temos verdadeiramente o dever de resistir à violência pela força. Se algum criminoso invade a nossa residência e ameaça destruir a nossa família, não devemos vacilar em tentar subjugar-lo, ou, se mesmo necessário, atirar nele. Semelhantemente, temos também o dever de usar a força para resistir aos inimigos públicos, internos ou estrangeiros do nosso país; contudo, mesmo assim, não devemos odiá-los, mas orar para que Deus tenha misericórdia deles e os salve de seus pecados.

6. Por que devemos orar “pelos homens de todas as categorias que agora vivem, e que ainda hão de nascer”?

Todos os seres humanos, tanto aqueles que agora vivem quanto os que ainda estão para nascer, são criados à imagem de Deus com o propósito de glorifi-

carem a Deus. Muitos dos que agora vivem e dos que viverão no futuro são também eleitos de Deus, por quem Cristo morreu, e serão salvos no tempo oportuno tornando-se herdeiros da glória eterna. Devemos orar para que Deus seja glorificado neles e que, até ao fim dos tempos, os Seus eleitos sejam feitos um em Cristo.

Pergunta 183 (Continuação). *Por quem devemos orar?*

(...) mas não devemos orar pelos mortos, nem por aqueles que sabemos terem cometido o pecado para morte.

Referências bíblicas

- 2Sm 12.21-23. Não devemos orar pelos mortos.
- 1Jo 5.16. Não devemos orar por aqueles que cometeram “o pecado para a morte”.

Comentário

1. Por que é errado orar pelos mortos?

Resumidamente: é errado orar pelos mortos porque os remidos estão com Cristo no céu, onde não precisam mais de nossas orações, e os perdidos estão no inferno, onde as nossas orações não podem mais lhes valer. Na morte dos crentes, as suas almas são tornadas perfeitas em santidade (Hb 12.23) e passam a gozar perfeito descanso e paz com Cristo no céu enquanto aguardam a ressurreição de seus corpos e o Dia do Juízo (Ap 6.11; 14.13), obviamente não precisam mais de nossas orações; não há benção que possamos pedir a Deus que eles já não tenham. Quanto aos perdidos, as Escrituras ensinam com a máxima clareza que a morte é o fim de toda oportunidade de arrependimento, conversão e salvação; após a morte “*está posto um grande abismo*” (Lc 16.26) e não resta mais aos perdidos a mínima possibilidade de reconciliação com Deus (Lc 16.24-26; Ap 22.11).

2. Por que a Igreja Católica Romana autoriza as orações pelos mortos?

A Igreja Católica Romana autoriza as orações pelos mortos devido à sua crença não-bíblica no purgatório: “o estado onde sofrem por um tempo os culpados de pecado venial ou os que não cumpriram ainda as devidas penas de seus pecados”. A Igreja Romana ensina que as orações dos vivos podem ajudar as almas no purgatório. Se a total idéia do purgatório é antibíblica, como cremos que é, então as orações pelas almas no purgatório também o são.

3. Existem protestantes que crêem na oração pelos mortos?

Existem alguns protestantes que crêem em orar pelos mortos. Isso não é porque crêem no purgatório, mas pela falta de fé no ensino da Bíblia de que a morte é o fim de toda oportunidade de salvação. Os que não acreditam no céu e no inferno como destinos absolutamente separados, mas acreditam meramente num “outro mundo”, não verão, naturalmente, nenhuma razão por que não devem orar pelos mortos. Também os que crêem que haverá uma “segunda chance” para a salvação, podem se inclinar a crer que seja certo orar pelos mortos. Como cremos que todos esses ensinamentos estão errados e são contrários à Bíblia, repudiamos, em todas as suas formas, a idéia de orar pelos mortos.

4. Encontramos na Bíblia exemplos de orações pelos mortos?

Não. Não há na Bíblia nenhum exemplo sequer disso.

5. Que significa “pecado para morte”?

Entende-se, usualmente, que essa expressão tirada de I João 5.16 seja equivalente ao pecado imperdoável ou ao pecado contra o Espírito Santo mencionado em Mateus 12.31-32 e Marcos 3.29. Esse pecado é imperdoável, não por ser grande demais para o perdão, mas porque pela sua natureza ele corta, inevitavelmente, qualquer possibilidade de arrependimento e de fé salvadora e, portanto, de salvação.

Endente-se que o pecado para a morte seja uma resistência obstinada, permanente e total ao apelo do Espírito Santo, o qual finalmente abandona a pessoa ao seu próprio pecado deixando totalmente de influenciá-la. Como o verdadeiro arrependimento é um dom de Deus e decorre da ação do Espírito Santo no coração, esse arrependimento não será mais possível depois que o Espírito Santo abandone cabalmente alguém. Pessoas assim tornam-se completamente “endurecidas” e não demonstram mais o menor interesse nas coisas espirituais ou na salvação da sua alma.

Portanto, como a salvação de alguém assim é impossível, por estar em desacordo com o propósito de Deus, é claramente errado orar por tal pessoa. Não devemos orar a Deus por quem sabemos que tenha cometido o pecado para a morte, da mesma maneira que não devemos orar pelos que morreram no pecado.

Devemos, no entanto, ser extremamente cautelosos quanto ao afirmar que alguém em particular tenha cometido o pecado para morte. Não é provável que este seja um pecado banal. Precisamos atentar às exatas palavras de I João

5.16: “Se alguém vir a seu irmão cometer pecado não para morte, pedirá, e Deus lhe dará vida, aos que não pecam para morte. Há pecado para morte, e por esse não digo que rogue”. O texto não diz: “e por esse *digo que não rogue*”, mas limita-se simplesmente a não nos ordenar a orar por essas pessoas: “e por esse *não digo que rogue*”. Se persistir qualquer dúvida plausível sobre se a pessoa cometeu mesmo o “pecado para a morte”, podemos corretamente orar por ela para que Deus em Sua misericórdia, se este for o Seu propósito, salve-o do pecado e da morte eterna.



Pergunta 184. *Pelo que devemos orar?*

R. Devemos orar por tudo aquilo que coopere para a glória de Deus, para o bem-estar da Igreja, para o nosso próprio bem ou dos outros; mas não devemos orar por nada que seja ilícito.

Referências bíblicas

- Mt 6.9. Em nossas orações, devemos pensar em primeiro lugar naquilo que coopera para a glória de Deus.
- Sl 51.18; 122.6. Devemos orar pelo bem da igreja.
- Mt 7.11. Devemos orar por tudo que coopere para o nosso bem.
- Sl 125.4. Devemos orar por tudo que coopere para o bem dos outros.
- 1Jo 5.14; Sl 66.18. Não devemos orar por nada que seja ilícito nem contrário à vontade de Deus.

Comentário

1. Qual a consideração mais importante que devemos fazer ao decidirmos pelo que orar?

A consideração mais importante tem de ser a glória de Deus. O prefácio da oração do Senhor, ou oração dominical, (Mt 6.9 e Lc 11.2-4) nos ensina isso, bem como muitas outras partes da Bíblia. O nosso fim principal é glorificar a Deus e gozá-LO para sempre. Não devemos pensar primeiramente nas nossas necessidades, problemas ou desejos, mas em Deus, na Sua honra e na Sua glória.

2. Como podemos saber quais são as coisas que cooperam para a glória de Deus?

Só há um modo de sabermos quais são as coisas que cooperam para a glória

de Deus: pelo estudo da Bíblia, que é a vontade revelada de Deus. Fora da luz da Escritura os homens têm sempre se desviado, e muitas coisas das quais pensam que agradam a Deus são, na verdade, contrárias à Sua vontade e até mesmo odiadas por Ele. Jefté pensou que glorificava a Deus oferecendo-lhe a sua própria filha como holocausto (Jz 11.29-40). Mas isso era contrário à vontade de Deus e foi a ignorância de Jefté acerca da Escritura (a lei de Deus nos Livros de Moisés) que o levou a desviar-se para tão longe. Na Idade Média e no período da Reforma, a Inquisição tirou a vida de incontáveis crentes fiéis e tementes a Deus, e tudo isso em nome da glória de Deus. Quando os homens se desviam da Palavra de Deus escrita, cometem todo tipo de erro em nome da glória divina. Não poderemos orar corretamente, se também não estudarmos a Bíblia corretamente.

3. Por que devemos orar pelo bem-estar da igreja?

A igreja não é uma mera organização humana, mas a casa de Deus, uma instituição divina, o corpo do qual Cristo é a cabeça. O verdadeiro bem-estar do povo de Deus, e mesmo a paz e a prosperidade das nações do mundo, dependem verdadeiramente do bem-estar espiritual e da segurança da igreja; a qual, obviamente, não é uma mera e única denominação, mas toda a igreja visível de Deus sobre a terra. A Bíblia ensina que Deus lida com as nações de acordo com o tratamento que elas dão ao Seu povo do pacto, à Sua igreja. Deus disse a Abraão: *“Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; em ti serão benditas todas as famílias da terra”* (Gn 12.3). Mais tarde, Deus falou através do profeta Jeremias predizendo a destruição do Império Babilônico pelos Medos e Persas, por causa do cruel tratamento de Babilônia para com o povo do pacto de Deus. *“Tu és meu martelo e minhas armas de guerra; e contigo despedaçarei nações e contigo destruirei os reis; e contigo despedaçarei o cavalo e o seu cavaleiro; e contigo despedaçarei o carro e o que vai nele; e contigo despedaçarei o homem e a mulher; e contigo despedaçarei o velho e o moço; e contigo despedaçarei o jovem e a virgem; e contigo despedaçarei o pastor e o seu rebanho; e contigo despedaçarei o lavrador e a sua junta de bois; e contigo despedaçarei os capitães e os magistrados. E pagarei à Babilônia e a todos os moradores da Caldéia toda a maldade que fizeram em Sião, à vossa vista, diz o SENHOR”* (Jr 51.20-24, ARC). Essa notável declaração não significa que a igreja deve atacar as nações e seus moradores com a força das armas; antes, significa que por causa da perseguição, da opressão e dos maus-tratos com que afligiram Sião (a igreja), Deus, na Sua providência,

executará o juízo e a destruição das nações. Disso conclui-se que o verdadeiro bem-estar e prosperidade da igreja têm uma relação muito próxima com a paz e a prosperidade das nações do mundo. Continua sendo verdade que Deus abençoará àqueles que abençoarem Sião e amaldiçoará àqueles que o amaldiçoarem.

4. Como podemos saber quais são as coisas para o nosso bem?

Em alguns casos, podemos ter a certeza de que certas coisas são para o nosso bem, porque estão reveladas na Escritura. Podemos orar por essa bênção com total confiança. Por exemplo, sabemos que é sempre para o nosso próprio bem que nos apartemos do mal, pratiquemos o que é bom e procuremos alcançar a paz, pois a Bíblia afirma: *“Aparta-te do mal e pratica o que é bom; procura a paz e empenha-te por alcançá-la”* (Sl 34.14). É sempre para o nosso bem *“estar junto a Deus”* (Sl 73.28). É sempre para o nosso bem que sejamos consagrados e tornados, em nosso caráter, santos e semelhantes a Cristo. Por todos os casos revelados na Bíblia, devemos orar de modo confiante.

Há, contudo, outras questões a esse respeito para as quais não temos na Bíblia revelação explícita. Prosperidade financeira e nos negócios, cura física, sucesso em qualquer empreendimento particular — coisas assim podem ou não contribuir para o nosso verdadeiro bem. Deus não revelou em Sua Palavra, em nenhum caso particular, se é ou não para Sua glória e nosso próprio bem que recebamos bênçãos assim. Nesses casos devemos sempre orar em submissão à vontade de Deus, dizendo como o nosso Salvador o disse no Jardim do Getsêmani: *“não se faça a minha vontade, e sim a tua”*. Essas bênçãos serão concedidas se estiverem de acordo com a vontade de Deus e estarão de acordo com a vontade de Deus quando melhor servirem para promover a Sua glória e o nosso bem; mas somente Deus é quem sabe o que elas irão ou não nos fazer, por isso devemos orar em humilde submissão à vontade de Deus. Hoje, os promotores do movimento do “evangelho da saúde e da prosperidade” dizem-nos que devemos orar por essas coisas *porque são da vontade de Deus*; isso não é bíblico, antes devemos orar por cura e prosperidade *se forem da vontade de Deus*.

5. O que significa orar pelo bem dos outros?

Orar pelo bem dos outros significa, primeiro que tudo, orar pela salvação deles, em submissão à soberania e ao conselho secreto de Deus. Em segundo lugar, significa orar para que bênçãos temporais lhe sejam concedidas, até onde Deus seja glorificado ao lhas conceder.

6. Por que é errado orar por qualquer coisa ilícita?

Na Bíblia, a distinção entre o que é certo e o que é errado é absoluta. O certo é sempre certo e o errado é sempre errado. Tudo aquilo que tende a obliterar ou obscurecer essa distinção absoluta entre o certo e o errado é maligna e odiosa para Deus. Por isso a Bíblia nos ensina que não “*pratiqueemos males para que venham bens*” (Rm 3.8); isto é, não devemos tentar realizar o bem fazendo aquilo que é errado. Por exemplo, não devemos usar a mentira para promover uma boa causa. Do mesmo modo que não podemos orar para ganhar na loteria para contribuir com a igreja ou com as missões estrangeiras. Não devemos orar para que nada desonesto ou moralmente errado seja abençoado com sucesso ou prosperidade.

Sempre tem havido quem ache que a glória de Deus pode precisar que se recorra ao mal, da parte do povo de Deus. Um bando de criminosos em vias de assaltar um banco não tem o mínimo respaldo para orar pela bênção de Deus sobre os seus esforços. Claro que esse é um caso extremo, mas o princípio vale para todos os casos. Jamais podemos procurar a bênção de Deus sobre o mal ou o que é errado. “*Se eu atender à iniquidade no meu coração, o Senhor não me ouvirá*” (Sl 66.18 - ARC). Deus, em Sua divina soberania, pode permitir a existência do mal e pode revertê-la para a Sua glória, mas isso não quer dizer jamais que Deus aprove o mal. Ele sempre odeia o mal porque é contrário à Sua natureza e o Seu povo deve sempre detestar o mal e abster-se de praticá-lo.



Pergunta 185. Como devemos orar?

R. Devemos orar em temor e reconhecimento reverentes da majestade de Deus e com profundo senso de nossa indignidade, necessidades e pecados; com corações penitentes, agradecidos e francos; com entendimento, fé, sinceridade, fervor, amor e perseverança — esperando nEle com humilde submissão à Sua vontade.

Referências bíblicas

- Ec 5.1-2. Devemos orar conscientes da majestade de Deus.
- Gn 18.27; 32.10. Devemos orar conscientes da nossa indignidade à vista de Deus.
- Lc 15.17-19. Devemos orar conscientes de nossas necessidades pessoais.

- Lc 13.13-14. Devemos orar conscientes de nossos próprios pecados.
- Sl 51.17; 32.5-6; 38.18. Devemos orar em espírito de arrependimento.
- Fp 4.6. Devemos orar em atitude de gratidão a Deus.
- 1Sm 1.15; 2.1. Devemos orar com corações francos e abertos, com profundo desejo de receber as bênçãos de Deus.
- 1Co 14.15. Devemos orar com entendimento e inteligência.
- Mc 11.24; Tg 1.6. Devemos orar com fé em Deus e nas Suas promessas.
- Sl 145.18; 17.1; Tg 5.16; 1Tm 2.8. Devemos orar com sinceridade, fervor e amor a Deus.
- Ef 6.18; Mq 7.7. Devemos orar perseverantemente, aguardando a resposta de Deus no tempo de Deus.
- Mt 26.39; 1Jo 5.14-15. Devemos orar com humilde submissão à vontade de Deus.

Comentário

1. Que quer dizer “temor e reconhecimento reverentes da majestade de Deus”?

Sobre a palavra *temor* veja Hebreus 12.28: “*retenhamos a graça, pela qual sirvamos a Deus de modo agradável, com reverência e santo temor; porque o nosso Deus é fogo consumidor*”. A palavra *reconhecimento* significa aqui “considerar com atenção; distinguir alguém por certos caracteres; admitir como verdadeiro, real”. A “majestade de Deus” significa a grandeza infinita e absoluta de Deus, pela qual Ele está infinitamente acima e além de todas as criaturas. Podemos parafrasear esta declaração do Catecismo assim: “Devemos orar considerando atenta e reverentemente a grandeza absoluta e infinita de Deus e a Sua separação, também absoluta e infinita, de todas as criaturas”.

2. Por que devemos orar com “temor e reconhecimento reverentes da majestade de Deus”?

Devido a quem é Deus e pelo que é Deus, conforme Ele nos é revelado na Bíblia. Deus e o homem não são iguais. Jamais poderíamos nos aproximar de Deus se Ele não nos tivesse aberto o caminho ao condescender no estabelecimento do Seu pacto conosco. Mesmos antes de a humanidade haver caído em pecado, Adão e Eva, quando viviam em retidão no Jardim do Éden, não poderiam ter gozado de comunhão com Deus se Deus não tivesse tomado a iniciativa criando uma ponte sobre o abismo entre o Criador e a criatura ao estabelecer o Pacto de Obras (vide Confissão de Fé de Westminster, VII.I).

Se isso era verdadeiro mesmo antes de a humanidade ter caído em pecado, muito mais verdadeiro é hoje, quando estamos apartados de Deus não apenas por causa da nossa finitude como criaturas, mas também por causa da nossa pecaminosidade como membros de uma raça caída e corrompida.

3. É comum nos dias presentes a falta do reconhecimento reverente da majestade de Deus?

Sim. Mesmo aqueles que dão mostras de serem verdadeiros filhos de Deus quase sempre não se aproximam de Deus com a devida reverência. Até mesmo as orações públicas são às vezes informalmente ofensivas ao se dirigirem a Deus. Essa atitude errada é sem dúvida resultado da ênfase unilateral no amor de Deus que se tornou quase dominante no protestantismo moderno. Ao enfatizar o amor de Deus, a religião moderna deixou de lembrar que o amor é só um dos aspectos do ser de Deus. Jamais podemos nos esquecer da majestade, da santidade e da justiça de Deus. Devemos sempre ter em mente que Deus não é alguém conhecido por acaso a quem podemos tratar como bem entendermos; Deus é o infinito, eterno e imutável Criador e Governador do universo.

4. Por que a religião moderna tendeu a enfatizar somente o amor de Deus, esquecendo-se da Sua majestade e santidade?

Porque a visão moderna da vida centraliza-se no homem, não em Deus. Essa visão pervertida da vida centralizada no homem tem invadido muitas igrejas e a vida religiosa de seus membros. O resultado tem sido a tendência de apegar-se aos aspectos da doutrina cristã sobre Deus tidos como úteis à humanidade, ao passo que se esquece e se negligencia os aspectos que lhe parecem irrelevantes. Os pecadores conseguem enxergar como o amor de Deus pode ser bom à humanidade, então enfatizam o amor; não conseguem enxergar como a majestade de Deus pode ser boa para a humanidade, então negligenciam a majestade de Deus. Disso resulta uma idéia unilateral de Deus e a falta de reverência ao dirigir-se a Ele.

5. Que quer dizer o Catecismo com “profundo senso de nossa indignidade”?

Essa expressão significa a verdadeira consciência do fato de que Deus não nos deve nada; as nossas exigências da Sua bondade e misericórdia não têm validade. Mesmo que não fôssemos pecadores, ainda seria verdade que seríamos *indignos* das bênçãos de Deus. Deus não tinha a obrigação de fazer nenhum

Pacto de Obras com Adão. O Pacto de Obras foi um ato imerecido de graça e uma concessão da parte de Deus. Somos ainda mais indignos das bênçãos de Deus em razão do nosso pecado; como pecadores nós não apenas não as merecemos, nós, na verdade, não temos nenhum direito a elas. Ao nos aproximarmos de Deus em oração, devemos nos lembrar disso. Aquele que acha que Deus lhe deve alguma coisa, que tem alguns direitos aos quais Deus está obrigado a respeitar e atender, não pode orar como convém.

6. Que quer dizer “profundo senso de nossas necessidades”?

Isso significa a verdadeira consciência da nossa condição de necessidade pessoal. Se não tivermos a real consciência da nossa necessidade, as nossas orações serão tolice. Se não tivermos o senso de necessidade, como poderemos pedir sinceramente algo a Deus? A oração do fariseu é um exemplo de “oração” em que falta o senso de necessidade: ele nada pediu a Deus, apenas congratulou-se pelas suas próprias conquistas (Lc 18.11-12).

7. Por que devemos orar com um “profundo senso de nossos pecados”?

A nossa condição culpada e pecadora é real. Se não tivermos total compreensão disso toda nossa aproximação de Deus terá uma base falsa. Não podemos jamais nos aproximar de Deus corretamente na oração sem ao mesmo tempo reconhecermos a pura verdade a nosso respeito. Aquele em que falta o profundo senso da sua pecaminosidade fará, inevitavelmente, uma oração cheia de justiça própria, a qual só pode ser abominável a Deus. Aquele que ora sem a profunda consciência de seu pecado só engana a si mesmo. Tal oração não pode ser aceitável a Deus.

8. Por que devemos orar “com corações penitentes, agradecidos e francos”?

Devemos orar com corações penitentes — i.e., contritos, arrependidos — porque a misericórdia de Deus é prometida àqueles que não apenas confessam os seus pecados, mas que desejam sinceramente abandoná-los. Orar com coração impenitente — um coração que se propõe a continuar pecando — é acrescentar o pecado da soberba sobre todos os demais pecados (Sl 19.13; 68.18).

Devemos orar com corações agradecidos porque recebemos muitas e contínuas bênçãos de Deus; não ser gratos por isso seria acrescentar o pecado de ingratidão sobre nossos outros pecados.

Com “corações francos” o Catecismo quer dizer um profundo desejo de receber bênçãos de Deus e gozar uma profunda comunhão com Ele. Não devemos orar como se tivéssemos apenas um insignificante desejo de Deus

e de Suas bênçãos, mas com um intenso e fervoroso anseio de estar próximo de Deus e de Suas bênçãos. Somente uma atitude assim em oração pode ser aceitável a Deus.

9. Que significa orar “com entendimento”?

Conforme usada no Catecismo, essa expressão significa orar com discernimento e percepção inteligentes da revelação de Deus em Sua Palavra e das nossas reais necessidades, bem como das dos outros. Há casos de orações tolas e até mesmo de orações malignas. Algumas pessoas tentam fazer da oração um substituto do estudo da Bíblia e da ação de suas inteligências e consciências. Confrontados numa escolha entre certo e errado, procuram *sair pela tangente* tornando isso “um assunto para oração”. Deus não ouvirá a oração quando ela for considerada como substituta da obediência à Sua vontade revelada. Quando Deus ordenou a Abraão que oferecesse o seu filho Isaque como sacrifício, Abraão não disse: “vou orar sobre isso durante uns dias para pedir a orientação de Deus quanto ao que devo fazer”. Ele obedeceu à vontade que Deus já lhe havia revelado. Quando as pessoas “oram” para pedir “orientação” quanto a se devem obedecer, ou não, aos Dez Mandamentos, estão num território perigoso. Orar assim é estúpido e maligno.

10. Por que a fé é necessária para orarmos corretamente?

A Bíblia declara que sem fé é impossível agradar a Deus (Hb 11.6). Deus agradeceu-se em fazer da fé o instrumento da nossa salvação e o meio pelo qual deveremos ser abençoados por Ele. Quando o Catecismo refere-se à fé associada à oração, fala, obviamente, da fé no Deus verdadeiro e na Sua Palavra e promessas. Somente uma fé assim é de alguma valia na oração. Nesses nossos dias a palavra *fé* é muitas vezes usada para descrever atitudes humanas como otimismo, autoconfiança, confiança nas outras pessoas, etc. Essa não é a fé religiosa, no sentido bíblico. Somente Deus é que pode ser o alvo correto da fé religiosa.

11. Por que devemos orar com sinceridade, fervor e amor a Deus?

Se não orarmos assim, as nossas orações não serão verdadeiras, serão o mero proferir de palavras hipócritas e mecânicas. Só oraremos verdadeiramente quando formos totalmente genuínos.

12. Qual deve ser a nossa expectativa quanto ao tempo e ao modo de Deus responder as nossas orações?

Devemos esperar e crer que Deus responderá às nossas orações no tempo e no

modo que Ele determinou, segundo a Sua santa vontade. Isto é, devemos ter o cuidado, em todas as nossas orações, de manter uma atitude de submissão à soberania de Deus. Jamais deveríamos presumir que podemos determinar a Deus qual a maneira e em que tempo as nossas orações devem ser ouvidas. Se Deus em Sua soberania quiser demorar a responder às nossas orações, não devemos desanimar nem desistir de orar; devemos exercitar a paciência cristã e continuar a orar, esperando nEle com perseverança. Lucas 18.1-8 é muito instrutivo a esse respeito.

Se Deus não responde às nossas orações da forma que queremos, não devemos entender que isso seja desfavor ou desamor de Deus, mas é porque, nesses casos, atender às nossas orações não corroboraria verdadeiramente para a glória de Deus nem para o nosso próprio bem. Deus pode responder às nossas orações não nos concedendo, temporária ou permanentemente, o que pedimos. O apóstolo Paulo orou três vezes para ser livre do “espinho na carne”, mas Deus não atendeu à sua súplica, antes disse a Paulo: “*A minha graça te basta, porque o poder se aperfeiçoa na fraqueza*” (2Co 12.7-9). Paulo, então, compreendeu que Deus tinha um propósito ao permitir que o Seu servo continuasse a sofrer com o “espinho na carne”: era para resguardá-lo de tornar-se soberbo e autoconfiante (v.7).



Pergunta 186. *Que regra Deus nos deu para nos orientar no dever da oração?*

R. Toda a Palavra de Deus é útil para nos orientar no dever da oração, mas a regra especial de orientação é a forma de oração que Jesus Cristo, nosso Salvador, ensinou aos Seus discípulos, geralmente denominada de “A Oração do Senhor”.

Referências bíblicas

- 1Jo 5.14. Toda a Palavra de Deus é útil para nos orientar no dever da oração.
- Mt 6.9-13; Lc 11.2-4. A oração que Cristo ensinou a Seus discípulos, geralmente chamada de “A Oração do Senhor”.

Comentário

1. Por que precisamos de uma regra que nos oriente no dever da oração?
Precisamos de uma regra que nos oriente no dever da oração, porque a queda

da raça humana em pecado afetou de tal maneira nossas mentes e corações que jamais poderíamos orar da forma correta sem uma regra dada por Deus. Para orarmos corretamente precisamos conhecer a verdade a respeito de Deus, a nosso respeito e a respeito de como podemos ser reconciliados com Ele; além disso, precisamos de conhecimento especial a respeito da oração, sem o qual a nossa súplica seria inevitavelmente ignorante e errada.

2. De que fonte de conhecimento precisamos para orar corretamente?

A Bíblia Sagrada, a Palavra de Deus escrita, é a única fonte apropriada desse conhecimento. A revelação de Deus na natureza não é suficiente para nos guiar na oração nem é adequada às nossas necessidades como seres humanos pecadores. Os pagãos, que não possuem a luz da Escritura, mas têm somente a luz da natureza, oram invariavelmente de modo ignorante e errado.

3. Quais são os três modos como a Bíblia nos orienta na oração?

O conteúdo da Bíblia, como nossa regra orientadora na oração, pode ser dividido em três classificações: **(a)** O ensinamento da Bíblia em geral, isto é, a totalidade do que a Bíblia ensina a respeito de Deus, do homem, da salvação e de nossos deveres. Esses ensinamentos pesam na questão da oração porque tratam do nosso relacionamento com Deus. **(b)** Os ensinamentos específicos da Bíblia sobre a oração. Há muitas partes do Velho Testamento e especialmente do Novo Testamento que tratam particular e diretamente da questão da oração. Dessas partes é que devemos aprender como orar. **(c)** A forma de oração ensinada por Cristo aos Seus discípulos, geralmente denominada de “A Oração do Senhor”. Nessa oração-modelo temos, apresentados de forma concreta, os ensinamentos da Bíblia acerca da oração; é uma oração que incorpora aquilo que a Bíblia ensina sobre a oração.

4. A oração geralmente chamada de “A Oração do Senhor” é realmente a oração do Senhor?

Claro que não é a oração do Senhor, mas a oração que o nosso Senhor ensinou aos Seus discípulos. Não era nem poderia ser a própria oração do Senhor. Jesus Cristo não poderia ter usado essa forma de oração como sua oração pessoal, pois nela há um pedido de perdão, o que implica na conscientização de culpa e de pecaminosidade, coisas que Ele não tinha. O Novo Testamento registra algumas das orações que Jesus verdadeiramente fez. A mais extensa está em João 17; deve-se observar que ela não revela a consciência de pecado, nem contém nenhuma petição de perdão. A oração geralmente chamada de “A

Oração do Senhor” recebeu este nome há tanto tempo que seria difícil demais mudá-lo agora. Continuaremos a chamá-la por esse nome, mas ao mesmo tempo devemos entender que o próprio Jesus jamais fez tal oração.

5. Onde está na Bíblia a oração do Senhor?

Em Mateus 6.9-13 e em Lucas 11.2-4, numa forma levemente diferente.

6. Como podemos justificar as diferenças entre a forma da oração do Senhor dada em Mateus da forma dada em Lucas?

Provavelmente Jesus ensinou essa oração aos Seus discípulos em mais de uma ocasião. O registro dado em Lucas pode ser, e provavelmente é, o registro de uma ocasião diferente daquela registrada em Mateus. As duas formas, portanto, devem ser consideradas igualmente corretas.

Há uma questão quanto a genuinidade textual da conclusão da Oração do Senhor em Mateus (“*pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém!*”). Essas palavras não existem em alguns dos manuscritos gregos mais importantes, enquanto noutros manuscritos há variações nas palavras da conclusão. Essa questão deve também ser levada em consideração ao se comparar a forma da oração dada em Mateus com a dada em Lucas. A conclusão da oração não é apresentada em Lucas.



Pergunta 187. Como a oração do Senhor deve ser usada?

R. A oração do Senhor não é apenas para direção, como um modelo, segundo o qual devemos orar, mas pode também ser usada como uma oração, desde que seja feita com entendimento, fé, reverência e com as outras graças necessárias ao correto cumprimento do dever da oração.

Referências bíblicas

- Mt 6.9. A oração do Senhor deve ser usada como um padrão ou modelo para fazermos as nossas próprias orações.
- Lc 11.2. A oração do Senhor pode ser usada apropriadamente como uma oração.
- 1Co 14.15. A oração do Senhor deve ser usada com entendimento.
- Hb 11.6. A oração do Senhor deve ser usada com fé.

Comentário

1. De que modo podemos usar a Oração do Senhor como padrão ou modelo para fazermos as nossas próprias orações?

Podemos usar a Oração do Senhor como um padrão ou modelo para fazermos as nossas próprias orações atentando aos seus característicos e conteúdos, e moldando as nossas orações de acordo com eles. Devemos atentar, primeiro, para a reverência da Oração do Senhor; ela é isenta da repreensível familiaridade com Deus, tão comum nas orações modernas; dirige-se a Deus como “Pai”, mas acrescenta imediatamente “que estás nos céu”, de modo que a grandeza e a majestade de Deus sejam ressaltadas.

Em segundo lugar, devemos observar a simplicidade e a objetividade, assim como a brevidade, da Oração do Senhor. Não há aqui linguagem rebuscada, exibição de oratória nem sentenças longas e complicadas. Ela é simples e breve e vai direto ao ponto; compreendemos a propriedade disso quando consideramos que Deus conhece os nossos desejos e as nossas necessidades antes mesmo de as apresentarmos a Ele.

Em terceiro lugar, devemos notar o caráter centralizado em Deus, da Oração do Senhor. Ela não começa conosco nem com as nossas necessidades, mas com Deus, Seu nome, Seu Reino, Sua vontade. Somente depois que essas coisas foram consideradas é que as nossas necessidades são mencionadas; a Oração do Senhor é claramente formada no plano de “Deus primeiro”.

Finalmente, devemos notar que a Oração do Senhor inclui as nossas necessidades tanto materiais quando espirituais e não comete o erro, comum em muitas orações modernas, de não pedir perdão de pecados. Em todos esses aspectos particulares a Oração do Senhor deve servir como um padrão ou modelo segundo o qual podemos moldar as nossas próprias orações de modo que sejam aceitáveis a Deus.

2. Como a Oração do Senhor pode ser usada apropriadamente como uma oração?

A Oração do Senhor pode ser usada apropriadamente como uma oração, por si mesma ou associada a uma oração formulada por nós mesmos, com as prescrições apresentadas pelo Catecismo: “desde que seja feita com entendimento, fé, reverência e com as outras graças necessárias ao correto cumprimento do dever da oração”. Isto é, devemos sempre nos proteger e evitar o perigo do uso meramente mecânico e formal da Oração do Senhor.

3. Como a Oração do Senhor tem sido algumas vezes usada erroneamente?

A Oração do Senhor tem sido usada erroneamente, conforme sugere a pergunta anterior, quando é feita de modo meramente mecânico e formal. Os que pensam que há mérito em repetir a Oração do Senhor uma vez atrás da outra, por cinquenta ou cem vezes, não têm o mínimo entendimento do que é a sua natureza verdadeira e o seu uso apropriado. Muitos não caem nesse erro extremado, mas usam a Oração do Senhor de modo mecânico ou irreverente, repetindo as suas palavras precipitadamente e sem pensar no sentido e na importância delas.

4. Que objeções têm sido levantadas contra o uso da Oração do Senhor como uma oração?

Alguns crentes protestantes têm sido contra o uso da Oração do Senhor como uma oração na base de que ela é passível de abuso mecânico e formalista. Eles citam as palavras de Jesus em Mateus 6.9 (“*Portanto, vós orareis assim*”) e dizem que isso mostra que a Oração do Senhor tem o objetivo de ser utilizada como um padrão de oração, não como uma oração em si mesma. Tais pessoas deixam de perceber que as palavras de Jesus em Lucas 11.2 (“*Quando orardes, dizei: Pai*”, etc.) asseguram plenamente o uso da Oração do Senhor como uma oração. O fato de algo correr o risco de sofrer abuso não se constitui em argumento contra o seu uso apropriado e legítimo.

Mais importante que isso é a objeção levantada por uma doutrina chamada de Dispensacionalismo Moderno, cujos exemplos são as notas da *Bíblia de Referência de Scofield*, que ensinam que a Oração do Senhor, usada como uma forma de oração, pertence exclusivamente à velha dispensação (a dispensação da lei, antes da crucificação de Jesus Cristo), tem por base a lei e não é válida para o povo de Deus do Novo Testamento (*Bíblia de Referência de Scofield*, notas em Mt 6.12 e Lc 11.1). A *Bíblia de Scofield* acrescenta que a Oração do Senhor não é uma oração em nome de Cristo e que isso torna o perdão que concedemos aos outros a condição para Deus nos perdoar, o que é, segundo afirma, característico da “lei” em contraste com a “graça” (nota em Lc 11.1). De acordo com isso, os dispensacionalistas que seguem o ensinamento da *Bíblia de Referência de Scofield* recusam-se a usar a Oração do Senhor como uma forma de oração.

5. Como responder à objeção dispensacionalista sobre o uso da Oração do Senhor como uma oração?

(a) A objeção dispensacionalista baseia-se no erro de que o período de Moisés

a Cristo foi uma era da lei e não da graça. A verdade é que o Pacto de Obras, ou a oportunidade de se alcançar a vida eterna pela obediência legal à vontade de Deus, acabou quando Adão e Eva pecaram. A salvação pela graça divina foi anunciada em Gênesis 3.15 e tem sido, desde então, a única base para se aproximar de Deus. O período de Moisés a Cristo não foi um período em que as pessoas se aproximavam e serviam a Deus na base da lei, numa base “legal”; foi um período de graça divina e de redenção acompanhado da obediência aos mandamentos de Deus, como fruto da salvação e sinal de gratidão a Deus. O prefácio dos Dez Mandamentos (Êx 20.1-2) mostra que a obediência aos mandamentos baseia-se numa redenção prévia, isto é, pela graça. Assim, a Oração do Senhor, mesmo sendo dada por Jesus antes de ser crucificado não deve ser considerada como “legal” ou vinculada à idéia da salvação pelas obras. (b) Embora seja verdade que, formalmente, a Oração do Senhor não é uma oração em nome de Cristo, ela, ainda assim, é verdadeiramente uma oração em nome de Cristo. Ela invoca a Deus como “Pai nosso”; como é possível invocar-se a Deus como “Pai” senão através Cristo, com base na Sua redenção? Vide João 14.6: “ninguém vem ao Pai senão por mim”. (c) Não é verdade que a Oração do Senhor condicione o perdão de Deus a nós ao nosso perdão aos outros. “Perdoa-nos as nossas dívidas, *assim como* nós temos perdoado aos nossos devedores” não é a mesma coisa que dizer “perdoa-nos as nossas dívidas, *porque* nós temos perdoado aos nossos devedores”. O Catecismo apresenta na Pergunta 141 a interpretação correta dessa cláusula, que será discutida numa lição subsequente.

Nota — O ensinamento da *Bíblia de Referência de Scofield*, nas questões sobre “lei” e “graça” do período de Moisés à crucificação de Cristo, é muito difícil de ser determinado com precisão e mostra-se inconsistente consigo mesmo. Ele afirma que no Sinai Israel aceitou a lei “irrefletidamente” e, ainda, que Israel trocou a graça pela lei (Gn 12.1). Dr. Scofield, no entanto, reconhecia abertamente que havia graça e redenção no período de Moisés a Cristo; por exemplo, ele chama Êxodo de “o livro da redenção”, afirma que essa redenção é totalmente em Deus, pelo sangue de Cristo, etc. (comentário inicial no livro de Êxodo). O resultado dessa notória inconsistência tem sido uma grande confusão nas mentes de muitos crentes em Cristo.

Para uma explicação, internamente coerente e alinhada com a teologia dos Padrões de Westminster, a respeito da função da lei no período de Moisés a Cristo veja-se o livro *Biblical Theology: Old and New Testaments* [Teologia

Bíblica: Velho e Novo Testamentos] (Grand Rapids: Eerdmans, 1948), 141-145. de Geerhardus Vos.



Pergunta 188. *De quantas partes consiste a Oração do Senhor?*

R. A Oração do Senhor consiste de três partes: prefácio, petições e conclusão.



Pergunta 189. *O que nos ensina o prefácio da Oração do Senhor?*

R. O prefácio da Oração do Senhor (contido nas palavras: “*Pai nosso, que estás no céu*”) ensina-nos, quando oramos, a nos aproximarmos de Deus confiantes na Sua bondade paternal e no benefício que dela obtemos; ensina-nos a ser reverentes e a ter todas as demais disposições de filhos, anelos celestiais e a devida percepção de Seu poder soberano, majestade e graciosa condescendência; ensina-nos também a orarmos com e pelos outros.

Referências bíblicas

- Mt 6.9. O prefácio da Oração do Senhor.
- Lc 11.13; Rm 8.15. Devemos nos aproximar de Deus confiantes na Sua bondade paternal.
- Is 64.9. Devemos nos aproximar de Deus reverentemente, como Seus filhos.
- Sl 123.1; Lm 3.41. Devemos orar com sentimentos e anseios celestiais.
- Is 63.15-16; Ne 1.4-6. Devemos orar conscientes do poder soberano de Deus, de Suas majestade e graciosa condescendência.
- At 12.5; Mt 18.19; Tg 5.16-18. Devemos orar com e pelos outros.

Comentário

1. Como está dividida a Oração do Senhor?

A Oração do Senhor compreende um prefácio (“*Pai nosso, que estás no céu*”), seis petições e uma conclusão (“*Pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém!*”).

2. Que lições podemos tirar da divisão da Oração do Senhor?

Podemos aprender, da divisão da Oração do Senhor, que as nossas orações

devem ser compostas de modo similar. Deve haver ordem e progresso em nossas orações; nelas, as coisas não deveriam ser jogadas juntas e misturadas sem ordem nem organização. Antes de qualquer coisa, toda oração deve ter uma introdução, ou “prefácio”, reconhecendo a infinita majestade e grandeza de Deus; não deveríamos nos precipitar na santa presença de Deus e começar a falar de nossas necessidades pessoais, sem primeiro nos dirigirmos a Ele de maneira reverente e digna. Em segundo lugar, as petições de nossas orações devem ser organizadas adequadamente. Aquelas que dizem respeito à Sua honra e glória, ao Seu reino, etc., devem vir em primeiro lugar, e as que dizem respeito a nós mesmos, às nossas necessidades e desejos, etc., devem vir depois. Terceiro, nossas orações devem ter uma conclusão apropriada.

3. Quais são as duas idéias principais ensinadas no prefácio da Oração do Senhor?

(a) A verdade de que Deus é o Pai do Seu povo; (b) a verdade de que Deus e Seu povo não são iguais, porque Deus existe muito acima do Seu povo, na majestade e glória do céu.

4. Quem é que pode, com justiça, chamar Deus de “Pai”?

Somente os crentes em Cristo, que foram reconciliados com Deus através da obra do Senhor Jesus Cristo (Jo 14.6: “*ninguém vem ao Pai senão por mim*”). Ninguém, que não seja um crente em Cristo, tem o mínimo direito de usar a Oração do Senhor. Encorajar aqueles que não crêem em Cristo como Salvador pessoal a usar a Oração do Senhor é encorajá-los a uma ilusão pecaminosa, é levá-los a pensar que são filhos de Deus, quando na verdade não o são.

5. Nem todos os seres humanos são filhos de Deus?

É verdade que todos os seres humanos são filhos de Deus no sentido *natural*, porque são criaturas de Deus e Ele é o Criador delas. Algumas vezes, a Bíblia refere-se às pessoas como filhos de Deus no sentido *natural* (At 17.28-29), mas na maioria dos lugares em que a Bíblia fala de Deus como pai das pessoas, ou das pessoas como filhos de Deus, usa os termos *Pai* e *filhos* no sentido natural, não no sentido religioso, significando que há um relacionamento religioso especial entre Deus e certas pessoas.

É nesse sentido religioso que o termo *Pai* é usado na Oração do Senhor. Nesse sentido, não é verdade que todos sejam filhos de Deus. Jesus chamou alguns dos judeus não de filhos de Deus, mas de filhos do diabo (Jo 8.42-44).

Veja-se também I João 3.10 e 5.18-19, onde somos ensinados que alguns são filhos de Deus, e os restantes são filhos do diabo.

6. Que atitude devem ter os crentes para o com o seu Pai celestial?

Uma atitude de confiança na Sua bondade paternal e no benefício que dela obtemos. Com “benefício” o Catecismo quer dizer o tanto da bondade de Deus que nos favorece. Devemos compreender que o nosso Pai celestial nos ama e cuida de nós, e que não é vão nem inútil nos aproximarmos do Seu trono em oração. Essa atitude de confiança em Deus como nosso Pai procede da obra especial do Espírito Santo em nossos corações (Rm 8.15).

7. Por que devemos nos aproximar de Deus com reverência?

O fato de Deus ser nosso Pai não significa que Ele e nós estejamos no mesmo nível, nem que possamos nos aproximar dEle como bem quisermos, nem do modo que tratamos um amigo terreno. A Paternidade de Deus não anula a Sua majestade, glória e soberania; não significa que podemos nos aproximar dEle com desleixada familiaridade. A informalidade e quase leviandade de algumas orações modernas é o mais das vezes irreverente e extremamente ofensiva. A Paternidade e o amor de Deus não bastam como desculpas para a irreverência na oração.

8. O que significa “anelos celestiais”?

Os versículos da Escritura citados pelo Catecismo mostram que essa expressão é usada com o sentido de afeições direcionadas ao céu, sentimentos voltados para onde Deus habita em luz e glória. Isto é, durante a oração devemos por um tempo afastar a nossa mente das preocupações ordinárias com os nossos interesses terrenos e pensar no céu, na grandeza, na glória, no poder e na sabedoria de Deus, e concentrar os nossos pensamentos e desejos em Deus e no céu.

9. O que significa a “devida percepção de Seu poder soberano, majestade e graciosa condescendência”?

Com “devida percepção” o Catecismo quer dizer compreender e sentir essas verdades da maneira como deveríamos, e agir de acordo com elas. Àquele que se refere a Deus como “o cara”, “o chefe”, “o homem lá de cima” falta a devida percepção da majestade, poder e graciosa condescendência de Deus.

Com a majestade de Deus, o Catecismo refere-se à infinita e absoluta grandeza de Deus acima de todas as criaturas. Com o poder de Deus, ele deno-

ta a onipotência de Deus, pela qual Ele tudo pode fazer que não seja contrário à Sua natureza. Com a graciosa condescendência de Deus, o Catecismo quer dizer aquilo que Deus não tem a mínima obrigação nem necessidade, mas faz voluntariamente por Seu povo. Deus não tinha de enviar o Seu Filho ao mundo para morrer por pecadores; Ele o fez tão-somente por que *quis*; foi, portanto, um ato da “graciosa condescendência” da parte de Deus, uma coisa à qual Suas criaturas não tinham o menor direito. Ao nos achegarmos a Deus em oração, devemos conservar na mente essas verdades sobre Deus, se pretendermos orar convenientemente.

10. Que aprendemos do pronome plural *nosso*, na expressão “Pai nosso que estás nos céus”?

Desse pronome no plural podemos aprender que devemos orar com e em favor dos outros. A oração não é apenas uma questão individual; há o que se chama de oração em conjunto e, também, oração intercessora. Cada crente em Cristo individualmente é parte de um grande organismo: a igreja invisível, ou o corpo de Cristo; cada um desses crentes está ligado aos outros membros desse organismo espiritual; cada um deles deve estar interessado no bem-estar dos outros. A relação de Deus conosco, como Pai, é algo que partilhamos com todos os outros crentes em Cristo, por isso deveríamos orar com e em favor dos outros, quando a ocasião exigir e houver a oportunidade.



Pergunta 190. O que pedimos na primeira petição?

R. Reconhecendo a total incapacidade e indisposição que há em nós e em todos os homens de honrar a Deus devidamente, pedimos na primeira petição (que é: *santificado seja o Teu nome*) que Ele, por Sua graça, nos capacite e nos incline, e a todos os homens, a reconhecê-LO e a estimar altamente a Ele e a Seus títulos, atributos, ordenanças, palavras, obras e a tudo o que foi do Seu agrado dar a conhecer de Si mesmo, e a glorificá-LO em pensamentos, palavras e obras para que Deus impeça e remova o ateísmo, a ignorância, a idolatria, a profanação e tudo que O desonra; e para que pela Sua providência, que tudo governa, dirija e disponha todas as coisas para a Sua própria glória.

Referências bíblicas

- Mt 6.9; Lc 11.2. A primeira petição da Oração do Senhor.

- 2Co 3.5; Sl 51.15. Ninguém, por si mesmo, pode honrar a Deus devidamente.
- Sl 76.2-3. Devemos orar para que Deus capacite e incline os homens a conhecê-LO e a louvá-LO.
- Sl 8.1-9; 83.18; 86.10-15; 138.1-3; 145.1-10; 147.19-20; 2Co 2.14-15; 2Ts 3.1. Devemos orar para que Deus capacite e incline os homens a que conheçam, reconheçam e valorizarem altamente todos os meios pelos quais Ele se dá a conhecer.
- Sl 19.14; 103.1; Fp 1.9, 11. Devemos orar para que Deus nos capacite e nos incline, e a todos, a glorificá-LO em pensamentos, palavras e obras.
- 2Rs 19.15-16; Sl 67.1-4; 74.18, 22-23; 97.7; Ef 1.17-18. Devemos orar para que Deus impeça e remova tudo aquilo que O desonra.
- 2Cr 20.5-6, 10-12; Sl 83.1-5, 13-18; 140.4, 8. Devemos orar para que Deus, pela Sua providência, dirija e disponha todas as coisas para a Sua própria glória.

Comentário

1. O que significa a palavra *santificado* na Oração do Senhor?

Significa “considerar e tratar como santo”. Santificar o nome de Deus significa que toda a revelação de Deus dada por Si mesmo seja considerada e tratada como santa. O “nome” de Deus não significa somente os nomes divinos como “Deus”, “Senhor”, “Jeová”, etc., mas tudo porquanto Deus se dá a conhecer. Isso inclui o Seu nome em sentido restrito, e também os Seus títulos, atributos, ordenanças, Palavras, obras, etc. Todos eles são revelações que Deus faz de Si mesmo e, portanto, devem ser considerados e tratados como santos.

2. Quem tem o dever de santificar o nome de Deus?

Santificar o nome de Deus é dever de todas as Suas criaturas racionais, isto é, de anjos e homens, mas é especialmente dever dos santos, a quem Ele redimiu do pecado e da morte. Todas as criaturas racionais têm a obrigação de santificarem o nome de Deus porque Ele é o seu Criador; os remidos, no entanto, têm a obrigação adicional de santificar o Seu nome, porque além de Deus ser o seu Criador, é também o Seu redentor. Eles foram comprados por preço, para servirem e honrarem a Deus.

3. Que criaturas racionais de Deus têm condição de santificar devidamente o Seu nome?

Os anjos que jamais pecaram e os santos que partiram dessa vida e passaram

ao estado de glória têm a condição de santificarem devidamente o nome de Deus, pois não possuem a natureza pecadora que os impediria de fazê-lo. Os anjos que caíram em pecado não podem nunca santificar o nome de Deus, nem jamais teriam o mínimo desejo de fazê-lo. Os seres humanos no mundo presente que ainda não nasceram de novo não podem santificar devidamente o nome de Deus, nem têm real desejo de fazê-lo só por causa de Deus. Somente os santos, nascidos de novo pelo poder do Espírito Santo, podem santificar o nome de Deus, e de maneira imperfeita, porque a corrupção da natureza ainda neles permanente levá-os a cair em muitas tentações e pecados e torna o seu melhor culto em parcial e imperfeito.

O Catecismo fala da “total incapacidade e indisposição que há em nós, e em todos os homens, de honrar a Deus devidamente”. O ensinamento da pecaminosidade e da incapacidade humanas é uma doutrina nada popular, mas, ainda assim, verdadeira. Até mesmo crentes reais não têm por si mesmos a capacidade nem a inclinação para honrarem a Deus do modo como Ele deve ser honrado; e mesmo a obra do Espírito Santo no coração não remove totalmente na vida presente essa “incapacidade e indisposição”, mas apenas parcialmente.

4. Que queremos dizer quando “pedimos que Deus, por Sua graça, nos capacite e nos incline” a honrá-LO devidamente?

Nessa sentença, a graça de Deus significa a especial e poderosa operação do Espírito Santo em nossos corações, por meio da qual a nossa “total incapacidade e indisposição” são subjugadas. Isso acontece em primeiro lugar pelo novo nascimento ou regeneração, e em segundo lugar pelo processo de santificação pelo qual os crentes em Cristo são feitos cada vez mais santos no coração e na vida. Seguindo o ensinamento da Bíblia, o Catecismo ensina que tanto o desejo quanto o poder de agradar a Deus, resultam da operação do Espírito Santo em nossos corações (Fp 2.13).

5. De que modo os crentes em Cristo não santificam o nome de Deus?

É claro que os crentes em Cristo não conseguem santificar perfeitamente o nome de Deus; somente os santos e os anjos no céu é que podem verdadeiramente fazê-lo. Muitos crentes, contudo, por hábito ou por envolvimento ocasional, deixam de honrar de maneira vulgar e irreverente o santo nome de Deus.

Isso abrange todas as violações dos quatro primeiros mandamentos, especialmente pecados como juramentos e maldições profanas, o uso de imprecações disfarçadas (“meu Santo”, “Santo Cristo”, “misericórdia”, “Paizinho”,

“Pai Eterno”, “Papai do Céu!”, “o Cara lá de cima”, “o Chefão”, “sangue de Cristo”, “ô glória!”, “chagas de Cristo”, “o nome de Jesus tem poder”, etc.), o uso profano dos atributos de Deus (“divino”, “excelso”, “glorioso”, “bondoso”, “misericordioso”, “gracioso”, etc.), negligenciar e usar incorretamente as ordenanças de Deus (como o culto doméstico, os cultos na igreja, o batismo, a santa ceia, a disciplina eclesiástica, as posições oficiais na igreja e no governo civil, etc.), a negligência da Palavra de Deus e o seu uso errado (deixar de lê-la e estudá-la, não levá-la a sério, interpretá-la erradamente, usá-la com maus intentos, criticá-la ou ridicularizá-la, não crer nas suas declarações nem obedecer aos seus mandamentos).

Isso também inclui o uso errado das obras de Deus no reino natural (considerar a natureza como se existisse e funcionasse por si mesma mediante uma lei impessoal e natural, tentando interpretá-la e entendê-la pela ciência humana sem levar Deus em conta, procurando manter um sistema educacional que seja “neutro” quanto a Deus e ao cristianismo e interpretar a história humana de modo contrário ao plano eterno elaborado por Deus para a redenção humana).

Muitos crentes — na verdade todos eles — estão claramente envolvidos com pelo menos uma dessas maneiras de não santificar o nome de Deus. Santificar o nome de Deus envolve muito mais do que só uns poucos minutos pela manhã e à noite ou a separação de algum tempo do Sábado cristão dedicado ao culto religioso; a santificação do nome de Deus compreende, na verdade, toda a nossa vida em pensamentos, palavras e obras. Por tudo o que fazemos ou deixamos de fazer, pelo que pensamos ou deixamos de pensar, nós santificamos ou deixamos de santificar o nome de Deus. Não é só uma questão de culto religioso em sentido restrito, é toda a nossa filosofia de vida em seu sentido mais amplo.

6. O que, de modo especial, impede a santificação do nome de Deus?

Toda forma de pecado impede a santificação do nome de Deus, mas alguns tipos deles a impedem mais do que outros. O Catecismo cita ateísmo, ignorância, idolatria e profanação como impedimentos especiais à santificação do nome de Deus. Ateísmo, em suas variadas formas, é negar ou deixar de crer em ou de adorar ao Deus verdadeiro que é revelado na Bíblia; ignorância é a falta de conhecimento do verdadeiro Deus e da Sua vontade, o que torna impossível santificar o Seu nome; idolatria consiste em dar a qualquer outro a glória que pertence somente a Deus; profanação consiste em considerar e tratar aquilo que é santo como se fosse comum ou ordinário — é vida ou ati-

tude em que faltam fé, reverência e temor a Deus. Todas essas coisas, nas suas mais variadas formas, constituem obstáculos à devida santificação do nome de Deus; portanto, quando oramos “*santificado seja o Teu nome*”, estamos pedindo que todas essas múltiplas formas de pecado sejam impedidas e removidas.

7. Qual deveria ser a atitude do crente em Cristo ante a rejeição do mundo em santificar o nome de Deus?

O crente deve estar sempre em guarda para não cair complacentemente na concordância ou na rejeição do mundo em santificar o nome de Deus. Os crentes em Cristo devem se estimular mutuamente a se lembrarem que são radicalmente diferentes das pessoas mundanas e jamais devem assentir com a rejeição aberta e intencional de Deus pelo mundo. Ao longo da existência de sua vida — em todas as suas áreas, em cada um de seus fatos, em qualquer experiência e no mínimo detalhe dela — eles têm sempre de levar Deus em consideração. Não há, na vida do crente, nenhum lugar onde Deus não conte, não existe onde o Seu nome não deva ser santificado. Os crentes têm de glorificar a Deus — santificar o Seu nome — em cada um de seus pensamentos, palavras e obras; jamais devem copiar o mundo em sua desconsideração por Deus, tendo-O por irrelevante e deixando-O fora de cogitação (Sl 10.4).

8. Como Deus santifica o Seu próprio nome?

Deus santifica o Seu próprio nome — considera-O e trata-o como santo — mediante a Sua providência que controla tudo o que acontece. Tudo está incluído na providência de Deus: da queda de um pardoal ao surgimento de um império, ela abrange tudo o que ocorre no universo. Deus controla e dirige todas as coisas de maneira que tudo coopera para a Sua própria glória. Assim, pois, Deus santifica o Seu santo nome perfeitamente; pela Sua providência Ele manifesta a Sua própria natureza e perfeições. Quando pedimos que “*santificado seja o Teu nome*”, pedimos para que Deus, pela Sua providência, ordene todos os eventos de tal maneira que a Sua própria glória seja manifestada.



Pergunta 191. *O que pedimos na segunda petição?*

R. Reconhecendo que nós mesmos e toda a humanidade estamos por natureza sob o domínio do pecado e de Satanás, pedimos na segunda petição (que é:

venha o *Teu reino*), que o domínio do pecado e de Satanás seja destruído, que o evangelho seja propagado por todo o mundo, os judeus sejam chamados, que venha a plenitude dos gentios; (continua).

Referências bíblicas

- Ef 2.2-3. Toda humanidade jaz sob o domínio de Satanás.
- Sl 68.1, 18; Ap 12.10-11; Dt 33.27; 1Jo 3.8. O reino de Satanás tem de ser destruído, por isso devemos orar.
- 2Ts 3.1. Temos o dever de orar pela propagação do evangelho.
- Rm 10.1. Temos o dever de orar pela salvação dos judeus.
- Jo 17.9, 20; Rm 11.25-26; Sl 67.1-7; Mt 28.18-20. Devemos orar pela salvação dos eleitos de Deus entre os gentios.

Comentário

1. Qual é a condição espiritual da raça humana sem Cristo e Sua salvação?

A condição espiritual da raça humana sem Cristo e Sua salvação é uma condição de condenação não só por causa da culpa mas também pela servidão ou escravidão ao poder do pecado. A raça humana e todos os seus membros não são somente culpados diante de Deus, são também escravizados ao poder do mal. Por serem escravas do pecado, as pessoas não são livres para praticar o bem. Para que possam amar e servir a Deus, precisam antes ser libertadas pela redenção de Cristo, o Filho de Deus.

2. Por que o Catecismo afirma que somos “por natureza” escravizados ao pecado?

O Catecismo usa a expressão “por natureza” para mostrar que a nossa pecaminosidade não é mera questão de maus hábitos, ou consequência de nosso ambiente, mas parte da *nossa natureza*. Nascemos com uma natureza pecadora e desde o começo da nossa vida somos escravos do pecado, até que Cristo nos liberte do seu poder. A expressão “por natureza” é retirada das exatas palavras da Bíblia (Ef 2.3).

3. O que é o reino de Satanás?

O “reino de Satanás” é o conjunto de tudo aquilo no universo que é contrário à vontade de Deus. Satanás, o chefe dos anjos caídos, converteu-se no rei do reino do mal quando se precipitou da sua santidade original. O Catecismo fala acertadamente não apenas do “reino do pecado”, mas do “reino de Satanás”,

porque o pecado não é uma força natural como a gravidade ou a eletricidade; o pecado é cometido por pessoas e o reino do pecado é um reino de pessoas pecadoras — espíritos e seres humanos malignos — debaixo do controle de alguém sumamente maligno chamado Satanás. O reino do pecado é um reino real com um rei de verdade: Satanás ou o Maligno. Qualquer tentativa de amenizar ou de desconsiderar a realidade objetiva e a personalidade do Maligno é contrária à Bíblia.

4. Como pode Satanás exercer o poder de um rei?

Satanás só pode exercer o poder de rei pela permissão de Deus. A Bíblia ensina que todas as suas atividades são rigidamente controladas por Deus. Isso se demonstra claramente pelos dois primeiros capítulos do livro de Jó, assim como por outras partes da Bíblia. Deus em Sua sabedoria tem permitido que Satanás tenha um certo poder e faça certas coisas, mas o Maligno não tem poder para ultrapassar o que Deus permitiu. Isso também se demonstra claramente pelo poder de Cristo para expulsar demônios, como registram os Evangelhos. O reino de Satanás é apenas temporário e está condenado à total destruição (Ap 12.12).

5. Como é destruído o reino de Satanás?

O reino de Satanás é destruído pela obra de Cristo, o Filho de Deus, que veio para destruir as obras do diabo (1Jo 3.8). Métodos mundanos, mecânicos ou meramente humanos não têm poder para destruir o reino do Maligno. O reinado de Satanás é destruído em parte pela obra do Espírito Santo, através da Palavra de Deus, na conversão de pecadores e na santificação dos crentes. Esse reino será completamente destruído para sempre na Segunda Vinda de Jesus Cristo (2Ts 2.8). Muitas pessoas se deixam iludir ao pensarem que o progresso geral da humanidade, a difusão da educação e da cultura, a ciência e os inventos, o progresso econômico e social e a organização podem limitar ou destruir o reino de Satanás. Todas essas coisas podem ser úteis tanto ao reino de Satanás quanto ao reino de Deus. Somente o evangelho de Cristo, pelo poder do Espírito Santo, destrói de fato o reino do Maligno.

6. Como devemos orar para que o reino de Satanás seja destruído?

Devemos fazer essa oração sinceramente, com fé verdadeira. Isso quer dizer que não estaremos satisfeitos somente em orar, mas também que faremos, sempre que tivermos a oportunidade, tudo o que pudermos para levar à destruição o reino de Satanás. A nossa fé, se for verdadeira, será acompanhada pelas obras.

7. Por que devemos orar para que o evangelho seja propagado por todo o mundo?

É pela pregação do evangelho que os eleitos de Deus vêm à salvação (Rm 10.13-15). Uma questão de tamanha importância, com tantos obstáculos no caminho e envolvendo tão grandes dificuldades, clama por oração fervorosa. É da vontade de Deus que o evangelho de Cristo seja pregado em todas as nações. Algumas nações e governos estão hoje fechados ao evangelho. Devemos orar para que Deus faça abrir essas portas para que o evangelho de Cristo possa entrar e a salvação seja oferecida às pessoas desses lugares. Nações como a China, Eritreia, países islâmicos e ditaduras comunistas são totalmente fechados ao evangelho de Cristo. Há ainda países, como a Espanha e o México, em que há muitas restrições e obstáculos à pregação do evangelho. Veja Apocalipse 3.7-8 e atente que Cristo tem o poder de abrir as portas para que o evangelho possa entrar e ter caminho aberto para seguir avante.

8. Que quer dizer o Catecismo com orar para que os judeus sejam chamados?

Com a palavra *chamados* o Catecismo quer dizer *eficazmente chamados*, isto é, convertidos a Cristo. O Catecismo cita Romanos 10.1, onde Paulo dizia que as suas orações eram pela salvação de Israel. O capítulo 11 de Romanos prediz que num tempo futuro haverá um grande movimento de judeus para crerem em Cristo (Rm 11.13-27). Isso não significa que todos os judeus do mundo converter-se-ão a Cristo, mas que haverá um grande aumento no número de judeus que nEle crêem, em algum momento antes da Segunda Vinda de Cristo. Paulo nos diz que a cegueira espiritual que impede os judeus de reconhecerem Jesus Cristo como o Messias é apenas temporária: “até que haja entrado a plenitude dos gentios” (Rm 11.25). Isso mostra que após haver “entrado a plenitude dos gentios”, a cegueira dos judeus será removida e um grande número deles converter-se-á a Cristo. Há sempre judeus sendo convertidos a Cristo. Devemos orar para que venha o tempo em que muitos deles voltem-se para Cristo.

É de suma importância distinguir com clareza entre o retorno de muitos judeus à terra de Israel no Oriente Médio e o retorno de muitos judeus ao Deus da Bíblia. É obviamente verdade que — depois de quase 2.000 anos — existe de novo e pela providência de Deus um Estado Judeu no Oriente Médio. Por essa causa muitos crentes Fundamentalistas referem-se aos judeus como “Povo de Deus” e ao seu retorno à terra de Israel como o cumprimento de profecias da Bíblia; mas não é verdade que os judeus que ainda rejeitam

Jesus como o Messias prometido sejam o Povo de Deus. Não, o verdadeiro Israel de Deus é a igreja de Cristo; é o povo que crê em Jesus como o Cristo de Deus. Nos primórdios da sua história, a igreja era predominantemente de judeus, como o mostra o livro dos Atos. Nessa igreja judaica os gentios foram enxertados, tornando-se “concidadãos dos santos, e (...) da família de Deus” (Ef 2.19). Só poderemos falar corretamente dos judeus como “povo de Deus” quando eles, individualmente ou em massa, votarem-se para o Messias de Deus. — G. I. W.

9. Por que devemos orar para que venha a plenitude dos gentios?

A expressão “que venha a plenitude dos gentios” significa a salvação da grande multidão dos eleitos de Deus de todas as nações do mundo, exceto os judeus. Devemos orar pela realização dessa obra de Deus por três razões: (a) Deus é glorificado na salvação de pessoas de toda raça e nação. (b) Quanto mais cedo vier a “plenitude dos gentios”, mais cedo será removida a cegueira dos judeus e eles se voltarão para Cristo. (c) Quanto mais cedo forem salvos os eleitos de Deus, tanto judeus quanto gentios, mais cedo Cristo voltará para libertar o Seu povo de todo pecado e sofrimento e lhes dar a glória eterna.

Pergunta 191 (Continuação). O que pedimos na segunda petição?

R. Reconhecendo que nós mesmos e toda a humanidade estamos por natureza sob o domínio do pecado e de Satanás, pedimos na segunda petição (que é: *venha o Teu reino*) (...) que a igreja seja provida de todos os oficiais e ordenanças do evangelho, purificada da corrupção, aprovada e mantida pelo magistrado civil; que as ordenanças de Cristo sejam dispensadas com pureza, feitas eficazes para a conversão dos que ainda estão em seus pecados e para a confirmação, consolação e edificação dos já convertidos; que Cristo, aqui, governe os nossos corações e apresse o tempo da Sua Segunda Vinda e o nosso reinado com Ele para sempre; e que Lhe apraza exercer o reinado do Seu poder em todo o mundo, para que esses objetivos sejam alcançados da melhor maneira.

Referências bíblicas

- Mt 9.38; 2Ts 3.1. Devemos orar para que a igreja seja provida de todos os oficiais e ordenanças do evangelho.
- Ml 1.11; Zc 3.9. Devemos orar para que a igreja seja purificada da corrupção.

- 1Tm 2.1-2. Devemos orar para que a igreja seja favorecida e sancionada pelo magistrado civil.
- 2Ts 1.11; 2.16-17. Devemos orar para que as ordenanças de Cristo sejam dispensadas com pureza e eficácia em seus propósitos.
- Ef 3.14-20. Devemos orar para que Cristo reine em nossos corações enquanto vivermos no mundo presente.
- Ap 22.20. Devemos orar para que Cristo apresse a Sua Segunda Vinda e o nosso reinado com Ele para sempre.
- Is 64.1-2; Ap 4.8-11. Devemos orar para que Cristo exerça o Seu reinado de poder no mundo de maneira tal que melhor promova o reino da graça e apresse o reino de glória.

Comentário

1. Por que devemos orar para que a igreja seja suprida de todos os oficiais e ordenanças do evangelho?

(a) Se esses oficiais e ordenanças do evangelho forem genuínos, verdadeiramente espirituais e benéficos, e não meramente mecânicos e formais, serão dádivas de Deus e a eficácia deles depende da operação especial do Espírito Santo. É o Espírito Santo quem chama os homens para serem ministros do evangelho; é o Espírito Santo quem supre e prepara pastores, presbíteros e diáconos para a igreja; é o Espírito Santo quem supre e torna eficazes ordenanças como a pregação do evangelho, a ministração dos sacramentos e o exercício da disciplina eclesiástica. (b) Se formos verdadeiramente sinceros em nossas orações para que a igreja seja provida de todos os oficiais e ordenanças, não ficaremos satisfeitos em só orar e a não fazer mais nada, antes nos inclinaremos a fazer tudo o que pudermos quanto a isso. Por exemplo, encorajaremos os jovens para que entrem no ministério evangélico; contribuiremos liberalmente patrocinando a educação cristã e as ordenanças da igreja; submeter-nos-emos às ordenanças do evangelho e encorajaremos e sustentaremos os oficiais eclesiásticos encarregados da administração e do trabalho da igreja.

2. Por que a igreja precisa ser purificada da corrupção?

É claro que a igreja *não deveria* precisar ser purificada da corrupção, mas o fato é que ela sempre *tem de* ser purificada da corrupção. Isso não é só um caso esporádico, é sempre o caso. Há tendências retrogradadas permanentemente em ação que causam a corrupção da doutrina, do culto, do governo e da disciplina da igreja. Tendências retrogradadas que jamais deixam de atuar e é preciso, diligentemente, resguardar-se delas e combatê-las.

A reforma da igreja não deve ser considerada como um ato único e permanente, deve ser um processo contínuo. Devemos orar e trabalhar por isso. Quanto a isso, as cartas às sete igrejas, em Apocalipse 2 e 3, são muito instrutivas. Nada é mais perigosamente insidioso do que a confortável credulidade de que a nossa denominação da igreja visível está segura e firme contras as investidas da corrupção. *“Aquele, pois, que pensa estar em pé veja que não caia”* (1Co 10.12). Denominações inteiras sucumbiram ao vírus mortal da moderna incredulidade e apostataram da verdade, deixando de serem testemunhas do evangelho de Cristo, enquanto os seus ministros e membros tranqüilizavam uns aos outros dizendo: “a igreja é basicamente sã” (cf., Confissão de Fé XXV. V; Testemunho Presbiteriano Reformado 21.6). É uma tremenda presunção afirmar que determinada denominação seja tão saudável que não somente não há, como também jamais haverá, nenhum modernismo nela. Embora já se tenha ouvido essa declaração num tribunal eclesiástico. Devemos estar sempre em guarda contra o fermento da corrupção; precisamos orar sempre para que a igreja seja guardada e purificada da corrupção.

3. Como a igreja deve ser aprovada e mantida pelo magistrado civil?

(a) Quando o Catecismo foi escrito, entre 1643 e 1649, a idéia prevalecente sob essa pergunta era a de que deveria existir uma igreja oficial, não apenas reconhecida pelo governo civil como a verdadeira igreja visível de Jesus Cristo, mas que também tinha de ser sustentada financeiramente pelo tesouro nacional. Nós não aceitamos mais esse modo de entender a relação entre igreja e Estado. (b) Também não aceitamos a visão exagerada, chamada algumas vezes de Voluntarismo, na qual o Estado nada tem a ver com a religião e não precisa reconhecer nem aprovar a igreja de nenhuma maneira. “Igreja e Estado são duas instituições distintas e separadas. A religião cristã deve ser a religião de ambas (...) Cada uma delas tem o seu próprio âmbito e funções. Nenhuma delas deve entrar no terreno da outra. Onde houver a coincidência de seus deveres, como, por exemplo, refrear a impiedade, elas devem cooperar mutuamente, mas sempre de modo a não macularem sua integridade como instituições separadas” (Testemunho Presbiteriano Reformado 29.7). Os nossos padrões, portanto, ensinam a separação absoluta entre as jurisdições da igreja e do Estado, mas o dever de cooperarem amigavelmente quando esses deveres coincidirem. (c) O magistrado civil aprovará e manterá a igreja ao lhe garantir a segurança ao pleno gozo de seus direitos e a liberdade para exercê-los; cabendo-lhe também aprová-la e mantê-la pela isenção de impostos sobre a igreja e suas propriedades, etc. (d) Os nossos padrões não ensinam

que as igrejas, tanto a verdadeira quanto a falsa, devam ser aprovadas e mantidas pelo Estado. Aqui o ensinamento dos Padrões de Westminster difere da visão americana prevalecente a respeito da relação entre o Estado e as instituições e associações religiosas. Pela Constituição e leis dos Estados Unidos da América do Norte o templo budista, a igreja unitarista, a sinagoga judaica e a mesquita mulçumana gozam dos mesmos direitos e privilégios que as mais evangélicas e ortodoxas igrejas cristãs protestantes. Não só não existe nenhuma discriminação entre as denominações cristãs, como não há nenhuma discriminação entre o cristianismo e as outras religiões, até onde compete ao Estado. Não era isso o que os teólogos de Westminster tinham em mente quando afirmaram que a igreja deveria ser “aprovada e mantida” pelo magistrado civil; é óbvio que eles pensavam que a *verdadeira* igreja deveria ser aprovada e mantida pelo magistrado civil. Isso, obviamente, suscita dificuldades e problemas complexos que não podemos discutir aqui com maior aprofundamento. Podemos, contudo, aceitar como salutar o princípio de que numa não verdadeiramente cristã haver-se-ia de garantir a liberdade e a segurança da verdadeira igreja de Jesus Cristo em todos os seus ramos denominacionais.

4. O que significa dizer que “as ordenanças de Cristo sejam dispensadas com pureza” e por que devemos orar por isso?

(a) As ordenanças de Cristo são principalmente a pregação da Palavra de Deus, a administração dos sacramentos, o governo da igreja e o exercício da disciplina eclesiástica. (b) Essas ordenanças são dispensadas com pureza quando exercidas segundo o que Cristo determinou na Sua Palavra, a Bíblia Sagrada, sem corrupções, acréscimos ou subtrações humanas. (c) A pura dispensação das ordenanças de Cristo depende da real vontade dos membros da igreja, o que por sua vez depende da ação especial do Espírito Santo em seus corações. Por isso, devemos orar para que o Espírito Santo trabalhe de tal modo nos corações das pessoas que elas venham a amar, a abraçar, a preservar e a defender a pura dispensação das ordenanças de Cristo. Quando essa ação especial do Espírito Santo é removida parcial ou totalmente os membros e a liderança das igrejas logo introduzem alterações nas ordenanças de Cristo, não segundo as Escrituras, mas segundo o capricho e a imaginação de seus próprios corações e as modificações exigidas pela “popularidade”.

5. Por que devemos orar para que as ordenanças de Cristo sejam eficazes em seus propósitos?

Se não forem feitas eficazes pela ação especial do Espírito Santo, tais ordenan-

ças serão meras formalidades sem frutificação espiritual. Pode ser que Paulo plante e que Apolo regue, mas somente Deus é quem pode dar o crescimento (1Co 3.6). Não podemos colocar a nossa confiança na mecânica eclesiástica, mas no poder doador da vida, do Espírito Santo.

6. Quais são as três formas ou fases do Reino de Cristo de que trata a última parte dessa resposta do Catecismo?

(a) O presente reino espiritual de Cristo no coração do Seu povo, chamado de “Reino da graça” (Breve Catecismo P.102). (b) O eterno reino em glória de Cristo, que começará na Sua Segunda Vinda, chamado de “Reino da glória” (Breve Catecismo P.102). (c) O reino do poder de Cristo no mundo, pelo qual Ele tem no tempo presente todo o poder no céu e na terra, mesmo a despeito de Seus inimigos.

Não considerar qualquer uma dessas formas ou fases do reino de Cristo resultará com certeza num entendimento unilateral, falso e desequilibrado do ofício de Cristo Rei. Erro muito comum nos dias presentes. Um crente dá mais ênfase ao reino espiritual presente de Cristo, um outro destaca o Seu reino eterno de glória e ainda outro ressalta apenas o Seu presente domínio do Universo. Só poderemos compreender verdadeiramente o alcance do reino de Cristo e termos dele uma percepção bíblica verdadeira quando crermos nessas três formas ou fases e as enfatizarmos em conjunto, considerando a mutualidade que há entre elas.

Na segunda petição da Oração do Senhor pedimos corretamente por todas essas três fases do Seu reino: o reino da graça, o reino da glória e o reino do poder. Oramos pela extensão e continuação do reino da graça, para que se apresse o reino da glória e que o reino do poder tenha sucesso em seus objetivos. Observe que o reino de poder não é um fim em si mesmo, mas um meio de promover o reino da graça e apressar o reino da glória. O Catecismo é eminentemente bíblico na declaração desse tema.

7. É certo orar para que se apresse a Segunda Vinda de Cristo?

Certamente, e deveríamos fazê-lo com convicção. Vide Apocalipse 22.20 e a Confissão de Fé XXXIII.III. Por certo não deveremos desejar que a Segunda Vinda de Cristo ocorra antes do tempo determinado, quando todos os eleitos de Deus tenham sido trazidos ao conhecimento salvador de Cristo; mas devemos desejar e orar para que se apresse o tempo determinado. O espírito que prefere o adiamento do reino da glória, para propiciar um maior alcance aos planos, programas e atividades da igreja na presente era é estranho à filosofia

da história ensinada nas Escrituras. Segundo a Bíblia, o mundo presente é uma preparação para o reino eterno de Deus; o que é eterno não pode estar subordinado ao que é temporal. Não devemos somente desejar a Segunda Vinda do nosso Senhor, devemos também orar para que ela ocorra logo.



Pergunta 192. *O que pedimos na terceira petição?*

R. Reconhecendo que nós e todos os homens somos, por natureza, não apenas totalmente incapazes e indispostos para conhecer e fazer a vontade de Deus, mas inclinados a nos rebelar contra a Sua Palavra, a estar descontentes com e a murmurar contra a Sua providência e que somos inteiramente inclinados a fazer a vontade da carne e do Maligno, pedimos na terceira petição (que é: *faça-se a Tua vontade, assim na terra como no céu*) que Deus, pelo Seu Espírito, tire de nós e dos outros toda cegueira, fraqueza, indisposição e perversidade do coração e que, por Sua graça, nos faça capazes e desejosos de conhecer, de fazer e de nos submeter à Sua vontade em todas as coisas, com a mesma humildade, alegria, fidelidade, diligência, zelo, sinceridade e constância dos anjos no céu.

Referências bíblicas

- Mt 6.10. A terceira petição da Oração do Senhor.
- Rm 7.18; Jó 21.14; 1Co 2.14. A incapacidade e indisposição naturais do homem para conhecer e fazer a vontade de Deus.
- Rm 8.7; Êx 17.7; Nm 14.2; Ef 2.2. A tendência natural do homem para se rebelar contra a Palavra e a providência de Deus e para servir a si mesmo e a Satanás.
- Ef 1.17-18; 3.16; Mt 26.20, 41; Jr 31.18-19. Devemos orar para que Deus, pelo Seu Espírito, retire de nós e dos outros tudo o que for contrário a conhecer e a fazer a Sua vontade.
- Sl 119.1, 8, 35-36; At 21.14. Devemos orar para que Deus, pela Sua graça, nos torne capazes de conhecer, de fazer e de nos submeter à Sua vontade.
- Mq 6.8; Sl 100.2; Jó 1.21; 2Sm 15.25-26; Is 38.3; Sl 119.4-5; Rm 12.11; Sl 119.80, 112; Is 6.2-3; Sl 103.20-21; Mt 18.10. Devemos orar para que Deus nos torne capazes e desejosos de conhecer, fazer e de nos submeter à Sua vontade tão verdadeira e totalmente como o fazem os anjos no céu.

Comentário

1. Quais os dois sentidos em que a Bíblia fala da vontade de Deus?

(a) A Bíblia fala da vontade revelada de Deus, que é o critério de obediência que Ele deu à raça humana (e.g., João 7.17). (b) A Bíblia fala também da vontade secreta de Deus, isto é, os conselhos ou os decretos de Deus, pelo quais Ele preordenou tudo o que acontece (e.g., I Pedro 4.19).

A vontade revelada de Deus é também chamada de Sua vontade preceptiva e é o padrão da obrigação moral do homem. A vontade secreta de Deus é também chamada de Sua vontade decretatória; não é um critério de obediência humana e não pode ser conhecida pelo homem senão pelo seu desdobrar nos eventos da providência divina. Contudo, algumas partes da vontade secreta de Deus têm sido reveladas nas profecias da Bíblia.

2. Em que sentido a Oração do Senhor refere-se à vontade de Deus?

Segundo interpreta o Catecismo, a terceira petição da Oração do Senhor refere-se tanto à Sua vontade revelada quanto à Sua vontade secreta. Devemos conhecer e obedecer à vontade revelada de Deus; devemos nos submeter de boa-mente à vontade secreta de Deus, isto é, aos eventos da providência de Deus. Assim, pois, a vontade revelada de Deus requer que obedecemos aos Dez Mandamentos, amemos a Deus e ao nosso próximo, etc.; ao passo que submeter-se à vontade secreta de Deus significa que suportaremos sofrimentos, desapontamentos, privações, aflições, etc., pacientemente e sem murmuração nem rebeldia contra Deus.

3. Por que os homens são, por natureza, incapazes e indispostos para conhecer e fazer a vontade de Deus?

Por causa do estado pecaminoso da mente e coração humanos; resultante da queda da raça no pecado. A queda no pecado obscureceu a mente humana de modo que, sem o novo nascimento, ela não é capaz de ver nem de conhecer a verdade (Rm 1.18-22; 1Co 2.14); a queda corrompeu também o coração humano, de modo que os homens são inclinados para o mal e se opõem à justiça (Rm 1.28-32; Ef 2.2-3). O novo nascimento pelo poder do Espírito Santo é o remédio de Deus para as trevas naturais da mente pecaminosa do homem e para a depravação do seu coração pecador. Os homens jamais poderão compreender a vontade de Deus pela razão, ciência ou filosofia humanas, nem podem jamais cumprir verdadeiramente a vontade de Deus até que seus corações sejam renovados pela obra doadora da vida do Espírito Santo. Portanto, quando oramos “*seja feita a Tua vontade*”, isso implica,

antes de tudo, em orar pela operação especial do Espírito Santo na mente e coração dos homens.

4. Por que as pessoas murmuram e se rebelam contra a providência de Deus?

Não há dúvidas que a murmuração e a rebelião contra a providência de Deus são pecados comuns, até mesmo entre os crentes. Uma forma muito comum deles são as reclamações contra o tempo. É estranho, mas é verdade, que a maioria das pessoas atribuirão as suas experiências bem-sucedidas e felizes à “sorte”, ao “acaso”, ou à própria prudência e habilidade, etc.; mas quando as coisas se voltam contra si, elas põem a culpa da situação em Deus e murmuram e se rebelam contra Ele. Pessoas que jamais pensariam em agradecer a Deus pelo bom tempo, amaldiçoá-lo na ocorrência de tempestade ou enchente que lhes cause sofrimento e perda.

Essas murmurações e queixas perversas contra a providência de Deus procedem da pecaminosidade natural do coração do homem. As pessoas supõem, erroneamente, que Deus *lhes deve* felicidade, prosperidade, boa saúde e outras bênçãos e se alguma dessas coisas lhes é tirada é porque Deus estará defraudando um justo direito delas. Mesmo reconhecendo de fato que esses pensamentos são malignos, o crente admitirá também que tais pensamentos surgem em seu próprio coração e ficará humilhado por causa deles.

5. Como a vontade de Deus é feita no céu?

A vontade de Deus é cumprida no céu pelos santos anjos e pelos santos que deixaram essa vida e foram aperfeiçoados em santidade (Hb 12.23). É claro que, no céu, a vontade de Deus é feita perfeitamente, como explica o Catecismo. Cumprir perfeitamente a vontade de Cristo significa não apenas fazer exatamente aquilo que Deus requer, mas fazê-lo com as atitudes e pelos motivos perfeitos (“humildade, alegria, fidelidade, diligência, zelo, sinceridade e constância”). No céu, a vontade de Deus é cumprida perfeitamente porque lá não há pecado nem tentação para interferirem no fazer perfeito da vontade de Deus. É um pensamento maravilhoso para os crentes que um céu assim é o destino que têm assegurado. O crente está destinado a ser perfeito e a ser apresentado sem máculas diante do trono de Deus (Jd 24). O pensamento de que estamos destinados à perfeição física, mental, moral e espiritual deveria ser um forte encorajamento, para nós como crentes, em nossos conflitos contra o mal na terra.

6. É possível fazer perfeitamente a vontade de Deus na terra assim como os anjos a fazem no céu?

Não. É nosso dever fazer a vontade de Deus aqui e agora tão perfeitamente quanto os anjos a fazem no céu; isso significa simplesmente que aquilo que Deus requer de nós é a perfeita conformidade à Sua vontade revelada. Essa conformidade perfeita seria possível à raça humana no mundo presente — ela, na verdade, teria sido alcançada — se Adão não tivesse desobedecido a Deus ao comer o fruto proibido. O ato de desobediência de Adão mergulhou a raça humana em pecado e miséria e tornou impossível a perfeita conformidade à vontade de Deus nessa vida.

Até mesmo os crentes nascidos de novo, que estão sendo santificados pelo Espírito Santo, só podem, na vida presente, se conformar em parte à vontade de Deus; mas a perfeita conformidade à vontade de Deus é sempre o ideal por que devemos nos esforçar. Ela não é apenas o nosso destino na vida porvir, é também o nosso dever na vida presente; por isso, devemos sempre avançar e nos esforçar para alcançá-la mais e mais. *“Irmãos, quanto a mim, não julgo havê-lo alcançado; mas uma coisa faço: esquecendo-me das coisas que para trás ficam e avançando para as que diante de mim estão, prossigo para o alvo, para o prêmio da soberana vocação de Deus em Cristo Jesus”* (Fp 3.13-14).



Pergunta 193. O que pedimos na quarta petição?

R. Reconhecendo que em Adão, e pelo nosso próprio pecado, perdemos o direito a todas as bênçãos exteriores desta vida; que merecemos ser totalmente privados delas por Deus; que elas se fizeram maldição ao nosso uso; que elas não nos podem sustentar por si mesmas; que não somos dignos delas nem nos esforçamos em consegui-las por nossa própria diligência, mas que somos propensos a desejá-las, obtê-las e a usá-las de modo espúrio, pedimos na quarta petição (que é: *o pão nosso de cada dia dá-nos hoje*) por nós mesmos e pelos demais, para que eles e nós, aguardando na providência de Deus dia a dia, usando recursos lícitos, possamos, pelo Seu dom gratuito e segundo melhor parecer à Sua sabedoria paternal, gozar de porção suficiente dessas bênçãos, recebendo-as de modo continuado e abençoado, usando-as santamente e para o nosso conforto; e que sejamos guardados de tudo quanto seja contrário ao nosso sustento e conforto temporais.

Referências bíblicas

- Gn 2.17; 3.17; Rm 8.20-22; Jr 5.25; Dt 28.15-17. Em Adão, e pelo nosso próprio pecado, perdemos o direito a todas as bênçãos desta vida.
- Dt 8.3. As bênçãos exteriores, por si mesmas, não bastam para sustentar a nossa vida.
- Gn 32.10; Dt 8.17-18. Não podemos fazer jus às bênçãos de Deus nem as obter por nossos esforços.
- Jr 6.13; Mc 7.21-22; Os 12.7; Tg 4.3. Por causa de nossos corações pecadores somos propensos a desejar, obter e usar ilicitamente as bênçãos exteriores da vida.
- Gn 43.12-14; 28.29; Ef 4.28; 2Ts 3.11-12; Fp 4.6. Submissos à lei e à vontade de Deus, devemos pedir para desfrutarmos de porção suficiente das bênçãos exteriores desta vida.
- 1Tm 4.3-5; 6.6-8. Devemos pedir para que Deus nos abençoe ao usarmos licitamente das bênçãos terrenas.
- Pv 30.8-9. Devemos pedir para sermos preservados de tudo que seja contrário ao nosso bem-estar na vida presente.

Comentário

1. É verdade que todos têm direito inalienável à vida, à liberdade e à busca da felicidade?

Isso só é verdade na esfera limitada da sociedade civil. Os seres humanos têm o direito civil à vida, à liberdade e à busca da felicidade sem a interferência desonesta de seus semelhantes. Mesmo no âmbito da sociedade humana o direito à vida e à liberdade podem ser perdidos por pena judicial devido ao cometimento de crimes. Quem cometeu assassinato não tem mais direito à vida e à liberdade.

Quando se trata da relação entre Deus e o homem, é absolutamente *falso* que todos têm direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Fossem quais fossem os direitos que os seres humanos pudessem ter, eles os perderam por causa do pecado. Primeiramente pelo pecado de Adão, que é imputado a toda humanidade e, então, pelo pecado de cada um, de modo que nenhum ser humano tem o mínimo direito de exigir algo de Deus. O homem não tem direitos aos quais Deus esteja obrigado a respeitar.

2. Se Deus tratasse a raça humana com o rigor da justiça, sem nenhum meio de salvação, qual seria o resultado?

A vida humana tornar-se-ia imediatamente impossível, pois todas as bênçãos

comuns — como a chuva, a luz do sol, a comida e o vestuário, a moradia e tudo o que nos propicia conforto — seriam retirados; a saúde tornar-se-ia em doença e a vida, em morte. A raça humana perdeu o direito a todas essas bênçãos. Somente a *graça* e a *misericórdia* de Deus é que permitem que os seres humanos pecadores continuem a receber e a gozar das bênçãos terrenas.

3. É verdade que Deus deve a cada pessoa uma vida de prosperidade e felicidade?

Não. Deus só deve ao homem justiça. E no caso de uma humanidade caída e pecadora, apenas justiça significaria a ira, a maldição e a condenação de Deus. Aqueles que acham que Deus lhes deve algo melhor do que isso, não conseguem entender o que significa a justiça de Deus nem a própria pecaminosidade. Deveríamos ser profundamente gratos por Deus nos tratar com base na graça, além da justiça.

4. Por que as bênçãos terrenas não podem, por si mesmas, sustentar a nossa vida?

Não somos independentes de Deus; a nossa vida está na Sua mão todos os instantes. A real utilidade de todas as coisas terrenas depende da providência de Deus. A comida não pode dar vida ao faminto nem o remédio, saúde ao enfermo se não for pela ação da providência de Deus. É só por causa da providência de Deus em ação que o pão é mais nutritivo que a pedra. Tendemos a esquecer que dependemos da providência de Deus em cada momento de nossas vidas; tendemos a colocar a nossa fé nas coisas e não em Deus, que no-las dá, o que se torna numa forma de idolatria — e mesmo os crentes em Cristo são quase sempre culpados dela. Devemos usar as coisas terrenas e colocar a nossa fé em Deus, quem no-las concedeu e somente quem pode abençoá-las para o nosso uso.

5. Por que não podemos, pelos nossos próprios esforços, conseguir o que precisamos?

A independência humana é um delírio vão e lisonjeiro para nosso coração pecador. Não podemos, pelo nosso próprio esforço, conseguir o que precisamos porque, em primeiro lugar, nossos esforços dependem sempre da providência de Deus. A nossa respiração, o batimento do nosso coração, o funcionamento do nosso sistema nervoso e músculos, a nossa capacidade de pensar e de tomar decisões — tudo isso depende continuamente da providência de Deus: nEle vivemos; nos movemos e temos o nosso ser.

Em segundo lugar, toda a natureza depende completa e constantemente da providência de Deus. Pode-se plantar o trigo, mas se Deus não providenciar a chuva e a luz do sol, não haverá colheita; ou se houver chuva e sol, uma tempestade de granizo pode, pela providência de Deus, botar tudo a perder. Os homens podem construir navios, e as tempestades, que só Deus controla, pode pô-los a pique em sua primeira viagem. É evidente que temos de reconhecer que dependemos completamente de Deus em cada detalhe das nossas vidas.

6. Por que tendemos a desejar, obter e usar as bênçãos terrenas de modo espúrio?

Por causa dos nossos corações pecaminosos, que nos levam a cometer pecados em pensamentos, palavras e obras a todos os dias de nossas vidas. Nesta vida, nem mesmo os regenerados estão perfeitamente santificados e têm sempre de contender contra as paixões e tentações pecaminosas que se emboscam em seus corações as quais, se não forem subjugadas, fá-los-ão cair em pecados gritantes.

7. Que quer dizer “aguardando na providência de Deus dia a dia, utilizando-nos de recursos lícitos”?

Essa expressão do Catecismo é uma bela jóia de ensinamento bíblico. Ela significa, em primeiro lugar, que temos de colocar a nossa confiança, não nas nossas próprias competências ou ações, mas na providência de Deus, isto é, em Deus, cuja providência controla as nossas vidas. Devemos esperar na providência de Deus dia após dia, compreendendo que Ele nos concederá bênçãos conforme a Sua santa vontade e no tempo por Ele determinado; devemos, por isso, evitar tanto a incredulidade quanto a impaciência. Não exigiremos bênçãos imediatas quando Deus em Sua sabedoria sabe que é melhor adiá-las.

Em segundo lugar, ao mesmo tempo em que pomos a nossa confiança em Deus, não nos quedaremos indolentes nem inativos, mas continuaremos a nos valer desses recursos. Se estivermos doentes, confiaremos em Deus para nos curar, se for da Sua vontade, mas também nos beneficiaremos do melhor tratamento médico possível. Se esperarmos em Deus por uma colheita, temos também que nos preocupar em arar o solo e em plantar a semente. Não esperemos que a providência de Deus elimine os nossos próprios labores e esforços.

Em terceiro lugar, teremos o cuidado de usar apenas recursos *lícitos*. Não vamos tomar as coisas em nossas próprias mãos quebrando a lei moral de Deus. Procuraremos promover o nosso benefício por meio da inteligência e do

trabalho honesto, não pela desonestidade, pela inverdade ou pelo furto, nem cometendo injustiça a ninguém.

8. Por que as bênçãos terrenas são dons gratuitos de Deus aos Seus filhos?

São dons gratuitos porque jamais podemos fazer por merecê-los nem ser dignos deles. As bênçãos terrenas foram adquiridas por Jesus Cristo para os filhos de Deus (Testemunho Presbiteriano Reformado, 10.5 e erro 6). Cristo os recebeu, para que pudessem nos ser concedidos como dons gratuitos.

9. É correto orar por bênçãos terrenas, como prosperidade financeira para nós mesmos e outros?

É correto, com certeza, e devemos fazê-lo, mas sempre em submissão à vontade de Deus, “segundo melhor parecer à Sua sabedoria paternal”. Podemos orar por prosperidade financeira e por bênçãos terrenas semelhantes, desde que oremos para que no-las sejam concedidas *se* forem da vontade de Deus. Não temos como saber antecipadamente se tal desejo é ou não da Sua vontade.

10. Que quer dizer o Catecismo com “porção suficiente” dessas bênçãos terrenas?

Com essa expressão o Catecismo quer dizer um suprimento de bênçãos terrenas que sejam para o nosso verdadeiro bem-estar temporal e espiritual. Se Deus fizesse todos os Seus filhos milionários, isso provavelmente não seria para o verdadeiro bem-estar da maioria deles. Por outro lado, na maioria dos casos, a extrema pobreza também não seria para o seu real bem-estar. Deus, as mais das vezes, supre o Seu povo com uma porção moderada de bens deste mundo; donde podemos concluir que Ele considera que isso seja o melhor para eles. Não devemos acalentar a ambição de “ficar ricos”, e muito menos a de “ficar ricos logo”. O ideal cristão é uma porção moderada e suficiente de prosperidade terrena. Deus concede grande riqueza a algumas pessoas, mas nós não devemos buscar isso.

11. Por que devemos orar por contentamento no uso das bênçãos de Deus?

Se formos descontentes, não poderemos desfrutar nem reconhecer, verdadeiramente, o valor das bênçãos de Deus: a falta de espírito de contentamento transformará em tentações e maldições todas as bênçãos de Deus. O contentamento é uma atitude mental que Deus pode produzir em nós pelo Seu Espírito

Santo e devemos buscar dEle essa bênção. “*Contentai-vos com as coisas que tendes*” (Hb 13.5); “*aprendi a viver contente em toda e qualquer situação*” (Fp 4.11); “*De fato, grande fonte de lucro é a piedade com o contentamento*” (1Tm 6.6).



Pergunta 194. O que pedimos na quinta petição?

R. Reconhecendo que nós e todos os outros somos culpados do pecado original e do pecado individual e, portanto, devedores à justiça de Deus; e que nós, nem outra criatura qualquer, não podemos satisfazer a mínima parte dessa dívida, pedimos na quinta petição (que é: *perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores*), (continua).

Referências bíblicas

- Mt 6.12; Lc 11.4. A quinta petição da Oração do Senhor.
- Rm 3.9-22; Mt 18.24-25; Sl 130.3-4; 51.5; 1Jo 1.8, 10. Nós, e toda a humanidade, somos culpados diante de Deus e totalmente incapazes de satisfazer à Sua justiça.

Comentário

1. Qual o significado da palavra *dívidas*, na Oração do Senhor?

A palavra *dívidas* na Oração do Senhor (Mt 6.12) é usada com o sentido de “pecados”, como mostra a passagem paralela de Lucas 11.4. Não significa, portanto, dívidas comerciais (que seriam satisfeitas com o pagamento de dinheiro) mas dívidas penais, isto é, a obrigação de ser punido segundo a justiça de Deus em razão da falta de conformidade com a lei de Deus, ou da sua transgressão. (A palavra grega usada em Mt 6.12 foi traduzida corretamente como “dívidas” nas versões ARA, ARC e NVI da Bíblia em português, sendo preferível à palavra “ofensas” usada na NTLH. A palavra *dívidas* apresenta mais claramente a verdade de que estamos em débito com a justiça de Deus).

2. Esta petição da Oração do Senhor refere-se a que aspecto do pecado?

Refere-se à culpa, que é o aspecto básico do pecado na Bíblia. Além de envolver culpa, o pecado envolve também corrupção ou impureza, cativeiro ou desamparo e miséria ou infelicidade. O pecado condena, suja, escraviza e desgraça; mas o básico, a verdade de máxima importância a seu respeito é que ele condena, envolve culpa, e lança o pecador debaixo do juízo e do castigo de Deus.

3. De que maneira é hoje negligenciada a ênfase na culpabilidade do pecado?

Nos dias presentes é comum aliviar a culpa do pecado e enfatizar-se principalmente a miséria, pessoal e social, que o pecado produz. A culpa do pecado é hoje uma idéia impopular. A religião centrada no homem procura evitar essa idéia ou depreciá-la com tergiversações. O pecado é considerado como uma infelicidade ou uma calamidade e não como algo merecedor de reprovação e castigo. Por isso, muitas pessoas modernas se consideram bastante justas, ou, quando se vêem como pecadoras, acham-se merecedoras de pena e de consolação, e não, de reprovação e castigo.

4. Qual é hoje a idéia equivocada e predominante a respeito da culpa?

Hoje é muito comum confundir *o sentimento de culpa* com *o fato da culpa*. Noções populares de psiquiatria têm levado muitas pessoas a suporem que nada há na culpa senão o sentimento de culpa e que se elas, de algum modo, conseguirem se livrar dessa sensação perturbadora de culpa, nada terão a temer.

A prática legítima da psiquiatria lida apenas com indivíduos neuróticos ou mentalmente anormais. Essas pessoas podem ter um sentimento anormal de culpa, ou “complexo” de culpa, que lhes destrói a felicidade e os inutiliza, o que difere totalmente da culpa real diante de Deus, por causa de seus pecados. Pode ser possível aliviar esse sentimento anormal de culpa com métodos psiquiátricos, mas a culpa real diante de Deus não será minimamente afetada pela psiquiatria. A culpa continua sendo sempre culpa, a despeito de estarmos ou não obcecados por ela, ou de termos ou não consciência dela.

A culpa real não é um reles sentimento subjetivo, mas um fato objetivo referente à relação da pessoa com Deus. Alguém pode estar tão endurecido para o pecado a ponto de não ter a mínima consciência de culpa e imaginar-se, inutilmente, como alguém justo e a caminho do céu. É pela obra especial do Espírito Santo que o pecador chega à convicção do pecado e se reconhece pecador diante de Deus e merecedor do castigo eterno no inferno. A culpa imaginária e o mero sentimento de culpa podem ser removidos pela psiquiatria, mas a culpa real só pode ser removida pelo sangue de Jesus Cristo, o substituto do pecado.

5. Quais são as formas de pecado de que as pessoas são culpadas?

Todas as pessoas são culpadas tanto do pecado original quanto do pecado

individual. (O termo *individual* significa “feito, cometido, executado por uma só pessoa” em contraste com o pecado original, que é o estado em que nascemos).

As criancinhas, é claro, são culpadas apenas do pecado original. Todas as demais pessoas são culpadas do pecado original e do pecado individual. O pecado original inclui: (a) a culpa do primeiro pecado de Adão; (b) a falta da justiça original em que foi criada a raça humana; (c) a total corrupção moral da nossa natureza. Todo indivíduo, à parte de quaisquer atos cometidos por si mesmo, é culpado diante de Deus dessas três acusações; todo indivíduo ao nascer no mundo carrega em si a condenação dessas três culpas.

Distintamente do pecado com o qual se nasce, o pecado individual é o produto do pecado original na vida e na atividade da pessoa; abrange todos os pecados de comissão e omissão que ocorrem no curso da sua vida.

Muitas pessoas hoje negam que o pecado original envolve culpa. Algumas tentam limitar o alcance do pecado definindo-o como a “transgressão voluntária de uma lei conhecida, etc.”. Essa definição não é bíblica porque é demasiadamente limitada. De acordo com a Bíblia “*toda injustiça é pecado*” (1Jo 5.17) e “*o salário do pecado é a morte*” (Rm 6.23). Davi confessou haver nascido em pecado (Sl 51.5), portanto, de acordo com Romanos 6.23, quando ele nasceu, merecia a morte.

Muitas pessoas se rebelam de modo especial contra a doutrina de que as criancinhas recém-nascidas são culpadas diante de Deus por causa do pecado original. Elas opõem ao ensinamento das Escrituras as suas idéias irrealistas e sentimentais quanto à “inocência” e a “pureza” da infância. A Bíblia, apesar disso, ensina definitivamente que as criancinhas são culpadas diante de Deus (Rm 5.14), conforme testemunha o fato de estarem sujeitas à morte, que é o salário do pecado.

6. Que podemos fazer para remover a nossa culpa diante de Deus?

Absolutamente nada: “nós, nem outra criatura qualquer, não podemos satisfazer a mínima parte desse débito”. Suponha que a partir de amanhã de manhã pudessemos começar a viver uma vida absolutamente perfeita todos os nossos dias — isso não seria mais que a nossa obrigação e de nada adiantaria para cancelar a culpa de nenhum pecado passado. É claro que ninguém pode começar a viver jamais uma vida perfeita. Somos moralmente falidos, totalmente endividados para com a justiça de Deus, e não temos em nós mesmos a condição de pagar a mínima parte dessa dívida. A nossa culpa diante de Deus só pode ser removida pela redenção de Jesus Cristo.

Pergunta 194 (continuação). *O que pedimos na quinta petição?*

R. (...) pedimos na quinta petição (...), por nós e pelos demais, que Deus por Sua livre graça — através da obediência e da satisfação de Cristo, compreendida e aplicada pela fé — absolva-nos da culpa e da condenação do pecado, aceite-nos em Seu Amado, continue em nós o Seu favor e a Sua graça, perdoe as nossas quedas diárias e nos encha de paz e de gozo ao nos dar diariamente cada vez mais certeza de perdão, (continua).

Referências bíblicas

- Rm 3.24-26; Hb 9.22. Pedimos a Deus que, pela redenção de Cristo, absolva-nos da culpa e condenação do pecado.
- Ef 1.6-7. Pedimos a Deus que nos aceite em Seu Amado Filho, Jesus Cristo.
- 2Pe 1.2; Os 14.2; Jr 14.7. Pedimos que Deus continue a Sua graça para conosco e nos perdoe as nossas faltas diárias.
- Rm 15.13; Sl 51.7-12. Pedimos que Deus nos encha de paz e de gozo, mediante o crescimento diário da certeza do Seu perdão.

Comentário**1. Que quer dizer pela livre graça de Deus?**

Isso significa o amor e o favor imerecidos de Deus concedidos a pecadores conforme o Seu bel-prazer. A livre graça de Deus é a fonte da nossa salvação; é a suprema razão por que alguns são salvos do pecado e herdaram a vida eterna; é também a verdadeira base do perdão dos nossos pecados. Devemos buscar o perdão de Deus, não baseados em nosso próprio caráter, nossas boas obras ou nossas boas resoluções, e nem mesmo em nossa fé, mas baseados apenas na livre graça do próprio Deus.

2. Como a livre graça de Deus é concedida aos pecadores?

“Através da obediência e da satisfação de Cristo”, quer dizer, através da obra consumada de Cristo no plano de redenção. Essa obra é “compreendida e aplicada pela fé”, isto é, o Espírito Santo produz a fé no coração do pecador, capacitando-o e dispondo-o a crer em Jesus Cristo; assim, o pecador apreende a obra consumada de Cristo, e o Espírito Santo prende, aferra, atribui e aplica essa compreensão à sua condição de culpa. A livre graça de Deus é a *fonte* do perdão, a obra consumada de Cristo é o *fundamento* do perdão e a fé é o *meio* pelo qual se obtém o perdão.

3. Por que o Catecismo fala da obediência e da satisfação de Cristo?

Porque ambas são essenciais à obra de salvação de pecadores. A “obediência” de Cristo aqui se refere ao que às vezes denomina-se de obediência ativa: que é a Sua perfeita obediência à lei durante toda a Sua vida terrena; pela qual adquiriu a perfeita justiça que pode ser imputada ou creditada a pecadores. A “satisfação” de Cristo é o que às vezes chama-se de obediência passiva: que compreende os Seus próprios sofrimentos e morte, os quais ofertou como sacrifício de expiação pelos pecados do Seu povo, para que lhes fossem perdoados e cancelados os pecados. Cristo viveu pelo Seu povo, para conceder-lhe justiça; e morreu pelo Seu povo, para cancelar-lhe a culpa.

Muitos crentes de hoje não conseguem compreender a importância da obediência ativa de Cristo. Para poder salvar o Seu povo, Cristo tinha que viver uma vida perfeita debaixo da lei. Não era apenas obrigatório que a justiça perfeita lhes fosse imputada, mas somente uma vida perfeita atenderia os requisitos do sacrifício exigido para a expiação do pecado. Uma vida imperfeita não poderia ser oferecida a Deus em sacrifício pelos pecados dos outros.

4. Por que o Catecismo diz que Deus nos absolve “da culpa e da condenação do pecado”?

É muito importante compreender as diferenças e a relação que há entre essas duas coisas. Culpa é dívida para com a justiça de Deus e implica obrigatoriamente em condenação. A redenção de Cristo salva-nos da culpa e da condenação. A nossa culpa foi colocada sobre Ele e, no Calvário, Ele sofreu a condenação em nosso lugar. Os não-regenerados quase sempre pensam na salvação como o livramento da condenação do pecado. O crente verdadeiro compreende que a salvação é, antes de tudo, uma questão de livramento da culpa do pecado. Muitas pessoas têm medo de ir para o inferno, mas não têm a menor preocupação com o fato de serem culpadas diante de Deus. Quase todo mundo quer ser salvo do inferno, mas somente os crentes regenerados querem ser salvos da própria culpa. O verdadeiro arrependimento cristão é a tristeza por causa da culpa do pecado; o falso arrependimento é a tristeza por causa da condenação do pecado.

5. Por que devemos pedir a Deus que nos perdoe das nossas quedas diárias?

Quando alguém crê verdadeiramente em Cristo é justificado instantaneamente para toda a eternidade. A culpa de todos os seus pecados — passados, presentes e futuros — é cancelada completamente e ele é declarado justo por causa

do sangue e da justiça de Cristo. Quanto à condenação judicial do pecado, o crente foi justificado de uma vez para sempre. “Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8.1).

Mas quem foi justificado ainda é passível de pecar e peca, de fato, em pensamentos, palavras e obras — por omissão e por comissão. As “quedas diárias” não podem anular a sua condição de justificado, nem colocá-lo sob condenação, mas podem ofender ao Pai Celestial levando-O a privar a alma do pecador da luz da Sua presença, por um tempo. Essas quedas não têm poder para destruir a união do crente com Deus, mas podem interromper e enfraquecer a sua comunhão com Ele. É por isso que o crente deve confessar diariamente seus pecados e suplicar o perdão de Deus para as quedas diárias.

6. Qual é o efeito que o perdão do pecado causa na consciência?

O perdão do pecado causa uma sensação de paz e de gozo e um aumento da segurança do perdão e da salvação. Essa paz, gozo e segurança decorrem da obra do Espírito Santo no coração. Como essas coisas não são concedidas a todas as pessoas na mesma proporção, nem no mesmo grau a uma mesma pessoa todas as vezes, é apropriado orarmos pela concessão e aumento dessas bênçãos em nossos corações.

Pergunta 194 (continuação). O que pedimos na quinta petição?

R. (...) pedimos na quinta petição (que é: *perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores*) (...) que Deus por Sua livre graça (...) absolva-nos da culpa e da condenação do pecado, etc. (...) o qual somos mais encorajados a pedir e mais animados a esperar quando temos em nós este testemunho: que perdoamos de coração aos outros as suas ofensas.

Referências bíblicas

- Lc 11.4; Mt 6.14-16; 18.35. O nosso Pai Celestial exige dos Seus filhos a disposição sincera para perdoar aos outros as suas ofensas.

Comentário

1. Por que a frase “*assim como nós temos perdoado aos nossos devedores*” tem especial importância no tempo presente?

Essa frase é de especial importância nos dias de hoje porque uma doutrina chamada de “Dispensacionalismo Moderno” usa-a como base para justificar a alegação de que a Oração do Senhor “tem como base a lei” e não se ajusta

à “dispensação da graça” ou à “era da igreja moderna”. Essa doutrina peculiar é especialmente ressaltada nas notas da popular *Bíblia de Referência de Scofield*, que declara que Mateus 6.12 (“*assim como nós temos perdoado aos nossos devedores*”) “tem como base a lei”, em contraste com Efésios 4.32 (“onde a base é a graça”). A *Bíblia de Scofield* ainda acrescenta: “Sob a lei, o perdão está condicionado a que haja também em nós espírito de perdão; sob a graça, somos perdoados por amor a Cristo e exortados a perdoar por já termos sido perdoados”. (Nota de Scofield sobre Mt 6.12). Mais adiante, ao comentar a Oração do Senhor em Lucas 11, a *Bíblia de Scofield* informa: “usada como mera forma, a oração do Senhor tem como base, do ponto de vista das dispensações, a lei e não a graça. (...) Nela se faz do perdão humano, tal como deve ser sob a lei, a condição para receber o perdão divino, uma ordem que a graça transmuda completamente (vide Ef 4.32)”. Por causa desse ensinamento dispensacionalista, alguns ministros do evangelho estão tão convencidos de que a Oração do Senhor é uma oração não apropriada aos crentes em Cristo que não a querem usada no culto público da igreja.

3. Que resposta se pode dar ao erro dispensacionalista quanto à Oração do Senhor?

Veja o comentário à Resposta 187 do Catecismo Maior. O erro dispensacionalista quanto à Oração do Senhor, conforme exemplificado pela *Bíblia de Referência de Scofield*, está aberto à crítica em dois pontos. Primeiro, baseia-se na noção equivocada do caráter do período que se estende de Moisés a Cristo, isto é, de que nele predominou a lei em contraste com a graça. Segundo, fundamenta-se na compreensão errada do sentido da quinta petição da Oração do Senhor. Vamos considerar esses dois pontos nos comentários seguintes.

4. O período de Moisés a Cristo foi uma era da lei em contraste com a graça?

Certamente que não. Esse é um dos erros mais salientes do Dispensacionalismo Moderno. Foi uma era da lei, certamente, mas não da lei em contraste com a graça, nem da lei em lugar da graça. No período que de estendeu de Moisés a Cristo, a lei era coadjuvante ao sistema da graça. “*Qual, pois, a razão de ser da lei? Foi adicionada por causa das transgressões, até que viesse o descendente a quem se fez a promessa, e foi promulgada por meio de anjos, pela mão de um mediador*” (Gl 3.19). “*Pela lei vem o pleno conhecimento do pecado*” (Rm 5.20). “*A lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé*” (Gl 3.24). Todas essas e muitas outras

passagens da Escritura que se podem citar mostram que a função da lei, no intervalo de Moisés a Cristo, não era a de servir de sistema alternativo à graça, mas de coadjuvante a ele para que as pessoas fossem convencidas da sua total pecaminosidade e de que necessitam de redenção divina.

O período de Moisés a Cristo não “tem como base a lei”, no sentido alegado pela *Bíblia de Referência de Scofield* (que afirma, ao comentar Gênesis 12.1, que o povo de Israel “aceitou a lei irrefletidamente” e no Sinai “trocou a graça pela lei”). Como esse ensinamento dispensacionalista está seguramente errado e entende de modo errôneo o caráter essencial do período entre Moisés e Cristo, é também inequivocamente errado afirmar que a Oração do Senhor “tem como base a lei”.

O Dispensacionalismo Moderno confunde o judaísmo legalista e não-bíblico dos escribas e fariseus com a religião pura, graciosa e divinamente revelada do Velho Testamento. O judaísmo e a verdadeira religião do Velho Testamento não podem ser equacionados assim porque o primeiro é uma perversão legalista do último. Veja o livro *Biblical Theology: Old and New Testaments* [Teologia Bíblica: Velho e Novo Testamentos] (Grand Rapids: Eerdmans, 1948), 141-145. de Geerhardus Vos.

4. Como o Dispensacionalismo entende erradamente a quinta petição da Oração do Senhor?

O Dispensacionalismo Moderno, como exemplificado pela *Bíblia de Referência de Scofield*, vê um conflito entre Mateus 6.12 (“*perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores*”) e Efésios 4.32 (“*perdoando-vos uns aos outros, como também Deus, em Cristo, vos perdoou*”). Alegam que a primeira passagem é o perdão “sob a lei” e a última, o perdão “sob a graça”; declaram que “sob a lei, o perdão está condicionado a que haja também em nós espírito de perdão e que sob a graça somos perdoados por amor a Cristo e exortados a perdoar por já termos sido perdoados” (*Bíblia de Referência de Scofield* nota sobre Mt 6.12).

Precisamos entender que não há nenhum conflito verdadeiro entre esses dois textos. Eles apenas apresentam diferentes aspectos ou faces do mesmo assunto. De Adão e Eva até o final dos tempos nenhum ser humano jamais foi, jamais será e jamais poderia ser perdoado por Deus se não *por amor a Cristo*, tendo como base o Seu sangue e a Sua justiça. O perdão é a própria essência da *graça*, e simplesmente não há o menor sentido em falar de “perdão sob a lei” e de “perdão sob a graça”. *Todo* perdão está debaixo da graça. Se recebemos perdão por obedecermos à lei, então é salário ou mérito, não

perdão. Todos os santos do Velho Testamento foram perdoados *pela graça de Deus*, com base no sangue e na justiça de Cristo, pela fé no Messias prometido, conforme evidenciava a obediência deles em conformidade com a ordenança do sacrifício. No caso deles, não menos do que no dos crentes de hoje, a disposição em perdoar aos outros era fruto e decorrência de ter-lhes Deus, antes e graciosamente, perdoado os pecados.

Quem alega que Deus perdoou os santos do Velho Testamento só depois de ter visto em seus corações um espírito de perdão pelos outros, não apenas leu de modo grosseiramente errado o Velho Testamento mas nega, para todos os efeitos, a depravação total do homem caído. Se o homem é pecaminoso em sua totalidade, como a Bíblia de fato ensina, como pode ele fazer o bem senão só depois que o seu coração seja renovado pelo Espírito Santo? Como pode ele começar a amar e a perdoar o seu próximo *senão só depois de ser reconciliado com Deus e de receber um novo coração*? Que significa ser reconciliado com Deus, senão que se recebeu o perdão divino pelos seus pecados? Ninguém jamais amou e perdoou verdadeiramente ao seu próximo, no sentido bíblico, senão só depois de ter sido reconciliado primeiramente com Deus pela graça, isto é, perdoado por Deus. “*Colhem-se, porventura, uvas dos espinheiros ou figos dos abrolhos?*” (Mt 7.16). Pode um coração egoísta, cheio de ódio, não-regenerado e em inimizade contra Deus, amar e perdoar aos outros? Não até que a graça divina opere uma mudança e a pessoa seja renovada e perdoada.

Por outro lado, é tão verdade hoje quanto o foi nos dias do Velho Testamento que Deus exige do Seu povo que tenha um espírito de amor e de perdão para com os outros. Não somos meramente “exortados” a perdoar porque fomos perdoados; somos *ordenados* a perdoar, por uma questão de dever. Se não há em nós a disposição para perdoar os outros, devemos questionar a veracidade da nossa própria experiência cristã. Se a nossa vida não produz os *frutos* da salvação, com base em quê, temos a certeza de que somos salvos? O amor genuíno aos irmãos é um dos sinais de que se é verdadeiramente salvo: “*Nós sabemos que já passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos; aquele que não ama permanece na morte*” (1Jo 3.14). Quem não quer perdoar ao seu irmão permanece na morte; isto é, quem não ama ao seu irmão não está salvo. A Bíblia, portanto, ensina que aquele que está disposto a perdoar ao seu irmão, foi, ele mesmo, perdoado por Deus. Perdoar o irmão não é certamente a *base* para Deus nos perdoar, mas a *prova* de que Ele nos perdoou. Onde houver raiz genuína, haverá também fruto; se não há fruto, é por que falta a raiz genuína.

Visto por um lado, perdoar aos outros é um dever moral que nos é imposto; visto por outro lado, perdoar aos outros é fruto e sinal da operação da graça

de Deus em nossas vidas. Não existe nenhum conflito real entre os dois. É só pela graça que o pecador, qualquer um, está capacitado a cumprir esse dever. O fato de cumprimos a nossa obrigação (perdoar aos outros) é uma prova da graça de Deus em nós. Desde que perdoar aos outros é fruto de a própria pessoa ter sido perdoada por Deus, isso nunca poderia ter sido a condição para ser perdoado por Deus (como alegam os dispensacionalistas ao dizerem que o perdão estava “sob a lei”). Se, quanto a isso, não quisermos jamais usar a palavra *condição*, deveremos dizer somente que a nossa disposição para perdoar os outros é a condição da nossa *certeza* de que Deus nos perdoou, o que era verdade tanto nos dias do Velho Testamento quanto o é hoje.

5. Qual é a verdadeira interpretação da frase “*como nós temos perdoado aos nossos devedores*”?

O seu sentido verdadeiro é dado pelo Catecismo, isto é, que somos “encorajados a pedir” e “mais animados a esperar” que Deus nos perdoe os nossos pecados “quando temos em nós este testemunho: que perdoamos de coração aos outros as suas ofensas”.

A nossa disposição para perdoar aos outros é uma prova da ação graciosa do Espírito Santo em nossos corações, e, portanto, um testemunho de que fomos reconciliados com Deus e de que temos a verdadeira fé salvadora em Jesus Cristo. Quando recebemos o privilégio de ter tal ousadia e certeza, podemos nos achegar a Deus como filhos que se achegam ao Pai, confessando os nossos pecados diários na plena confiança de que eles nos serão perdoados, de que Deus nos tratará como Seus filhos e não como Seus inimigos.



Pergunta 195. *O que pedimos na sexta petição?*

R. Reconhecendo que o mui sábio, justo e gracioso Deus, com vistas a diversos fins santos e justos, pode dispor as coisas de tal maneira que somos assaltados, frustrados e temporariamente escravizados pelas tentações; (...) pedimos, na sexta petição (que é: *não nos deixes cair em tentação; mas livra-nos do mal*), (continua).

Referências bíblicas

- Mt 6.13; Lc 11.4. A sexta petição da Oração do Senhor.
- 2Cr 32.31; Jz 2.21-22; Dt 4.34; 7.19; Jó 1.12; 2.6; At 20.19; Tg 1.2-3;

Hb 11.37. Deus, segundo a Sua sabedoria e santos propósitos, algumas vezes permite que os Seus filhos sejam tentados pelo mal, e que até mesmo cedam à tentação por um tempo.

Comentário

1. Que grande problema a questão da tentação abrange?

O problema da relação de Deus com o mal. Temos de confessar de pronto que esse problema não pode ser totalmente resolvido. A Bíblia só revela a sua solução em parte e as nossas mentes finitas e obscurecidas pelo pecado não conseguem dar uma resposta completa e definitiva à pergunta: como pode um Deus bom permitir a origem e a existência do mal na Sua criação?

Só podemos aceitar o que a Bíblia nos fala sobre o assunto com a fé e a humildade de uma criança, e confessar francamente que somente “conhecemos em parte” e que a sua plena solução é um dos segredos que Deus reservou para Si mesmo. Aquele que tenta racionalizá-lo totalmente corre o terrível risco de cair no ceticismo.

2. Que soluções erradas foram tentadas para esse problema?

(a) A teoria do dualismo, que afirma que Deus e o mal, ou que Deus e Satanás, são eternos, de modo que vêm se confrontando e têm estado em conflito um contra o outro desde a eternidade. Essa teoria não pode ser aceita porque é contrária ao claro ensinamento da Bíblia de que no princípio havia apenas Deus e que o mal se originou no universo subsequentemente à obra da Sua criação. Somente Deus existe desde toda a eternidade; Satanás teve um princípio. (b) A teoria de um Deus limitado que gostaria de impedir e conter o mal no universo, mas descobre que não tem em Si o poder para fazer isso. Segundo essa teoria Deus está fazendo o melhor que pode, mas o Seu poder é limitado de várias maneiras (como as leis da natureza e o livre-arbítrio das Suas criaturas) e que por isso não Lhe é possível enfrentar da maneira adequada as forças do mal. Essa teoria não pode ser aceita porque é contrária ao claro ensinamento da Bíblia de que Deus é Onipotente; Ele é infinito em Seu ser e em todos os Seus atributos e nada que decida fazer é difícil demais para Ele realizar. Além disso, a teoria de um Deus limitado não consegue explicar a origem do mal.

3. Que luz derrama a Bíblia sobre o problema da relação de Deus com o mal?

Embora a Bíblia não apresente a solução completa desse problema, ela dá de fato algumas verdades que iluminam a questão e nos guardam de tirarmos

conclusões erradas precipitadamente. O que a Bíblia ensina sobre o assunto pode ser resumido assim: **(a)** Somente Deus existe eternamente; tudo o mais que existe, exceto Deus, deve a existência à Sua obra de criação (Gn 1.1). **(b)** Ao sair da mão de Deus, o universo criado era totalmente bom, isto é, livre tanto do mal físico quanto do mal moral (Gn 1.31). **(c)** O mal se originou posteriormente à criação, começando com a queda de uns anjos “que não guardaram o seu estado original”, isto é, de santidade (2Pe 2.4; Jd 6). **(d)** Satanás, o chefe dos anjos caídos, introduziu o mal na raça humana quando seduziu Eva a cometer pecado (Gn 3.1-6). **(e)** Pelo pecado de Adão, o pecado e a morte se tornaram universais à raça humana (Rm 5.12). **(f)** A queda dos anjos e a tentação e queda da raça humana, foram permitidas por Deus, e também preordenadas por Ele (Ef 1.11; Sl 33.11; 115.3; Dn 4.35). **(g)** A responsabilidade pela origem e continuação do mal recai totalmente sobre os anjos caídos e os seres humanos, nunca jamais sobre Deus (Sl 25.8; 1Jo 1.5). **(h)** A razão de Deus para permitir o mal foi o Seu propósito em ordená-lo para a Sua própria glória no final (Rm 11.32; Jó 1.12; 2.6; 42.10-17).

4. Quais aspectos desse problema a Bíblia não esclarece?

(a) Como poderia o mal se originar em seres completamente bons, como eram Satanás e todos os seus anjos ao serem criados. **(b)** Como Satanás poderia ter sucesso em levar os nossos primeiros pais ao pecado, quando não havia em suas naturezas o mal a que apelar. **(c)** Como Deus poderia permitir e preordenar o mal, sem se tornar no responsável pela sua pecaminosidade.

Esses mistérios atordoam as nossas mentes; simplesmente não sabemos as respostas, mas não procuramos negar os fatos. Aqueles que tentam resolver o problema pela negação desses três fatos apenas se atolam em heresias totalmente destrutivas ao cristianismo. Há um ponto em que nos cabe melhor a ignorância reverente do que a teorização e especulação irreverentes.

5. É certo pôr a culpa das nossas tentações em Deus?

Claro que não (Tg 1.13-14). Deus não tenta ninguém. Pôr a culpa das nossas tentações em Deus é maligno e irreverente. No entanto, é errado supor que Deus não tem nada a ver com as tentações pelas quais passamos. Embora Deus mesmo não nos tente, também é totalmente verdade que Deus, segundo os Seus propósitos, “pode dispor as coisas de tal maneira” que somos tentados. Não devemos cair jamais na noção ateuista de que as “coisas” existem ou acontecem fora do controle preordenador e providencial de Deus. Ao nos depararmos com a tentação precisamos compreender duas coisas: **(a)** Não

é Deus quem está me tentando, mas Satanás ou o meu coração pecador, ou ambos. (b) Ainda assim, a tentação foi preordenada por Deus como parte de Seu plano, e é Ele quem, segundo Seus sábios propósitos, tem permitido que ela me acometa.

Pergunta 195 (Continuação). O que pedimos na sexta petição?

R. Reconhecendo (...) que Satanás, o mundo e a carne estão de prontidão e cheios de poder para nos desviar e nos enlaçar; (...) pedimos, na sexta petição (que é: *não nos deixes cair em tentação; mas livra-nos do mal*), (continua).

Referências bíblicas

- 1Cr 21.1; Jó 1.6-12; 2.1-7; Zc 3.1. Satanás é nosso adversário.
- Mc 4.15; Lc 22.31; 1Cr 21.1. Os filhos de Deus são alvos dos ataques de Satanás.
- Lc 21.34; Mc 4.19; Tg 4.4; 1Jo 2.15-17; Ap 18.4. O mundo, como aliado de Satanás, está pronto a fazer o crente pecar.
- Tg 1.14; Gl 5.17; Rm 7.18; 8.12-13. A carne, nossa natureza corrompida pelo pecado, como aliada de Satanás, está pronta a nos fazer cair em pecado.

Comentário

1. Quem é Satanás?

Satanás é o chefe dos anjos caídos. O nome *Satanás* significa “adversário” ou “aquele que se opõe”. A Bíblia o descreve como o “*príncipe da potestade do ar*” e o “*espírito que agora atua nos filhos da desobediência*”; é descrito também como o “*sedutor de todo o mundo*” (Ef 2.2; Ap 12.9). Segundo a Bíblia, Satanás é extremamente ardiloso, inteligente e poderoso, mas está rigorosamente sempre debaixo do controle de Deus (Jó 1.12; 2.6; Mt 4.10-11).

2. Qual é a falsa crença quanto a Satanás hoje?

A concepção de que Satanás não tem existência real, mas é uma mera personificação das forças do mal no universo e na alma humana. A teologia “liberal” moderna procura negar a existência do mal objetivo e pessoal; diz que Satanás não é mais que um nome para as inclinações e desejos pecaminosos de nossos corações; afirma que as pessoas descritas no Novo Testamento como possuídas por demônios sofriam apenas de doenças mentais. Uma atitude assim quanto a Satanás deve ser altamente gratificante para ele próprio,

pois a negação da sua existência objetiva lhe permite atuar da melhor maneira que puder.

No entanto, a Bíblia fala de Satanás e dos espíritos malignos com o máximo realismo e descreve Satanás como uma pessoa específica e não como a mera personificação de uma idéia. A possessão demoníaca é descrita como objetivamente real e é cuidadosamente diferenciada da loucura e da doença física ordinárias (Mt 4.24). A teologia cristã da mesma maneira que não se sustenta sem a crença num Deus pessoal, também não se mantém sem a crença num Diabo pessoal. Além disso, a esse respeito, põe-se em risco a autoridade e a fidedignidade de Jesus Cristo. É obvio que Jesus cria que Satanás era um espírito pessoal, individual e real. Se somos discípulos de Cristo, temos de acatar o Seu ensinamento a esse respeito da mesma maneira que em todas as demais questões.

3. Quais são os aliados de Satanás em seu esforço para nos fazer cair em pecado?

Satanás tem, é claro, uma grande hoste de anjos caídos, ou maus espíritos, mediante os quais ele pode agir e operar. Diferentemente de Deus, Satanás é um ser finito e por isso não pode estar presente em toda parte ao mesmo tempo, mas a sua hoste de demônios o auxilia a levar a cabo a sua obra em muitos lugares e pessoas simultaneamente. Além dos demônios, Satanás tem dois grandes aliados no mundo, quais sejam: “o mundo” e “a carne”. Através deles ele pode, dentro dos limites da permissão de Deus, realizar muitos dos seus propósitos.

4. O que significa “o mundo” como aliado de Satanás?

O termo *mundo* é usado na Bíblia com vários significados. É usado num bom sentido, significando o mundo como criação e propriedade de Deus (Sl 24.1; 1Co 3.22; 7.31); é usado também num mau sentido, significando o reino de Satanás no mundo, a soma de todas as coisas do mundo que são contra Deus (1Jo 2.15-17). Mesmo as coisas que no mundo são legítimas e inocentes — como a ciência, a arte, a literatura, os esportes atléticos, a comunhão social — tornam-se aliadas de Satanás quando nos apegamos a elas demasiadamente, e as amamos mais que a Deus.

Então, existe também o mundo que é sempre aliado de Satanás, o mundo do orgulho pecaminoso, das concupiscências e prazeres. Satanás é muito inteligente, e sabe como apelar a alguém para o afastar de Deus. A um ele tentará com o álcool, a jogatina, as boates e coisas do tipo; a outro ele vai procurar

levá-lo à suprema devoção idólatra à música ou às artes plásticas; ainda a outro persuadirá a fazer da ciência o seu deus, para que ele não adore o vivo e verdadeiro Deus. Em cada caso, Satanás procurará usar “o mundo” como seu aliado.

5. O que significa “a carne” como aliada de Satanás?

Quando a palavra “carne” é usada na Bíblia com um mau sentido, ela *não* se refere ao corpo humano, como muitos erroneamente supõem, mas ao todo da natureza pecaminosa do homem caído. Paulo afirma que o crente, no qual habita o Espírito Santo, “não está na carne” (Rm 8.9). Evidentemente o crente permanece *no corpo* até à sua morte, por isso “carne” não pode significar “corpo”. O crente “não está na carne”, mas alguma coisa da “carne” ainda resta nele por toda a vida presente.

Essa corrupção ou natureza pecaminosa remanescente no crente dá a Satanás alguma coisa para que apelar quando tenta o crente ao pecado. “A carne” — resíduo da corrupção pecaminosa da natureza — é a razão dos inumeráveis fracassos e das quedas dos crentes em Cristo. Se não fosse a nossa natureza pecaminosa restante, as tentações de Satanás não seriam tão sérias. As tentações satânicas são tão perversas e quase sempre bem sucedidas porque há em nós os resquícios de alguma coisa análoga a Satanás e totalmente contrária a Deus (Rm 8.8-9). O crente em Cristo não pode obter nenhuma consolação verdadeira da sua força de caráter ou força de vontade, mas somente da compreensão de que o poder de Deus é ilimitado e de que as promessas do pacto de Deus não podem falhar. “*Se Deus é por nós, quem será contra nós?*” (Rm 8.31). O crente não confiará na própria constância, mas no fato de que o Deus onipotente é *por* ele.

6. Por que os crentes quase sempre vivem uma luta desesperada contra a tentação ao passo que os não-salvos parecem gozar de paz imperturbável?

É estritamente verdade que os crentes vivem sempre em luta desesperada contra a tentação. Como afirma o Catecismo: “Satanás, o mundo e a carne estão prontos e são poderosos para nos desviar e nos enlaçar”. Ao nascer de novo, o crente em Cristo tem uma nova vida espiritual da parte de Deus. Essa nova vida é totalmente contrária à “carne”, ou velha natureza pecaminosa. Assim, essas duas quando se encontram combatem intensamente uma contra a outra; a alma do crente vira um campo de batalha (Gl 5.17) ao precisar enfrentar uma tentação atrás da outra.

Por outro lado, no caso do não-salvo, a natureza pecadora, ou “carne”, tem o campo todo para si mesma. Nesse caso não é necessária nenhuma tentação especial; Satanás já tem o controle dessa vida. Só ocorre luta verdadeira entre a “carne” e o “espírito” ao se desafiar o domínio de Satanás.

Pergunta 195 (Continuação). *O que pedimos na sexta petição?*

R. Reconhecendo (...) que nós — mesmo depois do perdão de nossos pecados e graças à nossa corrupção, fraqueza e falta de vigilância — não estamos apenas sujeitos a ser tentados e prontos a nos expomos às tentações, mas também não temos em nós mesmos a capacidade nem a vontade de resistir-lhes, de sair delas, nem de tirar delas proveito ao nosso aperfeiçoamento e que merecemos ser deixados sob o seu poder: (...) pedimos, na sexta petição (que é: *não nos deixes cair em tentação; mas livra-nos do mal*), (continua).

Referências bíblicas

- Gl 5.17; Mt 26.41, 69-72; Gl 2.11-14; 2Cr 18.3 comparado com 2cr 19.2. Devido à corrupção da natureza neles restante, até mesmo crentes verdadeiros não estão só sujeitos à tentação, mas algumas vezes se expõem a ela de maneira inconsequente.
- Rm 7.23-24; 1Cr 21.1-4; 2Cr 16.7-10. Somos, por nós mesmos, incapazes de resistir às tentações, de sair delas, e de tirar proveito delas para nosso aperfeiçoamento espiritual.
- Sl 81.11-12. É justo que mereçamos ser deixados sob o poder das nossas tentações.

Comentário

1. De que tipo de pessoas trata o Catecismo na porção citada acima?

Dos cristãos, dos crentes em Jesus Cristo; demonstrado pelo fato de afirmar: “mesmo depois do perdão de nossos pecados”. É claro que os não-crentes também enfrentam tentações, não têm de si mesmos a capacidade nem a vontade de resistir-lhes, etc. Aqui, porém, o Catecismo, com a questão especial do efeito da tentação sobre os crentes em Cristo, contra-ataca os erros dos que afirmam que os crentes podem alcançar, nesta vida, um estado espiritual em que a tentação não pode mais afetá-los, onde a “carne” não mais cobiçará contra o Espírito e em que não será mais necessário entrar em conflito espiritual contra o pecado. Devemos entender que a batalha diária contra o pecado e a tentação não caracteriza a experiência dos que ainda não nascerem de novo,

mas é exatamente a vivência dos crentes, dos que nasceram de novo, sendo apresentada na Bíblia dessa forma.

2. Que razões o Catecismo aponta para a susceptibilidade dos crentes às tentações?

“Corrupção, fraqueza e falta de vigilância”. Na verdade, essas três razões resumem-se todas numa única coisa: a corrupção remanescente na natureza do crente, “a carne” que resta nele mesmo depois de haver nascido de novo e de estar em processo de santificação. É por causa dessa corrupção da natureza que o crente é espiritualmente fraco, por causa dela o crente propende à negligência e não à vigilância. A fraqueza física ou corporal é obviamente um fator que nos dispõe a ceder à tentação e Satanás é astuto demais em se aproveitar de nossas fraquezas ou cansaço físico para seduzir a alma. Mas a fraqueza física sozinha não basta para justificar a nossa disposição em ceder à tentação, ela é somente um acessório subordinado a fatores espirituais.

3. Seria pesado demais dizer que os crentes estão dispostos a se exporem às tentações?

Segundo alguns ensinamentos modernos sobre a santificação, essa expressão é pesada demais; mas não segundo uma interpretação bem fundamentada em dados bíblicos. É óbvio que os crentes não estão *sempre* dispostos a se exporem às tentações, mas só algumas vezes. Facilmente nos enchemos de orgulho e confiança na nossa própria capacidade de permanecer firmes e de resistirmos ao diabo; por causa disso é muito fácil sermos negligentes e mesmo imprudentes quanto à tentação, o que comumente resulta na queda em pecado, do qual somos posteriormente retirados pela graça de Deus.

4. Que significa tirar proveito das tentações para o nosso aperfeiçoamento?

Tirar proveito das nossas tentações significa beneficiarmo-nos delas de alguma maneira; aprender as lições que podem nos ensinar; ser humilhados por elas; decidirmos ser mais vigilantes no futuro; e suplicarmos a Deus por mais graça para resistir ao Mal. Toda tentação que sucede a um filho de Deus é permitida em Sua sabedoria e amor para um bom propósito. Cabe-nos discernir, até onde isso for possível, que propósito é esse e aprendermos, assim, as lições espirituais que ele envolve.

5. Por que não temos em nós mesmos o poder de resistir ao pecado, de sair dele ou de aproveitá-lo para nosso aperfeiçoamento?

Em razão da nossa pecaminosidade remanescente, ou corrupção da natureza, a nossa mente permanece ainda parcialmente obscurecida e a nossa vontade, paralisada em parte. Devemos compreender que dependemos totalmente da graça de Deus para cada mínimo detalhe da nossa salvação, fé e vida. Não dependemos do poder de Deus somente para nascermos de novo e crermos em Cristo no começo da nossa vida cristã; dependemos também do Seu poder e socorro em cada instante e a cada dia, até o final da nossa peregrinação. É pelo auxílio especial do Espírito Santo e pela intercessão de Jesus Cristo, nosso Mediador, que somos cada vez mais capacitados para vencermos a tentação, vivermos uma vida santa e, assim, glorificarmos a Deus.

6. Por que o Catecismo acrescenta que merecemos ser deixados sob o poder das tentações?

Para que possamos compreender que todo o nosso progresso na vida cristã é totalmente uma questão de graça. Deus muitas vezes pune os maus por seus pecados, largando-os à própria pecaminosidade. Ele não faz isso no caso dos crentes em Cristo porque eles são dignos da obra especial e poderosa do Espírito Santo em seus corações, mas tão-somente por causa do Seu amor e misericórdia gratuitos.

Pergunta 195 (Continuação). *O que pedimos na sexta petição?*

R. (...) pedimos, na sexta petição (que é: *não nos deixes cair em tentação; mas livra-nos do mal*) que Deus, de tal maneira, domine o mundo e tudo o que nele há, subjugue a carne e refreie Satanás, disponha em ordem todas as coisas, conceda todos os meios de graça, abençoe-os e nos estimule a usá-los diligentemente, para que nós e todo o Seu povo sejamos, pela Sua providência, guardados da tentação do pecado; (continua).

Referências bíblicas

- Jo 17.15; Sl 51.10; 119.133; 2Co 12.7-8; 1Co 10.12-13. Pedimos a Deus que domine o mundo, subjugue a carne e refreie Satanás e disponha em ordem todas as coisas para que sejamos guardados da tentação.
- Hb 13.20-21; Mt 26.41; Sl 19.13. Pedimos a Deus que abençoe os meios de graça, capacite-nos a usá-los do modo correto, etc., para que sejamos guardados da tentação do pecado.

Comentário

1. De que maneira governa Deus o mundo para o benefício do Seu povo?

Deus governa o mundo mediante o Seu controle providencial, o qual faz todas as coisas trabalharem conjuntamente para a Sua própria glória e o bem final do Seu povo — mesmo as ações de Satanás e dos homens malignos. O fundo dessa verdade é, obviamente, a visão calvinista (i.e., a visão bíblica) da soberania absoluta de Deus. Se Deus não for absolutamente soberano, então, na verdade, Ele não tem o controle de tudo o que acontece e não pode fazer todas as coisas contribuírem para o bem do Seu povo.

Somente um Deus com pleno controle de todo o universo criado pode fazer todas as coisas acontecerem conforme o seu propósito predeterminado. Se algumas coisas estiverem fora do controle de Deus, então não é possível dizer que fatores inesperados podem arrebanhar os Seus planos e por tudo a perder. Mas a verdade é que a Bíblia, é claro, ensina enfaticamente a soberania absoluta de Deus sobre todo o universo criado, inclusive o Mal e todas as suas obras (Sl 115.3; Ef 1.11; At 4.27; Rm 8.28).

Subjacente a todo fato do universo está o plano eterno de Deus, não um plano geral qualquer, mas o plano específico que determina os mínimos detalhes de tempo, lugar, causas, efeitos e relações para cada fato particular. Esse plano ou conselho eterno de Deus é acionado por Suas obras de criação e providência. Tudo o que acontece — da queda de um pardal à ascensão de um império, do degelo de um floco de neve específico ao crescimento de uma civilização, do germinar de uma folha de grama à formação de uma galáxia — acontece exatamente conforme o plano e a providência de Deus e cada fato individual se encaixa perfeitamente no lugar que lhe cabe especificamente nesse plano. Portanto, não é vão nem fútil orar para que Deus domine o mundo e tudo o que nele há para a Sua glória e nosso bem-estar espiritual.

2. Podemos sempre perceber como Deus governa o mundo para o benefício do Seu povo?

Não. Há vezes em que vemos exemplos manifestos desse domínio, aos quais chamamos de “providências especiais”. A famosa armada espanhola, enviada para atacar e arrasara a Inglaterra protestante, foi destruída por uma tempestade inesperada. Há muitos exemplos, grandes e pequenos, do patente domínio de Deus sobre o mundo, contudo as mais das vezes não podemos perceber como o mundo está sob o domínio de Deus. Devemos crer, pela autoridade da Palavra de Deus, que Ele tudo governará para a Sua glória e nosso bem, mesmo quando não podemos ver como tudo trabalhará para realizá-las.

3. De que maneira Deus *subjuga a carne* nos crentes?

Deus não remove ou erradica completamente “a carne” dos crentes senão na morte, quando as suas almas tornam-se perfeitas em santidade e passam imediatamente à glória. Deus, porém, subjuga a carne — limita e controla a sua atividade — pela obra regeneradora e santificadora do Espírito Santo: operação sobrenatural pela qual Deus concede ao crente um novo coração, ou nova natureza, posteriormente tornando-a cada vez mais no fator de controle da sua vida. Às vezes, quando um prédio pega fogo ouvimos anunciar que as chamas foram controladas, significando que o incêndio não foi totalmente extinguido, mas que está sendo impedido de se propagar e de destruir sem limites. A corrupção remanescente no crente, conhecida como “a carne”, é como o fogo que ainda não foi apagado totalmente, mas está sob controle. A nova natureza alcança cada vez mais ascendência sobre a carne.

4. Como é que Deus refreia Satanás?

O livro de Jó dá-nos um exemplo de como Deus refreia Satanás (Jó 1.12; 2.6). Deus reprime Satanás segundo o Seu sábio plano, pela Sua onipotência, à qual até mesmo o Adversário é obrigado a reconhecer e obedecer. Satanás é uma criatura espiritual finita e assim está totalmente submisso ao controle de Deus.

5. Como Deus emprega os meios de graça para livrar o seu povo de ser vencido pela tentação?

Os meios de graça são a Palavra, os sacramentos e a oração; são eles os instrumentos designados para a conversão e a santificação de pecadores. Antes de tudo, Deus os coloca à disposição dos Seus eleitos, que são postos em contato com a igreja visível, a qual, por sua vez, proclama o evangelho e dispensa os sacramentos. Em segundo lugar, o Espírito Santo inclina-lhes o coração a usar os meios de graça e a fazê-lo da maneira correta. Terceiro, o Espírito Santo associa o uso correto desses meios à Sua operação onipotente e sobrenatural na alma do crente, para que tais meios tornem-se eficazes em seu propósito. Assim, o correto uso dos meios de graça associado à obra interior do Espírito Santo mantém o crente num estado espiritual em que a tentação não rouba com facilidade a sua atenção, nem faz morada em seu ser.

Pergunta 195 (Continuação). *O que pedimos na sexta petição?*

R. (...) pedimos, na sexta petição (que é: *não nos deixes cair em tentação; mas livra-nos do mal*) (...) que nós e todo o Seu povo sejamos, pela Sua

providência, guardados da tentação do pecado; ou, que, se tentados, sejamos poderosamente sustentados e capacitados pelo Seu Espírito a permanecer firmes na hora da tentação; ou, que, se caídos, sejamos novamente levantados, retirados do pecado e que disso façamos uso e proveito santos, para que a nossa santificação e salvação sejam aperfeiçoadas, Satanás seja calcado sob nossos pés e sejamos plenamente libertados do pecado, da tentação e de todo o mal para sempre.

Referências bíblicas

- Ef 3.14-17; 1Ts 3.13; Jd 24. Pedimos que Deus pelo Seu Espírito Santo nos ampare, nos capacite e nos guarde de cair quando tentados.
- Sl 51.12; 1Pe 5.8-10; 2Co 12.7, 9. Pedimos que, ao nos rendermos à tentação, Deus novamente nos levante e que essa experiência seja usada para a nossa santificação.
- Rm 16.20; Zc 3.2; Lc 22.31-32. Pedimos a Deus que nos faça vitoriosos contra os ataques de Satanás.
- Jo 17.15; 1Ts 5.23. Também pedimos, na sexta petição da Oração do Senhor, pela nossa redenção final e completa de todo pecado e mal.

Comentário

1. Por que Deus nem sempre nos guarda de sermos tentados, nem de cairmos quando tentados?

Deus, que é onipotente, poderia muito bem nos conservar totalmente isolados das tentações satânicas, se assim fosse o Seu propósito. Ele também poderia nos impedir de cair em pecado, quando tentados. No entanto, o Seu propósito nem sempre é esse. Deus permite algumas vezes, conforme Suas sabedoria e razões, que Seus filhos sejam tentados e que até mesmo caiam sob os ataques da tentação. Uma dessas razões é fácil de discernir: não nos tornarmos tão presunçosos e autoconfiantes pela falta permanente de conflito com o pecado, ou pelo constante sucesso nas batalhas contra ele. Deus permite que Seus filhos sofram tentações, e que algumas vezes caiam diante dela, para conservá-los humildes, porém pode haver muitas outras razões especiais conhecidas de Deus.

2. Dê exemplos bíblicos de pessoas que foram capacitadas a resistir e a vencer a tentação?

(a) José (Gn 39.9). (b) Micaías (2Cr 18.12-13). (c) Daniel (Dn 6.10).

3. Dê exemplos bíblicos de pessoas que foram tentadas e caíram em pecado, mas que depois se levantaram pela graça de Deus.

(a) Davi (2Sm 12.13). (b) Jonas (Jn 1). (c) Pedro (Mc 14.66-72).

4. Quando um crente cede à tentação e cai em pecado, qual é o estado mental que pode resultar disso?

Ceder à tentação e cair em pecado interromperá o gozo e a paz espiritual do crente e resultará numa consciência atormentada e insegura. Nesse momento a certeza da salvação do crente pode diminuir ou até mesmo ser destruída. Nessas circunstâncias ele pode se tornar muito desencorajado, e muito formal ou negligente ao usar os meios de graça. Só existe um remédio para tudo isso: arrependimento sincero, a confissão do pecado e orar para que a luz da face de Deus seja restaurada sobre a sua alma. *“Acheguemo-nos, portanto, confiadamente, junto ao trono da graça, a fim de recebermos misericórdia e acharmos graça para socorro em ocasião oportuna”* (Hb 4.16).

5. Quando serão perfeitas a nossa santificação e salvação?

Só nos tornaremos perfeitos em santidade ao entrarmos no estado de glória. Apesar disso, deveremos experimentar durante toda a nossa vida cristã um progresso constante rumo ao ideal de perfeição. É claro que a fiel resistência à tentação e o “uso e proveito santos” das ocasiões em que a sofremos ou a ela nos rendemos, aprofundarão a qualidade da nossa vida espiritual e incrementarão o nosso progresso em santidade. Jamais podemos tolerar a idéia de que não precisamos resistir ao pecado, nem de nos esforçarmos para ser santos, por não ser possível alcançar a perfeita santidade nesta vida.

6. Que quer dizer “para que (...) Satanás seja calcado sob nossos pés”?

Essa expressão, colhida de Romanos 16.20, refere-se a vitórias especiais e significativas, dadas aos santos pela graça de Deus, nas quais Satanás é notoriamente derrotado e os seus maus desígnios, frustrados. Às vezes depois de um longo e fatigante conflito acompanhado de tentação e sofrimento, Deus mostra o Seu favor ao conceder a Seus filhos vitórias especiais e dignas de nota contra o Mal e suas obras. Os perseguidores dos santos podem ser eliminados pela morte ou por outra causa, os obstáculos à profissão e à prática cristã podem ser removidos, portas fechadas podem ser abertas, fardos e embaraços podem ser tirados, etc. O capítulo 16 do livro de Atos narra como Satanás foi pisado sob os pés dos santos de Filipos, cidade em que ele antes detinha a maior parte do território.

7. Por que devemos pedir confiadamente que “sejamos plenamente libertados do pecado, da tentação e de todo o mal para sempre”?

Porque Deus é o Deus que guarda a aliança e que completa a boa obra que Ele mesmo começou no crente. *“O que a mim me concerne o SENHOR levará a bom termo; a tua misericórdia, ó SENHOR, dura para sempre; não desampares as obras das tuas mãos”* (Sl 138.8). *“Estou plenamente certo de que Aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao Dia de Cristo Jesus”* (Fp 1.6).



Pergunta 196. O que nos ensina a conclusão da Oração do Senhor?

R. A conclusão da Oração do Senhor (que é: *pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém*), ensina-nos a reforçar as nossas petições com argumentos que devem derivar não de alguma coisa digna que haja em nós, nem em nenhuma outra criatura, mas de Deus; ensina-nos a ajuntarmos louvores às nossas orações, atribuindo exclusivamente a Deus a soberania eterna, a onipotência e a excelência gloriosa; ensina-nos que à vista disso, como Ele pode e quer nos socorrer, somos encorajados, pela fé, a rogar-Lhe que responda às nossas petições e a colocar a nossa confiança nEle esperando sossegadamente que as atenda. E para testemunhar o nosso desejo e convicção, dizemos: Amém.

Referências bíblicas

- Mt 6.13. A conclusão da Oração do Senhor.
- Rm 15.30. É apropriado reforçarmos as nossas petições com argumentos.
- Dn 9.4, 7-9, 16-19. Os nossos argumentos ao orarmos devem ser baseados em Deus, não em nós mesmos nem em nenhuma outra criatura.
- Fp 4.6; 1Cr 29.10-13. Devemos agregar louvores às nossas orações, reconhecendo a glória de Deus.
- Ef 3.20-21; Lc 11.13. Deus tanto é capaz para nos socorrer quanto quer nos socorrer.
- 2Cr 14.11; 20.6, 11. A fé nos encoraja a suplicar insistentemente a Deus para que nos socorra e a confiar que Ele atende às nossas orações.
- 1Cr 14.16; Ap 22.10-21. Dizemos “amém”, ao final de nossas orações para testemunhar o nosso desejo e a nossa convicção da resposta divina.

Comentário

1. Que dificuldade particular diz respeito à conclusão da Oração do Senhor?

Questiona-se seriamente se a conclusão da Oração do Senhor, que aparece em Mateus 6.9 e Lucas 11.2-4, faz parte do texto genuíno das Escrituras. A conclusão (“*pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém*”) não ocorre em Lucas e em Mateus não aparece nos manuscritos mais autênticos e confiáveis. A versão do Rei Tiago (King James Version) inclui a conclusão em Mateus 6.13, mas a Versão Americana Revisada de 1901 (American Revised Version) a omite no corpo do texto e anota na margem: “Muitas autoridades, algumas antigas, acrescentam, com variações, ‘*pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém.*’”.*

O Testamento Grego de Alford declara que a conclusão “deve ser omitida com base na crítica concreta”, e acrescenta, “não achamos absolutamente nenhum traço dela nos tempos antigos, em nenhuma família de manuscritos ou nas exposições”. O *Comentário da Bíblia Completa* de Jamieson, Fauset e Brown afirma sobre ela: “Se for possível colocar a confiança na evidência externa, dificilmente pode-se considerar essa doxologia, segundo pensamos, como parte do texto original (...) ao se analisar a evidência, a grande possibilidade, segundo pensamos, é que essa conclusão não fazia parte do texto original”.

Devemos entender que a nossa autoridade não é a Versão do Rei Tiago, mas o texto bíblico *genuíno* no grego e no hebraico originais (Confissão de Fé, I.VIII). Embora os indícios sinalizem que a conclusão da Oração do Senhor não seja parte genuína do texto bíblico, ainda assim as idéias nela expressas são legitimamente bíblicas, como demonstram as referências citadas pelo Catecismo. Tudo o que há na conclusão pode ser encontrado em vários lugares na Bíblia. Por isso, estudaremos a conclusão da Oração do Senhor de acordo com as linhas sugeridas pelo Catecismo.

2. É correto reforçarmos as nossas petições com argumentos quando suplicamos a Deus em oração?

Com certeza, sim; e essa prática é exemplificada em muitas orações na Bíblia. Basta nos lembrarmos das orações de Moisés, Davi, Daniel e de outros santos do Velho Testamento para vermos que isso é verdade.

*As versões em português ARC, ACF e NVI apresentam a conclusão da Oração do Senhor sem restrições; somente a versão ARA2 a apresenta entre colchetes. (N.do.T.).

3. Que tipos de argumentos devemos usar para reforçar as nossas súplicas a Deus?

Os nossos argumentos não podem se basear em nós mesmos, em nosso caráter, fervor, fé, boas intenções, nem em coisa nenhuma sobre nós mesmos nem outra criatura qualquer, mas somente em Deus; no Seu amor e misericórdia, na Sua aliança e promessas, nos Seus poderosos feitos em favor do Seu povo no passado, na honra do Seu nome no mundo, etc.

4. Por que devemos ajuntar louvores às nossas petições?

Devemos ajuntar louvores às nossas petições, atribuindo glória a Deus, porque o louvor é um elemento essencial na oração. Deus é supremamente digno de ser louvado. O ser humano não pode ter propósito maior nem mais nobre do que louvar a Deus. Como afirmou Agostinho no princípio do seu *Confissões*: “Tu nos despertas para nos deleitarmos em Teu louvor, pois fizeste-nos para Ti mesmo, e nosso coração não sossega enquanto não repousa em Ti”.

5. Que significa a palavra *amém*?

A palavra “amém” vem do hebraico e significa “firme”, “fiel”, “verdadeiro”. No Novo Testamento grego ela ocorre 150 vezes. A Versão do Rei Tiago traduz 50 dessas ocorrências como “amém” e cem como “em verdade”.^{*} A locução “em verdade” da expressão “Em verdade, em verdade...” repete-se freqüentemente nos discursos de Jesus registrados nos Evangelhos; em todos os casos a palavra grega que significa “em verdade” é “amém”.

6. Por que encerramos as nossas orações com “amém”?

A palavra “amém” significa “em verdade”. Encerramos com ela as nossas orações para manifestar o nosso desejo sincero e real e a confiança de que Deus ouvirá e responderá às nossas petições. Conforme o Catecismo assinala, só Deus é quem pode nos socorrer, porque possui soberania eterna (“o reino”), onipotência (“o poder”) e a excelência gloriosa (“a glória”), e é por isso que, ao Lhe pedirmos que nos socorra conforme as nossas necessidades, devemos “colocar a nossa confiança nEle esperando sossegadamente que as atenda”.

O “amém” ao fim da nossa oração é como uma assinatura no final de uma carta, um indicativo ou sinal da nossa fé e desejo sinceros, ao mesmo tempo em que formula uma conclusão solene, cabível e apropriada às nossas orações, sendo, portanto, uma demonstração de reverência.



O CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER

Comentado por Johannes Geerhardus Vos

Editado por G. I. Williamson

Introdução de W. Robert Godfrey

O Catecismo Maior, tão rico de ensinamentos bíblicos, tem sido negligenciado por muito tempo, até mesmo nas denominações reformadas conservadoras que o adotaram como um de seus padrões doutrinários. Este comentário, escrito em meados do século 20, está sendo publicado em forma de livro pela primeira vez para estimular o crescimento do uso e do estudo do catecismo.

Os crentes reformados acharão nele uma fonte enriquecedora, porque o Catecismo Maior suplementa o Breve Catecismo em tópicos como a igreja e os meios de graça.

G. I. Williamson, autor de livros sobre a Confissão de Fé de Westminster e o Breve Catecismo para o estudo em classes, editou o comentário de Vos sobre o Catecismo Maior. Ainda suplementa este comentário:

- Uma introdução à história e à teologia do Catecismo Maior, escrita por W. Robert Godfrey;
- Um esboço detalhado do Catecismo Maior.

"Finalmente, uma exposição clara e contemporânea do magistral Catecismo Maior". — Dr. Joel Beeke

"J. G. Vos foi um excelente erudito e o seu comentário será de grande valia para a igreja". — Dr. Morton H. Smith

"Uma exposição acurada e clara". — Dr. Wayne Spear

"Tem de estar na estante de todo ministro e todo presbítero". — Dr. Duncan Rankin

"O comentário de Vos pode ser de grande utilidade para a igreja. Ele relaciona o catecismo a temas que lhe eram contemporâneos e que continuam contemporâneos para nós". — Dr. W. Robert Godfrey

JOHANNES G. VOS (1903-1985) CHEFIOU O DEPARTAMENTO DE BÍBLIA DO GENEVA COLLEGE POR 19 ANOS, EDITOU A REVISTA TRIMESTRAL BLUE BANNER FAITH AND LIFE POR QUASE 30 ANOS E ESCREVEU NUMEROSOS LIVROS E ARTIGOS.



Facioli Gráfica e Editora Ltda
Rua Canguaretama, 181 — Vila Esperança
CEP 03651-050 — São Paulo-SP
Fone/Fax: 11 - 6957-5111
facioli@facioli.com.br
www.puritanos.com.br